Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTIC

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

ECOMUSEU ILHA GRANDE:

(RE)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado

Volume I

Vivianne Ribeiro Valença

Rio de Janeiro, Junho de 2021

ECOMUSEU ILHA GRANDE:

(RE)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado

Volume I

por

Vivianne Ribeiro Valença

Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha De Pesquisa 01 – Museu e Museologia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Teresa Cristina Moletta Scheiner

PPG-PMUS, UNIRIO/MAST - RJ, Junho de 2021



ECOMUSEU ILHA GRANDE:

(RE)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado

I

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

R152

Ribeiro Valença , Vivianne
Ecomuseu Ilha Grande: (Re) pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado / Vivianne Ribeiro Valença . -- Rio de Janeiro, 2021.
766

Orientadora: Teresa Cristina Moletta Scheiner .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2021.

1. Museologia . 2. Ecomuseu . 3. Ecomuseu Ilha Grande . 4. Patrimônio . 5. Musealização . I. Cristina Moletta Scheiner , Teresa , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ECOMUSEU ILHA GRANDE:
(Re) pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTIC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por



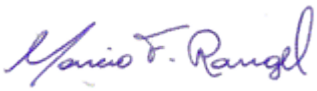
Prof. Dra. _____
Teresa Cristina Moletta Scheiner - (Orientadora) - PPG-PMUS, UNIRIO



Prof.Dr._____
Gelsom Rozentino de Almeida – UERJ



Prof.Dra._____
Emanuela Sousa Ribeiro - UFPE



Prof.Dr._____
Márcio Ferreira Rangel - PPG-PMUS, MAST



Prof. Dra._____
Maria Amélia Gomes de Souza Reis - PPG-PMUS, UNIRIO

Rio de Janeiro, 18 de junho de 2021

“O Ecomuseu Ilha Grande vem mostrar para você, te convida a construir um futuro melhor, vem cara, levanta, estou aqui para te ajudar; você tem capacidade, você pode”

(Jesiel Pimenta – Morador da Vila Dois Rios – Ilha Grande)

Esta tese é dedicada às comunidades da Ilha Grande, à museologia comunitária e a todos aqueles que acreditam no museu como ferramenta de transformação social**.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de ter feito este doutorado, pesquisado, aprendido e contribuído para a minha área. Diante de tantas adversidades me deu força para continuar e nunca desistir de um sonho. Sem ele jamais conseguiria nada na minha vida. Gratidão Senhor, por tudo!

À minha família, mãe (Luzivânia), minha avó (Irene, não mais conosco), minha irmã (Thaís), minha sobrinha e afilhada (Letícia), minha tia (Maiza) que sempre primaram pela minha educação e felicidade. Agradeço pelo amor incondicional e por acreditarem em mim, incentivando não só este trabalho, mas todas as realizações da minha vida e agora em mais esta conquista e sonho realizado. Amo vocês!

Ao professor Gelsom, meu grande incentivador e uma das pessoas mais incríveis que já conheci: lutou junto comigo para que o Ecomuseu Ilha Grande se tornasse o que é hoje. Por tudo o que partilhamos e realizamos, e principalmente por acreditar em mim e no meu trabalho. Agradeço também o incentivo e trocas sobre a construção deste trabalho. Eterna gratidão.

A minha orientadora Professora Teresa Scheiner, por ter acreditado em mim e na minha pesquisa. Agradeço pelas aulas, trocas e ensinamentos pelo mundo do fenômeno-transformador do museu e da museologia. Pela paciência e compreensão que teve comigo diante de situações adversas. Por me fazer refletir sobre o Ecomuseu e ser fonte de inspiração para minha reflexão e atuação profissional.

À equipe do Ecomuseu Ilha Grande – UERJ, pelos trabalhos e parcerias nos desafios diários, da gestão, da criação de projetos, atividades e amizade. Por acreditar que é possível crescemos juntos enquanto grupo, nos ouvindo e nos respeitando. Cada um com sua área contribui para meu aprendizado, me permitindo ter acesso de fato a uma “ecologia de saberes”, me fazendo conhecer um mundo da biodiversidade que jamais imaginaria.

Às comunidades da Ilha Grande, mas principalmente da Vila Dois Rios, que me ensinaram o que de fato é um Ecomuseu, na partilha de experiências, nos desafios diários de viver e permanecer numa ilha, pelo exemplo de força, resistência e resiliência, pelo carinho e amizade e por acreditar no trabalho que desenvolvo no Ecomuseu.

A todos os Ecomuseus Brasileiros, que contribuíram para a pesquisa desta tese com suas informações e brilhantes iniciativas museológicas.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e incentivaram na realização deste trabalho e por todo carinho, parceria e amizade aos longos dos anos: Luana Ribeiro,

Nelson Cayer, Bruno Araújo, Henrique Cruz, Paulina Albuquerque. Aos emblemáticos Bárbara, Ana, Kássia e Carlos. Aos amigos do mestrado e doutorado do PPG-PMUS. Aos professores e amigos da museologia e da antropologia da UFPE.

Agradeço à Banca por suas contribuições de fundamental importância para a melhoria deste trabalho desde a qualificação até o produto final: Professores Gelsom Rozentino, Emanuela Ribeiro, Márcio Rangel, Maria Amélia Reis, Bruno Brulon, Paula Menino Homem, Deusana Machado, Luisa Rocha. A todos os professores do PPGMUS com os quais pude aprender e compartilhar conhecimentos e reflexões. E a Alexandra, que sempre nos ajuda a resolver nossas demandas burocráticas.

À profa. Emanuela Ribeiro (Meu coração) - por seu incentivo, conselhos, ensinamentos e carinhos acompanhando minha trajetória todos esses anos.

À profa. Paula Menino Homem, que além de contribuir com a melhoria deste trabalho na qualificação, me recebeu com muito carinho e atenção na Universidade do Porto, onde pude apresentar esta pesquisa.

Ao Emanuel Guimarães, que a partir do intercâmbio de capacitação profissional e pesquisa, entre o Ecomuseu de Ribeira de Pena - Portugal e o Ecomuseu Ilha Grande – Brasil, nos recebeu com tanta competência e simpatia. Tivemos a oportunidade de conhecer está rica experiência, além das diferenças e analogias entre estes “Ecomuseus Irmãos”.

Aos Amigos da ABREMC e a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro por disponibilizar informações sobre suas organizações e os ecomuseus no Brasil que contribuíram para esta tese.

A Hugues de Varine, por criar o termo/conceito mais fascinante e potente da museologia e nos fazer acreditar numa museologia transformadora. Por me receber na sua casa e ceder a entrevista para esta tese. Meus sinceros agradecimentos.

A todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente com o sucesso deste trabalho.

RESUMO

VALENÇA, Vivianne Ribeiro. **Ecomuseu Ilha Grande:** (RE)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado. *2*021. 617f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Moletta Scheiner

A tese tem como tema central o Ecomuseu em suas diferentes expressões, desde a criação do conceito, sua disseminação em diferentes países e iniciativas no Brasil até a experiência do Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Analisa o processo de constituição do ECOMIG, problematizando sua conceituação, estruturação e agentes envolvidos, a fim de possibilitar maior reflexão sobre as dinâmicas de formação de museus deste modelo conceitual; e contribuir com a proposição de novas discussões sobre o tema no Brasil. Apresenta um panorama geral sobre ecomuseus de diferentes países, apontando as características gerais que os interligam. Descreve o cenário brasileiro sobre ecomuseus - sua criação e formação, bem como as influências, motivações do uso do termo e forças constitutivas. Destaca a criação das primeiras iniciativas no país, e questiona a existência de uma teoria brasileira sobre ecomuseus. A abordagem, interdisciplinar, fundamenta-se nos estudos da museologia e do patrimônio, em interface com a história, a geografia, as ciências sociais e ambientais, a partir de dois níveis de discussão: o primeiro, de âmbito teórico, permitiu analisar a proposta de constituição e reestruturação do Ecomuseu Ilha Grande; e possibilitou aprofundar debates e conceitos em torno do tema Ecomuseu. O segundo, de caráter empírico, desenvolveu-se a partir do Laboratório Experimental do ECOMIG, analisando experiências e processos relacionais continuados entre os membros da comunidade da Vila Dois Rios e a equipe do Ecomuseu. Esta metodologia inclui três fases: 1- sensibilização e conceituação; 2- apropriação e difusão (pré-musealização ou cadeia conceitual participativa); e 3- musealização do território – e poderá propiciar novos olhares das comunidades sobre seus patrimônios, incentivando a autogestão e integração com o território a partir da musealização, bem como o desenvolvimento local. A Tese conclui que o Ecomuseu Ilha Grande é um museu híbrido: um museu universitário e um Ecomuseu; é um território-rede cujas partes se conectam formando novas territorialidades e dinâmicas sociais, que se reatualizam constantemente: é um Ecomuseu do século 21.

Palavras-Chave: Museologia, Ecomuseu, Comunidade, Patrimônio, Musealização, Ecomuseu Ilha Grande.

ABSTRACT

VALENÇA, Vivianne Ribeiro. **Ecomuseum Ilha Grande:** (Re)thinking concepts, practices and dynamics of a musealized territory. 2021. 617p. Thesis. (Doutorado em Museologia e Patrimônio [Doctorate in Museology and Heritage]) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio [Graduate Program in Museology and Heritage], Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2021.

Supervisor: Prof. Dr. Teresa Cristina Moletta Scheiner.

The thesis has as central theme the Ecomuseum in its different expressions, from the creation of the concept, its dissemination in different countries and initiatives undertaken in Brazil to the experience of the Ecomuseum Ilha Grande - ECOMIG, of the State University of Rio de Janeiro - UERJ. It analyzes the process of constitution of the ECOMIG, examining its conceptualization, structuring and the different agents involved in its development, in order to enable a wider reflection on the dynamics of development of a museum of this conceptual model; and to contribute to new discussions on the topic, in Brazil. The thesis presents an overview of ecomuseums in different countries, pointing out the general characteristics that interconnect them, and makes special reference to the Brazilian scenario regarding ecomuseums – its creation and formation, as well as the influences, motivations for the use of the term and constitutive forces. It highlights the development of the first initiatives of the kind in the country, putting under quest the existence of a Brazilian theory on ecomuseums. The interdisciplinary approach is based on museology and heritage studies, in interface with history, geography, social and environmental sciences, offering two levels of discussion: the first, theoretical in scope, allowed to analyze the proposal, constitution and restructuring of the Ilha Grande Ecomuseum; and made possible to deepen debates and concepts around the subject of the Ecomuseum. The second level, of empirical nature, derives from the work developed at the Experimental Laboratory of ECOMIG, analyzing experiences and ongoing relational processes between the members of the Vila Dois Rios community and the Ecomuseum team. This methodology includes three phases: 1 - awareness and conceptualization; 2 - appropriation and dissemination (pre-musealization or participatory conceptual chain); and 3 - musealization of the territory. It can provide communities with new perspectives on their heritage, encouraging self-management and integration with the territory based on musealization, as well as initiatives of local development. The Thesis concludes that the Ilha Grande Ecomuseum is a hybrid museum: a university museum and an Ecomuseum; it is a network territory, whose parts connect to form new territorialities and social dynamics which are constantly updated: it is a 21st century ecomuseum.

Keywords: Museology, Ecomuseum, Community, Heritage, Musealization, Ilha Grande Ecomuseum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Pág.
Figura 1	Ecomuseu Le Creusot-Montceau-Les-Mines, Museu do Homem e da Indústria	17
Figura 2	Mapa de Skansen	20
Figura 3	Museon Arlaten	21
Figura 4	Den Gamle By	22
Figura 5	Colonial Williamsburg	22
Figura 6	Museu Lejre	25
Figura 7	Anacostia Neighborhood Museum	27
Figura 8	Inauguração do Salão do Museu de Etnografia do Trocadero, em 27 de junho de 1930. Da esquerda para a direita: Georges-Henri Rivière, Paul Rivet e Louis Mangin	32
Figuras 9 a 16	Ecomuseu do Creusot	40
Figura 17	Ecomuseu do Creusot	41
Figura 18	Uma parte da paisagem e território que integram o Ecomuseu do Creusot	41
Figura 19	Mapa do território do Ecomuseu do Creusot	43
Figura 20	Experiências de Ecomuseu no Mundo	55
Figura 21,22	Núcleo da Mundet – Ecomuseu Municipal do Seixal	57
Figura 23 a 25	Núcleo Naval	58
Figura 26 a 28	Núcleo do Moinho de Maré de Corroios	59
Figura 29	Painel de azulejos	60
Figura 30	Antiga Fábrica de Pólvora	60
Figura 31	Quinta de S. Pedro	61
Figura 32	Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol	62
Figura 33	Embarcações tradicionais	62
Figura 34,35	Espaço Memória - Tipografia Popular	63
Figura 36,37	Ecomuseu de Barroso	68
Figura 38,39	Ecomuseu de Barroso – Exposições	68
Figura 40,41	Ecomuseu de Barroso – Sede e Exposições	69
Figura 42	Mapa dos Ecomuseus de Portugal	71
Figura 43 a 46	Brasão de Ribeira de Pena, Igreja de São Salvador (Ribeira de Pena) e Câmara Municipal	74
Figura 47 a 51	Abaixo (esquerda para direita): Igreja, Sítio Arqueológico Celta, Menir da Pedra D'Anta, Cabras e Pastores	75
Figura 52,53	Abaixo (esquerda para direita): Ponte sobre o Rio Tâmega em região a ser inundada, e a Ponte de Arame	76
Figura 54 a 57	Abaixo (esquerda para direita): Museu da Venda Nova; Museu Escola; Museu do Volfrâmio; Centro de Interpretação dos Vinhos Verdes	77
Figura 58 a 61	Abaixo (esquerda para direita): Museu do Linho (Limões), Centro de Estudos do Ecomuseu – Santa Marinha e Casa de Camilo – Friúme	77
Figura 62	Reunião com Emanuel Guimarães sobre o sistema de banco de dados utilizados pelo Ecomuseu de Ribeira de Pena.	80

Figura 63 a 67	Caminhada Camiliana – Leitura de poemas, caminhos feito por Camilo e suas personagens, teatro sobre suas obras	81
Figura 68 a 70	Entrega de produtos do Ecomuseu Ilha Grande e do Ecomuseu de Ribeira de Pena; Registro de reuniões com Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, João Noronha e Luís Ferreira	82
Figura 71, 72	O Ecomuseu De Les Valls D' Àneu	84
Figura 73	dell'Ecomuseo del paesaggio di Parabiago	92
Figura 74	Mapa da comunidade de Parabiago	93
Figura 75	Ecomuseu Haute-Beauce	94
Figura 76,77	Ecomuseu Kalyna Country	95
Figura 78	O Ecomuseu Hirano-cho – Ação educativa	97
Figura 79	Ecomuseu Miao, 2004	99
Figura 80	Caracterização Geral do Ecomuseu	108
Figura 81	Ecomuseu de Santa Cruz	116
Figura 82	Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus	119
Figura 83	Logo do NOPH	121
Figura 84	Mesa Redonda do I Encontro Internacional de Ecomuseus	130
Figura 85	Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus, tendo na capa a primeira logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz, criada em 1992	134
Figura 86	Cerimônia de abertura do evento. Da esquerda para a direita: Representante da comunidade; Zita Posamai – Secretária, ICOM Brasil; Nelly Decarolis – Presidente, ICOFOM LAM; Teresa Scheiner – Presidente, ICOFOM; Alex Nicolaef – Diretor, DGPC; Alfredo Tinoco – Presidente, MINOM; Walter Priosti – Coordenador, Ecomuseu de Santa Cruz.	135
Figura 87	Coordenadores e sumaristas do ICOFOM LAM, redigindo a Carta de Santa Cruz.	137
Figura 88	Segunda Logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz	142
Figura 89	Logomarca do IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários	149
Figura 90	Palestra de Hugues de Varine no IV EIEMC	150
Figura 91	Arte de Divulgação do V EIEMC	156
Figura 92	Participantes do V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários	158
Figura 93	II Jornada de Formação em Museologia Comunitária (2011). Observa-se a presença de Hugues de Varine na última fileira, junto à parede.	174
Figura 94	III Jornada de Formação de Museologia Comunitária (2014)	175
Figura 95	IV Jornada de Formação de Museologia Comunitária (2016)	175
Figura 96	Apresentação de Abertura do evento "Distantes mas Unidos - Encontro de Ecomuseus: Brasil e Itália"	177
Figura 97	2º Encontro "Distantes mas Unidos. Ecomuseu e Museus Comunitários - Brasil-Itália"	179
Figura 98	Análise das Devoluitvas	183
Figura 99	Iniciativas Participantes observadas	183
Figura 100	Principais desafios destacados pelas iniciativas	184
Figura 101	1º Desafio destacado pelas iniciativas	185
Figura 102	2º desafio destacado pelas iniciativas	185
Figura 103	3º desafio destacado pelas iniciativas	185
Figura 104	Principais Proposições	186
Figura 105	Principais Elementos de Similaridade	187

Figura 106	Mapa da dispersão geográfica dos museus brasileiros (2010)	189
Figura 107	Categorias dos Ecomuseus Brasileiros	193
Figura 108,109	Ecomuseu Itaipu Binacional	195
Figura 110	Ecomuseu Fazenda da Boa Vista	197
Figura 111,112	Ecomuseu de Santa Cruz	198
Figura 113	Mapa do Ecomuseu de Santa Cruz, Rio de Janeiro	199
Figura 114,115	Ecomuseu de Ribeirão da Ilha	200
Figura 116	Ecomuseu Rural de Barra Alegre	201
Figura 117	Ecomuseu Natural do Mangue do Sabiaguaba	204
Figura 118,119	Ecomuseu Univali	204
Figura 120,121	Ecomuseu da Serra de Ouro Preto	206
Figura 122,123	Ecomuseu Maranguape	208
Figura 124,125	Ecomuseu da Amazônia	210
Figura 126	Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes	211
Figura 127	Ecomuseu Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima	212
Figura 128,129	Ecomuseu Nega Vilma	213
Figura 130	Acervo do Ecomuseu Nega Vilma	213
Figura 131	Ecomuseu de Sepetiba	215
Figura 132	Entrada da comunidade de Andaraí com a faixa do Ecomuseu	217
Figura 133 a 135	Ecomuseu da Serra do Cipó (MG)	218
Figura 136	Ecomuseu Caceribú	219
Figura 137	Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne	220
Figura 138	Ecomuseu Pedra Fundamental	221
Figura 139,140	Ecomuseu São José dos Campos	222
Figura 141	Ecomuseu de Pacoti (CE)	223
Figura 142,143	Ecomuseu do Delta do Parnaíba (PI)	224
Figura 144 a 146	Logos do Ibram, projeto Primeiro museu e Pontos de Memória	232
Figura 147	Rede Cearense de Museus Comunitários	241
Figura 148	Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro	243
Figura 149	Logo do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia – UFPI/UFDPar	249
Figura 150	Museu da Vila	255
Figura 151	Logo do Seminário Avançado de Museologia Social	261
Figura 152	III Reunião sobre a constituição do Observatório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos	271
Figura 153	Turma do Curso de Especialização em Museus, Identidades e Comunidades	276
Figura 154	Ecomuseu Ilha Grande	295
Figura 155	Ilha Grande: comunidades e praias	296
Figura 156	Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro	298
Figura 157	Mapa da Bacia da Ilha Grande	298
Figura 158	Mapa de Solos da Ilha Grande	300
Figura 159	Unidades de Conservação na Ilha Grande	303
Figura 160	Área atual do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG)	304
Figura 161	Sítio misto área de Candidatura – Ilha Grande e Paraty	306
Figura 162	Delegação brasileira no Comitê do Patrimônio Mundial – 2019	307
Figura 163	Visita da comissão da Unesco ao Ecomuseu Ilha Grande – UERJ	309
Figura 164	Moendo a cana	313

Figura 165 a 167	Casa de Farinha. Dona Matilde Brás de Oliveira	313
Figura 168	Preparação do “peixe com banana	314
Figura 169	Cozinha caiçara	314
Figura 170 a 172	Pesca do Cerco	315
Figura 173 a 175	Construção da Canoa Caiçara em Aventureiro	315
Figura 176	Casa de pau a pique. Barreada Longa, 2006	316
Figura 177	Igreja São Sebastião. Vila do Abraão	316
Figura 178	Procissão de São Cosme e São Damião, Saco do Céu, 2014	316
Figura 179	Brincadeira de coroanha	317
Figura 180	Brincadeira de Barquinho com linha	317
Figura 181	Erva medicinal – pesquisas	319
Figura 182	Ciranda no Museu do Cárcere	319
Figura 183	Histórias do Meu Santo – Livro bordado com lendas caiçaras da Ilha Grande	320
Figura 184	Lazareto, Pavilhões da 1ª. e 2ª. Classe	323
Figura 185	Lazareto, Pavilhão da 3ª.Classe, administração e outros prédios (1909)	324
Figura 186	Aqueduto, Colônia Agrícola do Distrito Federal (década de 1940)	325
Figura 187	Colônia Correcional de Dois Rios	325
Figura 188	Vista de Vila Dois Rios na década de 1940	326
Figura 189	Colônia Agrícola do Distrito Federal, inaugurada em 1940	326
Figura 190	Planta de Vila Dois Rios, Ilha Grande, produzida pela Uerj no final da década de 1990	327
Figura 191	Vista aérea de Vila Dois Rios – anos 1970	327
Figura 192	Implosão do Instituto Penal Cândido Mendes (02/04/1994)	329
Figura 193	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável – CEADS	336
Figura 194	Documentos implodidos juntamente com o presídio – a museóloga Rita de Cássia e um morador da comunidade da Vila Dois Rios	340
Figura 195	Inauguração do Museu do Cárcere - MUCA, em 05 de junho de 2009 na antiga padaria do presídio. Professora Myrian Sepúlveda dos Santos, Professor Ricardo Vieira Alves de Castro, Reitor da UERJ, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso e o Governador Sérgio Cabral	346
Figura 196,197	Inauguração do Museu do Cárcere - Profs. Márcio Rangel, Aparecida Rangel, museólogos Thainá Castro, Lucas Lopes, Fernanda Magalhães, Prof. Mário Chagas e Dra. Denise Studart	346
Figura 198	Ecomuseu Ilha Grande e seus Núcleos	349
Figura 199	Museu do Cárcere – MUCA	350
Figura 200 a 202	Exposição 100 anos de Presídios na Ilha Grande	351
Figura 203, 204	Exposição Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: Ontem e Hoje	352
Figura 205	Exposição Comida e Cárcere - Antiga Padaria do presídio	352
Figura 206 a 209	Exposição “Seu Júlio e assim Sucessivamente”	353
Figura 210, 211	Espaço Personalidade e Muro do Presídio – Registro dos Visitantes	354
Figura 212, 213	Escadaria dos Direitos e Comemoração dos 10 anos do Museu do Cárcere	354
Figura 214	Museu do Meio Ambiente – MUMA	355
Figura 215	Exposição “Certos Modos de Ser Caiçara”	357
Figura 216,217	Abertura da exposição Certos Modos de Ser Caiçara	360
Figura 218	Módulo” Tesouros Humanos da Ilha Grande”	361

Figura 219, 220	“Árvore da Vida, plantas medicinais caiçaras”	361
Figura 221	Módulo Pesca	362
Figura 222	Brincadeira de Coroanha. Aventureiro, 2013	362
Figura 223, 224	Desenhos das Crianças	363
Figura 225, 226	Histórias do Meu Santo – Livro bordado com lendas caiçaras da Ilha Grande	363
Figura 227	Palavras caiçaras	364
Figura 228	Módulo “Vida na Roça”	364
Figura 229	Módulo “Cozinha Caiçara”	365
Figura 230, 231	Módulo “Moradia	365
Figura 232	Módulo a “Fé Caiçara”	366
Figura 233	Centro Multimídia – CEMU	367
Figura 234, 235	Exposição “As Grandes Civilizações da América Antiga” em 3D	368
Figura 236	Parque Botânico – PaB	369
Figura 237	Área do Parque Botânico	371
Figura 238	Exemplos de espécies com registro para a Ilha Grande: (Manão 2010; Vianna Filho *et al*. 2014): 1. *Epidendrum secundum* Jacq.; 2. *Bomarea edulis* (Tussac) Herb.; 3. *Alcantarea regina* (Vell.) Harms; 4. *Clusia criuva* Cambess.; 5. *Psychotria brasiliensis* Vell.; 6. *Siparuna brasiliensis* (Spreng.) A. DC.; 7. *Neoregelia johannis* (Carrière) L.B.Sm.; 8. *Hippeastrum striatum* (Lam.) H. E. Moore (Créditos: Carla Y. G. Manão).	371
Figura 239	Figura 238 - 1ª Reunião da Coordenação do Ecomuseu em Vila Dois Rios (outubro de 2010) - Da esquerda para a direita: Tereza Rosso (coord. Museu do Meio Ambiente), Gelsom Rozentino (coord. Museu do Cárcere), Ricardo Lima (coord. geral ECOMIG), Wânia Clemente (coord. Centro Multimídia) e as museólogas Julia Wagner Pereira e Gabriela Alevato	376
Figura 240 a 243	Reunião da Coordenação do Ecomuseu Ilha Grande com a comunidade de Vila Dois Rios (outubro de 2010)	376
Figura 244	Setores da Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ	389
Figura 245	Vila do Abraão	392
Figura 246	Bananal	395
Figura 247	Praia do Aventureiro	397
Figura 248	Praia de Dois Rios	399
Figura 249	Colônia Correcional de Dois Rios	400
Figura 250	Linha do Tempo das Prisões na Vila Dois Rios – Ilha Grande	401
Figura 251 e 252	3º Encontro dos amigos de infância de Vila Dois Rios	403
Figura 253	Planta do hotel que seria construído em Vila Dois Rios	405
Figura 254	Instituto Penal Candido Mendes	406
Figura 255	Museóloga Gabriela Alevato e Julia Wagner Pereira	409
Figura 256	Gabriela Alevato e Julia Wagner Pereira com moradores na Vila do Abraão	409
Figura 257	Gabriela e Julia e o professor Gelsom Rozentino conversaram com moradores na Vila do Abraão	410
Figura 258	Roda de conversa com moradores da Vila do Abraão	410
Figuras 259 e 260	Banda formada por moradores animam a abertura da exposição de imagens e objetos dos próprios moradores; Vista parcial da exposição na sede do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG)	411
Figuras 261 e 262	Arte educadora Angélica Liaño e moradora de Araçatiba / A museóloga Ana Amaral e Angélica Liaño	411

Figuras 263 e 264	Julia Wagner Pereira e Ana Amaral visitam os moradores da Vila de Araçatiba	412
Figura 265	Roda de conversa com os moradores de Vila de Araçatiba	412
Figuras 266 e 267	Angélica Liaño em oficina de bonecas e em oficina de Barangandã com moradores, professora e crianças da Vila do Aventureiro	413
Figuras 268 e 269	Angélica Liaño apresenta o Ecomuseu Ilha Grande para a comunidade e realiza oficina com as crianças de Palmas	414
Figura 270	Roda de Conversa com moradores de Palmas	414
Figuras 271 a 278	Museólogas de Família em Dois Rios	416
Figuras 279 e 280	Exposição Ecomuseu Recicla	420
Figuras 281 e 282	Marilda em seu atelier na sede do ECOMIG	420
Figura 283	Certificado do Prêmio Ibero-americano de Educação e Museus	421
Figuras 284 e 285	Projeto Ecovila Digital	422
Figuras 286 e 287	Inauguração da Biblioteca Comunitária da Enseada de Palmas	424
Figuras 288 e 289	Inauguração da Biblioteca Comunitária do Aventureiro (dez/2019)	425
Figura 290	Cartaz da campanha de doação de livros para a constituição das bibliotecas comunitárias de praia da Ilha Grande	425
Figuras 291 a 293	Atividades e orientações de Saúde e Certificado Ibermuseus – Prêmio Ibermuseus de Educação	426
Figura 294	Projeto Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de Base Comunitária	428
Figura 295	Projeto Conhecendo a Nossa Ilha	428
Figura 296	Locais de atuação das ações do Ecomuseu Ilha Grande no território	429
Figura 297	Conselho Científico do Ecomuseu Ilha Grande	432
Figura 298	Rodas de conversa com a comunidade – Ecomuseu Ilha Grande	436
Figura 299	Família do Sr. Cantuária	437
Figura 300	Família da Dona Neneca	438
Figura 301	Família do Sr. Júlio de Almeida, filhos e netos	438
Figura 302	Residências da Comunidade da Vila Dois Rios	441
Figura 303	Fases do Laboratório Experimental “realizado na Vila Dois Rios – Ilha Grande”	476
Figura 304	Primeira Fase do Laboratório Experimental	476
Figura 305	A pedra	477
Figuras 306 a 308	Curso “Museu, Patrimônio e Mediação Cultural	478
Figura 309	Definição do que é Ecomuseu e Patrimônio	478
Figura 310	Manifestação contra a implosão do presídio	479
Figuras 311 e 312	Entrevistas com Jéssica/Jesiel e Eliana	480
Figura 313	Segunda Fase do Laboratório Experimental	485
Figuras 314 a 317	“Parquinho Feliz”	487
Figura 318	Apresentação de Jéssica Neves e Jesiel Pimenta na UERJ	488
Figura 319	Mesa “O Ecomuseu pela comunidade: o olhar de Vila Dois Rios/Ilha Grande”	490
Figuras 320 e 321	Visita ao Museu Nacional e Museu do Amanhã	490
Figura 322	Visita técnica “Volta à Ilha”	491
Figuras 323 a 326	Ação “Segunda Criativa”	491
Figura 327	Livro de Jesiel Pimenta morador da Vila Dois Rios	492
Figura 328	Terceira Fase do Laboratório Experimental	494
Figuras 329 a 334	Placas de sinalização	498
Figura 335	Mutirão da Limpeza no Centro de Convivência, antigo Cassino do presídio	499
Figuras 336 a 339	Inauguração do Centro de Convivência (17 de agosto de 2018)	499

Figura 340	Pesquisa, identificação e características do Território da Ilha Grande	502
Figura 341	Identificação das comunidades da Ilha Grande	503
Figura 342	Identificação dos patrimônios das comunidades da Ilha Grande	503
Figura 343	Publicações de estudos sobre a Ilha Grande e suas comunidades	504
Figura 344	Inventário do acervo museológico dos núcleos do ECOMIG	504
Figura 345	Sistematização do SECOMIG	505
Figura 346	Manual para Preenchimento do Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande e do SECOMIG.	513
Figura 347	Plataforma do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG	514
Figuras 348 a 351	As adversidades do trabalho museológico	518
Figura 352	Homenagem às museólogas e arte-educadoras que trabalharam no ECOMIG no seminário dos 10 anos	522
Figura 353	Mesa dos 10 anos do ECOMIG “Ecomusealizando experiências: Museólogas em uma Ilha”. Da esquerda para a direita: Thaís Mayume, Viviane Wermelinger, Vivianne Valença, Gabriela Alevato e Tatiana Martins.	522
Figura 354	Ecomuseu - Sankofa	528
Figura 355	Dia da Posse de Museológa da UERJ	560
Figura 356	Atividade com as crianças na Biblioteca Comunitária	562
Figura 357	Sr.Júlio de Almeida	565
Figura 358,359	Encontro e entrevista com Hugues de Varine em sua residência (Paris)	566
Figura 360	Análise das Devolutivas	571
Figura 361	Iniciativas Participantes Observadas	572
Figura 362	Principais desafios destacados pelas iniciativas	572
Figura 363	1º Desafio destacado pelas iniciativas	573
Figura 364	2º Desafio destacado pelas Iniciativas	573
Figura 365	3º Desafio destacado pelas Iniciativas	574
Figura 366	Principais Proposições	575

LISTA DE QUADROS

		Pág.
Quadro 1 -	Analisando os Ecomuseus Brasileiros	183
Quadro 2 -	Influências para a concepção de um Ecomuseu	236
Quadro 3 -	Ecomuseu no Brasil – Forças de Atuação	246
Quadro 4-	Dispositivos legais relacionados à preservação ambiental da Ilha Grande	305
Quadro 5 -	Vocabulário Caiçara	318
Quadro 6 -	Associações de Moradores que existem na Ilha Grande	330
Quadro 7 -	Museu x Ecomuseu	387
Quadro 8 -	Setores e comunidades da Ilha Grande	389
Quadro 9 -	Definição de Comunidade pelos moradores da Vila Dois Rios	450
Quadro 10 -	Pontos positivos e negativos da comunidade da Vila Dois Rios, pela comunidade	451
Quadro 11 -	Pontos de Tensão identificados na Vila Dois Rios, pela comunidade	456
Quadro 12 -	Representação do Ecomuseu Ilha Grande para a Comunidade da Vila dos Rios	462
Quadro 13 -	Definição de Ecomuseu e de patrimônio para a comunidade da Vila Dois Rios	480

LISTA DE GRÁFICOS

		Pág.
Gráfico 1 -	Ecomuseus no Brasil por Região	187
Gráfico 2 -	Ecomuseus na Região Sudeste	187
Gráfico 3 -	Gráfico Ecomuseus na Região Nordeste	188
Gráfico 4 -	Ecomuseus na Região Sul	188
Gráfico 5 -	Ecomuseus na Região Centro-Oeste	188
Gráfico 6 -	Ecomuseus na Região Norte	189

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREMC -	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
AMAIG -	Associação de moradores e amigos do 5º distrito de Angra dos Reis Ilha Grande
AMA -	Associação de moradores do Abraão
APA -	Área de Proteção Ambiental
ALAM -	Rede latino-americana de Museologia
APERJ -	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APA -	Área de Proteção Ambiental
BIC -	Bolsas Ibermuseus de capacitação
CECA -	Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural
CETRAD -	Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento
CEADS -	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
CEMU -	Centro Multimídia
CLPE -	Comissão Local para o Patrimônio e Ecomuseu
COMUSE -	Coordenação de Museologia Social e Educação
CODIG -	Comitê de Defesa da Ilha Grande
CONSIG -	Conselho do desenvolvimento sustentável da Baía da Ilha Grande
DEPAT -	Departamento de Patrimônio
ECOMIG-	Ecomuseu Ilha Grande
ECOMUDE -	Ecomuseu Delta do Parnaíba
EIE -	Encontro Internacional de Ecomuseus
EIEMC -	Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários
FAPERJ -	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEMS -	Federação de Ecomuseus e Museus Sociais
FNM -	Fóruns Nacionais de Museus
FEEMA -	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FUNDAJ-	Fundação Joaquim Nabuco
IBRAM -	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM -	Comitê Internacional de Museologia
ICOM -	Conselho Internacional de Museus
ICOMFOM LAM -	Subcomitê Regional de Museologia para a América Latina e o Caribe
INAH -	Instituto Nacional de Antropologia e História (México)
LSN -	Lei de Segurança Nacional
IPCM -	Instituto Penal Cândido Mendes
IHAP -	Instituto Histórico e Artístico de Paraty
IPHAN -	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INEPAC -	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
MELH -	Museu Etnográfico Louzã Henriques
MINOM -	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MUHNE -	Museu do Homem do Nordeste
NEA -	Núcleo de Educação Ambiental

NOPH -	Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica
OSIG -	Organização para sustentabilidade da Ilha Grande
PaB -	Parque Botânico
PEIG-	Parque Estadual da Ilha Grande
PNPG -	Parque Nacional Peneda-Gerês
PRNA -	Parque Natural Regional de Armorique
PRODEFEM -	Programa para o desenvolvimento da função educativa dos Museus
PRONASCI -	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
RCMC -	Rede Cearense de Museus Comunitários
REMUS -	Rede de Museologia Social
RIM -	*Robben Island Museum*
SAE -	Seção de assistência ao Ensino
SBM -	Sistema Brasileiro de Museus
SECOMIG-	Sistema do Ecomuseu da Ilha Grande
SECOMS -	Sociedade Ecomuseológica do Japão
SEDES -	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá
SEM -	Ecomuseu Municipal do Seixal
SEMEC -	Secretaria Municipal de Educação
SESI -	Serviço Social da Indústria
SNUC-	Sistema Nacional de Unidades de conservação
UERJ -	Universidade do Rio de Janeiro
UFF -	Universidade Federal Fluminense
UNESCO -	*United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).
UNIRIO -	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UTAD -	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

SUMÁRIO

VOLUME I..... **Pág.**

INTRODUÇÃO..... 01

1. ECOMUSEU: CONCEITOS, SIGNIFICADOS E USOS 17

1.1 - Das Origens do Ecomuseu 18
1.2 - Ecomuseu: Termos e conceitos, diferentes interpretações 29
1.3 - Para além da França: breve apontamento sobre experiências de ecomuseus no mundo 55
1.3.1 - Portugal 56
1.3.2 - Partilhando o campo: entre Portugal (Ecomuseu de Ribeira de Pena) e Brasil (Ecomuseu Ilha Grande) 72
1.3.3 - Espanha 83
1.3.4 - Itália 86
1.3.5 - Canadá 94
1.3.6 - Japão 96
1.3.7 - China 98
1.3.8 - África 102
1.3.9 - América Latina - México 105
1.4 - Caracterização Geral dos Ecomuseus 107

2. DA IDEIA À AÇÃO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS ECOMUSEUS NO BRASIL 116

2.1 - Encontros Internacionais de Ecomuseus no Brasil 117
2.1.1 - I Encontro Internacional de Ecomuseus – Rio de Janeiro - 1992 118
2.1.2 - II Encontro Internacional de Ecomuseus – Rio de Janeiro - 2000 132
2.1.3 - III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – 2004 142
2.1.4 - IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – 2012 148
2.1.5 - V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – 2015 155
2.1.6 - Considerações sobre os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários..... 161
2.2 - A Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários 165
2.3 - O Processo de Formação de Ecomuseus no Brasil..... 182
2.3.1 - 1ª - Análise Quantitativa por Região 186
2.3.2 - 2ª- Análise do ano de criação e Categorias dos Ecomuseus Brasileiros..... 193
2.3.3 - Anos 2000 – expansão e consolidação 202
2.3.4 - A Politica Nacional de Museus e a criação de Ecomuseus 226
2.3.5 - Motivações principais da utilização do termo Ecomuseu..... 234
2.3.6 - Influências para a concepção de um Ecomuseu..... 235
2.4 - Redes de Museologia Social – REMUS..... 237
2.5 - Pós-Graduação sobre Ecomuseus no Brasil..... 247
2.5.1 - Mestrado de Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI 248
2.5.2 - Curso de Especialização Museus, Identidade e comunidades da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ 256
2.5.3 - Breve apontamentos sobre o MUHNE 256
2.5.4 - Seminários de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários – a FUNDAJ e o Laboratório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários 266
2.5.5 O Curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidades..... 273
2.6 - Uma teoria brasileira sobre ecomuseus..... 277

3. **O ECOMUSEU ILHA GRANDE: TERRITÓRIO E COMUNIDADE** 295

3.1 - Caracterizando o território da Ilha Grande 296
3.1.1 - A história da Ilha Grande – Ocupação humana..... 309
3.1.2 - Certos Modos de Ser Caiçara 311
3.1.3 - As prisões na Ilha Grande 322
3.1.4 - Reorganizando social após a desativação do presídio..... 329
3.2 - Da teoria à prática: o processo de formação e musealização do Ecomuseu Ilha Grande..... 334
3.2.1 - A chegada da UERJ/CEADS/ECOMIG 334
3.2.2 - Núcleos do Ecomuseu Ilha Grande 349
3.2.3 - Homem, Espaço, Território: A importância do Ecomuseu..... 380
3.3 - As Comunidades da Ilha Grande 388
3.4 - Dois Rios em três tempos: o tempo do presídio, o tempo do vazio, o tempo do museu..... 399
3.4.1 - Vila Dois Rios – O tempo do presídio 399
3.4.2 - O tempo do vazio..... 403
3.4.3 - O tempo do Museu..... 407
As ações do Ecomuseu Ilha Grande junto às comunidades 407

4. **O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO ECOMUSEU ILHA GRANDE** 436

4.1 - Caracterização da Comunidade da Vila Dois Rios 437
4.2 - Tensões e conflitos entre as forças que atuam na Vila Dois Rios 452
4.3 - Ecomuseu Ilha Grande e a Comunidade da Vila Dois Rios..... 462
4.4 - Dois Rios: Laboratório Experimental 473
4.5 - Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG..... 500
4.6 - Ecomusealizando Experiências: Museólogas em uma Ilha..... 515

CONSIDERAÇÕES FINAIS 526

REFERÊNCIAS 544

VOLUME II 557

APÊNDICES..... 558

Apêndice I - Compartilhando o Campo: Vivências e Experiências no Ecomuseu Ilha Grande..... 559
Apêndice II - Metodologia do Observatório dos Ecomuseus e Museus Comunitários. 570
Apêndice III - Ecomuseu Portugueses Pesquisados..... 578
Apêndice IV - Fichas Sobre os Ecomuseus no Brasil..... 591
Apêndice V - Vilas da Ilha Grande Pesquisadas..... 685
Apêndice VI - Fichas de Inventário do SECOMIG..... 702
Apêndice VII – Roteiros das Entrevistas..... 721

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como tema central o Ecomuseu em suas diferentes expressões, destacando a experiência do Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Seu objetivo é analisar o processo de constituição do ECOMIG, problematizando sua conceituação, estruturação e os agentes envolvidos, a fim de possibilitar maior reflexão sobre as dinâmicas de formação de museus deste modelo conceitual; e contribuir com a proposição de novas discussões sobre o tema no Brasil. A reflexão proposta está ancorada em uma abordagem interdisciplinar, fundamentada nos estudos da museologia e do patrimônio, história, geografia, ciências sociais e ambientais. Ao longo da tese buscamos analisar a relação entre teoria e prática de um Ecomuseu, ressaltando a experiência museológica, a atuação e integração das comunidades que habitam a Ilha Grande, especificamente a comunidade da Vila Dois Rios, onde está localizado a UERJ com os núcleos que compõem o ECOMIG.

É importante ressaltar que a criação da ideia de Ecomuseu e de uma possível Ecomuseologia deram ao campo e aos profissionais que trabalham em museus uma importante oportunidade de reflexão e construção de pensamentos e movimentos sobre a teoria e a prática museológica, dando visibilidade ao patrimônio, ao território e às comunidades que deles se apropriaram, permitindo conceituações e aplicações de "novas" abordagens metodológicas sobre a práxis[1] do campo. Tais discussões e mudanças foram potencializadas pela insatisfação de alguns teóricos com um modelo de museu tido como tradicional, que tem como alvo o edifício, as coleções, seu público e narrativas e/ou perspectivas em sua maioria derivadas dos estamentos dominantes da sociedade.

O Ecomuseu foi um dos grandes construtos da história da museologia ao potencializar no cenário das ciências sociais uma nova museologia de processos políticos, de movimento teórico e reflexivo a partir dos paradigmas da década de 70, numa revisão dos padrões das práticas museológicas de décadas anteriores. Um museu integral e integrado às comunidades que se apropriaram da relação museu-patrimônio-território, no incentivo à democratização do saber museológico e no protagonismo dos sujeitos envolvidos, tornando os museus um instrumento a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

[1] Utilizaremos a práxis no sentido que lhe atribui o dicionário Marxista práxis diz respeito a "atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico a si mesmo". E Vazquez (1977, p.185), na compreensão da práxis como atividade social transformadora. Nesse sentido, a práxis é uma atividade conscientemente orientada, o que implica não apenas as dimensões objetivas, mas também subjetivas da atividade. Inclui além de atividades transformadoras, no sentido da transformação da natureza, da criação de objetos, de instrumentos, de tecnologias; é transformadora também com relação ao próprio homem que, na mesma medida em que atua sob a natureza, transformando-a, produz e transforma a si mesmo.

O Ecomuseu, sem dúvida, foi um dos grandes responsáveis pela construção de novas práticas museológicas e pensamentos que contribuíram para o campo da museologia. Se pudéssemos realizar o exercício de transcender a palavra ecomuseu, poderíamos iniciar dizendo que o prefixo Eco, no dicionário de língua portuguesa, significa "repetição de um som que se dá pela reflexão de uma onda sonora por uma superfície ou um objeto"; ou seja, poderíamos perceber o Ecomuseu como um som – uma reverberação produzida pelas relações sociais que se refletem nos processos e dinâmicas expressadas no território, no ecoar das tradições, da cultura e das características que conectam comunidades e fazem com que esse eco perpasse como conexões ou círculos concêntricos aos seus grupos e consecutivas gerações. A análise do elemento Eco mostra ainda que ele é originário do grego *Oikòs,* que significa casa, lar, meio ambiente - sendo considerado como um abrigo, que pode apresentar uma conotação mais afetiva e pessoal, muitas vezes associada à ideia de família.

É interessante que embora este termo tenha sido criado de forma circunstancial por Hugues de Varine-Bohan, traz em sua essência uma ideia de afeto, de família, de lar e de meio ambiente como um abrigo que protege e guarda. É curioso que essa conotação tenha ganhando ainda mais força e destaque ao juntar com o termo Museu e tudo o que ele carrega em sua essência, conceituação e prática. A junção dessas duas palavras e posteriormente sua concepção tornou-se uma potência museológica capaz de mexer com as bases estruturais do museu tradicional e transformar indivíduos em protagonistas das suas próprias histórias, narrativas e experiências. Assim, o fenômeno museu[2] se "alimenta" de uma energia vital museológica produzida no presente por seus agentes sociais, transformando-se em fluxo, em dinâmica, em processo, em vida.

Neste sentido, desaparece a associação entre museu e passado, entre museu e coisa acabada, pois como afirma Scheiner (1998, p. 90-91), museu é tudo o que se dá no presente, e também o passado e a projeção de futuro. No território musealizado, o especialista busca interferir o mínimo possível na dinâmica das relações museu-observador: não há discurso construído, mas um constante desvelamento, e o entendimento que se tem do museu é individual, variável e complexo; também não há necessidade de um "público", pois o museu de território existe independentemente do observador. O ecomuseu é elaborado por e para a comunidade onde se localiza (Ibid. In Loc. Cit.).

[2] Segundo SCHEINER (1999), como fenômeno, instância relacional, evento, acontecimento. Museu é múltiplo, livre e plural com a pontência de desdobrar-se em diferentes expressões ou representações no tempo e espaço, de acordo com os universos perceptuais e sistemas de valores dos diferentes grupos sociais.

Para melhor compreensão das diferenças básicas entre os modelos do museu "tradicional" e do Ecomuseu podemos observar a forma concisa ilustrada por um par de equações desenvolvidas por Hugues de Varine e adicionadas por René Rivard. Estas equações são:

> - Museu Tradicional = construção + patrimônio + coleções + equipe de especialistas + público visitante;
> - Ecomuseu = território + patrimônio + memória + população. (CORSANE, 2005, p.109)

A ideia de ecomuseu, conhecida em todo mundo, elaborada na França dos anos 60 e 70, resultou na criação do seu primeiro caso concreto, na vila e comunidade urbana / industrial decadente de Creusot: o *Écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines*. Nessa concepção, de forma ideal, formulou-se o projeto de um museu igualitário, em que toda a comunidade constituía um museu "vivo" onde não existem visitantes, mas sim habitantes. A essência do museu não reside na exposição, mas na participação. O ponto central deste novo projeto não está no objeto, mas no indivíduo. (SCHEINER; SOARES, 2009, p.7)

A base intelectual para ecomuseus é fundamentada na área de humanas, ciências sociais e na geografia, uma exploração das interações humanas complexas com seu ambiente. Ecomuseus incentivaram a criação e prática, e reatualizaram alguns conceitos e práticas da museologia. Influenciado pelo racionalismo e um estilo de gestão baseado em experiências industriais, o museu tradicional estabelecia regras que tinham de ser mantidas. No entanto, ecomuseus tendem a quebrar as práticas aceitas para alcançar o desenvolvimento social. Eles permitem a capacidade criativa dos seus participantes, e incluem membros da comunidade local, museólogos e voluntários de outras comunidades, mas a sua gestão sempre reflete as necessidades da população local (SONG, 2005, p. 41).

Desde a década de 1970 o modelo conceitual de Ecomuseu, nascido de uma realidade francesa, tornou-se um emblema de identidade comunitária e transformação socioambiental que se disseminou pelo mundo, entre quatro continentes. Na Europa destacaram-se França, Portugal, Itália e Espanha; na Ásia, Japão, China e Índia; na África, Moçambique e Gana; nas Américas, Canadá, Estados Unidos e México - e de forma peculiar o Brasil, atuando em diferentes frentes, com características próprias de relacionar memórias, territórios e patrimônios.

Os ecomuseus apresentam diferentes fluxos, dinâmicas e processos que são construídos em coletividade e em integralidade, numa “ecologia de saberes e fazeres” que se torna ferramenta essencial do que denominamos de Museu Integral em sua plenitude. Apresentamos nesta tese alguns apontamentos sobre a criação de Ecomuseus no Brasil e suas características, no intuito de identificar diferentes

iniciativas, experiências e processos comunitários, contribuindo para o conhecimento, discussão e ampliação de produções sobre este modelo conceitual de museu.

A proposta foi apresentar experiências para além da França, berço da criação dos Ecomuseus, demostrando que cada país e iniciativa refletem tanto a influência das ideias de Hugues de Varine e Georges-Henri Riviére que tomam por base o Ecomuseu da comunidade Urbana Le Creusot Montceau-les-Mines, quanto suas diferenças territoriais, comunitárias e similaridades em sua conceituação e organização.

Com base na análise desses ecomuseus, apontamos as características gerais que os interligam e que levam a esta denominação, destacando os seus fundamentos - como patrimônio, comunidade e - seus fluxos relacionais, a interação e a valorização de identidades, a mobilização, a caracterização da paisagem ou as ferramentas de ação e interação. Destacamos ainda seus projetos, atividades, formação, articulação política; ações administrativas em diferentes níveis e o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo, ao artesanato e outras, conforme será visto no capítulo 1.

No Brasil, os ecomuseus surgem na década de 80 com uma experiência pioneira - o Ecomuseu de Itaipu; mas a reflexão sobre o tema se inicia com os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários, que tornaram-se marcos de discussão sobre este modelo de museu no país. Dentro deste processo, esta tese aborda a criação e formação dos Ecomuseus brasileiros, desenhando uma perspectiva inicial de como esse modelo conceitual de museu surge no país, como os ecomuseus foram pensados, discutidos e criados; e quais são as influências, motivações de uso do termo para as diferentes iniciativas pesquisadas que formam o cenário dos ecomuseus brasileiros. Realizamos um breve mapeamento das instituições denominadas Ecomuseu, num total de 50 iniciativas. O estudo dos dados levantados foi estruturado a partir de quatro vias de análise: 1- Análise quantitativa por região, 2- Ano de criação e categorias, 3- motivações principais da utilização do termo e 4- Influências para a concepção de um ecomuseu. O processo de formação de Ecomuseus no Brasil adquiriu contornos próprios, respeitando os elementos que identificam o Ecomuseu - Território, Patrimônio e Comunidade -, criando diferentes formas de saber e fazer ecomuseu. Questionamos se existe uma teoria brasileira sobre ecomuseus a partir das ideias de alguns autores que desenvolvem pesquisas e escrevem sobre o tema no país.

Dentre as muitas iniciativas que vem sendo desenvolvidas ao longo das últimas décadas no Brasil, destacamos como estudo de caso desta tese o **Ecomuseu Ilha Grande.** Instituição vinculada à UERJ, localiza-se na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, em área nomeada Patrimônio Mundial pela Unesco desde julho de 2019.

A escolha deste tema nasce de algumas inquietações a partir da minha atuação profissional junto à instituição do ECOMIG: museóloga recém-concursada, passei a

analisar a instituição e fazer alguns questionamentos sobre sua constituição, denominação, gestão e relação com as comunidades locais que habitam a ilha. Considera-se ainda a relevância do tema para o campo da museologia no país, pois no Brasil os estudos sobre ecomuseus, apesar da existência de trabalhos de referência sobre o tema, entre artigos, teses e dissertações, ainda são escassos especialmente no que se refere aos ecomuseus brasileiros.

A pesquisa de Tese revelou-se viável a partir de um conjunto de aspectos que ajudaram na concretização da pesquisa:

A) O perfil profissional da Doutoranda - a pesquisadora trabalha como museóloga e coordenadora de um dos núcleos do ECOMIG na UERJ, o que facilitou o acesso a fontes primárias, ao acervo museológico, a personalidades que participaram da criação do ecomuseu e principalmente a boa relação com membros das comunidades da Ilha Grande;
B) A trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora, que vem trilhando ao longo dos anos no estudo e atuação junto a comunidades que utilizam o museu como espaço de luta, resistência e ressignificação da vida local, a partir de processos participativos e da apropriação do patrimônio, seja pela educação patrimonial, seja por metodologias criadas a partir de saberes locais;
C) O interesse pela teoria e práxis de uma museologia comunitária que potencializa o museu como ferramenta de transformação social facilitou o andamento da pesquisa, assim como a familiaridade com o tema da investigação e o ecomuseu que foi analisado como caso de estudo da tese;
D) A experiência profissional e acadêmica da sua orientadora, com diversas publicações no campo de estudos da pesquisa de tese, além de participação como membro efetivo no ICOM, tendo acesso a documentos e discussões sobre o estado da arte das pesquisas no campo da museologia.

Considerando o papel do museu e da universidade, o ECOMIG atua como espaço que proporciona o encontro entre diferentes campos do saber, promovendo o estudo de temas relevantes e estratégicos e a elucidação de problemas, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro. A experiência do ECOMIG é, sem dúvida, uma das mais interessantes da ecomuseologia brasileira no presente, expressa a partir dos seus projetos, ações e do processo de musealização participativa, que vem contribuindo para a valorização das comunidades locais, seu desenvolvimento e para o registro e sistematização dos patrimônios que as representam. Além, de servir como referência para outros processos museológicos que se definem ou queiram se denominar *Ecomuseu* no país.

Partindo desta perspectiva, levantamos a seguinte questão: Como integrar as comunidades ao processo de musealização e conceituação teórico-prática de um Ecomuseu, para que se possa verdadeiramente constituir o Ecomuseu da Ilha Grande?

Considerando o exposto, definimos para a Tese os seguintes objetivos específicos:

- Refletir e discutir sobre o conceito de Ecomuseu e as diferentes concepções ou denominações presentes na literatura do campo, como "museu integral" ou "museu comunitário", a fim de contribuir para a formulação de marcos teóricos relevantes para a temática e delimitar suas fronteiras conceituais em relação ao nosso objeto de pesquisa.
- Analisar os processos de formação, denominação e conceituação dos Ecomuseus no Brasil, ressaltando a sua diversidade e elementos de similaridade.
- Relacionar a concepção teórica com a prática, a partir do estudo de caso do Ecomuseu Ilha Grande.
- Desenvolver estudos sobre as comunidades que habitam a Ilha Grande no intuito de conhecer suas características, anseios e necessidades visando à integração e atuação das mesmas na preservação e gestão de seus patrimônios.
- Analisar as ambiguidades presentes na organização institucional do ECOMIG ao denominar-se simultaneamente ecomuseu e museu universitário.
- Contribuir para a proposta de musealização do Ecomuseu Ilha Grande a partir de uma metodologia própria, sintonizada com a ideia de Laboratório Experimental e o Sistema do Ecomuseu Ilha Grande - SECOMIG.

Com base nessas premissas foi possível a formulação de três hipóteses:

1. A partir da análise do processo de constituição do Ecomuseu Ilha Grande - ECOMIG, e conhecendo as ambiguidades presentes na sua organização, por denominar-se simultaneamente ecomuseu e museu universitário, as suas ações e relações com a comunidade, a problematização sobre sua conceituação, estruturação, agentes envolvidos e a relação entre teoria e prática poderão contribuir para a reflexão sobre as dinâmicas de formação de museus deste modelo conceitual. O conhecimento sobre o ECOMIG contribuirá para a proposição de novas discussões e uma nova representação do fenômeno museu, o Ecomuseu do século XXI;

2 - O conhecimento das especificidades das comunidades que habitam a Ilha Grande, particularmente a Vila Dois Rios, a partir do Laboratório Experimental e da musealização do território, deverá propiciar novos olhares e usos dos traços que as mesmas irão definir como seus patrimônios, incentivando a autogestão, integração e o desenvolvimento local;

3- Por meio da análise sobre a formação, denominação e conceituação dos Ecomuseus no Brasil, é possível contribuir para o campo da museologia no país, no que se refere às suas caracterizações, metodologias e articulações comunitárias sobre seus patrimônio e territórios.

A pesquisa de tese vincula-se à **Linha de Pesquisa 01 – Museu e Museologia**, que parte do museu e suas representações no tempo e espaço, trabalhando as relações entre museus de diferentes modelos conceituais e o corpo social. A tese tem como objeto de estudo o Ecomuseu Ilha Grande, analisando sua constituição e reestruturação a partir dos conceitos gerais sobre ecomuseus e da análise da relação entre as práticas nele desenvolvidas e as práticas indicadas pela literatura do campo. O estudo se insere no Projeto de Pesquisa docente "**Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana**", coordenado pela Profa. Drª. Teresa Scheiner, orientadora desta Tese. A pesquisa analisa "as tendências contemporâneas de pensamento e os modelos sociais, culturais e ambientais que influenciam o desenvolvimento dos estudos sobre o Patrimônio e da teoria da Museologia, na América Latina, buscando compreender sua influência sobre o patrimônio e a Museologia". A tese alinha-se especialmente ao estudo da relação entre museus, meio ambiente e desenvolvimento, aplicados ao caso do Ecomuseu Ilha Grande.

Fundamentos Teóricos e Metodologia

Com base em diversos conceitos e visões, especialmente a partir dos campos disciplinares da museologia e do patrimônio, apresentaremos os principais fundamentos teóricos e metodológicos que nortearam esta tese. A reflexão sobre os fundamentos teóricos do campo da Museologia e dos estudos sobre o patrimônio é primordial para a definição de um trabalho científico que tem como aporte central o tema Ecomuseu. Neste sentido, tomaremos por base a constituição do campo a partir da definição de um objeto de estudo e metodologia própria. Deste modo, este estudo fundar-se-á nas reflexões e estudos conceituais da Museologia desenvolvidos na República Tcheca durante as décadas de 50 e 60 do século XX, nas quais destacamos o teórico Zbynék Stránsky, da Universidade de Masaryk, em Brno, República Tcheca. Por meio dos conceitos de museália, musealidade e musealização deslocaremos o foco da disciplina dos museus para os processos de atribuição de valor às coisas da realidade: a fundamentação necessária para o campo museológico, integrando teoria e prática e constituindo o início de uma reflexão científica e social para a Museologia.

Scheiner (2004) identifica três vertentes que teorizam a Museologia: uma **"teoria do patrimônio[3]"**, onde é tratada a ideia de que, para a Museologia existir, deveria fazer parte de algo maior – uma ciência da memória e do patrimônio; uma segunda vertente onde entende-se a Museologia como resultado da **prática nos museus**; e finalmente, uma terceira, que disseca o **fenômeno Museu** em todas as suas manifestações, tentando dar à Museologia uma identidade enquanto filosofia ou ciência, "inserindo-a num sistema filosófico, com sua própria episteme, partindo do princípio de que a Filosofia aproxima o homem de si mesmo, fazendo-o melhor compreender o **caráter plural dos mundos internos e externos** que o atravessam"(SCHEINER, 2004,p.28).

Pensamos que a Museologia incorpora a percepção sobre a natureza e seus sinais tanto de forma direta como indireta, através das narrativas que os diferentes grupos humanos desenvolvem sobre si e sobre o mundo. Desta forma, a Museologia interpretaria os conjuntos de sinais que determinados grupos percebem e nomeiam como patrimônios.

A partir dessas premissas, buscamos dialogar com as linhas de pensamento que se aproximassem a nossa linha de estudo, com base nas principais correntes e interpretações teóricas e práticas sobre o Ecomuseu. Utilizamos os teóricos Georges-Henri Rivière, Hugues de Varine-Bohan, Mathilde Bellaigue, Teresa Scheiner, Zbynék Stránsky, André Desvallées, François Mairesse e Bruno Soares. Com base nas ideias de Scheiner, Jean Clair, Peter Davis, Pierre Mayrand, Stránsky, investigamos os múltiplos significados do conceito de Ecomuseu e do processo da musealização, buscando as articulações, dissonâncias e ressonâncias que nos permitiram enxergar com mais clareza as estruturas que possibilitam a existência destes espaços. Essas reflexões se complementaram com a produção de autores que cuja proposta conceitual se relacionava ao Patrimônio destacando a ideia de Scheiner sobre o patrimônio integral.

A tese aborda temas ligados diretamente ao universo museológico, especificamente aqueles voltados para o ecomuseu. Segundo a literatura do campo, os primeiros estudos sobre ecomuseologia[4] ocorreram a partir de 1936 com o trabalho apresentado por Georges-Henri Rivière. Seu conceito efetivo e o início de ações práticas ocorreram na França na década de 1970, com os trabalhos realizados por Hugues de

[3] A ideia de patrimônio aqui desenvolvida parte da autora Teresa Scheiner – que considera o patrimônio um valor, termo genérico que identifica o conjunto de representações (materiais e imateriais) que são referência das identidades e modos de ser de cada grupo social. Patrimônio é múltiplo e se institui sempre por um ato de vontade, subordinando as memórias individuais aos valores coletivos; assim patrimônio é processo, sempre intangível na sua gênese (SCHEINER, 2004).

[4] Ecomuseologia está ligada à própria ideia de ecomuseu, modelo que inspirou toda uma nova forma de se pensar os museus que nos leva a refletir sobre o Museu como um espaço do habitar. O *Eco* (ou *Oikos*), do grego, remete à palavra casa, e esta reflexão etimológica talvez tenha sido a maior contribuição do que se chamou de Ecomuseologia (SOARES, 2008).

Varine-Bohan. Rivière publicou a primeira versão de sua “definição evolutiva” em outubro de 1973. Nela ele caracteriza o ecomuseu como um “museu ecológico”, um “instrumento de informação e de tomada de consciência”, já considerando a sua evolução permanente “da qual a população participa”. Na definição de 3 de junho de 1978, ele considera o ecomuseu como uma “estrutura nova, experimentada e concretizada, inicialmente, nos parques naturais franceses”, entre 1968 e 1971, mas que já se desenvolvia em outros territórios como um “laboratório de campo”, que poderia tomar formas diversas. Finalmente, em sua versão final e a mais conhecida, atualmente, apresentada no Creusot, e depois em Paris em 1980, Rivière define o ecomuseu como laboratório, como conservatório e como escola, e coloca em primeiro plano a diversidade das populações que fazem dele o seu espelho (SOARES, 2008).

Varine (1987), ao afirmar que o Ecomuseu foi um fator de construção comunitária, valorizou o sentimento de pertença da população frente ao seu território, de ter uma história do seu conjunto de atores; fez tomar consciência do perigo das rupturas e da necessidade de cooperação de todos para um projeto elaborado em comum. Ele ligou as comunidades e chamou atenção para aquelas até então ignoradas.

O Ecomuseu impôs como pioneira uma nova aproximação com o patrimônio, globalizante e funcional. Os testemunhos do passado não são apenas preocupação dos especialistas, mas da responsabilidade coletiva da população, traços de identidade de um território, instrumento da educação popular e da invenção criadora do futuro.

Em 1994, Bellaigue já destacava como princípios básicos para a constituição de um ecomuseu: identificar um território e seus habitantes; inventariar as possíveis necessidades e seus anseios; atuar como os membros da comunidade, considerando-os donos reais do seu passado e atores do presente; aceitar que não é necessária a existência de uma coleção para que seja instalado o museu. Neste aspecto, a concepção será no sentido comunidade-museu e não objeto-museu, como antes se concebia. A autora chama a atenção para o fato de que é necessária a definição coerente do território de modo a permitir a comunicação entre a população e o museu, para que o processo de inventário seja realizado envolvendo todo o patrimônio cultural e natural, e que a gestão administrativa e as ações culturais e educativas sejam levadas a cabo através da participação dos técnicos e dos diversos grupos comunitários.

Em termos gerais, tomamos como base os princípios do museu integral (Rivière, 1985), que, segundo Scheiner (2012, p.19), se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território - baseado no espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação, ou na ênfase no trabalho comunitário - mas na capacidade intrínseca que

possui qualquer museu, ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu, de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.

Neste sentido, a autora afirma que a grande renovação dos ecomuseus no que diz respeito à prática museológica consiste no modo de atuar as funções básicas da Museologia, relativizando o poder do especialista pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias essa ideia, por exemplo, seria a proposta de ação do museu integral. Os ideais e as práticas dos ecomuseus incorporaram as metodologias existentes no universo museológico, e ajudaram a desenvolver métodos de ação mais sintonizados com as necessidades de grupos específicos.

Como aponta Scheiner (2012, p. 25), deveríamos observar que a partir dos anos 1960, com base na evolução da prática museológica, os museus começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência, incorporando as metodologias de experimentação do conhecimento em processo.

Para buscar uma articulação permanente junto às diversas comunidades, o Ecomuseu deveria buscar o estabelecimento de núcleos de memória, como uma célula que buscaria irradiar (ou convergir) as ações:

> Mas o advento desse museu total, que se realiza sobre o território, não significa a morte do museu tradicional. Ele incorpora o antigo modelo sob a forma de centros de visitação, ou de museu – sede, configurando-se assim uma outra face do fenômeno: Metamuseu, com estrutura semelhante à de uma célula, onde o museu tradicional é o núcleo, o ponto central a partir do qual se irradia, ou para onde converge, todo o trabalho de coleta, investigação, documentação, conservação e interpretação daquele conjunto. O Metamuseu poderá, ainda, ter mais de um núcleo, dependendo de sua realidade – mas nitidamente núcleo e entorno deverão interagir continuamente, pois fazem parte de um todo uno e personalizado. Museu Tradicional, Ecomuseu, Metamuseu: espelho de muitas faces, cada uma delas interagindo de formas específicas com o corpo social, numa relação de extrema complexidade (...) O Museu que desejamos é, pois, um processo, não mais um espaço (SCHEINER, 1998, p. 92-93).

A partir dessas premissas, analisamos o espaço, mas principalmente os processos que se articulam no território da Ilha Grande no intuito de apresentar, analisar o espaço geográfico, o ECOMIG, as injunções pertinentes de uma área de preservação ambiental, em especial o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG). Buscamos fontes que nos ajudassem a compreender a relação do ECOMIG com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, bem como a articulação com outros agentes estatais e da sociedade civil. Com este fim, nos baseamos em Almeida, Santos, Bastos, Callado e Prado, para

compreender o processo de ocupação humana da Ilha Grande: povos pré-cabralinos, tupinambás, fazendas e escravos, caiçaras, pesca e fábricas de sardinha, colônias correcionais, agrícolas e presídios.

Com o objetivo de entendermos a ideia de comunidade e apresentarmos as comunidades que integram a Ilha Grande, suas características, diversidade, anseios e necessidades e especificidades, destacando a integração e atuação das mesmas na preservação e gestão de seus patrimônios, utilizamos uma análise fundamentada em Almeida, Santos, Bastos, Callado, Scheiner e Soares. Questionamos o Ecomuseu do século XXI enquanto território-rede cujas partes se conectam, formando novas territorialidades e dinâmicas sociais - o que o geógrafo Rogério Haesbaert (2002) denominou de multiplicidade espacial, uma articulação em redes que são, também, imateriais e simbólicas. Nos “territórios-rede”, diversas manifestações locais e globais se entrelaçam, exigindo visão integradora que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, para compreensão da complexa dimensão territorial dos processos sociais. Essas reflexões se fundamentaram em Haesbaert, Jeudi, Rivière, Varine e Santos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da tese realizou-se dentro de uma abordagem qualitativa, com análise de dados para melhor aprofundamento do tema escolhido. Nos baseamos numa perspectiva de prática social tomando como referência a pesquisa-ação – entendida aqui como uma estratégia metodológica participativa que articula investigação e ação, com envolvimento direto dos sujeitos da situação investigada; e em que, por meio de um processo cíclico de reflexão sobre a pesquisa e a ação, novos conhecimentos são produzidos e buscam-se coletivamente respostas e soluções para os problemas enfrentados (BARBIER, 2002). Foram utilizados como instrumento de pesquisa: levantamento bibliográfico, entrevistas orais, pesquisa documental e pesquisa exploratória.

No intuito de analisar o nosso objeto de estudo, utilizamos a metodologia de trabalho de campo em ciências sociais, desenvolvida pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira - que prioriza três aspectos fundamentais para o pesquisador, abrangendo o caráter construtivo da percepção dos atos cognitivos, ou seja, dos atos que envolvem os sentidos: do olhar, do ouvir e do escrever. Estes sentidos são tidos como etapas para a apreensão dos fenômenos sociais e podem ser questionados em si mesmos. Sendo assim, o pesquisador exerce uma função de reflexão no exercício da pesquisa e da produção de conhecimentos. Em nosso caso, o museólogo irá desenvolver essa função. O autor mostra que tais atos cognitivos, embora pareçam triviais, também devem ser

problematizados no trabalho em campo, pois assumem um sentido particular, de natureza epistêmica ao construir o saber (OLIVEIRA, 2006, p.18)[5].

Becker (1993) afirma que a observação a qual decorre da participação se transforma num momento importante, que possibilita a descrição do que acontece nas relações e inter-relações dos sujeitos, objetos da pesquisa no espaço em que esta estiver ocorrendo, pois, um pesquisador/a deve se familiarizar com o grupo que pretende estudar, acompanhá-lo no seu contexto social e observá-lo também em suas atividades rotineiras. Tais conceituações são básicas para compreendermos o Ecomuseu Ilha Grande.

Neste sentido, a pesquisa de tese se desenvolveu abrangendo as seguintes etapas de trabalho:

A) **Estudos de cunho teórico**, com levantamento e análise de textos bibliográficos, discussões com pesquisadores e participação em eventos acadêmicos relacionados ao tema, de forma a aprofundar o conhecimento sobre aspectos da pesquisa como ecomuseu, comunidade, patrimônio, território e desenvolvimento local.

B) **Levantamento e análise de fontes primárias** relacionadas à constituição do ECOMIG, incluindo pesquisas em arquivos da própria instituição e departamentos da UERJ, bem como no Arquivo Público do Estado do RJ, onde existe grande quantidade de documentação sobre o ECOMIG. A compilação e análise dos dados obtidos vem permitindo entender como foi pensado o ecomuseu e como ele se localiza dentro da universidade, das comunidades que habitam a ilha Grande e da Museologia, ao denominar-se Ecomuseu.

D) **Mapeamento das comunidades** que vivem na ilha Grande, suas características, anseios, necessidades e identificação de seus patrimônios por meio da continuação e consulta ao projeto Museólogas de Família[6]. E a análise da criação e implementação de um **Conselho Comunitário** que está em processo de discussão e será inserido ao organograma do ECOMIG para que as comunidades da ilha possam atuar na sua gestão, a partir de núcleos-base, que deverão atuar como locais de integração das diferentes comunidades das vilas, espaços de diálogo, comunicação e preservação de seus patrimônios.

C) **Entrevistas semi-estruturadas -** com a fundadora do projeto, professora Dra. Myriam Sepúlveda dos Santos, com o antigo e atual gestor do ECOMIG, Prof. Dr.Ricardo Gomes e o Prof.Dr.Gelsom Rozentino; com o criador do termo Ecomuseu –

[5] Esta metodologia utilizada por Roberto Cardoso de Oliveira será desenvolvida em parte do quarto capítulo.

[6] Sobre o projeto Museólogas de Família, consultar o capítulo 3 desta tese.

Hugues da Varine-Bohan. Além, da articuladora do anteprojeto de museu para a Ilha Grande, como a arquivista Eliana Furtado, bem como os membros das 15 comunidades organizadas que constituem a Ilha grande, especialmente na Vila Dois Rios e que estavam abertas ao diálogo e às propostas aqui sugeridas.

Para executar tais ideias o trabalho vem-se desenvolvendo em duas etapas: a primeira etapa, já em andamento, consiste em utilizar a Vila Dois Rios como Laboratório Experimental, aplicando a metodologia de pesquisa-ação no desenvolvimento de experiências e processos relacionais continuados entre os membros da comunidade da Vila Dois Rios e a Equipe do Ecomuseu Ilha Grande, a partir da definição e apropriação do seu patrimônio e território. Este processo abrange três fases: 1- sensibilização e conceituação; 2- apropriação e difusão (pré-musealização ou cadeia conceitual participativa); e 3- musealização do território, incluindo o registro da biodiversidade local, das comunidades, do que delegam como seus patrimônios, bem como os acervos dos núcleos que constitui o Ecomuseu Ilha Grande e os projetos e publicações dos pesquisadores. Encontra-se em andamento o inventário participativo da Ilha Grande, que conta com a participação de diversos membros das comunidades e se realiza com o auxílio de fichas de inventário compartilhadas, preenchidas a partir da articulação dos diferentes grupos no registro – que vai desde camadas do território até a ocupação humana, abrangendo o patrimônio histórico, cultural e natural da Ilha Grande. Toda esta sistematização está sendo compilada pelo Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG, um banco de dados que integra o processo de musealização do ECOMIG para o registro, sistematização e acesso aos dados sobre os bens materiais e imateriais, científicos e comunitários da Ilha Grande, fomentando o inventário e catalogação integral. Esta metodologia foi utilizada para a aproximação e apropriação da comunidade, visando à participação ativa nas ações desenvolvidas pelo ECOMIG.

Como apresentado anteriormente, a escolha pela Vila Dois Rios se dá não apenas por sua peculiar história prisional, mas por ser o local onde estão sediados a UERJ e os núcleos do ECOMIG, o que vem facilitando a pesquisa e os estudos de campo. A maior viabilidade de acesso, transporte e permanência facilitou o desenvolvimento das ações. A excelente relação que a equipe do ECOMIG vem desenvolvendo ao longo dos anos com a comunidade local facilitou o diálogo e a atuação desses atores na proposta aqui sugerida, aumentando a viabilidade do projeto. É importante ressaltar que quase todos os membros da vila participam das atividades, trabalham e contribuem para o funcionamento da instituição e a maioria tem interesse pelas ideias apresentadas, tal afirmação tem por base algumas consultas prévias e reuniões com a associação de moradores que mostrou estar aberto para tal iniciativa.

A segunda etapa incluiu o acompanhamento e análise sistemática crítica dos processos ora em desenvolvimento no âmbito da gestão do Ecomuseu e que tem como objetivo indicar subsídios teóricos e metodológicos para a constituição efetiva da musealização do ECOMIG. Os estudos, consultas e ações em desenvolvimento junto às 15 comunidades que compõem a ilha e que se estruturam sob a forma inicial de um primeiro mapeamento das comunidades que ali vivem, suas características, anseios, necessidades, bem como identificação coletiva de seus patrimônios a partir do projeto Museólogas de Família.

Vale salientar que o trabalho com as comunidades foi o que deu o tom de como vem evoluindo a experiência do ecomuseu. A forma pela qual irá operar e como será desenvolvido dependerá de diferentes fluxos, ora em processo. A proposta apresentada de reestruturação do ECOMIG a partir do Laboratório Experimental poderá ser modificada ao longo das relações com as comunidades envolvidas. Neste sentido, o valor da presente tese é justamente identificar, analisar criticamente e indicar alguns caminhos possíveis para a consecução desses objetivos.

ESTRUTURA DA TESE

A partir dos eixos temáticos definidos, estruturamos a Tese como segue, com as seguintes abordagens:

CAPÍTULO 1 – ECOMUSEU: CONCEITOS, SIGNIFICADOS E USOS

Apresenta e discute o conceito de Ecomuseu e as diferentes concepções ou denominações atribuídas a esse modelo conceitual - tais como "museu integral" ou "museu comunitário", a fim de contribuir para a formulação de marcos teóricos relevantes para a temática e delimitar suas fronteiras conceituais em relação ao nosso objeto de pesquisa. Este capítulo tem como base o uso de fontes secundárias, com a análise dos principais teóricos da Museologia relacionados à discussão sobre Ecomuseu, destacando Georges-Henri Riviere, Hugues de Varine, Teresa Scheiner, Mathilde Bellaigue, André Desvalleés, Bruno Soares.

CAPÍTULO 2 - DA IDEIA À AÇÃO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE ECOMUSEUS NO BRASIL

Aborda os processos de formação de Ecomuseus no Brasil, destacando o início da discussão sobre o tema no país a partir dos cincos Encontros Internacionais de Ecomuseus, série de eventos cujo título foi posteriormente adicionado o termo museu comunitário. Analisa como se deu a formação, denominação e conceituação dos ecomuseus, ressaltando a sua diversidade e elementos de similaridade. Apresenta a

criação de associações e redes ligadas à temática no país, além de fazer dois estudos de caso de pós-graduação que tem como tema central de suas atividades o Ecomuseu. Questiona ainda se existe uma teoria brasileira sobre ecomuseus a partir das ideias de alguns autores que desenvolvem pesquisas e escrevem sobre o tema no país.

CAPÍTULO 3 - O ECOMUSEU ILHA GRANDE: TERRITÓRIO E COMUNIDADES

Apresenta o território da Ilha Grande, analisando o espaço geográfico, as injunções pertinentes a uma área de preservação ambiental, em especial o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) e a relação com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, bem como a articulação com outros agentes estatais e da sociedade civil. Descreve o processo de ocupação humana da Ilha Grande: povos pré-cabralinos, tupinambás, fazendas e escravos, caiçaras, pesca e fábricas de sardinha, colônias correcionais, agrícolas e presídios. Analisa o processo de formação do ECOMIG, os principais atores, características, dificuldades enfrentadas, realizações, ambiguidades, conflitos, contradições e conquistas. Apresenta algumas comunidades que integram a Ilha Grande, com suas características, diversidade, anseios e necessidades, destacando seu isolamento e especificidades, visando à integração e atuação das mesmas na preservação e gestão de seus patrimônios – com destaque para a comunidade da Vila Dois Rios, onde está sediado o Ecomuseu. Focaliza a visão desta comunidade sobre a Ilha Grande, os presídios e sua desativação, a UERJ, o Ecomig e sobre si mesma.

As fontes primárias consultadas e analisadas para a elaboração deste capítulo foram os documentos do arquivo do Ecomuseu Ilha Grande, a legislação ambiental, o plano de manejo do PEIG, entrevistas com os agentes e gestores do processo. A análise incluiu ainda o estudo da Petrobrás sobre as comunidades e dados do censo do IBGE. Foram realizadas entrevistas com os moradores da comunidade da Vila Dois Rios e demais comunidades da Ilha Grande, a partir da ação Volta à Ilha, do Curso de formação desenvolvido pelo ECOMIG sobre museu, patrimônio e mediação cultural, dos DVDs Museólogas de Família (1,2,3,4) e Inventário Humano da Vila Dois Rios. Foram ainda consultadas fontes secundárias sobre o tema.

CAPÍTULO 4 – O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO ECOMUSEU ILHA GRANDE

Descreve o processo de musealização do Ecomuseu Ilha Grande, analisando sua aplicação, viabilidade e a participação comunitária. Ressalta as características da comunidade da Vila Dois Rios, suas definições sobre Ecomuseu, patrimônio e comunidade, além do chamado Laboratório Experimental, metodologia que surge a partir da experiência relacional entre o Ecomig e a comunidade local sobre essas definições e apropriações. Destaca dentro do processo de musealização o Sistema do

Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG que está em andamento e construção com as comunidades locais e em implantação na UERJ, a partir do inventário participativo do patrimônio histórico, cultural e natural da Ilha Grande – além de compartilhar algumas experiências das museólogas que trabalharam no ECOMIG.

Por fim, nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, fazemos um breve resumo dos pontos principais e contribuição desta tese. Apontamos algumas observações sobre a formação de ecomuseus no Brasil e suas influências, a importância dos Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários para a reflexão e uma possível teoria brasileira sobre ecomuseus produzido a partir dos estudo teórico e práticos dos pesquisadores e comunidades, além da importância dos cursos de pós-graduação que tem como tema central o Ecomuseu, tanto para a formação quanto para a produção contribuindo assim para a consolidação do campo da museologia. E trazemos a experiência museológica do Ecomuseu Ilha Grande desde o processo de constituição até a musealização do território da Ilha Grande como exemplo e referência para os processos museológicos que se autodefinem como Ecomuseu, afirmando assim ser o ECOMIG um Ecomuseu do século XXI.



Fig.1 - Ecomuseu Le Creusot-Montceau-Les-Mines, Museu do Homem e da Indústria

CAPÍTULO 1

Ecomuseu: conceitos, significados e usos

1.1 – Das origens do Ecomuseu

O processo de transformação do museu tradicional avançou rapidamente ao longo do século XIX, incorporando novos temas, categorias e horizontes. A partir de iniciativas na Alemanha e Suíça, foi abandonando progressivamente o colecionismo assistemático e adotadas a exibição e catalogação sistemáticas, integrando experimentos de exibição relacionados a períodos históricos, registros do passado e do [então] presente, conquistas, culturas, ciência e tecnologia, inovação e progresso, como o Museu da Ciência em Londres e o Museu Tecnológico em Viena. Nesse período, os museus cumpriram um importante papel na afirmação de identidades nacionais, inclusive nas lutas por independência - como o Museu Nacional de Budapeste, criado em 1802 com doações voluntárias de partidários da autonomia da Hungria em relação ao Império Austro-Húngaro.

Além dos objetos que representavam o conhecimento sobre partes do real, a incorporação de grandes prédios públicos, palácios e seus jardins representou também um início de incorporação da paisagem e do território pelo Museu. A ideia de reunir construções camponesas tradicionais em "seu" espaço natural, em um parque, conservando seu mobiliário e objetos originais, foi proposta pelo suíço Charles Victor de Bonstetten por volta de 1790. Bonstetten avançou a partir das ideias do arquiteto francês Antoine Chrysistôme Quatremère de Quincy, que alegava que a arquitetura era uma imitação da natureza, defendendo a sua integração (natureza/arquitetura) através do uso de materiais naturais. Partindo dessa ideia, de acordo com Bonstetten, tudo seria possível de ser musealizado, estudado e explicado, anunciando a possibilidade de um museu com base no local, no território. O museu iria além do prédio, incluindo a natureza e ações do homem nesse território[7].

É importante lembrar que o avanço dos museus sob diferentes representações ocorre de forma concomitante com o avanço das ciências humanas. História e Geografia passam a ter o reconhecimento do seu *status* científico e se tornam partes importantes do projeto de construção das identidades nacionais. Um pouco depois ocorre o reconhecimento da Antropologia e da Etnologia como campos do conhecimento científico, incluindo a importância inédita dada ao folclore como âmbito de estudo das coisas do povo, dos elementos da cultura popular. O reconhecimento da importância de estudar e conhecer as coisas do povo tornou-se crescente e isso pode ser atestado com a criação, em 1878, do *Musée d' Etnographie du Trocadéro* em Paris, dedicado ao

[7] PEREIRA, Renata Baesso. Quatremère de Quincy e a ideia de tipo. In **Revista da História da Arte e Arqueologia**, n.13. Disponível em: http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2013%20-%20artigo%204.pdf. Acessado em 01/07/2018; e http://data.bnf.fr/12214752/charles-victor_de_bonstetten/ Acessado em 01/07/2018.

estudo e representação das culturas humanas. Uma outra linha que se estabelece em paralelo é a criação de parques naturais, áreas protegidas com o objetivo de preservar o patrimônio natural e cultural de uma região. O primeiro parque natural data de 1872, nos EUA: o *Yellowstone National Park* ocupa uma área de 8.980 km² do território norte-americano, incluindo áreas nos estados de Wyoming, Montana e Idaho.

Museus que valorizavam esta suposta identidade nacional ou popular passaram a ter uma importância cada vez maior. Neste processo, iniciou-se uma variante com a experiência dos museus ao ar livre, a partir do exemplo pioneiro do *Nordiska Museet* (Museu Nórdico), criado no ano de 1873 por iniciativa do sueco Artur Hazelius, em Estocolmo. Hazelius buscou preservar edificações típicas e históricas, incluindo neste grupo a musealização de sítios arqueológicos sob a forma de museus *in situ.* Era o ponto de partida para um museu a céu aberto que buscava representar a cultura camponesa no país[8]. Em 1891 foi criada em Skansen, próximo a Estocolmo, uma seção do Museu Nórdico que se constituiu no primeiro museu a céu aberto. Skansen era um parque – que incluía um jardim botânico e um zoológico. As construções de diferentes períodos históricos da Suécia que reconstituíam o mobiliário, ferramentas, utensílios domésticos, vestuário e outros objetos originais, podiam ser visitadas pelo público. Em 1894 foi criado em Oslo, Noruega, um outro museu a partir dessa experiência - o *Norsk Folkemuseum* (Museu de Tradições Populares da Noruega, ou Museu do Folclore), um museu de história cultural que mostra como as pessoas viveram na Noruega a partir do ano de 1500, representando o cotidiano das cidades e do campo. Ainda hoje é um dos maiores museus ao ar livre da Europa. O museu estabeleceu o objetivo de dar uma visão geral da vida cotidiana na Noruega e mostra a interação entre sociedade, cultura e natureza. Uma tarefa central é elucidar questões relacionadas ao que significa ser norueguês e ao que constitui a identidade norueguesa, de acordo com as mudanças na sociedade[9] .

[8] A ideia de realização de um museu a céu aberto ocorreu por volta de 1790, tendo partido do pensador suíço Charles Victor de Bonstetten, baseada numa visita deste a uma exibição sobre a cultura camponesa no parque do Castelo de Frederiksborg, na Dinamarca. Ele acreditava que as tradicionais casas dos camponeses deveriam ser preservadas para a posteridade, mas não obteve apoio para a sua ideia. Disponível em http://data.bnf.fr/12214752/charles-victor_de_bonstetten/ (acessado em 01/07/2018).

[9] Não menos importante, o museu foi atualizado ao longo das últimas décadas em decorrência de mudanças na composição da população do país.

Fig. 2 - Mapa de Skansen



Fonte: https://www.walkingonclouds.tv/nordiska-museum-skansen-freilichtmuseum-djurgarden-sehr-interessant/ (acessado em 31/07/2018)

Se, inicialmente, a preocupação seria a preservação das tradições culturais camponesas, como algo sob o risco de ser ultrapassado pelo progresso industrial, ao longo do tempo essas experiências evoluíram e possibilitaram importantes contribuições para a pesquisa etnológica. As pesquisas sobre hábitos, costumes, cultura e representações materiais e simbólicas abarcaram também a relação das comunidades com o seu habitat, com o seu território. O *Norsk Folkemuseum* buscou estabelecer-se em um local que representasse a permanência, as marcas do tempo e da cultura, reconstruindo, por meio de casas, fazendas, moinhos e outras construções que representassem o estilo, a técnica, a arquitetura, a cultura daquela comunidade ou "povo" num determinado período histórico, registros que tinham uma significação para essa comunidade e/ou para o conjunto da sociedade.

As experiências de Suécia e Noruega influenciaram rapidamente outras experiências na Europa e, posteriormente, nos EUA. Na França, na cidade de Arles, em Bouches-du-Rhône, em 1899, foi criado o *Museon Arlaten* (Museu de Arles), destinado à etnografia da região da Provença. O Museu Arlaten foi considerado um verdadeiro "poema em ação": é um dos primeiros museus de etnografia criados na França para conservar os traços de uma cultura local ameaçada de profundas mudanças ao iniciar-se o mundo contemporâneo; e para legitimar uma cultura local singular. O museu descreve os hábitos de vida dos provençais já revelados pelos folcloristas contemporâneos, como Frédéric Mistral e posteriormente pelos estudos e

pesquisas do século XX. Foi criado por iniciativa de Mistral e apresenta um panorama da Provença, do final do século XVIII aos dias atuais. Está instalado no antigo colégio dos jesuítas e sob um fórum Romano[10].

Fig. 3 - Museon Arlaten



Fonte: http://www.museonarlaten.fr

Na Dinamarca, em 1909, foi criado o *Den Gamle By* (a *Cidade Velha*, em dinamarquês), em Aarhus. Em verdade foi aberto ao público em 1914, com o nome de *"Den gamle Borgmestergård"* (em dinamarquês "a velha mansão do burgomestre") adotando o nome atual apenas a partir de 1995. Trata-se de um museu ao ar livre constituído por 75 edifícios históricos, recolhidos em 20 localidades de todas as partes do país e organizados como os de um pequeno povoado. As construções, em sua maioria casas, possuem uma parte da estrutura em madeira e foram construídas originalmente entre 1550 e o final do século XIX. O seu conjunto reúne 26 salas, quartos e cozinhas, 34 oficinas, 10 mercearias ou lojas, 5 jardins históricos, uma estação dos correios, uma alfândega, uma escola e um teatro, todos reconstituídos conforme o seu período histórico original. Os funcionários do museu trabalham com trajes típicos e realizam a representação de figuras típicas, como o comerciante e o ferreiro, por exemplo, buscando construir e transmitir a ilusão de uma população viva ou uma cultura "viva"[11].

[10] In: http://www.museonarlaten.fr/museon/CG13/ . Acesso em 02/06/2018 [Trad. Nossa].
[11] Para mais informações ver: https://www.dengamleby.dk/ (acessado em 02/06/2018)

Fig. 4 - Den Gamle By



Fonte: https://www.dengamleby.dk/ (acessado em 02/06/2018)

Em 1920 uma nova experiência de museu ao céu aberto teve início nos EUA, com a *Colonial Williamsburg* - que convida os visitantes a uma viagem no tempo e a um mergulho em uma cidade do século XVIII: o visitante pode conhecer os edifícios históricos, bem como personagens da história americana. O museu, instalado na cidade que foi a primeira capital dos Estados Unidos, convida os jovens em especial a se sentirem como jovens revolucionários, combinando o aprendizado da história americana com a diversão – tudo a partir de uma reconstituição deliberadamente cuidadosa, com funcionários ou atores vestidos de acordo com o período histórico, retratando situações do cotidiano dos fundadores da pátria norte-americana[12].

Fig. 5 - Colonial Williamsburg



Fonte: https://www.colonialwilliamsburg.com/

[12] Texto de apresentação e visão geral do site *Visit Williamsburg*: https://www.visitwilliamsburg.com/attractions-williamsburg-va/colonial-williamsburg (acessado em 02/06/2018).

Ao final do século XIX e início do XX foram criados na Alemanha e também na Áustria os *Heimatmuseen*, pequenos museus de história local, que estabeleciam uma relação mais próxima entre território, história e cultura a partir das identidades locais, tendo como referência o cotidiano das pessoas comuns. Com a ascensão do nazismo esses museus foram incentivados e utilizados como instrumentos de legitimação do Estado Nazista, a partir da valorização das origens da cultura ariana e de sua superioridade em relação às demais culturas e civilizações. Com a derrota do nazismo na II Guerra Mundial esses museus foram deixados de lado por sua identificação política.

Todas essas experiências configuraram um novo modelo de museu - reconhecido como **Museu de Território**. Ele se estabelece no século XVIII, se desenvolve ao longo do século XIX e vai engendrar, na segunda metade do século XX, uma nova manifestação que será chamada de Ecomuseu. Quanto à relação entre museus e comunidades, lembraríamos que desde o iluminismo a função pedagógica dos museus sempre esteve presente, seja de forma consciente ou não (SCHEINER, 1998).

No final do século XIX as teorias do aprendizado propuseram que o conhecimento fosse revelado não apenas através de livros, mas também através de objetos. Consequentemente os museus foram melhor percebidos como lugares para a produção e difusão do conhecimento. Produzir novos conhecimentos requeria pesquisa em objetos, enquanto novas informações eram tornadas públicas através de exposições.

Naquele momento, acreditava-se que qualquer indivíduo que estudasse o objeto com bastante atenção, mesmo os não treinados, entenderia o seu significado. Entretanto o interesse público diminuiu quando visitantes de museus se viram confrontados com multidões de objetos e pouca interpretação. Além disso, os museus enfrentavam cada vez mais a concorrência das feiras mundiais, que ofereciam mais entretenimento do que os museus, em geral pouco adequados à comunicação.

A criação, a partir da década de 1920, em museus de diferentes países, de setores especialmente dedicados à educação, impulsionou de modo notável a relação entre museus e educação. O pioneiro, em 1929, foi o *Nordiska Museet* que passou a estreitar esses laços e fomentar ações de aproximação e experimentação, resultando numa experiência lúdica, notadamente com crianças.

Os setores educativos buscaram novas formas de dialogar com o público e promover novas experiências e experimentações, que ultrapassaram o discurso e a lógica acadêmica e cientificista. Dessa forma, ao invés de uma postura passiva ou

tradicional, o público passava a ter a possibilidade de experimentar o museu. Experimentação e participação tornam-se termos fundamentais como elementos da relação entre museu e sociedade.

No Brasil, o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, teve um papel pioneiro, com a implantação de um setor educativo: a Seção de Assistência ao Ensino (SAE), criada em 15 de outubro de 1927, foi a primeira estrutura desse tipo organizada por um museu brasileiro e uma das primeiras formalizadas no mundo. Em sua proposta original, o setor era responsável pelo atendimento de estabelecimentos de ensino. Posteriormente, além de auxiliar nas visitas educativas de escolas, universidades, pesquisadores e do público, o museu passou a realizar pesquisas sobre técnicas de utilização didática das exposições para diferentes níveis de ensino[13].

Em 1937 foi inaugurado em Paris o *Palais de la Découverte*, museu de ciências que possibilitava uma série de experimentações em aparelhos simuladores de fenômenos científicos. Do mesmo modo, na cidade de São Francisco (EUA), o *Exploratorium*[14] é considerado um modelo desse tipo de museu.

Na Dinamarca, em 1964, foi criado um museu do tipo ateliê, o *Lejre Museum* (Museu Lejre), um museu a céu aberto de caráter exploratório, instalado num sítio arqueológico da Idade do Ferro, tendo como base e referência a cultura Viking. Existente até hoje, o museu recebe o público para experiências e vivências relacionadas à vida desse tempo histórico[15]. A proposta inovadora realizada permite que, a cada ano, famílias se hospedem no museu e experimentem por alguns dias ou semanas as mesmas condições de vida conhecidas por seus ancestrais. A diferença aqui, com relação aos museus a céu aberto ou de território citados anteriormente, em que se tratava de apresentar os objetos e seu meio, é que nesse museu os visitantes não se

[13] SILY, Paulo Rogério Marques. Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2012. Orientador: José Gonçalves Gondra.

[14] O Exploratorium, fica localizado em San Francisco, Califórnia. É um laboratório de aprendizagem público que explora o mundo por meio da ciência, da arte e da percepção humana. O Exploratorium foi ideia de Frank Oppenheimer, professor, de segundo grau, criador de gado e físico experimental. Enquanto lecionava em uma universidade, Frank desenvolveu uma "biblioteca de experimentos" que permitia a seus alunos explorar fenômenos científicos. Alarmado com a falta de compreensão do público sobre ciência e tecnologia, Frank usou esse modelo para criar o Exploratorium, acreditando que os visitantes poderiam aprender sobre fenômenos naturais e também ganhar confiança em sua habilidade de entender o mundo ao seu redor. Esta foi uma ideia inovadora para um museu de ciências em 1969, quando o Exploratorium foi inaugurado.

[15] O Museu Lejre está localizado 10 km a oeste de Roskilde, na aldeia de Gl. Camps, cercado por uma área natural lindamente montanhosa e historicamente rica. O museu está alojado em uma fazenda de quatro andares com construções de palha "Hestebjerggård". Na área em torno do museu, você encontrará alguns dos bens antigos mais bem preservados da Dinamarca, incluindo o selo de um navio e a evidência de cinco grandes "salões reais" da era Viking. O Museu do Acampamento reabriu em março de 2016 com uma nova exposição moderna, "Os Líderes da História dos Reis", que conta a história da aldeia Gl. Além da exposição, o museu oferece um abrangente programa de eventos, uma pequena loja aconchegante com possibilidade de compra de café, além da possibilidade de reservar passeios e alugar salas para eventos de empresas, reuniões e palestras. (tradução nossa) http://lejremuseum.dk/ (acessado em 31/07/2018).

contentam em contemplar os objetos expostos, mas assistem a sua utilização; e podem também, eles mesmos, utilizá-los.

Fig. 6 - Museu Lejre



Fonte: https://www.visitlejre.info/ln-int/lejre/family-fun-lejre

Após a Segunda Guerra Mundial, ainda no final da década de 1940, os museus reforçaram a busca por maior aproximação com o público e experiências inovadoras. Surge a proposta de participação da sociedade no processo constitutivo do museu. Ainda não é a ideia de participação comunitária, mas sim de engajamento de visitantes e/ou de certos segmentos sociais, que não mais apreendem conteúdos no museu ou experimentam sensações por meio de processos de mediação, mas deixam seu lugar de sujeito passivo na relação com os museus e tornam-se elemento central do próprio fazer-museu, interferindo diretamente nas narrativas e nos processos representacionais dos museus, em pé de igualdade (ao menos enquanto ideia-força) com as vontades e atuação dos especialistas. Uma experiência da relação entre museu e participação popular foi a criação do Museu do Índio por Darcy Ribeiro, em 1953, no Brasil. A sua constituição buscou a participação de diversas comunidades indígenas brasileiras, que contribuíram com o acervo e o discurso adotado pelo museu.

Os museus de vizinhança foram os primeiros a desenvolver essa relação com o público de forma complexa e dialética, “fundindo” os papéis de visitantes, representados e representantes. Um dos primeiros museus de vizinhança - e o mais emblemático, foi criado nos EUA em 1946, na cidade de Sherman, estado de Nova Iorque. O *Sherman Museum* nasce de uma iniciativa de estudantes locais e sua professora, que salvam

uma antiga casa da cidade da destruição e conseguem transformá-la em museu, coletando objetos relacionados à vida e história local, e ali montam a sua primeira exposição.

Em 1967, em meio à grande efervescência das lutas dos negros norte-americanos pela integração racial e pela liberdade de expressão, foi criado pela *Smithsonian Institution*, de Washington, D. C., o *Anacostia Neighbourghood Museum*, num bairro pobre e de maioria negra na capital dos EUA. Anacostia Community Museum foi idealizado por S. Dillon Ripley, então secretário da Smithsonian Institution, como um esforço de divulgação do Smithsonian para a comunidade afro-americana local. John Kinard, um ativista comunitário local e ministro, foi nomeado diretor fundador e empregou suas habilidades no envolvimento, organização e divulgação da comunidade afro-americana para moldar a prática e a direção do museu. Junto com as comunidades locais, o museu fortalece e amplia o poder coletivo. À medida que os bairros passam por mudanças sociais, econômicas e ambientais as comunidades se reúnem nos conhecimentos e forças combinadas. Este museu documenta e preserva as memórias, lutas e sucessos das comunidades e oferece uma plataforma onde diversas vozes e culturas podem ser ouvidas. Acreditando que a união das comunidades urbanas pode trazer uma ação coletiva para construir um futuro melhor. Neste contexto, a proposta é iluminar as interseções de história, cultura e questões sociais contemporâneas que afetam as comunidades da área metropolitana de DC uma lente local para contar histórias que ressoam nacional e globalmente.

Este museu teve um papel pioneiro no desenvolvimento das metodologias de um museu comunitário, integrando funcionários da instituição e lideranças do bairro no seu processo de criação e tornando-se o primeiro museu norte-americano com gestão compartilhada. Essas lideranças ou representantes comunitários constituíram um conselho consultivo permanente com participação nos processos decisórios sobre o museu, dele se apropriando como o seu espaço de memória e identidade local. Mas, o museu não se limitou ao passado ou evolução histórica, voltando-se para o debate e a atuação relativa aos problemas contemporâneos que afetavam a população local, buscando a melhoria da qualidade de vida das comunidades que representava.

Fig. 7 - Anacostia Neighborhood Museum



Fonte: http://anacostia.si.edu/ - Acesso em novembro de 2018

Esse processo de transformação dos museus em sua relação com a sociedade teve um marco fundamental com a criação do Conselho Internacional de Museus – ou *International Council for Museums* (ICOM), em 1946, criado por e para profissionais de museus, com sede em Paris. Evidentemente influenciado pelo contexto do final da Segunda Guerra Mundial, em que várias organizações multilaterais foram criadas, o ICOM foi criado como um organismo internacional que congregava as nações para a colaboração dos povos em tempos de paz e respeito mútuo. É uma organização não-governamental, que mantém relações formais com a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), executando parte de seu programa para museus. Tem a missão de conservar, preservar e difundir o patrimônio cultural, reunindo museus e profissionais de museus. Promove eventos, publicações e programas de formação e intercâmbio que visam à difusão de conhecimentos, o aumento da participação do público em museus, atualização de padrões profissionais, dentre outros objetivos[16].

A preocupação primordial com o patrimônio cultural dos povos como patrimônio mundial de todos fez com que o ICOM buscasse uma definição de *museu* que fosse considerada consenso, possibilitando o entendimento e o trabalho conjunto entre profissionais de diferentes nacionalidades. Na definição de museu que consta de seu primeiro Estatuto, “a palavra “museu” designa todas as coleções de documentos artísticos, técnicos, científicos, históricos ou arqueológicos abertos ao público, e

[16] Disponível em: http://icom.museum . Acesso em: 07/07/2018.

compreende os jardins zoológicos e botânicos, mas exclui as bibliotecas, somente abrindo exceção àquelas que possuem salas de exposição permanente”[17].

Integra a estrutura do ICOM o CECA, *International Committee for Education and Cultural Action* – Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural. É um dos maiores e mais antigos comitês do ICOM, sendo integrado, hoje, por mais de 1.000 membros, oriundos de 85 países. Seus membros são profissionais que trabalham em diferentes setores de museus, ou em instituições a eles relacionadas: educadores, curadores, professores, comunicadores ou intérpretes interessados na aplicação da educação e da ação cultural a um determinado patrimônio[18].

As experiências que citamos acima foram alvo de muitas discussões e resoluções do ICOM ao longo da segunda metade do século XX. O ICOM se mostrou uma organização antenada com as grandes questões da cultura e do desenvolvimento humano aplicadas aos museus. Esse é o caso, por exemplo, da resolução número um da sua 9ª Conferência Geral (1971), que afirma que “(...) o museu tem por finalidade a transmissão de informação e de conhecimento por todos os meios disponíveis, em especial de maneira educativa, estando antes de tudo a serviço da humanidade (...)”. Dessa forma, afirma o engajamento dos museus na prestação de serviços às sociedades nas quais se inserem. Em 1974 incorpora o complemento “a serviço da sociedade e seu desenvolvimento” na definição global de museu, complemento este em vigor até hoje[19].

Neste contexto, o Ecomuseu vai ganhando visibilidade e força dentro das discussões e práticas museológicas tornando-se uma referência dentro do processo de desenvolvimento local e comunitário.

De acordo com de Varine[20], historicamente, a palavra ecomuseu foi inventada em 1971 para promover a relação entre museus de ciências naturais, preservação da

---

[17] Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (2007 -1946). Disponível em http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html (acesso 07/07/2018)

[18] CECA, in: http://network.icom.museum/ceca/L/1/ Acesso em novembro de 2018.

[19] Em vigor desde 2007, a definição de museu elaborada pelo ICOM está em revisão. O processo se de dá de maneira colaborativa, seguindo uma metodologia em 11 passos estabelecida pelo ICOM. Este processo pressupõe o forte envolvimento dos comitês nacionais em várias etapas – a primeira delas, a consulta às redes locais a respeito dos conceitos que devem constar da nova definição.

[20] Hugues de Varine-Bohan foi diretor do ICOM, entre 1965 e 1974, acompanhou as ações e atividades dos museus, as novas tendências das políticas patrimoniais e as inovações que surgiram nos mesmos territórios. Entre 1971 e 1972 inventou, a palavra “ecomuseu” e posteriormente trabalhou em sua definição. Como um de seus fundadores (1972-1974) e posteriormente presidente (1993-1995) do Ecomuseu da Comunidade Urbana de Creusot-Montceau (sob forma associativa), participou da invenção e desenvolvimento de um novo tipo de museu vinculado para o desenvolvimento do território. Desde de 1984 trabalhou na constituição do Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM), junto com Pierre Mayrand e os primeiros militantes deste movimento. Entre 1990 e 2000 e até 2013, por ocasião de inúmeras comissões de acompanhamento de ecomuseus ou projetos patrimoniais no terreno. Sempre atuou como "agente de desenvolvimento local" trabalhando com as equipes que inventaram ou desenvolveram ecomuseus: no Brasil (Itaipu, Santa Cruz, Ouro Preto e Belém), Portugal (Seixal, Barroso), Itália (Val Taleggio, Gemona, Argenta), Quebec (projecto-piloto do património das comunidades indígenas Ilnu e Abenaki) e também, ocasionalmente, no Japão, Suécia e Espanha (VARINE, 2020, p.14).

natureza e educação ambiental, e também para incentivar a participação desses museus na I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Posteriormente, o termo foi apropriado para designar museus e centros de interpretação existentes nos parques naturais regionais franceses.

Desde então, o termo e conceito se diversificaram e ganharam diversas interpretações, adequados a cultura e experiência de cada local e sua população. Veremos com mais detalhes no tópico a seguir.

1.2 – Ecomuseu: Termos e conceitos, diferentes interpretações

De guarda de objetos ao território musealizado, o Museu se apresenta com diferentes representações ao longo do tempo - como afirma Scheiner (1998), sempre plural, contraditório ou fragmentário. Dentre tais representações encontramos o Museu Tradicional, cuja unidade conceitual é o objeto como instrumento primordial de trabalho: sobre ele constrói sua teoria, apoiando-se na semiologia e nos estudos da cultura material. Com o aparecimento do Museu Exploratório, nos anos 1950, amplia-se o conceito de objeto para incluir os modelos experimentais de fenômenos científicos como elementos constituintes dos acervos de museus. E ao longo da década de 1960, com a evolução dos paradigmas científicos e a revalorização das teorias holistas, considera-se na sociedade ocidental outra representação de museu, a do espaço ou território musealizado, no qual sociedade, memória e produção cultural formam um todo interligado, ou seja, o chamado Museu integral[21] - que desloca sua base conceitual da ideia do objeto para a de patrimônio, pela apropriação simbólica de um conjunto de evidências naturais e de produtos do fazer humano na identidade de grupos sociais (SCHEINER,1998, p.3).

Em termos gerais, tomamos como base os princípios do museu integral, que, segundo Scheiner (2012, p.19), se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território - baseado no espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação, ou na ênfase no trabalho comunitário - mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu, ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu, de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.

[21] Inspirado nas experiências de museus de território, iniciadas na Europa ao final do século 18.

Deste modo, ao museu tradicional foram incorporados outros modelos teóricos, como o Museu de Território, cuja base conceitual não é o objeto, mas um espaço territorial definido, com especiais características geográficas, ambientais e de ocupação cultural, bem como características excepcionais de beleza cênica, condições naturais, ocupação humana e produção cultural. “Se o museu tradicional, ao ser viabilizado na prática, elabora uma seleção sobre aspectos da natureza e da produção do homem, os museus de território se viabilizam com o potencial de trabalhar de forma integrada a memória territorial e patrimonial da região” (SCHEINER, 1998, p.90).

O acelerado processo de industrialização e urbanização na segunda metade do século XX, marcou o pensamento brasileiro no que tange a questões políticas, sociais e culturais. O Brasil vivia um momento delicado de luta por democracia, pelos direitos das “minorias”, da organização de diversos movimentos sociais e transformações na estrutura de produção e da sociedade, nos comportamentos políticos e nas manifestações culturais. As demandas políticas e sociais foram aos poucos penetrando no mundo dos museus. Nesta perspectiva, tornou-se claro para todos que a função social do museu é ser um instrumento de desenvolvimento social e cultural, a serviço de uma sociedade democrática.

Scheiner (1998, p.85) comenta que, neste sentido,

> Fica relativizada a associação entre museu e passado, entre museu e coisa acabada, pois museu é tudo o que se dá no presente, e também o passado e a projeção de futuro. Em um território musealizado, o especialista busca interferir o mínimo possível na dinâmica das relações museu-observador: não há discurso construído, mas um constante desvelamento, e o entendimento que se tem do museu é individual, variável e complexo; também não há necessidade de um “público”, pois o museu de território existe independentemente do observador. É um conjunto voltado sobre si mesmo, que não pressupõe a presença de um corpo de visitantes externo aos seus limites.

Nestes espaços “musealizados”, como os parques nacionais, as reservas e santuários biológicos, os sítios arqueológicos e etnográficos habitados, os museus a céu aberto, as cidades-monumento, destacamos os ecomuseus como foco do nosso estudo, onde a relação homem-cultura-natureza se dá de forma mais ampla. Nestes territórios,

> Tudo é patrimônio: o céu, o clima, a paisagem, a água, as comunidades que ali existem, bem como a dinâmica das relações que ali se dão. Este é o conceito de patrimônio integral, construído sobre uma percepção holista do meio ambiente. O ecomuseu é elaborado por e para a comunidade onde se localiza (SCHEINER, 1998, p. 91).

Neste sentido, fica relativizada a associação entre museu e passado, entre museu e coisa acabada, pois museu é tudo o que se dá no presente, bem como também o passado e a projeção de futuro. Em um território musealizado, o especialista busca

interferir o mínimo possível na dinâmica das relações museu-observador: não há discurso construído, mas um constante desvelamento, e o entendimento que se tem do museu é individual, variável e complexo; também não há necessidade de um “público”, pois o museu de território existe independentemente do observador. É um conjunto voltado sobre si mesmo, que não pressupõe a presença de um corpo de visitantes externo aos seus limites. O ecomuseu é elaborado por e para a comunidade onde se localiza. (SCHEINER, 1998, p.90-91)

Scheiner afirma que a grande renovação dos ecomuseus no que diz respeito à prática museológica consiste no modo de atuar as funções básicas da Museologia, relativizando o poder do especialista pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias essa ideia, por exemplo, seria a proposta de ação do museu integral. Os ideais e as práticas dos ecomuseus incorporaram as metodologias existentes no universo museológico, e ajudaram a desenvolver métodos de ação mais sintonizados com as necessidades de grupos específicos.

Como aponta Scheiner (2012, p.25), deveríamos observar que a partir dos anos 1960, com base na evolução da prática museológica, os museus começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência, incorporando as metodologias de experimentação do conhecimento em processo.

Para buscar uma articulação permanente junto às diversas comunidades, o Ecomuseu deveria buscar o estabelecimento de núcleos de memória, uma célula que buscaria irradiar (ou convergir) as ações:

> Mas o advento desse museu total, que se realiza sobre o território, não significa a morte do museu tradicional. Ele incorpora o antigo modelo sob a forma de centros de visitação, ou de museu – sede, configurando-se assim uma outra face do fenômeno: Metamuseu, com estrutura semelhante à de uma célula, onde o museu tradicional é o núcleo, o ponto central a partir do qual se irradia, ou para onde converge, todo o trabalho de coleta, investigação, documentação, conservação e interpretação daquele conjunto. O Metamuseu poderá, ainda, ter mais de um núcleo, dependendo de sua realidade – mas nitidamente núcleo e entorno deverão interagir continuamente, pois fazem parte de um todo uno e personalizado. Museu Tradicional, Ecomuseu, Metamuseu: espelho de muitas faces, cada uma delas interagindo de formas específicas com o corpo social, numa relação de extrema complexidade (...) O Museu que desejamos é pois um processo, não mais um espaço (SCHEINER, 1998, p.92-93).

O grande teórico do ecomuseu foi Georges-Henri Léon Benjamin Rivière, conhecido como Georges-Henri Rivière, que nasceu no 18º distrito de Paris em 05 de junho de 1897. Filho de Jules Rivière e Marguerite Dacheux, estudou no

prestigioso *Collège Rollin* e interrompeu seus estudos após concluir o equivalente ao ensino médio no Brasil. Até 1925, estudou música, uma de suas paixões, que o acompanhou ao longo de toda a sua vida. De 1925 a 1928, teve aulas na *École du Louvre* (Escola do Louvre), que despertaram o seu interesse pelos museus. Era sobrinho de Henri Rivière**,** um notável pintor e gravador, além de designer de teatro, criador do Teatro de Sombras no quase mítico cabaré literário **"***Le Chat Noir***"**, em Montmartre. A ele, Georges-Henri Rivière deve o seu nome do meio – que lhe foi concedido quando este se tornou seu tutor após o suicídio de seu pai, Jules, em 1912 – e a grande influência sobre sua concepção artística. É o irmão mais velho da etnóloga Thérèse Rivière, que o fez descobrir seu universo no *Musée d'Etnographie du Trocadéro* (Museu de Etnografia do Trocadero**)**. Em 1928, foi convidado por Paul Rivet, diretor daquele museu, para compor a sua equipe e reformular as suas exposições, principalmente no que se refere ao planejamento de uma exposição permanente. A partir desse trabalho com a etnografia, Rivière teve contato com uma série de experiências desenvolvidas na Europa, sobretudo nos países nórdicos, que desde o final do século XIX já haviam implementado museus de folclore a céu aberto (CARVALHO, 2017).

Fig. 8 – Inauguração do Salão do Museu de Etnografia do Trocadero, em 27 de junho de 1930. Da esquerda para a direita: Georges-Henri Rivière, Paul Rivet e Louis Mangin



Fonte: Foto feita pela autora no *Musée de l'Homme*, em outubro de 2019.

A criação de um museu com a representação da vida cotidiana de diferentes grupos sociais, nas suas relações com a natureza e com o meio em que vivem foi o principal projeto de um grupo de etnógrafos franceses do **Museu de Etnografia do Trocadero,** que incluía Rivière. A criação do *Musée de l'Homme* (Museu do Homem),

em função da Exposição Universal de 1937, como sucessor do antigo Museu de Etnografia do Trocadero, resulta do trabalho desse grupo e representa um lugar voltado para a representação do homem e suas formas de vida, das sociedades, suas culturas e sua história. Rivière criou o *Musée National des Arts et Traditions Populaires* (Museu Nacional das Artes e Tradições Populares) como um departamento do Museu do Homem, dedicado à cultura popular, e o dirigiu entre 1937 e 1967. Exerceu um papel fundamental na fundação do ICOM (Conselho Internacional de Museus)[22], sendo o seu diretor executivo e ocupando o cargo de 1948 a 1965, sob a presidência de Hamlin e Salles. Rivière executava o que era decidido pela presidência e conselhos (hoje o cargo seria Secretário Geral do ICOM), tornando-se conselheiro permanente a partir de então até a sua morte, em 1985. Destacou-se na organização e no desenvolvimento do ICOM através dos comitês, conferências gerais e centro de documentação, contribuindo decisivamente para a projeção da instituição como uma referência mundial (SOARES, 2008, CARVALHO, 2017).

Embora os parques naturais já existissem nos EUA e Canadá desde o século XIX, somente em 1966 foi feita a iniciativa de criação do primeiro na França, na cidade de Lurs, na região de Provence. Rivière participou dessa iniciativa contribuindo para a construção de um modelo de museu que conjugasse preservação da natureza e cultura, de forma multidisciplinar e baseado num território, inspirado nas experiências escandinavas de museu à céu aberto. Os conceitos de Rivière contribuíram para o reconhecimento da dimensão cotidiana no espaço museológico, a partir de um olhar antropológico. Esse modelo viria a ser o Ecomuseu.

Ainda no final da década de 1960, Rivière foi consultado a respeito do processo de criação do *Parc Naturel Régional des Landes de Gascogne*, a partir do reconhecimento de suas pesquisas. Tendo em vista a preocupação com o desaparecimento de muitas construções tradicionais da região, sugeriu a transferência, para o parque, de edifícios do mesmo período e com mesmas características estéticas e construtivas. Esses edifícios foram transferidos de outras regiões para a Gascogne e inseridos em vasta área verde, estabelecendo uma narrativa no espaço do parque. Esta intervenção deu origem ao *Musée de Marquèze*, fundado em 1969 e posteriormente renomeado como *Écomusée de la Grande Lande* ou também *Ecomusée de Marquèze*. Este é um dos primeiros ecomuseus da França: sua missão é conservar, estudar e transmitir o patrimônio da grande terra, reconstruindo o ambiente de vida de seus habitantes no século XIX. A sociedade original de pastores-fazendeiros estava em tal simbiose com seu ambiente que desapareceu quando o pântano abriu caminho para a

[22] O primeiro presidente do ICOM foi o norte-americano Chauncey J. Hamlin (1946-1953) e o segundo foi o francês Georges Salles (1953-1959).

floresta. Marquèze conta a história desta ligação única entre uma sociedade e o seu ambiente, as suas consequências econômicas, culturais ou sociais num dos maiores museus ao ar livre em França. Para restaurar esse estilo de vida, Marquèze foi o primeiro ecomuseu na França a usar a técnica de transferência de elementos construídos. Dois terços dos bairros vizinhos foram transferidos, paisagens, campos, florestas de resinosas e área de moagem foram recuperados para restaurar a vizinhança como estava no século XIX[23].

Varine fala da sua relação com Rivière e das experiências deste em processos que resultaram na criação do Ecomuseu:

> O Rivière foi o meu chefe no início, quando eu cheguei no ICOM em 1962 até 1964. Depois Rivière foi o meu conselheiro técnico, no conselho voluntário no ICOM, porque ele era o profissional; um museólogo. Depois em 1971, quando o ministro francês inventou o ecomuseu, ele foi conselheiro do ministro pelos ecomuseus franceses, tipo francês, como o Ecomuseu Parque Natural porque ele teve a experiência da criação do museu de parque, de *Marquèze*, de La Grande Lande no sul da França que existiu antes do ecomuseu, antes da palavra que agora na ideia de Rivière foi um primeiro exemplo de um ecomuseu. Depois Rivière foi convidado a ajudar, aconselhar e acompanhar a criação do Ecomuseu do Creusot e ele foi aconselhador de muitos outros ecomuseus de várias partes da França. E também associado de uma maneira honorária da criação do MINON - Movimento da Nova Museologia. Rivière era um homem de objetos, não era essencialmente um etnólogo. Eram objetos, documentos, fotos, não era realmente na minha opinião interessado na gente, nas pessoas, se interessava pelos objetos, não pelas pessoas. As pessoas como informadores para um etnólogo. Para ele uma pessoa não era ator da sociedade, era um documento, para conhecimento da sociedade. É minha opinião, minha experiência com Rivière. Teve um problema, ele realmente teve uma vontade de modernização do museu, mesmo o museu tradicional, seu ideal era uma exposição perfeita, o público da exposição, visitantes da exposição, a participação da exposição. Sim, Rivière toda a sua vida era perfeccionista, ele estava sempre fazendo pequenas alterações, isso é outra coisa. O homem Rivière ele era muito inteligente, eu aprendi muito dele etc. Mas, por exemplo a questão de uma libertação, ele não poderia compreender, ele não poderia ter opiniões políticas, ele foi sempre do lado do poder, como funcionário público.
>
> (Entrevista com Hugues de Varine Bohan, em 31 de outubro de 2019, na sua residência em Paris, França).

Nesta passagem, percebemos a influência e contribuição de Georges-Henri Rivière sobre Hugues de Varine no desenvolvimento da definição e da prática dos ecomuseus. Juntos atuaram no sentido de impulsionar o campo museológico em direção ao movimento da Nova Museologia. Na indicação feita por Varine de que Rivière era um “homem de objetos”, estava se referindo as pessoas como “informantes ou documentos vivos” para conhecimento da sociedade, não como atores ou protagonista

[23] Para mais informações, consultar: http://www.parc-landes-de-gascogne.fr/ e https://www.marqueze.fr/histoire-et-projet-de-l-ecomusee-de-marqueze.html (acesso em 08/07/2018).

da mesma. Assim, muitas vezes atuava em defesa dos interesses institucionais o qual estava vinculado, sem muitas vezes poder se posicionar politicamente em prol de interesses comunitários, ou trazer questionamentos sobre as relações de poder na sociedade.

Neste contexto, os primeiros ecomuseus franceses foram bastante etnográficos e naturalistas: o ecomuseu Marquèze nada mais era do que uma versão aprimorada e mais científica dos museus escandinavos ao ar livre. Os edifícios que circundavam o tradicional eram ecológicos e serviam de observação da natureza, mas ainda era um museu clássico que montou e administrou um acervo. Georges Henri Rivière, então com 75 anos, tornou-se durante alguns anos o inspirador e assessor não oficial do Serviço de Ecomuseu do Ministério do Meio Ambiente (VARINE, 2020, p.46).]

Mas outro museu, também criado nesse mesmo período, se apresenta como o primeiro ecomuseu: o *Ecomusée d'Ouessant*, na ilha da Bretanha de mesmo nome. A criação do Parque Natural Regional de Armorique (PNRA) possibilitou a concretização do projeto de museu ao ar livre ancorado em seu ambiente, formulado por Rivière. No espírito dos parques de reservas naturais nascentes, este conceito visa conservar o elemento patrimonial de uma forma inovadora no seu contexto, mostrando as relações profundas do *habitat* com o seu ambiente. A ligação com os habitantes se realiza notadamente através da participação nas várias atividades oferecidas pelo museu, que favorecem o intercâmbio entre as gerações. De fato, além de suas coleções, a missão do "museu vivo" – outra autodenominação do próprio museu de Ouessant - é a preservação da memória coletiva, preservação de provas da atividade humana no trabalho, sua vida social e cultural. O ecomuseu é um lugar de troca e questionamento sobre o futuro. Olhando para trás, é melhor medir as mudanças e entender a força das tradições em um ambiente em transformação, a fim de entender o futuro[24].

Todavia, não foi na Gascogne ou em Ouessant que a palavra Ecomuseu foi inventada. Foi em função de uma necessidade política de justificar a preocupação e a pertinência da ação dos museus com o meio ambiente, diante dos novos desafios que se apresentavam.

Reproduzimos abaixo a clássica versão da origem do termo, citada por diversos autores, mas que é realmente essencial para o nosso tema, o Ecomuseu. Essa passagem é narrada a partir de um almoço entre amigos em 1971, por Hugues de Varine, então Diretor do ICOM; Georges-Henri Rivière, o antigo Diretor e Conselheiro Permanente do ICOM; e Serge Antonie, Conselheiro do Ministro do Meio Ambiente. A intenção dos presentes era discutir questões relativas à 9ª. Conferência Geral do

[24] http://www.pnr-armorique.fr/Ecomusee-Ouessant/Premier-ecomusee-de-France (acesso em 08/07/2018).

Conselho Internacional de Museus, que seria realizada em agosto daquele ano em Paris, Dijon e Grenoble. O tema central foi a visita a Dijon com Robert Poujade, Prefeito da Cidade e Ministro do Meio Ambiente da França, e o tom do discurso que o Ministro-Prefeito faria:

> Georges-Henri Rivière e eu estávamos felizes e satisfeitos porque, pela primeira vez em uma conferência internacional desta importância [a Conferência Geral de Museus do ICOM], um grande político iria relacionar publicamente museus e meio ambiente. Esta oportunidade abriria um novo caminho para a pesquisa museológica, num campo cuja importância havia acabado de ser reconhecida, mas ainda seria oficialmente confirmada, na conferência da ONU em Estocolmo, no ano seguinte. Serge Antoine foi reticente: de nenhuma maneira os museus poderiam ser objeto de qualquer inovação verdadeira (...) falar da sua utilidade a serviço do meio ambiente faria apenas as pessoas rirem. Não: para transmitir tal mensagem, teríamos que abandonar a palavra 'museu'. (...) Nós (...) brigamos em vão para convencer nossos colegas na vitalidade do museu e sua utilidade. Finalmente, quase que jocosamente, eu disse, "Seria absurdo abandonar a palavra; seria bem melhor mudar seu apelo comercial, mas nós também poderíamos tentar criar uma nova palavra baseada em 'museu'..."; eu tentei diferentes combinações de silabas envolvendo as duas palavras, 'ecologia' e 'museu'. Na segunda ou terceira tentativa, eu cheguei a 'ecomuseu'. (...) O Ministro Poujade usou pela primeira vez o termo 'ecomuseu' alguns meses depois, em Dijon, em 3 de setembro de 1971, num discurso para 500 museólogos e museógrafos de todo o mundo (VARINE, 1992, p. 48).

Eis a origem do termo "Ecomuseu", como junção dos termos ecologia e museu, para enfatizar a vitalidade do museu e sua utilidade, diante dos desafios que se apresentavam no mundo de então, marcados pela ameaça e preocupação com o meio ambiente. Uma legítima preocupação política diante de um contexto que estabelecia novos desafios aos museus. Os diferentes caminhos que associavam natureza, cultura, comunidade, território, sob um olhar antropológico/museológico, ou melhor, interdisciplinar, resultaram na denominação daquelas experiências recentes como Ecomuseu.

Vale ressaltar que a 9ª Conferência do Conselho Internacional de Museus foi muito importante para a definição do termo Ecomuseu. A conceituação apresentada nesta conferência expressou o destaque para esse "novo tipo" de museu e a abertura para "novas" experiências, a partir dessa formulação original elaborada por Georges-Henri RIVIÈRE e Hugues de VARINE. Para ambos, um Ecomuseu não é um museu como os outros. É um museu expandido, interdisciplinar, mostrando o homem no tempo e no espaço, em seu ambiente natural e cultural, convidando toda uma população a participar de seu próprio desenvolvimento através de vários meios de expressão, baseados essencialmente na realidade local, edifícios, objetos, coisas reais mais significativas do que as palavras ou imagens que invadem nossas vidas. Essa definição

desde então tornou-se parâmetro para a identificação das características e formas de atuação que possibilitariam a classificação como Ecomuseu[25].

As experiências realizadas ou acompanhadas por Rivière em relação aos processos de musealização que integravam natureza, comunidade, cultura, homem e território, a partir de seu olhar etnográfico, recebiam um novo rótulo, mais apropriado para aquilo a que se propunham. Modelo, processo, fenômeno, são questões que já foram debatidas, mas que ainda alimentam muita discussão. O termo ecomuseu, suas definições, usos e abusos, marcaram a expressão de uma "nova museologia", consolidando a relação do museu com o seu entorno, ou seja, natureza, território, cultura e comunidade.

A ideia de ecomuseu, elaborada na França teve, portanto, como pioneiros o Ecomuseu da Grande Lande, no Parque Natural Regional des Landes de Gascogne e o Ecomuseu de Ouessant, além de outros. A mais famosa, entretanto, foi a experiência na vila e comunidade urbana e industrial do Creusot, na região francesa da Borgonha. Nessa concepção, de forma ideal, formula-se o projeto de um museu igualitário, em que toda a comunidade constituía um museu onde não existem visitantes, mas sim habitantes. A essência do museu não reside na exposição, mas na participação. O ponto central deste novo projeto não está no objeto, mas nas pessoas (SCHEINER; SOARES, 2009, p.7).

Varine narra o processo de criação do Ecomuseu do Creusot-Montceau, definindo-o como uma invenção:

> Eu participei entre o fim de 1971 até agora. Foi chamado mais tarde de Ecomuseu do Creusot Montceau. Foi realmente uma invenção, não havia nada antes, havia uma pequena região, havia várias cidades, havia uma atividade industrial importante, havia atividade agrícola, havia uma paisagem, não havia museu. 100 mil habitantes, 500km², sem museu, sem coleção, sem noção de patrimônio, só trabalhadores, indústrias, serviços públicos etc. Havia dois problemas que aconteceram entre 1969 e 1971, sendo uma decisão do governo e das autoridades locais de criar uma comunidade chamada comunidade urbana, um agrupamento de 16 cidades vizinhas, com atividades diversas, metalurgia, minas, cerâmica, agricultura etc. A primeira decisão do agrupamento intermunicipal sem consulta dos cidadãos, uma decisão de cima para baixo, foi realmente uma coisa importante e ao mesmo tempo da cidade de Creusot, a mais importante das 16. Havia um acontecimento quase revolucionário, que foi a empresa do Creusot Schneider, transformada em 1969 numa empresa capitalista, a família proprietária desapareceu porque a última pessoa da família morreu [em desastre] de avião. E foram decisões dos capitalistas e

[25] *Un écomusée, ce n'est pas un musée comme les autres… C'est un musée éclaté, interdisciplinaire, démontrant l'homme dans le temps et dans l'espace, dans son environnement naturel et culturel, invitant la totalité d'une population à participer à son propre développement par divers moyens d'expression basés essentiellement sur la réalité des sites, des édifices, des objets, choses réelles plus parlantes que les mots ou les images qui envahissent notre vie*. *(Neuvième conférence du Conseil International des Musées, à partir de la définition originelle élaborée par Georges-Henri RIVIÈRE et Hugues de VARINE)* Tradução nossa. In: http://www.pnr-armorique.fr/Ecomusee-Ouessant/Premier-ecomusee-de-France (acesso em 08/07/2018).

> decisões do país, criaram uma nova empresa anônima chamada Creusot, e a população operária do Creusot e das regiões vizinhas teve quatro ou cinco gerações de paternalismo com as vantagens de um paternalismo com saúde gratuita, educação e com os inconvenientes do paternalismo, deixou problemas sociais, sindicatos, problemas de lutas, dos operários contra os patrões coisas clássicas nos sistemas paternalistas, inclusive uma memória do interior do fim do século XIX quando havia antigamente 18 mil trabalhadores que saíram da empresa depois de uma greve em 1969/70. Foi um ano que todos esses trabalhadores perderam, o pai, a família e ficaram completamente perdidos por que não sabiam, por que o patrão que viveu lá no Creusot foi uma organização mínima do país, então havia dois problemas: da comunidade urbana artificial e o problema de uma mudança da relação social dentro da comunidade no Creusot. Fomos confrontados a essa situação e tivemos que inventar com os cidadãos, com as organizações sociais , com as associações, todos grupos, com todos os tipos de profissões, tivemos que imaginar uma coisa que utilizamos a palavra museu por razões mais complexas, não vou falar sobre as razões porque havia muitas outras questões. Foi a história do ano de 1970 deste museu mais ou menos comunitário que chamou-se de Ecomuseu. E deixei a França em 1972 e o Ecomuseu do Creusot, meu papel era voluntário, eu estava muito ativo na vida do ecomuseu, era 50 km da minha casa em Borgonha, era fácil me comunicar com eles.
>
> (Entrevista com Hugues de Varine Bohan, em 31 de outubro de 2019, na sua residência em Paris, França).

Do depoimento de Varine acima, cabe destacar o processo de esvaziamento econômico da região de Creusot e seu entorno, a partir da desativação da fábrica Schneider, sem que houvesse a substituição das atividades econômicas e geração de emprego e renda por outras fontes alternativas. A reorganização das 16 cidades e seus 100 mil habitantes no total ocorreu em torno da proposta de criação de um museu, que não apenas preservasse a memória dos trabalhadores, a história local, a paisagem, mas que contribuísse também para o desenvolvimento local. Era um museu comunitário, organizado e dirigido pela própria comunidade, sendo o primeiro a adotar o nome de Ecomuseu.

> O momento da minha vida mais importante destes tipos de problemas, foi uma tarde e noite dia 12, 13 de novembro de 1971 numa discussão quatro pessoas: Rivière, Marcel Évrard, e uma única pessoa que conhecia no Creusot, um médico do hospital do Creusot a pessoa que morava lá há vinte anos e sua mulher - e nós quatro discutindo de 7h da manhã até 12h ou mais, o que vamos fazer, o que podemos fazer com a situação dos problemas políticos locais? Porque no início da tarde tivemos uma discussão, um encontro com o líder, secretário do sindicato da indústria local, um dos nossos encontros para tentar compreender os problemas, etc. e para criar um museu que era a pergunta do prefeito do Creusot, e o sindicalista respondeu a nossa explicação, dissemos nós estamos tentando criar um ecomuseu. Depois de 15 minutos de explicação para o sindicalista a resposta dele foi: não me importa, temos coisas mais importantes para fazer, ele disse em francês uma maneira mais forte. E nosso pequeno grupo que estava na casa desse médico, [ponderou:] o que vamos fazer, se uma cidade industrial e o representante do mais importante sindicato considera que o museu não é uma coisa interessante não podemos fazer um museu. E é nesta noite que surge a primeira invenção do

> ecomuseu, depois foi um museu sem coleção, com a gente, com a população, com as associações sobre os problemas da população dos operários. Esse momento de quatro pessoas fechadas numa casa, neste momento para mim mais importante onde as coisas viraram completamente e depois aconteceram muitas coisas. Isso é minha contribuição o resto eu só fiz escrever.
>
> (Entrevista com Hugues de Varine Bohan, em 31 de outubro de 2019, na sua residência em Paris, França).

Este testemunho de Varine contribui para identificar as diferentes forças que atuaram na criação do Ecomuseu do Creusot: os representantes da comunidade organizada, a prefeitura, o sindicato e museólogos. Quando o líder sindical responde que tem outras preocupações mais importantes do que perder tempo com a criação de um museu, o grupo percebeu que precisava responder àquele questionamento de uma outra forma. Ou seja: o conhecimento técnico de profissionais do museu esteve a serviço da organização e mobilização política, tanto institucional como movimento, para a invenção de um tipo de museu que expressasse uma capacidade de atendimento das demandas e vontade política da comunidade. Um museu que não fosse formado por objetos e coleções, mas por pessoas, pela comunidade, que refletisse as suas questões e estivesse voltado para contribuir para a sua preservação, enquanto patrimônio e transformação, enquanto desenvolvimento local e expressão de sua vontade política.

No processo de criação do museu são os trabalhadores e artesãos, parte da comunidade do Creusot, que se constituem ao mesmo tempo como autores e espectadores de sua obra; o que eles produzem não é objeto do ecomuseu, eles o são. A origem do ecomuseu se deu num contexto no qual, de uma parte, havia a existência de um território delimitado pela revolução industrial; de outra, a demanda pela municipalidade do Creusot de se estabelecer um museu local (BELLAIGUE, 1984, p.34-35). Entre 1971 e 1974, Marcel Évrard, juntamente com Mathilde Bellaigue, participam da criação e lideram o processo de implantação do “Ecomuseu da Comunidade urbana Le Creusot-Montceau-Les-Mines - Museu do Homem e da indústria”, inspirado nessa concepção que evidencia o local, mas não apenas o território. De forma integral, ele seduz e convida toda a população a se juntar em sua causa, ou em causa dela mesma (SCHEINER; SOARES, 2009, p.7).

Figs. 9, 10,11, 12,13, 14,15, 16 - Ecomuseu do Creusot















Fonte: Acervo Pessoal da autora

Fig. 17 – Ecomuseu do Creusot



Fonte: Acervo do Ecomuseu

Fig. 18 – Uma parte da paisagem e território que integram o Ecomuseu do Creusot



Fonte: https://www.facebook.com/Ecomus%C3%A9e-Creusot-Montceau-2020-825343127639058/photos/1790547484451946

A formulação teórico-conceitual desse tipo de museu envolve as noções de patrimônio total ou integral, participação comunitária, desenvolvimento local e meio ambiente ou território. Tal termo passou a ser sinônimo de “um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral, entendido como patrimônio e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem” (SCHEINER, 2012, p.22).

De acordo com o exposto, verifica-se que os ecomuseus nascem de uma experiência íntima de determinados agentes um grupo social. É a união desses interesses, que podem ser expressos de diferentes formas, que possibilitam a formação de um ecomuseu. No caso do *Écomusée du Creusot Montceau-les-Mines*, o primeiro

ecomuseu a se auto-intitular oficialmente dessa forma, a experiência pessoal de Marcel Évrard (1921-2009) e sua esposa, Michele Évrard (1929-2007), com suas trajetórias pessoais, contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento do projeto. Évrard, após concluir diversas expedições ao redor do mundo, fixa residência na região junto com sua esposa, gravemente doente. Nesse lugar, passa a realizar coletas de objetos de arte primitiva para alimentar museus e galerias na França, mas organizando várias exposições em espaços da região do Creusot. O prefeito da cidade, Henri Lacagne, propõe a Évrard a criação de um museu. Em 1970, Évrard criou o CRACAP, Centro Nacional de Pesquisa de Animação e de Criação para as Artes Plásticas, recebendo da Prefeitura, para instalar o Centro, o *Château de la Verrerie* (antiga residência da família Schneider, grandes industriais da região), com a obrigação de ali criar um museu como contrapartida. A originalidade do projeto estaria justamente na união, até então inusitada, da arte, da história e da etnologia em um só discurso museal; e, com efeito, a novidade de uma abordagem da história industrial conjugada com uma *démarche* artística estaria no espírito da estrutura dirigida por Évrard. Ele privilegiou a noção de que a sensibilização para a arte poderia ser democratizada e democratizante (SOARES, 2012, CARVALHO, 2017).

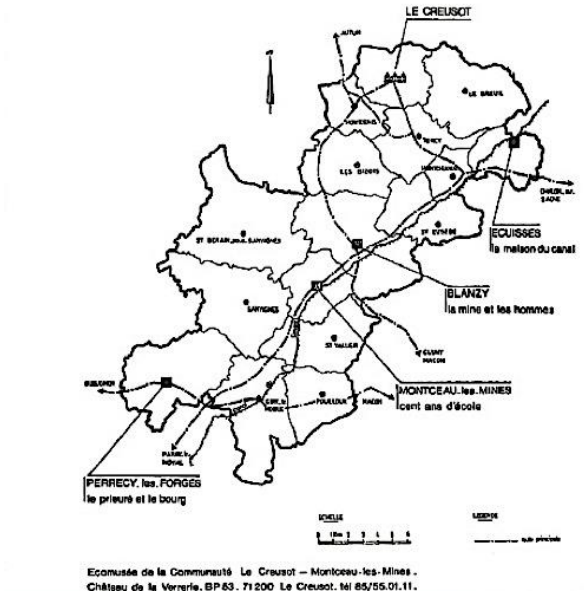
A figura de Marcel Évrard representou para o Creusot uma alternativa de nova vida para a municipalidade e as pessoas que a compunham. Sendo ele uma personalidade, assim como Rivière, que transitava entre dois mundos, o da arte e o da etnologia, pôs em prática uma pluralidade de discursos e abordagens múltiplas. Rapidamente, passou a chamar a atenção de outras personalidades que marcariam a história do Creusot – tais como Hugues de Varine, Georges-Henri Rivière e Mathilde Bellaigue, que seriam atraídos ao trabalho museológico desenvolvido por sua inovação da linguagem museal, que unia a abordagem dos 'museus de sociedade' a uma abordagem de museus de arte (SOARES, 2012, CARVALHO, 2017). Ao buscar um caráter interdisciplinar para a iniciativa, Évrard resolveu que a melhor maneira de pô-la em prática era dar aos habitantes do Creusot a chance de contar suas próprias narrativas, estes vitimados historicamente por um passado de dominação.

> Mathilde Bellaigue, que aderiu ao projeto como assistente de Évrard a partir de 1976 – dois anos após a criação do museu – e permaneceu até 1984, testemunhou de forma sensível os efeitos de uma história de desvalorização da população do Creusot através do desenvolvimento da indústria local. Ela afirma que "eles [os habitantes] tinham conhecimento da história do Creusot, do fato de que o Creusot havia feito uma parte da Torre Eiffel, a grande estação de Santiago do Chile, e o famoso Marteau-pilon do Creusot", elementos ligados à história da grande indústria local, "mas o desenvolvimento de sua própria história eles desconheciam, pensavam não ter importância". Sendo assim, a força impulsora do trabalho de Marcel Évrard e de outros agentes externos que atuaram ao seu lado era uma necessidade evidente de autonomização de uma memória e de um patrimônio que não eram

> reclamados por seus herdeiros em razão de uma estrutura de poder rigidamente hierarquizada que se estabelecera no Creusot por décadas (SOARES, 2012, p. 305).

Esta construção tem o seu caráter inovador na coragem de sua proposta de ação prática que resulta posteriormente na elaboração teórica ou conceitual. Para além da criação da palavra, a sua invenção respondia ao acúmulo de experiências vividas em comunidades da Gascogne e Ouessant, articuladas através de Rivière, a percepção política de Varine sobre as demandas políticas econômicas, sociais, ambientais expressas pela comunidade e a capacidade do ecomuseu de atendê-las, o conhecimento técnico de Évrard. Mas, sobretudo, a conjunção de todos esses fatores em um único momento e lugar. Disso resulta a sua singularidade e ineditismo, que tanto inspirou experiências ao redor do mundo.

Fig. 19 – Mapa do território do Ecomuseu do Creusot



Fonte: https://journals.uio.no/museolog/article/view/3673/3130

O modelo de museu definido como Ecomuseu não poderia se comparar aos anteriores, pois essa ação prática reuniu as lideranças de Évrard, Rivière e Varine, num esforço de institucionalização que incorporasse a participação efetiva da comunidade, de forma democrática, como afirma Soares:

> Como performance de uma memória coletiva em permanente evolução, o ecomuseu não podia se equiparar a nenhum dos moldes pré-estabelecidos. Segundo Évrard, a experiência do museu do Creusot era demasiadamente experimental, e muito pragmática para ser enquadrada de acordo com outros museus existentes. Com efeito, ela partilhou com os parques naturais da preocupação ecológica, mas não se limitou a ela; além disso, ele nasceu com uma preocupação artística fundadora, mas não se restringiu às exposições de arte. De

> fato, como constata seu maior idealizador, a originalidade do ecomuseu do Creusot reside em sua ambição. Este visava o desenvolvimento cultural de uma população que, durante um século e meio viveu as transformações, trocas e tensões dos mundos agrícola e industrial, rural e urbano, enfim, um grupo social em permanente mudança, e que teria, em tese, que desenvolver os próprios meios de lidar com o seu patrimônio e a sua memória (SOARES, 2012, p.307).

De acordo com Soares, a proposta da instituição seria convidar as coletividades locais e vizinhas, abrindo as diversas vias possíveis para a participação aspirada pelos idealizadores do projeto do ecomuseu. Não apenas uma esperança da reconquista do patrimônio local do Creusot por seus habitantes, mas também a possibilidade de uma reviravolta na museologia francesa e mundial, uma vez que os criadores da noção do 'ecomuseu' viam nele uma alternativa à estrutura autoritária e elitista da museologia tradicional. A Associação que institucionalizaria o ecomuseu na prática tinha uma autonomia relativa, que lhe permitia se apropriar de e utilizar o patrimônio local como desejassem a 'comunidade' e as organizações associadas. Também foi criado o Centro de pesquisa sobre a civilização industrial, almejado como um lugar de encontros regionais, nacionais e internacionais, que tinha como objetivo de promover a participação da população local através de um esforço coletivo de desenvolvimento cultural (SOARES, 2012, p. 308). Esta ação prática reunia as lideranças de Évrard, Rivière e Varine, num esforço de institucionalização que incorporasse a participação efetiva da comunidade, de forma democrática.

> Em 1973, ao lado de Marcel Évrard, Rivière faria o "Primeiro esboço de uma programação museológica" no Creusot, enquanto Varine elaborava um conjunto de proposições de atividades que concretizariam a implantação do 'ecomuseu' na comunidade, ao qual ele se referiria como "musée éclaté". Criada naquele mesmo ano, a associação do "Écomusée de la Communauté Urbaine du Creusot Montceau les Mines – Musée de l'Homme et de l'Industrie" se estabeleceu com o fim de promover a participação do conjunto da população da comunidade urbana, além do planejamento e desenvolvimento da comunidade, considerando "a originalidade de seus membros e a diversidade de seus interesses. (SOARES, 2012, p. 308).

Segundo Évrard (1977), a originalidade do Ecomuseu Comunitário reside na sua ambição: visar o desenvolvimento cultural de uma população que, há mais de um século e meio, vive em uma dialética permanente as transformações, trocas, tensões e confrontos dos mundos agrícolas e industrial, rural e urbana. Para incentivar ações no meio ambiente global, o Ecomuseu da Comunidade Urbana manifesta as preocupações usuais do museu: inventário, salvaguarda, conservação, valorização do patrimônio cultural, sendo este último entendido no sentido mais amplo e de pertença para todas as camadas da população. Ela é convidada a descobri-lo e revivê-lo no local, não pelo prazer de reconstituí-lo apenas ou para encontrar refúgio no passado, mas para

destacar evidência, por meio da radiografia de sua memória coletiva, fatores positivos que moldaram sua personalidade ou os fatores negativos que interrompeu seu desenvolvimento.

Assim, a experiência do Ecomuseu do Creusot serviu para mostrar não só um processo bem sucedido de concepção e desenvolvimento, que permanece como referência até hoje, como também contribui para refletir que, embora o nome permaneça, a força comunitária que o mobilizava deixou de existir, demonstrando que um ecomuseu pode ao longo do tempo modificar-se a partir dos interesses e relações comunitárias com o patrimônio e território local, podendo o ecomuseu torna-se um museu essencialmente tradicional ou simplesmente deixar de existir. Segundo Hugues de Varine (2019):

> Essa evolução das coisas é normal, O Creusot de Montceau - eu fui um dos fundadores - agora não é mais um ecomuseu, chama-se ecomuseu, mas é um museu totalmente tradicional com uma coleção enorme industrial, etc., que trabalha só para sua coleção, não trabalha mais para o território e para a comunidade. Isso é uma evolução normal, lógica. Inicialmente o Ecomuseu do Creusot era sem coleção, mas depois foram doando pequenos objetos ao ecomuseu e quando a indústria mudou, causando vários acontecimentos na economia local, havia grupos de objetos, máquinas, salvaguardados pelo ecomuseu e a coleção cresceu até os anos 1990 quando os políticos financiam o ecomuseu, mas sempre pensando museu, pensando em coleção da arte e como havia uma fábrica de cristais de uma rainha da França do séc. XVIII, os políticos financiavam mais aquisição de coleção de cristais do século XVIII, nos mercados internacionais de Nova York, Londres e Paris para ter uma coleção da arte, então aquela ideia de ecomuseu desapareceu. O território da comunidade urbana de 16 cidades do início agora tem 34. Ocorreu o alargamento do perímetro do território, mas as novas cidades não eram consideradas pelo chamado “ecomuseu”, nem o patrimônio dessas cidades.
>
> (Entrevista com Hugues de Varine-Bohan, em 31 de outubro de 2019, na sua residência em Paris, França).

Varine descreve o processo em que o Ecomuseu de Creusot se transforma em um museu tradicional: a preocupação passa a ser predominantemente com o acervo, com a formação e complementação de coleções. A sua atuação não é voltada mais para o diálogo com a comunidade e o seu território. Um exemplo é que as cidades são ampliadas de 16 para 34, mas nem as novas comunidades, nem o seu território, são levados em conta enquanto patrimônio do que outrora fora o Ecomuseu. Embora mantenha esse título, o seu distanciamento das questões da comunidade, a gestão voltada para as coleções, foram transformando ao longo das últimas décadas em um museu tradicional. Portanto, independente da continuidade da denominação oficial, a existência do Ecomuseu não se daria infinitamente, mas enquanto representasse uma força viva da comunidade, enquanto representasse uma organização baseada na expressão da vontade da comunidade e na defesa de seus interesses.

Segundo Mathilde Bellaigue (1993), os principais dados do ecomuseu são: ser essencialmente um museu fundado sobre uma realidade cotidiana que comportaria ao mesmo tempo um “território”, considerando o conjunto do território do qual ele vai ocupar e constitui, igualmente, uma “população”, não somente como objeto de estudo do ecomuseu, mas como agente deste. E há, ainda, a dimensão do “tempo”, quer dizer, toda essa ação pode se desenrolar num longo período, pode tomar muito tempo, e depende muito de momentos favoráveis e da oportunidade de conduzir certas ações de acordo com as necessidades e os desejos das pessoas.

> Posso falar três dados básicos, começando, talvez, pelo espaço e pela população: ele instala-se no território e é importante que este seja bem identificado e delimitado: que não seja grande demais para que nele se possam dar as relações humanas entre as pessoas, entre a população e o museólogo de um extremo a outro do território, pois, no fundo, é um trabalho que implica um contato permanente e constante entre o museólogo e as pessoas. De outro lado, é preciso que haja uma espécie de coesão dentro desse território: não se pode fazer um ecomuseu em um local que seja ao mesmo tempo vasto demais e onde as preocupações das pessoas (ou grupos étnicos) sejam completamente diferentes. Seria difícil demais trabalhar nessas condições. Portanto, um espaço de dimensões razoáveis, com uma identidade coerente e nesse espaço uma população mais ou menos numerosa e bem identificável em suas necessidades, em suas características, em suas atividades. E todo trabalho vai ser equilíbrio constante entre o efetivo do museu e sua população. A terceira dimensão, que para mim é importantíssima, é o tempo. E é muito difícil, porque na França, muito frequentemente (não sei como é no Brasil), os poderes públicos não compreendem muito bem essa dimensão: as pessoas te pedem para fazer um museu e ele tem que ser feito imediatamente, a pretexto de que há objetos, coleções ou um edifício e isto é uma coisa completamente artificial. Só se pode fazer um trabalho a longo prazo, em primeiro lugar, porque as pessoas não vão se motivar logo de início, e talvez a proposta não corresponda aquilo que eles têm necessidade (BELLAIGUE, 1993, p. 75).

Para Bellaigue (1993), é preciso levar o tempo que as pessoas determinam, é preciso que elas mesmas estudem os tempos que interessam a elas, que elas têm necessidade de conhecer, é preciso realmente ouvir ao máximo essas pessoas. Há, ainda uma quarta dimensão, que é a do “patrimônio”. A museóloga refere-se à ideia de patrimônio total, quer dizer, não somente cultural, mas natural: tanto as paisagens, sítios, edificações, como objetos que são portadores de história ou de memória. E esta é a grande diferença entre um ecomuseu e um museu clássico: no primeiro não se conservam só por conservar objetos antigos, conservam-se instrumentos de memória e de compreensão da história e da realidade. E como disse muito bem Hugues de Varine, nem todos os objetos têm, necessariamente, que ser recolhidos, eles podem muito bem ficar nas casas das pessoas, ser inventariados ali mesmo de onde sairão para uma exposição, ou em função de questões que se coloquem sobre certos problemas, certas dimensões da história, e depois retornarão às casas. Isso é interessante na medida em

que envolve muito mais populações nas atividades ecomuseais. As pessoas se sentem responsáveis por seu patrimônio, responsáveis pelas coleções que pertencem a elas mesmas, muito mais do que a uma instituição, aí estão os quatro fundamentos do ecomuseu.

Esta é uma observação importante, para que evitemos uma visão romântica e idealizada sobre o museu, que desde sua criação esteve num papel de "colonizador", e isso inclui modelos diversos. Até mesmo o ecomuseu, embora tenha plantado uma semente interessante a partir da vida, das relações sociais, a transformação do olhar e do dispositivo institucional. Um museu que termina ganhando termos diferentes, que se contradiz, que é vivo, que busca a vida, onde no final tudo pode ser musealizado (isso não quer dizer engessado): os objetos, as edificações, a paisagem, o território, as pessoas, a vida, ganham uma outra dimensão museológica, mas que muitas vezes também são impostas e podem torna-se "colonizadoras" quando utilizadas como ferramenta de manipulação ou cumprimento de interesses ou ordens que vem de cima para baixo e que não respeitam o ser e querer comunitário.

Scheiner (2012, p.24) lembra que o termo "ecomuseu" usado por Varine foi uma ocorrência circunstancial e o próprio autor passou a solicitar, a partir de um dado momento, que as experiências que assim se reconhecem sejam nomeadas "museus comunitários".

Para Teresa Morales Lersch (2004), o museu comunitário é um processo, mais que um produto. Combina e integra processos complexos de constituição do sujeito coletivo da comunidade, através da reflexão, autoconhecimento e criatividade, processos de fortalecimento da identidade, através da legitimação das histórias e valores próprios; que inclui processos de melhoramento da qualidade de vida, ao desenvolver múltiplos projetos no futuro, e processos de construção de forças através da criação de redes com comunidades afins. É um processo coletivo que ganha vida no interior da comunidade e por isso podemos afirmar que é um museu "da" comunidade, não é elaborado fora "para" a comunidade. O museu comunitário é uma ferramenta para avançar na autodeterminação, fortalecendo as comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre sua realidade.

Assim, o Ecomuseu seria um museu comunitário adequado à reatualização do fenômeno Museu, apropriada à época de sua emergência:

> O ecomuseu não é, certamente, uma ruptura com o museu tradicional, nem a única forma de relacionar, de forma ativa, museus e sociedade. Mas, sem dúvida, constitui uma alternativa interessante para a ressignificação de comunidades que desejam valorizar e dinamizar suas relações com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local – desde que não seja percebido como ferramenta (como quase sempre acontece), pois ferramentas são instrumentos que levam facilmente à manipulação (SCHEINER, 2012, p.24-25).

Georges-Henri Rivière pensava o ecomuseu como um instrumento de poder para a população local, usando a metáfora do espelho - em que ela primeiro se vê, se conhece e se mostra para os visitantes. Em suas palavras,

> Um ecomuseu é um instrumento que o poder político e a população concebem, fabricam e exploram em conjunto. O poder, com os especialistas, as instalações e os recursos que ele disponibiliza; a população, de acordo com suas aspirações, seus conhecimentos e suas idiossincrasias. Um espelho, onde a população se contempla para se reconhecer, onde busca a explicação do território em que está enraizada e na qual se seguiram todos os povos que a precederam, na continuidade ou descontinuidade das gerações. Um espelho que a população oferece aos seus hóspedes para se fazerem entender melhor, respeitando seu trabalho, seu comportamento e sua intimidade (RIVIÈRE, 1985, p.3).

Anteriormente utilizamos uma citação de Varine em que ele identifica Rivière como “um homem de objetos”, até o momento da criação do Ecomuseu. A invenção do Ecomuseu, da qual Rivière também participou ativamente, contribuiu para transformá-lo, para ampliar a visão das potencialidades do museu, na sua forma Ecomuseu, enquanto instrumento do poder político, tanto institucional como população (que podemos também pensar enquanto comunidade). É ainda um instrumento de autoconhecimento e formação de identidade no sentido também pensado por Bauman, um instrumento da população, que possibilita aos visitantes se conhecerem melhor.

Assim, Rivière em sua definição evolutiva do Ecomuseu (1985, p.10) define que o mesmo é:

- **Um instrumento** concebido, desenvolvido e explorado em conjunto por uma agencia de poder e por uma população. O poder, com os especialistas, as facilidades, os recursos que fornece. A população, com suas aspirações, seu saber, sua capacidade de aproximação;
- **Um espelho**, onde está população se reflete, para reconhecer-se; onde ela busca o conhecimento do território que ocupa e conhece a experiência das populações que ali a precederam, na continuidade ou descontinuidade das gerações;
- **Uma expressão do homem e da natureza**. O homem é aqui interpretado no seu meio natural. A natureza, na sua forma selvagem, mas adaptada ao uso pela sociedade tradicional e pela sociedade industrial;
- **Uma expressão do tempo**, quando a explicação do tempo remonta ao aparecimento do homem, evolui através dos tempos pré-históricos e históricos e chega ao tempo atual, com uma projeção para o futuro, sem que por isso o ecomuseu se coloque como elemento decisório, e sim como instrumento, desempenhando um papel ligado à informação e à análise crítica;
- **Uma interpretação do espaço**. De espaços privilegiados, dos locais de parada e dos caminhos do homem;
- **Um laboratório**, na medida em que contribui para o estudo histórico e contemporâneo desta população e do seu meio e favorece a formação de especialistas nestas áreas de estudo, em cooperação com as organizações externas de pesquisa;

- **Um conservatório**, na medida em que auxilia a preservação e a valorização do patrimônio natural e cultural desta população;
- **Uma escola**, na medida em que associa esta população a suas ações de estudo e de proteção, auxiliando o processo de compreensão de seu próprio futuro.

Para o autor, “este laboratório, este conservatório, esta escola, inspiram-se em princípios comuns” (Ibid., ibidem).

> A cultura onde se estruturam deve ser entendida em seu sentido mais amplo, e o ecomuseu dedica-se a torná-la reconhecida em toda a sua dignidade e também na sua arte, de todas as fontes de onde surgirem manifestações culturais. A sua diversidade é ilimitada, como demonstra a diversidade dos seus traços. Não são manifestações fechadas em si, mas abertas, num contínuo movimento de dar e receber. (RIVIÈRE, 1985, p.6).

As ideias de Rivière e Varine foram se fortalecendo na França, chegando a surgir no país a Federação de Ecomuseus e Museus Sociais, ou FEMS, criada em 1989, por iniciativa de 28 ecomuseus fundadores, para divulgar o conceito francês de ecomuseu. Hoje é o órgão representativo das instituições patrimoniais sem fins lucrativos, interessadas na organização do homem na sociedade, nas relações que mantém com o meio ambiente. Eles também são atores no desenvolvimento dos territórios e aderem aos princípios museológicos e éticos do ecomuseu.

Após mais de quatro décadas, o que poderia ter sido apenas um termo criado e utilizado por Rivière e Varine consolidou-se como um tipo de museu, com centenas existentes no mundo. A partir das experiências chinesas, Song afirma que os Ecomuseus incentivam abordagens sistemáticas, síntese, criatividade e variação. Em comparação com a museologia tradicional, incentivam a análise, segmentação, a crítica a doutrinas estabelecidas. Por muitos anos, museus tiveram como base e preocupação apenas a cultura material. Em contraste, ecomuseus reconhecem a complexidade do relacionamento entre o património cultural de uma comunidade particular e as demandas para o desenvolvimento (SONG, 2005, p. 41). Não viraram as costas para o passado, mas fazem um esforço consciente para abraçar o presente e o futuro. Eles permitem a capacidade criativa dos seus participantes, incluindo membros da comunidade local, museólogos e voluntários de outras comunidades, mas a sua gestão sempre reflete as necessidades da população local (ibidem).

> O Ecomuseu prolonga e reforça as diversas formas de atividade museal, acrescentando-lhes uma abertura original. Museu do espaço e museu do tempo, ele se ocupa de apresentar, por sua vez, as variações de diversos lugares num mesmo tempo, de acordo com uma perspectiva sincrônica, e as variações de um mesmo lugar em diversos tempos, de acordo com uma perspectiva diacrônica. Deve ser vista, no cruzamento deste duplo eixo temporal - diacronia e sincronia – a influência, na origem do Ecomuseu (...) (CLAIR, 1976, p.66).

Cabe mencionar que dois eventos se destacam no processo em que a museologia passou a trilhar novos caminhos e direções a partir da década de 1940. Esse processo é identificado especialmente na museologia francesa, uma transformação não de forma ou nomenclatura, mas de princípios e valores. Como resultado realizou-se na França, em setembro de 1972, organizado pelo ICOM, um colóquio sobre "Museu e meio ambiente". Neste colóquio, que aconteceu em Bordeaux, Istres e Lourmarin, o ecomuseu foi definido por Jean Blanc como um "museu específico do meio ambiente", que funcionaria como um "elemento de conhecimento" de um conjunto de relações no espaço através do desenvolvimento histórico dessas relações (SOARES, 2015, p. 281)[26]. Podemos dizer que o evento realizou-se sob a influência da mesa-redonda organizada em Santiago, Chile, pela UNESCO e pelo ICOM, em maio de 1972, para discutir o "Papel do Museu na América Latina". A "Mesa de Santiago", como ficou conhecida, representaria um marco das transformações ocorridas no campo da museologia, que repercutiria na definição ou interpretação dos museus como agentes de inclusão cultural, de afirmação da identidade de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico.

Segundo Scheiner (2012, p. 23), a mesa-redonda de Santiago proporcionou três impactos essenciais para o universo da museologia: 1 - A proposta definida sob o rótulo de "Museu Integral," termo que sintetiza, no âmbito da museologia, as visões e diretrizes do próprio campo e evidencia sua sintonia com as demais áreas do conhecimento; 2 - A declaração como um documento catalisador de propostas e ações sublinhando a importância do meio ambiente para o campo da museologia e a urgência ética do engajamento social dos museus; 3 - a proposta de criação de uma rede latino-americana de Museologia (ALAM).

Muito se discute a respeito do "novo" delineamento dos museus que se afasta da concepção do museu moderno pautado na aquisição e acumulação de acervos. Podemos observar em alguns discursos que as bases para a compreensão do museu em sua dimensão integral bem como um formato dialógico entre museu-comunidade datam de 1972, com a Mesa-Redonda de Santiago; e de 1984, com a Declaração de Quebec. Segundo Varine (1995, p.18), ao reler os textos de Santiago, duas noções mostram-se como o que existe de mais inovador em toda proposta, para além do contexto da época. Essas duas noções seriam a de museu integral, "levando em

[26] Tendo tomado conhecimento das ideias disseminadas por Jean Blanc desde o fim da década de 1960, Rivière havia apresentado até então uma visão mais "clássica", sobretudo porque amplamente baseada no modelo dos museus a céu aberto do norte da Europa, perfeitamente claros em seus princípios. Pouco tempo depois, ele assumiria que o modelo dos museus do norte, como os escandinavos que ele conhecia bem, não se aplicava ao contexto francês em razão da diversidade existente nas províncias francesas (SOARES, 2015, p. 291).

consideração a totalidade dos problemas da sociedade" e o museu enquanto ação, ou seja, "instrumento dinâmico de mudança social".

No que tange à Declaração de Quebec, que sistematizou os princípios de base de uma Nova Museologia, buscava resgatar os assuntos debatidos em Santiago em favor de uma museologia de caráter mais social.

> Mais importante do que observar, a nova museologia propunha o ato de realizar, com suporte de reflexão e intervenção. A ideia de trabalho coletivo integrava-se nesta atitude introduzindo a ideia de que a exposição museológica era, ou deveria ser, antes de mais nada, um processo de formação permanente e não mais o objeto de contemplação (ARAÚJO, 1995, p. 25).

Dentre as determinações adotadas destaca-se a proposta de criação de um comitê internacional de Ecomuseus/Museus Comunitários vinculado ao ICOM, que um ano depois foi contemplado a partir da criação do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Segundo Paula Assunção dos Santos (2012, p.157), o MINOM teve e tem um papel importante em enfatizar a dimensão política do conceito do museu integral, isto é, museu como ação, como um instrumento a serviço da sociedade e envolvido na solução de seus problemas.

Entretanto, embora esses dois momentos específicos sejam de grande importância para o pensamento museológico, podemos observar, através da coletânea *Vagues,*[27] que muitas das proposições já se encontravam presentes em textos de momentos anteriores aos anos de 1984 e 1972. Freeman Tilden e John Kinard, por exemplo, já haviam mencionado a identificação e a percepção do papel da comunidade na articulação dos museus. Em *Vagues*, podemos observar que a necessidade de museus que considerassem seus visitantes dentro de seu contexto pessoal, bem como a busca de um museu voltado para a comunidade e para situações do seu cotidiano já eram questões emergentes anos antes da Mesa-Redonda de Santiago, o que não a torna menos importante em nosso plano de estudos. O que gostaríamos de evidenciar é que essas questões já estavam sendo discutidas e deram origem a textos extremamente ricos e criativos em um período anterior a 1972.

Apesar do termo "comunidade" ser aplicado em vários contextos no âmbito da produção acadêmica é preciso se ater aos seus significados. Segundo Soares, Scheiner e Campos (2010, p.1), há uma dificuldade em definir o conceito de "comunidade", na medida em que apresenta vários significados que não se excluem, mas que falham teoricamente uma vez que se tenta produzir um consenso acerca do seu sentido.

[27] A obra "*Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*" é uma publicação da associação M.N.E.S. (*Muséologie nouvelle et expérimentation sociale*), criada em 1982 por Évelyne Lehalle, Chantal Lombard, Alain Nicolas e William Saadé. Foi organizada por André Desvallées (1992-1994).

Entendemos que nenhuma comunidade se basta, é isolada, fechada e independente. Embora forneça segurança, ela não é autossuficiente. Ela é perpassada por relações estabelecidas com “os de fora”, que a completam. É desta definição que devemos partir para compreender também a ideia de ecomuseu, que seria representada pela imagem do “complexo de concha”, um “fechamento” artificial em torno de seus militantes, defensores de uma museologia demasiadamente aproximada da sociologia: estes jamais teriam admitido que os ecomuseus foram pensados e implantados sobretudo por museólogos de formação tradicional. Uma ideologia que se distancia da prática real. A defesa contra a mudança estaria presente mesmo no discurso do trabalho social em vez da gestão do patrimônio (SCHEINER, SOARES, 2010, p.2).

> As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade,” “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia”. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade — o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa (Bauman, 2003, p. 7).

Um dos problemas das ciências sociais é que muitos dos seus conceitos fundamentais são palavras polissêmicas, que possibilitam uma diversidade de interpretações, usos e sentidos, utilizada muitas vezes como referência para bairros, favelas, vilas, aldeias, grupos étnicos ou sociais, entre tantas outras coisas. Mas, sempre há uma premissa fundamental em todas essas aplicações: a noção de pertencimento a uma determinada coletividade. Noção essa que incorpora tanto elementos objetivos, como o espaço ou território, como elementos subjetivos, como valores morais, identidade e cultura. Sempre tem por base alguma forma de organização e relação social.

Não há consenso quanto ao conceito de comunidade. Todavia é inegável a existência de um “sentimento de comunidade”. Este sentimento resulta na ideia de coesão, que seduz os especialistas no caso dos ecomuseus, pois legitimaria a sua existência como resultado da organização autônoma da comunidade. Seria um museu que prescindiria de museólogos para a sua criação, mas não existiria sem a comunidade. Como distinguir efetivamente o que a comunidade quer, o que ela deseja, os seus interesses? Como saber, senão ouvindo a todos? Ou bastaria ouvir apenas as suas lideranças e representantes? Ou cientistas sociais, historiadores, antropólogos, museólogos seriam portadores de um conhecimento que possibilitaria organizar esses desejos e aspirações em nome da comunidade? Teriam tal legitimidade? No mundo em que vivemos, ao falarmos da ideia de comunidade encontraremos um leque de

conceitos e definições. Diversas áreas tentariam realizar a sua apreensão, como a história, sociologia, antropologia, política, ecologia, geografia, religião entre outros. Desde a formação das ciências sociais no século XIX as interpretações sobre as comunidades, até então consideradas de tipo “tradicional”, estiveram presentes em clássicos como Karl Marx, Auguste Comte, Emile Durkheim e Max Weber.

Ferdinand Tönnies (1995) dedicou maior esforço à descrição da comunidade e à tentativa de sua classificação, a partir de três diferentes elementos: o parentesco, a vizinhança e a amizade. O primeiro tipo seria relacionado à vida familiar e fundamenta-se na autoridade dos membros da família, sendo essa autoridade traduzida em termos de idade, força e sabedoria. O segundo tipo se relaciona à vida em comum no território partilhado, nas necessidades de trabalho e de uma organização comum, que promovem o compartilhamento dos hábitos, dos conhecimentos e a emergência das tradições. O terceiro se baseia na semelhança de interesses e formas de pensar, nascendo da similitude de atividades e deve ser alimentado por encontros frequentes, sendo mais comum nas aldeias, vilas e pequenas cidades. Para que grupos possam ser considerados comunitários, segundo o autor, eles devem contar com elevado grau de integração afetiva, de coesão e homogeneização entre seus membros - e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e maior grau de intimidade.

Todavia, como conceito-chave para a sociologia clássica, com diferentes interpretações - e, mais recentemente, a partir dos anos mil novecentos e oitenta e do processo de globalização - a comunidade tornou-se alvo de novos estudos, buscando contrapor os diferentes modelos sociológicos com a sua existência real. Ou, para muitos, cada vez mais difícil de identificar – enquanto comunidade “tradicional” - diante do acelerado processo de mudança social, que levaria inexoravelmente à sua fragmentação ou desaparecimento. Este é um dilema não só acadêmico, mas atual e vivenciado na realidade das próprias comunidades. O uso indiscriminado do termo “comunidade” desde as últimas décadas do século XX até o presente, segundo Hobsbawm (1995, p. 12), em decorrência da pluralidade de significados, tem sido substituído (ou complementado) pelo conceito de “identidade”, este também alvo de outras tantas interpretações e significados.

Para Bauman (2001, p.197) apesar das contradições inerentes, a opção por uma “identidade comunitária” seria decorrente de que a “sua escolha implica a forte crença de que quem escolhe não tem opção a não ser o grupo específico a que pertença”. Este autor trata da comunidade com um lugar do passado, idealizado e que não seria mais

alcançável, mas que todos gostariam de experimentar. Lembra o dilema humano entre Segurança e Liberdade, em que na comunidade teríamos segurança, mas não liberdade: "não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade".

Assim, a ideia de "identidade" vem substituir a ideia de comunidade, precisamente quando esta entra em colapso. Como a noção de identidade implica em ser diferente, singular, Bauman (2001, p. 21) conclui que a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar:

> A vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os seus construtores a procurar cabides para, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos.

A sociedade do individualismo exacerbado é uma sociedade de seres anônimos e infelizes. O estilo de vida extraterritorial da nova "elite global" celebra a irrelevância do lugar, "condição inteiramente fora do alcance das pessoas comuns, estreitamente presos ao chão e que, caso decidam soltar os grilhões vão encontrar funcionários da imigração pouco amigáveis e severos em lugar dos sorridentes recepcionistas dos hotéis" (BAUMAN, 2001, p. 54). Essa mesma elite celebra a liberdade de escolhas, em que tudo é possível como escolha individual. Essa liberdade individual de escolhas é ilusória e gera uma falsa ideia de liberdade, reforçada pelo neoliberalismo.

O projeto comunitário se vê assim na possibilidade de incrementar a condição que, idealmente, procura corrigir. São duas as tarefas que a comunidade deve pleitear para fazer frente às patologias da sociedade atual: “a igualdade dos recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos de jure em indivíduos de fato, e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais” (BAUMAN, 2001, p.133).

Não obstante, nenhuma comunidade se basta, é isolada, fechada e independente. Embora forneça segurança – ou pelo menos a sensação de segurança- ela não é auto-suficiente. Ela é perpassada por relações estabelecidas com “os de fora”, que a completam. É desta definição que devemos partir para compreender também a ideia de ecomuseu, que seria representada pela imagem do “complexo de concha”, um “fechamento” artificial em torno de seus militantes, o que se torna uma idealização e se distancia do real. Neste sentido, Varine afirma

> Que a comunidade designa-se, a partir de critérios endógenos expressos ou não, uma população vivendo sobre um território, consciente das afinidades e das diferenças que caracterizam seus elementos bem como as relações conflituais daqueles com seu meio ambiente, cujo futuro é, ao menos parcialmente, comum (VARINE, 1987, p. 28).

Portanto, o Ecomuseu foi um fator de construção comunitária que valorizou o sentimento de pertença da população frente ao seu território e história, fez tomar consciência do perigo das rupturas e da necessidade de cooperação de todos para um projeto elaborado em comum, aproximou as comunidades e valorizou suas memórias, muitas vezes ignoradas. O ecomuseu impôs como pioneira uma nova aproximação com o patrimônio globalizante e funcional. Os testemunhos do passado não são apenas preocupação dos especialistas, mas da responsabilidade coletiva da população, traços de identidade de um território, instrumento da educação popular e da invenção criadora do futuro.

1.3 – Para além da França: breve apontamento sobre experiências de Ecomuseus no mundo

Fig. 20 – Experiências de Ecomuseus no Mundo



Fonte: Elaborado pela autora

A partir da década de 1970 o modelo conceitual criado na França foi se espalhando pelos continentes, tornando-se presente em grande parte do mundo. Destacamos alguns países e iniciativas desenvolvidas nos seguintes continentes: Europa, América, Ásia, África e Oceania.

É importante ressaltar que não é nosso objetivo apresentar a totalidade das experiências ou uma visão enciclopédica dos ecomuseus no mundo. Pretendemos destacar as principais experiências em diferentes continentes para observar as suas características, destacando tanto as suas especificidades como, principalmente, os elementos em comum que possibilitam a sua classificação como Ecomuseu. Vale destacar, que pesquisamos outras iniciativas em diferentes países, porém, para não

ficar extenso transformamos em fichas, que estão disponíveis para consulta no apêndice desta tese.

1.3.1 - Portugal

Em Portugal a ideia de Ecomuseu foi influenciada pelas ideias de Georges- Henri Rivière e de Hugues de Varine, o primeiro, consultor para a criação do que deveria ter sido o primeiro ecomuseu de Portugal, em 1977; e o segundo, na época conselheiro cultural da embaixada francesa em Lisboa. Em 1977 surgiu a proposta de criar um ecomuseu na Serra da Estrela, visando a integração da cultura, associada à instalação do Parque Natural, criado em 1976. Este projeto, que contou com a participação de profissionais locais e do próprio Georges-Henri Rivière, não chegou a ser implantado naquele momento, por razões políticas. Rivière proferiu diversas conferências em Portugal, estabelecendo planos de execução, sensibilizando as entidades para a riqueza dos valores patrimoniais e para a necessidade de os preservar.

Não obstante, estas ideias foram-se solidificando e possibilitaram a criação, em 1982, do primeiro ecomuseu em solo português, projeto que contou com a participação da Câmara Municipal, de António Nabais e Graça Filipe. O Ecomuseu Municipal do Seixal, um dos mais conhecidos internacionalmente, tem por missão investigar, conservar, documentar, interpretar, valorizar e difundir testemunhos do Homem e do meio, reportados ao território e à população do conselho, com vista a contribuir para a construção e a transmissão das memórias sociais e para um desenvolvimento local sustentável. Em 1983, passou a ser denominado Ecomuseu, assumindo como linhas estruturantes da sua programação a atividade referente ao território do Concelho, a conservação dinâmica do patrimônio, sempre que possível in situ, e a interação com formas de participação da população e das comunidades na vida municipal.

Funcionalmente, baseia-se na gestão integrada de serviços, que se reparte por uma equipe permanente de cerca de 30 pessoas, abrangendo a investigação, a documentação, a conservação, a exposição, a difusão e a educação, centradas num vasto acervo museológico e num patrimônio muito diversificado.

> Neste sentido, podemos dizer que existe hoje no concelho do Seixal uma ideia, relativamente repercutida, de identidade cultural. Esta ideia tem-se desenvolvido de forma evidente com as acções de preservação e de valorização do património. É neste processo que se projecta o Ecomuseu Municipal, um projecto em construção num território bem definido, evoluindo lentamente, mas procurando evoluir em comunicação com as necessidades do desenvolvimento local. Um projecto museológico deste tipo requer necessariamente um actualizado conhecimento da área de influência/acção do museu, por um lado, e por outro um permanente sentido crítico e predisposição para a (re)avaliação de programas, acções e, globalmente, de filosofias de trabalho, que validem a intervenção do museu. Questão da maior pertinência é sem dúvida a da participação da população e do lugar

> que realmente toma no processo de construção e no funcionamento do Ecomuseu (FELIPE, 1996, p. 63).

Territorialmente, o Ecomuseu Municipal do Seixal (SEM) integra oito sítios, sendo cinco núcleos museológicos e três extensões. Os núcleos são sítios ou espaços de propriedade e tutela municipais, musealizados ou com aproveitamento museológico atual. As extensões são sítios ou patrimónios integrados em espaços de tutelas mistas.

O Núcleo da Mundet está instalado na antiga fábrica corticeira da Mundet e tem como objetivos: a divulgação da história e a transmissão das memórias da antiga fábrica, do núcleo urbano antigo do Seixal e das comunidades do concelho e da região; a preservação, o estudo, a interpretação e a comunicação do património industrial, nomeadamente do acervo incorporado e museologicamente gerido; e a promoção e a valorização do universo da cortiça na atualidade, nos contextos nacional e internacional, no sentido de alargar o espectro de públicos motivados para o conhecimento das suas realidades e do património cultural corticeiro.

Figs. 21, 22 – Núcleo da Mundet – Ecomuseu Municipal do Seixal





Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

O Núcleo Naval do Ecomuseu do Seixal - seu segundo núcleo - abriu ao público em 1984, num antigo estaleiro naval da freguesia de Arrentela, que ali funcionou até ao final da década de 70 do século XX. O edifício foi, entretanto, remodelado para receber uma oficina de construção artesanal de modelos de barcos do Tejo, inaugurada em 1993, e um pavilhão de exposições, alvo de uma requalificação arquitetônica e museográfica a cargo do arquiteto Cândido Chuva Gomes. Na oficina de barcos, artífices ocupam-se da construção e da reparação de modelos, executados à escala a partir da reprodução de planos adquiridos no Museu da Marinha ou de planos originais de embarcações do Tejo. Quem visita o Núcleo tem uma oportunidade única de contactar com os diversos barcos tradicionais que costumavam preencher o estuário do Tejo.

No Núcleo está ainda patente a exposição Barcos - Memórias do Tejo, onde é possível ver e ouvir as imagens e os sons mais característicos da construção naval, uma forma de transmitir a memória dos antigos estaleiros do Rio Judeu, à beira do Tejo. Estão também expostos vários modelos de embarcações tradicionais, complementadas por diversos apoios audiovisuais. O Núcleo Naval "transmite a memória do lugar, exibe e interpreta o património flúvio-marítimo do estuário do Tejo e aplica e comunica as técnicas artesanais de construção de modelos de barcos para a valorização do património náutico"[28]

Figs. – 23, 24, 25 - Núcleo Naval







Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

O Moinho de Maré de Corroios, edificado em 1403 por iniciativa do Santo Condestável Nuno Álvares Pereira, constitui um exemplo do aproveitamento da energia das marés. Em 1404, o Condestável doou-o, assim como aos bens que tinha nesta região, ao Convento do Carmo, ordem religiosa de que era Mestre. Já no início do século

[28] Para mais informações - https://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ - Acessado em outubro de 2019.

XVIII foi ampliado, mas não tardou a sofrer novamente obras, pois o terremoto de 1755 causou-lhe grandes estragos. Este Moinho, conhecido também por Moinho do Castelo, mantém-se em condições de funcionamento até os nossos dias. Em 1980 foi adquirido pela Autarquia. Durante 6 anos sofreu obras de restauro e em 1986 abriu ao público, como núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal.[29]

Figs. – 26, 27 e 28 Núcleo do Moinho de Maré de Corroios







Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

O Núcleo da Quinta da Trindade está instalado na zona residencial da antiga propriedade agrícola, situada na Azinheira, Seixal, onde se integra ao edifício classificado como Imóvel de Interesse Público[30]. Além de reservas e outras áreas técnicas, ali estão instalados o Serviço de Conservação e Inventário Geral, o Serviço e a Área de Arquitetura e Património Cultural Imóvel do Ecomuseu.

Percorrer os dois andares do edifício principal da Quinta da Trindade é, ao mesmo tempo, fazer uma viagem pela história da azulejaria em Portugal. Trata-se de

[29] Para mais informações - https://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ - Acessado em outubro de 2019.
[30] Decreto n.º 516/71, de 22 de Novembro de 1971.

um espólio riquíssimo, de cerca de 8000 azulejos, com uma abrangência cronológica bastante ampla. Nesta quinta dos finais do século XIV encontram-se azulejos hispano-árabes do século XV, XVI e azulejos de padrão do século XVII, raríssimos painéis de transição da policromia para os azulejos azuis e brancos dos finais desse mesmo século e até um painel com o topônimo da Quinta da Trindade da fábrica Lusitânia, já do século XX.

Fig. 29 – Painel de azulejos



Fonte: http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal

A antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, na freguesia de Corroios, no Concelho do Seixal foi em 2012 classificada como monumento de interesse público. O conjunto patrimonial assim protegido, também denominado Circuito da Pólvora Negra, foi integrado em 2001 ao Ecomuseu do Seixal, mediante doação ao Município do Seixal/Câmara Municipal, pelos seus proprietários (Sociedade Africana de Pólvora), dos edifícios e equipamentos de produção, após cancelamento do alvará industrial.

Fig. 30 - Antiga Fábrica de Pólvora



Fonte: http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal

A extensão na Quinta de S. Pedro integra um sítio arqueológico onde o Serviço de Arqueologia do Ecomuseu realizou campanhas de escavação arqueológica, entre 1994 e 2006, que permitiram identificar 115 enterramentos e mais de uma centena de outros indivíduos em ossuários. O conjunto constitui uma das maiores séries antropológicas em estudo para contextos portugueses, com a particularidade de remontar ao reinado de D. Afonso III (1248-1279), em plena 1.ª Dinastia, e atestar práticas funerárias bem mais antigas do que as registadas nas fontes documentais.

Fig. 31 – Quinta de S. Pedro



Fonte: httpwww.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal

Localizado na proximidade de Corroios, o Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol visa a preservação e musealização de sítio arqueológico classificado como Monumento Nacional[31]. O seu espólio constitui uma das mais importantes coleções de cerâmica romana, ilustrando profusamente o papel que a olaria do Rouxinol terá desempenhado no abastecimento local a Olisipo (Lisboa) e aos vários centros da região, entre os finais do século II e, pelo menos, as primeiras décadas do século V. Informações orais remetem aos anos 1960 dos primeiros achados de espólio romano na Quinta do Rouxinol[32]. Pouco depois da constituição do Ecomuseu, prospecções de superfície realizadas entre 1982 e 1983 permitiram recolher materiais que indiciavam o eventual funcionamento de uma olaria no local. Em 1986, o acompanhamento de obras de saneamento básico levou à descoberta dos vestígios de um primeiro forno, justificando que a Câmara Municipal do Seixal deliberasse conservar a estrutura in situ.

[31] Decreto n.º 26-A/92, de 1 de Junho de 1992.
[32] Para mais informações - https://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ - Acessado em outubro de 2019.

Fig. 32 – Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol



Fonte: http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal

Antigas embarcações de tráfego local entre cais e portos do estuário do Tejo, funções que serviram até ao início da década de setenta do século passado, o bote de fragata Baía do Seixal e o varino Amoroso integram hoje o espólio da Câmara Municipal do Seixal como embarcações de recreio. O mais antigo é o Baía do Seixal, que data de 1914, sendo-lhe conhecidas as denominações de Emília, Flor de Coina e Cici. O primeiro registo conhecido do varino Amoroso é de 1921, reportando a atividade de tráfego da embarcação a Abrantes, com a denominação de Eduardo. Teve ainda a designação de Eduardo Primeiro e, em 1945, recebeu o nome que ainda hoje preserva, Amoroso. As embarcações são utilizáveis pelo público, efetuando passeios no Tejo. O Baía do Seixal e o Amoroso são usados como embarcações de recreio, desde 1990 e 1995, respetivamente.

Fig. 33 – Embarcações tradicionais

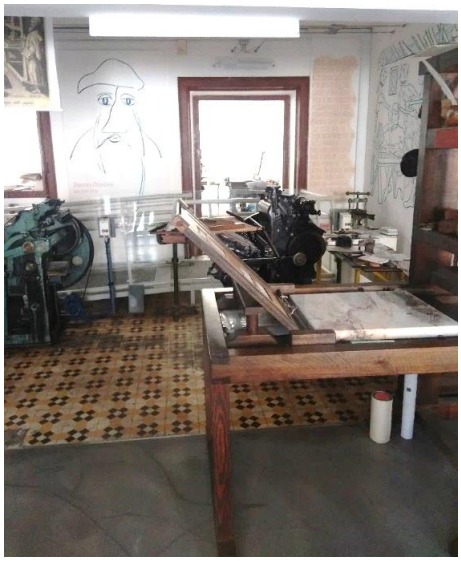


Fonte: http://www.cm-seixal.pt/ecomuseu-municipal/ecomuseu-municipal-do-seixal

A antiga tipografia do Conselho é agora um espaço que dá a conhecer no local antigas técnicas e saberes de uma oficina tipográfica tradicional, reutilizando máquinas que hoje se encontram praticamente excluídas da indústria tipográfica, mas que adquiriram valor patrimonial. O espólio técnico-industrial, de composição e de impressão, foi doado à autarquia e incorporado ao acervo do Espaço Memória - Tipografia Popular. Esta extensão museológica do Ecomuseu Municipal pretende contribuir para a dinamização cultural do núcleo urbano antigo do Seixal e, por outro lado, preservar e valorizar, em contexto oficinal, um significativo património técnico, material e imaterial, ligado às artes da composição e da impressão tipográfica tradicional.

Figs. 34, 35 – Espaço Memória - Tipografia Popular





Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

O Ecomuseu Municipal do Seixal tem se mantido ativo ao longo de quase 4 décadas a partir da estreita relação que mantém com a comunidade e a administração municipal. Percebe-se a importância do ecomuseu ocupar esse espaço de interlocução privilegiada e de forma legítima entre o poder político institucional e a representação da comunidade, através de suas variadas formas de organização associativas: associações, sindicatos, cooperativas.

> Embora refutando que o nosso museu constitua um modelo para outros, admitimos que a experiência museológica desenvolvida no Seixal - e como tal promovida pela autarquia desde o início da década de 80 - possa constituir um contributo válido, nomeadamente nalguns aspectos: a existência de um programa de origem, que se foi avaliando, adaptando e reformulando; a descentralização de espaços museológicos, com uma gestão central articulada; a preservação/transmissão de técnicas e saberes artesanais tradicionais integrados no programa do museu; a integração de diversas áreas de

> investigação/acção; a importância crescente da divulgação/relação com os públicos/utilizadores e suas consequências no projecto museológico; as especificidades da formação de pessoal, atendendo à multi e à transdisciplinaridade (FELIPE,1996, p.65).

A identificação da forma de organização de grande parte dos ecomuseus portugueses em núcleos (ou polos) e centros de interpretação está relacionada à influência direta ou indireta das ideias de Hugues de Varine, que participou da concepção de alguns desses ecomuseus como consultor (formal ou informal) e através de suas conferências e seus trabalhos. Contudo, devemos ressaltar a criatividade dos atores locais - presente em cada uma dessas experiências - para buscar alternativas que melhor traduzissem os seus interesses específicos, e não apenas uma fórmula pronta, ou uma concepção acabada que engessasse as suas experiências. É interessante assinalar a força das demandas sociais, políticas, econômicas (principalmente através do turismo), patrimoniais e ambientais presentes de forma associada em todas as iniciativas.

A grande maioria dos ecomuseus está vinculada à administração municipal, através da Câmara Municipal, que é responsável pelos recursos necessários para a sua manutenção e contratação de pessoal, restando ao gestor do ecomuseu, sua equipe e apoiadores a busca de fontes complementares de recursos (em alguns casos, mais do que complementares, são fundamentais) para obras e expansão dos núcleos, através de agência de fomento portuguesas e da comunidade europeia, tanto públicas (principalmente) como privadas.

Outra questão identificada é a presença de partidos de esquerda no poder municipal no momento da criação dos ecomuseus e sua consolidação. Essa presença representa uma aproximação maior com as organizações da sociedade e maior facilidade de relacionamento e diálogo entre a comunidade e o poder local, traduzindo-se numa agenda de interesses que podem se tornar comuns. Depois de consolidados e institucionalizados, os ecomuseus podem estabelecer uma relação um pouco mais autônoma como interlocutores. Mas a questão política continua presente em todos os momentos, seja do lado institucional e administrativo, por seu vínculo e hierarquia, seja pela pressão exercida pelas demandas sociais.

Os ecomuseus foram criados e desenvolveram-se em algumas localidades de Portugal, com maior ou menor extensão de participação das comunidades e de integração no território. Alguns Ecomuseus foram criados e permanecem bastante ativos: Seixal, Barroso, Zezerê, Lousã, Rio Maior, Ribeira de Pena, entre outros.

Segundo Moutinho (1992), após o fim da ditadura em Portugal com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 e a democratização em todos os aspectos da sociedade portuguesa, criou-se um ambiente favorável à participação, criatividade,

direito à palavra e à associação das pessoas, além do desenvolvimento do associativismo e corporativismo, associações em defesa do patrimônio e ambiente, demostrando uma consciência social e de interesse pelo desenvolvimento local. Assim, Portugal foi passando cada vez mais pela ideia de regionalização de onde saíram as propostas de ecomuseu, valorizando as comunidades locais.

A Rede de Ecomuseus de Portugal é dividida por regiões e formada por 18 museus, sendo:

Norte
Ecomuseu de Aboim da Nóbrega, Braga
Ecomuseu de Barroso, Montalegre Vila Real
Ecomuseu Terra Mater, Miranda do Douro, Bragança
Ecomuseu de São Pedro de Rates, Póvoa de Varzim
Ecomuseu Ribeira da Pena, Vale do Tâmega

Centro
Ecomuseu Salinas de Rio Maior, Rio Maior, Santarém
Ecomuseu de Martinchel, Abrantes, Santarém
Ecomuseu de Vildemoinhos. Viseu
Ecomuseu do Zêzere, Belmonte, Guarda
Ecomuseu Marinha da Troncalhada, Aveiro
Ecomuseu de Torredeita, Torredeita Viseu
Ecomuseu de Vila Chã de Sá, Viseu
Ecomuseu da Serra da Lousã – Museu Etnográfico Dr. Louzã Henriques

Lisboa
Ecomuseu Municipal do Seixal , Seixal

Alentejo
Ecomuseu de Recursos Florestais , Vendas Novas, Évora – Fundação Casa de Bragança
Ecomuseu de Redondo, Évora
Ecomuseu do Guadiana, Mértola

Açores

Ecomuseu da Ilha de São Jorge, Velas, Açores

É interessante apontar que o maior número de Ecomuseus em Portugal está localizado nas regiões Norte e Central. Essas regiões são marcadas por um grande êxodo populacional a partir da década de 1980 e que se acelerou nos anos 1990 até os dias atuais. A maioria dos jovens emigra dessas regiões para as grandes cidades de Portugal e de outros países da União Europeia, em busca de estudo universitário e, principalmente, de empregos. O envelhecimento populacional é marcante, e há uma forte dependência econômica face às pensões e serviços sociais do Estado. As taxas de analfabetismo persistem elevadas nas freguesias rurais. Há uma crescente incapacidade de dinamização de uma agricultura que é tipicamente de subsistência e com base no trabalho familiar. A maioria da população ativa trabalha no setor primário.

No norte de Portugal, se destaca o **Ecomuseu de Barroso**[33] distingue-se por um património riquíssimo e um imaginário coletivo diferenciador. A necessidade de salvaguardar estes elementos únicos levou as autarquias de Montalegre e Boticas a delinear um projeto capaz de assumir a responsabilidade de uma estratégia de desenvolvimento. O Ecomuseu teve início em 2000, fruto da vontade política da comunidade, expresso pela Câmara Municipal de Montalegre, reconhecido agregador e potenciador da identidade.

É um museu de território em constante relação com a população local e portador da memória coletiva[34].

Com a nobre missão de transportar relíquias, o Ecomuseu apresenta-se como fiel guardião de "momentos" que identificam um povo e um território. Daqui parte a descoberta para o que de melhor o "reino maravilhoso" tem para oferecer. A aventura e as experiências sensoriais excecionais apresentam-se obrigatórias num roteiro que abraça tradições, cultura, aldeias e as pessoas, verdadeiros agentes do desenvolvimento local. O Ecomuseu do Barroso é vinculado à Câmara Municipal de Montealegre e possuí parcerias com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)/Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), com a Universidade do Minho e com a Universidade Fernando Pessoa.

> A ideia de um Ecomuseu para a região de Barroso resulta da consciência, mas também da preocupação de salvaguardar um património, nas suas múltiplas componentes, natural, cultural e socio-económica, com uma finalidade de contribuir para o desenvolvimento das populações. Por isso se adopta um conceito de Museu do Território, o qual repousa na valorização dos seus recursos chave: as populações e o património natural e cultural. Procurando manter os níveis de sustentabilidade do desenvolvimento e alcançar mesmo uma revitalização agrícola do território, o Ecomuseu de Barroso, em colaboração com a Comunidade envolvida, procura incentivar os processos de diversificação das actividades, nomeadamente as associadas ao ecoturismo e outras que propiciem uma melhoria socioeconómica e permitam encontrar novos motivos de fixação à terra. O Ecomuseu de Barroso é um espaço de memória vocacionado para o desenvolvimento. Nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável, num concelho com 805 quilómetros quadrados, se a população local não reconhecer as riquezas do local onde vive e se não começar a ter dividendos da valorização desses sítios, a que alguns chamam património enquanto outros apenas vêem

[33] Originalmente seria Ecomuseu do Barroso, mas a Comissão Local para o Patrimônio e Ecomuseu concluiu que Ecomuseu de Barroso seria mais correto. Mas muitos ainda utilizam essa denominação.

[34] A decisão da implementação em definitivo do "Ecomuseu do Barroso" remonta ao ano 2000, quando o Professor Fernando Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Montalegre contratou a empresa Quaternaire Portugal para a elaboração de um estudo para caracterização da região e apontasse um plano de trabalhos para a implementação, nos próximos anos, de um ecomuseu. A Quaternaire Portugal, depois do trabalho de campo, orientado pelo Dr. Hugues de Varine, apresentou em maio de 2001 o seu relatório final intitulado: "Estudo de Concepção e de Programa do Ecomuseu do Barroso." Este trabalho contou com o apoio de muitas organizações e pessoas locais, sempre dirigido por uma equipa de base, coordenado pela Dr.ª Elisa Pérez Babo, com a Eng. Mariana Brandão e Eng. Paula Guerra, estando a consultoria externa a cargo de um especialista, co-criador do conceito do ecomuseu, de mérito reconhecido mundialmente, o Dr. Hugues de Varine (TEIXEIRA, 2005, p. 63).

> "patrimonios". Esta nova visão terá implicação no modo de vida da população e na sua forma de encarar o futuro (TEIXEIRA, 2005, p.10)[35].

O Ecomuseu do Barroso estabeleceu diversas parcerias com a sociedade civil para a constituição de núcleos temáticos nas aldeias, que contou com o apoio político e material das associações de artesãos locais e associações culturais, e para a Criação da Rede de Percurso Pedestres de Barroso, contou com o auxílio de um grupo escoteiro (Agrupamento de Escutas de Montalegre 1115). Os recursos tem origem na Câmara Municipal e principalmente através da apresentação de projetos em agências de fomento, públicas ou privadas. O diálogo com a comunidade foi formalizado com a criação da "Comissão Local para o Património e Ecomuseu (CLPE)" que se reúne regularmente como espaço de discussão e de propostas. A CLPE é constituída por quinze pessoas com atuação na área da cultura, do artesanato, da agricultura, do turismo, do PNPG e dos desportos de montanha. Esses integrantes da CLPE atuam como representantes do Ecomuseu nas suas organizações sociais e têm a responsabilidade de transmitir para o ecomuseu as dificuldades, as demandas e os desafios da comunidade.

O Ecomuseu de Barroso está organizado em polos e centros interpretativos, assim distribuídos: Núcleo Sede do Ecomuseu – Espaço Padre Torres; Polos: Corte do Boi, Casa do Capitão, Museu Rural de Boticas, Casa Museu "Quinta do Cruzeiro" e Aldeia Ecomuseu de Paredes do Rio; os Centros Interpretativos: Centro Interpretativo das Minas da Borralha, O Centro Interpretativo da Avifauna da Região e o Centro Interpretativo de "Vezeira e a Serra". Os polos e centros interpretativos estão ligados em rede ao núcleo sede, que faz a gestão dos mesmos, marcando visitas, acompanhando grupos, dando sequência ao inventário do patrimônio. A sede e a Casa do Capitão estão permanentemente abertas por causa dos serviços municipais que disponibilizam funcionários. Os restantes apenas abrem ao fim de semana e feriados, e permanentemente apenas nos dias de verão (julho a outubro), quando também contam com funcionários.

A sede do Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes, está instalada no Castelo de Montalegre. Construído a partir do ano 1273 por D. Afonso III, sofreu rudes ataques na defesa da região, sendo parcialmente destruído algumas vezes. É uma construção com quatro torres, de diferentes alturas, ligadas entre si por robusta muralha. A sede concentra as funções de natureza organizativa, com vista à dinamização e à

[35] TEIXEIRA, David José Varela. O Ecomuseu de Barroso. A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado em Patrimônio e Turismo, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005. David José Valela Teixeira é formado em Turismo, natural de Montalegre, e contratado pela Câmara para implementar o projeto de Ecomuseu de Barroso, de acordo com a concepção da equipe coordenada por Varine. Tornou-se o seu diretor.

gestão do “museu vivo”. Simultaneamente, serve como porta de entrada na identidade de uma região - Barroso -, valorizando aquilo que esta tem de mais autêntico e genuíno: a população e o património, sem descurar a preservação dos conhecimentos técnicos, saberes locais e formação de valores. O visitante tem o primeiro contato com as diferentes realidades que integram a região, que se pretende que seja o aperitivo para a exploração in loco daquilo que antes lhe foi mostrado. Neste espaço é possível assistir a dezenas de documentários sobre a etnografia local, encontrar mais de mil pontos de interesse numa maquete tridimensional, visitar salas sobre o território, gentes, quotidiano e os ciclos vitais. Ao dispor dos visitantes, está uma horta pedagógica que faz as delícias dos mais novos. Sem esquecer a sala do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) para os amantes da natureza e a loja do museu para os apaixonados pelo artesanato local. Para que os locais se identifiquem com o espaço e o sintam como seu, o Ecomuseu de Barroso organiza exposições temporárias.

Figs. 36, 37 – Ecomuseu de Barroso

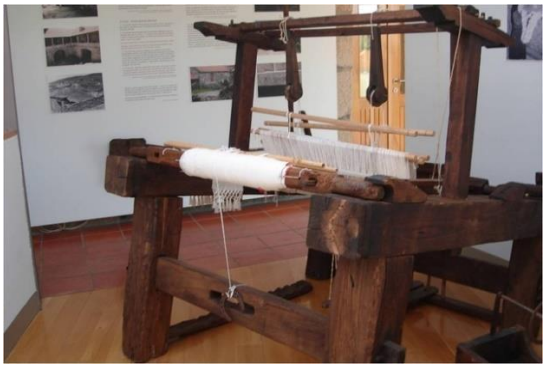




Fonte: https://www.cm-montalegre.pt/pages/819?news_id=1334

Figs. 38, 39 – Ecomuseu de Barroso – Exposições





Fonte: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/ecomuseu-de-barroso/

Corte do Boi, polo do Ecomuseu de Barroso em Pitões das Júnias, foi o primeiro espaço museológico criado nas aldeias e está instalado no antigo matadouro. Neste espaço, são apresentadas temáticas ligadas ao pastoreio, à tecelagem, à agricultura de montanha, os modos de produção local, as alfaias agrícolas, o património etnográfico, o "boi do povo", o lobo ibérico, o Parque Nacional Peneda-Gerês (PNPG), entre outros.[36]

Outro polo do Ecomuseu é a Casa do Capitão, em Salto, instalada numa antiga casa senhorial que pertenceu ao Capitão da aldeia, representante da autoridade e do poder a nível local; este polo representa algumas das atividades tradicionais mais emblemáticas e nele foram recolhidas, tratadas e inventariadas mais de mil peças, doadas pelos habitantes da freguesia. Os temas tratados são muito variados: a raça barrosã, que é autóctone, as alfaias agrícolas manuais e de tração animal, o ciclo do pão, a cozinha de Barroso, o ciclo da lã e do linho, as minas de volfrâmio da Borralha e D. Nuno Álvares Pereira, Senhor das terras de Barroso. Este local disponibiliza uma ludoteca, uma biblioteca e uma loja de produtos locais.

Figs. 40, 41 – Ecomuseu de Barroso – Sede e Exposições





https://www.ecomuseu.org/index/pt-pt/visite/polos/ecomuseu-barroso-casa-capitao

O Centro Interpretativo das Minas da Borralha insere-se na requalificação do espaço mineiro. A existência destas minas constitui uma riqueza geológica (litológica), potencialidade que tem de ser aproveitada com o objetivo de atrair turistas à região e assim desenvolver o turismo e a economia local.[37]

[36] No piso superior, estão representadas as tarefas da mulher no "governo da casa" e, no rés do chão, os ofícios do homem, a temática do "boi do povo" e as atividades comunitárias. Aqui tem início uma rota cultural que passa pelo forno, ainda em funcionamento, pelo moinho, relógio de sol e diversos patrimônio etnográfico imóvel, dentro da aldeia. Este polo possui uma pequena loja de produtos da terra e artesanato local. A visita pode ser alargada ao mosteiro de Santa Maria das Júnias e à cascata.

[37] A história da exploração destas minas, bem como a riqueza natural e paisagística do meio envolvente, tem algo potencial de atração turística. Esse complexo é constituído de quatro espaços: o Grupo D, centro do polo museológico, que contém recepção, auditório, balneários, e algumas zonas de exposição; a fundição edifício para futuras exposições; a casa dos compressores, edifício longitudinal, com quatro compressores de grandes dimensões; o arquivo, piso onde se encontra um grande espólio documental, relacionado com todas as atividades dirigidas pelas minas.

A Aldeia Ecomuseu de Paredes do Rio oferece uma visita ao passado, com a rota dos artesãos que, nas suas casas, mostram os seus locais de trabalho e os saberes muitas vezes já esquecidos. Esta aldeia do Parque Nacional Peneda-Gerês tem levado a cabo uma estratégia de recuperação do património comunitário, para que todos os edifícios dedicados ao armazenamento e transformação agrícola continuem a funcionar e sejam motivo de atração turística. Assim é conseguida uma maior fixação dos jovens e há viabilidade dos investimentos na área do alojamento e restauração. O "ex-líbris" é um engenho hidráulico, com mais de duzentos anos, que agrega as funções de moinho, dínamo, serra e função quase extinta. Dele partem as visitas guiadas pelas ruas da aldeia, para ver e fotografar o forno do povo, dezenas de eiras e canastros e sete moinhos em funcionamento, inseridos num cenário magnífico.

A população tem um gosto enorme em receber os visitantes e em lhes transmitir os seus conhecimentos. Esse acontecimento traduz-se na organização anual de dezenas de atividades agrícolas comunitárias, de que são exemplo a segada e malhada do centeio, o entrudo, o cantar dos reis, a matança do porco, entre muitas outras, em que o sentido de festa da comunidade revela grande cumplicidade e determinação em preservar um património imaterial com um valor incalculável.

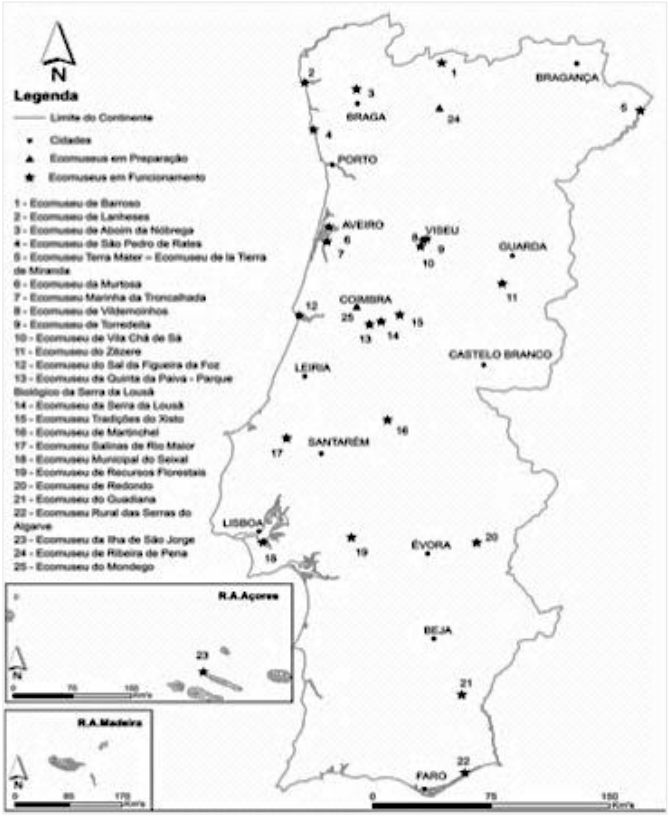
O Centro Interpretativo da Avifauna da Região, situado numa das aldeias mais bem conservadas do conselho, o polo do Ecomuseu em Tourém, foi reconstruído na antiga "corte do boi". Funciona como Centro Interpretativo da Avifauna da Região, uma vertente obrigatória num projeto ecomuseológico, que se preocupa com a preservação e manutenção do patrimônio natural e paisagístico. É nesta localidade que o Parque Nacional da Peneda-Gerês faz a anilhagem de aves, no controle biológico das espécies em áreas preservadas. Existe, ainda, um espaço que funciona como loja rural, onde os habitantes expõem e vendem produtos da terra, contribuindo, desta forma, para a dinamização do espaço. Dividido em: Costa, Aves e Contrabando.

O Museu Rural de Boticas é um dos polos constituintes deste projeto comum do Barroso, que abarca os concelhos de Boticas e Montalegre. Nele se ilustram as interações do ser humano com o território, que na atualidade constitui o concelho de Boticas e as vivências espirituais que foram marcando e orientando os ocupantes do território. O conceito que serve de base à exposição é precisamente a estreita relação entre a experiência física e espiritual dos sucessivos habitantes do concelho, que lhes confere identidade e singularidade e foi configurando o território até atingir a estrutura que tem no tempo presente. Este polo encontra-se instalado numa antiga unidade

agrária que integrava uma casa de tipo senhorial de arquitetura simples, composta por três pisos[38].

A Casa Museu "Quinta do Cruzeiro", polo do Ecomuseu de Barroso, localizada em Covas do Barroso, é parte integrante da Casa do Silvas, antiga quinta senhorial que funcionava de forma orgânica, produzindo e transformando os produtos necessários à vida na casa. Apresenta alguns aspetos da vida social da Casa do Silvas e da aldeia de Covas do Barroso. Denominado “Vezeira e a Serra”, este centro interpretativo, localizado em Fafião, visa promover o território inserido no Parque Nacional. É objetivo deste projeto a dinamização do tecido económico, com a criação de um equilíbrio entre a atividade pastoril e turística. Com a criação de rotas temáticas, vai ser possível que os turistas tenham contato com as cabanas dos pastores, as lagoas, os currais, os lagares e os moinhos. Estes elementos são sinais da presença humana nesta reserva da biosfera, área de alto valor ecológico.

Fig. 42 – Mapa dos Ecomuseus de Portugal



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Ecomuseus-em-Portugal-2014-distribuicao-geografica_fig1_294261144

[38] Neste espaço, estão patentes as temáticas das vivências do território, da importância vital da água e das vivências do corpo e do espírito: a terra e a água como elementos de subsistência, destacando-se a singularidade da "mesinha de S. Sebastião". Separado por um pátio, existe uma adega com lagar onde funciona uma loja de venda de artesanato e produtos locais Outrora, era neste local que se guardavam os víveres: o mel, a batata, o centeio e o "vinho dos mortos".

A quantidade de ecomuseus criados e em desenvolvimento em Portugal demostra como a escolha por este modelo de museu é relevante para a valorização da cultura e do desenvolvimento local. Podemos afirmar que o ecomuseu embora surgido na França teve a sua expressão e potência desenvolvidos em outros países da Europa, tendo Portugal destaque neste processo de criação e discussão sobre Ecomuseus, surgindo uma Rede de Ecomuseus Portugueses totalizando 25 Ecomuseus até 2014. Um dos motivos que podem ter contribuído para esta evidência de Portugal é o amadurecimento das discussões sobre a Nova Museologia e a chamada Sociomuseologia ou Museologia Social, além da valorização da paisagem e /ou território que colaborou para que municípios e governo vissem um potencial de preservação ambiental e da memória portuguesa.

Portanto, a maioria dessas experiências não teve participação ativa da comunidade local, se resumindo algumas vezes a um conjunto de museus de território onde a tônica é o turismo patrimonial. Em alguns casos a ideia do ecomuseu serviu de argumento para a constituição de uma série de iniciativas do alto, e que muitas vezes não se enquadra a proposta teórica do ecomuseu.

1.3.2 - Partilhando o campo: entre Portugal (Ecomuseu de Ribeira de Pena) e Brasil (Ecomuseu Ilha Grande)

A partir da participação do Ecomuseu Ilha Grande, localizado no município de Angra dos Reis, estado do Rio de Janeiro – Brasil e foco de estudo desta pesquisa, foi possível participar do edital “Bolsas Ibermuseus de Capacitação” (BIC)[39], Categoria II, que teve como objetivo fortalecer as capacidades e conhecimentos dos trabalhadores de museus, além de promover a circulação da informação e facilitar a troca de conteúdo, experiências, práticas e conceitos.

O Programa Ibermuseus tem como proposta fortalecer os museus ibero-americanos através da qualificação e mobilidade dos trabalhadores dessas instituições; da proteção e valorização do patrimônio museológico; da produção e troca de conhecimento; e da articulação de redes de trabalho promovendo conexões entre pessoas e instituições nos 22 países da América Latina e Península Ibérica.

A proposta do Ecomuseu Ilha Grande - ECOMIG foi conhecer e analisar o processo de constituição e organização do **Ecomuseu de Ribeira de Pena**, localizado no norte de Portugal, em especial a gestão do patrimônio, como é a relação entre

[39] As BIC são uma aposta do Ibermuseus pelo fortalecimento das competências e conhecimentos dos profissionais de museus ibero-americanos e de suas instituições, além de promover a circulação de informação e facilitar o intercâmbio de conteúdo, experiências, práticas e conceitos.

municipalidade/Estado/poder público e comunidade local. Nossa proposta foi investigar sua conceituação, estruturação, agentes envolvidos, a fim de possibilitar maior reflexão sobre as dinâmicas de criação e implantação deste modelo conceitual. Almejamos analisar a relação entre teoria e prática de um Ecomuseu, priorizando a atuação e integração das comunidades locais e relacionar com a experiência do Ecomuseu Ilha Grande.

A escolha do Ecomuseu de Ribeira de Pena se justificou por sua aparente similaridade com a experiência do Ecomuseu Ilha Grande e tivemos como proposta de plano de trabalho:

- Analisar a relação entre teoria e prática de um Ecomuseu, priorizando a atuação e integração das comunidades locais.
- Refletir e discutir sobre o conceito de Ecomuseu e as diferentes concepções ou denominações fazendo uma analogia entre Brasil e Portugal, a fim de contribuir para a formulação de marcos teóricos relevantes para a temática.
- Criar parcerias a partir de projetos, seminários, cursos e publicações.
- Relacionar a concepção teórica com a prática efetiva dos ecomuseus portugueses, traçando um paralelo com a experiência do Ecomuseu Ilha Grande.

Localizado entre o Minho e Trás-os-Montes, Ribeira de Pena é um conselho de contrastes, marcado pela convivência entre dois mundos diferentes: as Serras, do Alvão e do Barroso, e o vale, do Tâmega e afluentes. Esta dualidade marcou o seu patrimônio natural, de extrema beleza, mas também o humano nas suas diferentes configurações, numa confluência de duas culturas harmoniosamente conviventes. Terra de grande riqueza natural, Ribeira de Pena possui um patrimônio rico e peculiar, entre o agrícola e o pastoril, entre a rica arquitetura senhorial e a modesta construção rural, num choque de dois mundos diferentes coroado por paisagens únicas e inesquecíveis. Um patrimônio que teima em não desaparecer, mas que vai sentindo a força da modernidade, deixando memórias e sentimentos de saudade. É precisamente para preservar este patrimônio que a Câmara Municipal de Ribeira de Pena criou o Ecomuseu de Ribeira de Pena, um museu reflexo dos ribeirapenenses, ao mesmo tempo uma estrutura que promove o desenvolvimento do território.

O Ecomuseu de Ribeira de Pena integra os vários museus do município instalados em estruturas de grande significado para a comunidade e que têm um papel fundamental na identificação e valorização do seu patrimônio. Os seus núcleos são diferentes como também as vertentes do patrimônio da sua intervenção, criando uma rede de museus interligada e um roteiro cultural na região. Um museu dos ribeirapenenses, um reflexo do patrimônio da sua terra, da sua identidade.

Figs. 43,44,45,46 - Brasão de Ribeira de Pena, Igreja de São Salvador (Ribeira de Pena) e Câmara Municipal







Fonte: Acervo pessoal da autora

Durante o período de intercâmbio profissional e de estudo realizamos uma espécie de “caderno de campo”, um pequeno diário com registros fotográficos e gravações sobre as atividades desenvolvidas desde a chegada ao Município de Ribeira de Pena até o término do intercâmbio. Destacamos os momentos mais relevantes e singulares dessa experiência.

Chegamos ao Porto e fomos recebidos por um funcionário do Município de Ribeira de Pena, que nos conduziu até a Câmara Municipal, onde encontramos Emanuel Guimarães, diretor do Ecomuseu, e Ricardo Machado, arqueólogo e integrante da coordenação. Posteriormente, fomos até a aldeia de Limões, onde conhecemos o Museu do Linho, local que reproduz a cultura e fabricação dos tecidos de linho. Conhecemos a cooperativa de tecedeiras de linho de Limões, recebemos a explicação de todo o processo por uma artesã local (que lembrou muito D.Marilda, artesã do Ecomuseu Ilha Grande em Vila Dois Rios) e pudemos perceber como este é um museu cheio de vida, que acontece na relação estreita com a comunidade. Posteriormente,

seguimos para o Museu do Volfrâmio, em Cerva, importante centro de mineração que preserva a memória dessa atividade e sua importância para a comunidade.

A nossa rotina começava no início da manhã e em seguida com a saída para algum dos núcleos do Ecomuseu de Ribeira de Pena e, ao longo do dia, visitamos algumas aldeias, comunidades e seus patrimônios: igrejas como a de São Salvador a principal do Municipío de Ribeira de Pena, casas de câmara, pelourinho, pontes, sítios arqueológicos, parques.

Figs. 47, 48, 49, 50,51 - Abaixo (esquerda para direita): Igreja, Sítio Arqueológico Celta, Menir da Pedra D'Anta, Cabras e Pastores











Fonte: Acervo Pessoal da autora

Figs. 52,53 - Abaixo (esquerda para direita): Ponte sobre o Rio Tâmega em região a ser inundada, e a Ponte de Arame





Fonte: Acervo pessoal da autora

Por onde andamos foi possível perceber a educação e a atenção das pessoas. Isso foi perceptível em toda a equipe do Ecomuseu de Ribeira de Pena, nas autoridades locais e em todas as pessoas das comunidades que tivemos contato. Embora o município seja pequeno, as distâncias entre os núcleos e entre as aldeias e comunidades são significativas, percorridas em estradas sinuosas e sem transporte público. Para isso foi fundamental a disponibilidade do diretor para nos conduzir aos locais.

O tempo do outono não foi muito favorável; mas havia grande beleza nos montes entre nuvens e nos diferentes tons avermelhados das árvores e dos vinhedos. O período da residência foi marcado pelo frio, alternando o tempo nublado com uma chuva fina. E, no dia da caminhada camiliana, muito frio e chuva forte. O lugar mais frio foi no alto da Serra do Alvão, quando fomos até a aldeia de Alvadia. No caminho conhecemos o sítio arqueológico com um altar de sacrifício do período celta, com inscrições nas pedras, que ainda não está aberto à visitação. No topo, encontramos o Menir da Pedra d'Anta. Um belo lugar, com vista incrível de todo o vale do rio Tâmega, aldeias e cidades. Um vento frio e cortante queimava a nossa face, uma águia sobrevoava altiva nos vigiando, enquanto uns pastores conduziam um rebanho de cabras. As pessoas da aldeia estavam fora, trabalhando no campo ou lá embaixo, na cidade, ou permaneciam aquecidas dentro de suas casas.

É importante apresentar uma breve caracterização sobre os núcleos do Ecomuseu de Ribeira de Pena. Além de diferentes, as vertentes do patrimônio criam uma rede de museus interligada e um roteiro cultural na região. Este Ecomuseu é composto por: Museu da Venda Nova; Casa de Camilo (Friúme); Casa da Cultura / Museu da Escola (Ribeira de Pena); Museu do Volfrâmio (Cerva); Centro de

Interpretação / Museu do Linho (Limões); Centro de Estudos Regionais (Santa Marinha); Centro dos Vinhos Verdes (espaço em desenvolvimento - Agunchos).

Figs. 54,55,56,57- Abaixo (esquerda para direita): Museu da Venda Nova; Museu Escola; Museu do Volfrâmio; Centro de Interpretação dos Vinhos Verdes



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figs. 58,59, 60,61 - Abaixo (esquerda para direita): Museu do Linho (Limões), Centro de Estudos do Ecomuseu – Santa Marinha e Casa de Camilo – Friúme



Fonte: acervo pessoal da autora

O Museu da Venda Nova está instalado no antigo edifício da Câmara Municipal de Ribeira de Pena e acolhe o Centro de Interpretação do Ecomuseu, ponto de partida para a visita aos diferentes núcleos. As suas exposições dão a conhecer as características da comunidade ribeirapenense e do território que a caracteriza, permitindo compreender os hábitos e a paisagem do meio onde se insere o Ecomuseu. Nele é possível conhecer a evolução e a atualidade do conselho, e também os gestos, as memórias e os símbolos que fazem parte da identidade local. Chamou a atenção o trabalho em madeira feito por um artesão local.

A Casa de Camilo é o local onde viveu Camilo Castelo Branco durante a sua permanência em Ribeira de Pena, onde o escritor conheceu os primeiros anos de liberdade e vivenciou o primeiro casamento. O museu serve hoje de ponto de contato com a obra camiliana, onde Ribeira de Pena tem presença constante, e com os roteiros camilianos do concelho. Acolhe a exposição permanente “Camilo e Ribeira de Pena”, que inclui a reconstituição dos aposentos de Camilo e Joaquina, sua primeira esposa, e possui espaço para exposições temporárias. Além de Joaquina Pereira de França, ao visitante é dada a oportunidade conhecer Rosa, a primeira filha de Camilo.

A Casa de Cultura e Museu Escola representam a riqueza do patrimônio escolar do conselho e da memória de gerações de ribeirapenenses. É um espaço que permite compreender a evolução do ensino primário em Portugal. Encontra-se instalado numa antiga escola, Adães Bermudes, edifício centenário situado no centro da vila de Ribeira de Pena. Além da interpretação sobre a história do ensino primário em Portugal, disponibiliza um Centro de Aprendizagem e um Centro de Recursos para professores, continuando desta forma a ter uma função ativa no ensino dos ribeirapenenses. Este museu alia a exposição tradicional com a interatividade e os meios multimidia, atraindo visitantes de todas as gerações. Chama a atenção a reconstituição de uma sala de aula da época, com o mobiliário original.

O Museu do Volfrâmio, em Cerva, apresenta aspectos da exploração mineira que foi, ao longo de séculos, uma atividade importante no seio da economia local. A extração de estanho e volfrâmio conheceu particular incremento no século XX com a instalação das sociedades de exploração em Padroselos, na freguesia de Santa Marinha, e principalmente em Adoria, na freguesia de Cerva, onde se instalou a maior empresa que o concelho de Ribeira de Pena já conheceu. O museu ocupa o edifício da Casa do Povo de Cerva, espaço que permite interpretar a história e memória desta atividade, profundamente enraizada na comunidade local. Tem também uma exposição de geologia que dá a conhecer a evolução da terra e a relação do homem com os minerais. Destaco as letras de canções dos mineiros locais, que retratam um pouco de sua luta e cotidiano.

O Centro de Interpretação - Museu do Linho localizado em Limões, foi o primeiro que conheci. O conselho de Ribeira de Pena é conhecido pelo trabalho artesanal do linho que, especialmente em Cerva e Limões, merece grande reconhecimento pela qualidade das peças elaboradas no tear por exímias tecedeiras. Localizado no edifício do Grupo de Tecelagem de Limões, no centro histórico daquela aldeia, o Centro de Interpretação - Museu do Linho pretende promover e dinamizar as tradições associadas ao trabalho artesanal do linho, a investigação histórica e etnográfica e a atração turística, valorizando assim a continuidade desta tradição e o reconhecimento que continua a merecer. Aliando o tradicional com o multimídia, o visitante é conduzido pelo ciclo do linho até a oficina do Grupo de Tecelagem, onde lhe é permitido visualizar e experimentar o trabalho no tear, conhecendo os pormenores desta tradição secular.

O Centro de Estudos do Ecomuseu, instalado num antigo e nobre solar em Santa Marinha, morada dos Barões de Ribeira de Pena, preserva a sua biblioteca e arquivo, alvo de doação pela família à Câmara Municipal para acesso público. O Centro de Estudos objetiva promover os estudos sobre a região e a conservação de documentos históricos importantes, cumprindo, desta forma, a tradição conferida pelos seus patronos. Possui um espólio documental importante, composto por documentos inéditos e únicos para compreender a evolução histórica e socioeconómica da região, além de importantes fundos de literatura portuguesa e genealogia nobiliárquica. Merece destaque a coleção de textos e documentos sobre Camilo Castelo Branco.

O Centro dos Vinhos Verdes está sendo instalado na aldeia de Anguchos. A importância do vinho verde no conselho de Ribeira de Pena manifesta-se na paisagem, na gastronomia, na história, na economia e na identidade da comunidade ribeirapenense[40]. O Centro está sendo instalado na antiga escola primária de Agunchos, próximo do Rio Tâmega e do vale onde se encontra a maior produção de vinho do conselho ribeirapenense. Este espaço está sendo desenvolvido pela Junta de Freguesia de Cerva e Limões em colaboração com o Município de Ribeira de Pena.

Nos reunimos com Emanuel Guimarães para conversar sobre o sistema de banco de dados utilizados pelo Ecomuseu de Ribeira de Pena, que é um sistema adotado pela rede de museus de Portugal. Ele nos apresentou, explicando sobre todo o processo, desde o inventário até o sistema de busca. Foi muito importante, pois o Ecomuseu Ilha Grande está desde o segundo semestre de 2019 elaborando um sistema de inventário participativo e integral com sua equipe e comunidades locais.

[40] O Centro dos Vinhos Verdes permitirá valorizar este produto regional, dinamizando a cultura etnográfica que lhe está associada, potenciando o enoturismo e promovendo a sua produção, criando, desta forma, condições favoráveis ao desenvolvimento do sector. Será um espaço de promoção, assumindo-se como o ponto de partida para uma série de roteiros de descoberta do vinho verde e do seu território.

Fig. 62 - Reunião com Emanuel Guimarães sobre o sistema de banco de dados utilizados pelo Ecomuseu de Ribeira de Pena.



Fonte: Acervo pessoal da autora

No período da residência ocorreu o 5.º Encontro Camiliano de São Miguel de Seide, com eventos no Porto, Famalicão e Ribeira de Pena. Esses encontros visam promover o debate e a reflexão interdisciplinar em torno das temáticas camilianas, contribuindo, desse modo, para a melhor promoção e divulgação da vida e da obra de Camilo Castelo Branco. Foram organizados pela Casa de Camilo – Centro de Estudos e o Município de Vila Nova de Famalicão, com a colaboração do Município de Ribeira de Pena, através do Ecomuseu. Durante a manhã, debaixo de forte chuva e muito frio, realizou-se um roteiro literário pelos locais que serviram de cenário à novela “Maria Moisés”, de Camilo Castelo Branco, visita acompanhada de uma interpretação histórica e literária. Por causa da chuva, parte da programação foi realizada na Casa de Cultura e dentro de igrejas, com mais de 100 pessoas participando. Em Friúme, além da visita a Casa de Camilo, foi realizada uma leitura por Emanuel Guimarães de trechos de “Maria Moisés” nas margens do rio Tâmega, defronte à Ilha dos Amores, última oportunidade para a realização desse evento no local, que será inundado por uma barragem. Estivemos ao seu lado, debaixo dessa chuva, e de grupos que se revezavam para ouvir a história e se despedir da Ilha dos Amores.

Fig. 63,64,65,66,67 - Caminhada Camiliana – Leitura de poemas, caminhos feito por Camilo e suas personagens, teatro sobre suas obras







Fonte: Acervo pessoal da autora

Durante a tarde o Auditório Municipal recebeu o teatro de marionetes “Maria Moisés”, dinamizado pelo Serviço Educativo da Casa de Camilo com base na emblemática novela camiliana com o mesmo nome. Seguiu-se a apresentação do segundo volume da coleção “Biografias Enoveladas – Maria Moisés”, obra que contou com o apoio do Município de Ribeira de Pena. A apresentação do livro contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Luís Ferreira, que destacou a importância da obra camiliana para a divulgação do conselho de Ribeira de Pena e o valor que a Casa de Camilo em Friúme representa para a interpretação e valorização da vida e obra de Camilo Castelo Branco. Acompanhamos durante este período a equipe técnica do Ecomuseu de Ribeira de Pena nos seus trabalhos e atividades e conhecemos os diferentes museus e espaços culturais em funcionamento e em desenvolvimento no Conselho de Ribeira de Pena. Tomamos ainda contato com a

comunidade e o território que caracterizam a ação do Ecomuseu, bem como com os projetos de valorização patrimonial em curso.

A partir da experiência do programa de capacitação profissional foi possível:

A) Analisar a gestão do Ecomuseu Ribeira de Pena e sua prática com a comunidade, o patrimônio, território e desenvolvimento local.

B) Conhecer, através de visitas técnicas, os oito núcleos do Ecomuseu, no intuito de compreender como se deu cada um dos processos de constituição e desenvolvimento. A inclusão deste ecomuseu se justifica pela sua aparente similaridade com a experiência do Ecomuseu Ilha Grande.

C) Apresentar os projetos e atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu Ilha Grande, bem como expor a sua gestão e interlocução com os poderes públicos e a comunidade.

D) Outras experiências de ecomuseus poderão ainda ser conhecidas e estudadas, de acordo com a disponibilidade de tempo e de recursos.

A visita da delegação do Ecomuseu Ilha Grande permitiu também a partilha de experiências profissionais entre as duas equipes técnicas, em termos de desenvolvimento de projetos culturais e de intervenção junto da comunidade, enriquecendo a capacidade de atuação das duas instituições. A delegação foi recebida pelo executivo da Câmara Municipal de Ribeira de Pena (Presidente e Vice-Presidente, este responsável pela rede dos museus) que felicitou o intercâmbio, abrindo a porta à criação de um futuro protocolo de colaboração entre os dois ecomuseus - doravante, autodenominados "ecomuseus irmãos".

Fig. 68,69,70 - Entrega de produtos do Ecomuseu Ilha Grande e do Ecomuseu de Ribeira de Pena; Registro de reuniões com Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, João Noronha e Luís Ferreira







Fonte: Acervo pessoal da autora

Em síntese, após ter aprendido tanto com o conhecimento desses lugares e pessoas, foi possível perceber como temos muito em comum e possibilidades de desenvolvimento de projetos e trabalhos conjuntos. Esta experiência serviu de fonte de pesquisa para esta tese e nos permitiu refletir sobre a práxis de uma outra realizade de ecomuseu.

1.3.3 - Espanha

Na Espanha o processo de criação e expansão do Ecomuseu se desenvolveu nas últimas décadas, a partir da construção de uma museologia social. Segundo Corral (2015), a história da Espanha no século XX é marcada por: uma sangrenta e dolorosa Guerra Civil (1936-1939); por uma ditadura que durou quase quarenta anos (1939-1975); e por uma transição para a democracia realizada de forma pacífica e consensual (com exceção da questão basca). A sociedade espanhola, desde a transição e a Constituição de 1978, entrou num processo de mudança caracterizado fundamentalmente pela descentralização do país e a criação de um estado de "Autonomias"; pela inserção nos processos de globalização cultural e econômica mundial, o aumento do mercado consumidor, a implementação de uma agenda econômica neoliberal, a formação de um mercado comum europeu, a precarização acelerada do trabalho, e a filiação com plenos direitos a órgãos e organizações políticas a nível internacional. Mais especificamente:

- Um regime de autonomias ansioso por recuperar a identidade cultural arrebatada pelo período ditatorial. Uma corrida para reavaliar tudo o que é indígena. As autonomias deram a liberdade a cada região, a cada indivíduo, de sentir a sua identidade cultural dentro de uma identidade nacional.
- A entrada na União Europeia ofereceu um panorama de desenvolvimento imbatível para todas as regiões e cidades alheias à política turística de Sol e Praia. Os programas de desenvolvimento comunitário (LEADER, PRODER, etc.) desempenharam um papel decisivo na criação de instituições culturais à escala local, incluindo museus etnográficos, centros de interpretação e, claro, ecomuseus.
- Os anos oitenta e o início dos anos noventa foram os anos de crescimento econômico, de *boom* demográfico e de conquista do bem-estar (relativamente ao período anterior) e da sociedade de consumo. (Corral, 2015,p.12)

A Espanha logrou em pouco menos de quinze anos, desde a morte do ditador Francisco Franco em novembro de 1975, absorver os anos de isolamento, assimilando e implementando teorias e práticas estrangeiras já consolidadas; e construindo linhas de pensamento e metodologias próprias em matéria patrimonial e museológica.

Assim, os ecomuseus espanhóis surgiram em dois espaços provisórios, entre os anos 1990-1995; e 2000-2005. Ambos os períodos coincidem com um momento de desenvolvimento econômico e social específico na Espanha. No entanto, convém referir que algumas das experiências mais emblemáticas da ecomuseologia espanhola surgiram de iniciativas praticamente minoritárias dos anos oitenta, como Molinos , Valls d'Àneu ou Almedinilla .

Devemos ressaltar que o "ecomuseu" não é um modelo conceitual reconhecido pelos regulamentos dos museus espanhóis, o que torna difícil rastrear e classificar as experiências que surgem. Da mesma forma, isso pode deixar de fora experiências que, a partir de parâmetros da museologia social, não estão no seu panorama, às vezes simplesmente porque seus promotores desconhecem ou não estão nos círculos profissionais ou acadêmicos do patrimônio e da museologia (CORRAL, 2010)

Um exemplo de ecomuseu de referência na Espanha é o Ecomuseu de les Valls d'Àneu, criado em 1994. É uma entidade que promove a investigação, conservação, divulgação e restituição do património cultural dos vales Àneu, Pallars e Altos Pirenéus. O Ecomuseo de Les Valls d'àneu é uma entidade pública associativa sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria e com plena capacidade para cumprir os seus fins e por tempo indeterminado. Está vinculado à Associação de Municípios dos Valls d'Àneu. Tem atualmente o seu endereço no edifício que é a sede, em Esterri d'Àneu: Casa Gassia, Carrer del Camp, e que é propriedade da Câmara Municipal de Esterri d 'Àneu.

Figs. 71,72 - O Ecomuseu de Les Valls D'Àneu





Fonte: https://pt-br.facebook.com/EcomuseuVallsAneu/ Acesso em fevereiro de 2020.

A constituição deste Ecomuseu tem como objetivo assegurar a investigação, conservação, divulgação, restituição e gestão do património integral dos Valls d'Àneu, Pallars e dos Pireneus.[41]

O Ecomuseo La Alcogida, localizado nas Ilhas Canárias, procura expressamente orientar, através da centralidade da questão ambiental, a concepção e prática de museus etnográficos e regionais, colocando as interações entre cultura e ecologia no centro das atenções. A região árida em que se situa, de fisionomia desértica, aguça a sensibilidade dos observadores às consequências da ação degradadora do homem e, vice-versa, àquelas resultantes de um meio ambiente inóspito e difícil para a qualidade de vida.

Evitando generalizações, o cuidado analítico levou à diferenciação de modos de vida e de moradia do homem da terra, insularizado no seu interior, o que se manifesta na tentativa de percepção e exposição de uma tipologia habitacional do trabalhador pobre do campo na diversidade de organização de espaços, de uso da terra e nos diversos graus de modesta ascensão quanto à qualidade de vida material. Para isso, a área foi dividida em sete subáreas, cada um considerada como um memorial agrícola e de suas implicações naturais. Nelas levantaram-se casas campesinas, restauradas, mobiliadas e nas quais se apresentam técnicas tradicionais de trabalho e de artesanato. Trabalhos em cerâmica, tecelagem, cestaria e rendas das Canárias, assim como modos tradicionais de produção de pães e queijos são cultivados e demonstrados em parte por especialistas, que as aprenderam com a própria tradição familiar. Procura-se, entre outros motivos, salvar do esquecimento a história cultural dos camponeses das ilhas - em parte erroneamente compreendidos como nativos - em época de mudanças de modos de vida causadas pela decadência da agricultura e êxodo rural com as novas possibilidades oferecidas pelo turismo. Há décadas o Ecomuseu se tornou um dos mais dinâmicos agentes de apoio e desenvolvimento social nas regiões serranas, articulando uma série de ações e projetos de transformação social.

Segundo Corral (2015), ecomuseu é uma experiência única de longa duração para a gestão de um Patrimônio (Natural e Cultural), de um território e de uma

[41] Dentre as funções desenvolvidas pelo Ecomuseo de Les Valls d'àneu destacamos: 1.Promover atividades e ações junto a população local; 2. Gerir, promover e realizar todas as atividades que possam beneficiar o aumento da qualidade e quantidade da oferta patrimonial dos Valls d'Àneu, Pallars e dos Pirenéus; 3. Colaborar com outras entidades públicas e privadas na promoção do património dos Valls d'Àneu, participar em redes de cooperação locais, nacionais e internacionais; 4. Promover e participar, quando apropriado, de concertos e acordos com outras organizações para realizar pesquisas, conservação, disseminação e gestão do patrimônio cultural; 5. Contribuir para a defesa dos seus recursos naturais e dos valores socioculturais do território, caminhando para um modelo de gestão sustentável; 6. Coordenar, estimular e auxiliar todos os setores interessados no conhecimento, conservação, divulgação e gestão do patrimônio cultural; 7. Gerenciar equipamentos e instalações de interesse patrimonial para o território; 8. Os outros que as entidades consorciadas podem contratar; 9. Aconselhar as câmaras municipais, empresas, museus e instituições da região de Pallars Sobirà e dos Pirenéus que o solicitem sobre investigação, conservação, divulgação e restituição do património cultural.

comunidade que o habita e nele se desenvolve. É uma forma museológica entendida pela retroalimentação identitária de um determinado espaço.

Para Pierre Mayrand (2009):

> Definiremos el ecomuseo, que se sitúa en un parque natural, en un barrio urbano, en un medio rural o insular, o en zonas mixtas, como una empresa cultural, utilizando entre otras cosas las funciones del museo dentro de un sistema de interrelaciones territoriales y humanas causadas por la acción museal, con el fin de reforzar y matizar estos vínculos en favor de un desarrollo compartido de los patrimonios comunes, sin distinción de grupos sociales, tanto al beneficio de la comunidad territorial como a las poblaciones próximas y visitantes deseosos de tener acceso a su significado profundo. (MAYRAND, 2009, p.20).

Neste sentido, para Mayrand (2009), o ecomuseu pode ser considerado tanto como uma filosofia de partilha, uma escola de sensibilização de um território vivo, ou uma porção não indiferente do planeta: O ecomuseu é a expressão de uma população, num tempo e num espaço, em relação a um território e um determinado patrimônio natural e cultural.

1.3.4 - Itália

Os ecomuseus italianos viveram um período particularmente dinâmico na primeira década do século XXI, quando se assistiu a uma multiplicação das leis regionais, e também a organização de encontros de debates e intercâmbio em nível nacional e europeu. Segundo Pedro Leite (2016), existe em Itália uma centena de estruturas operacionais que podem ser definidas como ecomuseu, distribuídas em quase todas as regiões do país. As leis específicas sobre os ecomuseus foram adotadas em 12 regiões ou províncias autônomas: Piemonte (1995), Trento (2000), Friuli Venezia Giulia (2006), Sardenha (2006), Lombardia (2007), Umbria (2007), Molise (2008,) Toscana (2010), Puglia (2011), Veneto (2012), Calabria (2012) e Sicilia (2014). Com base nestas leis foram reconhecidas diversas realidades locais que refletem a qualidade e a complexidade das formas adotadas nos procedimentos únicos, mas também a sua capacidade de intervir nos processos territoriais em curso.

A situação varia muito de um caso para outro: em todas as regiões dotadas de uma lei, estimuladas pelos ecomuseus mais ativos, utilizaram-se ou procuram-se critérios de seleção que sustentam os ecomuseus mais dinâmicos e participativos. Regiões como a Emília-Romana, pelo contrário, escolheram outras modalidades para o reconhecimento e o financiamento dos ecomuseus existentes, de forma mais pragmática ou pelos contratos de projeto com o Instituto Regional de Bens Culturais. Inclusive, hoje em dia, apesar da significativa redução do financiamento público, os

ecomuseus são uma realidade viva e dinâmica que, em face dos resultados concretos alcançados e dos trajetos percorridos, procuram entrar numa fase nova e fecunda.

Três organismos desempenharam uma importante função na definição dos critérios de referência e na produção de normas de funcionamento e relacionamentos dos ecomuseus italianos: o Laboratório de Ecomuseus de Região de Piemonte, o Observatório dos Ecomuseus de IRES Piemonte e as Comunidades de Práticas "Mondi Locali". Esta última experiência surgiu em 2007, com a finalidade de partilhar projetos e os percursos dos seus membros, e representou para muitos Ecomuseus uma referência eficaz de partilha e crescimento. Entre as atividades propostas pelo "Mundo Locali" destacaram-se:

> - **Dia da paisagem**, levado a cabo pela primeira vez em 2007, para promover as ações de cidadania ativa. Pode contar, ao longo dos anos, com a participação de numerosos ecomuseus de diversas regiões italianas que contribuíram para ampliar o evento (www.ecomusei.eu) e manter as relações de encontro e colaboração.
> - As experiências formativas do módulo **JET – Jovial Ecomuseum Training** – um percurso de crescimento de capacidades em termos de elaboração de projetos, de relações humanas e gestão de pessoal dos ecomuseus. Utilizadas em diversas situações com colaborações de centros de pesquisa e universidades, oferecem a numerosos colegas a possibilidade de encontro e compreensão do potencial das práticas ecomuseais.
> - A experimentação do "**Mapa da Comunidade"**, como instrumento de participação da população no reconhecimento do seu próprio património cultural. Desde as primeiras experiencias nos ecomuseus piamonteses, a prática estendeu-se a todos os ecomuseus italianos e, recentemente, foi integrada nas práticas e procedimentos de planificação da paisagem (LEITE, 2016, p. 2).

Percebe-se a preocupação dos ecomuseus italianos com a sua institucionalização, a partir de uma legislação ampla que reconheça a sua existência, especificidade e forma de organização. Ao lado dessa preocupação, são desenvolvidas formas de capacitação de pessoal para o trabalho no ecomuseu, bem como propostas de articulação local com as comunidades e as suas identidades locais e regionais, com a valorização de suas experiências.

Para garantir a continuidade dos processos e a sua manutenção em nível local e nacional, foi proposta uma estratégia de consolidar as experiências dos ecomuseus por meio de um intercâmbio colaborativo e dinâmico entre experiências ecomuseais e outras instituições que focam no património cultural. É o caso das associações territoriais, locais e/ou regionais, que são importantes mediadores dos ecomuseus, para garantir a sua viabilidade e acrescentar valor aos processos de participação e aos objetivos de desenvolvimento local.

Assim, segundo Leite (2016) quanto mais próxima a relação entre o ecomuseu, as autoridades públicas e as instâncias de participação da população, maiores possibilidades surgem para atuar no território e para reafirmar a rede de colaboração

local. O autor cita como exemplo a escala local, como os institutos e organismos regionais para o património cultural, inspeções, parques, organizações ambientais, universidades, organizações de comércio justo e solidário, serviços sociais e de saúde pública; e a escala nacional e internacional, como o ICOM, Sociedades Territoriais, *Slow Food*, militantes da Nova Museologia, Redes internacionais de Ecomuseus e Museus de Comunidade.

Neste sentido, para tornar eficaz e sobretudo visível o movimento ecomuseal, na Itália foi proposta a criação uma rede permanente em nível nacional - a Rede Nacional de Ecomuseus Italianos. Além de promover o intercâmbio entre os ecomuseus italianos e estrangeiros no estabelecimento de parcerias a partir de projetos e atividades em comum, disponibilizá-los em rede e interação, avaliando os resultados alcançados. Apontando os princípios que inspiram os objetivos da rede italiana de ecomuseus desde o seu início, com este documento espera-se contribuir para o nascimento, o desenvolvimento e a evolução das experiências do ecomuseu que são capazes de produzir modelos virtuosos de desenvolvimento local sustentável. O novo horizonte dos ecomuseus será caracterizado por uma museologia cada vez mais empenhada em encontrar estratégias alternativas de desenvolvimento local, ligadas ao pedido de mudança, emergente das comunidades locais; uma museologia que pretende estimular a gestão e uso do patrimônio cultural, ambiental e paisagístico para o desenvolvimento local e comunitário, através da formação de recursos humanos responsáveis, isto é, de atores conscientes do seu desenvolvimento. Ecomuseu vive separado do acervo, existe porque funciona a partir da centralidade de um patrimônio especial, as *pessoas*, cuja sensibilidade e intenções mobiliza.

A partir da a 24ª Conferência Geral do ICOM e do Fórum dos Ecomuseus e Museus Comunitários, ambos iniciados em 7 de julho de 2016 em Milão, destacamos como contribuição para o reconhecimento dos ecomuseus italianos e museus comunitários os seguintes pontos:

a) Os ecomuseus e os museus comunitários são a paisagem. Eles trabalham com o patrimônio difuso e vivo, material e imaterial;

b) Depois de seu nascimento, eles escolheram uma abordagem transdisciplinar, experimentado e testado na vida real. Essa abordagem inovadora inspirou os museus mais tradicionais e as instituições em todos os níveis;

c) Em um mundo cada vez mais consciente da importância da responsabilidade, da participação e da globalização da gestão sustentável do patrimônio, os ecomuseus podem exercer um papel chave, graças à sua experiência fundada na prática;

d) Os ecomuseus existem no mundo inteiro. Eles estão prontos a cooperar com os museus de nível local, nacional, ou global para destacar as novas questões em jogo,

que apareceram nos debates da 24ª Assembleia geral sobre os museus e as paisagens culturais.

Os ecomuseus italianos fizeram igualmente a redação de um texto comum chamado “Manifesto” ou Agenda 2016, que desenvolve uma análise sobre as experiências do país dos ecomuseus na Rede Nacional de Ecomuseus. A Agenda *Ecomusei 2016* se tornou um documento que reflete os aspectos teóricos e práticos da construção coletiva do movimento ecomuseal na Itália. Assim, os ecomuseus italianos aproveitaram a oportunidade da Conferência de Milão e da presença na Itália de tantos profissionais de museus para convidar para um programa especial de debates e de visitas, com todos os colegas envolvidos em projetos comunitários de gestão do patrimônio no contexto do desenvolvimento local: ecomuseus, museus comunitários, museus locais portadores de estratégias de território e de mobilização comunitária, no intuito de compartilhar as experiências desenvolvidas, questões, esperanças, dificuldades; e no incentivo ao intercâmbio com outros países, como o caso do Brasil, a partir da “Carta de Cooperação Distantes, mas Unidos” - neste momento em processo de efetivação, em processo liderado pela ABREMC.

A Agenda 2016 teve como objetivo promover soluções e projetos capazes de utilizar o património local numa visão holística, segundo os métodos e práticas para o seu conhecimento e uso amplamente partilhados, tornando os Ecomuseus instrumento de promoção e agentes de laboratórios/observatórios do património, amplificadores locais da “cultura territorial” capazes de ativar os processos de patrimonialização, apoiados num conjunto de soluções intelectuais e morais, mas também tecnológicas e práticas. Segundo Leite (2016), dentre os objetivos da Agenda 2016 devem ser destacados:

1- **Apoiar os processos de territorialização**, ressaltando as práticas que desenvolvem a questão da sustentabilidade, promovendo a cultura da salvaguarda e o apoio à gestão do patrimônio local. Considera que os ecomuseus valorizam a identidade dos lugares, os laços entre as comunidades e os seus contextos de vida; é importante que o ecomuseu contribua para a tomada de consciência sobre o território, propondo ao “projeto de paisagem” elaborado participativamente, nos quais as comunidades se reconheçam por meio de uma sociabilidade renovada. Podem desempenhar um papel importante nos processos de revitalização e repovoamento dos territórios desfavorecidos como o caso de lugares de montanha e também de áreas em recessão, considerando modos de vida sustentáveis, capacidades profissionais criativas e sensibilidade para as expressões culturais da tradição local.

2 - **Comprometer os processos de patrimonialização**, valorizando os movimentos ligados à preservação do património cultural local, evitando que o

património territorial se desqualifique pelo contato com os modelos consumistas estrangeiros; ressaltando as modalidades de participação permanente das comunidades locais nos processos de inventário participativos, de tomada de decisões e da gestão do património local; favorecendo a cidadania e a subsidiariedade vertical e horizontal; e tendo o património cultural como um recurso indispensável para o desenvolvimento do território, que considere os diversos atores sociais como criadores e propagadores dessas heranças a partir de um processo de reconhecimento e interpretação das tradições e dos valores territoriais autênticos**.** No intuito de atingir os objetivos citados da Agenda Ecomuseu 2016 foi proposto o programa de trabalho a partir da formação e pesquisa com parcerias de instituições de pesquisa públicas e privadas, as associações e as fundações; promover a formação de mediadores de processos de participativos; universitários no desenvolvimento de suas pesquisas a partir do estudo dos territórios dos ecomuseus para as suas investigações no domínio da *inovação empresaria*l*,* de experimentação e incentivo ao autofinanciamento e autogestão; explorando formas e métodos de avaliação de resultados obtidos pelos processos ecomuseais de desenvolvimento local que poderão constituir-se como referência para boas-práticas.

A partir da Paisagem e Planejamento - Tendo como referência o modelo da região de Puglia, que mostrou o seu dinamismo no Plano de Paisagem Regional a partir da integração dos ecomuseus, a proposta foi implementar um programa de desenvolvimento específico desta linha de ação, com o objetivo de que os ecomuseus locais sejam suporte aos observatórios regionais da paisagem, além da aplicação dos princípios enunciados na Convenção Europeia da Paisagem*;* e incentivando a colaboração com organismos externos, tais como Sociedades de Território ou o Fórum Italiano dos Movimentos para a Terra e paisagem, que trabalham na formulação de novos modelos interdisciplinares de planeamento da paisagem.

Produção e qualidade de vida – Com as regiões agrícolas e com as formas emergentes de comércio solidário; os ecomuseus centraram-se nas novas formas de economia local, sustentáveis, transversais aos vários setores: agrícola, ambiental, turístico, cultural e social (bem-estar), sendo agentes de conhecimentos práticos tradicionais e a inovação tecnológica, no respeito pela terra e qualidade de vida.

Educação e animação sociocultural – Os ecomuseus mostraram nos últimos anos a sua capacidade para constituir-se como laboratórios eficazes de ação pedagógica e educativa, sobre o tema da sustentabilidade, da paisagem e do patrimônio cultural, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, como um instrumento de "formação contínua" e de mediação e intergeracional. Ecomuseu enquanto disseminadores de animação sociocultural, promotor de qualidade de vida.

Revisão de Princípios – refere-se à definição do que é um Ecomuseu, sua gestão, educação e pesquisa, planificação e administração do território, desenvolvimento e economia. Sobre a definição de Ecomuseu a partir das experiências dos Ecomuseus Italianos, é:

> PAISAGEM**,** porque é a *expressão da população que atua na paisagem*. A paisagem é transformação, cultura, recurso dinâmico, produtiva, criativa, vital. A ação sobre a paisagem deve ser sustentável (resiliente) para permitir ao meio ambiente e à cultura manifestar-se e sustentar-se;
> POPULAÇÃO, pois são as pessoas que constituem o *património "primário e sensível*" do ecomuseu, de onde proveem as ações e a criação do sentido de pertença ao território;
> CONHECIMENTO: não existe se não houver aquisição de conhecimentos por parte dos habitantes e novos residentes**:** É um processo participativo onde o objetivo é o desenvolvimento local. O ecomuseu não é apenas um museu ou um centro cultural dedicado às coleções, e sua conservação e valorização, é também isso, mas tem como missão implicar a população na consciência do seu próprio património cultural, para que desenvolva uma função e económica e social como resposta às necessidades e problemas da comunidade.
> *O ecomuseu garante uma abordagem científica,* implementa práticas e capacita a comunidade a contribuir para o desenvolvimento sustentável. (LEITE, 2016, p.3).

Sobre a gestão dos ecomuseus italianos, esta se concretiza pelo desenvolvimento da cooperação entre os atores voluntários, as associações, os profissionais e as instituições públicas e privadas que trabalham em conjunto para acrescentar valor ao património cultural, respeitando o equilíbrio entre as instâncias participativas. Quanto à Educação e Pesquisa, o ecomuseu concentra a atenção na população a partir da sua herança cultural, tendo como recurso a memória social, a promoção dos processos de cidadania ativa e a formação do público para identificar, manter e valorizar o seu património cultural.

Sobre a planificação e administração do território do Ecomuseu, é importante destacar o estudo e a sensibilização para *a* gestão participativa do patrimônio cultural, facilitando os processos de decisão compartilhada sobre a administração e o planejamento dos usos dos recursos (ambientais, culturais e paisagísticos). Assim, as ferramentas de diagnósticos usados pelos ecomuseus, como por exemplo, inventários participativos*,* mapas de Comunitá*,* tomaram formas específicas de Contrato-Programa na planificação participativa (contratos de rios, como suporte à requalificação ambiental, social e à produção de paisagem.

O desenvolvimento e economia dos ecomuseus italianos implicam em diferentes setores produtivos, tais como produção alimentar e alimentação: o património relacionado com a alimentação tradicional e o bem-estar nutricional estão diretamente relacionados com muitas paisagens culturais italianas; artesanato e Formação - o artesanato e os saberes artesanais que fazem renascer as formas de economia

doméstica; turismo e a acomodação - os conhecimentos técnicos do turismo devem alcançar um profissionalismo nos locais onde o turismo possa constituir uma opção estratégica e económica.

Sobre a importância de Rede para os ecomuseu, o termo significa compartilhamento de práticas. Ressalta a criação e consolidação de uma rede nacional, para valorizar as experiências regionais; criar contatos entre os ecomuseus e os museus comunitários na Europa e no mundo, sejam o ICOM, os Parques naturais e as demais estruturas de diferentes perfis seja, culturais, socioeconómicos, e ambientais que se ocupem da paisagem.

Um exemplo de Ecomuseu que é uma referência na Itália é o *Ecomuseo del Paesaggio di Parabiago*, na província de Milão, norte da Itália[42] - instituição cultural que tem como objetivo ajudar os moradores de Parabiago e visitantes a apreciar, reconhecer e compreender a paisagem para cuidar dela e melhorá-la. Graças a um caminho de participação permanente, tornou-se um pacto com o qual a comunidade se compromete a trabalhar em conjunto para o cuidado do território. O projeto se enriquece dia a dia graças à contribuição de associações e cidadãos locais, chamados a colaborar através da partilha de documentação (entrevistas, desenhos, fotografias) e da participação no fórum e grupos de trabalho para a preparação e implementação da ação plurianual do ecomuseu.

Fig. 73- Ecomuseo del paesaggio di Parabiago



Fonte: http://ecomuseo.comune.parabiago.mi.it/ecomuseo/ECOMUSEO.htm

[42] Criado em 14 de maio de 2008, é reconhecido pela Região da Lombardia e gerido pela Câmara Municipal de Parabiago de acordo com o L.R. n.13 / 2007 sobre Ecomuseus. O Ecomuseo del Paesaggio di Parabiago, ou Ecomuseu da Paisagem, surgiu como parte das atividades da Agenda 21 local de Parabiago, município localizado ao longo do eixo Simplon a cerca de 25 km de Milão. O ecomuseu tem como âmbito territorial todo o município de Parabiago, e conta a evolução e transformações pelas quais a paisagem passou ao longo do tempo, para evidenciar as relações entre o passado e o presente, entre o território e a comunidade. O ecomuseu criou alguns roteiros culturais para redescobrir o patrimônio que caracteriza a cidade de Parabiago: portanto, não só a paisagem natural e agrícola (o município está de fato incluído entre os parques Roccolo e Mulini), mas também a urbana (com cerca de 50% da área municipal), com particular atenção para o que tem sido alcançado pelas pessoas que habitam este ambiente e que ao longo do tempo contribuíram para o definir.

O Ecomuseu Paisagístico visa apresentar e valorizar os lugares físicos, os objetos materiais (vestígios romanos, moinhos, igrejas e palácios antigos) e, sobretudo, a memória coletiva de uma comunidade e do território que a acolhe: isto inclui saberes antigos, artesanatos tradicionais (como o *firunatt* de Vill Basta), práticas que hoje quase desapareceram por completo, mas que no passado marcaram o desenvolvimento da cidade e dos seus habitantes. Para iniciar o projeto, foi elaborado um Mapa da Comunidade, que resultou de um trabalho coletivo de um ano, através do qual as pessoas que vivem em Parabiago puderam contar aos outros, ou se lembrar, dos pontos fundamentais de sua história e patrimônio. O mapa contém lugares, personagens, topônimos dialetais, pratos típicos, expressões idiomáticas, enfim, tudo o que distingue e torna Parabiago e seus habitantes únicos[43].

Fig. 74 – Mapa da comunidade de Parabiago



Fonte: http://ecomuseo.comune.parabiago.mi.it/ecomuseo/ECOMUSEO.htm

[43] O Mapa foi elaborado graças a um grupo de trabalho constituído no Fórum para o Ecomuseu. O grupo, aberto a todos, é formado por associações, técnicos municipais, políticos e cidadãos de Parabiago e municípios vizinhos. A ajuda das escolas que traçaram seus mapas e inspiraram o trabalho dos adultos também foi fundamental. O design gráfico foi obra do artista local Patrizio Croci, um especialista em mapas que há anos projeta para algumas revistas nacionais. A diferença com os outros mapas é que o de Croci foi baseado no que emergiu do grupo de trabalho para criar o mapa da comunidade de Parabiago.

1.3.5 - Canadá

A primeira experiência ecomuseológica no continente americano teve início em 1979, na região de Quebec, Canadá. Um etnógrafo possuía uma coleção que a população local identificava como de sua propriedade. As comunidades de treze cidades se reuniram e conseguiram os recursos para adquirir a coleção, objetivando a criação de um museu. Como a contribuição financeira foi realizada por diferentes cidades e seus habitantes, isso gerou um problema para a localização do futuro museu. A solução encontrada foi a criação do **ecomuseu Haute-Beauce**, integrando toda a região, como um símbolo de cooperação, preservação e interpretação do patrimônio. Foram realizados cursos de museologia comunitária, sobre pesquisa e informações locais de saúde, genealogia, meio ambiente, história, arquivo e museografia, visando capacitar os jovens e envolvidos no processo de criação. Assim, o Ecomuseu Haute-Beauce iniciou sua história como um espaço de desenvolvimento, que seria ao mesmo tempo pessoal e coletivo.

Fig. 75 – Ecomuseu Haute-Beauce



Antigo presbitério de de Saint-Évariste-de-Forsyth, atual sede do Ecomuseu Haute-Beauce. Fonte: https://www.patrimoine-culturel.gouv.qc.ca/rpcq/detail.do?methode=consulter&id=92951&type=bien

De acordo com René Rivard (1995) os ecomuseus americanos tornam-se importantes meios de comunicação e atuam em diferentes níveis, políticos e sociais, para a comunidade. Além disso, contribuem para o conhecimento de visitantes e parceiros externos interessados. Os ecomuseus são exemplos de como ver o mundo, o meio ambiente de forma global, mas também regional, seja no enquadramento de lutas ou na busca de harmonia ou preservação da comunidade local.

O **Ecomuseu Kalyna Country** foi constituído em 1991-1992 por iniciativa do Serviço de Arquivos e Locais Históricos de Alberta e do Instituto Canadense de Estudos Ucranianos da Universidade de Alberta. Kalyna Country é considerado um museu ao ar

livre que abrange 20.000 quilômetros quadrados na zona rural do centro-leste de Alberta no Canadá. Este ecomuseu incentiva o conhecimento sobre a história local, passado, as culturas vivas das comunidades, a paisagem e suas áreas naturais[44].

Este ecomuseu, sem dúvida, atua como um dispositivo de promoção do turismo regional e na conscientização promovida por pessoas locais que estavam cientes de que certos aspectos de seus patrimônios estavam sob ameaça. Em uma região que enfrenta declínio populacional e com limitações econômicas, o ecomuseu foi visto como uma solução interessante para a preservação da identidade, do patrimônio e geração de renda. Forneceu uma abordagem inclusiva para a conservação de recursos patrimoniais que podem ser aplicados dentro de estratégias abrangentes de desenvolvimento econômico e comunitário. O ecomuseu é gerenciado por um consórcio de habitantes locais ansiosos por conservar a natureza distinta desta paisagem "ucraniana".

Figs. 76,77 – Ecomuseu Kalyna Country





Fonte: http://www.kalynacountry.com/photo-gallery/

O ecomuseu incentiva o visitante a explorar a vasta paisagem de planícies da província de Alberta, onde pouco se fala sobre as histórias passadas ou a situação atual dos nativos comunidades americanas, apesar do fato de que existem duas "reservas" dentro do seu território. Segundo Peter Davis (2010), embora o objetivo original do Ecomuseu Kalyna Country seja o de valorizar, criar e sustentar a identidade local, seu papel principal tem sido incentivar os turistas a visitar e impulsionar a economia local,

[44] Ocupa um território de 15.000 quilômetros quadrados na província de Alberta, a leste da sua capital Edmonton, e é considerado o maior ecomuseu do mundo. É aproximadamente equivalente à área de terra colonizada no final do século 19 e início do século 20 por ucranianos imigrantes: o assentamento da região por imigrantes de países do Leste europeu de 1880 a 1920 moldou a paisagem contemporânea da região. É uma sociedade multicultural de cerca de 42.000 pessoas que estabeleceu um forte senso de identidade. Cerca de 23 museus locais estão incluídos no ecomuseu, incluindo o Parque Nacional da Ilha Elk, o primeiro do Canadá (1906), santuário designado para grandes mamíferos. A paisagem é pontilhada por mais de 100 igrejas ortodoxas com seus telhados típicos, muitos dos quais foram conservados como parte da estratégia do ecomuseu para manter as características locais singulares. Grande parte da rede original de trilhas usada pelos índios, pelos comerciantes de peles e colonos pioneiros que residem no território também foi preservada e sinalizada.

através da construção de um marketing profissional. Enquanto o visitante é auxiliado pela "sinalização" fornecida pelo ecomuseu a encontrar os patrimônios locais, a escala do território torna uma compreensão abrangente e holística de Kalyna quase impossível, enquanto um "lugar". Davis sugere que os ecomuseus só podem efetivamente construir identidades de lugar quando a escala do território é pequena e seus elementos de patrimônio fortemente conectados.

1.3.6 - Japão

Segundo Corral (2010), a história dos ecomuseus japoneses se divide em três períodos diferentes. O primeiro, na década de 1970, quando surge a primeira vez a ideia de ecomuseu no Japão a partir do professor Tsuruta, que introduziu a palavra ecomuseu no país, após sua participação na Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus em 1974, organizada sob o tema O Museu e o Mundo Moderno, realizada em Copenhague (Dinamarca). Esta primeira abordagem aos ecomuseus respondeu a certas preocupações ambientais relacionadas com as fundações já iniciadas em outras partes do mundo e vinculadas aos ecomuseus.

O segundo período foi na década de 1980, quando a palavra ecomuseu foi reintroduzida como uma alternativa ao museu tradicional para as áreas locais em desenvolvimento. Neste período, o governo estava estabelecendo projetos econômicos para desenvolver as áreas rurais e o ecomuseu foi uma alternativa interessante naquele período em que o Estado passava por um período de descentralização em que as prefeituras e municípios iam tendo cada vez mais autonomia na tomada de decisões sobre suas políticas de desenvolvimento local. Muitos municípios se interessaram pelos ecomuseus como forma de preservar seu território, resgatar o patrimônio e a identidade cultural sem a necessidade de criar equipamentos e aumentar custos. Algumas das experiências nascidas nesses anos são o **Ecomuseu Asahi-machi**, criado em 1989 e oficialmente estabelecido como ecomuseu em 1991, na prefeitura de Yamagata; ou o **Museu Comunitário de Hirano-cho**, perto de Osaka. E o terceiro momento acontece nos anos 1990, quando a sociedade e as políticas do governo japonês mudam em direção à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento das comunidades, sendo fortemente influenciadas pelos movimentos ambientais internacionais que tiveram como marco de ação a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992, destacando o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Segundo CORRAL (2010), é nessa época que Juzo Arai deu início a essa nova versão teórico-prática dos ecomuseus japoneses. Sua contribuição foi fundamental para a definição do modelo ecomuseal, sua filosofia e características, como também estabeleceu a figura do ecomuseu no Japão com a criação da Sociedade

Ecomuseológica do Japão (JECOMS), fundada em 26 de março de 1995. O JECOMS é uma associação com aproximadamente 250 membros que compartilham os princípios da ecomuseologia.

Figura 78- O Ecomuseu Hirano-cho – Ação educativa



Fonte:https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1352725032000194268?journalCode=rjhs2

Segundo Peter Davis (2010), a comunidade que deu origem ao ecomuseu de Hirano-cho data do século XIV e, como resultado de seu status anterior, possui vários locais históricos, incluindo templos, santuários, jardins isolados e casas de madeira tradicionais que formam uma rede de sítios protegidos. O Ecomuseu foi fundado em 1993 por um grupo de moradores. Em 2003 compreendia quinze sítios e envolveu cerca de quarenta indivíduos, uma confederação de pessoas locais que compartilham a visão de preservar o patrimônio, como casas vernáculas, templo, pátios, árvores antigas, incentivando o diálogo entre as pessoas locais, jovens e idosos. Para Davis o Ecomuseu de Hirano é um ecomuseu incomum, porque é muito introspectivo. Um padre local, Ryonin Kawaguchi, o instigador e principal protagonista do ecomuseu, estava convencido de seu valor para a população local, mas tinha pouco interesse nos potenciais benefícios econômicos de atrair turistas. Em sua opinião o mais importante papel seria dar aos residentes locais o orgulho de seu próprio lugar, a capacidade de refletir sobre sua história e reconhecer o seu significado para as necessidades contemporâneas[45].

[45] O ecomuseu abraça passado e presente, o tangível e o intangível, e consegue ser íntimo da comunidade, incentivando os habitantes a conhecer e valorizar sua própria identidade cultural e mitologia, cuja narrativa é baseada na contribuição local, formulada pela população local dando suas opiniões sobre o que eles percebem como sua herança. Embora haja um mapa que descreve os pontos de interesse dispersos do ecomuseu, os locais exatos tornaram-se difíceis de encontrar. O que Kawaguchi sugere faz os visitantes perguntarem para obter instruções e encorajar a interação com a população local. Era sua opinião que o ecomuseu ajudaria a população local a começar a entender a natureza intangível de sua herança. Ele também comentou que o ecomuseu faz parte de nossos esforços para reconhecer os bens culturais e históricos que possuímos e para envolver os residentes em tais atividades. Dessa forma, como se todos os residentes locais fossem curadores seguindo a ideia de que uma cidade é revitalizada quando as pessoas que estão lá estão revitalizadas. Em outras palavras, ele percebeu que o ecomuseu não era sobre o passado, mas chamou a atenção para as necessidades de hoje.

A identidade construída durante o desenvolvimento do ecomuseu é fascinante, mas é difícil para estranhos - especialmente um europeu (ou seria “ocidental”?) - começar a realmente compreendê-lo. No entanto, mesmo aqui, os vários conceitos teóricos de lugar estão ecoando na seleção de "locais simbólicos" e na atribuição de significado a eles por pessoas. A necessidade de conservar esses elementos do passado e da vida contemporânea exige autenticidade e fortes percepções de seu valor intrínseco. Talvez o que se torne mais evidente para um visitante europeu é como a sociedade e a cultura japonesas são fascinantes, e o ecomuseu permite comparações vívidas entre Hirano-cho e outros lugares. E, apesar do aparente estranhamento, pode-se perceber como comunidades e culturas tão distantes apresentam tantos pontos em comum; e que a forma Ecomuseu seja capaz de forjar um elo entre essas diferentes formações sociais.

1.3.7 - China

A relação com a proposta de ecomuseus teve início na década de 1980 na China, influenciada pelas teorias de um novo tipo de museu que abriria caminhos para o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio chinês. Segundo Su Donghai (2005), em 1995 foi criado o primeiro ecomuseu do país, almejando ser uma alternativa para a restauração do ecossistema e proteção ao meio ambiente, já que naquele momento a China passava por uma rápida industrialização e desenvolvimento econômico, com a consequente destruição do ambiente, em especial através do grande aumento da poluição e do desequilíbrio ecológico. Assim, o ecomuseu foi uma ferramenta interessante de preservação ambiental, proposta para conciliar o caminho para o desenvolvimento. Mais de 1.000 museus foram construídos por toda a China naquela época e os profissionais dos museus, que estavam explorando a expansão do escopo da proteção do patrimônio cultural, consideraram o movimento internacional do ecomuseu um contraponto adequado aos museus tradicionais.

A *Chinese Historical Society of America*[46] publicou desde a década de 1980, artigos acadêmicos chineses sobre as relações entre museus e as ciências ecológicas e ambientais, e apresentou o movimento internacional de ecomuseus. Este último incluiu

[46] O Museu da Sociedade Histórica Chinesa da América é a organização mais antiga do país dedicada à interpretação, promoção e preservação da história social, cultural e política e das contribuições dos chineses na América. Quando fundada em 1963, havia menos de 250.000 descendentes de chineses vivendo nos Estados Unidos e o CHSA era a voz para o estudo e divulgação da história desse segmento da população dos Estados Unidos. Hoje, à medida que o número de chineses nos Estados Unidos aumentou para quase 5 milhões, a CHSA se esforça para ser um mordomo responsável pela narrativa notável dessa comunidade em rápido crescimento e cada vez mais visível. A CHSA promove as contribuições e o legado dos chineses na América por meio de suas exposições, publicações e programas educacionais e públicos no Museu e Centro de Aprendizagem. Estamos alojados no edifício Chinatown YWCA, projetado por Julia Morgan, na 965 Clay Street, San Francisco.
Fonte: https://chsa.org/about_chsa/. Acesso em fevereiro de 2020.

versões chinesas de documentos importantes de Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine, bem como outros documentos, anúncios e relatórios de convenções do ecomuseu. Em 1995 foi criado o primeiro projeto de ecomuseu da China, lançado por uma equipe sino-norueguesa composta por Su Donghai, na época membro permanente do Conselho Executivo da Sociedade Chinesa de Museus; An Laishun, pesquisador associado da sociedade; Hu Chaoxiang, chefe do escritório de proteção do patrimônio cultural do governo provincial da província de Guizhou, no sudoeste da China; e o museólogo norueguês John Aage Gjestrum. A equipe obteve o apoio do governo chinês, que expressou um forte desejo de fortalecer a proteção do patrimônio cultural do país[47].

O primeiro ecomuseu da China fica localizado nas montanhas de Liuzhi, município de Liupanshui, na província de Guizhou. Nesse território vivem membros de um pequeno ramo do grupo étnico Miao, que permanecem fortemente ligados à sua cultura tradicional e à economia natural. Existem várias dessas comunidades compactas e pobres que foram isoladas da "civilização dominante". Elas mantiveram suas diferentes expressões culturais tradicionais e, portanto, contribuíram para a diversidade da civilização chinesa.

Fig. 79 – Ecomuseu Miao, 2004



Fonte: Foto Teresa Scheiner, Acervo da autora

Como exemplo desse processo foram criados sete ecomuseus, no intuito de preservar as tradições vivas dos grupos étnicos Miao, Bouyei, Dong, Yao, Mongol e

[47] Segundo Su Donghai (2005), o governo norueguês sempre deu atenção às questões de proteção do patrimônio cultural e ambiental, publicando um "Relatório de Estudos de Viabilidade do Estabelecimento do Primeiro Ecomuseu da China no Condado de Soga de Guizhou". O projeto, inscrito na lista de "Programas de intercâmbio cultural sino-norueguês de 1995-1996", foi co-assinado na presença do rei norueguês Harald V e do presidente chinês Jiang Zemin em outubro de 1997, em Pequim, durante a visita do rei à China. O forte apoio governamental para o estabelecimento do primeiro ecomuseu em Guizhou, China, levou à construção de uma série de ecomuseus na província.

Han, respectivamente. As culturas tradicionais são mantidas nos sete ecomuseus apenas porque o ambiente social para a sobrevivência das tradições foi mantido. Uma das grandes empreitadas dos Ecomuseus na China é auxiliar os moradores desses lugares na preservação e no registro de suas tradições e culturas. Para isso, museólogos como Gjestrum e estudiosos realizaram projetos de capacitação de jovens e registro das memórias dos mais velhos da comunidade por meio da história oral. Tais insumos passam por um processo de documentação e são exibidos em centros de informação para acesso do usuário. Neste sentido, e com base na experiência adquirida durante o estabelecimento do primeiro ecomuseu do país, o consultor do projeto, Dag Myklebust, e os pesquisadores formularam "Os Princípios Liuzhi" para o desenvolvimento de ecomuseus na China. São eles:

1. As pessoas das aldeias são os verdadeiros donos de sua cultura. Eles têm o direito de interpretar e validar por si próprios;

2. O significado da cultura e seus valores podem ser definidos apenas pela percepção e interpretação humana com base no conhecimento. A competência cultural deve ser aprimorada;

3. A participação do público é essencial para os ecomuseus. A cultura é um bem comum e democrático e deve ser gerido democraticamente;

4. Quando houver conflito entre turismo e preservação da cultura, esta deve ter prioridade. O patrimônio genuíno não deve ser esgotado, mas a produção de souvenirs de qualidade baseados em artesanato tradicional deve ser incentivada;

5. O planejamento holístico e de longo prazo é de extrema importância. Os lucros econômicos de curto prazo que destroem a cultura no longo prazo devem ser evitados;

6. A proteção do patrimônio cultural deve ser integrada em uma abordagem ambiental total. As técnicas e materiais tradicionais são essenciais a este respeito;

7. Os visitantes têm a obrigação moral de se comportar com respeito. Eles devem receber um código de conduta;

8. Não há bíblia para ecomuseus. Todos serão diferentes de acordo com a cultura específica e a situação da sociedade que apresentam;

9. O desenvolvimento social é um pré-requisito para o estabelecimento de ecomuseus em sociedades vivas. O bem estar dos habitantes deve ser valorizado de forma a não comprometer os valores tradicionais.

Os autores acrescentam:

> Os nove princípios foram delineados em um esforço para melhorar a preservação "in situ" das culturas locais e respeitar a propriedade dos moradores de suas culturas. No entanto, nossas práticas demonstram que, como é difícil construir um ecomuseu de acordo com nossos ideais, é ainda mais difícil mantê-lo e melhorá-lo. A ideia de um ecomuseu, fruto da sociedade pós-industrial, não pode ser desenvolvida sozinha em uma aldeia primitiva na China. Os Ecomuseus surgiram na China graças à resolução do governo de manter a diversidade cultural e aos pensamentos e paixões dos especialistas. Na verdade, um morador de uma antiga vila tem que se esforçar para entender a construção de um ecomuseu, e ir ainda mais longe para ajudar voluntariamente a solidificar o ecomuseu. Os ecomuseus são mantidos à medida que são melhorados e só podem ser mantidos quando melhorados. A tentativa e erro na primeira

> geração de ecomuseus na China levou ao nascimento da segunda geração de ecomuseus no país, que são mais profissionais na preservação das tradições e na exibição e sustentação das culturas locais.

De acordo com "Os Princípios Liuzhi", apresentados acima, a base para qualquer iniciativa de formação de Ecomuseu é a comunidade local. Dela deve partir a iniciativa e são os seus integrantes os responsáveis pela identificação da sua própria cultura e patrimônio, sendo os legítimos responsáveis por sua gestão, que deve ser sempre de forma democrática, considerando a necessidade de garantir o seu acesso para todos. O Estado chinês aparece como fiador dessas iniciativas, garantindo o direito à diversidade cultural do povo chinês, bem como indica a necessidade de conciliar o caminho do desenvolvimento, da modernização, com a preservação das tradições e culturas locais. Embora haja uma preocupação com o turismo, este deve estar submetido ao respeito a cultura, patrimônio e comunidade local.

Para Su Donghai (2005), os ecomuseus na China estão organizados em duas gerações: a primeira está ligada aos primeiros ecomuseus chineses, relacionados à preservação “in situ” de patrimônios culturais, envolver as comunidades locais e incentivando a participação democrática na criação e gestão de ecomuseus. A segunda geração vai para além do conceito de museus em comunidades: eles são mais técnicos na preservação e exibição de heranças e estão continuamente incentivando a sustentabilidade e influência externa. As duas gerações demostraram maturidade em pesquisar, expor e sustentar as culturas locais, aproveitando o conhecimento adquirido nos ecomuseu pioneiros de Guizhou. Pesquisadores do Museu de Etnografia de Guangxi estiveram envolvidos na construção dos dois ecomuseus. Eles não apenas ajudaram os moradores a perceber os valores históricos e artísticos e a importância socioantropológica de suas culturas, mas também os ensinaram como preservar suas tradições e, dessa forma, transformaram os moradores em “pesquisadores de meio período”.

Essa colaboração estreita de moradores e pesquisadores deve ser construída se os ecomuseus devem ser mantidos e melhorados. Os dois ecomuseus de segunda geração em Guangxi deram ênfase à exibição e sustentação das culturas locais, entre outras funções de um ecomuseu. Eles têm outro nome para o centro de informações de um ecomuseu - é chamado de “centro de exposições”. A cultura única de uma aldeia deve ser exibida para o mundo exterior, de forma a contribuir para a diversidade do cenário cultural. A valorização dos visitantes pode encher os aldeões de orgulho de suas tradições e, assim, incentivá-los a preservar melhor suas culturas étnicas. As exposições nos “centros de exposição” dos dois ecomuseus são projetadas de forma profissional. As heranças culturais intangíveis exibidas e preservadas estão

inevitavelmente em desvantagem perante as culturas tradicionais, mas podem ser retidas e revividas desde que seus proprietários compreendam seus valores, os valorizem e os exibam não para lucros de longo prazo, mas por orgulho. Com compreensão e orgulho, os aldeões transmitirão suas culturas e tradições, das quais eles são os verdadeiros donos, de forma voluntária e entusiasta. Também é importante que os moradores dos ecomuseus recebam os visitantes, cujas chegadas darão vitalidade aos ecomuseus e valorizarão seus empreendimentos.

No **Ecomuseu da Mongólia Ol-unsum**, na Região Autônoma da Mongólia Interior, do Norte da China, uma van faz o transporte entre o aeroporto e a área de pastagem onde se situa o ecomuseu, e os visitantes podem ler documentos sobre o ecomuseu durante o passeio na van - em si, um gesto hospitaleiro para os visitantes. A segunda geração de ecomuseus chineses aprendeu muito com a primeira geração em Guizhou, pois estão progredindo em direção a um nível mais alto de preservação e exibição de suas culturas.

1.3.8 – África (Moçambique e África do Sul).

O Ecomuseu despertou o interesse de alguns museólogos e líderes políticos de países africanos, que identificavam nele a possibilidade de ser um agente promotor do desenvolvimento local – possibilitando de forma mais adequada a participação direta da comunidade num projeto descolonizador e, ao mesmo tempo, mobilizador para a defesa de sua identidade. Entretanto, os processos políticos vivenciados em grande parte dos novos países da África impediam ou dificultavam bastante a sua implantação: recém egressos do domínio colonial dos países europeus (Inglaterra, França, Bélgica, Portugal), após anos de guerras anticoloniais e muitos atravessando longos anos de dolorosas guerras civis e disputas pelo poder. Talvez por essas razões, são pouquíssimas as experiências de ecomuseus em países africanos. A imensa maioria das nações africanas não contam com ecomuseus. Na verdade, a maioria possui uma quantidade reduzida de museus, em torno de seis, alguns apenas um ou dois.

Para Konaré (1985), os ecomuseus possibilitariam a integração igualitária dos recursos humanos, materiais e ambientais do meio, considerando a estrutura museal, a educação, a cultura e a informação. Para o autor, os ecomuseus representavam a possibilidade de aprofundar o conceito, ampliar o seu horizonte e perspectivas, a partir da experiência das diferentes formações culturais do continente africano, privilegiando palavras, ritos, signos e os bens imateriais em geral. Haveria uma semelhança, portanto, com outras sociedades que privilegiavam a cultura oral, como as ameríndias, por exemplo.

Moçambique tem se destacado recentemente no processo de formação de ecomuseus e museus comunitários. Um movimento que tem buscado influenciar a museologia local tem como base a Casa Muzambike, uma rede de empreendedorismo e inovação social criado em Moçambique com um olhar global. É um espaço virtual para apoiar a criação dum mundo radicalmente mais justo e mais feliz através de uma prática museológica informal. A museologia informal é uma reflexão e uma prática com o objetivo de ligar capacidades inovadoras na sociedade. Apoia-se na poética da imaginação e procura práticas sociais emancipatórias para a construção dum mundo mais feliz. Muss-amb-ike, espaço de saberes e memórias, é uma comunidade global de indivíduos de diferentes origens e profissões, com olhares e culturas diferenciadas, que trabalham sem fronteiras e com as novas fronteiras para enfrentar os novos desafios sociais, culturais e ambientais.

A Casa Muzambique considera que os problemas do mundo atual não são falta de ideias, mas sim a construção do acesso aos saberes e aos conhecimentos, aos recursos necessários para agir e a consciência dos impactos da ação. Por isso defende que é necessário criar espaço locais com acesso ao conhecimento, a recursos e à ligação às experiencias emancipatórias e sua divulgação. Busca criar lugares para gente que cria mudanças. Esta é sua proposta, ambição e compromisso, para criar sítios que reúnam vontades associativas, capacidade de ação e inovação, uma oficina dotada de serviços. Pretende ser um espaço de experimentação e inovação social participativa.[48]

Catembe é uma área urbana em forte transformação, ao sul da cidade de Maputo, cortada pelo rio Catembe e voltada para o oceano Índico. Com intensa movimentação de pessoas, é um exemplo da transformação da paisagem urbana. Um lugar com diferentes micro-histórias feitas entre as culturas tradicionais de pastores experientes e o acelerado processo de urbanização que afeta as comunidades tradicionais. A construção da ponte sobre o rio Maputo e da estrada para a Ponta do Ouro está levando a forte pressão nesse espaço, resultando em grande especulação imobiliária. Da periferia urbana a Catembe entra no processo de globalização por meio de um novo centro urbano que inevitavelmente induz mudanças no tecido social, considerando narrativas biográficas, como os locais percebem a mudança e o processo de resiliência para abordar os conflitos decorrentes da transformação do uso do espaço, da mudança de propriedade e na composição social e redes sociais. Para tentar responder a essas demandas foi criado o Ecomuseu do Catembe, com uma perspectiva de uma ecomuseologia emancipatória.

A Ilha Robben, situada próxima à Cidade do Cabo, na África do Sul, é formada por uma série de paisagens físicas, sociais, culturais, históricas e políticas,

[48] https://casamuzambike.wordpress.com/about/. Acesso em fevereiro de 2020.

significativamente sobrepostas. A ilha tornou-se famosa por ter sediado o mais famoso presídio político do regime do *apartheid*, sendo um dos símbolos da injustiça e segregação. Com o fim do *apartheid*, a realização de eleições democráticas e a vitória de Nelson Mandela em 1994, a ilha foi transformada em museu nacional em 1997, sendo declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999. Embora tenha mantido o nome oficial *Robben Island Museum* (RIM), nos últimos anos ele se tornou um novo museu, um ecomuseu, desafiando as abordagens tradicionais na gestão de museus e patrimônio, buscando a interação e efetiva participação da comunidade. O museu é o responsável pela administração de toda a ilha, Patrimônio da Humanidade, e está vinculado administrativamente ao Ministério das Artes e Cultura, sendo o Concelho Gestor indicado pelo ministro com um mandato de três anos. Sua visão é: "Preservar e promover a Ilha Robben como um tesouro nacional inspirador e Patrimônio Mundial que simboliza o triunfo do espírito humano sobre a adversidade extrema e a injustiça"[49]. E sua missão é:

> a) Conservar e gerir o património cultural e natural de forma a conservar a importância e o valor universal excepcional do sítio.
> b) Promover uma compreensão inclusiva e holística da história multifacetada da Ilha.
> c) Desenvolver produtos e serviços turísticos responsáveis e sustentáveis que proporcionem uma experiência única ao visitante.
> d) Compartilhar, educar e comunicar os valores, experiências e legado da Ilha Robben.
> e) Garantir que o Robben Island Museum adere às boas práticas de gestão de um Patrimônio Mundial.[50]

O RIM implementa uma ampla gama de programas de conservação, educação, desenvolvimento turístico, pesquisa, arquivamento e patrimônio geral que são projetados para cumprir a sua missão; conservar os recursos naturais e culturais e o patrimônio da Ilha; e promovê-lo como uma plataforma de debate crítico e aprendizagem ao longo da vida. Também é responsável por gerenciar e manter os ativos da Ilha. Estes incluem os Complexos Prisionais de Segurança Máxima e Média, a Casa de Robert Sobukwe, o Curio and Village Shops, o Village Precinct e instalações recreativas associadas, o heliporto e a pista na Ilha, memoriais da 2ª Guerra Mundial, usinas de geração de energia e processamento de água, o Nelson Mandela Gateway, os Arquivos Mayibuye, as três balsas que transportam as pessoas para a Ilha e a frota de ônibus usada pelos turistas na Ilha.

[49] https://www.robben-island.org.za/organisation. Acesso em fevereiro de 2020.
[50] Idem.

1.3.9 - América Latina - México

Na década de 80, surge o conceito de Ecomuseu. No México inicia-se a experiência dos museus comunitários e, noutros países, protagonizam este movimento os museus provinciais, regionais, municipais, locais e de sitio, juntando-se também a esse movimento os chamados parques nacionais ou reservas de proteção ecológica. (MENDEZ LUGO, 2001). No final do século XX, o México já é uma potência reconhecida em nível mundial do chamado Movimento Internacional para uma nova museologia (MINOM). A nova museologia comunitária já é uma realidade, existindo uma União Nacional de Museus Comunitários, múltiplas uniões estaduais e um Comitê Mexicano do MINOM na Zona do Ocidente, constituído em novembro de 2000 durante o primeiro encontro regional da Nova Museologia, realizado nas cidades de Ahuacatlán, Puxa e Ixtlán del Rio, Nayarit; e do qual participaram representantes de 8 estados da República e, como convidados especiais, pesquisadores do Brasil, Canadá e Inglaterra.

Cabe entretanto destacar dois projetos experimentais realizados no México ainda na década de 70 e inspirados na Nova Museologia, os quais deram início ao processo de discussão e implantação efetiva de Ecomuseus e museus comunitários no país. O primeiro foi realizado a partir do Instituto Nacional de Antropologia e História e denominou-se “A Casa del Museu”; dirigido por Mário Vazquez, tinha como objetivo fundamental cumprir com os compromissos desenvolvidos em Santiago do Chile, ou seja, integrar o museu à comunidade. Vazquez propunha que os trabalhos a desenvolver na Casa do Museu fossem sustentados por um intenso trabalho de promoção e organização social, e que as temáticas a abordar respondessem aos interesses e necessidades da comunidade; só desta forma o museu deixaria de ser um espaço isolado e alheio à problemática da população, gerando um processo de conscientização e apropriação da sua história particular e encontrando soluções coletivas para essa problemática[51].

O segundo projeto, realizado de 1972 a 1976, foi o dos “Museus Escolares”. Coordenado pelo museógrafo Iker Larrauri, tinha como premissa o envolvimento de professores, alunos e seus familiares a fim de criar pequenos espaços museais; e, a partir do envolvimento de todos, contribuir para a educação primária e a inclusão das comunidades locais. Em 1983, o Instituto Nacional de Antropologia e História – INAH criou o Departamento de Serviços Educativos, Museus Escolares e Comunitários – Desemec, em coordenação com o Programa Cultural das Fronteiras, na tentativa de instituir museus que cumprissem com a função social (OLIVEIRA, 2015). De 1983 a

[51] A Casa do Museu constituiu várias colônias populares da Cidade do México por 8 anos, e produziu uma concepção teórico-metodológica do que posteriormente derivaria no aparecimento do museu comunitário em diversas regiões da República mexicana (MENDEZ LUGO, 2001).

1992 foi criado o Programa para o Desenvolvimento da Função Educativa dos Museus - PRODEFEM, constituído pelo INAH a partir das experiências de *La Casa del Museo* e do projeto de Museus Escolares, com o objetivo de desenvolver um programa sistemático de trabalho educativo do museu e comunidades. Os elementos principais do programa consideravam o planejamento, a formação de grupos, a investigação participativa e museográfica comunitária, visando a criação de museus auto-gestionados e com a participação popular, com foco e interesse na proposta do "museu Integral". Sem dúvida, a justificativa de implantação de museus comunitários no país era que trariam transformações impactantes nas comunidades, por meio da transcendência coletiva, ao resgatarem e preservarem suas culturas. O Programa estava embasado na pedagogia de Paulo Freire, de um "compromisso maior com as causas populares".

A partir dessas experiências e projetos, em 1993 foi criado um Programa nacional de Museus Comunitários e Ecomuseus, com o apoio do INAH e a Direção-Geral das Culturas Populares, ambas dependências do Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, órgão reitor da política cultural do governo da República. As experiências anteriores só foram possíveis pelo fato do museu participativo atender às preocupações das comunidades rurais e urbanas, mestiças e indígenas do México. Neste sentido, o Programa propicia o assessoramento e a capacitação para as comunidades, permitindo a exploração das dimensões de seu patrimônio natural, de seus monumentos, das tradições orais e dos projetos de futuro[52].

Teresa Morales Lersch e Cuauhtémoc Camarena Ocampo (2004) assim se referem aos museus comunitários mexicanos:

> Para nós é importante esclarecer: não queremos um museu da "história vivida" entendido como um enclave de etnicidade simulada, um cenário que recria a história, o mito e o folclore em um espaço antisséptico e seguro para os visitantes, um espaço que trivializa significados profundos, que descontextualiza a cultura da realidade de pobreza e exclusão que vivem os povos. Mas sobretudo não queremos espaços

[52] Os objetivos do Programa não se limitam à organização de projetos culturais, mas reconhecem a necessidade de inclusão do desenvolvimento cultural e também econômico das comunidades. Entre os grupos sociais a que se dirigem, estão inclusos os urbanos e os rurais, pelos quais o projeto se responsabiliza, com aporte de estruturas e técnicas adequadas para este fim, comprometendo-se com a continuidade do fomento e do fortalecimento das iniciativas, mesmo após a criação do museu. A ideia é contribuir para que a comunidade se aproprie da instituição, como meio de fortalecer a organização em torno da cultura. Embora a proposta do Programa inclua o nome Ecomuseu, são os museus essencialmente comunitários que prevalecem e ganham espaço no país, fazendo do México uma referência internacional no âmbito dos Museus Comunitários. Em alguns estados, além de apoiar instituições governamentais, tanto federais como estaduais e municipais, foram criadas organizações independentes que coordenam ações de promoção, treinamento e intercâmbio entre os museus comunitários, como é o caso da União Nacional de Museus Comunitários, que aglutina a grande maioria dos estados da República; também foram constituídas algumas uniões estaduais e infinidade de comités municipais. Por essa razão, a concepção de museu comunitário no México está configurando uma riqueza maior em termos teóricos e práticos, pois o enfraquecimento de uma coordenação nacional que marcava as linhas de ação "do centro" está permitindo o surgimento de novas abordagens metodológicas, novas formas de promoção e organização social, novos esquemas de financiamento e, o mais importante, novas experiências museológicas ligadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades. Este é o caso de alguns estados onde o desenvolvimento econômico, social e político específico influencia, de uma maneira ou outra, repensar estratégias de desenvolvimento e consolidação da nova museologia mexicana (UNMCYE A. C., Estatutos, 1996).

> onde a animação da apresentação oculte a voz dos que falam e o direito que têm os povos para falar de si mesmos por si mesmos. Não buscamos que o objeto cobre vida no museu, mas que os sujeitos sociais, as comunidades e povos, projetem sua vida como interpretadores e autores de sua história (LERSCH; OCAMPO, 2004, p. 4).

Neste sentido, os museus comunitários mexicanos, e isso inclui os Ecomuseus, são considerados pela autora como instrumentos para gerar consciência e convocar à ação. O museu comunitário é um espaço de organização onde a reflexão sobre a história desemboca em iniciativas para intervir nessa história e transformá-la. Assim, projetos auxiliam no fortalecimento da cultura tradicional, para desenvolver novas formas de expressão, para impulsionar a valorização da arte popular, para gerar turismo controlado pela comunidade. Há múltiplas iniciativas de capacitação para abordar as necessidades sentidas pelos diferentes setores da população. Desenvolver intercâmbios com uma grande variedade de outras comunidades, descobrindo interesses comuns e forjando alianças que permitem realizar projetos conjuntos.

1.4 – Caracterização Geral dos Ecomuseus

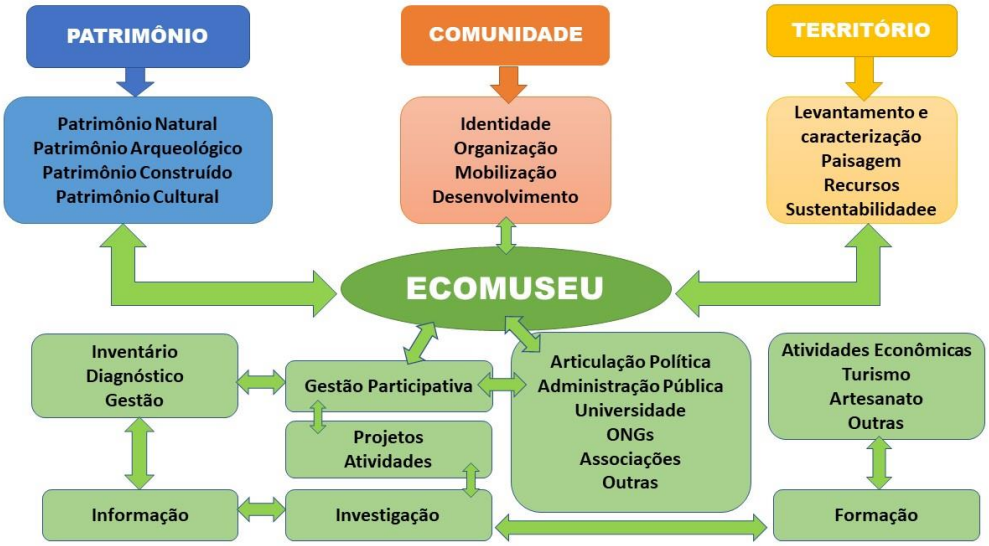
A partir das diversas experiências citadas acima fica evidente que, mais do que simplesmente uma palavra ou um modelo teórico-conceitual hermético, a ideia de Ecomuseu iniciada na França tornou-se um modelo de referência internacional, espalhando-se por vários países, que discutiram e criaram ecomuseus a partir das suas experiências locais. É crucial destacar a importância da experiência de cada comunidade local e de agentes envolvidos na formação e concepção destes processos de criação. É o caso de alguns países europeus como vimos anteriormente, que se tornaram grandes referencias, tendo como inspiração as iniciativas francesas - destacando Portugal, Espanha e Itália, que chegaram inclusive a criar redes para discutir e compartilhar experiências; ou de países tão díspares como Canadá, México e Brasil, Japão e China, ou Moçambique, seja na América, na África ou na Ásia.

Esses países viram na proposta do Ecomuseu uma forma de desenvolver territórios e comunidades economicamente prejudicados, com problemas sociais ou com alguma necessidade sociocultural. Ao mesmo tempo, enfatizaram o sentimento de recuperação da identidade das comunidades através da sensibilização a partir do patrimônio e da sua utilização para o desenvolvimento local.

Entretanto, como vimos acima, não é tão simples. Apesar da sua origem, o fenômeno Ecomuseu foi se adaptando e se identificando a partir das experiências de cada formação nacional, de cada comunidade local, expressando a sua capacidade de reinvenção e interpretação junto às mais variadas culturas. A partir das ideias expostas

acima e os exemplos de ecomuseus mencionados, destacamos as principais características no quadro abaixo:

Figura 80- Caracterização Geral do Ecomuseu



Fonte: Elaborado pela autora

Como representado neste quadro, é possível perceber que os três pilares que sustentam o ecomuseu – patrimônio, comunidade e território - estão intimamente associados e interligados, cada um contribui a partir das suas formas de expressão com o processo de construção do Ecomuseu. O **patrimônio** cuida da preservação das memórias, histórias e da sua perpetuação para as próximas gerações, que se manifesta no natural, arqueológico, construído ou cultural. A **comunidade** se manifesta e contribui com as relações sociais, a identidade, a organização e mobilização comunitária, buscando um desenvolvimento local que muitas vezes pode virar regional quando se amplia o campo de atuação. E o **território** se representa no mapeamento da paisagem, recursos, e perspectiva de sustentabilidade ambiental e comunitária.

Estas bases do Ecomuseu só são possíveis e existem na práxis nas relações, numa construção coletiva, que visam uma gestão participativa. Esta acontece na articulação política, administração pública, ou instâncias como Ongs, associações ou universidades que se concretizam a partir do diagnóstico local, inventários participativos, projetos, atividades e pesquisa que por sua vez visam a informação e o desenvolvimento local, incentivando o investimento na educação por meio da formação, e na melhoria das atividades econômicas, e turismo.

Vários autores (Duclos, 1991; Boylan, 1992; Hamrin e Haulander, 1995; Davis, 1999; Corsane, 2006; Mayrand, 2010, Riviére, Varine – 2019, Scheiner – 1998), a partir da reflexão sobre o trabalho de campo, teorizaram sobre as características típicas de um ecomuseu. Em esforço de síntese, é possível estabelecer um mínimo de condições que uma experiência de ecomuseu deve atender:

1. Uma comunidade. É a parte central do ecomuseu. É sujeito e objeto do ecomuseu ao mesmo tempo.
2. O reconhecimento de um território fragmentado não estritamente delimitado por fronteiras administrativas.
3. Um Patrimônio Integral (Natural e Cultural: tangível e intangível). Patrimônio é a demarcação territorial sobre a qual uma comunidade exerceu historicamente sua relação com o meio ambiente. A tarefa do museólogo é detectar a marcação desse território e os elementos essenciais que constituem a identidade cultural dessa população.
4. A ação social como ato altruísta. O ecomuseu é uma iniciativa que faz parte da comunidade. Uma comunidade consciente e comprometida com a transformação social para o desenvolvimento futuro.

Neste sentido, o ecomuseu é um “algoritmo” para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um determinado meio ambiente. O ecomuseu deve pretender, entre as suas realidades, ser uma análise da estrutura, dos problemas e das alternativas de uma dada comunidade, contemplando as necessidades dos seus habitantes, do seu território e a sua evolução para o futuro.

Buscando uma definição mais específica para o Ecomuseu, Peter Davis, em seu trabalho de 1999 - “Ecomuseus: um senso de lugar” - fornece cinco indicadores que podem ser amplamente aplicados a ecomuseus. “Primeiro, a adoção de um território que não é necessariamente definido por fronteiras convencionais. Em segundo lugar, a adoção de uma política de 'sítios fragmentados' que está ligada à conservação e interpretação in situ. Terceiro, as visões convencionais da propriedade do site são abandonadas; conservação e interpretação de sítios por meio de ligação e cooperação. Quarto, o empoderamento das comunidades locais; o envolvimento da população local nas atividades do museu e na criação da sua identidade cultural. Quinto e último, o potencial para interpretação interdisciplinar e holística” (DAVIS, 1999, p. 92).

Ambos os conjuntos de indicadores, especialmente o de Corsane, têm sido usados por outros grupos de pesquisa para criar questionários e analisar em que medida os exemplos particulares atendem às expectativas do conceito de ecomuseu. Esses indicadores podem ser muito úteis na pesquisa de um caso específico de ecomuseu. Nem todo ecomuseu atenderá totalmente a todos os indicadores – mas sua

aplicação normalmente fornece uma boa visão geral e um ponto de partida a partir do qual um ecomuseu pode ser analisado posteriormente. Cada ecomuseu é único e responderá a esses indicadores de forma única. Segundo Davis (1999), um ecomuseu frequentemente possui as seguintes características:

1. Ser dirigido por comunidades locais
2. Permitir a participação pública de todas as partes interessadas e grupos de interesse em todos os processos de tomada de decisão e atividades de forma democrática
3. Estimular a propriedade e a gestão conjunta, com contribuições das comunidades locais, consultores acadêmicos, empresas locais, autoridades locais e estruturas governamentais
4. Colocar ênfase nos processos de gestão do patrimônio, ao invés dos produtos patrimoniais para consumo
5. Incentivar a colaboração com artesãos, artistas, escritores, atores e músicos locais
6. Depender de esforços voluntários ativos substanciais das partes interessadas locais
7. Ter foco na identidade local e um 'senso de lugar'
8. Abranger um território 'geográfico', que pode ser determinado por diferentes características compartilhadas
9. Abranger os aspectos espaciais e temporais, onde, em relação ao temporal, olha para a continuidade e mudança ao longo do tempo, em vez de simplesmente tentar congelar as coisas no tempo
10. Assumir a forma de um "museu fragmentado", consistindo em uma rede com um *hub* e antenas de diferentes edifícios e locais
11. Promover a preservação, conservação e salvaguarda dos recursos patrimoniais *in situ.*
12. Dar igual atenção à cultura material tangível, imóvel e móvel, e aos recursos do patrimônio imaterial
13. Estimular o desenvolvimento sustentável e o uso de recursos
14. Permitir a mudança e o desenvolvimento para um futuro melhor
15. Incentivar um programa contínuo de documentação da vida passada e presente e das interações das pessoas com todos os fatores ambientais (incluindo físicos, econômicos, sociais, culturais e políticos)
16. Promover a pesquisa em vários níveis - da pesquisa e compreensão de 'especialistas' locais à pesquisa por acadêmicos
17. Promover abordagens multidisciplinares e interdisciplinares para a pesquisa
18. Encorajar uma abordagem holística para a interpretação das relações cultura / natureza
19. Tentativas de ilustrar as conexões entre: tecnologia / indivíduo, natureza / cultura e passado / presente
20. Proporcionar uma intersecção entre patrimônio e turismo responsável
21. Trazer benefícios para as comunidades locais, por exemplo, um sentimento de orgulho, regeneração e / ou renda econômica.”

O ecomuseu não busca, portanto, uma eficiência técnica institucional, mas o desenvolvimento de uma consciência crítica comunitária. É um instrumento privilegiado

de desenvolvimento comunitário, que não se refere em primeira instância ao conhecimento e valorização de um patrimônio; ou pretende se constituir como simples auxiliar de um sistema de progresso educacional, informacional ou cultural e de democratização do acesso à cultura. Pelo contrário, é uma forma de libertar (pedagogia da libertação), iniciativa e ação comunitária com objetivos comuns.

Este último ponto fez com que os ecomuseus bebessem em certa medida de uma pretensa utopia que, longe de ser irrealizável, visa manter viva uma comunidade. Isso significa que para muitos autores, incluindo seu criador Hugues de Varine-Bohan, a palavra ecomuseu não é relevante. O importante sobre os ecomuseus é o desenvolvimento integral e sustentável da comunidade por meio da conscientização e reflexão crítica sobre seu passado e presente.

O ecomuseu é um processo que acontece no presente, recupera fragmentos do passado e vislumbra o futuro. Toda a população deve estar envolvida neste processo. Em cada ação - desde o inventário, a valorização, os pretextos das ações (exposições, etc.), até a pesquisa, gestão ou financiamento - deve haver representação da comunidade; e as decisões devem ser tomadas democraticamente. É a forma como a autogestão e a transformação social serão alcançadas. Assim, o ecomuseu atua diretamente na cultura, na sua manutenção e propagação, enquanto permanência e legado para as gerações.

Será que o Ecomuseu pode ser considerado uma hibridização ou um mosaico museal e/ou museológico de museus tradicionais? Por seus núcleos, estrutura e organização das atividades museológicas, o Ecomuseu bebe da fonte dos museus etnográficos, que têm como foco narrativas de diferentes culturas; dos museus ligados a ciências biológicas e naturais, ao ressaltar fauna, flora, geografia; e dos parques naturais e museus a céu aberto. Assim, o Ecomuseu vai passando por um processo de transformação, construindo seus próprios princípios, características e organização teórica e prática à medida que coloca no centro as comunidades como protagonistas das suas próprias histórias e experiências com o meio em que vive. Neste sentido, é possível identificar quatro movimentos de ecomuseus:

1- Um primeiro movimento ligado a uma influência tradicional e que se expressam pela estrutura do ecomuseu, seja administrativamente, seja na preservação e interpretação do acervo e exposição;
2- Um segundo movimento ligado à articulação comunitária e/ ou movimentos sociais em prol da preservação das suas histórias, memórias, e o ecomuseu absorve essas expressões culturais que acontecem nas relações sociais e coletivos, bem como na busca da perpetuação da cultura de diferentes grupos - museus de vizinhança e comunitários;

3- Um terceiro movimento como fluxo ecomuseal e/ ou ecomuseológico ocorre extramuros, sai das quatro paredes que aprisionam o museu tradicional e passa a incluir o território (fauna e flora), paisagens, o *in situ* e amplia com o território juntamente com suas expressões culturais e a influência do território nestas relações sociais e culturais. Segue influências dos parques naturais e dos museus a céu aberto como forma de expressão do ciclo museológico – para a musealização na realização de procedimentos e parte do cenário museal a partir de exposição.
4- Um quarto movimento é utilizar a denominação de Ecomuseu relacionando-o diretamente ao desenvolvimento global, o que inclui o homem e a natureza de forma sustentável, respeitando o ecossistema em todas as suas características, assim como a dinâmica de relações estabelecidas pelo ser humano, seu meio-ambiente e suas tradições.

> Um ecomuseu é um instrumento que o poder político e a população concebem, fabricam e exploram de forma conjunta. O poder, com os especialistas, as instalações e os recursos que ele disponibiliza; a população, segundo suas aspirações, seus saberes, idiossincrasias. Um espelho no qual esta população se contempla para reconhecer a si mesma, no qual ela procura uma explicação para o território ao qual ela está enraizada e o que aconteceu a todos os povos que a precederam, na continuidade e descontinuidade das gerações. Um espelho que a população oferece aos seus hóspedes para melhor se conhecer, com respeito ao seu trabalho, suas formas de comportamento e de sua intimidade. (RIVIÈRE, 1985, p.3)[53].

O Ecomuseu como um instrumento de poder para a população local, usando a metáfora do espelho, em que ela primeiro se vê, se conhece e se mostra para os visitantes. Após três décadas, o que poderia ter sido apenas um termo criado e utilizado por Rivière e Varine consolidou-se como um modelo de museu, com mais de 300 existentes no mundo. Os ecomuseus incentivam abordagens sistemáticas, síntese, criatividade e variação. Em comparação com a prática museológica tradicional, incentivam a análise, segmentação, a crítica a doutrinas estabelecidas. Em contraste, ecomuseus reconhecem a complexidade do relacionamento entre o património cultural de uma comunidade particular e as demandas para o desenvolvimento (SONG, 2005, p.41). O Ecomuseu é sem dúvida uma criação, resultante de processos de desdobramento do fenômeno museu.

---

[53] *Un ecomuseo es un instrumento que el poder político y la población conciben, fabrican y explotan conjuntamente. El poder, con los expertos, las instalaciones y los recursos que pone a disposición; la población, según sus aspiraciones, sus conocimientos y su idiosincracia. Un espejo, donde la población se contempla para reconocerse, donde busca la explicación del territorio en el que está enraizada y en el que se sucedieron todos los pueblos que la precedieron, en la continuidad o discontinuidad de las generaciones. Un espejo que la población ofrece a sus huéspedes para hacerse entender mejor, en el respeto de su trabajo, de sus formas de comportamiento y de su intimidad. RIVIÈRE, Georges-Henri. Definición evolutiva del ecomuseo*. In: **Museum**. Imágenes del ecomuseo, Paris, UNESCO, v. XXXVII, n. 148, p.3, 1985.

De uma forma geral e provisória, podemos concluir a importância das relações de poder locais para a criação de ecomuseus, seja na França, no Brasil ou em qualquer parte do mundo. Esse tipo de museu depende de uma vontade política que parta da comunidade, da administração pública local ou de universidades (em alguns casos – poucos -, também de empresas ou fundações). As forças políticas em geral agem de forma articulada e não isolada. Partem de demandas que associam a preservação do patrimônio, da identidade, do território e do meio ambiente. Portanto, partem de uma agenda defensiva e reativa. Entretanto, a capacidade de organização e mobilização que engendra o ecomuseu é a responsável também pela elaboração de uma agenda propositiva, voltada para o desenvolvimento local e sustentável, entre outras pautas mais específicas.

Assim, os Ecomuseus espalhados pelo mundo seguem levantando a bandeira da Nova museologia, especialmente no MINON. Seus principais impulsionadores atualmente são Canadá, Portugal, França, Brasil, Itália, Noruega, Espanha, Cuba, Estados Unidos, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, China, Índia, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e México, entre outros, criando uma rede ampla e importante de museus comunitários e ecomuseus em diversas zonas do mundo.

Baseado nestas diferentes experiências difundidas pelo mundo, Verônica Micossi (2017) aponta categorias de ecomuseus, referindo-se à grande variedade em termos de temas, configuração, didática e discurso expositivo. Embora afirme que não exista uma classificação clara e unívoca dos diferentes tipos de ecomuseus, aponta algumas ideais que se aproximam de uma tipologia de ecomuseus: Em sua análise cita três ideias apontadas por Navajas (2015), Peter Davis (1999), Rodríguez Achutegui (2002). Da mesma forma, Corral (2015) identifica alguns elementos comuns e indispensáveis que estabelecem alguns "pilares próprios" em comparação com outras instituições museológicas. Estes são:

- O indivíduo, como unidade catalisadora da cultura crítica e ator de mudança;
- A comunidade, como entidade do ecomuseu e portadora da iniciativa;
- Memória coletiva como nexo da comunidade e do patrimônio cultural e natural;
- O meio ambiente, como território.

Além desses elementos catalizadores, existem alguns "meios" para realizar as atividades do ecomuseu: a apresentação museográfica, a interpretação e reapropriação do meio ambiente, consciência e diálogo, a participação integral pela comunidade em todas as partes que compõem o ecomuseu e a política de desenvolvimento sustentável. Sendo um conceito em que o ambiente ou o contexto em que se desenvolve constitui um elemento crucial e definidor da tipologia deste ecomuseu, pode assumir várias formas e características.

Em termos gerais, diferenciam-se duas correntes principais:

1- Na primeira corrente, encontramos o **modelo francês** que se baseia nas ideias de Pierre Mayrand. Com interesse em propor um modelo metodológico para orientar o processo de patrimonialização, o autor define ecomuseu como o espaço do museu organizado de forma federativa e participativo, um conglomerado de museus locais dedicados a reforçar a identidade de uma comunidade em um território e promover o desenvolvimento endógeno do futuro coletivo.
2- Na segunda corrente, encontramos o **modelo anglo-saxão** proposto por Peter Davis (1999), que descreve um ecomuseu como um colar de pérolas em que o importante não são as partes, mas o fio que os une. Elementos como paisagem, monumento, folclore, ou comunidade, são unidos por um processo que serve de eixo para as ações que irão desenvolver a posteriori.

Para além de qualquer classificação, ecomuseus são considerados uma engrenagem de várias disciplinas, onde não existe um padrão temático que abrigue os recursos, mas trata sua herança como holística, herdada por homens e mulheres de uma comunidade em um território fixo e com objetivos ampliados de desenvolvimento social e econômica, por meio da democratização e participação comunitária daquele território (LAYUNO, 2007).

> Eu criei a palavra ecomuseu por acaso. Milhares de outras pessoas lhe deram conteúdo, ou melhor, um conteúdo diferente a cada vez. Portanto, é natural e justificado que, depois de mais de quarenta anos transformando a palavra em conceitos, dê um testemunho para homenagear os verdadeiros inventores desse fenômeno global que o ecomuseu se tornou em tantos países e territórios. Foi na prática, na colaboração e na observação participativa que aprendi, depois de ter lutado para evitar o efeito de moda e modelo, a reconhecer a existência desta criação coletiva, singular e plural que é o ecomuseu, uma manifestação exemplar de resistência de seus atores locais para a globalização. Durante muito tempo tentei dissuadir os seus criadores de usarem esta palavra que me parecia causar confusão, primeiro, pelos diferentes significados do prefixo "eco" e, também, porque não queria excluir todos aqueles que o desejavam para usar outros termos, a começar pelo qual preferi, e ainda prefiro, o "museu comunitário" (VARINE, 2020, p.5).[54]

Com este depoimento, Hugues de Varine (2020, p. 5), declara que a criação da palavra ecomuseu considerado “fenômeno global” tornou-se símbolo de muitos países

[54] *Inventé la palabra ecomuseo por casualidad. Miles de otros le dieron un contenido, o más bien, contenidos diferentes cada vez. Por lo tanto, es natural y justificado que, después de más de cuarenta años de transformación de la palabra en conceptos, realice un testimonio para homenajear a los verdaderos inventores de este fenómeno mundial en que se convirtió el ecomuseo en tantos países y territorios. Fue en la práctica, la colaboración y la observación participativa que aprendí, después de haber luchado para evitar el efecto de moda y de modelo, a reconocer la existencia de esta creación colectiva, singular y plural que es el ecomuseo, manifestación ejemplar de la resistencia de los territorios y sus actores locales a la globalización. Durante mucho tiempo traté de disuadir a sus creadores de utilizar esta palabra que me parecía que provocaba confusión, primero, debido a los diversos sentidos del prefijo “eco” y, también, porque no quería excluir a todos aquellos que deseaban emplear otros términos, comenzando por el que yo prefería, y que todavía prefiero, el de “museo comunitario*”.

na valorização e defesa de sua cultura e territórios. Vale destacar o reconhecimento do autor sobre a invenção da palavra ecomuseu e como outros profissionais e agentes comunitários criaram e potencializaram este termo, adaptando diferentes conteúdos as suas necessidades. Ressalta a sua preocupação de não transformar este conceito em "moda ou modelo" a ser seguido, limitando que outras iniciativas museológicas possam criar nomes de acordo com suas experiências, como foi o caso de "museu comunitário". Reconhece assim, uma construção deste termo e conceito de forma coletiva, singular e plural, tornando-se um dos grandes méritos de sua criação no mundo.

Portanto, os ecomuseus tem como centro a participação comunitária, na valorização do saber empírico das comunidades, por meio de suas tradições, de sua memória coletiva, aliando-se ao saber cientifico dos especialistas, construindo uma nova alternativa de comunicação, dialógica e participativa.

O Território, torna-se assim palco dessas relações sociais e interpretações dos patrimônios a partir da musealização, podendo expandir-se além dos limites administrativos e políticos. Inclui-se nestas relações, os aspectos sociais, culturais e naturais, pois o território passa a ser entendido para além de propriedade, mas como "herança do grupo" resultado da atividade humana do homem e a natureza. Se o território oferece recursos ao homem, logo, passa a ser patrimônio para ele e como tal deve ser preservado, como garantia de sua própria existência surgindo assim a essência do Ecomuseu.

Baseada nas iniciativas e experiências acima sobre a formação de ecomuseus no mundo e a proposta de uma ecomuseologia em suas diferentes formas de fazer e pensar museus, fica evidente que não existem um modelo ou fórmulas a serem seguidas: cada ecomuseu tem suas especificidades, necessidades e comunidades únicas que fizeram deste modelo conceitual de museu uma excelente ferramenta de transformação social e desenvolvimento local, sem dúvida, uma das mais ricas expressões do fenômeno museu que se tornou uma grande referência também para a museologia brasileira, como veremos no próximo capítulo.



Fig. 81 - Ecomuseu Santa Cruz

CAPÍTULO 2

Da Ideia à Ação: os processos de formação de Ecomuseus no Brasil

> No Brasil, experiências em franco desenvolvimento e outras ainda embrionárias confirmam a reinvenção do museu, alargando sua conceituação para além do trinômio "prédio, coleção e público" para " espaço vivido, patrimônio nele existente e comunidade participante" e se inscrevem como novos modos de memória em construção vocacionados para o enraizamento do futuro.
>
> Odalice Priosti

No Brasil, o cenário ligado aos ecomuseus começa a desenhar-se na década de 80 com a criação do Ecomuseu de Itaipu, considerado por alguns como o primeiro Ecomuseu do país. Mas a reflexão sobre o tema inicia-se a partir de 1992, com os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários, que tornaram-se marcos de discussão sobre este modelo conceitual de museu no país. Com base neste processo este capítulo aborda a criação e formação dos Ecomuseus brasileiros, trazendo apontamentos e uma perspectiva inicial de como esse modelo conceitual de museu surge no país e sobre como os primeiros ecomuseus foram pensados, discutidos e criados; analisa ainda as influências, motivações de uso do termo para as diferentes iniciativas pesquisadas e forças que formam o cenário dos ecomuseus brasileiros.

Realizamos um breve mapeamento das instituições denominadas Ecomuseu, num total de 50 iniciativas. O estudo dos dados levantados foi estruturado a partir de quatro vias de análise: análise quantitativa por região; ano de criação e categorias; motivações principais da utilização do termo; e influências para a concepção de um ecomuseu. O processo de formação de Ecomuseus no Brasil adquiriu contornos próprios, respeitando os elementos que identificam o Ecomuseu - Território, patrimônio e Comunidade - a partir dos quais se articularam diferentes formas de saber e fazer ecomuseu. Questionamos se existe uma uma teoria brasileira sobre ecomuseus a partir das ideias de alguns autores que desenvolvem pesquisas e escrevem sobre o tema no país.

2.1 - Encontros Internacionais de Ecomuseus no Brasil

Para melhor compreender a formação dos Ecomuseus no Brasil é importante analisarmos as discussões dos Encontros Internacionais de Ecomuseus realizados no país, pois é a partir dos debates e trocas entre comunidades, representantes de diversas áreas acadêmicas e instâncias públicas que se configura o cenário “ecomuseológico” brasileiro. Esses encontros são espaços que fortalecem as reflexões e apontam caminhos para compreender as diferentes vertentes de discussões e formações deste modelo conceitual de museu. Iremos analisar os cinco Encontros Internacionais de

Ecomuseus no Brasil no intuito de aprofundar os estudos deste termo e conceito no país.

2.1.1 - I Encontro Internacional de Ecomuseus – Rio de Janeiro, 1992

A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, no âmbito da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento organizou, em maio de 1992, no auditório da Petrobrás, o 1º Encontro Internacional de Ecomuseus. O evento teve a duração de cinco dias - de 18 a 22 de maio - e contou com representantes do Estado do Rio de Janeiro, de outros estados do Brasil e de outros países. A proposta era discutir e abrir caminhos para a compreensão da ideia de Ecomuseu, ressaltando experiências internacionais como fonte de inspiração para o processo de criação de um Ecomuseu na Zona Oeste, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O último dia do evento aconteceu no município de Santa Cruz, no Serviço Social da Indústria - SESI.

A iniciativa de realização deste encontro foi do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Novaes, a partir da proposta de criação de um ecomuseu na cidade, concebida por Ricardo Várzea e sua filha Mariana Várzea - que naquela época era estudante de museologia na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – SEDES. A proposta foi apresentada a Novaes, que se interessou pela ideia e, após tomar contato com museólogas ligadas ao ICOM Brasil e à UNIRIO, para melhor se informar sobre o tema dos ecomuseus, decidiu pela realização de um encontro de caráter internacional a ser realizado em maio de 92 para debater a temática do Ecomuseu, como meio de preparação para as discussões da RIO 92:

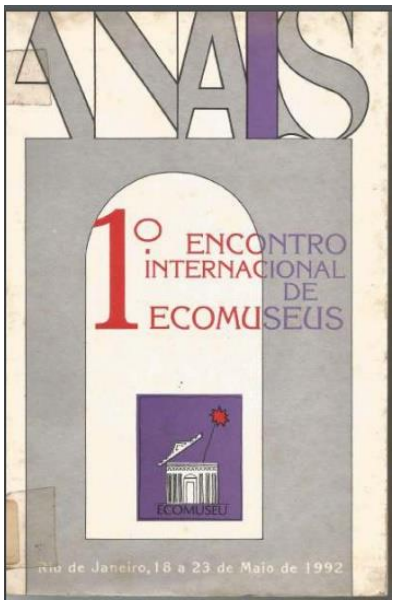
> É propósito da prefeitura, através da Secretaria de Cultura, tentar implantar um ecomuseu, porque acredito que dentre outras coisas, para sermos um país de primeiro mundo também temos que ter um ecomuseu. E o propósito da prefeitura de vir estudar a possibilidade de implantação de um ecomuseu provavelmente na Zona Oeste, região que ainda está preservada e suficientemente viva e inteira para que possamos trabalhar o ecomuseu (Carlos Eduardo Novaes, 1992).

Novaes refere-se à proposta de criação de um ecomuseu como uma iniciativa de primeiro mundo, pois tinha visitado outros ecomuseus na França e Portugal antes do encontro, para entender melhor a ideia e como funcionavam. Assim, seu argumento foi: se países de primeiro mundo tem ecomuseus bem desenvolvidos junto a comunidades locais e preocupados com o futuro do meio ambiente, o Brasil, para ser um país rumo ao primeiro mundo, deveria ter um ecomuseu.

A posição do prefeito Marcello Alencar também foi simpatizante à iniciativa do encontro, referindo-se ao Ecomuseu como uma “verdadeira revolução cultural, capaz de atingir as consciências, modificar as orientações, os conceitos, na escala de valores que preside a vida social do nosso tempo” (ANAIS, 1992). Tal evento constituiria um espaço de reflexão e preparação para a RIO 92, destacando o homem nas suas relações com a natureza e com a vida no planeta.

O objetivo principal do encontro foi analisar a proposta do Ecomuseu como alternativa de desenvolvimento sustentável e estudar a possível implementação do primeiro Ecomuseu da cidade do Rio de Janeiro. O Encontro teve a presença do prefeito Marcello Alencar, do Secretário de Cultura, Turismo e Esportes Carlos Eduardo Novaes, além do arquiteto Ricardo Várzea, dos museólogos Fernanda de Camargo Moro, Lourdes Rego Novaes, Teresa Scheiner, Maria Célia Santos, Mário Chagas, Rita de Cássia de Mattos e do professor Dymas Joseph - grupo que colaborou para elaboração do projeto da Secretaria de Cultura. Também participaram nomes da área social, cultura e urbanismo, como Herbert de Souza (Betinho), e Luiz Paulo Correa da Rocha; e da área acadêmica, como Ulpiano Bezerra de Menezes e Márcio Campos. Como convidados internacionais, destacaram-se os palestrantes Hugues de Varine-Bohan (França), Mário Moutinho (Portugal), Hernan Crespo Toral (Equador) e René Rivard (Canadá).

Figura 82- Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus



Fonte: Coleção Teresa Scheiner [55]

[55] A primeira logo do Encontro Internacional de Ecomuseus representava um museu aberto às discussões e ideias e a rosa significava mudança, luta.

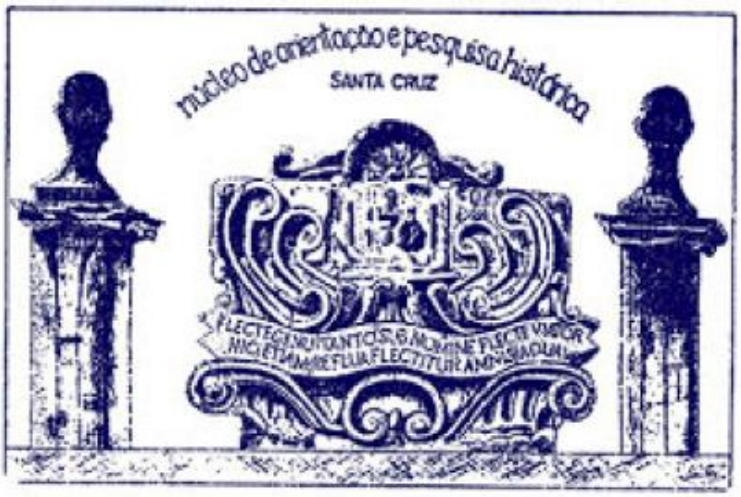
É importante relacionar a organização desse encontro com a Rio-92. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - conhecida como Rio 92 ou ECO-92 -, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação de Chefes de Estado e representantes de 179 países. Teve como principal tema a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e os modos e formas como os países deveriam se articular politicamente para reverter o processo de degradação ambiental do planeta. É importante lembrar que o uso da expressão “desenvolvimento sustentável” era então algo recente, tendo aparecido pela primeira vez em relatório da ONU em 1987. Cerca de 20 mil pessoas, pertencentes a mais de 9 mil organizações não-governamentais, estiveram presentes nos dois principais eventos da Conferência: a Cúpula da Terra (reunião dos Chefes de Estado) e o Fórum Global (evento paralelo, promovido pela sociedade).

É no contexto da mobilização para a Rio-92, seja por parte do Estado, seja por parte da sociedade, que podemos entender melhor o envolvimento da Prefeitura do Rio de Janeiro na realização do I Encontro Internacional de Ecomuseus. Este evento representava uma preparação para a Rio92, que iria dar continuidade ao processo de discussão, iniciado nos anos 1970, sobre a construção de um mundo mais sintonizado com a natureza, com pessoas mais conscientes, pensando na possibilidade de equilíbrio entre o homem e a natureza. O encontro aconteceu num contexto propício para as discussões ambientais e configurou uma oportunidade política de enfatizar os debates sobre as relações entre museus e meio ambiente; e mostrar às autoridades internacionais que os museus brasileiros estavam antenados e fomentando ações preocupadas com o futuro do planeta, sendo o ecomuseu reflexo desse tempo.

A preocupação com a organização da grande conferência por parte do poder público municipal possibilitou o reconhecimento das reivindicações da comunidade local de Santa Cruz, expressa através do NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz.[56]

[56] Criado em 1983, é uma associação civil sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidários. Com o objetivo de realizar pesquisas. Divulgar a História Local, dinamizar a cultura e desenvolver campanhas visando a preservação dos bens culturais de Santa Cruz e da Zona Oeste carioca. O NOPH é reconhecido de Utilidade Pública pelas Lei nº 590, de 15 de agosto de 1984 (Município) e Lei Estadual nº 1207, de 22 de outubro de 1987. Fonte: https://noph-santacruzrj.blogspot.com/ (acesso em 23/06/2019).

Figura 83 – Logo do NOPH



Fonte: https://noph-santacruzrj.blogspot.com/search?q=noph

O NOPH foi criado em 1983 e em 1992 já possuía uma significativa atuação na pesquisa e preservação da história e patrimônio locais, tendo como um dos instrumentos de divulgação da sua atuação o jornal “O Quarteirão”. A partir da atuação desse grupo foi sendo construída uma relação identitária de parte da comunidade com a memória da Fazenda Real, do Matadouro, com os jesuítas e suas obras, bem como com as tradições culturais, expressas, por exemplo, no carnaval de rua, com os blocos e clóvis ou bate-bolas.[57]

Esse processo foi crescendo e amadurecendo, encontrando condições propícias junto à administração municipal de Marcello Alencar e ao contexto da Rio 92. No entanto, apesar de tudo, não houve protagonismo dessa comunidade na organização e mesmo nas apresentações e debates do I Encontro Internacional de Ecomuseus – que foi organizado pela Secretaria de Cultura do RJ, com consultoria da Profa. Teresa Scheiner e de Rita de Cássia Mattos e suporte operacional de uma empresa de Niterói, contratada pela Secretaria. O primeiro tema discutido durante o 1º Encontro Internacional de Ecomuseus foi: “Museus, cultura e desenvolvimento sustentado” no dia 19 de maio de 1992 e contou com uma conferência do arquiteto Hernán Crespo Toral, então Diretor da Oficina Regional da Unesco para a América Latina e o Caribe[58]. Em sua conferencia, Toral relatou suas experiências com museus e destacou que a reflexão do encontro deveria perpassar pelos temas da identidade, da permanência e da essência - ou seja, falar do ecomuseu ou museu integral como um reflexo deste espaço único, reservado, privilegiado para produzir o desenvolvimento e a transformação

[57] O NOPH será abordado de forma mais cuidadosa no momento da análise do caso do Ecomuseu de Santa Cruz.
[58] Hernan Crespo Toral, foi também o criador do Museu do Banco Central do Equador, em Quito.

integral da comunidade e do nosso ser humano - sem esquecer que a ação nos museus é uma militância, uma batalha e temos que acreditar nela para poder transformá-lo.

O segundo tema foi "A proposta do Ecomuseu: Experiência de Itaipu" tendo como palestrante a museóloga Fernanda de Camargo Moro[59]. Segundo Moro:

> (...) ecomuseu não é um museu ecológico, mas um museu que vincula o território à comunidade e ao patrimônio – patrimônio este sem limites ou conceitos estéticos obsoletos. O território também não precisa ser um território bonito, precisa ser um território querido e amado pela comunidade (Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus,1992, p.28).

Vale ressaltar que Moro foi uma das responsáveis pela criação do Ecomuseu de Itaipu em 1987, considerado o primeiro Ecomuseu no Brasil, com núcleos de ciência e tecnologia, de história regional, de museu etnográfico, pois segundo a museóloga, para representar a comunidade estas linhas todas apareceram nos trabalhos realizados com os segmentos que participaram do processo. Cabe, entretanto, esclarecer que, embora o Ecomuseu de Itaipu desenvolvesse ações junto à comunidade local, a proposta de sua criação não nasceu de uma base ou interesse comunitário, de uma demanda da comunidade local com o apoio de uma municipalidade, mas de uma empresa estatal: a Itaipu Binacional. Mas podemos afirmar que por ser o pioneiro no país pode ter servido de incentivo para a criação de outros Ecomuseus no Brasil; e por isso é importante retratar essa experiência no I Encontro Internacional de Ecomuseus.

O tema do painel 1, o "Ecomuseu: a guarda da Memória Coletiva", buscou refletir sobre a atuação dessa "nova forma" de museu para a preservação da memória de uma determinada comunidade. Os responsáveis pela composição da mesa e apresentação de seus pontos de vista foram: Eliana Rezende Furtado de Mendonça[60], Teresa Cristina Scheiner[61], Maria Célia Teixeira de Moura Santos[62] e Ulpiano Bezerra de Menezes[63]. Essa mesa trouxe algumas reflexões sobre a memória e sua preservação e seus desdobramentos em múltiplas dimensões, individuais e coletivas. Eliana Furtado destacou a importância da memória social como:

> (...) um patrimônio que vive no indivíduo, mas o transcende, pois não é produzido por ele, é constituído por um conjunto de vivências da sociedade da qual pertence o indivíduo e que se atualiza nas vivências particulares e coletivas deste mesmo indivíduo (Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus,1992, p.56).

---

[59] Na ocasião, presidente do Comitê Internacional de Arqueologia e História do ICOM.
[60] Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
[61] Teresa Scheiner ocupava na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO as seguintes funções: até abril de 1992, Chefe do Depto. de Estudos e Processos Museológicos -DEPM e vice-Diretora da Escola de Museologia; a partir de maio de 1992, Coordenadora de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da Universidade.
[62] Professora da Escola de Museologia da UFBA.
[63] Diretor do Museu Paulista, da Universidade do Estado de São Paulo - USP

Partindo deste princípio, o ecomuseu torna-se processo desta reconstrução das relações individuais e coletivas, é um fenômeno sempre atual, em constante transformação dentro de um plano comunitário, apesar de suas individualidades, tradições, situações diferenciadas e interesses específicos. A relação da memória com o Ecomuseu enquanto espaço de guarda da memória coletiva é muito importante para entendermos o processo de interpretação do passado, construção do presente e perspectiva de futuro de determinados grupos, com seu território e patrimônios. Os Ecomuseus desenvolvem importante papel enquanto instituições culturais na resolução dos problemas ambientais e no desenvolvimento da sociedade de forma integral: sociedade, território, patrimônio natural e cultural.

Segundo Scheiner (1992), os ecomuseus são experiências culturais, complexas e controversas: não é fácil criá-los ou mantê-los, já que existem enquanto uma comunidade ou grupo cultural decidem preservar a sua própria memória e meio-ambiente; e podem ser viabilizados se vinculados a estruturas de poder político que respeitem as decisões das comunidades. A autora afirma a importância do I Encontro:

> Este seminário é um indicador de que as coisas podem estar mudando para melhor no panorama da cultura e do patrimônio. Quem sabe agora o país comece a ter os museus que merece, e não apenas os museus que se deixa, passivamente ter (SCHEINER, 1992, p.63)

Essa fala reforça a relevância do I Encontro para discutir sobre a cultura e o patrimônio no país, dando relevo ao ecomuseu como grande protagonista deste evento, com a proposta de pensar juntos, conhecer diferentes experiências, discutir questões positivas e as dificuldades e possibilidades de criação de um ecomuseu na Zona Oeste. Isso significava que a cidade poderia ter os “museus que merece” consultando a comunidade e construindo junto com ela; e não a criação de museus a partir do alto, que não levavam em consideração se a comunidade quer a criação de um museu. Nesta linha de pensamento a professora Maria Célia Santos (Op. Cit., 1992, p.73), vai dizer o que mais nos aproxima da ecomuseologia é a consciência de que é necessário ter uma nova postura museológica comprometida com a transformação e com o desenvolvimento social, considerando a relação homem-natureza como uma relação de integração e reciprocidade.

Outra questão discutida pelos membros da mesa foi o pensamento de Ulpiano Bezerra de Menezes sobre a fisiologia da memória e sua transferência, além de destacar a importância da cultura material relacionando a ideia do território do ecomuseu como coisa material e unidade complexa da cultura, pois envolve todos os sistemas de natureza sociocultural e natural, além de chamar atenção para a problemática da definição de comunidade. Para Meneses, o ecomuseu se apresenta como um museu da comunidade, pela comunidade, para a comunidade, porém não se pode tratar o

conceito de comunidade como algo homogêneo, mas sim sob a forma de redes de interações e grupos sociais politizados.

O Tema 3 – “Ecomuseu: A Experiência em Portugal”, contou com um convidado internacional, o professor Dr. Mário Moutinho, que abordou as raízes da ecomuseologia em Portugal, o contexto no qual ela se desenvolve e apresentou alguns projetos e experiências. Destacou que após o fim da ditadura em Portugal, com a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 e a democratização em todos os aspectos da sociedade portuguesa, criou-se um ambiente favorável à participação, criatividade, direito à palavra e à associação das pessoas, além do desenvolvimento do associativismo e corporativismo, associações em defesa do patrimônio e ambiente, demostrando uma consciência social e o interesse pelo desenvolvimento local. Assim, Portugal foi passando cada vez mais pela ideia de regionalização de onde surgiram as propostas de ecomuseus, valorizando as comunidades locais. Moutinho relatou uma experiência importante: a do primeiro Ecomuseu em Portugal, o Ecomuseu Municipal do Seixal - que se distribui por todo território do Concelho, organizado em vários núcleos que apresentam os vestígios materiais, históricos, entidades econômicas e identidade local. Levantou a questão da participação da comunidade da Zona Oeste no Encontro, para que de fato fizesse sentido a criação de um ecomuseu; e chamou atenção para o posicionamento do pesquisador, do técnico, diante da comunidade que trabalha, no sentido de que devemos ter consciência de que não somos membros da comunidade; e assim sendo, é necessário deixar claro as diferenças para construir o conhecimento do que é produzido em conjunto - e não tornar a comunidade cobaia de pesquisas acadêmicas que em sua maioria ficam engavetadas.

Outra fala interessante foi da museóloga Lourdes Novaes, quando se referiu à relação do saber científico e da comunidade que pretendia criar o Ecomuseu, apontando que as coisas, por mais que surjam espontaneamente, para que continuem devem ter um embasamento científico; e as pessoas, com seus diferentes olhares, devem participar desse embasamento e trabalho. Lourdes destacou que profissionais como museólogo, sociólogo e antropólogo devem desenvolver um trabalho intimista, sem criar barreiras com a comunidade que deseja a criação do ecomuseu, e sim fazendo um trabalho em conjunto. Neste caso, os profissionais envolvidos devem ter humildade de reconhecer que não conhecem com profundidade a comunidade.

> O que está escrito nos livros, nos documentos etc. e tal, nos dá um caminho até certo ponto porque a verdade, o funcionamento, o orgânico que há nessa comunidade, só vocês, os moradores, podem trocar, nos dar, preservar e dar continuidade ao projeto, senão, esse projeto, ele começa, mas ele vai terminar rapidamente (NOVAES, 1992, p. 148).

O que é interessante nesta fala é que, por mais que os profissionais trabalhem juntos com a comunidade para que se tenha uma base científica, quem de fato mantém o trabalho em funcionamento e a proposta do Ecomuseu em continuidade é, sem dúvida, a comunidade, que opera seu funcionamento e estrutura cotidiana. O meio científico ajuda no processo de consolidação das propostas comunitárias, mas é o "orgânico" que vai fazer o ecomuseu permanecer.

Vale ressaltar que alguns membros da comunidade de Santa Cruz estiveram presentes ao evento, discutindo como se daria o processo de criação do ecomuseu na Zona Oeste: eram na sua maioria professores que atuavam ou moravam na região e ressaltaram a importância dessa região em nível natural, histórico e cultural. Com base nessas questões, Odalice Priosti, professora e membro da Associação de Moradores de Santa Cruz afirmou que:

> Felizmente eu vim a esse Encontro Internacional de Ecomuseus e pude descobrir, através das palestras e dos comentários aqui feitos, que nós praticamente fazemos um pouco disso, só que não sabíamos que se chamava ecomuseu (PRIOSTI, 1992, p.142).

Percebemos que a fala de Priosti demonstra uma identificação e reconhecimento sobre o conceito de ecomuseu, relacionando as discussões do evento com as ações, atividades e projetos que vinham sendo desenvolvidas há mais de 13 anos pelo NOPH. Na época ela era membro da Associação de Moradores de Santa Cruz e professora na região, desenvolvendo atividades e projetos na conscientização da comunidade, de resgate e preservação do que é da coletividade local.

O Painel 2 - "Experiências Brasileiras: Museus a Céu Aberto" buscou analisar os casos brasileiros de experiências museológicas que antecederiam ao ecomuseu. Seus palestrantes foram: Lourdes Rego Novaes[64], Márcio Campos[65], Mário Chagas[66], Maria Regina Mendonça Furtado[67] e a historiadora Áurea Maria de Freitas Carvalho.

Vale destacar algumas discussões deste painel. A primeira é enfatizada pelo professor Mário Chagas, ao comentar que a ideia de museu integrado está estreitamente vinculada à ideia de ecomuseu e que qualquer trabalho que pretenda refletir sobre a trajetória do ecomuseu deve considerar dois documentos fundamentais para esse entendimento: o documento de 1958, relativo ao Seminário Regional da UNESCO - realizado no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro - sobre a função educativa dos museus, destacando os museus escolares, da juventude, ao ar livre e os regionais. Este evento contou com a participação de vários profissionais de museus da

[64] Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM
[65]Diretor do Observatório a olho nu da UNICAMP, Campinas.
[66]Chefe da Divisão de Dinâmica Cultural do Museu Histórico Nacional.
[67]Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá, pertencente à Universidade Federal do Paraná.

América Latina e foi coordenado por Georges-Henri Rivière, o grande mentor do conceito de Ecomuseu. Rivière destacou a referida conceituação do museu ao ar livre, reconhecendo que as representações desse museu são amplas e devem envolver os museus arqueológicos, etnográficos e os museus artísticos ao ar livre, os parques botânicos e os zoológicos. O segundo documento foi produzido em 1972, como resultado da Mesa Redonda de Santiago, no Chile, por retomar a discussão da função social do museu e a realidade da vida regional e seus problemas. O evento colocou em pauta a função social dos museus e dele surgiu o conceito de museu integral como a instituição que deverá ser intimamente ligada ao presente e ao futuro da comunidade e não apenas ao seu passado ou a seus aspectos acadêmicos. Para Chagas (1992), o museu ao ar livre é um embrião da definição evolutiva de ecomuseu.

Lourdes Novaes (1992) aponta que a partir de 1973, com o Centro de Estudos Museológicos e de Ciências do Homem e do Meio Ambiente, outras experiências a céu aberto começaram a surgir, tendo como "objetivo o homem como elemento participativo e criativo afim de que este homem alcance tudo o que ele possa de melhor através de sua vida e através da preservação consciente de seu meio ambiente total". Reafirma-se mais uma vez a importância desses documentos para o desenvolvimento de ecomuseus no Brasil.

Outro debate desenvolvido foi o Tema 4 – "Ecomuseu: A experiência Americana" que teve como palestrante René Rivard[68], que abordou as experiências desenvolvidas em Quebec, México e nos Estados Unidos, fazendo um balanço de avaliação da ecomuseologia na América do Norte e destacando como ponto mais importante a participação popular, seja em relação ao tempo, recursos, saber e dinheiro.

A preocupação com uma questão considerada basilar para o ecomuseu aparece no Painel 3, que abordou o tema "Comunidade e Desenvolvimento Sustentável", tendo como palestrantes: Wanderbilt Duarte de Barros, então Diretor do Jardim Botânico do RJ; Haroldo Mattos de Lemos, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; Paulo Pereira de Gusmão, Superintendente de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro; e o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), Diretor do IBASE. Este painel discutiu sobre a busca incessante e continuada de uma autêntica política de administração do uso da natureza, o chamado desenvolvimento sustentável - um caminho pelo qual o homem projeta sua sobrevivência, usufruindo dos bens transformados em recursos no intuito de amenizar sua ação exploratória. Destacou-se a importância de uma educação para o meio ambiente e uma comunidade consciente politicamente.

[68] Membro Fundador do Movimento Internacional para a Nova Museologia – Minon, Canadá.

Comentou-se ainda que após a segunda Guerra mundial houve um aumento da produção industrial e da poluição atmosférica, pois as indústrias não tinham a preocupação com o meio ambiente e sim com o aumento da produção e a margem de lucro, desencadeando vários problemas aos países desenvolvidos na década de 70; e consequentemente a degradação do meio ambiente.Vários grupos sociais se organizaram para protestar sobre esses impactos na vida humana; e com isso foram criadas as primeiras organizações ambientais não governamentais, para tratar da consciência social e política a respeito das questões ambientais. De 5 a 16 de junho de 1972, por iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU, foi realizada a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, na capital da Suécia, Estocolmo: foi a primeira grande reunião de Chefes de Estado para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente e à busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e a redução da degradação ambiental - como a poluição urbana, rural e o desmatamento.

Tais discussões e consciência social resultaram, vinte anos mais tarde, na ideia de desenvolvimento sustentável, aprofundada no documento “Carta da terra”, proposto durante a Rio-92, voltado para assuntos acerca de uma sociedade global pacífica, justa, sustentável; e propondo uma mudança de hábitos para alcançar um futuro melhor para todos os cidadãos do planeta. Entre os temas abordados foram destacados no documento os direitos humanos, a democracia, diversidade, desenvolvimento econômico e sustentável, erradicação da pobreza e paz mundial. A “Agenda 21” foi desenvolvida e aprovada em 1992 no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, que ficou conhecida como Rio-92, referência à cidade que abrigou o evento[69].

É importante salientar que a preocupação com o meio ambiente entra de fato em evidência na década de 70, após a Conferência de Estocolmo de 1972, quando os países assumem o compromisso de criar órgãos nacionais encarregados do controle ambiental - como por exemplo, no Brasil, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA; ou a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, no Estado do Rio de Janeiro; e órgãos similares em vários outros estados. Segundo Gusmão (1992, p. 258) na década de 80 esta regulamentação do controle ambiental iria se consolidar na produção de instrumentos legais e regulamentações em termos de meio

[69] No âmbito deste evento, como já mencionado, realizou-se a “Cúpula da Terra”, que mediou acordos entre os Chefes de Estado presentes, envolvendo 179 países que assinaram o documento. A “Agenda 21” propôs um programa de ação de 40 capítulos, numa tentativa global de promover o desenvolvimento sustentável; e o termo deste documento foi utilizado visando a mudança para um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

ambiente - como por exemplo a lei de Política Nacional do Meio Ambiente, que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente; e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, até culminar na Constituição de 1988.

Neste sentido, é importante percebermos que o movimento social que levantou a bandeira verde corresponde a uma vontade política e social - gerada na década de 70 e intensificada pelas associações de moradores - do meio ambiente como instrumento de resistência, bandeira esta que se consolidou na década de 80 a partir da retomada democrática no país. É nesta perspectiva de cidadania que o ecomuseu e o desenvolvimento sustentável tornam-se, no mundo, vitrine de um pensamento mais preocupado com o meio ambiente e o futuro da humanidade. Os ecomuseus surgem no meio deste cenário e ao longo do tempo vão se moldando, defendendo um equilíbrio entre o homem, seu território e os patrimônios que passa a representar para alguns grupos bandeira de defesa ambiental e questões sociais. O Ecomuseu torna-se ferramenta política e social na transformação do seu meio e vida comunitária ou humana. A discussão do meio ambiente torna-se não apenas uma temática a ser discutida, mas posta em prática na preservação cotidiana, numa perspectiva de permanência e sobrevivência do ser humano na terra. Porém, precisamos ter cuidado quando a proposta de preservação do meio ambiente torna-se “moeda de troca” política ou instrumento de poder junto a órgãos governamentais.

O palestrante do Tema 5 – “Ecomuseu: a experiência europeia” -, foi Hughes de Varine-Bohan[70], um dos responsáveis pelo nascimento e popularização do Ecomuseu em vários países, inclusive no Brasil. Em sua palestra fez um panorama do nascimento dos ecomuseus europeus, destacando Portugal e França como os pioneiros deste modelo de museu. Narrou algumas experiências de cujo processo de construção participou e/ou das quais tinha conhecimento; e destacou a criação de um dos primeiros ecomuseus no mundo, o *Écomusée du* Creusot *Montceau-les-Mines*, ou Ecomuseu do Creusot, como é conhecido, que virou referência em muitos países e onde se deu o grande laboratório da concepção da ideia de ecomuseu. Ele ressaltou a importância do desenvolvimento local, a valorização e participação comunitárias, sendo considerado um instrumento cultural, um ecomuseu do desenvolvimento.

Posteriormente, foi discutido o Tema 6 – “Pressupostos para a implantação em paises do Terceiro Mundo” -, que buscou identificar o que deveria constar no modelo do Ecomuseu; e se essas caracaterísticas estariam presentes no caso brasileiro. Seus palestrantes foram Hernan Crespo Toral, René Rivard[71], Hugues de Varine-Bohan,

[70] Consultor para o Programa de Desenvolvimento Local e Comunitário (França).
[71] Membro Fundador do MINON (Movimento Internacional para a Nova Museologia).

Mário Moutinho[72] e Fernanda de Camargo-Moro. Os palestrantes fizeram críticas ao título da mesa, no sentido de que o Brasil era tido como um país de terceiro mundo ou em desenvolvimento, alertando que em nível cultural somos todos iguais. O ecomuseu como resolução de crises e problemas e da descolonização de teorias, da imposição de modelos museológicos, de repensar a função dos profissionais que atuam junto à comunidade dá oportunidade aos grupos de criarem seus próprios modelos, de acordo com suas necessidades.

O Painel 5 – "Potencialidades da Zona Oeste, Projeto Sócio-Cultural" - pretendia indicar a implantação de um ecomuseu a partir dos elementos e das comunidades que integram a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro[73]. Seus palestrantes foram: Luís Paulo Corrêa da Rocha[74], Adir Gama Ben Kaus[75], Sinvaldo do Nascimento Souza[76] e Roberto Pechman[77]. A mesa de encerramento do evento apontava também para os seus desdobramentos.

Foram apresentadas as pontencialidades de criação de um ecomuseu, destacando a diversidade dessa região, apontando o perfil socio-econômico-cultural da população da Zona Oeste e os trabalhos desenvolvidos junto à comunidade, desde ações dos professores e seus alunos até a definição dos núcleos considerados importantes na região. A proposta de indicação da Zona Oeste para a criação do primeiro Ecomuseu do Estado do Rio de Janeiro surgiu a partir da articulação de Ricardo e Mariana Várzea em busca da parceria com o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz – NOPH para o I Encontro Internacional de Ecomuseus; e fortaleceu-se a partir do primeiro Fórum Cultural da Zona Oeste, em Campo Grande, uma iniciativa da Secretaria de Cultura do Municipio.

Segundo Souza, professor e membro da comunidade de Santa Cruz,

> Tais indagações foram lançadas e certamente serão respondidas no final do fórum, mas gostariamos que, efetivamente, tais respostas não fossem simplesmente oferecidas aos participantes deste encontro como algo pronto, acabado e empacotado como um presente. Mas, sim como um convite para uma caminhada, uma jornada que precisa ser percorrida, um problema que deve ser solucionado em conjunto, de um lado a comunidade, que irá redescobrir os problemas de seu bairro e lutar pelo recursos municipais e de outro, os governos, empresas, ouvindo todos os segmentos e decidindo a partir das prioridade propostas pela comunidade (SOUZA, Anais do I Encontro Internacional de Ecomuseus,1992, p.401)

---

[72] Arquiteto, Diretor do Curso de Museologia da Lusófona de Lisboa.
[73] Cabe aqui lembrar que essa definição de Zona Oeste é controversa, pois ela é composta pela maior parte do território da cidade, incluindo bairros como Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, entre dezenas de outros.
[74] Secretário Geral de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente
[75] Presidente da FEEMA
[76] Coordenador do NOPH
[77] Professor e Pesquisador do IPPUR

Souza ressalta a importância da participação da comunidade no processo de construção do Ecomuseu, referindo-se à descentralização das decisões governamentais e à valorização do poder local. Essas discussões e apontamentos das pontecialidades da Zona Oeste para a criação de um Ecomuseu foram desdobradas no Painel 6 – “Proposta para um Plano de Ação para a Zona Oeste”, que teve como palestrantes: Ariane Lunna Peixoto[78], Teresa Cristina Scheiner, Ricardo Várzea[79], Sinvaldo do Nascimento Souza e Dimas Joseph[80].

Este painel, o último do encontro, foi realizado na Zona Oeste, no Sesi Rio, no Bairro de Santa Cruz; e foi presidido pelo Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Carlos Eduardo Novaes, que reafirmou a proposta do evento: “Quando idealizamos este evento Internacional de Ecomuseus, foi antes de mais nada para que soubéssemos o que é ecomuseu, uma ideia tão pouco conhecida e tão pouco difundida, ao sul do Equador”. Destacamos algumas ideias apontadas pelos palestrantes de fundamental importância para se pensar a realização de um ecomuseu na Zona Oeste.

Figura 84 – Mesa Redonda do I Encontro Internacional de Ecomuseus em Santa Cruz



Fonte: Acervo pessoal Teresa Scheiner

Segundo Scheiner (1992), deve-se levar em consideração algumas questões na implantação de um Ecomuseu: a comunidade quer de fato fazer um ecomuseu na Zona Oeste? O assunto foi discutido com os diferentes segmentos da comunidade? É necessária a participação de especialistas que não pertençam à comunidade? Quais pessoas devem ajudar? Estão preparadas para essa experiência? E quais os limites? Qual o papel da comunidade e do técnico? Como será a prática para a implantação de um ecomuseu? E quais as expectativas dessa comunidade? A quem o ecomuseu vai beneficiar? A comunidade está consciente de que o resultado desse trabalho pode não

[78] Professora da UFRJ
[79] Coordenador do evento
[80] Assessor do Secretário de Cultura do Rio de Janeiro

ser o resultado inicial esperado? Esses questionamentos são fundamentais para pensar em uma proposta de criação de um ecomuseu, levando em consideração o desejo da comunidade e seu protagonismo.

O I Encontro Internacional de Ecomuseus representou um importante momento de reflexão sobre o conceito de Ecomuseu desde uma perspectiva internacional, a partir das experiências apresentadas - americana e européia; e de fato podemos afirmar ser um marco das discussões sobre Ecomuseus no Brasil. Foi a primeira vez que se realizou um evento internacional para discutir sobre o conceito, e sua implantação, suas vantagens e suas dificuldades, um momento muito importante para refletirmos em nível nacional a importância desse modelo de museu. Foi o início de um processo de discussão que contou com diversos profissionais de referência na área dos museus, da museologia e professores e moradores da Zona Oeste.

A realização deste I Encontro representou um momento muito importante nas discussões sobre o tema, no Brasil, além de representar uma preparação para a RIO-92, discutindo a preocupação com a questão ambiental, relacionando um instrumento de cultura como o museu com a questão ecológica, ferramenta comunitária de valorização e desenvolvimento local. Dentro desta proposta é importante perceber o interesse político, ao querer discutir a ideia de ecomuseu. Além de uma preparação para o evento da RIO-92, cabe ressaltar a presença e o interesse do Secretário de Cultura, Turismo e Esportes durante todo o evento; e o incentivo dado por ele à criação de um ecomuseu na Zona Oeste. Deve-se ainda comentar que um dos motivos para propor essa discussão foi cumprir um dos objetivos do Plano Diretor do Rio de Janeiro. Podemos confirmar este fato na exposição de Ricardo Várzea, “Pensando um ecomuseu como fator de planejamento e a importância de um poder público aberto ao desenvolvimento sustentável, nos remetemos ao plano diretor do Rio de Janeiro” (VÁRZEA, 1992, p. 390). Essa fala nos faz refletir se a proposta de criação do ecomuseu na Zona Oeste era um pretexto para cumprir o Plano Diretor do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo:

> A ordenação do território municipal para atender às funções econômicas e sociais da nossa realidade, compatibilizando o desenvolvimento urbano com a proteção do meio-ambiente, pela utilização racional do patrimônio natural, cultural e construído, sua conservação e recuperação (Ibid., Loc. Cit.).

Em sua fala, Várzea afirma que as áreas de interesse ambiental teriam execução de projetos específicos e cita a Zona Oeste como área de planejamento 5, destacando suas áreas, ressaltando que esses mesmos objetivos do plano serviriam como objetivo do Ecomuseu a ser implementado. Com isso, não estamos desmerecendo a importância do evento e a participação de autoridades políticas e

internacionais; pelo contrário, foi um marco para discutimos sobre ecomuseu e pensarmos como eles são criados no Brasil. Mas é importante ter um olhar crítico sobre os agentes envolvidos e os interesses que estavam na proposta de criação do encontro e de implantação de um ecomuseu na Zona Oeste.

Chamamos a atenção para a significativa presença de autoridades do poder executivo municipal, que patrocinou o evento; e de profissionais com atuação na área cultural, urbanística e ambiental, ao lado de nomes da museologia, como Hugues de Varine, Mário Moutinho, Fernanda de Camargo-Moro, Teresa Scheiner e Mário Chagas. Todavia, salvo a exceção de Sinvaldo do Nascimento, do NOPH, que integrava e representava a comunidade local de Santa Cruz, não houve apresentações por parte da comunidade. Embora houvesse membros de diferentes lugares da Zona Oeste, o evento teve pouca participação das comunidades: a esta foi reservado o lugar na assistência, como público, que se manifestou apenas através das questões nos debates.

No final do encontro foi indicado o Quarteirão Cultural do Matadouro em Santa Cruz para a implantação do Ecomuseu, por sua importância histórica, cultural e natural - estratégia defendida por um dos moradores, Sinvaldo Souza. Foi também feita a indicação de escrever-se um documento para apresentar à comunidade de Santa Cruz. Embora membros da comunidade de Sepetiba tenham também mostrado interesse em criar um ecomuseu, foi a comunidade de Santa cruz que liderou as discussões e se articulou.

2.1.2 - II Encontro Internacional de Ecomuseus

O II Encontro Internacional de Ecomuseus – II EIE foi novamente realizado em Santa Cruz, Rio de Janeiro, no período de 17 a 20 de maio de 2000; e teve como tema central “Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável”. Foi realizado em conjunto com o IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe - ICOFOM LAM, que teve como tema “Museologia e Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe”. O evento foi organizado pelo Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro Santa Cruz e pelo ICOFOM LAM, com apoio do Movimento Internacional para a Nova Museologia – MINOM, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO/Escola de Museologia e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a partir da Secretaria Municipal de Cultura / Departamento Geral do Patrimônio Cultural.

A coordenação do evento contou com a colaboração de Hugues de Varine-Bohan[81], Odalice Priosti[82], Teresa Scheiner[83], Nelly Decarolis[84], Walter Priosti[85], Newton Costa[86], Jacob Gribbler Neto[87], Paulo César Resende[88], Edna Lasseance[89], Alan Castilho[90], Américo Mano e Rita Gemino[91].

O II EIE e o IX ICOFOM LAM foram organizados em conferências com temas relacionados à temática do evento, documentos de base, pôsteres, vídeos e geraram como produtos o Manifesto e a Carta de Santa Cruz, publicados nos anais do evento.

> No marco dos 500 anos do encontro entre a civilização europeia e a nativa na terra que viria a ser o Brasil, o ano 2000 sela em Santa Cruz um acontecimento histórico: o II "Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM. E justamente, não por acaso, mas porque sua comunidade traçou e buscou esse encontro, Santa Cruz, bairro distante 60 quilômetros do epicentro cultural do Rio de Janeiro, é a sede desse acontecimento que valoriza o reencontro do Brasil com sua identidade, o encontro entre as preocupações presentes do homem com a natureza e a cultura, o encontro dessa comunidade com o seu patrimônio e das forças vivas da cultura local apoiando a iniciativa do NOPH-Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica e do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro e, finalmente, o encontro da Museologia com as novas práticas sociais, o encontro do MINOM-Movimento Internacional para uma Nova Museologia e do ICOFOM LAM - Subcomitê Regional de Museologia para América Latina e Caribe (Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe - ICOFOM LAM, 2000).

É Interessante analisar como o texto de apresentação dos Anais do encontro considera o evento como um acontecimento histórico e de grande importância para o país, relacionando a comemoração ao evento dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil. Há uma tentativa de valorização do evento como um "reencontro do Brasil com a sua identidade", na medida em que se programava um encontro entre a periferia - uma comunidade distante do centro, representada por Santa Cruz - e a "modernidade", representada pela museologia social e latino-americana (MINOM e ICOFOM LAM). Há, por parte dos atores do MINOM e do Ecomuseu de Santa Cruz, uma idealização desse evento, uma supervalorização, diante de tantos nomes internacionais presentes por causa da concomitância da realização do IX Encontro Anual do ICOFOM LAM. A realização conjunta possibilitou um amplo painel de experiências em diferentes países

---

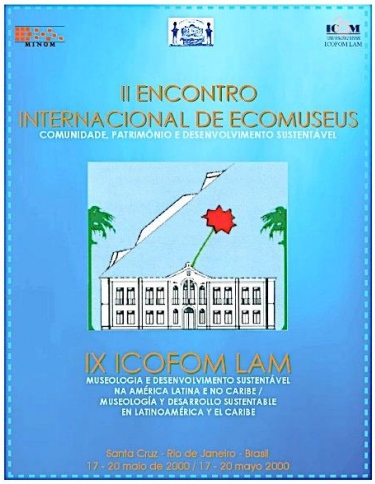
[81] Representante do MINON – ASDIC.
[82] Vice-presidente do MINON/ Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz - NOPH.
[83] Presidente do Comitê Internacional de Museologia- ICOFOM e Vice Decana do CCH - UNIRIO.
[84] Presidente do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe - ICOFOM LAM
[85] Coordenador do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro.
[86] Coordenador Geral do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz - NOPH
[87] Diretor, FAMA (Faculdades Machado de Assis)
[88] Coordenador Geral – 10ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE
[89] Edna Lasseance era em 2000 representante do Curso de Turismo / FAMA
[90] Alan Castilho, trabalhava em 2000 no Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz - NOPH
[91] Representantes do Departamento Cultural da Fundação Educacional Unificada Campo Grande - FEUC

- como Portugal, Índia, Espanha, Costa Rica, México, Itália, Argentina, além de outras experiências brasileiras, como Itaipu e a UFPE, bem como a diversidade de temas, que serviriam como estímulo e novos horizontes para o Ecomuseu de Santa Cruz.

O II Encontro Internacional de Ecomuseus discutiu as bases de uma reflexão relativa ao caráter sustentável das iniciativas museológicas de cunho comunitário, apoiadas sobre o patrimônio local. Nessa ocasião, foram tratados os objetivos, as estratégias, os métodos de participação e o conceito de museu educador-libertador. A escolha por Santa Cruz para sediar o evento foi proposta em 1997 na X Jornada sobre a função Social do Museu, em Póvoa de Lanhoso, Portugal, que teve como tema "Ecomuseologia como forma de Desenvolvimento integrado". Este evento contou com a participação ativa do MINOM e nele, os membros da comunidade de Santa Cruz foram representados por Odalice Miranda Priosti.

Fica evidente no II EIE uma maior interação entre representantes do NOPH e do Ecomuseu de Santa Cruz com os representantes acadêmicos. Ocuparam um lugar central nessa articulação e interface Odalice e Walter Priosti, ladeados por vários companheiros locais e da museologia.

Figura 85- Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus, tendo na capa a primeira logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz, criada em 1992



Fonte: Publicação em formato CD. Tacnet Cultural Ltda.,2000

Em 1998, durante a XVIII Conferência do Conselho Internacional de Museus - ICOM, em Melbourne, Austrália, o ICOFOM LAM, em reunião conjunta com o MINOM, aderiu à proposta de reunir-se com os dois outros grupos no II Encontro Internacional de Ecomuseus no Brasil, especificamente em Santa Cruz. Tal proposta fortaleceu a integração da comunidade museológica, incentivando a retomada de um diálogo entre o exercício acadêmico regional e a aplicação teórica refletida na realidade da América

Latina. Este encontro teve como proposta trazer novos olhares, abordagens, intepretações e experiências influenciadas pela Nova Museologia, desenvolvidas nas atividades museológicas no Brasil e no restante da América Latina.

Desde 1972, a Mesa Redonda de Santiago do Chile já reafirmava a urgência de caminhos para a sustentabilidade dos povos da América Latina, valorizando suas iniciativas. A ideia era trazer para esse encontro possibilidades de gestão que visassem a sustentabilidade, integrando vida, natureza e cultura. Neste sentido, a comunidade de Santa Cruz propôs esse encontro como espaço de criação, organização e integração dos representantes da área acadêmica e especialistas dos mais diversos campos, que se solidarizaram com iniciativa comunitária.

As discussões do encontro foram organizadas em Grupos de Trabalho, contando com a participação da Comunidade de Santa Cruz. Os Grupos de Trabalho (GT's) para o II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM foram: GT Planejamento e Pesquisa; GT Secretaria e Administração; GT Recursos Financeiros; GT Comunicação; GT Manifestação Cultural; GT Recepção e Turismo.

Figura 86 - Cerimônia de abertura do evento. Da esquerda para a direita: Representante da comunidade; Zita Posamai – Secretária, ICOM Brasil; Nelly Decarolis – Presidente, ICOFOM LAM; Teresa Scheiner – Presidente, ICOFOM; Alex Nicolaef – Diretor, DGPC; Alfredo Tinoco – Presidente, MINOM; Walter Priosti – Coordenador, Ecomuseu de Santa Cruz.



Fonte: Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários.

Ao final do II Encontro foram escritos dois documentos: o Manifesto de Santa Cruz, redigido por uma comissão composta por representantes da comunidade e do MINOM; e a Carta de Santa Cruz, documento final do encontro do ICOFOM LAM. A Carta de Santa Cruz teve um caráter mais formal e buscava sintetizar as conclusões dos participantes do evento a partir de dois eixos. Para o Tema 1 - Museus,

comunidades, preservação e desenvolvimento sustentável: capacitação para a ação, definiu-se a necessidade de:

> - constituir expressões da linguagem museológica, que permitam gerar na comunidade um espaço participativo e de auto-gestão, a fim de superar paulatinamente as estruturas verticais de poder;
> - capacitar os novos profissionais para difundir, nas comunidades, o novo paradigma socioeconômico e cultural, considerando que a análise crítica destas situações promoverá as consequentes estratégias de ação.
> Conclui-se, portanto, que a instancia Museu e a profissão museológica podem superar meras atitudes nostálgicas sobre o Patrimônio e o Comunitário, já que possuem a capacidade necessária para elaborar argumentos sustentadores de ações estratégicas para um desenvolvimento socioeconômico e cultural (Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus, 2000, p.304)

Para o Tema 2 - Museologia e políticas ambientais e Museologia e museus: impacto ambiental e equilíbrio ecológico, a comissão responsável pela redação trabalhou sobre quatro eixos estruturais: museu social, pesquisa, educação significativa e desenvolvimento autossustentável, apresentando as seguintes conclusões:

> - A Museologia, como ciência social, deve assumir a responsabilidade de que na cultura não prevaleçam de forma negativa os valores econômicos, e sim uma linha de pensamento destinada a promover um desenvolvimento auto-sustentável, fundamentado nos valores éticos da comunidade.
> (...)
> - Sendo o museu um espaço de participação construtiva e criativa, pode e deve tender a lograr mudanças de atitude: reflexão, compromisso, solidariedade e outras que possam servir como base para fazer frente à problemática atual e futura a que estão expostas as comunidades.
> - O Museu, como espaço de participação, deve dar acolhida às diversidades culturais, alentando-as para que aportem soluções à problemática global, utilizando desde os seus saberes prévios aos seus marcos teóricos e valorativos, já que é este corpus – seu patrimônio intangível – o que garantirá a sustentabilidade das abordagens e das soluções encontradas.
> - A teoria e a práxis museológicas devem integrar-se, de forma que os estudos de impacto ambientam levem em conta não apenas o patrimônio intangível das comunidades em risco, mas também que o façam em função de sua identidade.
> - Baseados na Carta de Coro 99, reforçamos seu conteúdo e apelamos para que o Real seja definido como totalidade, considerando este princípio como base desde a qual se definam as relações do Homem com o seu entorno.
> - O Museu deve favorecer a construção coletiva de uma consciência ambiental, com sentido de pertencimento, participação e responsabilidade, o que requer um enfoque situado no presente, vinculado ao passado e em função do futuro.
> - A problemática ambiental é um objeto complexo de conhecimento, que solicita não apenas a concorrência dos saberes acadêmicos, mas também a dos saberes populares. Esta visão múltipla é uma reivindicação holista, que permitirá a re-definição do problema.

> - O Museu, no seu papel de educador-facilitador, pode e deve desenhar políticas e estratégias que tendam a lograr soluções para o desenvolvimento – não apenas sustentável, mas autossustentável – da comunidade onde se encontra inserido.[92]

A Carta de Santa Cruz do ICOFOM LAM apresentava definições sobre as questões que constituíam desafios para a museologia de forma geral, não se detendo nas especificidades de ecomuseus e museus comunitários. A Carta defendia uma atuação dos museus e do profissional de museus que superasse uma visão "nostálgica" sobre o patrimônio, buscando a partir dele e da comunidade ações que promovessem o desenvolvimento local. Mas este desenvolvimento não se assentaria em valores econômicos, mas num modelo autossustentável e em valores éticos da própria comunidade, sendo o museu um espaço de reflexão e participação criativa e democrática, colaborando para a construção coletiva de uma consciência ambiental.

Figura 87 - Coordenadores e sumaristas do ICOFOM LAM, redigindo a Carta de Santa Cruz.



Fonte: Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários

O Manifesto de Santa Cruz tinha característica distinta. A comissão redatora teve a finalidade de discutir a relação dos ecomuseus e museus comunitários com a chamada Agenda 21, ratificando e aderindo à "Agenda para la Acción", emanada da *Cumbre Hemisférica de Museos y Desarrollo Sustentable*, realizada em San José de Costa Rica em 1998, manifestando a posição do MINOM e do grupo responsável pelo NOPH e Ecomuseu de Santa Cruz. Foi considerado que:

> Os ecomuseus e museus comunitários que têm um papel sistemático no tempo e espaço, assim como origens significativas e duradouras para as comunidades às quais servem, são agentes ativos para a participação e relação da comunidade com seu patrimônio integral.

[92] Idem, p. 308.

> A reconciliação com o patrimônio integral, sua conservação e usufruto, é uma responsabilidade compartilhada entre o museu e a comunidade em que se insere.[93]

Percebe-se que, apesar do evento ser sobre Ecomuseus, ao longo dos trabalhos apresentados, dos debates realizados em seu manifesto, emergem reflexões sobre a categoria de museus comunitários, integrando o mesmo processo museológico. Neste sentido, o Manifesto recomenda que os ecomuseus e museus comunitários trabalhem em cooperação com os Conselhos Locais da Terra e/ou Agenda 21; e sugere que todos os museus devem contemplar a participação comunitária e programas de desenvolvimento sustentável. Destaca o texto que os ecomuseus e museus comunitários são e devem ser reconhecidos como mediadores entre a comunidade e as instituições e organismos governamentais e não governamentais, em nível local, nacional e internacional.

O manifesto preconizava como linhas de ação:

> - Capacitar e dignificar os profissionais, técnicos e agentes sociais e/ou comunitários, vinculados aos ecomuseus e museus comunitários, com programas de caráter geral, com modalidades de aplicação regional e local.
> (...)
> - Estimular e fortalecer as redes entre ecomuseus e museus comunitários, e destes com as comunidades que permitam e facilitem a comunicação, informação e intercâmbio.
> - Estimular e promover na comunidade a criação de formas sustentáveis de uso do patrimônio integral, desenvolvendo de forma conjunta atividades projetos que beneficiem a comunidade através do museu.
> - Criar estratégias de cooperação para benefício e desenvolvimento dos ecomuseus e museus comunitários, tomando como base as experiências que têm se desenvolvido em diversas partes do mundo.
> - Criar e experimentar metodologias de mediação entre comunidades, autoridades e fontes de financiamento privadas e públicas.
> - Concretizar estas ações através de programas - piloto de impacto local, estabelecidos em diversas partes do mundo, processo que, após sua avaliação e validação, leve a um modelo universal de direção flexível (ANAIS do Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, 2000).

Ficava clara a posição de defesa e fortalecimento, pelo Manifesto de Santa Cruz, dos Ecomuseus e museus comunitários, como parte de um fenômeno global e local. Ambos eram entendidos como portadores privilegiados de uma *nova museologia*, engajada no desenvolvimento local, sustentável, e do compromisso com a transformação social.

Este Manifesto de Santa Cruz, embora tenha sido de caráter Internacional devido à presença de profissionais de referência dos museus e da Museologia, representou a

[93] Idem, p.299.

nível nacional e local um aprofundamento das discussões sobre o pensamento ecomuseológico brasileiro. Professores, técnicos, agentes sociais e comunidades puderam vivenciar a experiência da troca de conhecimentos entre acadêmicos e os saberes “populares”, traduzidos numa *performance* museológica que tem como caráter central a museologia articulada às comunidades que visam a ressignificação de seu território, seu patrimônio e a valorização do saber comunitário que caracteriza cada grupo.

No II Encontro Internacional de Ecomuseus, o Brasil já tinha alguns Ecomuseus criados - que podemos afirmar ser a segunda geração deste tipo de museu no país, fruto da influência europeia - como o Ecomuseu de Itaipu (1987), o Ecomuseu da Fazenda Boa Vista (1988), o Ecomuseu de Santa Cruz (1995), o Ecomuseu Ribeirão da Ilha (1997), o Ecomuseu do Cerrado (1998), o Ecomuseu da Pólvora (1999) e o Ecomuseu Rural de Barra Alegre (1999) - que representam o produto, no país, das discussões e aprofundamento da reflexão sobre Ecomuseus.

O papel do MINOM também foi essencial para o incentivo e o fortalecimento das ideias comunitárias no Brasil. A participação de Odalice Priosti na X Jornada sobre a Função Social do Museu em Portugal; e a escolha pelo Brasil como sede do IX ICOFOM LAM demostravam reconhecimento da iniciativa comunitária que vinha sendo desenvolvida em Santa Cruz e que crescia e se consolidava a cada dia.

A realização do II Encontro Internacional de Ecomuseus no Brasil juntamente com o IX ICOFOM LAM representou um momento importante de discussão da Museologia sobre a questão do desenvolvimento sustentável e sobre o papel dos museus neste tema global: deu visibilidade às iniciativas comunitárias que estavam se fortalecendo no país, e destaque ao processo de construção e consolidação do Ecomuseu de Santa Cruz, a partir do NOPH, sua importância e ações, além de proporcionar a diferentes profissionais e agentes comunitários a oportunidade de se incorporar mais ativamente ao processo, refletindo sobre a criação de outros ecomuseus que surgiam nesta década.

Podemos afirmar que este encontro tenha sido o “auge da discussão sobre os Ecomuseus no Brasil”: embora já houvesse alguns ecomuseus criados neste período por inspiração de iniciativas europeias, o que marca este evento é a representação e o reconhecimento da experiência de Santa Cruz, que se tornou uma grande referência no país. Mais do que isso, foi o disseminador do conceito e práticas do Ecomuseu no Brasil. Devem ser considerados neste processo não apenas a importância da reunião de convidados internacionais, mas o ápice do processo do pensamento “ecomuseológico”, brasileiro a partir da mobilização pela valorização e importância das ações e projetos realizados em Santa Cruz. Poderia ter sido qualquer outro ecomuseu, mas se não

houvesse ali a organização comunitária e social fortalecidas, a mobilização não teria sido possível. E isso só se tornou possível diante da liderança do NOPH junto à comunidade, o reconhecimento do seu papel de articulador entre os interesses locais e as autoridades políticas. O ecomuseu nasce de um grupo consciente do seu papel na sociedade, no seu grupo local, na comunidade que vive – e isso faz toda a diferença. Sem dúvida, o NOPH foi um dos grandes responsáveis pela contribuição neste processo de fortalecimento comunitário brasileiro:

> O esvaziamento cultural, sentido já nas décadas de 70 e 80, em face da queda do poder aquisitivo da população brasileira, da desagregação social, além do impacto social vivido pela sociedade santacruzense, com a mudança de sua vocação agrícola para Zona Industrial, foi o contexto que colocou o NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, num reconhecido lugar em Santa Cruz como o grupo que resistiu e tentou conter o asfixiamento da identidade pela valorização local, pela pesquisa da História, pela preparação da comunidade do futuro, pelo sentido de valorização cultural e preservação processual que lhe é ensinado, que deu origem ao Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro. No reconhecimento desse trabalho como atividade ecomuseológica, declara entender o Ecomuseu como “uma busca de melhorias para a vida da comunidade e uma vontade de crescer, não pessoalmente, mas em grupo” (PRIOSTI, 2000, p. 82).

Ou seja, se os primeiros ecomuseus brasileiros criados na década de 1980 tiveram uma relação direta com o conhecimento profissional das experiências europeias, notadamente França e Portugal, a criação do Ecomuseu de Santa Cruz inaugura uma nova fase. A atuação da Escola de Museologia da UNIRIO, a primeira e mais importante do Brasil, foi outra referência importante; e a partir das suas relações acadêmicas contribuiu para a participação de profissionais dos museus e pesquisadores, colaborando para o seu reconhecimento internacional. O apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão de Marcello Alencar, foi vital, como de resto em outras experiências de ecomuseus e sua relação com governos municipais comprometidos com a comunidade. Mas o elemento central para a constituição do Ecomuseu de Santa Cruz foi o NOHP, organizado desde a década de 1980 e responsável pela articulação da comunidade local em torno da identificação, defesa e preservação do seu patrimônio histórico, cultural e natural, articulando comunidade e território do bairro de Santa Cruz.

A Carta e Manifesto de Santo Cruz foram a culminância do II Encontro Internacional de Ecomuseus e IX ICOFOM LAM a partir das discussões sobre Ecomuseus, mas principalmente na contribuição do aprofundamento dos estudos do pensamento “ecomuseológico” brasileiro.

Dentre as discussões e conferências do II EIE e IX ICOFOM LAM podemos destacar a participação da educadora Odalice Priosti, uma das principais articuladoras do processo de constituição do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro.

Desenvolveu reflexões sobre o Ecomuseu Urbano e as Iniciativas Comunitárias, destacando a questão da autonomia, da liberdade e da cidadania na relação com o Patrimônio, além de ressaltar a participação da comunidade na gestão, identificação com o território e uso do patrimônio como recurso da comunidade para o desenvolvimento local e sustentável, indicando o ecomuseu como o território de memória e instrumento da comunidade.

> Gera-se no seio da vida comunitária uma museologia popular, aberta a quantos queiram dela participar, onde cada um pode contribuir com o seu aporte para a solução de um problema, a saída de um impasse, a quebra de um ciclo, a revitalização de uma tradição, o fortalecimento da comunidade para a cidadania e para a responsabilidade para com o patrimônio da vida (PRIOSTI, 2000, p.151).

Priosti (2000) cita uma "museologia popular" que transcende os museus convencionais e as ferramentas do fazer museológico, abrindo espaço para novas discussões teóricas, com a expansão do processo "ecomuseológico" de Santa Cruz na tentativa de romper fronteiras entre o seu fazer museológico e os conflitos trazidos pela própria vida. Reforça que a equipe de Santa Cruz é composta por pessoas voluntárias da comunidade, que, alternadamente, se vinculam ao trabalho, de acordo com sua disponibilidade e interesses - sendo, portanto, uma equipe fluida, que vivencia no Ecomuseu uma "Museologia popular" como a definida por Hugues de Varine - sem muito profissionalismo, mas antenada com as verdadeiras necessidades culturais da comunidade.

Vale ressaltar a importância da participação do ICOFOM LAM[94] e suas reflexões teóricas sobre ecomuseus, a partir da produção de diferentes autores latino americanos, que contribuíram para as discussões sobre o termo e conceito. O I Encontro do ICOFOM LAM, realizado em 1992, em Buenos Aires, teve como tema "Museus, sociedade e meio ambiente: Uma trilogia integrada", considerando:

> - O meio ambiente deve ser considerado de forma total, cultural e natural;
> - As questões relacionadas a ele também podem ser tratadas pelos museus - seja qual for sua tipologia - direta ou indiretamente;
> - A instituição museológica é um fenômeno social dinâmico que se apresenta de várias formas, de acordo com as características e necessidades da sociedade onde está;
> - **Que hoje os museus tradicionais coexistem com ecomuseus, museus comunidade, local e semelhantes;**
> - É essencial reconsiderar o discurso museológico também, também o da sociedade como um todo, relacionando-os com o meio ambiente, ambiente e prepará-los para a ação;

[94] O objetivo do ICOFOM LAM é promover e documentar os estudos sobre Teoria Museológica na América Latina e no Caribe, permitindo desta forma maior participação dos membros nas atividades e trabalhos do Comitê - por meio de discussão acadêmica, publicações e intercâmbio profissional. Um ponto básico de ação é a produção de textos de Teoria Museológica. Os dois principais idiomas da região: Português e Espanhol. O trabalho é desenvolvido em interface com os Comitês Nacionais do ICOM na região e com o apoio do ICOM LAC - Organização Regional do ICOM para a América Latina e o Caribe.

Os encontros e as publicações do ICOFOM LAM contribuíram para desmistificar o mito da existência de uma abordagem dicotômica e antagônica entre uma “museologia teórica” e uma “museologia da ação”, comprovando que as mesmas se complementam e andam juntas, em consonância e ressonância.

2.1.3 - III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários

O III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários - III EIEMC foi realizado em setembro de 2004, na cidade do Rio de Janeiro, no Ecomuseu de Santa Cruz (Quarteirão Cultural do Matadouro – 03 dias) e na UNIRIO (Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH / Escola de Museologia – 02 dias). Note-se que o primeiro e segundo encontros tinham em seu nome apenas “Ecomuseus”. Mas houve o reconhecimento que a discussão era mais ampla e incluía na verdade todos os tipos ou modelos de museus comunitários e não apenas os denominados Ecomuseus.

Figura 88 – Segunda Logomarca do Ecomuseu de Santa Cruz



Fonte: Folder de divulgação IIIEIEMC

O tema do encontro foi "Comunidade, Patrimônio compartilhado e Educação"; teve como objetivos apresentar os relatórios dos ateliês, discuti-los, organizar coletivamente um projeto de guia prático dos métodos de gestão participativa considerando sua concepção, execução, relação com o desenvolvimento, avaliação para os Ecomuseus e museus comunitários, além de acolher novas propostas e temáticas para a realização dos próximos encontros internacionais que aconteceriam a cada três anos, dando ênfase à solidariedade aos pequenos museus e experiências embrionárias, na tentativa de descentralização do “fazer museológico”.

Neste encontro, também foi apresentada a experiência de Inventário Participativo que estava em processo no Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. Foi apresentado um relatório parcial e os resultados dos questionários aplicados por

amostragem junto aos membros da comunidade de Santa Cruz, considerando-se todas as informações sobre patrimônio compiladas em rodas de lembranças, publicações em revistas, livros, entrevistas concedidas ao NOPH e seus informativos.

No âmbito do evento realizou-se ainda o X Atelier Internacional do MINOM, sob o tema "Cultura e Democracia Participativa", que abordou e discutiu questões como "Terminologia das Novas Museologias", "Organização Comunitária (diagnose e sistematização de experiências)", Novas temáticas e métodos de exposições segundo os interesses reais das comunidades", antecipando a Assembleia Geral do MINOM.

A partir dos apontamentos do II Encontro Internacional de Ecomuseus, ao ressaltar o conceito de museu educador-libertador, foi proposto que o tema do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários fosse um aprofundamento desta discussão. Os eixos de reflexão partiram do princípio teórico do Museu como educador e libertador, influenciados pelas propostas de Paulo Freire de uma pedagogia libertadora[95], ou seja, partindo da perspectiva de que a educação é um ato político, de construção do conhecimento e de criação de uma sociedade mais ética, mais justa, mais humana, mais solidária.

Foi nestes princípios que o III EIEMC se inspirou - na proposta de discutir um museu que liberta e educa, que estimula o exercício pleno da cidadania. Foram realizados questionamentos sobre como a comunidade poderia documentar, classificar, conservar, sistematizar e analisar seus patrimônios de diferentes formas, com sentidos muitas vezes não aceitos pela comunidade científica; e como podem se tornar um instrumento eficaz de desenvolvimento local. A proposta do evento também teve um caráter de ampliar a discussão sobre museus comunitários no Brasil, tendo em vista que no primeiro e segundo Encontros foram ressaltados os Ecomuseus. Vale salientar que apesar dos eixos de discussão já contemplarem os museus comunitários, pela primeira vez a menção a esses museus apareceu no título do Encontro. Isto demostra que as discussões sobre este modelo de museu e seus processos de base comunitária estavam sendo aprofundados cada vez mais no Brasil.

O III EIEMC pretendia responder à preocupação dos promotores das novas museologias de partilhar percursos e a solução das dificuldades vividas no interior desses museus, na busca de sua própria sustentabilidade. Para apresentar uma construção mais sólida sobre essas experiências, foram criados os “ateliês

[95] A pedagogia Libertadora ou pedagogia da Libertação faz parte dos postulados centrais de Paulo Freire. Propõe uma educação crítica a serviço da transformação social. A educação deve ser uma busca permanente em favor das classes oprimidas, luta pela liberdade e igualdade. Esta tendência progressista de educação foi construída a partir dos trabalhos com educação popular. Muitas destas propostas tornaram-se referências para o processo de reflexão das práticas pedagógicas desenvolvidas na educação formal. Assim, a pedagogia libertadora entende que a educação tem um papel primordial de transformação da sociedade, iniciando já nas relações sociais estabelecidas em seu campo.

preparatórios" - organizados em rede de trocas e partilhas, com o objetivo de provocar a interação entre ateliês na América Latina, na Europa, na Ásia e na África. Cada ateliê, que poderia ser nacional, regional ou internacional, lançou e reuniu profissionais interessados na noção de compartilhamento comunitário do patrimônio, numa perspectiva de desenvolvimento e de educação. Definiram juntos um tema de reflexão, de experimentação e de discussão, com base na experiência vivida por cada um no processo de seus projetos e no interior de suas respectivas instituições. A proposta dessas trocas de vivências foi fundamental para a construção de um "conceito de museu de todos e para todos" que teve como horizonte o desenvolvimento comunitário.

Foi formulada pela comissão organizadora uma relação de questões, sugeridas aos museus comunitários e aos Ecomuseus como pontos para reflexão:

> Por que e como podemos partilhar nosso patrimônio? Sustentar um museu comunitário ou um ecomuseu: como? com quê? com quem?
> Como fazer o inventário do patrimônio num ecomuseu e num museu comunitário?
> Qual será o patrimônio do futuro? Há nele aspectos do nosso ambiente atual que poderemos preservar?
> Quem constrói, cria ou produz o patrimônio do futuro?
> Que é a museologia da libertação e como ela pode contribuir para uma construção mais democrática do patrimônio do futuro?
> Patrimônio e Educação: podem ser interativos ou complementares?
> Que procedimentos e processos podem garantir o caráter sustentável dos ecomuseus?
> Como os ecomuseus podem se adaptar aos conceitos de turismo cultural e de ecoturismo? E devem fazê-lo?
> Os ecomuseus podem fazer parte de um turismo "sustentável"? Existe uma ligação entre turismo sustentável e museu comunitário sustentável?
> Como as comunidades locais se beneficiam da democratização e da libertação pela museologia? (MINOM, 2004, p.2).

Essas questões nortearam as discussões nos ateliês, que neste caso representavam um movimento de aprofundamento e trocas sobre o que de fato é e constitui Ecomuseus e museus comunitários em diferentes países, fortalecendo o processo embrionário de "amadurecimento do que viria a ser o pensamento ecomuseológico brasileiro". Dentre as questões levantadas nos ateliês podemos destacar três principais eixos de discussão, que perpassam os debates do III EIEMC. São eles: **"Patrimônio do futuro e Educação"**; **"Museologia da Libertação"**; e **"O Caráter Sustentável do Ecomuseu".**

O primeiro, "Patrimônio do futuro", baseia-se na proposição de "novas" formas de conceber e ver o que selecionamos e delegamos como nossos patrimônios; e como esses museus estão intimamente ligados à democratização das práticas museais produzidas cotidianamente pelas comunidades a partir das suas relações com o território, cultura, tempo, espaço, bem como as relações entre si e os interesses coletivos que fundamentam esses patrimônios. Isto inclui o desafio de selecionar,

classificar, inventariar, sistematizar e comunicar para sua comunidade, visando uma perspectiva coletiva e de perpetuação para as próximas gerações. Transformar o patrimônio comunitário vivenciado no cotidiano destas relações, para uma perspectiva futura produzida no presente, que critica o museu hegemônico para ser comunitário na partilha do que significa para um determinado grupo. Os Ecomuseus e Museus comunitários tem uma regalia interessante na forma de olhar seus patrimônios, pois vivem imersos e se relacionam diariamente nas produções e reconstrução de significados. Essas relações são produzidas no interior das vivências, memórias e relações entre seus grupos e interesses.

Este "Patrimônio do futuro" também está relacionado com a perspectiva do "futuro do patrimônio", ou seja, com a necessidade de permanência diante do esquecimento do que o "novo" produz, ao nos referirmos aos desafios, incertezas e desigualdades da sociedade globalizada. É evidente a preocupação dos Ecomuseus e museus comunitários com esse futuro e as possíveis perdas dos referenciais identitários relacionados à matriz simbólica da memória, na ameaça a persistência desses patrimônios na inserção nas redes e fluxos de representações e ressignificações de bens culturais para as próximas gerações. Sobre a escolha da Educação como tema, Odalice Priosti afirma que não foi o acaso que trouxe o tema da Educação como um dos eixos do debate do III EIEMC:

> Ainda que muitos tenham compreendido e assimilado a importância da educação na construção do patrimônio, na sua difusão e na sua própria perenidade, seja ele natural ou cultural, material ou imaterial, tem sido mais raro do que deveria o uso do conhecimento do patrimônio da comunidade na formação de uma responsabilidade com uma memória autogestada, na qual a comunidade se compromete com seu futuro, com a criação de vínculos com o território, com a construção de sua autonomia (PRIOSTI, 2010, p.141).

Assim, a discussão sobre Educação e museus trazida por Priosti para o III EIEMC estava voltada para a educação patrimonial, conceito introduzido no Brasil no início dos anos 1980 por Maria de Lourdes Parreiras Horta, a partir de uma metodologia inglesa de trabalho[96]. A educação patrimonial defende como eixo central a apropriação dos patrimônios reconhecidos pela comunidade, numa parceria de corresponsabilidade pelo seu uso e conservação. Faz, portanto, a interface dessa comunidade com o seu patrimônio, com a finalidade de sustentar sua permanência ou sua transformação processual no tempo, pela intervenção consciente e responsável dos seus membros. "A partir de uma apropriação estratégica, concebida no âmbito da educação não-formal, encontra no museu um espaço privilegiado e, ao mesmo tempo, uma ferramenta à

[96] Metodologia desenvolvida pela arte-educadora inglesa Eilean Hooper-Greenhill, professora do *Department of Museum Studies* da Universidade de Leicester e do Centro de Pesquisas para Museus e Galerias de Arte, Leicester, UK.

disposição de diferentes públicos, de variada faixa etária para se apropriarem do seu patrimônio" (PRIOSTI, 2010, p.136).

O segundo termo que destacamos é "Museologia da Libertação", que tem como base o pensamento defendido por Priosti em que a produção de memória produzida por Ecomuseus e museus comunitários e seus métodos e estratégias sinaliza a memória como potência e resistência dos grupos sociais.

> Contemplar uma pedagogia patrimonial comunitária que liberta as subjetividades coletivas das populações, através dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares: a isso chamaremos de Museologia da Libertação e é esta a ideia e a prática que propomos à comunidade museal, como produção de uma memória que ultrapassa o jogo de um passadismo estéril e se lança para o futuro (PRIOSTI, 2010, p.10).

Assim, o modelo normativo das funções básicas dos museus instituídos europeus é complementado por processos museológicos comunitários que o adaptam ou ressignificam, em prol das demandas e interesses de suas comunidades e território. Priosti cita Paulo Freire, para afirmar que a experiência da libertação precisa encontrar outros sujeitos com histórias similares, sendo preciso difundir e internacionalizar a resposta local, a fim de partilhar o que deu certo - como o caso do Ecomuseu de Santa Cruz e outras práticas exercidas nos Ecomuseus, museus comunitários e similares; ou seja, tais experiências vivenciadas poderiam ser pensadas como uma pedagogia de "ações culturais libertadoras". A partir das experiências consolidadas demonstra-se que com o desenvolvimento dessas ações a comunidade vai aprendendo a se conhecer, a redimensionar suas potencialidades, a valorizar sua cultura viva, a libertar as forças vivas e se capacitar para o agir, criando novos modos de subjetivação coletiva e de construção de memória (PRIOSTI, 2010, p.142).

É neste sentido que a Museologia da Libertação defendida por Priosti é revelada à luz da memória social, cujos fundamentos poderiam estar na base de um museu educador-libertador que, ao adotar a libertação das forças culturais simultaneamente pela oposição e pela afirmação, mesclando a imitação e a diferença, produz memória. Em outros termos, seria pensar a possibilidade de libertação das forças vivas de uma comunidade pela musealização do espaço vivido, e por ações patrimoniais que afirmam as subjetividades coletivas ao mesmo tempo em que se opõem às políticas públicas impostas; e que afirmam sua singularidade museológica. A museologia da libertação seria o processo pelo qual as comunidades - particularmente a de Santa Cruz - podem construir uma memória enquanto resistência, uma memória que não as sujeita a um modelo que lhes foi imposto, mas que com ele negocia, imitando-o e diferenciando-se dele numa construção conjunta e colaborativa.

O terceiro termo que destacamos das questões levantadas no III EIEMC é o "**Caráter sustentável dos Ecomuseus".** A proposta foi pensar a sustentabilidade nos museus comunitários, neste caso usando a ferramenta do turismo cultural a partir de um turismo sustentável associado ao desenvolvimento local, utilizando a proposta de turismo de base comunitária para transformar o saber e fazer locais em fonte de recurso para benefício da comunidade local. Visando o fortalecimento da atividade turística ao longo prazo, sustentada na preservação ambiental e cultural que qualificam o destino turístico, gerando benefícios sociais permanentes. Neste sentido, são de fundamental importância a preservação do meio ambiente, a autonomia financeira, diversificação de renda para a permanência da comunidade no território e um turismo mais consciente. Segundo Coriolano, o Turismo de Base Comunitária

> [...] requer o envolvimento de todos, considera os direitos e deveres individuais e coletivos e elaboram um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas. É realizado na escala humana. Desenvolve a gestão participativa, na qual a maioria dos atores sociais de uma comunidade se envolve de forma direta e/ou indireta com as atividades desenvolvidas neste lugar, tendo em vista a melhoria da comunidade e de cada um dos participantes (CORIOLANO, 2003, p. 41).

O Turismo de Base Comunitária é uma ferramenta para os Ecomuseus e museus comunitários como uma possibilidade de alternativa para a realização das atividades na perspectiva do desenvolvimento local sustentável. Tais práticas resultam da busca de comunidades pela sua inserção na atividade turística, incorporando as suas práticas sociais num turismo associativo, direcionado, direcionado para a inclusão social, a geração de benefícios socioeconômicos e a conservação ambiental.

O território turístico é condicionado por relações de poder, necessidades e interesses sociais, econômicos e políticos, por vezes configurando contradições e conflitos socioambientais, o que requer um planejamento que considere políticas públicas eficazes no ordenamento e na gestão de territórios turísticos. O planejamento turístico, que deve ser inerente à implementação de políticas públicas em qualquer destino, para seu desenvolvimento adequado e sua sustentabilidade, deve envolver os atores sociais locais de forma participativa na tomada de decisões, de maneira a diminuir os possíveis impactos negativos e conflitos socioambientais e ampliar os benefícios decorrentes da atividade (BRAGA, 2016).

Neste caso, o território turístico é produzido por grupos comunitários que atuam no planejamento e execução da atividade, algumas vezes como empreendedores associativos. É um turismo que emerge de iniciativas locais, que se diferenciam conforme os objetivos, as realidades de cada lugar e as formas de organização das localidades. Para que os benefícios sociais, econômicos e ecológicos do Turismo de

Base Comunitária ocorram, é fundamental que as políticas públicas de turismo sejam desenvolvidas a partir do planejamento participativo e de forma integrada, de modo que a política seja apropriada pelas comunidades e assim seja garantida a sua manutenção (BRAGA, 2016).

Neste contexto estão o turismo alternativo, o sustentável e o de base comunitária, que consistem em alternativas para o desenvolvimento local a partir de iniciativas e organização social, com a utilização de ambientes de forma sustentável, visando um maior comprometimento com o patrimônio natural e cultural dos destinos, além da participação efetiva das comunidades locais durante os processos. A proposta de utilizar o Turismo de Base Comunitária como fonte de desenvolvimento local para os Ecomuseus e museus comunitários, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, ganha força ao valorizar as redes de parcerias e exercitar a economia solidária, gerando o empoderamento de atores sociais locais e o fortalecimento do território enquanto espaço de identidade local reconhecida e apropriada pela comunidade.

Assim, esses conceitos que serviram de eixos norteadores para as discussões do III EIEMC, se desdobram numa importante articulação com atores e instituições filiadas às “novas museologias”. Essa estratégia de ação tornou-se, no Brasil, uma demanda dos Ecomuseus, museus comunitários, museus de território e similares, como forma de afirmação e valorização na área dos museus no país. Iniciou-se uma mobilização nacional, envolvendo gestores, coordenadores, dinamizadores de processos museológicos desta vertente, bem como especialistas da Museologia brasileira, que se concretizou a partir da criação de uma representação nacional que constituiria o Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)[97] - a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - ABREMC[98].

2.1.4 - IV Encontro Internacional de Ecomuseu e Museus comunitários

Após as três primeiras edições realizadas em Santa Cruz nos anos de 1992, 2000 e 2004, o IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários - IV EIEMC foi realizado no Ecomuseu da Amazônia, em Belém (PA), no período de 12 a 16

[97] Decreto nº 5. 264 de 5 de novembro de 2004, que institui o Sistema Brasileiro de Museus, Artigo 5º, parágrafo 1º – XI, regulamentado pelo Decreto nº. 8.124, de 17 de outubro de 2013, Artigo 19, parágrafo 1º - “XXI um (representante) de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários”.

[98] A ABREMC foi fundada no âmbito do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, no Rio de Janeiro (Santa Cruz) em 15 de setembro de 2004. Surge de uma articulação comunitária liderada por Odalice Priosti e para tentar preencher uma representação nacional dos Ecomuseus e museus comunitários. Abordaremos a ABREMC adiante, no item 2.2 deste capítulo.

de junho de 2012; e teve como tema “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”[99].

Figura 89 – Logomarca do IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários



Fonte: Anais do IV EIEMC

O IV Encontro foi realizado pela Prefeitura Municipal de Belém - PMA, Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, a Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira e o Ecomuseu da Amazônia. Contou com a parceria da NOPH de Santa Cruz, no RJ. O evento buscou sensibilizar a comunidade museal para os processos museológicos protagonizados pelas comunidades, por uma partilha de experiências entre profissionais, voluntários, pesquisadores, estudantes e observadores. Além de Ecomuseus e museus comunitários, pensava-se em ampliar a discussão para a diversidade de termos já utilizados por diferentes grupos que se aproximavam das características dos mesmos, referiram-se aos museus de territórios, museus vivos, museus de percurso, que contribuem para o enraizamento das populações no seu meio ambiente, para o fortalecimento do sentido de pertencimento a um lugar e a uma comunidade, visando a coesão e a harmonia social.

Segundo os organizadores, o IV EIMC foi pensado como um convite para discussão dos resultados de trabalhos desenvolvidos pela chamada museologia social defendida pelos grupos participantes desde a criação do termo “ecomuseu”. Hugues de Varine, consultor internacional e especialista em desenvolvimento comunitário, abriu os trabalhos do IV Encontro.

A solenidade de abertura do IV EIEMC foi realizada no Centro de Convenções Benedito Nunes, da UFPA. A conferência inicial foi feita pelo teólogo, escritor e ecologista Leonardo Boff. Em sua palestra, ele destacou a “enorme importância civilizatória de um museu” para uma região. “Atrás de cada peça há uma história de

[99] IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. Fonte: https://coisademuseu.files.wordpress.com/2012/01/eventopt1.pdf (acesso 10/06/2019).

trabalho. Tudo isso somos nós, são nossos antepassados", enfatizou. Revelando sua preocupação com o meio ambiente, Leonardo observou que vivemos um momento crítico em nossa História: "A humanidade deve fazer uma escolha: ou formar uma unidade global para trabalhar e salvar esta civilização, ou segue para a destruição total. A nossa existência está em risco", alertou.[100]

O Encontro em Belém foi estruturado a partir das experiências concretas dos participantes e de análises críticas, para debater como o patrimônio pode e deve constituir um recurso maior para a preservação e uso das riquezas da natureza, as tradições, os saberes técnicos, e mesmo o contexto da vida - que são, ao mesmo tempo, matéria-prima a inventariar e a utilizar, para tirar deles o melhor a partir da iniciativa do trabalho e da criatividade dos membros da comunidade. Assim como a agricultura, pesca, produtos artesanais, programas turísticos foram os principais eixos abordados. Foram apresentadas e debatidas as condições deste desenvolvimento endógeno: organização social, criação de estruturas de cooperação, técnicas de gestão. O contexto escolar, que associa pais, professores e alunos encontrou, em Belém, um quadro privilegiado, por estar o Ecomuseu da Amazônia abrigado pela Fundação Escola Bosque, que faz parte da Secretaria Municipal de Educação de Belém, o espaço de trabalho das sessões do IV Encontro.[101]

Figura 90- Palestra de Hugues de Varine no IV EIEMC



Fonte: http://edfisicasemfronteiras.blogspot.com/2012/06/iv-encontro-internacional-de-ecomuseus.html (acesso 10/06/2019)

O IV EIEMC surgiu a partir do desdobramento do Programa intitulado "Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local" voltado para as comunidades, visando o conhecimento, a valorização e qualificação dos saberes e fazeres com o

[100] Fonte: http://edfisicasemfronteiras.blogspot.com/2012/06/iv-encontro-internacional-de-ecomuseus.html (acesso 10/06/2019)
[101] Idem.

objetivo de organização comunitária e o incentivo de geração de renda para o desenvolvimento local. Dentre as questões levantadas nas discussões desses encontros, destacam-se as seguintes: Como as comunidades compreendem e usam seu patrimônio? De que modo o patrimônio pode ser para elas um gerador de renda? Como capacitar uma comunidade para o desenvolvimento local, usando o patrimônio como recurso? Como tornar essa comunidade gestora de seu patrimônio e se manter autossustentável?

Essas questões serviram de inspiração para os debates do evento e estiveram presentes em todos os eixos de discussão. O Programa foi baseado nos três pilares do ecomuseu: território, comunidade e patrimônio, definidos como segue:

> o território - adaptando-se estreitamente às características de cada território, terra firme ou ilha, urbana, periurbana ou rural, para fazer dele o contexto físico e o suporte de sua pedagogia, após um diagnóstico participativo das forças e das fragilidades, e também das perspectivas de desenvolvimento de cada um; a comunidade, dirigindo-se às pessoas, adultos, jovens e crianças, que estavam suscetíveis a representar os papéis de animador, de formador, de agente de desenvolvimento nas suas respectivas comunidades e dirigindo-se a elas na linguagem de sua cultura viva; o patrimônio - servindo-se dos elementos materiais e imateriais da herança de cada comunidade, reconhecidos por um inventário participativo permanente, como materiais pedagógicos (MARTINS, 2012, p.47)

Dentro da proposta do Programa o patrimônio teve sua base fundamentada nos seguintes princípios: sustentabilidade, subsidiariedade e responsabilidade, desenvolvidos a partir de um método baseado na educação e constituídos pela informação teórica (aprende-se a fazer e por que fazer por meio de oficinas e mini cursos), o trabalho prático (aprende-se fazendo – realizando projetos associados à vida cotidiana das comunidade), e o saber-estar (participação convivial em eventos para melhor coesão social entre as comunidades e o exterior). A proposta de capacitação destacou o recurso humano e o patrimonial como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento dos territórios e a melhoria de vida das populações.

Sem dúvida, iniciativas como essas fortalecem as comunidades e fazem da ideia de ecomuseu um instrumento de concepção e ação efetiva da relação entre comunidade, seu território e do patrimônio a serviço dessa comunidade. Seu conhecimento sobre o patrimônio permite diferentes possibilidades de mobilização, organização e capacitação fortalecendo o seu protagonismo na gestão do que selecionam e se apropriam como patrimônio.

O programa de capacitação teve como eixos temáticos: cultura ambiental, turismo e cidadania, visando um olhar interdisciplinar a partir da atuação do ecomuseu; neste caso, do desempenho do Ecomuseu da Amazônia junto às comunidades locais - trazendo perspectivas a partir da valorização do patrimônio cultural, identidade e

diversidade cultural, a educação ambiental e turismo de base comunitária como um caminho para o desenvolvimento comunitário sustentável na região. Baseado no documento publicado sobre o IV EIEMC e a partir de Hugues de Varine, que foi consultor do Ecomuseu da Amazônia, o programa teve quatro eixos prioritários, a partir das ações desenvolvidas pela instituição. São eles: capital cultural - o homem como criador de cultura e detentor de patrimônio; capital natural - preservação e potencial econômico do meio natural, turismo- acolhida de visitantes pela comunidade e em prol de seus membros; e o capital social- organização da sociedade, cooperação e solidariedade. Esses eixos foram discutidos e colocados em prática a partir dos princípios da Museologia social, planejamento e gestão bio-regional, conceito de sustentabilidade, e do museu como agente de desenvolvimento.

O IV EIEMC foi organizado sob a forma de conferências, palestras, documentos apresentados em plenárias, documentos de base, narrativas populares, oficinas e conclusões. Dentre as discussões e os textos produzidos destacamos alguns pontos do evento que nos ajudaram a refletir um pouco mais sobre os Ecomuseus no Brasil; e apontamos algumas ideias relevantes de contribuição deste evento.

Varine (2012), faz uma reflexão importante sobre a mesa redonda de Santiago após 40 anos trazendo para o IV EIEMC as seguintes observações:

- Podemos dizer que o Ecomuseu retomou e aprofundou em muitos países praticando o “espírito” de Santiago;
- o melhor museu é aquele que serve seu território, sua comunidade, seu "ambiente" natural e social; é aquele desenvolvido, animado, gerenciado pelo interesse no grupo.
- a museologia, como disciplina profissional, envolve muitas outras disciplinas, das ciências humanas, ciências naturais e exatas, que as modernas tecnologias de comunicação;
- o ecomuseu é agora um termo que, juntamente com o de museu comunitário, define a diversidade de formas que essa nova museologia do desenvolvimento assume; de alguma forma atingiu uma maturidade institucional, mesmo que assuma formas muito diferente, dependendo do contexto e dos objetivos que ele estabelece;
- para seus praticantes, ainda há muito o que lutar e conquistar: o ecomuseu ainda não reconhecido por muitas leis e sistemas nacionais, seus profissionais ainda não são admitidos no mundo dos especialistas no museu e património, o desenvolvimento sustentável ainda não é suficientemente considerado patrimônio como um recurso do futuro.

Sem dúvida, o IV EIEMC teve sua importante contribuição para o "amadurecimento" do pensamento "ecomuseológico" brasileiro, embora tivesse participantes estrangeiros colaborando com seus diferentes olhares com base nas suas experiências europeias e latino-americanas, que suscitam reflexões e analogias sobre o que é pensado e feito aqui no país. Percebemos uma ampliação na participação dos Ecomuseus brasileiros e membros das suas comunidades, o que demonstra maior interesse e maior envolvimento desses grupos com seu território e patrimônios - inclusive na criação de Ecomuseus no país: pois no momento que as discussões vão se aprofundando e espalhando entre os pares e comunidades, outros grupos passam a se interessar e associar sua experiência de prática museológica ao conceito e/ou experiência dos Ecomuseus. Através do conhecimento dessas iniciativas, podem interessar-se pela proposta, por ser ampla e versátil como forma de lidar com o patrimônio e interesses comunitários.

> Aprovamos a participação popular na gestão ecomuseológica, uma museologia cooperativa e libertadora, em que o poder decisório necessita emanar da comunidade, a fim de provocar senso crítico da própria realidade e transformar os atores sociais, garantindo o empoderamento (PEREIRA, 2012, p. 322).

Percebe-se um "fortalecimento" no que se refere às discussões sobre a realidade dos Ecomuseus brasileiros, tendo em vista que os encontros anteriores foram os marcos iniciais que nortearam as primeiras discussões coletivas de estudiosos do campo e da participação comunitária. Isso se expressa na publicação do encontro na qual é registrado as narrativas populares, trazendo poesias, pontos de vista sobre o ecomuseu, suas memórias e relação com seus patrimônios. Além de registrar as oficinas realizadas pelos ecomuseus e museus comunitários trazendo a prática como meio de aproximação e apropriação da comunidade e seus patrimônios.

Os eixos de discussão que perpassaram todo o IV EIEMC demonstram um certo aprofundamento nas definições e nos modos de pensar o ecomuseu, projetos e ações. O produto desse encontro foi formalizado a partir da Carta de Caratateua, testemunhos dos convidados estrangeiros, moções de representantes dos Ecomuseus e museus comunitários e do consultor Hugues de Varine, bem como reflexões sobre o IV encontro.

A Carta de Caratateua teve como objetivo reunir as principais discussões e reflexões do IV EIEMC, trazendo questões norteadoras para membros e/ou representantes de Ecomuseus e Museus comunitários no país. Esta carta teve como principais eixos as capacitações exitosas em Cultura, Ambiente, Turismo e Cidadania que se tornaram vetores para a Museologia Comunitária e Ecomuseologia do país, no intuito de nortear os horizontes das experiências brasileiras criadoras, participativas, pedagógicas e libertadoras. Na Carta foi formalizada a reflexão sobre a ressignificação

do patrimônio e sua apropriação, tema discutido a partir do “Patrimônio e Capacitação dos Atores do Desenvolvimento Local”, incluindo a responsabilização cada vez mais crítica das ações comunitárias, maior reflexão sobre o conceito de patrimônio, citando a Mesa Redonda de Santiago ao longo dos seus 40 anos - uma trajetória concreta da evolução do conceito e da gestão por e para a comunidade.

O patrimônio é vivido e interpretado pelas comunidades como um símbolo de pertencimento e um recurso para afirmar e desenvolver o local onde vivem, e pode ser criativamente usado como gerador de trabalho e renda, aproveitando e valorizando saberes e fazeres como cultura endógena, seja esta considerada individual ou cooperativamente, com direito à inovação na capacidade da comunidade de criar suas atividades e projetos. A paisagem se revela nesse contexto como a síntese da interação entre comunidades e o patrimônio.

O movimento incentiva o apoio às iniciativas museológicas comunitárias no estímulo a sua participação organização das comunidades, o turismo de base comunitária como meio de valorização do patrimônio e desenvolvimento local. A importância da capacitação dos atores do desenvolvimento local como estratégia de empoderamento das comunidades, ação consciente, autônoma, utilizando a museologia como instrumento político e mantenedor de direitos. Destaque para importância da educação como política do cuidado e da sustentabilidade, trazendo a participação popular na gestão numa perspectiva de uma museologia cooperativa e libertadora tendo a comunidade como protagonista da sua gestão e decisão.

A carta trouxe também o conceito de “coleção ecomuseal”, expressão proposta por René Binette do Museu do *Fier Monde*, Montréal, entendida como o conjunto dos patrimônios naturais e culturais, materiais e imateriais das comunidades que contemplam e ampliam a noção de museu que *a priori* pressupõe coleção de bens; e assim elimina o desconforto e a crítica aos ecomuseus/museus comunitários, antes erroneamente interpretados como museus sem coleções.

A partir das questões norteadoras do IV EIEMC, foram apontadas algumas respostas no desenvolvimento das discussões: as comunidades se apropriam dos patrimônios quando reconhecem o seu valor e o utilizam para seu próprio benefício passando-o para as próximas gerações. O patrimônio é visto como gerador de renda quando é originado do processo de construção do conhecimento, percepção e inclusão no contexto social. A importância da troca de saberes onde o saber popular e o saber acadêmico têm oportunidades de interagir e se completarem. A comunidade se percebe como agente de mudança seja na melhoria da sua renda ou qualidade de vida trazendo a auto-sustentabilidade como consequência do desenvolvimento comunitário.

Essas respostas objetivavam a afirmação de uma série de princípios gerais, a partir das discussões e da relação da prática com a teoria das experiências dos Ecomuseus e museus comunitários brasileiros, que atuam social e economicamente em benefício das comunidades. Assim como anteriormente a referência era o Ecomuseu de Santa Cruz, neste encontro foram eleitas as ações realizadas pelo Ecomuseu da Amazônia, como catalisador de práticas culturais e sustentáveis do patrimônio comunitário a partir dos eixos propostos pela organização e elencados acima.

Vale ressaltar a proposta deste IV Encontro e sua contribuição para a definição e organização dos Ecomuseus e museus comunitários brasileiros, propondo eixos norteadores para seus projetos e atividades desenvolvidas. Uma tentativa de integração e orientação, num contexto de efervescência da mobilização social e organização, o período de criação do maior número de museus comunitários e ecomuseus no Brasil, como veremos adiante. Contribuição para pensar a prática e conduzir os caminhos museológicos na tentativa de criar um consenso ou referencial central comum que os interliguem, despertando para novos olhares e projetos benéficos para as comunidades. Consideramos que também foi um importante colaborador na construção de uma teoria brasileira sobre ecomuseus, pois reflete as ações e norteia a prática dessas experiências no país.

2.1.5 - V Encontro Internacional de Ecomuseu e Museus Comunitários

O V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários - V EIEMC - foi realizado em Juiz de Fora, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, entre 14 e 17 de outubro de 2015. Teve como tema central “Iniciativas museológicas comunitárias: construindo caminhos para o bem-viver”. Foi organizado pelo Laboratório de Patrimônios Culturais da UFJF - LAPA, pelos Ecomuseus do Carste, da Serra de Ouro Preto, do Cipó e pelo Laboratório Kizomba Namata. Contou com parceiros de diversas instituições do Brasil e do exterior: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF / Pró-Reitoria de Extensão - Proex; Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - ABREMC; Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS; Ministério da Cultura - MinC / Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e a Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais / Superintendência Estadual de Museus e Artes Visuais - SUMAV, formando uma extensa rede de parcerias institucionais e algumas comunidades locais.

Figura 91 – Arte de Divulgação do V EIEMC



Fonte: Anais do V EIEMC

O V EIEMC teve como proposta compreender como esses processos museológicos contribuem para o bem viver, além de verificar como se organizam, se financiam e colaboram para a preservação do patrimônio cultural e a consolidação das iniciativas museológicas brasileiras de base comunitária; além de trocas de experiências de outros países, onde os Ecomuseus, museus de território, museus de percurso, museus vivos, museus de periferia e outros processos participativos, pudessem ser compartilhados, analisados, revisados ou multiplicados tendo em vista seu potencial para o desenvolvimento local e para a sustentabilidade do patrimônio cultural, em seus múltiplos sentidos (afetivo, histórico, artístico, econômico).

A ideia do V EIEMC era propiciar um encontro de saberes e fazeres incentivando a confraternização e manifestações para que diferentes grupos pudessem expor seus ofícios, pesquisas e experiências, numa proposta de congregação das instituições acadêmicas e organizações comunitárias. O tema central proposto seguiu a seguinte ideia:

> Bem viver é a tradução do “suma kawsay” no idioma Quechua e recoloca o debate sobre as condicionantes da vida social sob perspectivas não consumistas e não coisificadas; privilegia expressões e projetos econômicos, políticos e culturais de grupos e comunidades locais e regionais em busca da felicidade e do alcance desses projetos a uma escala internacional sob uma perspectiva intercultural. Nas palavras de Rita Segato, “o Bem Viver significa preservar outras formas de felicidade. Uma felicidade que esteja relacionada nas relações entre as pessoas e não uma felicidade que seja derivada da relação com as coisas”. Deste modo, os diálogos sobre o Bem Viver estabelecem também uma crítica ao projeto da globalização neoliberal e, ao promover o debate sobre os processos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, combate as perspectivas neo-desenvolvimentistas de governos nacionalistas aliados a grandes agentes capitalistas, além de enfatizar a necessidade da politização da cultura e dos debates sobre esta. Por fim, os debates sobre o Bem Viver almejam descolonizar as estruturas de poder, de saber e de fazer na política, na economia e na cultura contemporânea (ANAIS, V Encontro de Ecomuseus e Museus Comunitários).

Vale ressaltar que este tema tinha sido discutido pelo Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural do ICOM - CECA-ICOM[102] no seu IX Encontro em 2014, em Lima, Peru, "Museus e Bem Comum", que teve o intuito de analisar a educação dentro dos museus como veículo para alcançar o desenvolvimento sociocultural, em relação aos assuntos de identidade e à mudança política. Entre os objetivos estavam recuperar o imaginário coletivo e reforçar a identidade cultural através da educação nos museus, multiplicar esforços e experiências, conectar os museus a partir do vínculo educativo, desenvolver a cooperação entre profissionais para criar projetos internacionais. Tal temática deve ter influenciado a proposta do V EIEMC.

Segundo o professor Marcos Olender[103], o saber popular salvaguardado e irradiado por esses museus e o diálogo com o conhecimento acadêmico têm o potencial de oferecer caminhos alternativos para uma das buscas primordiais do homem, a felicidade, o bem viver. Isso porque, na concepção desses grupos, a estrutura social não tem de estar sob a égide da aquisição material, do consumismo, das relações coisificadas e da estrutura vertical de poder. O Encontro se propõe a verificar como essas experiências ocorrem, uma vez que os museus e outras ações do gênero são pontos privilegiados que organizam, fortalecem e difundem o conhecimento popular.

O conceito de bem viver é originado do termo "sumak kawsay", no idioma quéchua, falado em regiões do altiplano andino da Bolívia, do Equador e do Peru, de acordo com a professora Raphaela Corrêa[104]. Nesta concepção, ações políticas, culturais e ambientais são contrapostas à ideia de desenvolvimentismo econômico, regulação apenas macroeconômica do mercado e homogeneidade cultural e social. O conceito visa ao respeito à diversidade social, à natureza e ao multiculturalismo, incluindo as práticas e as experiências comunitárias, que construam caminhos para uma vida mais harmônica, em plenitude.

Segundo Acosta (2017), o bem-viver torna-se uma filosofia de vida, uma fonte de inspiração ética, estética, espiritual aos modos de vida, numa outra forma coletiva de ser e sentir, pensar e agir, produzir e consumir, comunicar e relacionar entre os humanos e não humanos. Instiga a imaginar o mundo que queremos, para transformar o mundo que temos, sob outros valores e princípios que nos guiem ao horizonte utópico

---

[102] O CECA - Comitê de Educação e Ação Cultural - tem mais de 1.500 membros em cerca de 85 países, também é um dos maiores comitês do ICOM. Os seus membros são profissionais que trabalham em vários sectores do campo museológico ou em instituições relacionadas com este campo que se interessam pela investigação e prática no campo da educação (museológica), apoio público e participação.

[103] Entrevista concedida em 13 de outubro de 2015 para o Arquivo de notícias da Universidade Federal de Juiz de Fora http://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2015/10/evento-analisa-como-museus-comunitarios-contribuem-para-o-bem-viver-e-a-preservacao-cultural/?fbclid=IwAR3gFsi_rTTfHwhbm5CbcwehgZ45QSecR28rFsF EswC55IgqvgFD8zW444

[104] Entrevista concedida em 13 de outubro de 2015 para o Arquivo de notícias da Universidade Federal de Juiz de Fora.

da felicidade de todos os povos do mundo e da sustentabilidade de seus modos de vida. Assim, bem viver neste evento surgi como proposta alternativa de pensar os diferentes grupos e seu desenvolvimento, filosofia de vida, cosmologia, atitude de vida, ontologia, modelo de e alternativa e de desenvolvimento. Bem Viver relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas, o que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente. Também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e do diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida (SENPLADES, 2009, p. 10).

Figura 92- Participantes do V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários



Fonte: Anais do V EIEMC

As discussões do evento foram divididas em três eixos temáticos que se subdividiram em pesquisa e experiências. O primeiro eixo foi sobre “As contribuições das iniciativas museológicas comunitárias para o redimensionamento a preservação do patrimônio cultural, da sua abrangência e do seu significado”.

Algumas questões foram levantadas: Que perspectivas podem ser lançadas ao patrimônio cultural quando dele nos apropriamos através de iniciativas museológicas de base comunitária? São essas perspectivas promissoras, no que se refere às contribuições de tais iniciativas para a ampliação do potencial de alcance e para a compreensão dos múltiplos senti dos deste patrimônio? Como os ecomuseus, museus comunitários, entre outras ações museais impulsionadas pela participação das comunidades envolvidas, dialogam com as ideias de cultura; desenvolvimento local; educação patrimonial; inventário participativo; economia criativa; entre outras? O que as iniciativas de que tratamos entendem como a função social do museu e museologia libertadora? De que maneira e com quais recursos a mobilização comunitária pode

contribuir para o desenvolvimento local e viabilizar alternativas de sustentabilidade do patrimônio cultural? (ANAIS - V EIEMC, 2015)

O segundo eixo teve como proposta “A experiências, desafios e estratégias de gestão e sustentabilidade das iniciativas museológicas comunitárias”. Este eixo objetivava mapear os desafios comumente enfrentados por iniciativas museológicas de comunidades, bem como as estratégias implementadas e/ou planejadas que configuram um método próprio de trabalhar com a memória e o patrimônio a serviço do desenvolvimento social local, com possibilidades de traduções para realidades específicas.

Com base na quantidade e na diversidade de experiências e processos envolvidos na criação/gestão do exercício museológico comunitário no Brasil e no mundo, foi proposto aos autores diagnosticar os desafios da integração comunitária; de articulações educacionais e políticas; de criação de instrumentos e redes de memória social, entre outros enfrentados por projetos museológicos autogeridos pelas comunidades; e ainda verificar e analisar as contribuições de alguns métodos de trabalho, como pesquisa-ação; história oral; inventário participativo e educação patrimonial.

O terceiro eixo de discussão teve como tema “Caminhos das iniciativas museológicas comunitárias: Proposições metodológicas para o bem viver”, trazendo questionamentos e discussões sobre os caminhos das experiências museológicas comunitárias: (seriam elas) proposições metodológicas para o bem viver? A proposta era refletir sobre a politização da museologia comunitária em busca do bem viver. Há caminhos claros e verdadeiros de diálogo e de saberes híbridos (entre a academia, ONGs e grupos populares) nas experiências museológicas comunitárias? Como se estabelecem as articulações entre as diferentes formas de saber, de poder e de fazer, entre os sujeitos envolvidos nestas experiências? A quem têm atendido essas experiências? Quais retornos dessas experiências têm promovido aos grupamentos sociais envolvidos? Essas experiências têm buscado a felicidade das comunidades em princípios não coisificados e não consumistas ou apenas a inserção das comunidades em um circuito de produção e de consumo capitalista? Há uma articulação política entre as diferentes experiências rumo a uma internacionalização intercultural? (ANAIS, V EIEMC, 2015).

Dentre os trabalhos apresentados, destacamos os relacionados à temática do Ecomuseu: Inventário Participativo do Ecomuseu do Carste de Minas Gerais, de Márcia Andréa Armond - UFMG; Ecomuseu Serra de Ouro Preto: relações entre lugar, comunidades e patrimônio, por Yara Mattos - UFOP; Ecomuseu da comunidade de Colônia do Paiol: território, identidade e memória, de Guilherme Goretti Rodrigues,

Bárbara Fernandes Moreira - UFJF; Ecomuseu de Sepetiba como ferramenta de integração entre a comunidade e a Baía, de Bianca de Moura Wild, do Ecomuseu de Sepetiba - ABREMC; Ecomuseu de Santa Cruz e seus caminhos percorridos: análise da Experiência após 20 anos, por Felipe Carvalho, do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz - RJ; Ecomuseu de Sepetiba como ferramenta pedagógica, Bianca Wild; Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne, Rosângela Azevedo Corrêa - do Ecomuseu Laís Aderne; e o Ecomuseu de Asa Branca, uma busca de identidade na formação da comunidade Asa Branca, de Marcelle Cristine da Costa Cardoso e Yasmine Martins Barbosa - da Escola Latina Americana da Comunicação Popular.

A proposta da organização do evento foi aproximar o meio acadêmico - estudantes, pesquisadores, professores - com gestores e outros profissionais que se dedicam à cultura e à memória com as comunidades organizadas; e que buscavam discutir e apresentar suas reinvindicações e processos de trabalho, especialmente por meio de projetos impulsionados por iniciativas de base comunitária. Dentre os palestrantes do V Encontro estavam a professora Manuelina Duarte, na época diretora do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (DPMUS/IBRAM); Cláudia Rose Ribeiro da Silva, coordenadora e fundadora do Museu da Maré; o professor Mário Chagas (UNIRIO); além de Teresa Morales Lersh (UMCO / INAH - México); e Alberto Garlandini (presidente do ICOM, Itália), reunidos para debater concepções e contribuições dos museus comunitários, pontos de memória e Ecomuseus para o patrimônio cultural.

Durante o evento foi realizado ainda o Encontro da Rede de Memória e Museologia de Minas Gerais, promovido pelo Programa do Ministério da Cultura / IBRAM. A programação buscou a interação entre os elementos acadêmico e comunitário, com o objetivo de promover trocas entre pesquisas e experiências, conhecimentos científicos e saberes populares. Além de conferências, mesas-redondas, comunicações, pôsteres, minicursos e oficinas, a programação incluiu elementos populares da cultura mineira, como prosas, balaios, estandartes. Optou-se por uma linguagem mais informal, relacionada aos tipos de espaços culturais como a valorização da vivência, do saber e das memórias locais. Temas como a culinária, depoimentos de moradores, objetos e atividades de arte-educação que dialogam com a realidade local[105].

[105] O evento foi mais uma das atividades que indicam o reforço do interesse das instituições acadêmicas citadas no entendimento das comunidades tradicionais, sejam quilombolas, ribeirinhas ou de pequenos agricultores. O Encontro mesclou debates, oficinas sobre gestão de patrimônio arqueológico e biomapa, visitas técnicas a quilombolas e a assentamento do Movimento Sem-Terra, exposição de artigos, lançamento de livros e música com o Batuque Afro-brasileiro de Nelson Silva, de Juiz de Fora. Os organizadores homenagearam o artista plástico e poeta Militão dos Santos, que retrata a vida cotidiana do interior do país, festas populares e paisagens em seus quadros.

Para debater o tema central, da relação entre bem viver e a relação com cultura e museus, foi convidada para a discussão a antropóloga mexicana Teresa Morales Lersch, que apresentou sua experiência à frente da Rede de Museus Comunitários da América e da União de Museus Comunitários de Oaxaca, estado localizado no Oeste mexicano. A associação congrega 17 instituições de 12 países com o objetivo de fortalecer a identidade e a autonomia dos museus afiliados, promovê-los e trocar experiências. Desde 2000, organiza encontros internacionais, capacitações e outras atividades. Participaram ainda representantes de comunidades como a líder quilombola Sebastiana Silva (dona Tiana) que relatou histórias de luta, fé e resistência sobre a Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga, em Bom Despacho, na região Centro-Oeste de Minas Gerais. O reconhecimento do território como remanescente de refúgio de escravos é uma das conquistas locais, assim como a manutenção do Moçambique, dança de matriz africana, cujo grupo na região tem dona Tiana como capitã e guardiã.

Em sua programação percebe-se uma maior participação de representantes de Ecomuseus e museus comunitários, lideranças locais, ao lado ainda de profissionais da museologia, do Brasil e do exterior. Vale ressaltar a participação e a amostra dos trabalhos e produtos desenvolvidos pelas comunidades a partir de uma exposição e /ou feira do que vem sendo desenvolvido nesses grupos organizados como atividades, projetos, ações, sustentabilidades e recursos econômicos.

O V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários ressaltou a importância do bem-viver, trazendo novos olhares e possibilidades de pensar e viver o desenvolvimento local e a valorização dos saberes comunitários como produção de conhecimento, além do reconhecimento e o respeito a diversidade cultural e os processos museológicos relacionados. Este tema e evento condiz com o momento de ascensão dos grupos e comunidades em relação aos caminhos que estavam trilhando e que pretendiam continuar e avançar trazendo novas formas de olhar para seus museus e patrimônios.

2.1.6 - Considerações sobre os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários

Os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários foram de fundamental importância para a discussão, reflexão e formação dos Ecomuseus no Brasil. A partir das apresentações e discussões de cada Encontro faremos uma breve análise das principais contribuições e processos desenvolvidos. É interessante perceber que no Brasil esses encontros surgem em dois movimentos: o primeiro parte da teoria

para a prática e foi representado pelos I e II EIE, com o pioneirismo e aprofundamento das discussões coletivas sobre o conceito de Ecomuseus no país. O segundo movimento é da prática para a teoria, representado pelos III, IV e V EIEMC, com o fortalecimento e a consolidação dos Ecomuseus no Brasil.

No primeiro movimento, da teoria para prática, os primeiros encontros (I e II EIE) desenvolvem reflexões e discussões sobre o conceito de Ecomuseu, trazendo diferentes experiências internacionais, convidando estudiosos e interessados a pensar o Ecomuseu e a importância de criá-los no país ao justificar uma preocupação ambiental que assolava o mundo. Estes encontros foram os marcos iniciais que nortearam as primeiras discussões coletivas de estudiosos do campo e participação comunitária. Neste sentido, a proposta de Ecomuseu representava dentre os modelos conceituais de Museu uma grande referência para se discutir a preocupação ambiental, mas principalmente desenvolver estratégias de comunicação, educação e ação junto à sociedade. Foi escolhido política e academicamente para representar esta preocupação, trazendo reflexões do presente para pensar o futuro, não um museu focado no passado, mas do presente e do futuro: é nele que é depositada a responsabilidade de informar, preservar, de educar e transformar.

Estes primeiros encontros também contribuíram para que diferentes grupos apresentassem suas iniciativas e os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por suas comunidades; e conhecessem outras iniciativas internacionais e nacionais já realizadas. Este foi o caso da (autonomeada) primeira experiência de Ecomuseu do Brasil, o Ecomuseu de Itaipu, criado em 1987, no Paraná. Concebido por Fernanda Camargo-Moro, fazia o discurso de uma “museologia ecológica” adicionando às discussões suas experiências e atuação no território. Vale ressaltar que apesar do Ecomuseu de Itaipu ter sido criado por uma empresa privada a Itaipu Binacional como forma de mitigação e compensação do impacto ambiental que a criação da hidrelétrica iria causar na região, não podemos esquecer a articulação e o papel de Fernanda Camargo Moro no processo de introdução da proposta de um ecomuseu para o Brasil, seu conhecimento das inciativas europeias e sua relação com Hugues de Varine - que teve um papel importante e pioneiro nas discussões sobre Ecomuseus no país. Ainda que se discutisse o conceito, não se tinha desta época algo formado sobre o que este modelo de museu iria significar e difundir no país, mudando a vida de muitas comunidades no fortalecimento e valorização das suas memórias, histórias e experiências com seu território e patrimônios.

Embora a proposta do Ecomuseu de Itaipu utilizasse o discurso conceitual de Ecomuseu, não teve uma base comunitária que servisse de exemplo para os demais grupos organizados - que pretendiam criar seus espaços de memórias a partir da

mobilização comunitária. Não apresentou inicialmente um reconhecimento e apropriação da proposta de ecomuseu no país. Este movimento surge com os Encontros Internacionais de Ecomuseus e se efetiva na criação do primeiro ecomuseu de base efetivamente comunitária, que é o Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Assim, o produto desses dois encontros desencadeou a implantação de um ecomuseu que tivesse não apenas essa preocupação ecológica, mas que fosse capaz de ser um dispositivo de fortalecimento da sociedade a partir das suas comunidades e suas relações com os territórios e patrimônios. Teve como resultado a proposta de criação do primeiro Ecomuseu do Rio de Janeiro, o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, em 1992, proposta liderada pela Secretaria de Cultura do RJ e assumida, em âmbito local, por Odalice e Walter Priosti e pelo NOPH, no intuito de preservar a memória local e a mobilização de sua comunidade - entre outras que se identificaram a partir das ações já desenvolvidas diante do conceito e das iniciativas de um Ecomuseu.

> Por esse reconhecido pioneirismo na Museologia Comunitária brasileira, que trouxe a Santa Cruz especialistas e protagonistas de ecomuseus e museus comunitários de muitos países e de muitos Estados brasileiros, o Ecomuseu de Santa Cruz é a fonte dessa reflexão e análise que apontam novos indicadores na Museologia. (PRIOSTI, 2010, p. 63).

Priosti reconhece e afirma a atuação do NOPH e do Ecomuseu de Santa Cruz como “reflexão e análise que apontam novos indicadores na Museologia” demonstrando a importante contribuição que estes grupos e os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários tiveram para novas possibilidades de olhar e atuar no país. É um indicador de que os encontros serviram como catalisadores do processo de construção para o pensamento ecomuseológico brasileiro; embora esses encontros tivessem trazido discussões de outras experiências estrangeiras para conhecermos e aprendermos, foi no Brasil que se abriram possibilidades para a criação de novos processos e modos de saber e fazer museus, principalmente Ecomuseus e museus comunitários. Foi um momento de incentivar e aprofundar o olhar sobre suas atividades em torno da preservação dos patrimônios e territórios locais e de como eles poderiam ser um instrumento importante para o desenvolvimento das suas comunidades.

A proposta também era ressaltar a importância da valorização da cultura local, a preservação do meio ambiente, conhecer diferentes iniciativas que trabalhavam com este modelo conceitual e abrir caminhos para o aprofundamento dele no país.

> Podemos, inclusive, afirmar que o espaço privilegiado *dos Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários,* (três deles realizados no Rio de Janeiro , o primeiro no Centro do Rio, em 1992/ *Eco 92*, o segundo - II EIE / IX ICOFOM LAM , em Santa Cruz , em 2000 e o terceiro - *III EIEMC / X Atelier Internacional do MINOM*,

> também em Santa Cruz, em 2004) propiciou a troca de práticas e ações bem-sucedidas que vieram a fortalecer as experiências embrionárias e consolidar outras em estágio mais avançado. (PRIOSTI, 2010, p. 62).

O segundo movimento se dá dentro de uma perspectiva da prática para a teoria, ou seja, o III, IV e V EIEMC foram baseados nas próprias iniciativas e experiências desenvolvidas pelos Ecomuseus brasileiros - buscando o caminho da prática para pensar o ecomuseu, partindo de programas, projetos e eixos temáticos que envolvem a participação da comunidade e o enriquecimento das discussões. Estes encontros representam o fortalecimento dos Ecomuseus no Brasil.

O III Encontro teve um caráter essencial para o reconhecimento do papel dos Ecomuseus no país, tanto a partir do alto, com as ressonâncias da política do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, a partir do Sistema Brasileiro de Museus – SBM, como com o reconhecimento da importância dos Ecomuseus e museus comunitários, que passaram a fazer parte do seu Comitê Gestor em uma representação Nacional. Demanda criada e concretizada por Odalice Priosti, membros do NOPH e pesquisadores da área dos museus e da museologia, assessorada também por Hugues de Varine, surgindo em 2004 a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - ABREMC.

O III EIEMC traz como contribuição a estruturação e institucionalização dessas iniciativas, no reconhecimento deste modelo de museu a partir da proposta da ABREMC de valorização deste tipo de museus, suas comunidades, territórios e patrimônios. Foi, sem dúvida, um momento importante numa perspectiva de tentativa inicial de organização e sistematização das iniciativas museais de base comunitária criadas como corpo social organizado e institucional, que convida as comunidades a se juntarem e repensarem o ecomuseu e museu comunitário como instrumento de transformação social e desenvolvimento local.

No IV encontro, além do “amadurecimento” das ideias citado anteriormente é possível perceber um avanço e aprofundamento nas discussões, fazendo um movimento contrário em relação aos encontros anteriores, pois traz um formato diferente dos outros encontros que discutiram a teoria para pensar a criação de ecomuseus, e com isso sua prática. Este encontro propôs se concentrar na prática desenvolvida nos Ecomuseus, destacando o Ecomuseu da Amazônia e o programa nele implementado, a partir do tema central da educação e dos seus desdobramentos, através dos eixos praticados - como cultura, ambiente, turismo e cidadania - para pensar a teoria já discutida nos outros encontros. Este programa representa o auge da prática exercida e da vivência do Ecomuseu que direcionou e norteou a organização e discussões do encontro.

Este encontro evidencia uma “identidade ecomuseal” demonstrada por alguns grupos, ao afirmarem “Eu sou o Ecomuseu” na apropriação das experiências brasileiras e na valorização e importância da prática da educação na base do ecomuseu, tendo o Ecomuseu da Amazônia como protagonista.

Com o V encontro, percebemos uma continuação do processo de aprofundamento dos Ecomuseus, museus comunitários e similares em relação às suas missões e ações junto a suas comunidades locais. Foi um momento de encontro, trocas de experiências, divulgação e promoção das diferentes iniciativas comunitárias. Este evento demostrou o resultado de tudo que foi e vinha sendo discutido, pensado e produzido sobre Ecomuseus e museus comunitários e ressaltou o bem-viver como novas possibilidades de experienciar o trabalho com estes museus: a valorização da vivência, do saber e das memórias locais.

Vale ressaltar também a contribuição de Hugues de Varine, criador do termo Ecomuseu, nas discussões e consultorias para a criação de Ecomuseus no Brasil. Ele participou dos Encontros Internacionais de Ecomuseus e museus comunitários, apresentando experiências de Ecomuseus europeus e seus desdobramentos em diferentes países. Foi o consultor de várias iniciativas brasileiras como Ecomuseu de Itaipu, Ecomuseu de Santa Cruz, Ecomuseu Serra de Ouro Preto, Ecomuseu da Amazônia, Ecomuseu de Sepetiba, entre outros. Também foi corresponsável pela criação da ABREMC. Teve papel fundamental e central nas discussões, incentivo e fomento na concepção e desenvolvimento de Ecomuseus no país.

Assim, percebemos que os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários foram fundamentais para o processo de fortalecimento dos Ecomuseus no Brasil. Os sucessivos encontros e experiências compartilhadas construíram diferentes formas de olhar e fazer os pilares do Ecomuseu - Território, Patrimônio e Comunidade. Em cada discussão, reflexão, atuação e trocas foram criados caminhos e processos de conceber e fazer Ecomuseus, diferenciados dos modelos europeus na criação de seus próprios modelos e formas, num movimento de uma “Museologia da Libertação” - defendida por Odalice Priosti e que configura um novo cenário museal e museológico brasileiro.

2.2 – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários – ABREMC

Como indicamos no item 2.1.3, a ABREMC - Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - foi idealizada em 18 de maio de 2004 por ocasião

de uma reunião da coordenação do NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, localizado no bairro de Santa Cruz, zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi confirmada pelos participantes do III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, signatários da Ata da Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim, em 15 de setembro de 2004, também em Santa Cruz. De acordo com a carta de princípios da associação, a ABREMC é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de sociedade civil e registrada em cartório de registro civil de pessoas jurídicas.

A sua formação teve origem em uma articulação comunitária liderada por Odalice Priosti, que buscava uma aproximação e organização desses museus, bem como tentar preencher a demanda institucional por parte do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) de uma representação nacional dos Ecomuseus e museus comunitários. O processo de criação ocorreu no âmbito do III EIEMC, que teve como tema: Comunidade, Patrimônio, Compartilhamento e Educação, juntamente com a realização do X Ateliê Internacional do MINOM, dedicado ao tema: Cultura e Democracia Participativa - Ano: 2004 - setembro. Nesse contexto, com a comunidade museológica da UNIRIO e da UFBA foi realizada a Assembleia Geral de Fundação da ABREMC, oficializando assim a sua criação. A atualização desta rede se confirmou na elaboração da CARTA DE BELÉM, desenvolvida em 2007 no Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia, realizado em Belém, no período de 08 a 10 de junho de 2007, fundamentada nas experiências pioneiras nacionais e internacionais de museus comunitários e ecomuseus que reforçam e convalidam a militância da Nova Museologia e as Declarações de Santiago do Chile (1972), Quebec (1984), em apoio aos movimentos das populações e comunidades locais. O papel da ABREMC é: “Garantir a articulação com atores e instituições para o cumprimento das propostas acordadas neste documento.” Cumpre-se assim o artigo 1º. do seu Estatuto, que reproduzimos a seguir, consolidando o desejo de diálogo e o exercício da cidadania na busca de um discurso aberto e culturalmente híbrido, enraizado nas necessidades contemporâneas das comunidades (PRIOSTI, MATOS, 2007). Em seu Artigo 1º, apresenta a sua Missão:

> A ABREMC tem por missão fomentar a criação, fortalecimento, desenvolvimento, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito, trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio como recurso de desenvolvimento.

Deste modo, o III EIEMC se destacou pela criação da ABREMC. A sua fundação responde à questão, apresentando movimentos/processos museológicos comunitários

em diferentes realidades, confirmando a singularidade como um potente diferencial que assegura e consolida a diversidade museal (PRIOSTI, MATOS, 2007).

A ABREMC representou um marco no processo de reconhecimento e consolidação de uma "identidade museal comunitária brasileira" reafirmando a valorização destes modelos de prática museológica no país. Era o início de um protagonismo que crescia a cada troca e experiência vivenciada em diferentes grupos e territórios. É importante destacar a expansão da visão sobre o museu comunitário - que corresponderia a uma interpretação que se apresenta como nova e original, em contraponto às missões e finalidades do museu clássico, que se exteriorizam em aquisição de acervos, sua proteção e conservação e na socialização dos conhecimentos implícitos, favorecendo a relação entre o objeto e o público, através da linguagem museográfica. A reflexão presente naquele momento apontava para uma gestão do ecomuseu e/ou museu comunitário paralela à gestão dos museus convencionais, sem, no entanto, competir com ela. Tais iniciativas demonstravam alguns dos desafios dos museus na contemporaneidade, em uma de suas faces mais controvertidas: a participação comunitária - buscando, como os museus convencionais, maior aproximação das populações e propondo cada vez mais uma fórmula de interação e complementaridade entre Patrimônio e Educação.

Não se trata, portanto, de apenas apontar os bons resultados e os fracassos das experiências neste campo, mas de estudá-las, refletir sobre suas estratégias, difundi-las, de modo a simplificar os métodos e torná-los acessíveis às comunidades desejosas de criar e administrar seu próprio museu. Uma gestão sustentável do museu como equipamento comunitário, que seja instrumento de desenvolvimento, é um desafio e um exercício de partilha do patrimônio comum que se colocam aos promotores desses projetos, quer para a solução de continuidade do processo, quer para uma utilização mais eficaz do patrimônio (para quê?), repartindo os custos e os esforços (com quê?), para a busca racional da sustentabilidade do museu (com quem?). E isso se faz não apenas para formar "consumidores culturais", mas para colocar em ação novas formas de partilha do patrimônio, de modo a capacitar todo cidadão para participar da sua construção e transformação, criando e reforçando vínculos da população com seu território.

Após discussões em meio virtual entre Odalice Priosti e Hugues de Varine foi elaborado o Estatuto, posteriormente homologado na Assembleia Geral Ordinária de 31 de maio de 2006, no Rio de Janeiro, elegendo-se nesse evento a 1ª. Diretoria da organização. Sua existência de fato se consolida com a participação no Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e nos Fóruns Nacionais de Museus, realizados em Salvador (2004) e Ouro Preto (2006) pelo SBM, Departamento de

Museus/IPHAN e ABM - Associação Brasileira de Museologia, além de congressos nacionais e internacionais de Educação, Museologia, Memória, História, Sociologia, Ecologia Social, História Oral, entre outros. Essa articulação entre atores e instituições foi crescendo e tornou-se uma rede de conexões que busca aproximar os envolvidos e possibilitar as trocas na abordagem das “novas museologias”. Para PRIOSTI, a criação da ABREMC demonstra maior receptividade e o reconhecimento de processos museológicos comunitários em situação de igualdade aos demais museus.

Dentre os principais objetivos do regimento interno da ABREMC, destacamos:

- Promover a interação de experiências teóricas e práticas entre seus associados, bem como incentivar a cooperação e solidariedade entre eles: - a capacitação de facilitadores ou agentes dinamizadores; e - a realização de projetos em parceria com a iniciativa pública e privada visando à criação, fortalecimento, desenvolvimento, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares
- Trabalhar para a difusão das ideias de ecomuseus, museus comunitários e processos similares, além de princípios como os da valorização da visão e apropriação comunitária do patrimônio; da participação comunitária, e autogestão; do equilíbrio entre as forças comunitárias e seus parceiros; da participação ativa e criadora; da defesa e preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural;
- Promover a interlocução com as demais tipologias de museus, com diferentes instituições culturais e associações congêneres, e com o poder público, a níveis nacional em suas esferas federal, estadual, e municipal e internacional.
- Apoiar as manifestações e iniciativas em favor das comunidades;
- Incentivar o fortalecimento de redes de ecomuseus, museus comunitários e similares a nível nacional e internacional, bem como incentivar sua participação em órgãos de representação no Brasil e no exterior.

Neste sentido, a visão da ABREMC é representar e apoiar técnica e cientificamente a diversidade de Ecomuseus e Museus Comunitários e iniciativas similares brasileiras, fortalecendo o movimento da museologia comunitária e tendo como responsabilidade estimular a causa da Nova Museologia e seus colaboradores por meio de parcerias, novas lideranças, estudantes e pesquisadores. Com base em sua carta de princípios, a ABREMC (2020) tem o intuito de incentivar que novas organizações possam abarcar a causa da Nova Museologia e que seus quadros de colaboradores possam ser continuamente renovados, por meio de parcerias, novas lideranças, estudantes e pesquisadores.

A ABREMC considera a participação comunitária; a autogestão; o equilíbrio entre as forças comunitárias e seus parceiros; o protagonismo ativo e criador; a defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural. Considera os museus como uma ferramenta para mudança social, estruturante dos processos comunitários em curso, capazes de enfrentar os desafios, além, de ser também espaços de aprendizagem, de convivência, de troca de saberes, impulsionando sociedades mais justas e democráticas. Neste contexto, assumiu a Museologia Comunitária como concepção orientadora e

trabalhando para que o patrimônio cultural das comunidades não seja mercadoria, mas para que também utilizem a mobilização de saberes e o acesso ao conhecimento social e historicamente produzido.

A ABREMC se baseia na concepção de Museologia Comunitária fundamentada na relação entre as comunidades, territórios e o patrimônio cultural como uma unidade dialética orientadora da práxis museológica, da missão, visão e valores dos Ecomuseus e Museus Comunitários e iniciativas similares. A museologia comunitária que compreende que cada território possui sua própria problemática a ser enfrentada - e portanto, cada iniciativa desenvolve suas metodologias específicas de acordo com seus contextos. Nesta perspectiva, a ABREMC identifica-se respectivamente com o conceito de museu integral e com a perspectiva da comunidade como agente de transformação social, tendo como os principais marcos legais e conceituais a Mesa Santiago do Chile (1972) e a Declaração de Quebec (1984). Seu corpo social é integrado por membros individuais, membros institucionais, colaboradores e/ou correspondentes e membros honorários. Segundo Yara Mattos,

> A gênese da ABREMC está muito ligada ao NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz do bairro da Zona Oeste, ligada ao Movimento da Eco 92- a Cúpula Mundial do Meio Ambiente. E também ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia e em 1992, seguindo este ano aconteceu na UNIRIO o I Encontro de Ecomuseus e Museus Comunitários. O II EIEMC foi acontecer lá no NOPH em Santa Cruz no Rio de Janeiro, passado uns anos no ano, em 2000 e quando então foi realizada à 9º Encontro Internacional o do ICOFOM LAM do Comitê de Museologia do ICOM para América Latina e o Caribe cujo tema foi museologia e desenvolvimento sustentável. Então, a ABREMC tem a sua gênese exatamente nesses movimentos dando como desenvolvimento e prosseguimento o próprio NOPH com o Ecomuseu de Santa Cruz ele organizou e nessa época com Odalice, ela foi estudar museologia que primeiramente ela se formou em letras e com especialização em francês, mas ela depois quando eles se reconheceram um ecomuseu, então ela foi estudar museologia na Unirio. Nesse período já nos anos 2000 eles receberam o III EIEMC, cujo tema foi comunidade, patrimônio compartilhado e educação, juntamente com o X atelier internacional do MINOM que também trabalhou o tema cultura e democracia participativa, isso em 2004 (MATTOS, 2020).[106]

Assim, o processo de gênese da ABREMC foi organizado em origem, desenvolvimento e criação. A origem está relacionada ao NOPH / Ecomuseu de Santa Cruz – Zona Oeste do Rio de Janeiro; à ECO 92 - Cúpula Mundial do Meio Ambiente; ao MINOM - Movimento Internacional para uma Nova museologia; ao III EIEMC, NOPH / Santa Cruz, RJ / Tema: Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável.

[106] Vice- presidente da ABREMC. Mesa virtual - Ecomuseus no Brasil: desafios, ações e perspectivas, julho 2020, organização do Ecomuseu Ilha Grande. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AzVZMro8K8c), acessado em julho de 2020.

> Eu entro exatamente aí em 2004, quando também aconteceu o Fórum Nacional de Museus em Salvador na Bahia, onde eu participei e fui apresentada a Odalice e ao Walter, que já estavam em pleno desenvolvimento do Ecomuseu de Santa Cruz. Neste contexto todo foi que surgiu a ABREMC, ou seja, ela tem como se fosse uma teia com suas origens e o início do seu desenvolvimento juntamente com a Unirio, a Universidade Federal da Bahia, o NOPH, e o próprio Ecomuseu de Santa Cruz (YARA MATTOS, 2020, in Loc. Cit.).

Nos anos 2004 a 2006 foi constituída uma comissão provisória para a elaboração da minuta do estatuto realizada pela internet para que o maior número de pessoas pudesse participar. Aconteceu ainda essa reunião em Salvador, no Fórum Nacional de Museus. Posteriormente, em 2006, no Fórum Nacional de Museus em Ouro Preto (MG), acontece a Assembleia Geral para a eleição da primeira diretoria da ABREMC e aprovação do Estatuto[107].

> Eu quero destacar em 2009, eu levei daqui de Ouro Preto os meus alunos da museologia para participarem da primeira jornada de formação em museologia comunitária, que foi no Ecomuseu de Santa Cruz. Aqui há um movimento importante, porque durante a jornada nós fomos visitar Sepetiba. O Ecomuseu de Sepetiba estava embrionário e Bianca [Wild] organizou uma visita ali ao redor da praia de Sepetiba e ao pavilhão onde havia a colônia de pesca. Houve uma roda de conversa com os pescadores, aí o embrionário que a Bianca vai falar, mas inclusive também ligada a ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus. (.....) Eu destaquei aqui alguns fóruns internacionais em que nós participamos enquanto ABREMC, e uma viagem importantíssima à Europa em 2011. Em 2007 nós participamos do XII Encontro Internacional do MINOM em Lisboa e Setúbal, cujo tema era "Museus e Sociedade: agarrar a mudança. Que ações? Que pensamento comum?" Então Odalice apresentou um trabalho pelo NOPH e nós apresentamos um trabalho conjunto pela ABREMC. Bom, das viagens internacionais eu destaco essa de 2011 que foi organizada pelo Hugues de Varine e acompanhada também por ele. Foi uma viagem de estudos - fomos a França, Itália e Portugal, uma viagem de visita, reuniões, reflexões e já buscando parcerias entre a ABREMC, as nossas experiências na museologia comunitária com os museus franceses, italianos - ali das regiões dos Alpes, de Turim, de Milão -, é onde inicia-se a nossa parceria com o Ecomuseo del Paesaggio di Parabiago, com o Raul Dal Santo e a rede de ecomuseus italianos, e em Portugal, o Ecomuseu de Seixal e o Museu do Trabalho em Setúbal (MATTOS, 2020, in Loc. Cit.) [108].

A consolidação da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários foi efetivada a partir do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, na

[107] De acordo com o relato de Mattos, professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), fundadora do Ecomuseu de Ouro Preto e membro fundador da ABREMC, o período de consolidação teria ocorrido entre 2005 e 2012. Nesse período, houve o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a organização das assembleias gerais, inclusive promovendo uma série de jornadas de capacitação em museologia comunitária. Também nesse período o Departamento de Museus na época, constitui o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus que depois foi incorporado ao IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, instituição em cujo Conselho Gestor a ABREMC contava com uma representação; e como tal, já participava de conferências, seminários, jornadas e oficinas.

realização de assembleias gerais, na representação no Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus - DEMU/IBRAM e na Participação em Fóruns Nacionais e Internacionais; além da realização de Conferências, Seminários, Jornadas e Oficinas de Formação em museologia comunitária (RJ, 2009; Santa Maria, RS, 2011) que ajudaram no processo de consolidação. Em 2007, a ABREMC participou efetivamente de alguns Fóruns Internacionais que ajudaram no seu reconhecimento e consolidação na área. Isso incluiu a participação no XII Encontro Internacional do MINOM, em Lisboa e Setúbal, com o Tema: Museus e Sociedade: Que ações? Que pensamento comum?

Além da realização de viagens internacionais de estudos e aprofundamento sobre o conceito de ecomuseus, em 2011, foi realizada uma importante viagem de estudos a França, Itália e Portugal, organizada e acompanhada por Hugues de Varine, com visitas e reuniões com equipes de ecomuseus franceses, italianos, nas regiões dos Alpes, de Turim e de Milão, e portugueses - o Ecomuseu de Seixal e o Museu do Trabalho, em Setúbal. Essa viagem foi muito significativa, pois é neste momento que ocorreu uma maior aproximação da ABREMC com o conceito de Ecomuseu, aprofundando discussões sobre o que é a ideia de Ecomuseu, comparando-se com os seus semelhantes na Europa, o que serviu de inspiração para as inciativas que estavam acontecendo no Brasil.

É interessante o reconhecimento que a diretoria da ABREMC tem sobre a atuação de Odalice Priosti e de Hugues de Varine no processo, não apenas da criação da ABREMC, mas no processo de formação de ecomuseus no Brasil. Yara Mattos chama Odalice Priosti, carinhosamente, de “nossa doula”. Odalice deixou seu legado e é reconhecida por seus pares como uma grande contribuidora para pensar os ecomuseus no Brasil e incentivadora de criação de outros ecomuseus que seguiram a proposta do Ecomuseu de Santa Cruz; e sua concepção de Museologia da Libertação, baseada nas ideias de Paulo Freire.

> Estamos sempre fazendo essas interações de solidariedade e trocas de experiências. A questão da difusão das ideias, do equilíbrio, um objetivo completo entre as forças comunitárias, na defesa do meio ambiente e patrimônio cultural, por que são os temas que estão sempre transitando entre os ecomuseus, principalmente as questões ambientais, culturais, cidadania etc. Sempre estamos buscando a interação entre diferentes instituições inclusive os museus ditos tradicionais para que haja um crescimento de todas as partes do conhecimento, uma complementação desse conhecimento. (TEREZINHA REZENDE, 2020)[109]

[109] Presidente da ABREMC. Mesa Virtual - Ecomuseus no Brasil: desafios, ações e perspectivas, 28 de julho 2020, organização do Ecomuseu Ilha Grande. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AzVZMro8K8c), acessado em julho de 2020.

Algumas realizações da ABREMC ao longo dos seus 16 anos foram: dois grandes eventos, apoio às inciativas embrionárias ou em gestação e 4 jornadas de formação. Os temas, sempre selecionados a partir da vivência daquelas comunidades locais, das comunidades que propõem a realização de cada jornada, sempre são propostos por questões que estão vivenciadas no período.

As jornadas de formação em museologia comunitária foram as seguintes:

- 2009 - NOPH/Ecomuseu de Santa Cruz, RJ: I Jornada de Formação em Museologia Comunitária. Tema: Ecomuseus, Museus Comunitários e Patrimônio, e o Turismo de Base Comunitária: Estratégias de trocas, participação e desenvolvimento;
- 2011 - Museu 13 de maio - Santa Maria, RS: II Jornadas de Formação em Museologia Comunitária. Tema: Povos afrodescendentes, iniciativas museológicas comunitárias do novo milênio;
- 2014 - Fundação Cultural Cassiano Ricardo/ Museu Vivo do Folclore de São José dos Campos, SP: III Jornadas de Formação em Museologia Comunitária. Tema: Tecnologia Social - Caminhos entre os Saberes e Fazeres;
- 2016 - Ecomuseu do Maranguape/Ecomuseu do Pacoti e Museu Indígena Jenipapo Canindé – Maranguape, CE: IV Jornadas de Formação em Museologia Comunitária. Tema: As contribuições da Ecomuseologia e Museologia comunitária na Co-criação de Cidades / Comunidades Educadoras, na perspectiva do Museu enquanto (potencial) território educativo.

Quanto aos Encontros nacionais e internacionais, tivemos no Brasil cinco encontros internacionais sobre ecomuseus, sendo que dois foram organizados com a parceria da ABREMC. São eles:

- o IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – IV. Tema: Patrimônio e Capacitação dos atores do desenvolvimento local. Realização: Ecomuseu da Amazônia / Secretaria Municipal de Educação – SEMEC / Prefeitura Municipal de Belém – PMB/PA, 2012;
- V EIEMC. Tema: Iniciativas museológicas comunitárias: Construindo caminhos para o bem viver. Realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, MG / Ecomuseu da Serra de Ouro Preto / Ecomuseu do Carste / Ecomuseu Kizomba NaMata, Ecomuseu do Cipó - Juiz de fora, MG. 2015.

A ABREMC esteve presente, ainda, em recentes eventos ligados aos museus comunitários:

- I Mesa Virtual de Ecomuseus e Museus Comunitários. Tema: Organizar a participação dos Ecomuseus e museus comunitários Brasileiros no Encontro Internacional “Distantes mas Unidos: Brasil e Itália”. Realização: Diretoria/ABREMC e Ecomuseus e Museus comunitários Brasileiros - BR, 2020;
- I Encontro Virtual de Ecomuseus e Museus comunitários “Distantes mas Unidos: Brasil e Itália”. O evento teve como convidados especiais Hugues de Varine, Consultor Internacional para o desenvolvimento local; Alberto Garlandini, Presidente do ICOM; e Raul Dal Santo, Diretor do Ecomuseo del Paesaggio di Parabiago, Itália. Realização: Diretoria da ABREMC e Rede de Ecomuseus da Itália / Raul Dal Santo, 2020.

Outras participações da ABREMC foram as seguintes:

- Participação no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de museus – Conselho Nacional de Políticas Culturais – Instituto Brasileiro de Museus/ IBRAM.
- ICOM - Conferências Gerais de 2013, no RJ, e 2016, em Milão, Itália. A presidente e membros da diretoria da ABREMC participaram como representantes dos Ecomuseus e museus comunitários Brasileiros e foi um encontro que colocamos como histórico, por que era a primeira vez que a ABREMC tive espaço para a realização do encontro dentro da conferência Internacional de museus.
- Os Fóruns Nacionais de Museus – FNM. A ABREMC esteve presente em todos os sete fóruns realizados. Além, de viagens de estudos, seminários, conferências/ cultura, simpósios.
- Desenvolvimento do mapeamento de Ecomuseus e museus comunitários iniciado em 2016 e retomado agora em 2020. Precisamos saber quem somos, quantos somos, onde estamos e para onde vamos. Os cadastros serão disponibilizados nas redes sociais dos responsáveis pelo mapeamento, em data ainda sem previsão.

Vale ressaltar a importância das Jornadas de Formação em Museologia Comunitária, que foram de fundamental importância para as discussões e reflexões no evento sobre os Ecomuseus e museus comunitários no Brasil. A ideia da realização da I Jornada de Formação em Museologia Comunitária surgiu durante o Fórum Social Mundial - FSM, em Belém, 2009, e contou com a organização da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários e seus parceiros, como o NOPH e o Ecomuseu de Santa Cruz. Teve como tema: Ecomuseus, Museus Comunitários e Patrimônio e o Turismo de base comunitária. Estratégias de trocas, participação e desenvolvimento; e por Subtema, Metodologias de trabalho nos Ecomuseus e museus comunitários: aspectos comuns e aspectos singulares. Segundo Priosti (2012, p.150), a Jornada teve como objetivos:

- Reunir comunidades e profissionais envolvidos em processos museológicos de ecomuseus, museus comunitários e outros para a reflexão sobre os efeitos do turismo. e a contribuição que esses museus podem dar ao turismo sustentável pela participação comunitária.
- Capacitar membros das comunidades como facilitadores que transmitam técnicas e métodos participativos para a criação e desenvolvimento de museus comunitários, catalisando processos de organização locais.
- Reconhecer, apoiar e divulgar novas experiências e metodologias próprias da museologia comunitária;
- Estabelecer redes de intercâmbio continuado entre protagonistas, estudiosos e simpatizantes dos Ecomuseus, museus comunitários e similares.

As primeiras jornadas, realizadas em Santa Cruz, demonstraram a força política de uma comunidade, do seu desejo de reunir protagonistas, responsáveis e gestores de Ecomuseus e museus comunitários e capacitar para a gestão e futuro dessas iniciativas. A ABREMC teve importante papel nesse processo, no sentido de promover as ações dos Ecomuseus e museus comunitários; e cumpriu as diretrizes do seu Estatuto, iniciando uma rede de trocas de experiências, conceitos e métodos de trabalho.

A I Jornada foi organizada em dois módulos: o primeiro de 23 a 31 de outubro e o segundo, de 1º a 07 de novembro de 2009, no Rio de Janeiro. Foi uma experiência exitosa, pois contou com a participação de responsáveis e protagonistas de Ecomuseus e museus comunitários brasileiros, estudantes, professores, artesãos e membros da comunidade local, além de Hugues de Varine (França), como especialista e observador, e Teresa Morales (México). Como iniciativa pioneira no Brasil de formação em Museologia Comunitária, a I Jornada reuniu especialistas, profissionais e responsáveis por processos museológicos comunitários já consolidados, em formação, outros ainda em fase de concepção e estudantes universitários que vinham em busca de conhecimento sobre essa temática museológica. As atividades desenvolvidas, como oficinas, possibilitaram uma rede de trocas e solidariedade entre as experiências e a apresentação de diferentes técnicas, métodos e estratégias próprias dos Ecomuseus e dos museus comunitários. Fortaleceu projetos ainda embrionários e cultivou com os exemplos apresentados a potencialidade que têm as comunidades para a criação e a gestão de seus processos de memória (PRIOSTI, 2012). As parcerias formalizadas para a realização do evento confirmaram a existência de um vínculo entre os atores sociais, culturais e econômicos.

A ideia de realização do IV EIEMC também surgiu na I Jornada e teve como proposta inicial ser realizada no Ecomuseu de Itaipu, no intuito de difundir o encontro no Sul do país, já que os anteriores (1992, 2000 e 2004) tinham acontecido no Rio de Janeiro; porém não foi possível dar seguimento à ideia, por motivos de doença – gripe influenza na localidade e dificuldades na administração interna da Itaipu Binacional. O IV EIEMC foi efetivado apenas em 2012, com o Ecomuseu da Amazônia, na cidade de Belém.

Figura 93 - II Jornada de Formação em Museologia Comunitária (2011). Observa-se a presença de Hugues de Varine na última fileira, junto à parede



Fonte: ABREMC
https://www.facebook.com/abremc/photos/pcb.3787574721255229/3787568804589154

A II Jornada de Formação em Museologia Comunitária foi realizada em Santa Maria, RS, no Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes (2011). O Museu Treze de Maio foi palco deste evento, articulado com diversos parceiros locais, nacionais, internacionais e a experiência de duas redes de museus comunitários - a União dos Museus Comunitários de Oaxaca - UMCO, do México, e a ABREMC, que trouxeram ao sul do país uma experiência qualificada de atuação na área de Ecomuseus e museus comunitários. O reconhecimento e a valorização dos espaços de construção e afirmação da memória e identidade negra foram objetivos das Jornadas. Assim, essas jornadas são experiências de capacitação para a prática em museus comunitários.

O Ecomuseu de Campos de São José, em São José dos Campos (SP), recebeu em 2014 a III Jornada de Formação de Museologia Comunitária. E o Ecomuseu de Maranguape (CE), sediou a IV Jornada em 2016.

Figura 94 - III Jornada de Formação de Museologia Comunitária (2014)



Fonte: ABREMC
https://www.facebook.com/abremc/photos/pcb.378757472125522 9/3787568897922478

Figura 95 - IV Jornada de Formação de Museologia Comunitária (2016)



Fonte: ABREMC -
https://www.facebook.com/abremc/photos/pcb.378757472125522 9/3787569211255780

As Jornadas apontaram novas demandas, que suscitaram novas discussões e ações, com espaço de debate, compartilhamento e aprofundamento de conhecimentos sobre o conceito e a prática dos Ecomuseus e museus comunitários brasileiros, fortalecendo esses estudos no país.

A ABREMC enfrentou um período muito difícil com o falecimento de Odalice Priosti. Levou um tempo, mas novas lideranças se juntaram e contribuíram para a sua renovação e fortalecimento, mantendo os eixos fundamentais da sua atuação. Dentre os princípios que norteiam a associação, cabe destacar: a prioridade da pedagogia libertadora de Paulo Freire aplicada à educação formal e não formal, promovendo a educação popular; o estímulo à pesquisa participativa para o autoconhecimento e o conhecimento do outro; e o estabelecimento de parcerias. A associação identifica os principais problemas a serem enfrentados, como a ausência de uma legislação própria, a busca de meios de sustentabilidade e continuidade dos ecomuseus, museus comunitários e similares.

> Temos um grande gargalo que é [a ausência] uma legislação própria, estamos tentando a muito tempo organizar e fazer essa legislação própria dos ecomuseus, não somente estadual, mas nacional para que contemple a todos a sustentabilidade na continuidade desses ecomuseus que consideramos de muita importância e nós pertencemos, temos essa cadeira no sistema da IBRAM, mas de fato nunca tivemos um apoio através do IBRAM com editais, para essas tipologias de museus. Sempre que tinha um edital do IBRAM, os ecomuseu tem muita dificuldade de participar, os editais são sempre para pontos de memória ou museus, a gente não pode ou tem que fazer aquela política de adequações para poder participar (Terezinha Rezende, 2020).[110]

Terezinha Rezende, atual presidente da ABREMC e do Ecomuseu da Amazônia, reconhece a liderança de Odalice Priosti e o seu papel, juntamente com Hugues de Varine, na mobilização das comunidades e construção de ecomuseus no Brasil. Destaca a influência da pedagogia de Paulo Freire e do esforço de parceiros e voluntários:

> Agradecer a Odalice Priosti, que eu considerava uma pessoa de minha família muito importante, pelo Hugues de Varine que está desde o início nessa jornada aqui com a gente não somente da ABREMC, mas dos ecomuseus e museus comunitários de que participamos; então a prioridade da Odalice era a questão, de fato a pedagogia libertadora de Paulo Freire aplicada à educação formal e não formal promovendo a educação popular. Isso a gente percebe nos trabalhos dela, assim como nas conversas que tínhamos - era a luta, isso que tínhamos nós tentamos no nosso dia a dia desenvolver em cada trabalho nosso como também queremos continuar. O estabelecimento de parcerias, para que também demos continuidade ao nosso trabalho, é muito difícil esse trabalho nosso, porque muitas vezes não são vistos, nem são valorizados, mais a gente consegue ir levando através de parcerias,

[110] Presidente da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários – ABREMC. Mesa virtual - Ecomuseus no Brasil: desafios, ações e perspectivas, julho 2020, organização do Ecomuseu Ilha Grande. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AzVZMro8K8c), acessado em julho de 2020.

> voluntários, pessoas que estão sempre solidárias aos nossos trabalhos (REZENDE, 2020).

Atualmente, a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, a partir da realidade que atinge a humanidade em tempos de pandemia da Covid19, vem criando novas possibilidades de articulação entre os ecomuseus, museus comunitários e similares, a partir das ferramentas virtuais. Dentre as iniciativas, destacamos a Carta de Cooperação 2020 “Distantes mas Unidos. Ecomuseu e Museus Comunitários - Brasil-Itália”, iniciada a partir da discussão do evento Distantes mas Unidos - Brasil e Itália, 1º Encontro Online de Ecomuseus e Museus Comunitários, realizado no dia 25 de junho de 2020, no intuito de compartilhar suas ações e experiências e responder individualmente a três questões: 1 - O que fizemos até agora? 2 - Que tipo de apoio, em período de pandemia, podemos dar (ou estamos dando/fazendo) para o contexto em que operamos? 3- Que propostas nossas iniciativas têm para os contextos socioambientais em que atuaremos num cenário de Pós-pandemia?

O evento contou com a coordenação de Raul Dal Santo (Itália) da Rede Italiana; a presidente da ABREMC, Terezinha Martins; o Presidente do ICOM, Alberto Garlandini - e teve na conferência de abertura a presença de Hugues de Varine. Os responsáveis pelas 22 iniciativas abordadas no evento, sendo 11 brasileiras e 11 italianas, apresentaram suas instituições e responderam às perguntas propostas. Durante as discussões também foram levantadas as seguintes questões: Qual o papel dos museus voltados para temáticas ecológicas em tornar permanentes as mudanças positivas desencadeadas pela crise do desenvolvimento integral e do equilíbrio ambiental? Que tipo de apoio os ecomuseus, em período de pandemia, podem dar ao contexto em que operam? Que propostas? por onde começar? Que cenários a propor? Como o ser humano se coloca nessa situação e como valorizar os princípios e os valores democráticos? Este evento representa mais um novo e importante fórum de produção de conhecimento e de práxis em Museologia de Base Comunitária.

Figura 96- Apresentação de Abertura do evento “Distantes mas Unidos - Encontro de Ecomuseus: Brasil e Itália”



Fonte: Imagem do Evento online - Acervo pessoal da autora

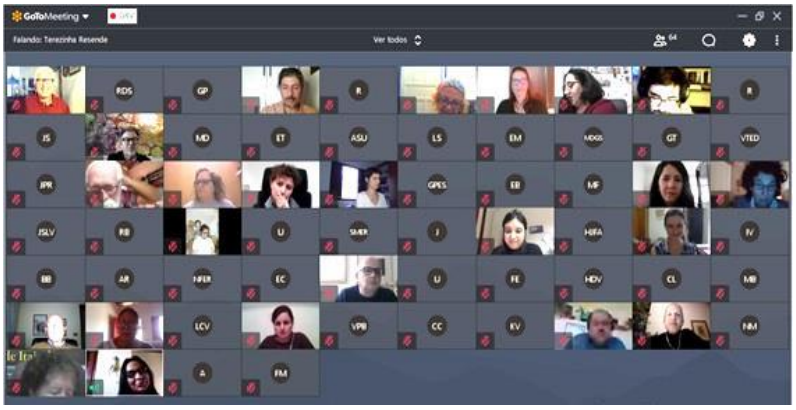
O segundo evento, “Distantes mas Unidos - Encontro de Ecomuseus e Museus Comunitários Brasil e Itália” teve como proposta apresentar e discutir a carta de cooperação entre os dois país e suas iniciativas museológicas. A referida Carta é um documento síntese sobre os temas abordados no encontro de 2020, com alguns compromissos para continuar a profícua e agora decenal cooperação entre os ecomuseus e museus comunitários do Brasil e da Itália. A Carta se baseia numa visão comum entre os países neste momento, considerando as medidas restritivas de contenção da pandemia Covid19 que fizeram entender que:

> - somos limitados;
> - não somos os seres humanos econômicos e racionais que alguns de nós pensavamos que éramos, aqueles que têm um computador na cabeça, "o eu" em vez do coração, dinheiro na mão;
> - o ser humano não vive na solidão e que o planeta não possui recursos infinitos
> - estamos todos relacionados uns com os outros; isso se aplica a comunidades pequenas e globais;
> - estamos em relacionamento contínuo com a natureza;
> - temos sonhos em comum: culturais, sociais, ambientais.
> (CARTA de Cooperação entre Brasil e Itália – Distantes mas Unidos, 2020)

A dramática situação de epidemia em curso tem, para além dos problemas de saúde, também inesperadamente reservado surpresas positivas, proporcionando oportunidades para:

- Experimentar novos modelos de comportamento, novas maneiras de se relacionar com a realidade em formação;
- Democratizar e fortalecer a cooperação em escala regional, nacional e supranacional como a existente entre os ecomuseus da Itália e do Brasil;
- Partilhar experiências em todos os ecomuseus e em todos os locais, mesmo nos mais isolados e com menos recursos;
- Estreitar as relações, inclusive virtuais, entre ecomuseus graças à web e aos canais sociais que se revelaram muito úteis na construção de uma fecunda rede de colaboração entre ecomuseus em matéria de patrimônio cultural, com particular atenção às micro-comunidades e patrimônio familiar das memórias e testemunhos materiais e imateriais, partes fundamentais e essenciais do conceito de identidade e diversidade;
- Aprofundar a natureza política dos problemas, ajudando as comunidades indígenas e grupos minoritários a emergir da cultura dominante de sistemas opressores;
- Fortalecer as relações democráticas com as instituições locais:
- Garantir a economia circular e o turismo de proximidade também em áreas de baixa densidade populacional;
- Reafirmar a importância da continuidade e auto-sustentabilidade do processo de construção do ecomuseu.
- No que diz respeito às nossas competências e possibilidades operacionais, os ecomuseus e museus comunitários colaboram na previsão, prevenção e gestão de emergências.

Figura 97 - 2º Encontro “Distantes mas Unidos. Ecomuseu e Museus Comunitários - Brasil-Itália”



Fonte: Acervo pessoal da autora

Assim, a colaboração de dez anos entre ecomuseus e museus comunitários na Itália e no Brasil permitirá identificar métodos e princípios de funcionamento que diferenciam e caracterizam as partes em relação ao contexto nacional específico. Embora não necessariamente compartilhadas, essas peculiaridades são reconhecidas e oferecidas às partes para o aprofundamento de alguns temas sobre a natureza e orientações sobre a gestão dos ecomuseus e museus comunitários. Alguns exemplos são válidos para os italianos: "comunidades de prática", envolvimento das administrações municipais, legislação regional, método do "mapa comunitário", monitoramento de resultados, contratos fluviais, lacustres e marítimos e outros acordos de colaboração subsidiária.

Para tanto, os ecomuseus brasileiros, considerando os problemas sociais e o contexto local e suas particularidades, se identificam por sua orientação decididamente política, a importância dos fatores étnicos e religiosos, a valorização das comunidades com a participação direta de seus membros e as seguintes questões: Meio Ambiente, Educação, Turismo de base comunitária, Mobilização da comunidade - por meio de seu envolvimento em torno de questões locais e soluções comuns, Questões étnico-raciais e Saúde (CARTA DE COOPERAÇÃO 2020 – Distante mas Unidos. Ecomuseus e Museus Comunitários Brasil-Itália)

A carta também aborda os desafios e as responsabilidades dos ecomuseus e museus comunitários do Brasil e da Itália. Selecionamos entre as comunicações e debates desenvolvidos após o encontro alguns elementos que refletem a experiência dos participantes e suas redes regionais e nacionais, os quais devem ser divulgados aos ecomuseus e museus comunitários e aos seus parceiros e colaboradores em todo o mundo.

Foi ainda apresentado o cronograma de atividades das iniciativas museológicas dos dois países ligadas à rede de ecomuseus italianos e à ABREMC - e ressaltadas as que serão realizadas em conjunto. Também foi criado o Observatório Brasileiro de Ecomuseus e Museus comunitários (OBREMC), no intuito de acompanhar as ações brasileiras no Acordo de Cooperação "Distantes mas Unidos"– Brasil e Itália.

O objetivo do OBREMC é incentivar a pesquisa, a troca de experiências e o aperfeiçoamento da gestão de iniciativas de instituições e processos museais em comunidades, visando à preservação da memória e do patrimônio cultural local. Assim, o acordo de cooperação deverá estabelecer um programa decenal de agendas e atividades comuns e parcerias entre os Ecomuseus e Museus Comunitários desses dois países.

O Observatório foi constituído a partir de um grupo de trabalho de filiados da ABREMC que atua em duas frentes: na geração de dinâmicas de trabalho para fortalecer os ecomuseus e museus comunitários membros da organização; e no desenvolvimento de iniciativas de produção de informação confiável e atualizada, construindo conhecimento sobre o setor em território brasileiro. Dentre as ações que estão sendo desenvolvidas, incluem-se:

1- Publicações de artigos e relatórios, colaborando com o selo ABREMC;
2- Cursos, palestras, seminários;
3- Projetos de incentivo a boas práticas de gestão e governança;
4- Projetos de incentivo ao desenvolvimento local sustentável;
5- Registro de Ecomuseus e Museus comunitários, repositórios que recolhem dados do panorama de ecomuseus e museus comunitários brasileiros [111].

A metodologia é baseada em diagnóstico preliminar para conhecer o cenário em que se inserem as iniciativas da museologia comunitária em cada uma das regiões e nos diferentes contextos regionais brasileiros, bem como no desenvolvimento de ferramentas de conhecimento das próprias instituições e processos museais e seus públicos. Parte-se dos seguintes procedimentos metodológicos[112]: 1ª Etapa – Chegança; 2ª Etapa – Devolutiva; e 3ª Etapa – Autoconhecimento. Vejamos cada uma:

1ª Etapa: Chegança – Roda de apresentação e coleta de dados relativos à atuação dos ecomuseus e museus comunitários filiados a ABREMC (cronograma).

[111] Informações tiradas das reuniões e apresentações semanais realizadas pelos membros do Grupo de Trabalho do Observatório de Ecomuseus e Museus comunitários.
[112] Para saber mais informações e detalhes sobre o observatório Brasileiro de Ecomuseus e Museus comunitários (OBREMC) e sua metodologia de análise, consultar o apêndice II desta tese.

2ª Etapa: Devolutiva – Conjunto de observações com base na avaliação das informações colhidas na etapa anterior, consolidadas consensualmente a partir do exame de apontamentos e do diálogo entre os membros observadores, com a finalidade de oferecer como devolutiva aos ecomuseus e museus comunitários participantes da Chegança. As análises das devolutivas foram organizadas em: Desafios, Proposições e os Elementos de Similaridades das 11 iniciativas participantes.

3ª Etapa: Autoconhecimento – Avaliação dos integrantes das instituições e processos museais com base nas observações propostas pelo Observatório ABREMC[113].

O Observatório pretende ser um instrumento da ABREMC para o fortalecimento de sua missão, que é:

> Fomentar a criação, fortalecimento, apoio e difusão dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares ou nesse espírito; trabalhando em prol do desenvolvimento social, comunitário e sustentável, da cultura e educação em todas as suas formas, e da apropriação e valorização do patrimônio cultural como instrumento de emancipação humana e social.

Ter um caráter participativo, representando uma museologia ativa e que possibilite a integração entre os diferentes sujeitos do processo. A equipe do Observatório de Museologia Comunitária tem como coordenação: Maria Siqueira Campos - Ecomuseu Campos de São José / Diretoria Executiva da ABREMC; Márcio Carvalhal - Ecomuseu de Maranguape / Diretoria Executiva da ABREMC.

Respectivamente Titulares e Suplentes: Gelsom Rozentino e Vivianne Valença Ecomuseu Ilha Grande – RJ ; Gilma Isabel D'Aquino e Lúcia Santana - Fórum de Museus de Base Comunitária e Práticas da Amazônia - PA; Graça Timbó - Ecomuseu do Maranguape – CE e Laurene Ataíde - Museu dos Pássaros e Outros Bichos - PA.

Assim, o Observatório de Ecomuseus e Museus Comunitários está se tornando uma importante ferramenta de aproximação e conhecimento da museologia comunitária brasileira.

---

[113] Como instrumento de diagnóstico das instituições e processos de museologia comunitária, o Observatório coletará informações referente a três eixos: 1. **Gestão e governança** – A iniciativa informará: qual a sua missão? Qual estrutura de governança? há uma diretoria constituída? Há um conselho ou instância deliberativa de caráter coletivo? Há algum tipo de institucionalização da iniciativa? quais as práticas de ética e transparência adotadas pela gestão? A iniciativa dispõe de uma sede ou local de reunião? Quem e quantos são os colaboradores diretos que atuam como voluntários? há colaboradores profissionalizados que atuam na iniciativa? Os colaboradores recebem algum tipo de acolhimento (capacitação/qualificação)? 2. **Comunidade** – A iniciativa informará sobre o engajamento com as questões de saúde, educação e identidade, serviçoes básicos e infraestrutura, oportunidades de geração de renda, vida cultural e litígios territorias; 3. **Meio ambiente** – informará as demandas da comunidade: há atividades de Educação ambiental desenvolvidas pela comunidade? Há demandas relativas à gestão de recursos naturais e/ou a materiais de reciclagem? Há demandas de politicas públicas relativas ao Meio Ambiente? Fonte: reuniões e apresentações semanais realizadas pelos membros do Grupo de Trabalho do Observatório de Ecomuseus e Museus comunitários. 1º semestre de 2021.

Assim, os ecomuseus aceitaram o desafio da pandemia como um momento favorável para fortalecer a solidariedade e as relações sociais. Mesmo à distância, no cumprimento das normas de saúde, foram aplicadas ações e métodos para unir, apoiar e conectar comunidades locais, ecomuseus, reunidos em redes regionais e nacionais e em escala global.

Desta forma, ao longo dos seus 16 anos de existência até o presente, a ABREMC tem logrado superar as adversidades e prosseguir em sua missão de fomentar a criação, fortalecimento, desenvolvimentos, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares, ou nesse espírito.

2.3 - O processo de formação de Ecomuseus no Brasil

> Para entender a questão dos museus no Brasil é preciso desenvolver uma reflexão sobre o próprio país, o tipo de sociedade aqui existente, as relações da sociedade brasileira com a cultura e os tipos de museus criados e mantidos por tal sociedade. É preciso, ainda, entender e analisar o que vem a ser, no país, a museologia: quem cria museus no Brasil? Quem os dirige, e como? Quem os mantém? Que relações tem o Brasil com a Museologia? (SCHEINER, 1994, p. 22-23).

O processo de formação de Ecomuseus no Brasil pode ser dividido em dois eixos principais que influenciaram a constituição e reflexão sobre o tema no país. São eles: os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários, já citado anteriormente; e as iniciativas pioneiras de Ecomuseus que tornaram-se disseminadoras do “saber e fazer” da museologia comunitária brasileira.

Ao apresentarmos os encontros de ecomuseus na seção 2.1 deste capítulo, foi possível perceber que ao longo desses eventos foram criados no país novos ecomuseus. Nesta Seção nos debruçaremos na análise do processo de criação desses ecomuseus e suas características.

No intuito de compreendermos o cenário ecomuseal brasileiro demarcamos alguns critérios para o levantamento e análise dos dados pesquisados. O primeiro critério utilizado para a delimitação do campo de estudo sobre os ecomuseus brasileiros foi a limitação da pesquisa apenas aos museus que se autodenominam e utilizam o termo “ecomuseu”, sem abordar de forma conjunta a categoria “museu comunitário”. Embora saibamos que todo ecomuseu é um museu comunitário e a importância dessas iniciativas no Brasil, direcionaremos nossa análise de estudo para aqueles ecomuseus que se reconhecem enquanto tais. Esta opção se justifica diante da necessidade de estudar os processos de criação de ecomuseus no país, tendo em vista que o termo e seu conceito nascem na França e se espalham rapidamente pela Europa e América Latina. No Brasil, especificamente o conceito e a criação de ecomuseus foram ganhando grande proporção, a ponto de chamar atenção do próprio teórico do termo, Hugues de

Varine ao afirmar *"*O Brasil está liderando o caminho e trazendo uma museologia própria*"* referindo-se ao país como um dos grandes líderes da nova museologia e apropriadores do termo e conceito do Ecomuseu.

Para a realização do levantamento dos dados sobre os ecomuseus brasileiros fizemos uma ficha solicitando informações com os dados das instituições, como: nome, localização, data e local de criação, objetivo, comunidade, liderança local e/ou responsável pelo ecomuseu, o porquê da denominação de ecomuseu, histórico e o processo de musealização, se algum museólogo participou do processo de criação, projetos e atividades, aberto à visitação, iniciativa para a criação do ecomuseu, se tem plano museológico e possui museólogo, informações adicionais como telefone, e-mail, endereço, horário de funcionamento, site e imagens, data e responsável pelo preenchimento dos dados da ficha. As fichas foram encaminhadas aos ecomuseus por e-mail. Também foram realizadas entrevistas, presenciais e online, com representantes dos ecomuseus, pesquisa no Cadastro Nacional de Museus (CNM) do IBRAM, Diagnóstico da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e o Cadastro de iniciativas comunitárias da ABREMC, além de site na internet, consultas pelo telefone e redes sociais, como Whatsapp e Facebook. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa.

Tais fichas não são capazes de expressar as informações e riquezas das iniciativas museológicas nem, substituir estudos mais aprofundados sobre elas, embora o esforço de síntese empreendido dar subsídios para informações básicas sobre os ecomuseus e seus objetivos. Para mais informações e detalhes sobre as fichas consultar o apêndice desta tese.

A partir da pesquisa realizada com os museus que se denominam "Ecomuseu" foram mapeados 50 unidades que utilizam o termo no Brasil. Segue a tabela abaixo, desenvolvida a partir dos dados coletados:

Quadro 1- Analisando os Ecomuseus Brasileiros

ANALISANDO OS ECOMUSEUS BRASILEIROS		
Nome do Ecomuseu	**Localização**	**Ano de Criação**
1. Ecomuseu Itaipu	Foz do Iguaçu – PR	1987
2. Ecomuseu da Fazenda Boa Vista	São Paulo – SP	1988
3. Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz	Rio de Janeiro – RJ	1995
4. Ecomuseu do Ribeirão da Ilha	Florianópolis - SC	1997 (1971)

5. Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental	Chapecó – SC	1997
6. Ecomuseu da Ilha da Pólvora	Porto Alegre - RS	1998
7. Ecomuseu do Cerrado	Goiás - GO	1998
8. Ecomuseu Rural de Barra Alegre (Instituto da Imagem e Cidadania)	Rio de Janeiro - RJ	1999
9. Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba	Praia da Sabiaguaba, Fortaleza - CE	2001
10. Ecomuseu da Picada	Povo Novo - RS	2002
11. Ecomuseu Kaá-Atlântica	Rio de Janeiro - RJ	2013
12. Ecomuseu Doutor Zé Humberto	Rio de Janeiro - RJ	2014
13. Ecomuseu Univali – Universidade do Vale do Itajaí	Itajaí - SC	2004
14. Ecomuseu do Carste	Matozinhos – MG	2004
15. Ecomuseu da Serra de Ouro Preto	Ouro Preto – MG	2005
16. Ecomuseu Comunitário Graciliano é uma Graça	Maceió – AL	2005
17. Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão	Brasília – DF	2006
18. Ecomuseu de Maranguape	Maranguape – CE	2006
19. Ecomuseu do Sítio do Físico	São Luís – MA	2006
20. Ecomuseu Casa da Cultura Miguel Reale	São Bento do Sapucaí - SP	2006
21. Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes	Blumenau - SC	2007
22. Ecomuseu Ilha Grande	Ilha Grande – RJ	2007
23. Ecomuseu da Amazônia	Belém – PA	2007
24. Ecomuseu de Manguinhos	Rio de Janeiro – RJ	2007
25. Ecomuseu Municipal de Cachoeira das Emas	São Paulo – SP	2007
26. Ecomuseu de Osasco	Osasco – SP	2008
27. Ecomuseu da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima	Divino - MG	2008
28. Ecomuseu de Lagoa dos Patos – Ecomuseu da Colônia Z3	Porto Alegre – RS	2009
29. Ecomuseu Nega Vilma	Rio de Janeiro – RJ	2009
30. Ecomuseu do Mangue	Curuçá- PA	2009
31. Ecomuseu do Sertão Carioca	Rio de Janeiro - RJ	2009
32. Ecomuseu da Cultura do Vinho	Bento Gonçalves - RS	2010
33. Ecomuseu de Sepetiba	Rio de Janeiro – RJ	2009
34. Ecomuseu Amigos do Rio Joana	Rio de Janeiro – RJ	2012
35. Ecomuseu do Cipó	Jaboticatubas – MG	2012
36. Ecomuseu do Valério	Cachoeiras de Macacu - RJ	2013
37. Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne	Brasília – DF	2014
38. Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília	Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Itapoã - DF	2014
39. Ecomuseu Caceribú ou da Usina	Tanguá – RJ	2013

40. Ecomuseu Kizomba Namata	Juiz de Fora - MG	2015
41. Ecomuseu Campos de São José	São José dos Campos - SP	2015
42. Ecomuseu de Pacoti	Pacoti - CE	2015
43. Ecomuseu Mata do Índio	Delfinópolis - MG	2015
44. Ecomuseu de Mangaratiba	Mangaratiba - RJ	2015
45. Ecomuseu Serra do Rio do Rastro	Lauro Müller - SC	2013
46. Ecomuseu da Praia do Hermenegildo – Instituto Litoral Sul	Santa Vitória do Palmar - RS	2011
47. Ecomuseu Paranhana	Três Coroas - RS	S/ data
48. Ecomuseu da Comunidade de Colônia do Paiol / Ecomuseu de Comunidades Negras da Zona da Mata (Programa da UJF)	Bias Fortes/Juiz de Fora - MG	2013
49. Ecomuseu de Maricá	Maricá – RJ	2019
50. Ecomuseu do Delta do Parnaíba	Parnaíba - PI	2018

Fonte: dados coletados pela autora.

Cabe aqui esclarecer que o número de ecomuseus criados no Brasil foi certamente maior do que os 50[114] relacionados acima. Identificamos várias iniciativas de criação de ecomuseus que não passaram de um projeto e não saíram do papel, ou experiências que tiveram existência efêmera. É o caso do "Ecomuseu de São Cristóvão", na cidade do Rio de Janeiro, ou do "Ecomuseu de Itatiaia", no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ou ainda de criação de ecomuseus que em seguida passaram a não se reconhecer mais enquanto tais, alterando a sua denominação para simplesmente "museu", na forma tradicional, ou "museu comunitário". O "Ecomuseu de Itabirito", por exemplo, segundo o responsável, não se identifica como ecomuseu, mas apenas como "museu". Buscamos respeitar esse tipo de informação fornecida pela administração do museu. Assim, compilamos aqueles que se autodenominam e se reconhecem como ecomuseus.

Esta tese apresentará alguns exemplos de ecomuseus brasileiros, baseadas nas iniciativas que se destacar por sua atuação, além, dos que responderam as fichas enviadas. Não estamos com isto, desconsiderado os demais ecomuseus, nem os considerando menos importantes, apenas não temos como apresentar todas as 50 iniciativas deste capítulo e suas ricas contribuições. Todas essas que não foram

[114] O primeiro mapeamento em nível científico sobre ecomuseus e museus comunitários foi realizado por Suzy Santos, a partir da sua dissertação "Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas, em 2017. Outro mapeamento sobre iniciativas de ecomuseus e museus comunitários foi realizado em 2016 pela AbremC. E em 2018, a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro – REMUS- RJ, realizou no Estado do Rio de Janeiro a Pesquisa Diagnóstica da REMUS-RJ pelo projeto Redes de Memória e Resistência com as iniciativas de museologia social. Nesta tese, focamos apenas no mapeamento e análise dos ecomuseus.

detalhadas em alguns tópicos, seguem no apêndice desta tese para mais informações sobre suas histórias e iniciativas museológicas. O estudo dos dados levantados foi estruturado a partir de quatro análises:

1ª - Análise quantitativa por região;

2ª- Análise do ano de criação e Categorias dos Ecomuseus Brasileiros;

3ª - Motivações principais da utilização do termo Ecomuseu;

4ª – Influências para a concepção de um Ecomuseu

2.3.1 - 1ª – Análise Quantitativa por Região

A partir da análise quantitativa é possível ter uma noção da quantidade de ecomuseus criados no Brasil. Embora já se tenham realizado alguns levantamentos anteriores de iniciativas de ecomuseus e museus comunitários no país pela Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, Rede de Museologia Social, e alguns trabalhos acadêmicos publicados. Não existem, até o momento publicizados, estes dados atualizados e analisados especificamente sobre os Ecomuseus, o que torna de fundamental importância esse levantamento e compreendermos em quais regiões há maior quantidade de Ecomuseus e quais influências tiveram para sua constituição.

Através da pesquisa foi identificado o seguinte número de ecomuseus existentes no Brasil por região:

- Ecomuseus na Região Nordeste – 6, sendo: Ceará 3, Maranhão 1, Alagoas 1, Piauí1.
- Ecomuseus na Região Sudeste – 26, sendo: Rio de Janeiro 14, Minas Gerais 7, São Paulo 5.
- Ecomuseus na Região do Centro-Oeste – 4, sendo: Distrito Federal 3, Goiás 1.
- Ecomuseus na Região Sul – 12, sendo: Santa Catarina 6, Rio Grande do Sul 5, Paraná 1.
- Ecomuseus na Região Norte – 2, sendo: Pará 2.

A partir dos gráficos abaixo é possível termos uma dimensão da distribuição de Ecomuseus no Brasil por região e analisarmos os dados levantados.

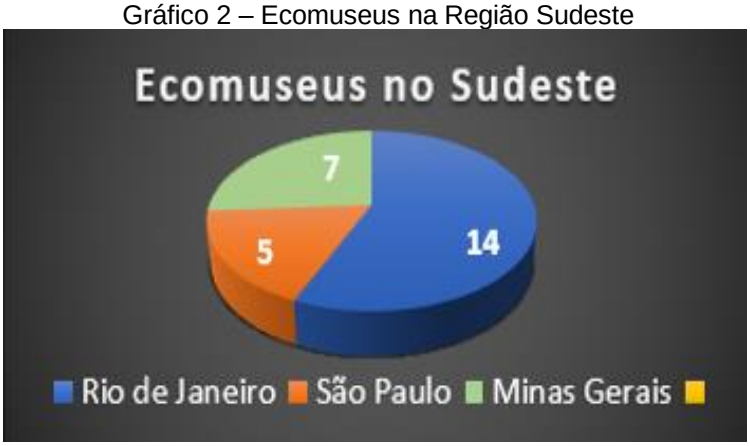
Gráfico 1 – Ecomuseu no Brasil por Região



Fonte: Dados coletados pela autora

A região Sudeste concentra mais da metade dos ecomuseus no Brasil, com 26 unidades, uma enorme diferença das demais regiões. O Nordeste aparece em segundo lugar, com 12 ecomuseus, menos da metade do Sudeste mas, por sua vez, o dobro da região Sul, que aparece em terceiro lugar. Uma possível explicação para esses números tem relação com o processo histórico de ocupação territorial brasileiro, o reconhecimento patrimonial, a densidade demográfica, a urbanização e organização - social principalmente presentes na região Sudeste, e um pouco menos Nordeste, em detrimento das demais regiões. A região Sul poderia ser incluída também nessa lógica explicativa, mas parece ser um caso à parte.

Gráfico 2 – Ecomuseus na Região Sudeste



Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 3 – Ecomuseus na Região Nordeste



Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 4- Ecomuseus na Região Sul



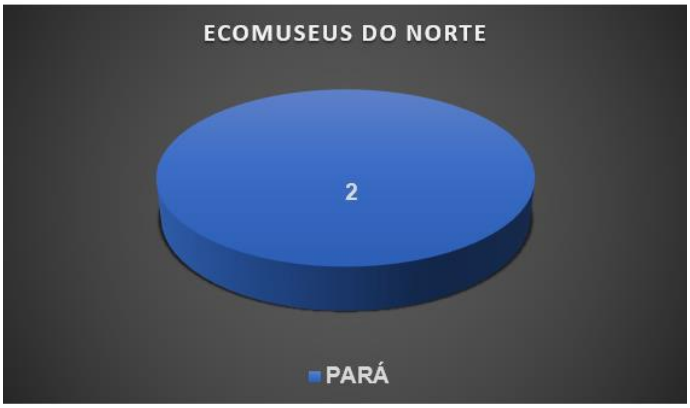
Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 5 – Ecomuseus do Centro-Oeste



Fonte: Dados coletados pela autora

Gráfico 6- Ecomuseus do Norte



Fonte: Dados coletados pela autora

A partir dos dados compilados e apresentados acima, podemos afirmar que a região Sudeste é onde se concentra a maior quantidade de ecomuseus no Brasil. O Rio de Janeiro é o estado que mais possui ecomuseus em todo o país. Todavia é importante registrar que o quadro relativo à distribuição de ecomuseus de certa forma reproduz a situação de dispersão geográfica dos museus pelas regiões e estados brasileiros, conforme o mapa abaixo:

Figura 106 – Mapa da dispersão geográfica dos museus brasileiros (2010)



Fonte: Audiência Pública Direito à Memória. Direito à memória e seus instrumentos de gestão e planejamento. IBRAM, 2014.

O primeiro eixo explicativo para esse resultado seria pela influência do primeiro Curso de Museologia criado no país, no Museu Histórico Nacional, curso este hoje vinculado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, que foi e é responsável por pesquisas e debates sobre a ecomuseologia através dos trabalhos de professores e seus alunos, das disciplinas de teoria museológica e da discussão sobre modelos conceituais de museus, dando destaque aos ecomuseus e museus de território, bem como aos museus comunitários. Destacamos a Profa. Dra. Teresa Scheiner no desenvolvimento dessas discussões, nos cursos de Museologia e posteriormente no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. Além do trabalho pioneiro e fundamental desenvolvido por Scheiner, é importante destacar que vários professores - muitos formados por ela - apresentaram trabalhos e contribuições pessoais imprescindíveis para o processo de criação de ecomuseus e museus comunitários, não só no Rio de Janeiro, mas também em outros estados. Entre estes, destacam-se Odalice Priosti; Aparecida Rangel; o professor Mário Chagas, que tem se dedicado à militância dos processos museológicos comunitários a partir da proposta de museologia social, que tem como um dos seus segmentos o Ecomuseu; e Bruno Soares, atual presidente do ICOFOM e responsável pela primeira Dissertação em Museologia e Patrimônio defendida no Brasil, tendo como tema o Novo Museu e os museus comunitários[115].

É importante lembrar que até 2004 o Brasil contava com apenas dois cursos de museologia: na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA)[116]. Com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), surgiu a proposta de criar, entre outros, cursos de Graduação em museologia em outras instituições públicas, existindo hoje 17 cursos de graduação e 6 de pós-graduação, que também influenciam o processo de definição de Ecomuseu.

O segundo eixo seria o pioneirismo da discussão acadêmica e profissional desenvolvida no I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1992, onde foi discutido o tema dos ecomuseus, sua organização e participação comunitária, suas relações com o meio ambiente e ações locais, entre vários outros temas, em nível internacional. Essas reflexões e experiências se articulavam entorno da proposta de criação do primeiro ecomuseu no Rio de Janeiro, o

[115] SOARES, B. C. B. Quando o Museu abre portas e janelas. O reencontro com o humano no Museu contemporâneo. Defendida em 31 de março de 2008. Orientador: Teresa Scheiner.

[116] Em 1978 foi criado o Curso de Museologia na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá. Transferida a Faculdade de Arqueologia e Museologia "Marechal Rondon" – FAMARO para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá – SEDES, curso que, no nível de uma instituição privada, também formou profissionais para atuar em museus até o início da década de 1990. Em 1996, o Curso de Museologia na Faculdade Estácio de Sá, foi desativado e os alunos foram absorvidos pela UNIRIO.

Ecomuseu de Santa Cruz. Este foi, sem dúvida, um grande espaço de contribuição sobre o tema e de aproximação de comunidades organizadas que almejavam a valorização das suas memórias, patrimônios e territórios. A criação e existência do Ecomuseu de Santa Cruz, a partir da mobilização da comunidade organizada através do NOPH e do apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro (que acabou encampando e institucionalizando o Ecomuseu), foi uma forte influência para outras comunidades e serviu de modelo para a criação de outros tantos ecomuseus por todo o Brasil.

O terceiro eixo se deu pela criação da Rede de Museologia Social no estado do Rio de Janeiro, a partir da articulação do prof. Mário Chagas e diferentes comunidades que tinham o intuito de utilizar o museu como ferramenta política e transformação social. A Rede tem o objetivo de criar condições para a cooperação, a troca de saberes e fazeres e a ação compartilhada; e se constitui fundamentalmente do mesmo sentimento que impulsiona vivamente cada um dos seus participantes: o desejo de que a memória, o patrimônio e os museus não sejam espaços de reprodução da exclusão, mas sim, da representação da diversidade. Em sua missão ela representa o desejo de (re)construção crítica da história, da memória e a salvaguarda de expressões culturais de povos, comunidades, grupos e movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro. A Rede foi e continua sendo um importante espaço de discussão e fortalecimento das comunidades, de encontro de diferentes experiências e de apoio às mais diversas iniciativas comunitárias, além da construção dos pontos de memória e teias, que fizeram grandes lideranças comunitárias assumirem o protagonismo da preservação das suas memórias na criação e discussão sobre ecomuseus e museus comunitários.

A segunda região do Brasil que apresenta maior quantidade de ecomuseus, é a Região Sul. Santa Catarina possui 6 e Rio Grande do Sul 5 ecomuseus. Esses números se relacionam com a mobilização de algumas comunidades para a preservação de sua memória e seu patrimônio histórico, que vem de longa data, articulada com a influência recente de alguns profissionais da área influenciados pela ecomuseologia ou pela museologia social. Causa um certo estranhamento que o estado do Paraná possua apenas um ecomuseu - o Ecomuseu de Itaipu, o primeiro do Brasil: por esse pioneirismo se esperava que exercesse uma influência em outras comunidades em seus processos organizativos e museológicos. Mas parece que isso não ocorreu. Possivelmente, explicado pelo fato de este primeiro ecomuseu ter resultado de uma demanda da área estatal (ou seja, do alto) e não de um processo de luta ou mobilização a partir das bases comunitárias locais. E também porque a “comunidade” gerada em torno da construção de uma usina hidroelétrica é uma comunidade nômade, desenraizada do território, que só ocupa até ficar completo o processo de construção da usina. Os poucos remanescentes se ocupam da operação da usina e não têm relação afetiva com o

território, que não consideram seu patrimônio. No caso de Itaipu foi exatamente isso o que aconteceu – e a verdadeira "comunidade" só começou a se configurar anos depois da criação daquele "ecomuseu".

Vale salientar que, embora o Paraná não tenha criado mais ecomuseus, existe uma tradição paranaense dos museus comunitários e a céu aberto – entre os quais se situam algumas das mais antigas e bem sucedidas experiências do país, citadas anteriormente, como o Museu de Orleans. Os paranaenses, por razões sócio-históricas, têm uma relação de intensa participação com as questões de uso do seu território e não precisam do argumento dos ecomuseus para desenvolver esse tipo de participação.[117]

A terceira é a Região Nordeste, com 6 ecomuseus, destacando o Estado do Ceará como 3 ecomuseus, seguido de Alagoas, Maranhão e Piauí, com apenas um ecomuseu cada. Os números do Ceará podem ser explicados pela crescente atuação de historiadores e profissionais que estudam e atuam em museus – fortalecendo o Sistema Estadual de Museus do Ceará e grupos organizados que trabalham com memórias locais, sejam indígenas, pescadores e artesãos. Entretanto, é de se estranhar que a Bahia, onde há o segundo mais antigo curso de graduação em Museologia do Brasil, não tenha nenhum ecomuseu – o que também ocorre nos estados de Pernambuco e Sergipe. Isso pode representar o pouco destaque da ecomuseologia, ou, por outro lado, parece ser o mais provável, é que a ênfase da museologia social na região nordeste tenha enfatizado o fortalecimento dos processos de criação e consolidação dos museus comunitários em suas variadas formas e denominações. Mas, essa investigação foge aos limites do presente trabalho.

A quarta região é a Região Centro-Oeste, destacando o Distrito Federal. Acreditamos que isso também se justifica pela influência da sede do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM no incentivo à valorização de memórias e patrimônios comunitários, seja na criação de museus, pontos de memória e cultura, cursos e parcerias, numa perspectiva de inclusão e democratização dos museus. Outra influência é a atuação do curso de graduação em museologia da Universidade de Brasília (UNB), que promove a articulação com alguns processos organizativos das comunidades locais ou relacionados a atuação de alguns de seus docentes. Por fim, a região que tem menos ecomuseus é a Região Norte e os dois registros existentes ocorrem no estado do Pará. Mais uma vez, neste caso, parece que a existência do bacharelado em museologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) tem uma importância na criação desses ecomuseus, bem como de outros museus comunitários.

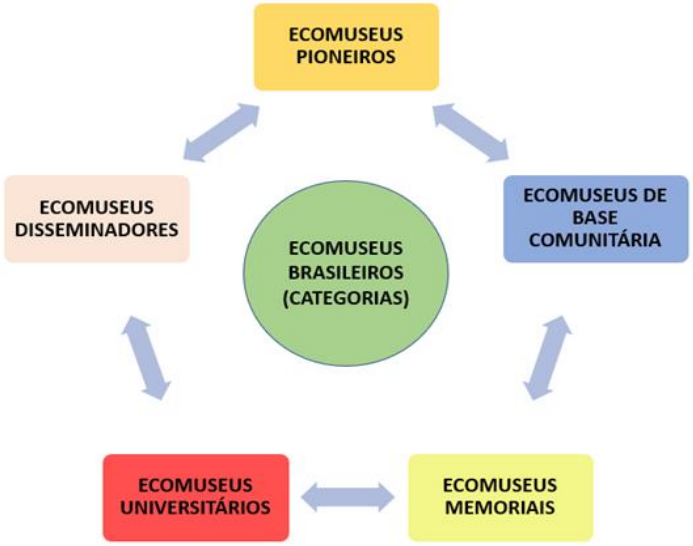
[117] Scheiner, sessão de orientação, fevereiro de 2021 (não publicado).

2.3.2 - 2ª- Análise do ano de criação e Categorias dos Ecomuseus Brasileiros

A partir dos dados levantados demostrados no quadro 1, analisamos o período de criação dos ecomuseus brasileiros, numa perspectiva cronológica, além de apontarmos cinco categorias com base nas experiências pesquisadas. É importante ressaltar que as categorias propostas aqui são apenas indicativos de características, história e vinculação institucional comuns desses ecomuseus brasileiros, sem regras ou modelos estabelecidos. Tais, categorias são fluídas num processo dinâmico a partir das iniciativas dos agentes envolvidos e reflexo de seu tempo, assim, um ecomuseu pode se identificar com mais de uma categoria. As categorias serão apresentadas sem uma linearidade ou ordem cronologia, apenas apontadas com alguns exemplos ao longo do texto.

Neste sentido, novas categorias poderão ser criadas a partir das iniciativas que vão surgindo ao longo dos anos, de acordo, com as experiências dos ecomuseus com suas comunidades, seu tempo e relações sociais são elas: Ecomuseus Pioneiros, Ecomuseus disseminadores, Ecomuseus Universitários, Ecomuseus de base comunitária, Ecomuseus Memoriais[118]

Figura 107 – Categorias dos Ecomuseus Brasileiros



Fonte: Elaborado pela autora

Na década de 1980 tivemos os **"Ecomuseus Pioneiros"** no Brasil, que desbravaram um terreno "desconhecido" e puseram em prática ideias trazidas da

[118] Citamos apenas alguns exemplos destas categorias, para mais informações sobre os demais ecomuseus brasileiros, consultar o apêndice desta tese.

Europa. Os primeiros ecomuseus possuíam uma característica de forte influência europeia, a partir das experiências do Ecomuseu do Creusot, das ideias de Hugues de Varine e de Georges-Henri Rivière, e que serviram de exemplo para que os demais pudessem criar outros ecomuseus. Havia ainda uma forte preocupação com a ecologia e a preservação do meio ambiente.

Em 1987 foi criado o **Ecomuseu de Itaipu** (PR), considerado como o primeiro ecomuseu brasileiro e da América Latina, a partir de um projeto encomendado pela Itaipu Binacional - responsável pela gestão da Hidrelétrica de Itaipu, junto à museóloga Fernanda Camargo-Moro, que o executou tendo como base as ideias de Varine e Rivière, a partir da experiência no Creusot. O Ecomuseu de Itaipu compreende o território de atuação da Hidrelétrica de Itaipu, no lado brasileiro, como espaço museológico. Dessa maneira, empreende ações que visam preservar, pesquisar e comunicar o patrimônio cultural, a memória e a história da região onde a usina foi implantada, bem como fomentar seu desenvolvimento cultural de forma sustentável.

O Ecomuseu de Itaipu foi criado por meio de um processo tradicional, um projeto das museólogas Fernanda Camargo Moro e Lourdes Novaes. Pretendia-se associar a imagem da empresa com a preocupação da preservação ambiental, ou como a própria Fernanda definia, “museologia ambiental”. Essa proposta era fundamentada nas ideias apresentadas por Hugues de Varine, que se tornou referência para os Ecomuseus brasileiros criados a partir das iniciativas comunitárias. Entretanto, aquilo que significa Ecomuseu no Brasil foi se configurando em modelos próprios de reflexão e atuação. Segundo Moro (1987, p.35), o ecomuseu assegura as funções de coleta, pesquisa, conservação, interpretação, apresentação e explicação de um conjunto coerente de elementos naturais e culturais, representativos de um meio ambiente. Exprime as ligações entre o homem, sua obra e a natureza, ao longo do tempo e do espaço, em relação a um determinado território, e abrange todos os bens de interesse científico e cultural, reconhecidos e representativos do patrimônio da região.

Segundo alguns autores, o conceito de Ecomuseu teria surgido em forma de contestação do caráter “fechado” da museologia tradicional. Para Moro, trata-se da proposta do primeiro Ecomuseu da América Latina, com base em um modelo de interação entre a comunidade, o território e o patrimônio.[119] Assim o Ecomuseu de Itaipu se situaria como um processo de acompanhamento social, educativo e cultural das

[119] Em 1980, foi criado o Museu de Orleans, em Santa Catarina. Desenvolvendo atividades de interação entre a comunidade, o território e o patrimônio. Mas, não se denomina Ecomuseu. O museu ao ar livre preserva elementos da colonização da região no final do século XIX, como construções e máquinas. Virou patrimônio devido sua relevância e ao legado cultural que esses imigrantes europeus deixaram para a formação do país. Foi reconhecido em junho de 2019, como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan).

mudanças trazidas pela barragem ao território, à paisagem, ao padrão de vida, às atividades econômicas da população impactada pelas mudanças. A Itaipu Binacional busca associar através do Ecomuseu, pensando como um instrumento, a capacidade de gerar desenvolvimento e preservação, de forma a abranger espacial e temporalmente o território de influência da Hidrelétrica. O Ecomuseu de Itaipu foi criado para conservar a história da usina e da região em que foi construída a hidrelétrica. Dividido em módulos, o Ecomuseu - Integrante do Complexo de Itaipu (CTI) - mostra desde a ocupação da região da usina na margem brasileira até os seus projetos de conservação ambiental.

Figura 108 e 109 – Ecomuseu Itaipu Binacional Fonte: Ecomuseu de Itaipu





Fonte: https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/ecomuseu

Dentro desse roteiro estão atrações como os espaços temáticos de água e energia, cenários históricos, maquetes, itens de acervo, totens eletrônicos, além de uma réplica do eixo de uma turbina em atividade, com direito aos ruídos característicos do coração da usina. Um painel de fotos, Memorial do trabalhador, também homenageia as mais de 120 mil pessoas que trabalharam na construção da hidrelétrica, além de espaços temporários com exposições das mais diversas. A atuação socioambiental de Itaipu foi iniciada junto com suas atividades de construção, sendo uma das primeiras hidrelétricas no Brasil a desenvolver um programa amplo de mitigação de impactos socioambientais. Era exigência legal, para construção de uma usina – e que resultava inclusive nos relatórios de impacto ambiental – os RIMAs. Itaipu teve que ser especialmente cuidadosa com esse quesito dados o seu tamanho e visibilidade política. Segundo Moro (1987, p.35), essa política ambiental também indicava a necessidade de criação de um museu para salvaguarda e exposição do acervo resultante desses estudos, pesquisas e inventários, que focavam temas como arqueologia, flora, fauna, hidrologia e história regional, entre outros. Portanto, em 1987, o Ecomuseu de Itaipu foi criado pela Itaipu Binacional como parte do seu Plano Diretor da Área do Reservatório, voltado ao meio ambiente social. De 1987 até início dos anos 2000, o Ecomuseu

desenvolveu um conjunto amplo de ações que tinham a educação ambiental como escopo pedagógico principal de atuação social.

O Ecomuseu de Itaipu, mesmo antes do grande marco da educação ambiental no Brasil, a Rio 92, já desenvolvia processos educativos de modo a fomentar um novo modo de se relacionar e viver com respeito e integração ao meio ambiente. Suas ações eram múltiplas, como palestras, exposições educativas, eventos culturais, jogos, cursos, entre outros. A partir do ano de 2003, a Itaipu Binacional passou por um processo de revisão de sua missão, que até então estava voltada à questão da geração de energia a partir do aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná. Em contraposição a esta visão anterior, sua missão foi ampliada para a geração de energia de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, de modo a impulsionar o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai (MORO, 1987).

Dentre as atividades realizadas na tentativa de aproximação da comunidade na década de 80 e 90 destacamos:

- Simpósio “Museu face ao impacto ambiental”, 1988: abordagem da importância da efetivação da função social e atuação comunitária do museu;
- Verão 90, 1990: trabalho da equipe do Ecomuseu nas praias do reservatório de Itaipu com conceitos patrimoniais e de museologia comunitária;
- Museu vai à escola, 1991: trabalho de aproximação do museu com as escolas municipais de Foz do Iguaçu destacando a importância do museu no enriquecimento de conteúdos de sala de aula e da preservação da memória;
- Primeiro encontro de museus da área do reservatório de Itaipu, 1994;
- Oficinas técnicas de Museologia, 1996: abordagem de temas como conservação, manutenção, documentação, exposição e dinamização cultural em museus;
- “Olho da terra: panorama das manifestações artísticas e culturais da área do reservatório de Itaipu”, 1996.

O acervo do museu é resultado dos estudos, pesquisas e inventários realizados antes, durante e após a conformação da Usina. Fazem parte dele vestígios arqueológicos de mais de 200 sítios, entre pré-cerâmicos e cerâmicos, acervo botânico representativo de mais de 900 espécies, acervo zoológico contendo animais taxidermizados característico da fauna da região, coleção etnográfica e geológica. O prédio que abriga suas exposições é um centro interpretativo deste território. Nele, são apresentados aspectos da conformação histórico-cultural da região através de cenários, uma maquete de piso, e totens em que são apresentadas informações dos municípios. As fases da construção da usina, objetos que foram usados durante a obra, uma réplica do eixo da turbina e relatos de trabalhadores compõem a parte que trata da fase de obras.

Na verdade, podemos identificar que a proposta deste ecomuseu desde a origem se apresenta como um museu de território, com perspectivas de atuação junto aos grupos locais – em movimentos advindos do alto. Percebemos que o foco deste ecomuseu é ligado à empresa binacional, gerenciada no Brasil, na época de sua criação, pela holding do setor elétrico - Eletrobrás (hoje, ANEEL); é uma estatal, com capital público misto, Brasil e Paraguai. Seus objetivos incluem a mitigação dos diferentes impactos causado na região, uma espécie de gentrificação utilizando o ecomuseu enquanto ferramenta de "recompensa" por esse impacto, como se o museu fosse resolver as questões e ou conflitos no local. A melhor forma foi utilizar esse termo para justificar a relação da empresa com os grupos locais. Na década de 80, foi realizado o Simpósio "Museu face ao impacto ambiental", 1988: abordagem da importância da efetivação da função social e atuação comunitária do museu; percebemos as primeiras tentativas de aproximação da comunidade local.

Em 1988 foi criado o **Ecomuseu da Fazenda Boa Vista** (SP), que, de acordo com os seus responsáveis, seria o segundo Ecomuseu brasileiro. Está localizado no município de Roseira, no Vale do Paraíba Paulista, numa antiga propriedade que foi engenho de açúcar no final do século XVIII e fazenda cafeeira no século XIX. Em 20 de março de 1978, por decreto do governo federal, a fazenda Boa Vista foi transformada em Refúgio Particular de Animais Nativos e em uma reserva ecológica. Ambos integram a área de proteção ambiental de Roseira Velha, criada pela Prefeitura Municipal de Roseira; e a área sob proteção especial da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. O acervo é constituído por móveis, porcelanas, objetos diversos, pinturas, esculturas do patrimônio da Fazenda Boa Vista e das famílias Trannin, Pasin e Paula Santos. O processo de sua criação, inicialmente como apenas "museu", esteve relacionado à iniciativa de um historiador ligado a essas famílias, no contexto do centenário da abolição da escravidão no Brasil, num processo de valorização e tentativa de preservação da memória e patrimônio local. É incerto quando adotou efetivamente a denominação de ecomuseu.

Figura 110 – Ecomuseu Fazenda da Boa Vista



Fonte: https://www.guiadasartes.com.br/sao-paulo/roseira/ecomuseu-da-fazenda-boa-vista

A década de 1990 representou a grande emersão e discussão sobre ecomuseus, de forma mais “consciente”. O debate em torno das questões ecológicas e da necessidade de preservação do meio ambiente tornou-se cada vez mais amplo, culminando com a realização da Rio 92. Há uma junção entre a preocupação ambiental e os movimentos sociais, que integraram as bandeiras de saneamento básico, saúde, melhoria das condições de vida e de reconhecimento de suas demandas locais de forma integrada com o global. A defesa da sua identidade e da preservação de seu patrimônio cultural, histórico e ambiental também são destacadas. Esse momento de crescimento teve uma influência direta dos encontros de discussão sobre ecomuseus, tendo como referência a criação do Ecomuseu de Santa Cruz, que impulsionou novas iniciativas preocupadas de fato com a comunidade do seu território. Esses exemplos seriam o que propomos denominar de **“Ecomuseus disseminadores”**, que tem um caráter de propagador de suas metodologias de ação e experiências museológicas no incentivo à organização comunitária e que se tornaram referência e influência para a criação de novos ecomuseus no país: permitem identificar essa década como um momento de efetiva implantação da ideia de Ecomuseu no Brasil.

A década de 90 marca o início de fato de um processo de construção do pensamento ecomuseológico brasileiro, onde se reuniu profissionais do Brasil e do exterior para discutir a temática a partir de Encontros como o I Encontro Internacional de Ecomuseus em 1992, que teve um dia de trabalho em Santa Cruz, RJ e que foi um dos grandes marcos da discussão sobre Ecomuseus no Brasil.

Figuras 111,112 – Ecomuseu de Santa Cruz

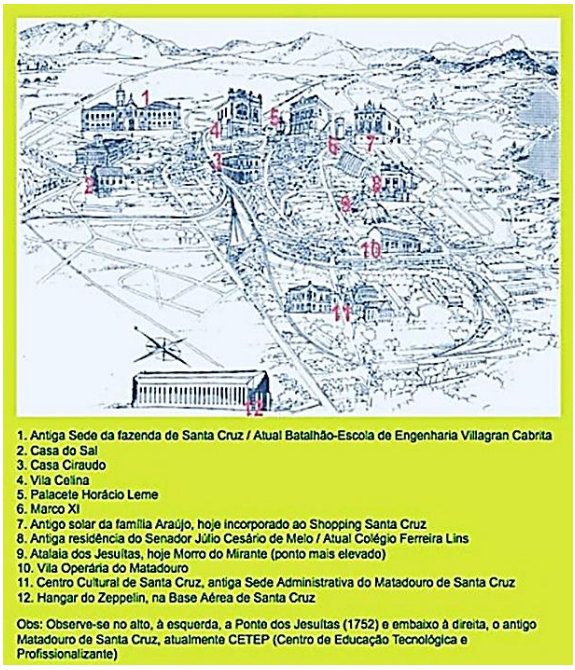




Fonte: http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/ecomuseu_de_santa_cruz

O **Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz** (ou simplesmente Ecomuseu de Santa Cruz, como é conhecido) foi criado pela Lei nº 2453 de 1995 e integra a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Ecomuseu do Estado do Rio de Janeiro e o mais conhecido e emblemático dos ecomuseus criados na década de 1990. A sua origem remonta a 1983, quando da criação do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH), liderado Sinvaldo Nascimento e articulado por Odalice e Valter Priosti. Coube ao NOPH a articulação com a comunidade no processo de criação do Ecomuseu de Santa Cruz desde o final da década de 1980. Mais informações sobre este Ecomuseu serão desenvolvidas em diferentes tópicos deste capítulo.

Figura 113 - Mapa do Ecomuseu de Santa Cruz, Rio de Janeiro



Fonte: autor Oswaldo Lioi, 1993

Em 1997[120] foi criado o **Ecomuseu de Ribeirão da Ilha**, em Florianópolis (SC). Este é um caso curioso: o museu foi criado originalmente em 1971 como um museu tradicional, privado, voltado para a preservação do patrimônio local na comunidade de Ribeirão da Ilha, até que em meados da década de 1990, a partir da aproximação com o meio acadêmico, com o poder público e a possibilidade de captação de recursos, os responsáveis optaram por alterar a denominação para ecomuseu.

[120] Neste mesmo ano foi criado o **Ecomuseu da Ilha da Pólvora** (RS), inaugurado em 22 de abril de 1999, conta com o apoio do Exército Brasileiro e com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS), que viabilizaram a sua criação. Mais informações sobre esses ecomuseus brasileiros, consultar o apêndice desta tese.

Nos primeiros anos de vida o Ecomuseu foi mantido pela Sociedade dos Amigos Pró-desenvolvimento do Ribeirão da Ilha - SAPDRI, com o auxílio da Prefeitura Municipal de Florianópolis e cobrança de ingressos. Denominava-se Museu Etnológico do Ribeirão da Ilha. Em 1973 a SAPDRI foi extinta e o Museu cerrou suas portas. No ano de 1974 o Prof. Nereu do Vale Pereira tomou a iniciativa de reorganizar o Museu como sua propriedade e, através de um convênio assinado com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Prefeito Espiridião Amim, restaurou-se uma casa antiga, modelo do Século XVIII, que estava edificada no respectivo terreno. Pronta a restauração da casa, a Prefeitura auxiliou na compra de um Engenho de Farinha de Mandioca que, instalado no local, deu ao Museu um estilo original de uma propriedade rural como a concebera o colonizador açoriano, marco da cultura de Santa Catarina. Deste modo, o Ecomuseu passou a ser um símbolo do que foi a atividade rural do açoriano e passou a receber uma visitação expressiva. Visitas importantes, como de professores da Universidade dos Açores e dos Governos daquelas ilhas portuguesas, além de inúmeros outros professores de universidades estrangeiras, afirmam a importância cultural deste museu.

O Ecomuseu conserva lembranças do tempo em que os primeiros imigrantes portugueses aterraram em Florianópolis entre 1748 e 1756. A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha é uma das localidades que mais guardam características da vila açoriana, seja pela gastronomia ou pela arquitetura. No ano de 1760, dentro do processo de colonização açoriana, o Ribeirão recebeu 60 famílias vindas do Arquipélago dos Açores, mais especificamente da Ilha Terceira. A Vila do Ribeirão da Ilha então tornou-se produtora agrícola, pesqueira, pecuária e extrativista (lenha e madeira).[121]

Figura 114, 115 – Ecomuseu de Ribeirão da Ilha





Fonte: https://ecomuseuribeirao.wordpress.com/ (acessado em 08/06/2020)

[121] Neste mesmo ano de 1997, foi criado o **Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental**, que tem caráter privado e está localizado no município de Chapecó (SC). Atualmente desenvolve o Programa de Educação Ambiental da Prefeitura de Chapecó através de projetos que envolvem entidades sociais e ambientalistas e escolas das redes pública e privada, visando a melhor qualidade de vida para os cidadãos. E também foi criado o **Ecomuseu do Cerrado**, localizado no Estado de Goiás. A ideia surgiu em

Em 1999[122], foi criado o **Ecomuseu Rural de Barra Alegre** /Instituto da Imagem e Cidadania (RJ). O Sobrado Cultural Rural é um equipamento educativo de cultura localizado numa comunidade rural em Santo Antônio do Bom Jardim, no Rio de Janeiro. O Instituto Imagem e Cidadania possui um espaço educativo de cultura, museologia social e agroecologia, que é reconhecido pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura Rural. Inclui Biblioteca de Artes Visuais da FUNARTE, Ecomuseu Rural, Laboratórios P&B e digital e onde funciona o Galpão de Artes Mafort. São muitas as atividades artísticas e culturais desenvolvidas neste sítio voltadas para a comunidade, escolas, organizações sociais, agroecológicas e culturais, com o objetivo de valorizar a preservação da cultura rural. Reconhecido pela Superintendência Museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e pelo Instituto Brasileiro de Museus, é composto por percursos rurais que permite valorizar a vida no campo, o cotidiano da agricultura familiar e ampliar a geração de renda. Também possuiu uma exposição permanente com objetos, documentos, móveis, vestuários, entre outros, doados pelos moradores para valorizar e conhecer as práticas dos antepassados da região.

Figura 116 – Ecomuseu Rural de Barra Alegre



Fonte: Ficha do Ecomuseu Rural de Barra Alegre para a pesquisa

O museu produz livros e documentários sobre a cultura das comunidades rurais, abordando temas relacionados a gastronomia, mulheres camponesas, patrimônio cultural, manifestações culturais, etc. Promove residências artísticas para pessoas vivenciarem a dinâmica de uma organização de cultura no campo. Realiza roteiros rurais pedagógicos com escolas e grupos interessados em conhecer mestres populares, fazendas antigas, manifestações populares, grupos de mineiro pau, de folias de reis,

1989 a partir da Coordenação de Museus da Secretaria de Cultura do distrito Federal em Brasília, que tinha como propósito a preservação do vale localizado em Samambaia, Taguatinga e Ceilândia.

[122] No ano 1999, também foi criado o **Ecomuseu da Ilha da Pólvora** (RS), inaugurado em 22 de abril de 1999, conta com o apoio do Exército Brasileiro e com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS). Para mais informações consultar o apêndice desta tese.

agricultura familiar, entre outros. O espaço, administrado por Claudio Paolino e Marjorie Botelho, possui boa infraestrutura, com alojamento, refeitório, camping, capril, galinheiro, área em reflorestamento, pomar, horto com ervas medicinais e lavouras de milho, feijão, mandioca e abóbora. Para visitação do público externo é necessário agendamento.

2.3.3 - Anos 2000 - expansão e consolidação

A partir dos anos 2000 temos um grande salto no número de ecomuseus no Brasil. Do total de 50 ecomuseus, 43 foram criados a partir desse ano.

A década de 2000/2009 representou a maior quantidade de criação de Ecomuseus no Brasil, merecendo destaque os anos de 2006 a 2009. A grande quantidade de criação de ecomuseus no país tem clara relação com três processos paralelos: o primeiro, o acúmulo dos movimentos sociais, em virtude da luta e organização por parte de determinadas comunidades desde a década de 1980 e que em alguns casos se asseguram numa agenda cultural ampla, com afirmação de identidade e preservação da memória e patrimônio local; o segundo, a definição de uma Política Nacional de Museus (2003) pelo governo de Luiz Inácio da Silva (Lula) através do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que reforçou as possibilidades democráticas para os museus existentes e para a sua criação e institucionalização; e o terceiro, relacionada ainda com o segundo, a ação militante de profissionais de museus em defesa da ecomuseologia e da museologia social. De forma ampla, é inegável a ação articulada das políticas culturais promovidas pelo governo federal desde a Política Nacional de Museus, os Pontos de Memória e Cultura – ambos promovidos pelo IBRAM -, e a valorização da participação política das comunidades.

É possível afirmar que os anos entre 2006 e 2009 foram aqueles em que mais foram criados ecomuseus no Brasil, com pelo menos 16 novos ecomuseus. Este período representaria um momento de acúmulo de experiências ecomuseológicas e comunitárias, a partir dos movimentos sociais e organização das comunidades, num processo iniciado ainda na década de 1980. Trata-se do processo de redemocratização, de afirmação das lutas sociais por direitos, reconhecimento de suas demandas e afirmação de identidades locais, iniciado ainda ao final na ditadura militar e que avançou após a Constituição de 1988. As políticas culturais implementadas a partir de 2003 incentivaram o reconhecimento de muitos desses direitos e propiciaram instrumentos para o reconhecimento da organização local a partir de movimentos sociais, o que se expressa também na organização de museus comunitários e, em especial, de

ecomuseus. Dentre esses, podemos destacar alguns que surgem em meio a este contexto:

Criado em janeiro de 2001, o **Ecomuseu Natural do Mangue de Sabiaguaba** (Ecomunam) fica localizado em Fortaleza, no Ceará, na foz do Rio Cocó, entre as praias da Caça-e-Pesca e Sabiaguaba (Fortaleza/CE), com o propósito de proteger o patrimônio natural do manguezal através de ações de ecoturismo comunitário, educação ambiental, memória local e museologia social. O projeto socioambiental que originou as primeiras ações foi concebido pelo seu idealizador, o ambientalista Rusty de Castro de Sá Barreto, sendo as ações voltadas à causa ecológica de defesa do ecossistema manguezal e da diversidade de formas de vida que estabelecem relação com ele. O Ecomuseu é uma ONG que atua na cidade de Fortaleza, trabalhando na foz do Rio Cocó nos bairros Caça e Pesca e Sabiaguaba. Tem como missões principais: sensibilizar e educar escolas e universidades (professores, direção e alunos), famílias, grupos, turistas e demais visitantes quanto a importância da preservação e da recuperação do Ecossistema Manguezal. O Ecomuseu está encravado nesse rico contexto histórico e ambiental: numa vila de pescadores, entre o rio e o mar, instalado numa antiga barraca de praia, adaptada à função de sede da instituição. É um espaço de educação interativo e colaborativo, que promove visitas guiadas em sua sede e numa longa trilha, mangue adentro, por cerca de duas horas, na qual os visitantes seguem um percurso-vivência em que conhecem a fauna e a flora, sendo estimulados a refletir acerca da importância da biodiversidade dentro de uma metrópole como Fortaleza. Este Ecomuseu possuí um acervo com cerca de 200 peças de animais como carcaças de caranguejos, peixes ressecados, cabeças de tartarugas entre outros.

Entre 2001 e 2006[123], ocorreu o lento processo de transformação, no qual um restaurante começou a intervir na realidade local através de ações de sensibilização visando uma convivência consciente e sustentável com o meio-ambiente. Em 2005, surgiu o Projeto Educar Sabiaguaba, que vem mantendo uma ação processual e contínua junto à população nativa da Sabiaguaba e que, crescentemente, está se inserindo no contexto museológico local e regional.

[123] Em junho de 2002, foi criado o **Ecomuseu da Picada**, localizado na Fazenda Picada no Rio Grande do Sul, quando o etnógrafo da Faculdade dos Açores, professor Rui de Sousa Martins, visitou a instituição e disse que a proprietária estava descaracterizando as coisas, e que ela deveria valorizar quem ali morou e construiu. Para saber mais informações, consultar o apêndice desta tese.

Figura 117 – Ecomuseu Natural do Mangue do Sabiaguaba



Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-d4376422-or10.html

Em 2004 foi criado o **Ecomuseu Univali,** que fica localizado na Ilha do Porto Belo, em Santa Catarina e pertence à universidade do Vale do Itajaí. O Ecomuseu Univali é um espaço cultural que atua no resgate e na valorização dos costumes, dos hábitos e da história das comunidades litorâneas de Santa Catarina. Suas exposições, de longa ou de curta duração, oferecem oportunidades de divulgação e de preservação do patrimônio natural e cultural da região. É um atrativo diferenciado que reforça os vínculos entre as pessoas e o ambiente através da integração de atividades educacionais e turísticas - conhecer a biodiversidade de vida e a história.

Figuras 118,119 – Ecomuseu Univali





Fonte: https://www.univali.br/institucional/ecomuseu-univali/Paginas/default.aspx

Este ecomuseu foi o segundo[124] vinculado à universidade, o que categorizamos como **Ecomuseus Universitários**, ou seja, aqueles que pertencem a instituições

[124] O primeiro Ecomuseu Universitário foi o **Ecomuseu da Ilha da Pólvora** (RS), inaugurado em 22 de abril de 1999, com o apoio do Exército Brasileiro e com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS). Para mais informações sobre este ecomuseu, consultar os apêndices nesta tese.

acadêmicas e tem atribuições vinculadas a missão da mesma inserido em um campo com regras de funcionamento bastante particulares, na atuação, no ensino, pesquisa e extensão. Estes ecomuseus tem recursos próprios, sua gestão e administração são relacionadas a estrutura da universidade, conta com colaboradores e parceiros de diferentes instituições e esferas, pesquisadores e especialistas de conteúdos e assuntos, relacionados ao Ecomuseu, além de contribuir para a produção científica, formação de alunos, capacitação profissional, fornecimento de melhores estruturas para suas atividades, captação de recurso e oferta de cursos. E ainda podem atuar como laboratório experimental das teorias e práticas sobre a museologia comunitária e alguns casos, fornecer empregos para as comunidades. Desenvolvendo projetos, ações e atividades educativas e culturais para e junto as comunidades que atuam. Articulando o saber científico e popular. Porém, existe algumas limitações relacionadas em sua maioria na gestão e/ ou administração do museu pela comunidade, e algumas vezes por ser ligado a universidade não pode desenvolver certas atividades ou envolvimento em conflitos no grupo local. Segundo Ribeiro (2013, p.89),

> No âmbito da gestão pública é importante perceber que, quando tratamos dos museus e acervos das instituições de ensino superior públicas, estamos tratando de instituições cuja gestão está vinculada ao funcionamento, regras e impedimentos da administração da coisa pública, com as vicissitudes do bom ou mau funcionamento do Estado brasileiro.

Neste sentido, a autora enfatiza a importância de correlacionar a gestão dos museus com o funcionamento do campo científico, pois, são as dinâmicas internas deste campo – aliadas à gestão da coisa pública no Brasil – que atribuem o lugar dos museus nas universidades. O que Gil (2005, p. 46) afirma ao referir-se que “os museus universitários, como tais, têm características específicas que fazem com que atravessem transversalmente a tipologia museológica”. Foram mapeados na pesquisa cinco Ecomuseus Universitário no Brasil, são eles: Ecomuseu da Ilha da Pólvora – RS – UFRGS (1999), Ecomuseu Univali – SC – UNIVALI (2004), Ecomuseu Serra de Ouro Preto- UFOP – MG (2005), Ecomuseu Ilha Grande – UERJ- RJ (2007), Ecomuseu Delta do Parnaíba – UFPI- PI (2008)

Outro Ecomuseu universitário criado em 2005[125], foi o **Ecomuseu da Serra de Ouro Preto**, localizado no Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada e bairros circunvizinhos às ruínas do “Morro da Queimada” de Santana - São João, São Sebastião e Piedade. O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto é um programa de extensão

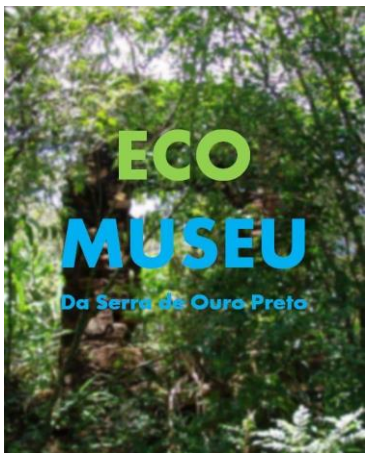
[125] Neste mesmo ano de 2005, foi criado o **Ecomuseu Comunitário Graciliano é uma Graça**, localizado no conjunto Graciliano Ramos, na cidade de Maceió (AL). Este ecomuseu tem a particularidade de ser um museu a céu aberto, construído dentro do conjunto, e é constituído por ilhas literárias, distribuídas nas ruas do bairro. Para mais informações consultar o apêndice desta tese.

universitária/PROEX/UFOP que visa implementar o desenvolvimento de um processo museológico comunitário nos bairros circunvizinhos às ruínas do “Morro da Queimada”, antigo arraial minerador do século XVIII conhecido como “Arraial do Pascoal”, palco, em 1720, do episódio “Sedição de Vila Rica”: Morros da Queimada, de Santana, São João, São Sebastião e Piedade. O Programa busca a participação de diferentes representações sociais, por meio de ações de curto, médio e longo prazos relacionadas com a Museologia e suas interfaces com a História, a Arqueologia, a Educação e o Turismo. Três projetos integram, atualmente, o referido programa: A Museologia Comunitária aplicada aos bairros da Serra de Ouro Preto; o projeto; e o Inventário Participativo do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: capital social e turismo comunitário.

Com a finalidade de construir um “plano estratégico” para o território em questão, foi trabalhado o conceito de “cultura viva”, patrimônio vivenciado no seu cotidiano pelas comunidades, seus saberes, seus sabores, suas relações de afeto e de poder, seus conflitos. Nossa meta é a instalação de “núcleos culturais”, de acordo com as especificidades, necessidades e demandas das populações que habitam cada bairro. (MATTOS, 2019).

Durante audiência pública realizada em fevereiro de 2005, no Morro de Santana, foram colocados em discussão temas referentes às questões de preservação e criação do Parque da Cachoeira das Andorinhas, transformando o local em área de proteção ambiental; e do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Nessa ocasião, surgiu a oportunidade de lançamento das primeiras ideias de musealização, recebidas com um misto de curiosidade e desconhecimento do conceito ecomuseu/museu comunitário. Posteriormente, iniciou-se a fase de sensibilização de lideranças locais e, nessa ocasião, o Ecomuseu fez contatos e parcerias - dentre elas, com a equipe do Ecomuseu do Quarteirão Cultural de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Figuras 120,121 – Ecomuseu da Serra de Ouro Preto





Fonte: https://www.facebook.com/EcomuseuOuroPreto/photos/?ref=page_internal

Em 2006, foi criado o **Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão**, localizado no Sobradinho, em Brasília (DF). O local cresceu como uma iniciativa de produção para ações educacionais, culturais e políticas**.** Inicialmente a organização ecológica começou do Vale da Contagem, onde vivem mais de duzentas mil pessoas em volta de quatro parques ecológicos**:** Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, Parque Vivencial Ecológico de Sobradinho/Horto Florestal, Parque Ecológico Jequitibás e Parque Vivencial Sobradinho.

O objetivo principal desta iniciativa é o resgate histórico, a partir de uma ética sertaneja. Acredita-se que esse trabalho esteja representado na vida dos moradores e que traz, por meio de obras artísticas, o estímulo à construção de uma simbologia e de um imaginário da história local. São fotógrafos, artistas plásticos, músicos, ativistas e moradores tradicionais que conduzem as informações às novas gerações e estimulam o reconhecimento de uma nova cidade. De acordo com Alcidea Vieira Coelho, professora de Geografia da Secretaria de Educação do Distrito Federal e uma das articuladoras do Ecomuseu, este:

> Mostra-se em processo de desenvolvimento político, cultural e socioambiental. O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão é uma entidade que ainda não foi instituída como um ecomuseu como pessoa jurídica e em cartório, o que não deixa de legitimar suas reuniões e práticas, que são periódicas, conforme o tema que se queira discutir, e em locais que permitem a viabilidade desse processo. (...) As pessoas que participam das reuniões do Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão não são somente as que estão engajadas ao movimento, são também outras que contribuem para o desenrolar das reivindicações. Essas assembleias são registradas em um livro de ata, no qual são anotados as questões e os encaminhamentos determinados. (...) Os participantes mais frequentes são em torno de quinze pessoas, que comparecem conforme a temática e a pauta a ser discutida em reuniões previamente agendadas. As atividades profissionais são diversas entre o grupo, participam profissionais de educação, líderes comunitários, artistas plásticos, escritor, poeta, turismólogo, entre outros. (...) escrevo-o como um grupo de pessoas que estão preocupadas com as questões ambientais, culturais, sociais e políticas, sensíveis aos problemas da região como: poluição do ar, poluição dos mananciais, desmatamento de áreas verdes e da paisagem que compõem o cenário da cidade, a construção de áreas de lazer e de cultura, a saúde, a educação e a alimentação, como também um elemento que visualize a prática turística.
> É um instrumento que desenvolve poder para uma população na fabricação e na exploração de seus saberes, de suas competências, que visa a propor ações concretas numa luta de organização espacial urbana mais humanizada, menos agressora e mais democrática. Possibilita formar cidadãos conscientes do papel de conquistador do

> espaço de decisão e do espaço convencional de vivência coletiva e individual.[126]

O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão, enquanto manifestação da comunidade da cidade de Sobradinho/DF, expressa toda a dinâmica populacional tanto nos valores políticos, sociais e culturais, quanto nos recursos naturais, considerados todos eles como peças-chave aos bens patrimoniais da cidade. Os encontros com moradores da região, vinculados ao movimento artístico da cidade e ao Ecomuseu, oportunizaram o aprofundamento do conhecimento político-social e da produção cultural da cidade de Sobradinho, seus Parques Ecológicos e seu entorno no Distrito Federal.

Neste mesmo ano de 2006[127] foi criado o **Ecomuseu Maranguape**, localizado no Estado do Ceará. Uma velha fazenda de um português, construída por escravos em meados século XIX, foi comprada na década de 1970 por um grupo de agricultores que até hoje dividem os 300 hectares. Não é pública, nem privada: é uma terra coletiva. Dos anos 1990 para cá, influenciados por movimentos ambientalistas e pela Eco 92 – Conferência Mundial sobre o meio ambiente realizada no Rio de Janeiro -, começou a ser engendrada a ideia de um centro cultural comunitário, que funcionaria no lugar do antigo casarão colonial, de sua capela e seu açude, que já haviam servido de moradia, locação para filmes e estavam, por fim, quase tombados – pelo tempo, não pela Unesco.

Figuras 122 e 123 – Ecomuseu Maranguape





Fonte: https://www.facebook.com/media/set/?vanity=ecomuseudemaranguape&set=a.822879897749298

[126] COELHO, Alcidea Vieira, Por uma política de cidadania: um estudo de caso sobre o "Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão", IHGDF – Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, publicado em 23/03/2017. Disponível em http://www.ihgdf.com.br/por-uma-politica-de-cidadania-um-estudo-de-caso-sobre-o-ecomuseu-dos-caminhamentos-do-sertao/ . (acesso em 09/07/2020)

[127] Neste ano de 2006, também foi criado o Ecomuseu Sítio do Físico, localizado em São Luís, Maranhão. O Ecomuseu abriga sítios de riqueza natural, histórica e arqueológica, atuando na preservação patrimonial e no desenvolvimento social. E o **Ecomuseu Casa da Cultura Miguel Reale**, localizado em São Bento do Sapucaí, SP. Está localizado em um antigo casarão do século XIX, onde nasceu e residiu o filho ilustre de São Bento do Sapucaí, o jurista Miguel Reale. Para saber mais informações sobre estes ecomuseus consultar o apêndice desta tese.

O Ecomuseu Maranguape remonta ao movimento da nova museologia, que muda o referencial em relação ao museu tradicional, que tem a centralidade no objeto. Já na nova museologia o centro é o sujeito, a comunidade, o território e o patrimônio cultural, todos eles a serviço do desenvolvimento local. Além disso, também existem oficinas de patrimônio cultural, artesanato, permacultura e cultivo de alimentos orgânicos, que corresponde a uma das principais atividades econômicas do município. A comunidade tem uma participação significativa na constituição do ecomuseu, para o qual ela contribui com objetos do acervo, e principalmente com pesquisas escolares.

Encontra-se em sua gênese social, a gestão da terra e do patrimônio cultural; participação na Agenda 21 local; transformação das edificações históricas em equipamentos culturais; organização comunitária local para a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural na perspectiva comunitária, das lutas pela memória, da emancipação humana e social e da autodeterminação. Contempla 3 eixos interdisciplinares: educação, cultura e meio ambiente. Sua missão, visão e valores assentam-se no paradigma da museologia de práxis comunitária e das ideias de educação popular de Paulo Freire. (ABREMC, 2020, p.5)

Em 2007[128] foi institucionalizado o **Ecomuseu Ilha Grande**, localizado no município de Angra dos Reis – Ilha Grande, Rio de Janeiro, cujo processo de criação teve início em 1999, tendo o seu primeiro núcleo sido inaugurado em 2009. Pertence à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este Ecomuseu é objeto central do nosso estudo e será analisado de forma detalhada no capítulo 3.

No mesmo ano foi também criado o **Ecomuseu da Amazônia**, localizado em Belém, no Estado do Pará. É um museu aberto, que vivencia o dia a dia das comunidades locais e está inserido no território amazônico, onde mostra o acervo natural e cultural de uma região. A área de atuação começa no Distrito de Icoaraci – Bairro do Paracuri e a Orla, estendendo-se até a região das ilhas, que compreende as Ilhas de Cotijuba, do Mosqueiro e de Caratateua. São objetivos desse museu desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios naturais e culturais na Amazônia, visando a emancipação, auto-sustentação e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades envolvidas, a partir da gestão participativa e da valorização da memória coletiva dos grupos locais. Desenvolve

[128] Neste mesmo ano de 2007, foi criado o **Ecomuseu de Manguinhos**, no Rio de Janeiro, que aborda dois aspectos: reconstruir uma narrativa histórica sob a perspectiva dos moradores e resignificar o universo simbólico que deriva da expressão “Complexo de Manguinhos”. E o **Ecomuseu Cachoeira das Emas**, localizado em São Paulo. O objetivo principal é apresentar um acervo biológico, voltado para a preservação de peixes de água doce, sem contar com a preservação ambiental. Em 2008 foi criado o **Ecomuseu Osasco**, localizado na cidade de São Paulo. É composto por um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), tem como objetivo resgatar, valorizar e divulgar a riqueza cultural e biológica e o desenvolvimento tecnológico. Para saber mais informações sobre estes ecomuseus, consultar os apêndices desta tese.

programas de preservação e recuperação do patrimônio natural e cultural na Amazônia com vistas aos objetivos de desenvolvimento sustentável-ODS/2030; o acervo museal se encontra nas comunidades urbanas e rurais do território continental e insular de Belém. A metodologia é baseada em quatro eixos temáticos (cultura, meio ambiente, turismo de base comunitária e cidadania).

Figura 124 e 125 - Ecomuseu da Amazônia



Fonte: https://www.facebook.com/Ecomuseu-da-Amaz%C3%B4nia-111110155704968/

Ainda em 2007, foi criado o **Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes**, localizado em Blumenau, SC. O Ecomuseu foi criado para homenagear e dar continuidade ao trabalho do Dr. Agobar Fagundes (1943-2001), que participava ativamente dos movimentos de conservação e preservação na região rural da Nova Rússia, em Blumenau, desde 1987. A residência do médico alberga um acervo constituído de instrumentos e objetos utilizados pelo homem do campo, e um auditório que propicia aos pesquisadores e educadores da região um lugar para o desenvolvimento de suas pesquisas - direcionadas para os setores social, econômico, ambiental e cultural da região. A instituição foi criada em março de 2007, mas a participação do proprietário e de sua família nos trabalhos de preservação e conservação vem desde 1980. A preservação do patrimônio natural da região é o seu objeto, a partir dela, estendem-se as possibilidades de crescimento e valorização da vida para além dos territórios. Promover e executar serviços, ações e projetos que contribuam de forma direta ou indireta no resgate, conservação, preservação e difusão da Cultura, Comunicação, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Memória Social e Turismo Rural contribuindo para o desenvolvimento cultural da região Mina da Prata e da sociedade como um todo. Essa inciativa é o que chamamos de **"Ecomuseus Memoriais",** que são criados para homenagear alguma pessoa, vinculada a história local e/ou por sua contribuição para a comunidade, seja, na preservação ambiental ou patrimonial da localidade ou nas especificidades culturais. Outros ecomuseus brasileiros que seguem está lógica de organização e missão são: o **Ecomuseu Casa da Cultura Miguel Reale**, localizado em

São Bento do Sapucaí, SP, a partir da memória do o jurista Miguel Reale, e o **Ecomuseu do Valério**, que fica localizado em Cacheira de Macacu, RJ, tendo como um dos seus objetivos centrais promover o acesso às expressões plásticas da cidade, desde as esculturas rudimentares de Dona Carmem.

Figura 126 – Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes



Fonte: https://www.facebook.com/ecomuseudragobarfagundes/

Em 2008, foi criado o **Ecomuseu Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima**, localizado em Divino, Minas Gerais. Tem como foco a comunidade quilombola de São Pedro de Cima, que constitui uma realidade sócio-cultural-geográfica extremamente rica, ao mesmo tempo em que accessível ao trabalho de extensão. Adequou-se aos preceitos da ciência geográfica, ao entendimento da construção do espaço e território mediados pelas interações de fluxos e diferentes realidades sociais, bem como exemplifica a interação social dada pelas diferenças entre urbano e rural, entre cidade e campo, entre popular e intelectual, entre agricultores e estudantes, assim formatando o amálgama da formação da sociedade brasileira, ao possibilitar através de uma prática político pedagógica, a troca de saberes e conhecimento entre comunidade e universidade a geração de subsídios às políticas públicas culturais e a geração de produtos culturais locais.

Figura 127 - Ecomuseu Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima



Fonte: https://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa3/ecomuseu-da-comunidade-quilo.pdf

A origem da comunidade quilombola é a base do Ecomuseu. Segundo contam, um senhor negro por nome Pedro Malaquias teria ocupado a região denominada na atualidade São Pedro de Cima aproximadamente no ano 1730, dando origem ao povoado. No inconsciente popular a região é conhecida como São Pedro dos Crioulos. Atualmente existem dois sobrenomes que permanecem na comunidade: os Pereiras e Malaquias. Os Pereiras casam entre si e conservam seus traços genéticos e costumes. A família Malaquias foi se misturando com outras famílias da região e hoje seus descendentes têm aspectos físicos bem miscigenados e conservam alguns costumes tradicionais como dialetos, hábitos alimentares e danças. Cinquenta famílias residem no quilombo, totalizando aproximadamente cento e cinquenta moradores. Nenhum morador possui qualquer documento que se refere ao título de propriedade.

Ainda em 2009[129] foi criado o **Ecomuseu Nega Vilma**, localizado no Rio de Janeiro. É um projeto que possibilita uma mudança da auto-percepção e do olhar externo sobre a vida na favela. É um espaço memorial para realização de eventos culturais e oficinas regulares de música, artes plásticas com material reciclável, cultura popular e memória local, teatro, fotografia, multimídia, bem como a realização de palestras, cursos e de atividades ecológicas através da preservação da biodiversidade e aproveitamento das riquezas existentes e disponíveis na comunidade e fora dela. Espaço vivo e participativo, onde se procura resgatar a memória imaterial do morro, oferecer serviços e oportunidades para a comunidade, realizar exposições, apresentações, palestras, atividades artístico-culturais e ecológicas.

[129] Neste mesmo ano de 2009, foram criados o **Ecomuseu da Colônia Z3 ou Lagoas dos Patos**, em Pelotas, no Rio Grande do Sul – que tem como objetivo de estimular as memórias, preservar os patrimônios culturais e ecológico, e promover o desenvolvimento do turismo local; e o **Ecomuseu Sertão Carioca**, localizado no Rio de Janeiro - um coletivo virtual que buscar resgatar a memória e incentivar a preservação do meio ambiente na zona oeste, região antes conhecida como sertão carioca, localizada no entorno do Maciço da Pedra Branca. Para mais informações consultar os apêndices desta tese.

Figura 128 e 129 – Ecomuseu Nega Vilma



Fonte: http://ecomuseu-negavilma.blogspot.com/p/sobre-o-ecomuseu.html

Figura 130 - Acervo do Ecomuseu Nega Vilma



Fonte: http://ecomuseu-negavilma.blogspot.com/p/sobre-o-ecomuseu.html

O Ecomuseu Nega Vilma está localizado no alto da comunidade Santa Marta, em Botafogo, no quintal de Vilma (1943-2006), filha de Geralda, figura marcante da comunidade por ajudar as pessoas com seus banhos de ervas e poções recolhidas da natureza local. A comunidade que compõe esse ecomuseu participa de todas as atividades dentro do espaço do ecomuseu em si, o qual também contribui para diversas produções artísticas. A denominação do ecomuseu deveu-se primeiramente, à história local e aos vestígios de memória ali presentes, valorados pela comunidade ali residente - que construiu uma espécie de patrimônio da memória, com diversas contribuições artísticas e vestígios do passado para enriquecer o ecomuseu. Além disso a fauna e flora do local contribuíram para a construção do ecomuseu.

O **Ecomuseu de Sepetiba,** localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de janeiro, surgiu no ano de 2008, enquanto movimento formado por um coletivo de moradores apaixonados por história e memória, que buscaram, a partir do "desvendamento" da história e dos fatos de memória local, a valorização do bairro de

Sepetiba[130]. A primeira ação realizada por este coletivo foi a comemoração pelos 441 anos do bairro: após pesquisas, seus fundadores realizaram exposição de fotos e documentos acerca da história do bairro e realizaram uma pequena ação de educação patrimonial com as crianças presentes neste evento.

Neste primeiro momento ainda não saberiam que estavam "fazendo museologia", somente "deram nome" às suas ações após a realização de uma roda de lembranças em outubro de 2009, incluída na programação da I Jornada de Formação em Museologia Comunitária realizada pela ABREMC e por Odalice Priosti, em Santa Cruz. Ao conhecerem Hugues de Varine e contarem suas ações e experiências descobriram que estavam adentrando no mundo dos Ecomuseus, "fazendo museologia comunitária", e desde então se reconheceram enquanto processo ecomuseológico. No ano de 2010 os membros deste coletivo iniciaram os passeios de reconhecimento, passeios estes destinados inicialmente aos moradores do bairro e adjacências, pois possui como escopo principal reconhecer e redescobrir o que lhes dá identidade, objetiva o reconhecimento por parte destes, busca atingir o morador e assim desencadear um processo contínuo de reconhecimento, enaltecimento e desenvolvimento local a partir da valorização dos patrimônios existentes no território que abarca. Vale ressaltar que estes passeios, a princípio foram guiados pelo senhor Jorge Salviano, um dos moradores mais antigos e atuantes do bairro, militante das causas ambientais. Neste mesmo ano a comunidade recebeu a visita da museóloga e grande incentivadora Odalice Priosti, chamada carinhosamente de "Doula" pelas lideranças do Ecomuseu de Sepetiba, realizando uma oficina intitulada "O que são ecomuseus e museus comunitários" tendo como escopo principal levar até os moradores e moradoras locais a ideia de Ecomuseu.

[130] A comunidade de Sepetiba foi contatada desde 1992 para a criação do I Ecomuseu. Scheiner relata que participou de uma visita a Sepetiba, quando o Secretário de Cultura e Dymas Joseph conversaram com as lideranças comunitárias e expuseram a ideia de criação de um Ecomuseu da Zona Oeste, com sede em Santa Cruz e uma antena em Sepetiba. Assim, alguns membros da comunidade se interessaram e participaram como ouvintes do I Encontro Internacional de Ecomuseus, mas a iniciativa só foi adiante anos depois.

Figura 131 – Ecomuseu de Sepetiba



Fonte: https://www.facebook.com/ecomuseudesepetiba/photos/a.162674692754353 9/2382494208635470

O Ecomuseu de Sepetiba também atua como projeto de desenvolvimento comunitário sustentável, buscando transformar a realidade local de exclusão social e principalmente econômica, atuando nas áreas de cultura, meio ambiente, pesquisa e educação através de diversas atividades em educação patrimonial envolvendo a comunidade. A missão deste ecomuseu compreende pesquisar, manter, documentar, decifrar, valorizar e disseminar testemunhos do ser humano e do meio, objetivando colaborar para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para um desenvolvimento local sustentável[131].

Este Ecomuseu se desenvolve através de um processo lento e gradual de construção progressiva, baseado em uma análise participativa da situação da comunidade e do território; e do papel desta comunidade - real e potencial – em relação ao patrimônio vivo deste território como matéria prima para o desenvolvimento. Busca criar uma consciência coletiva da sua própria capacidade criadora. Uma das atividades mais importantes realizadas é o inventário participativo, o reconhecimento pela

[131] A criação de um Ecomuseu em Sepetiba encaixou-se perfeitamente nas necessidades da comunidade e do meio ambiente da região: o Ecomuseu vai além da ecologia, seu conceito é muito mais complexo, o termo está ligado a numerosos outros conceitos como o de território, espaço como objeto de interpretação, sistema museográfico, instituição administrativa, reserva ambiental dentre outros, lugar de memória viva. Caracteriza-se como Ecomuseu comunitário porque surgiu como uma iniciativa de membros da comunidade local, preocupada com o destino dos seus patrimônios, dos seus bens simbólicos e com a preservação de sua história, memória, cultura viva, diante do processo de degradação ambiental imposto à região da baía de Sepetiba ao longo de mais de 40 anos que transformou drasticamente as vidas dos moradores e moradoras deste território. Trata-se de uma iniciativa endógena, constituída a partir dos interesses coletivos, com o objetivo de preservar seu meio ambiente a sua cultura viva, construir memória para desenvolver este território.

comunidade dos elementos que lhe pertencem e que são considerados como seu patrimônio. O inventário é feito através da escuta, debate e oficinas, escolas locais, dos passeios de reconhecimento, enquetes e postagens em redes sociais, dentre outros eventos em que a comunidade encontra-se reunida[132].

Este ecomuseu é um dos exemplos do que chamamos de "**Ecomuseu de base comunitária"** ou essencialmente comunitário que embora pareça um termo redundante, pois todo ecomuseu é um museu comunitário, tem uma característica intensa do protagonismo das comunidades na gestão, administração e processos museológicos que podem contar com a contribuição ao não de especialistas, embora todos tiveram contato com algum profissional ou participaram de eventos relacionados aos museus e a museologia. Como foi o caso: do Ecomuseu de Santa Cruz - 1995, Ecomuseu de Sepetiba - 2009, Ecomuseu Rural de Barra Alegre - 1999, Ecomuseu da Colônia Z3 ou Lagoas dos Patos – 2009 RS, Ecomuseu Nega Vilma- 2009, Ecomuseu Amigos do Rio Joana – 2012 – RJ, Ecomuseu Caceribú – 2013- RJ.

Em 2012, foi criado o **Ecomuseu Amigos do Rio Joana**, localizado na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa teve início com Rosangela Tertuliano, moradora do bairro de Andaraí, que a partir do problema ambiental do lixo no rio de sua comunidade iniciou pesquisas sobre a localidade em que morava, pensando numa melhoria do rio por meio da mobilização comunitária local. Assim, iniciou um trabalho junto com seu esposo Luiz Paulo de conscientização dos moradores sobre a preservação do rio, criando o Ecomuseu Amigos do Rio Joana.

A história do bairro do Andaraí, como narra o próprio Ecomuseu, começa desde a habitação dos índios Tamoios na região. O nome "Andirá-y" significa 'Rio dos Morcegos' em tupi, e como Rosangela conta, até hoje se podem ouvir os morcegos indo beber água no Rio Joana ao anoitecer. No século XIX, lá pelos anos 1890 passou a ser um bairro operário, tendo a instalação da Fábrica São Pedro de Alcântara de Tecidos de Algodão. Muitas vilas operárias ainda se encontram de pé, o que faz do Andaraí hoje um bairro residencial. O trabalho do Ecomuseu em recuperar a memória do local e de conscientização da preservação do rio fez com que a comunidade se mobilizasse na realização de melhorias do bairro. O Ecomuseu passou a buscar lugares esquecidos e abandonados da comunidade para praticar suas ações em busca de melhorias do bairro

[132] O Ecomuseu, ao labutar em favor do desenvolvimento da comunidade, deve levar em conta os problemas e questões colocadas em seu âmago tratando-os de maneira crítica analítica e estimulando o processo de conscientização, mobilização e a criatividade da população, a apropriação consciente pela população local do seu patrimônio é de suma importância no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial pode ser compreendida como uma ferramenta que permite ao indivíduo fazer a leitura do mundo, à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Como já dissemos anteriormente, esta metodologia foi criada na Inglaterra no final dos anos 1970 e divulgada no Brasil por M. Lourdes Horta desde 1982.

de Andaraí. Além de fazer denúncia nas redes sociais sobre a situação que se encontra o Rio Joana naquele bairro, repercutindo na mobilização da prefeitura na instalação na comunidade, em 2014 o programa Guardiões do Rio - programa da prefeitura que capacitava agentes comunitários para atuar na limpeza e conservação de rios e canais, foi suspenso totalmente na cidade dois anos depois por falta de verbas. Deste modo, a fundação do Ecomuseu amigos do Rio Joana se deve a um problema comum à maioria das comunidades da cidade - o lixo, e vem buscar e resgatar toda essa história perdida no Andaraí. Mesmo ainda não tendo sede própria, desenvolve várias ações em conjunto com seus moradores.

> Então, isso é muito importante: a gente saber que o morador aqui ele fez, né, ele teve a sua história. Então, o Ecomuseu, ele mexe com isso. Ele mexe com o sentimento. Porque, pra gente hoje, ele tá ali conversando, mas daqui a vinte anos ele não vai tá mais aqui. (Rosangela Tertuliano, 2018, p.2).

Figura 132 – Entrada da comunidade de Andaraí com a faixa do Ecomuseu



Fonte: Rede de Museologia Social

O **Ecomuseu do Cipó**, localizado em Jaboticatubas, MG, foi igualmente criado em 2012. Embora a data da proposta de criação tenha sido 2005, de acordo com a comunidade, apenas em 2012 foi reconhecido formalmente como ecomuseu. A sua proposta é desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios naturais, históricos e culturais da Serra do Cipó para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, a partir da gestão comunitária participativa e da valorização da memória coletiva - por acreditar no patrimônio vivenciado no cotidiano pela comunidade, com os seus saberes, suas relações de afeto, de poder e de luta.

Mantendo as ações do Ecomuseu pautadas exclusivamente com e para as comunidades da Serra do Cipó.

A Fazenda do Cipó – sede do projeto, antigo rancho dos Bandeirantes, foi a primeira fazenda da região e ainda hoje é frequentada pelos moradores para a celebração de missas e comemorações tradicionais, justificando seu tombamento no nível municipal em 1996. Possui senzalas, capelas, casas coloniais, antigos maquinários, natureza preservada e o Rio Cipó nas suas margens. O Ecomuseu recebe, diariamente, visitantes e grupos fechados, procurando conhecer as edificações históricas e o Espaço Cultural Nhá Rita. Nos finais de semana e em feriados, além de turistas do Estado, recebe visitantes de todo o Brasil e também do exterior. Suas ações já foram premiadas pela Secretaria Estadual de Cultura, pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e pelo Ministério da Cultura, com o Fundo Nacional de Cultura.

Após quatro anos iniciais de trabalho com as comunidades da Serra do Cipó, ficou evidenciada a importância de dar continuidade ao Ecomuseu do Cipó. Foi preciso ampliar os objetivos e dar maior ênfase à educação patrimonial, contribuindo para o registro das tradições e saberes de forma lúdica através da oralidade, dos documentos e dos fatos importantes ocorridos nestas comunidades, tendo em vista a relevância histórica do local, fácil de ser percebida com o reconhecimento do Espaço Cultural Nhá Rita como museu, pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Em um primeiro levantamento foram catalogados, aproximadamente, 2.019 bens culturais, além de rica documentação oriunda do século XVIII referente à história de Minas Gerais.

Figura 133,134,135 – Ecomuseu da Serra do Cipó (MG)



Fonte: https://www.ecomuseudocipo.com/

Em 2013[133] também foi criado o **Ecomuseu Caceribú**, localizado em Tanguá (RJ). Seu objetivo fundamental é a preservação e a valorização do meio ambiente natural e cultural e o incentivo ao desenvolvimento econômico e humano da Bacia do Rio Caceribú, a partir do interesse e da ação da comunidade local. O Ecomuseu tem como uma de suas metas ser um fator de ligação entre o rio Caceribú e o passado industrial da cidade e região. Constituído e desenvolvido, poderá receber visitas organizadas de cidadãos de outros estados e mesmo outros países, numa proposta cultural, ambiental e turística ampla e criativa. Sobre seu trabalho comunitário e cultural, existe o propósito de aquisição do prédio onde funcionava a balança de pesagem de cana de açúcar para sede do Ecomuseu. Verdadeiro museu da arquitetura industrial dos últimos cem anos, o complexo da Extinta Usina Tanguá de Açúcar e Companhia Brasileira de Antibióticos - CIBRAN cria o espaço de vários mobiliários em um lugar de memória e um Centro de Interpretação Ambiental a ser cuidado e desenvolvido pela população.O Ecomuseu opera através da combinação de uma equipe especializada com a criatividade da população local. Constitui-se não somente da infraestrutura onde a sua administração funciona, mas se esparge nos diferentes bens naturais e culturais do território comunitário. Simultaneamente, expressa-se nos cidadãos que relatam, interpretam e transformam a vida local.

Figura 136 – Ecomuseu Caceribú



Fonte: Imagem cedida por Rodrigo Rangel, da comunidade de Caceribú

A ideia de transformar o antigo prédio que servia como escritório e balança da Usina de Açúcar de Tanguá no Ecomuseu Caceribú foi de Rodrigo Rangel, agente cultural e morador de Tanguá, após participar de reuniões da Rede de Museologia

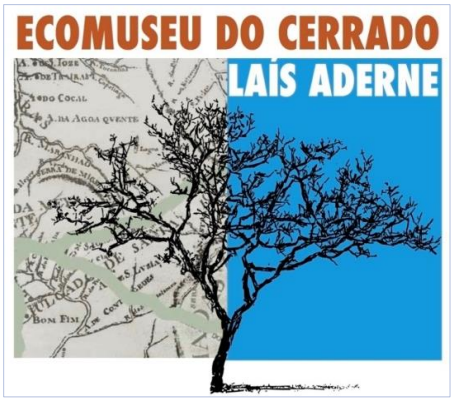
[133] Neste mesmo ano de 2013 foi criado o **Ecomuseu do Valério**, que fica localizado em Cacheira de Macacu, RJ. Ecomuseu é promover o acesso às expressões plásticas da cidade, desde as esculturas rudimentares de Dona Carmem até a pintura realista de Jorge, passando pelo urbanismo experimental dos pintores de poste, bem como a aspectos da Memória local. Para mais informações sobre este ecomuseu, consultar os apêndices nesta tese.

Social do Rio de Janeiro, em finais de 2013. A partir disto, Rangel, que já havia mobilizado iniciativas de memória e patrimônio na região, foi

> Reconhecendo na comunidade, na minha cidade, na minha região, alguns elementos silenciados da história, de alguns patrimônios, como nesse que nós estamos agora, que vai se destinar a nossa iniciativa (...). E nesse espaço a gente pretende mobilizar a comunidade pra que possa fazer daqui um espaço de trocas, um espaço de construção de memórias coletivas, de reconhecimento de sua própria memória, através de projetos, sobretudo no campo audiovisual, pra que exista a possibilidade de capacitar jovens na prática do audiovisual (...). Principalmente e, sobretudo, pessoas comuns, pessoas da comunidade que tem suas memórias, seus saberes, seus fazeres... Pra que possa, a partir daí construir um acervo (...). Um acervo que possa dar conta de uma narrativa histórica local, que sempre privilegiou os mais poderosos (Entrevista com Rodrigo Rangel – realizada em 17 de abril de 2020).

Em 2014, foi criado o **Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne**, localizado no Cerrado - ecossistema encontrado nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de encraves no Amapá, Roraima e Amazonas. A ideia do Ecomuseu é o de um museu aberto, construído em rede e que permitisse, da forma mais ampla possível, juntar pessoas e instituições que estão fazendo coisas importantes para a conservação e preservação do Cerrado levou a constituição do EcoMuseu do Cerrado Laís Aderne. O EcoMuseu pretende ser voltado para a tríade território, patrimônio e comunidade. Afirma-se como um museu de pessoas que mostram a sua cara, a sua cultura e a natureza onde estão inseridas, que é o Cerrado. É um espaço de preservação cultural e ambiental do Cerrado e da sua sócio-biodiversidade, que se expande na medida em que mais pessoas entram com os seus projetos/ações, individuais, coletivas ou institucionais.

Figura 137 – Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne



Fonte: https://museucerrado.com.br/ecomuseu-do-cerrado/

Em 2015, foi criado o **Ecomuseu Pedra Fundamental**, pelo professor Irineu Tamaio, coautor do projeto, tendo como base a realidade local com o objetivo de criar um espaço, que compreende a APA da Bacia do São Bartolomeu, destinado ao desenvolvimento de novas práticas pedagógicas.

Figura 138 - Ecomuseu Pedra Fundamental



Fonte: http://cerratense.com.br/fotosdocumento/arquivopdf3/3-%20Mapa%20ECO.pdf

O Ecomuseu parte da proposta de que os ecomuseus trazem em sua concepção a ideia de aliar homem, natureza e cultura e ao mesmo tempo propõe a valorização do território onde essas relações se desenvolvem. Em sua dinâmica, permite que a comunidade se sinta representada culturalmente e o ambiente natural onde essa cultura se desenvolveu possa ser preservado[134]. O projeto é caracterizado por um movimento de professores, lideranças populares locais, historiadores regionais que lutam pela conservação da biodiversidade do Cerrado e do Patrimônio material e imaterial de Planaltina/DF. Possui uma estrutura horizontal com recursos e parcerias de escolas, igrejas, centros de cultura, governo do distrito federal, associação dos carros de boi, movimentos das festas religiosas, produtores culturais, ciclistas, associação de produtores rurais, academia de letras, grupos de caminhadas, etc. Segundo seus criadores, foram identificados e categorizados os bens naturais e históricos e há um movimento para transformar a Pedra Fundamental em patrimônio histórico nacional, como um dos primeiros símbolos de ocupação do sertão goiano.

[134] Para a criação do ecomuseus a própria comunidade contribui na definição do território e se compromete a preservá-lo em suas características físico-ambientais e culturais. A partir dessa concepção a história da comunidade e seu patrimônio deixam de ser parte de coleções formalmente instaladas em espaços fechados (prédios) para ganhar uma dimensão pública, onde o acervo são as experiências vivenciadas no tempo e no espaço, em sua dinâmica.

Em 2015, também foi criado o **Ecomuseu dos Campos de São José**, localizado no estado de São Paulo, que tem como objetivo desenvolver a localidade a partir do reconhecimento patrimonial. O termo foi escolhido pelo diálogo estabelecido muito tempo antes com as iniciativas brasileiras que se denominavam ecomuseu; e também para marcar uma nova ação do centro de estudos complementar ao Museu do Folclore. No início da década de 2000, profissionais ligados ao Museu do Folclore de São José dos Campos conheceram o movimento que acontecia no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e se aproximaram, participando dos encontros internacionais e jornadas de formação. Percebeu-se que o trabalho do Museu do Folclore dialogava com as propostas já em desenvolvimento, mas surgiu a necessidade de avançar nas relações com as comunidades. Assim, iniciou-se um processo de aproximação com o bairro Campos de São José, com pesquisas de campo para mapeamento cultural. Não havia recursos materiais e essas ações foram bastante tímidas. Desde 2011 o Centro de Estudos passou a buscar recursos para a implantação do ecomuseu. Esses recursos só foram conquistados em 2015, com a aprovação do projeto em edital do Programa Petrobras Socioambiental.

Este ecomuseu tem como objetivo promover o empoderamento comunitário e a valorização do patrimônio cultural e ambiental. Propõe a co-criação de soluções para os problemas coletivos que se dão no território. São realizadas ações de identificação, seleção, salvaguarda, difusão e manutenção do patrimônio local. Persegue ainda os objetivos do desenvolvimento sustentável visando a agenda 2030; visa o empoderamento comunitário com relação à gestão dos resíduos sólidos, manutenção de agrofloresta urbana e hortas comunitárias em espaços públicos ociosos. (ABREMC, 2020, p.4)

Figura 139, 140- Ecomuseu São José dos Campos



Fonte: https://pt-br.facebook.com/ecomuseusjc

Outro ecomuseu criado em 2015[135] foi o **Ecomuseu de Pacoti**, localizado na Serra de Baturité, Ceará. Visa a importância territorial; já que esta é a 1ª área de proteção ambiental do estado do Ceará; o entendimento do patrimônio cultural e natural como integral; a interligação com a escola pública de ensino médio; e a releitura das experiências dos viajantes naturalistas do século XIX para a realização do inventário desse patrimônio, considerando a História, a Geografia, as paisagens e a Biologia. Implantado pelo projeto "Jovem Explorador", em parceria com a comunidade, que busca incentivar a iniciação científica entre estudantes de ensino médio da rede pública estadual, é um espaço de exposições e palestras sobre o patrimônio cultural e natural de Pacoti e região serrana. Na perspectiva da nova museologia, um ecomuseu não se restringe a um edifício e coleção, mas considera todo um território e o patrimônio que nele existe e resiste. Portanto, a sede física do ecomuseu, o primeiro construído com plástico reciclável do país, é apenas um ponto de partida para explorações históricas e ecológicas.

Figura 141 – Ecomuseu de Pacoti (CE)



Fonte: https://www.ecomuseu.com.br/

Em 2018 foi criado o **Ecomuseu Delta do Parnaíba**, localizado na área de Proteção Ambiental do mesmo nome. Teve origem no bairro Coqueiro da Praia, município de Luís Correia, no estado do Piauí. No território vivem comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas, detentoras de um rico e complexo patrimônio cultural. Trata-se, igualmente de um território que abriga espécies marinhas em extinção e rica

[135] Neste mesmo ano de 2015 foi criado **Ecomuseu de Mangaratiba** com o objetivo básico de unir forças na preservação de ecossistemas naturais dentro do município. Para saber mais informações sobre este ecomuseu, consultar os apêndices desta tese.

biodiversidade, a exemplo, os manguezais. Para os seus organizadores, a missão e vocação de um museu, nesse caso de um Ecomuseu, é desenvolver programas, ações e projetos de preservação, salvaguarda, documentação, pesquisas, educação, comunicação etc., da paisagem cultural, o que inclui os patrimônios natural e cultural de um dado território. Neste caso a APA Delta do Parnaíba busca o conhecimento, reconhecimento e valorização desse conjunto, promovendo atribuição de sentidos e significados às histórias e memórias das comunidades, com estímulo às reflexões sobre formas de garantir a sustentabilidade (social, ambiental e econômica); e com o envolvimento das populações residentes na constituição do Ecomuseu[136]. O ECOMUDE acredita em uma gestão dos patrimônios próxima de seus criadores e detentores, é o que justifica a sua opção pela museologia de inovação social, que valoriza as ações socioeducativas dos museus, entendidos como espaços de educação ao longo da vida, de ações culturais e de comunicação, geradores de conhecimento, reconhecimento individual e coletivo, de valorização de culturas e identidades, de estímulo à consciência crítica.

Figura 142,143 – Ecomuseu do Delta do Parnaíba (PI)





Fonte: https://ecomuseudeltadoparnaiba.ufpi.br/

Desde 2008, uma equipe de professores e alunos da graduação e pós-graduação da UFPI, juntamente com as comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas

[136] Uma natureza de museu que necessariamente deve servir como instrumento de informação e educação às populações, para que possam vir a participar ativamente da gestão de seus patrimônios; a entender e valorizar o espaço modificado cotidianamente em suas relações como o meio ambiente.

da APA Delta do Parnaíba, iniciou, sob a coordenação das professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura, processos de inventário do patrimônio cultural imaterial das artes de pesca e construção de embarcações. Foram diversos projetos de ação, estudos e intervenção nas comunidades, dentre eles a criação de um Mestrado Profissional em Museologia para formação de gestores dos patrimônios (que será analisado adiante, neste capítulo).

Em 2018 foi criado o primeiro Polo do ECOMUDE, o Museu da Vila, no Bairro Coqueiro da Praia. Um dos projetos do Mestrado foi a criação de um projeto arquitetônico de reabilitação para novo uso social do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto. Revitalizar com o propósito de instalar o Museu da Vila e o Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí, no antigo edifício localizado na esquina da rua Antonieta Reis Veloso com a Rua José Quirino, no bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí, um dos dez municípios que integram a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba. O Museu da Vila é concebido e coordenado pelo Programa de Pós-Graduação, que desde junho de 2018 funciona no antigo prédio. Oferece, igualmente, aos moradores do bairro Coqueiro, a pesquisadores, usuários e visitantes a possibilidade de desfrutarem dos ambientes, partilharem estudos e pesquisas multidisciplinares sobre o território. É um espaço de ações e intervenções educativas e culturais, com foco nas pessoas, nos patrimônios e meio ambiente, associados, dentre muitas marcas de identidade, à pesca artesanal, construção de embarcações, artesanato de fibras de palmeiras locais, linha, madeira, argila, gastronomia e turismo de base comunitária.

A partir dos exemplos apresentados acima, podemos perceber a riqueza e diversidade das iniciativas museológicas apresentadas sob a denominação de “Ecomuseu”; e a potência que este conceito carrega.

Das categorias apresentadas acima de forma pontual, a partir de alguns exemplos ao longo do texto, é possível perceber que de alguma forma os ecomuseus podem fazer parte de duas ou mais categorias. Por exemplo, o Ecomuseu de Santa Cruz foi um Ecomuseu disseminador, principalmente na década de 90 e ao mesmo tempo é um Ecomuseu de Base Comunitária em sua organização. Isso não implica que não tenham tido ajuda de especialistas e ou consultores, ou que tenham se institucionalizado, mas o que sobressai é a essência comunitária de base local, fundamentada nas lutas por direitos e permanência no território, com sua cultura e necessidades coletivas.

A maioria dos Ecomuseus Brasileiros segue a base da Nova museologia e utiliza o museu como ferramenta de transformação sociais; outros preferem focar na questão da preservação ambiental, em estudos científicos e comunitários, ou ainda como forma

de homenagear alguém. São inúmeras e diversas as ações e atuações desenvolvidas pelos ecomuseus do país e precisam ser cada vez mais estudadas pelos especialistas da área, por sua importância, força e ato criativo. Vale salientar que nem sempre os ecomuseus do país seguem o conceito implementado na década de 70, apenas repercutindo propostas já realizadas que servem de referência para a criação das novas iniciativas, como uma propagação de "modelos", que muitas vezes não estão em consonância com a teoria do Ecomuseu. Deste modo, Santos (2017, p.297) afirma que:

> O fato das práticas não necessariamente condizerem com as teorias não quer dizer que não sejam práticas bem sucedidas, tampouco que as teorias não possam ser posteriormente apropriadas ou reapropriadas pelas experiências museológicas. Já não basta a democratização do acesso aos museus como público visitante, essas experiências demonstram a importância de núcleos museológicos locais enraizados nas comunidades, espaços culturais cheios de possibilidades quanto à participação democrática – lugares de debates e poder –, à reativação das memórias, à construção e reconstrução de identidades – autoestima e construção da tolerância para com o Outro –, à descoberta e redescoberta de patrimônios etc. (SANTOS, 2017, p.297)

Portanto, a partir das iniciativas apresentadas, podemos afirmar que os Ecomuseus brasileiros são plurais e estão em processo de autoconhecimento, ao mesmo tempo que abrem caminhos para o aprofundamento de pesquisas sobre esse modelo conceitual e prático no país.

2.3.4 - A Política Nacional de Museus e a criação de Ecomuseus

Até 2003, havia ausência de política federal nítida, que orientasse a intervenção do Estado em relação aos museus do Brasil. Eram poucos os instrumentos legais para o setor museal brasileiro, e as agendas de políticas setoriais muitas vezes resultavam na carência de informações sobre o cenário museal brasileiro. A proposta realizada pelo governo federal a partir de 2003 se diferencia justamente pela intenção de implantar um modelo de gestão tendo o Estado mais presente e participativo na sociedade também no setor cultural, dando forma à promessa de campanha de 2002 de implementar a "Cultura como Política de Estado". A ideia foi a redefinição da noção de políticas culturais, preconizando-se a adoção de abordagens políticas que enfatizassem um conceito amplo, antropológico, de cultura, incluindo não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos humanos, os costumes e as crenças; a interdependência das políticas nos campos da cultura, da educação, das ciências e da comunicação; e a necessidade de levar em consideração a dimensão cultural do desenvolvimento (PT, 2002, pag.12).

Cabe ressaltar que em 1976 foi realizado em Recife o 1o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. Desse encontro resultou um documento denominado *Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira*, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e que ao longo de alguns anos foi utilizado na orientação de projetos do campo museológico. Vale destacar que esta também foi uma proposta governamental nos anos 1980, que derivou na abertura no IPHAN ao patrimônio imaterial e aos patrimônios comunitários. Lembremos que o campo cultural foi bem situado nas políticas nacionais de desenvolvimento; e a criação, nos anos 1980, de um Ministério da Cultura, de um Sistema Nacional de Museus e de um Programa Nacional de Museus, ambos vinculados ao novo Ministério, apontam na direção de um interesse direto do governo brasileiro em relação aos museus e ao campo cultural. O sistema nacional de museus preocupou-se, inclusive, em inventariar os museus existentes.

A gestão de Aloísio Magalhães à frente do IPHAN, de 1979 a 1981, demostra esta preocupação, alinhada com a ampliação do conceito de patrimônio cultural que vinha desenvolvendo no Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC. Neste contexto, Aloísio Magalhães cria em sua gestão a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que abrigou, durante aproximadamente uma década, um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi no âmbito da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros[137]. A gestão de Aloísio viria a influenciar os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, que ampliam a noção de patrimônio cultural e garantem sua proteção (BRASIL, 2007, p.17-18).

Assim, o panorama museológico entre os anos 70 e 80 estava em ebulição com novas ideias, encontros, debates e novas propostas de uma museologia ativa, participativa e democrática. Surgindo em 1986, discussões sobre uma política museológica que resultaram na criação do Sistema Nacional de Museus, que desencadeou décadas depois na proposta de criação de uma Política Nacional de Museus adequada à realidade brasileira.

[137] As transformações ocorridas nas políticas culturais patrimoniais durante a década de 1970, apresentadas como parte de um projeto político idealizado por grupos sociais inseridos no Estado autoritário brasileiro, que articulava as temáticas de desenvolvimento, descentralização, regionalismo e redemocratização. Aloísio Magalhães participou deste processo, se articulando politicamente e contribuindo para arrecadar recursos humanos e financeiros para o setor cultural. O ator social lidera uma reforma burocrático administrativa na área pública do patrimônio cultural brasileiro e sua posição político-social relaciona-se com a sua trajetória de homem público, em que o mesmo conseguiu se articular entre grupos militarizados, de intelectuais e de artistas, tornando-se um mediador entre eles (LAVINAS, 2014, p.6).

Segundo Nascimento (2019, p. 36) a Política Nacional de Museus se inicia com a aprovação a partir da Carta de Rio Grande, em 2002, no 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade de Rio Grande. Esta carta apontava para a necessidade de elaboração de políticas públicas para museus nos níveis de governo federal e estadual - e foi encaminhada a vários candidatos a presidente e a governador, na intenção de que pudesse influenciar as propostas de programas de governo a favor das políticas públicas culturais. Como resultado, recolheu-se um corpo de propostas viáveis para a formulação de uma política nacional e democrática de cultura, concebida como um direito básico do povo brasileiro. Todos esses pontos foram contemplados durante a reestruturação do Ministério da Cultura – MinC tendo como ministros Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008- 2010).

O discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil no Seminário Cultural XXI, no Estado do Ceará, em 2003, explicitava a proposta do governo em relação ao MinC:

> O objetivo maior do Governo Lula, nos termos mais amplos possíveis, é a recuperação da dignidade nacional brasileira - dignidade interna e externa, entrelaçadas. É a construção de um novo Brasil, socialmente mais equilibrado, mais saudável, e capaz de se afirmar como nação soberana no cenário internacional. Cultura não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos de uma "classe artístico-intelectual". Mas em seu sentido pleno, antropológico. Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossas identidades, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária.

Diante do discurso apresentado acima, percebemos que o Ministério da Cultura – MinC, em seu papel constitucional de órgão formulador e executor de uma política cultural para o Brasil, buscou a cultura em seu sentido antropológico. Como destacamos, os museus foram ganhando espaço, o que se refletiu no fortalecimento das instituições de memória e na organização e sistematização do cenário museológico brasileiro. Isso se deu com o desencadeamento da Política Nacional de Museus, que incidiu na construção do Sistema Nacional de Museus (SNM)[138], do Cadastro Nacional de Museus (CNM), Estatuto de Museus, culminando na criação do Instituto Brasileiro de

[138] É importante destacar que em 1986 surgiu uma proposta de implementação do Sistema Nacional de Museus, com os respectivos Sistemas Estaduais visando a articulação das instituições museológicas (MOURÃO, 1994). Após quase 18 anos foi retomada a proposta de um Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que foi criado pelo decreto n° 5.264, de 5 de novembro de 2004, tendo suas funções reafirmadas no Estatuto de Museus e em seu decreto de regulamentação. O SBM foi criado em novembro de 2004 pelo Ministério da Cultura com a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, o SBM propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus.

Museus (IBRAM/MinC) em 2009 (VALENÇA, 2014). Segundo Juca Ferreira, Ministro da Cultura em 2010:

> Dentro deste novo panorama, os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social. Longe de ser apenas um lugar onde se guardam coisas velhas, os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira (FERREIRA, 2010)

A Política Nacional de Museus (PNM) foi lançada em 16 de maio de 2003 pelo Ministério da Cultura, no contexto das celebrações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Os documentos que integrariam a PNM foram debatidos com os profissionais da museologia e resultaram na publicação "Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania". O documento é composto por um objetivo geral, sete princípios orientadores e sete eixos programáticos. Cada eixo possui, ainda, entre quatro e oito subitens. A construção da PNM contou com ampla participação de representantes da área de museus e de áreas afins. O lançamento da PNM representou a concretização das linhas anunciadas da política cultural do governo, o que, por sua vez, significou uma mudança de postura do Ministério da Cultura, que passou a contemplar todos os museus brasileiros, independentemente da sua vinculação institucional, fossem públicos ou privados.

O documento preconiza a articulação entre os entes da federação e da sociedade civil, bem como apresenta a preocupação com a consolidação de políticas públicas de caráter duradouro, não só voltadas aos bens culturais nacionais, mas também aos estaduais e municipais. Foram adotados sete princípios orientadores para a elaboração da PNM:

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.
3. Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.
4. **Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.**
5. **Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.**

6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.
7. **Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes,de acordo com as suas especificidades e diversidades.**[139]

O conjunto dos princípios deixa evidente o caráter democrático que se pretendia adotar para a gestão dos museus no Brasil, buscando unificar e consolidar uma política de Estado para essa área. E os princípios 4, 5 e 7 explicitam a importância da participação das comunidades organizadas na gestão do patrimônio cultural – entendido como pertencente a elas próprias – ao lado de gestores e técnicos. E incentiva abertamente a organização e criação de ecomuseus e museus comunitários, ao lado de outros modelos participativos, como sujeitos do processo de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural no Brasil.

Em decorrência da PNM, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus - SBM, por meio do Decreto no. 5.264 de 05/11/2004, que buscava a institucionalização de um sistema próprio para o campo museológico, uma antiga demanda do setor. O SBM visava a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro, tornando-o mais representativo da diversidade étnica e cultural do país. O SBM foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, criado em 2009, buscando maior institucionalização do campo museológico. São objetos da ação do IBRAM:

> As instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes características básicas: a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais; b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural; c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e d) o compromisso com a gestão democrática e participativa.[140]

Assim, o IBRAM surge com a missão de organizar os anseios da comunidade museológica que iam desde melhorias de infraestrutura das instituições, articulação e intercambio institucional, ampliação e democratização de acesso do público e aprimoramento dos sistemas de informação, até a batalha pelo direito à memória, garantindo o empoderamento social daqueles que historicamente foram considerados subalternos e expropriados do direito de narrar suas próprias histórias e construir seus

[139] MINC. POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS – Memória e Cidadania. Brasília: maio, 2003. Acesso em 14 de março de 2019. As frases destacadas em negrito foram [grifos da autora]
[140] Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em 14 de março de 2019.

próprios patrimônios. Com isso, visava atuar como mediador dessas demandas, reunindo recursos para transformar, progressivamente, o panorama museológico brasileiro (MINC, 2010). O IBRAM foi criado com a assinatura da Lei nº 11.906 em janeiro de 2009. A nova autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura - MinC, foi dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na capital federal.

O IBRAM sucedeu o IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais sob sua jurisdição, tornando-se o órgão responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor, aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Passou a ser também responsável pela administração direta de trinta museus espalhados pelo país, concentrando-se, principalmente, nas regiões sudeste, sul e centro-oeste; apresentando o norte e o Nordeste o menor número de unidades, com apenas dois museus: Museu Histórico de Alcântara - MA e o Museu da Abolição – PE (VALENÇA, 2014).

Segundo o então presidente do IBRAM, José do Nascimento Junior:

> A criação do Instituto Brasileiro de Museus reflete essa preocupação com a valorização do que é público, com a gestão e a política pública que trata a cultura como um direito fundamental para o desenvolvimento social. Porque é nisso que acreditamos, em uma concepção de política cultural enraizada e interessada na vida social, política e econômica da sociedade, em uma concepção de museu parceiro da comunidade, sempre em construção, aberto às novas memórias que estão por vir (NASCIMENTO JÚNIOR, 2010).

O IBRAM implementou diversas iniciativas e programas destinados a promover processos museológicos em pequenas comunidades, visando à preservação da memória e do patrimônio cultural local. Um deles foi o programa “Primeiro Museu”, que oferecia apoio técnico e institucional à criação de museus comunitários (nas modalidades virtual e física).

Dentre as ações desenvolvidas pela autarquia, poderíamos destacar uma que corresponde à fala citada do ex-presidente do IBRAM: o programa *Pontos de Memória,* que tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Utiliza a metodologia participativa e dialógica e trabalha a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes de cada grupo (MINC, 2010). Os Pontos de Memória são produtos de uma parceria com os programas Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura; o Programa Nacional de Segurança com Cidadania -PRONASCI, do Ministério da Justiça; e com a Organização dos Estados Ibero-americanos – OIE, que

vem apoiando ações de memória em comunidades populares das cinco regiões do país (Relatório de gestão -2003-2010). Teoricamente, devem valorizar o protagonismo comunitário e conceber os museus como instrumentos de mudança social e desenvolvimento sustentável. Em estágio pleno de desenvolvimento, visam fortalecer as tradições locais e os laços de pertencimento, além de impulsionar o turismo e a economia local, contribuindo positivamente para a redução da pobreza e da violência (MINC, 2010).

Assim, a proposta do Instituto seria trabalhar na consolidação de uma política pública de direito à memória, pautada no diálogo e participação com diferentes grupos e movimentos sociais, governos locais e militantes, com o objetivo de garantir que esse direito seja exercido por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, mestres, praticantes, brincantes e grupos das culturas populares, urbanas, rurais, de fronteira, artistas e grupos artísticos independentes, como também segmentos populacionais etários específicos, de gênero, e/ou que requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais (MINC, 2010, p.104).

Figs. 144,145,146 - Logos do Ibram, projeto Primeiro museu e Pontos de Memória







Fonte: Ibram

O IBRAM Investiu na criação do Programa Pontos de Memória, visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social. O programa reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.[141] Os princípios e objetivos definidos para os Pontos de Memória institucionalizaram as ações de seus dirigentes e de militantes no campo da museologia social:

> Art. 3º São princípios aplicados ao Programa Pontos de Memória:
> I - a diversidade cultural e a universalidade do acesso à cultura;
> II - o respeito aos direitos humanos;

[141] IBRAM. PORTARIA No - 315, DE 6 DE SETEMBRO DE 2017.

> III - a promoção da cidadania e reconhecimento do direito de todos os cidadãos à memória, às tradições, à arte e à cultura;
> IV - a valorização da memória, do patrimônio cultural e ambiental como vetores do desenvolvimento sustentável;
> V - o protagonismo social e a participação democrática na valorização da memória social.
> Art. 4º Os objetivos do Programa Pontos de Memória são:
> I - propiciar a inclusão social, contribuindo para a valorização do território onde está situado o Ponto de Memória;
> II - estimular iniciativas de memória e museologia social por meio de ações de fomento, capacitação e intercâmbio;
> III - Incentivar a realização de inventários participativos das referências culturais para a identificação, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial local;
> IV - estimular a participação democrática do Programa Pontos de Memória, fortalecendo a participação social nas políticas públicas voltadas para o setor museal.[142]

Até 2010, havia 12 Pontos de Memória, situados em comunidades populares nas seguintes cidades: Belém/PA (Comunidade de Terra Firme); Belo Horizonte/MG (Comunidade do Taquaril); Brasília/DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba/PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza/CE (Comunidade Grande Bom Jardim); Maceió (Comunidade do Jacintinho); Porto Alegre/RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife/PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro/RJ (Comunidades do Pavão-Pavãozinho-Cantagalo); São Paulo/SP (Comunidade da Brasilândia); Salvador/BA (Comunidade do Beiru) e Vitória/ES (Comunidade do São Pedro). (MINC, 2010 p.104 e 105)

A Política Nacional de Museus e o IBRAM, com a previsão de participação da sociedade na elaboração e gestão da política cultural, incentivaram ainda a criação, nos estados da União, de redes de museologia social, resultando no estabelecimento dessas redes em diferentes estados brasileiros. Aqui, cabe destacar a atuação da ABREMC como incentivadora da formação de ecomuseus e outras diferentes formas de museus comunitários. Uma das características dos ecomuseus é que não existe um igual ao outro. Cada qual nasce de acordo com suas características locais, especificidades e desejos da comunidade. A ABREMC procura dar uma orientação geral, mas a ideia fundante é a comunidade local ser protagonista desse processo, de preferência participando de uma gestão compartilhada, como foi visto e analisado no item 2.2 deste capítulo.

Portanto, não há dúvida de que as duas primeiras décadas do século XXI foram os anos de grande expansão e consolidação dos ecomuseus no Brasil. Não obstante, esse processo não foi efetivamente nacional ou homogêneo, pois teve uma grande concentração no sudeste, sul e parte do nordeste. Embora a preocupação ecológica

[142] Idem.

esteja presente, objetivamente foi a busca de afirmação de uma identidade, da preservação da memória, de um modo de vida e o desenvolvimento local que motivou a criação de ecomuseus neste período. Cabe observar ainda a importância do apoio dos poderes públicos e universidades nesse processo.

2.3.5 - Motivações principais da utilização do termo Ecomuseu

Ao longo desta pesquisa doutoral, foi possível identificar diferentes razões para o uso do termo ecomuseu, concentradas em três motivações principais:

1- Utilizam o termo a partir do conceito de ecomuseu inspirado na proposta de museu e patrimônio integral, interligando os conceitos de comunidade, patrimônios e o território. Neste caso, trata-se de uma opção teórica-conceitual consciente e demonstra a influência de um museólogo na sua formação. É o caso da maioria dos ecomuseus no Brasil.
2- Escolhem o termo ecomuseu por questões ambientais, influenciados pelo substantivo “eco” – não como repetição de sons, mas a partir de sua relação com o meio ambiente, tendo como referência a ecologia e a preservação do meio ambiente. É o exemplo do Ecomuseu de Itaipu (PR) e do Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental (SC).
3- Utilizam o termo por questões políticas e interesses institucionais, como no caso do Ecomuseu de Ribeirão da Ilha (SC).

No que se refere à musealização do território, os Ecomuseus no Brasil podem ser classificados em relação às iniciativas de criação, que surgem a partir:

- Das comunidades organizadas que visam a valorização dos interesses coletivos, com o objetivo de preservar seu meio ambiente, cultura e memórias que as identifiquem no território e grupo. É o caso do Ecomuseu de Sepetiba (RJ), do Ecomuseu da Colônia Z3 (Pelotas, RS), Ecomuseu do Maranguape (CE) e da maioria dos museus analisados nesta pesquisa;
- De grupos de acadêmicos que conhecem o conceito e, por realizar pesquisas no território ou junto à comunidade, a mobilizam para a preservação do lugar e suas memórias. É o caso do Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília (DF);
- De iniciativas de um órgão público Municipal, Estadual ou Federal. Podem ser criados (ou institucionalizados) por prefeituras municipais, como o Ecomuseu de Santa Cruz (Rio de Janeiro), ou o Ecomuseu da Amazônia (Belém, PA);
- De iniciativas de universidades públicas, que se articulam com as comunidades locais, como o Ecomuseu Ilha Grande, pela UERJ, o Ecomuseu da Pólvora, pela UFRGS ou o Ecomuseu do Delta do Parnaíba, pela UFPI;

- De iniciativas de interesse Privado (empresa ou pessoa física). Aqui podemos identificar algumas variantes, como: o Ecomuseu de Itaipu, criado por uma estatal, a Itaipu Binacional o Ecomuseu da Cultura do Vinho (RS), criado por vinicultores de Bento Gonçalves (RS), integrando o “Parque Temático do Vinho Dal Pizzol”; o Ecomuseu Univali (SC), criado por uma universidade privada, a Universidade do Vale do Itajaí; o Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes, criado por sua viúva; o Ecomuseu da Fazenda Boa Vista, criado a partir de iniciativa familiar.

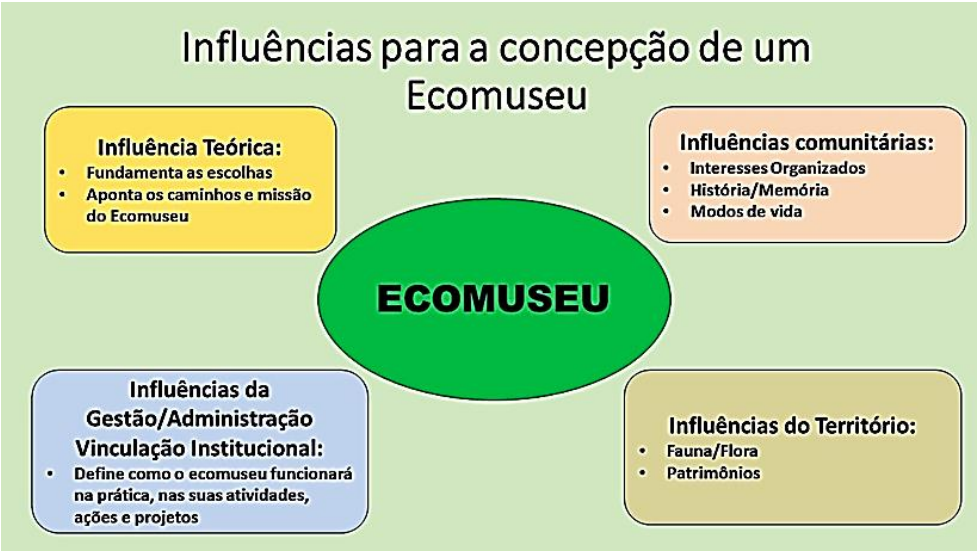
Sobre as principais temáticas que os Ecomuseu e Museus Comunitários abrangem, segundo a Associação Brasileira de Ecomuseus e museus comunitário estão:

- Meio Ambiente - Contempla os diferentes biomas brasileiros, as paisagens culturais, o protagonismo pela preservação e conservação dos territórios do patrimônio natural;
- Educação - Estabelecem projetos de inovação de interface entre a Escola e a Comunidade de modo mais direto e participativo entre os dois espaços. Produzem metodologias a partir da relação entre o patrimônio cultural e as possibilidades transversais e interdisciplinares.
- Turismo de Base Comunitária - São iniciativas desenvolvidas com base na apropriação direta do território e de seus ambientes de interesses ecoturísticos;
- Organização e Mobilização Comunitária - Incentivam o protagonismo comunitário por meio do engajamento em torno das problemáticas locais e suas soluções coletivas;
- Questões Étnico-raciais - Se ocupam prioritariamente ou vinculam-se aos movimentos sociais de defesa de direitos e combate ao racismo e outras formas de discriminação.

2.3.6 - Influências para a concepção de um Ecomuseu

Tendo como referência a análise dos diferentes processos de criação de um Ecomuseu no Brasil, elaboramos um quadro com o que denominamos de “Influências para a concepção de um ecomuseu” - ou seja, movimentos que interferem nas escolhas, caminhos e atuação que o ecomuseu trilhará. Essas influências acontecem principalmente no Brasil. São elas:

Quadro 2 - Influências para a concepção de um Ecomuseu



Fonte: Elaborado pela autora

A partir do exposto acima podemos afirmar que os Ecomuseus são concebidos a partir de influências que determinam como serão organizados, geridos ou até mesmo "vividos". As quatros influências apontadas acima integram a estrutura do ecomuseu desde sua concepção teórica até o desenvolvimento de suas ações no cotidiano comunitário.

- **Influência teórica -** Fundamenta o pensamento que o Ecomuseu seguirá apontando as escolhas e os caminhos a serem trilhados e a definição da sua missão. A influência teórica irá determinar os caminhos que o ecomuseu irá seguir a teoria influencia a prática.
- **Influência Comunitária -** Seriam os interesses definidos pela comunidade ou grupos organizados como: Associação de Moradores, ONGs, partidos políticos. A história e memória da comunidade também influenciam o processo de construção identitária e de vivência em grupo e relação com o significado do que é o ecomuseu e sua função na comunidade, no intuito de preservação e valorização da sua história e memória visando a propagação para as futuras gerações.
- **Influência da Gestão/administração - Vinculação institucional -** A vinculação institucional do Ecomuseu influência diretamente como irá funcionar na prática, como geri e administra suas atividades, ações e projetos. Esta vinculação determina a missão e os caminhos que o Ecomuseu percorrerá na prática em consonância com a influência teórica. São definidos os objetivos, metas e estrutura, recursos, serviços e compartilhamento das funções e tarefas junto à comunidade e órgão gestor quando for o caso.

- **Influências do Território -** Está ligado ao território o qual o Ecomuseu está inserido com suas características e dinâmicas sendo destacado a Biodiversidade - Fauna/Flora, geologia e geografia, além dos patrimônios indicados pela comunidade que compõem este território. Está influência é determinante como a comunidade se relaciona com seu tempo, espaço e tudo que o compõem.

Tomando por base as quatro influências que regem a constituição de um ecomuseu, fica evidente que se relacionam entre si e se fortalecem criando processos dinâmicos que envolvem a articulação entre os três pilares que formam diretamente a ideia de ecomuseu: território, comunidade e patrimônio.

2.4 - Redes de Museologia Social – REMUS

Até aqui realizamos a apresentação e análise de diferentes associações, grupos, iniciativas públicas e privadas, mas especialmente comunidades, que atuam pelo direito à memória, ao patrimônio, à identidade, a construção coletiva de uma alternativa de vida melhor para si, através da criação de um Ecomuseu. Nesta seção apresentamos algumas das Redes de Museologia Social, organizadas nos estados como espaço comum de luta, formação, trabalho, cooperação e, principalmente, de afeto. Citamos como exemplo a Rede Cearense de Museus Comunitários e a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro.

A crescente organização e articulação por meio de redes contribui para o conhecimento sobre o desenvolvimento e a dimensão do crescimento e organização dos ecomuseus e museus comunitários no Brasil. Segundo a Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do IBRAM, existiam em 2014 dez redes regionais ou temáticas de memória e museologia social: Rede Cearense de Museus Comunitários, Rede LGBT de Museologia Social, Rede de Memória Indígena de Pernambuco, Rede de Memoriais de Terreiros da Bahia, Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Rede de Museus e Pontos de Memória do Sul da Bahia, Rede de Pontos de Memória de Belém, Rede de Pontos de Memória do Rio Grande do Norte, Rede São Paulo de Memória e Museologia Social e Rede de Pontos de Memória e Iniciativas de Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul.

A Rede Cearense de Museus Comunitários, a pioneira, começou a organizar-se em 2011, atendendo a uma convocatória do Projeto Historiando[143], no Ceará com a

[143] O Projeto Historiando surgiu em meados de 2002, com o objetivo de fomentar, através de um programa de educação histórica e patrimonial, a discussão sobre a construção social da memória na ótica dos movimentos e organizações comunitárias, com ênfase na atuação junto aos grupos populares, sejam eles de bairros, étnicos ou tradicionais. Sua atuação configura-se para além das instituições educacionais formais, como escolas e universidades, mas parcerias com organizações não-governamentais,

reunião de "(...) integrantes de movimentos sociais, representantes de museus e de comunidades que vivenciam processos museológicos e/ou desenvolvem iniciativas comunitárias de memória para a criação da rede"[144]. A Rede São Paulo de Memória e Museologia Social, oficializada em 2014, apresenta-se como um grupo que "(...) tem como objetivo promover a aproximação e articulação de afinidades, ações e trocas de experiências (...) entre iniciativas culturais de base comunitária que atuam no campo da memória, patrimônio cultural e museologia"[145].

A Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social, documento elaborado em 2012 no Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários, realizado no IBRAM, em Brasília, DF, expressa as demandas desses grupos: garantia do direito à memória para comunidades, grupos e sujeitos locais historicamente excluídos; promoção da gestão participativa, da autonomia e descentralização das iniciativas; respeito à diversidade, especificidades e potencialidades das comunidades; formação de agentes em captação de recursos, elaboração de projetos, gestão cultural e inventário participativo; formação de multiplicadores e por meio de atuação em rede; estímulo à institucionalização, constituição de personalidade jurídica e conquista de espaço-sede; divulgação, visibilidade e prospecção de parcerias.[146]

No âmbito das redes, e também por iniciativa de outros grupos e instituições, são realizados encontros, eventos e ações – nacionais, regionais e locais – voltados para o desenvolvimento dos ecomuseus e museus comunitários e das chamadas "iniciativas de museologia social". Permeia todo esse movimento a atuação do IBRAM, principalmente por meio do Programa Pontos de Memória.

> No dia 21 de outubro de 2011, atendendo a uma convocatória do Projeto Historiando, reuniram-se no auditório do Museu do Ceará (Fortaleza), integrantes de movimentos sociais, representantes de museus e de comunidades que vivenciam processos museológicos e/ou desenvolvem iniciativas comunitárias de memória, para discutirem a criação da *Rede Cearense de Museus Comunitários*. Naquele momento, dialogaram com mais de quarenta pessoas, representando cerca de trinta coletividades, entre indígenas, assentados, pescadores,

associações, grupos comunitários e povos indígenas. O Projeto atua a partir de ações educativas, pesquisa e gestão do patrimônio local e por meio da atuação politica junto às comunidades organizadas.

[144] Rede Cearense de Museus Comunitários. https://museuscomunitarios.wordpress.com/historico/ (acesso em 14/07/2020)

[145] Rede São Paulo de Memória e Museologia Social. https://redespmuseologiasocial.wordpress.com/ (acesso em 14/07/2020)

[146] IBRAM. Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social. "Durante os dias 4, 5 e 6 de junho de 2012 realizou-se o Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários, no Auditório do Instituto Brasileiro de Museus, em Brasília – DF, com a participação de 32 representantes do campo da Museologia Social das cinco Regiões do País e a equipe técnica do Ibram. O encontro resultou na Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social, com propostas voltadas para fomento, financiamento e sustentabilidade, qualificação, inventário participativo e articulação em rede." https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/Minuta_MuseologiaSocial_PontosdeMemoria.pdf (acesso em 14/07/2020)

> profissionais, estudantes e ambientalistas. (GOMES, VIEIRA, 2013, p.401).

Dentro deste processo de criação da rede foram compartilhadas experiências, processos de iniciativas e gestão ligado aos desafios do exercício museológico sócio-comunitário, utilizando os saberes locais articulados a técnicas especializadas da área, adaptando a realidade local.

> A Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC) tem como proposta construir espaços para compartilhar experiências/intercâmbios e fomentar a cooperação, a divulgação e o fortalecimento conjunto de seus integrantes, atuando de forma descentralizada e garantindo a autonomia de seus participantes, a partir da articulação de ações, projetos e programas interinstitucionais. É uma criação estadual autônoma e descentralizada (GOMES, VIEIRA, 2013, p.402).

A reunião de criação da RCMC contou com a participação de diferentes grupos e agente de articulação de algumas regiões do Estado do Ceará, como Cariri, Litoral Leste e Oeste, Acaraú, serra de Baturité, região metropolitana, sertão-central e dos Inhamuns. Em meio às discussões que incluíram a mobilização e diálogo entre as populações e suas experiências que já tinham experiências em articulação comunitária e utilizavam o museu e seus processos museológicos como forma de apropriação da memória social e desenvolvimento local. Esse processo se iniciou a partir do Projeto Historiando, que conseguiu atuar em quase todas as regiões do Estado, e o resultado de suas ações permitiu sensibilizar as populações trabalhadas para a potencialidade da sua memória e do seu patrimônio cultural, como ferramentas para a organização social e o desenvolvimento local.

Dentre temas debatidos no processo de criação destacamos: a ausência de políticas públicas para a memória e o patrimônio, melhoria na comunicação entre os grupos, intensificar as trocas de experiências a partir de intercâmbios, realização de encontros da rede, realização de ações na utilização das ferramentas museológicas na qualificação de grupos organizados, além da discussão sobre o prêmio Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus.

Pois aqui no Ceará/O povo já se alertou
Que para se ter sucesso/Num futuro promissor
Precisamos trabalhar juntos/E uma Rede se criou
É a Rede Cearense/De Museus Comunitários
Que uma vez todo mês/Tá no seu itinerário
Se encontrar pra partilhar/O nosso trabalho diário.

Dona Iolanda Lima,
Ponto de Memória do Grande Bom Jardim - Fortaleza, CE[147]

[147] Rede Cearense de Museus Comunitários. https://museuscomunitarios.wordpress.com/historico/ (acesso em 13/07/2020)

A partir do poema acima, fica evidente a apropriação e articulação da Rede Cearense de Museus Comunitários junto a seus agentes sociais e colaboradores, o mais rico desta rede é o processo contínuo de construção coletiva que tem a memória como diferentes possibilidades de ressignificar o passado e potencializar o patrimônio a partir das lutas sociais e experiencias museológicas.Segundo Gomes e Vieira (2013, p.402), dentre os objetivos da RCMC estão:

- Compartilhar experiências e metodologias entre as diversas iniciativas comunitárias em memória e museologia social;
- Fomentar a cooperação, a divulgação e o fortalecimento conjunto de seus integrantes, atuando de forma descentralizada e garantindo a autonomia dos participantes;
- Articular ações, projetos e programas interinstitucionais; Visibilizar demandas, reivindicações, conflitos e lutas;
- Propor e reivindicar, junto aos poderes públicos, políticas culturais que reconheçam e assegurem a função social dos museus comunitários.

Além dos objetivos citados, a RCMC tem os seguintes princípios: Visão holística de cultura, horizontalidade, colaboração, descentralização e capilarização, autonomia e diversidade. Neste sentido, essa organização possibilitaria maior visibilidade para as demandas locais, bem como potencializaria o poder de pressão, proposição e reivindicação junto aos poderes públicos para a formulação de políticas públicas que reconheçam e assegurem a função social dos museus comunitários. Assim, foram montadas comissões de articulação, compostas por integrantes da região metropolitana, do Vale do Acaraú, do Litoral Oeste e do Litoral Leste.

> É digno de nota que, nas análises de especialistas do setor museal brasileiro, o Ceará desponta como pioneiro nas mobilizações e ações museais comunitárias, situação verificada a partir dos vários projetos executados, das diversas organizações de museus e redes, das publicações, das pesquisas e dos eventos de formação na área. Isso tudo, aliado à projeção de uma série de pesquisadores/gestores/intelectuais, mesmo com a ausência de um curso superior de Museologia, nos possibilita pensar no que pode ser chamado, embora com tendências diversificadas, de uma Escola de Museologia Cearense (GOMES, VIEIRA, 2013, p.402).

Esta citação traz um aspecto relevante para pensarmos um dos embriões de rede ligada a uma museologia comunitária, numa perspectiva brasileira que foi se fortalecendo e inspirando outras criações de rede, inclusive a Rede de Museologia Social. Essas articulações e aprofundamento do tema a partir da atuação desta rede fazem com que o grupo pense numa “Escola de Museologia Cearense”: embora o Estado do Ceará não tenha um curso superior de Museologia, o pioneirismo e protagonismo na organização em rede têm influenciado a área e as formas de organizar,

pensar e fazer museus comunitários no país. É interessante perceber que os atores desses processos são de diferentes áreas afins à Museologia; e de diferentes frentes ligadas a movimentos sociais que vem contribuindo para os processos museológicos brasileiros.

Um ponto interessante foi termos identificado que as bases dos museus comunitários no Brasil vêm da articulação de movimentos sociais, grupo organizados que buscam diferentes direitos, seja na educação, na saúde, cultura que é potencializado pelo dom das relações sociais, e na inspiração e estímulo a criação de políticas públicas voltadas ao direito a memória e a valorização do patrimônio.

Figura 147 - Rede Cearense de Museus Comunitários



Fonte: https://museuscomunitarios.wordpress.com/

Os museus comunitários, segundo a perspectiva da RCMC, são as iniciativas e processos museológicos que utilizam a memória e o patrimônio como ferramenta para impulsionar a organização comunitária e o desenvolvimento local por meio de suas atividades. Este é um processo, mais que um produto, que se concretiza como instrumento de avanço da autonomia e de fortalecimento de comunidades como sujeitos coletivos que criam, recriam e decidem sobre suas realidades, o que inclui as iniciativas e processos museológicos cuja gestão comunitária é realizada através de instâncias participativas, adaptadas e/ou organizadas para esta finalidade, no seio de suas populações. Incluem-se nesta noção: ecomuseus, museus indígenas, museus comunitários, museus de território, entre outras iniciativas que utilizam a memória e o patrimônio cultural como ferramentas para que suas populações afirmem a posse e/ou a apropriação física e simbólica de seus territórios e patrimônios por meio de suas próprias formas de organização.

Os critérios para participação da RCMC são: as iniciativas de memória/patrimônio surgidas enquanto parte de processos de mobilização/articulação comunitárias, cuja gestão seja realizada por instâncias participativas, adaptadas e/ou organizadas para esta finalidade, no seio de suas próprias populações; e as iniciativas que realizem trabalhos com memória e patrimônio cultural em nível comunitário. Neste

sentido, torna-se interessante ressaltar a importância da atuação da RCMC, por seu protagonismo e articulação a grupos que desejam se mobilizar e se organizar em seus processos. Esta Rede é um processo resultante do esforço de um conjunto de atores sociais para o desenvolvimento de processos museológicos articulados à organização e mobilização comunitária. Assim, como os "ecomuseus disseminadores" citados no tópico anterior, também existem as "redes disseminadoras", sendo a Rede Cearense de Museus Comunitários a inspiração para a criação de novas redes no Brasil, como a REMUS, a Rede SP de Memória e Museologia Social, a Rede Indígena de Memória e Museologia Social, a Rede LGBT de Memória e Museologia Social. Outras redes, anteriores a esta experiência, também se disseminaram dentro da área dos museus e da museologia, como a Rede de Educadores de Museus (2003); a Rede de Professores e Pesquisadores em Museologia (2008) entre outras.[148]

O conceito de rede vai sendo cada vez mais usado pela área dos museus e da museologia. Segundo Paul Ricoeur (1991), as redes são identidades narrativas, construídas na dinamicidade do tempo, incorporando frequentemente a mudança, que inclui mudanças de foco, objetivo, estratégias de sustentabilidade, integrantes e que podem ser rompidas, ou dar início a outras redes, ora finalizando o que no passado foi construído pela existência de objetivos comuns, ou na produção de tensões e conflitos.

Assim, o conceito de rede se potencializa quando associado a duas ferramentas fundamentais produzidas nas relações sociais. São elas: a primeira, vinculada à memória como a principal ferramenta de construção e reconstrução do passado, presente e futuro, utilizando o patrimônio como meio de preservação desta memória, mas principalmente na articulação, apropriação e ressignificação de processos organizativos, museológicos e lutas sociais; e a segunda, a articulação dos movimentos sociais contemporâneos nas reflexões ligadas aos conceitos de sociedade civil organizada, identidade e cidadania, com a análise da diversidade de práticas sociais voltadas à emancipação humana e à experiência da democracia participativa.

As redes ligadas à museologia social são resultado dos esforços de um conjunto de atores sociais para o desenvolvimento de processos museológicos articulados à organização e mobilização comunitária tornando-se protagonistas no debate sobre uma política pública para memórias plurais no Brasil.

[148] Em 1989, foi criada a Rede ICOFOM LAM, experiência pioneira não apenas no Brasil, mas, em toda a América Latina, que funciona há 32 anos, com o objetivo de descolonizar a produção teórica em Museologia na nossa Região. E foi a primeira que se trabalhou com o incentivo à ação comunitária e à pluralização de vozes, abrindo o palco a indígenas, quilombolas, LGBT+, entre outros grupos.

Figura 148 – Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro



Fonte: http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/

A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro foi criada em 2013, no Museu da República, e tem como objetivo promover a conexão e a troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, do patrimônio e da cultura. Surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas que compõem o Rio de Janeiro. São realizados encontros e reuniões com diferentes grupos sociais que se identificam ou utilizam o conceito e prática da museologia social; além de grupos e representantes comunitários também participam e atuam na rede instituições e instâncias públicas da cultura e da museologia, como o Sistema Estadual de Museus (SIM-RJ/SECRJ) e o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) a partir da ação de alguns professores, além de pesquisadores de diferentes áreas que tem afinidades com a proposta da rede: incentivar a cooperação, troca de saberes e fazeres e a ação compartilhada das experiências comunitárias dos seus diferentes modos de expressão e atuação.

Segundo Veiga (2017), a primeira iniciativa da rede foi iniciada em 2007, articulada por Mário Chagas, que terminou não dando continuidade à mesma, devido às demandas de implantação do Instituto Brasileiro de Museus e do Programa Pontos de memória, criados em 2009. A Rede de Museologia Social foi oficialmente criada em 23 de outubro de 2013, tendo a primeira reunião ocorrido no Museu da República com articulação em rede para tratar da museologia social e retomada por gestores de espaços ligados à memória de base comunitária, museólogos, agentes culturais, pesquisadores e interessados pelo tema.

A ideia da rede também surge para potencializar a conexão e a troca de experiências entre as 30 iniciativas desenvolvidas por comunidades, grupos e

movimentos sociais que trabalham a memória como ferramenta de luta, resistência e transformação social no Estado do Rio de Janeiro. Rede como movimento político, no qual questões relacionadas ao direito à memória das comunidades são constantemente colocadas em pauta as possibilidades de visibilidade dessas iniciativas museais de memória, imbricadas no território em que vivem as comunidades.

A missão da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro é afirmar o desejo de (re)construção crítica da história, da memória e a salvaguarda de expressões culturais de povos, comunidades, grupos e movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro. Tanto a missão quanto os objetivos são constantemente discutidos e refletem na atuação de suas ações.

> A rede começou na forma como está agora em 2013, mas tem questões e reuniões precedentes que tem a ver com esse ambiente das políticas públicas a partir dos anos 2000, e muito mais a partir de 2003. Mas, aconteceram reuniões, grupos que fazem parte da Rede de Museologia Social do Rio. A gente chamou uma reunião de articulação que aconteceu no Museu da República, essa foi a primeira reunião em 2013 e que tinha uma participação de vários grupos, inclusive o do Ecomuseu Ilha Grande estava lá representado, e tinha a representação de vários grupos, pessoas da sociedade civil, pesquisadores, agente de instituições públicas e órgãos públicos, todo mundo interessado nessa questão da Museologia Social, num caráter mais associativo, mais cooperativo do trabalho e aí a gente deste contexto decidiu organizar essa estrutura de rede e a passar a tratar disso de forma sistemática, bem objetiva e organizada, a gente decidiu por exemplo, passar a se considerar rede, depois de dois encontros seguinte organizamos como essa sistemática iria funcionar para o ano seguinte (Entrevista com Inês Gouveia – Articuladora da Rede de Museologia Social em 9 de março de 2019).

A partir da fala de Gouveia, é perceptível uma mobilização, precedente ao ano de criação da rede em 2013, de grupos e interessados numa museologia mais participativa, que pudesse aprofundar questões relacionadas a políticas públicas, ao direito à memória e ao reconhecimento dos patrimônios definidos por diferentes grupos. Cita o ano de 2003, referindo-se à criação da Política Nacional de Museus reflexo de lutas e política cultural do governo regente naquele momento que se baseava na constituição de 1988 brasileira e que incentivou a valorização de diferentes povos e a democratização da cultura.

Assim a proposta da rede é de incentivar parcerias e seu fortalecimento se amplia a cada encontro e se faz e refaz a partir das relações e ações criadas e vivenciadas. São discutidos diferentes temas que se relacionam a suas relações e experiências como: políticas públicas de cultura e de museus; formação colaborativa; realização e participação em oficinas, cursos, eventos, bem como fomento, institucionalização e outros temas. Assim, a Rede de Museologia Social do Rio de

Janeiro fomenta e incentiva o desejo de que memória, patrimônio e os museus sejam espaços democráticos de inclusão e de representação da diversidade cultural.

A rede atua, com o GT de articulação criado com a função de rearticular a Rede, desmobilizada no início de 2015. E externos na articulação com os grupos participantes, que tem um representante que acompanha as discussões e iniciativas. Eles se reúnem numa roda de conversa para discutir a pauta da reunião seja, políticas públicas de cultura, viabilidade de recursos de acordo com a demanda e necessidade dos grupos participantes, troca de contatos e definição da próxima temática do encontro. E encontros externos por meio de seminários, eventos e congressos relacionados ao tema museu e da museologia social, memória, políticas culturais, além de publicações.

Segundo Veiga, as quatro instâncias estruturantes da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro são: 1- o GT de Articulação, que tem o intuito de discutir ações e pautas com o objetivo de dar continuidade às atividades da Rede, tomando decisões e mobilizando-a estrategicamente, 2- o GT Operacional que é o grupo de pessoas dentro do GT de Articulação que se disponibiliza a escrever os projetos, apresentar o que foi discutido e acordado, atentos a editais e prazos. 3- as “presenças de referência” referindo-se a importância atribuída a determinadas pessoas, que participaram amplamente da Rede, ou por sua importância no cenário de militância na museologia social. 4- a Rede virtual que engloba os movimentos e as iniciativas da museologia social do Estado do Rio de Janeiro.

Deste modo, Segundo Chagas, Veiga e Lardosa (2018), a REMUS-RJ trabalha com o princípio da horizontalidade na realização de, com apresentação de uma iniciativa participante sobre sua história, seus programas, projetos e práticas. A partir das reuniões da Rede é possível incentivar o fortalecimento das iniciativas, no compartilhamento e na compreensão de que fortalecer o outro também é uma forma de se ver fortalecido, e acredita na memória e na resistência como formas de libertação, mudança e transformação da realidade.

A museologia social torna-se um meio de fortalecimento de políticas a partir de agentes e articuladores que almejam o direito à memória e o reconhecimento dos seus patrimônios e a democratização do fazer e saber museológico, além da sua importância enquanto projeto e prática social. As comunidades participantes, além do compartilhamento de experiências e identificação dos seus patrimônios, compartilham as dificuldades e desafios da iniciativa, tendo como questão central.

Segundo Veiga (2017), a museologia social diz respeito aos movimentos e iniciativas da sociedade civil na valorização da memória e dos patrimônios materiais e imateriais das comunidades em que estão inseridos, vinculados aos territórios localizados de forma geral em bairros periféricos, favelas, áreas rurais e ribeirinhas.

Dessa maneira, a experiência da Rede de Museologia Social do Estado do Rio de Janeiro, através de questões como institucionalização, intercâmbios, captação de recursos, e a forma como atua contribui para o fortalecimento de políticas de direito à memória dessas comunidades (VEIGA, 2017). Veiga afirma que o processo de retomada da Rede de Museologia Social com o primeiro Encontro, em outubro de 2013, inspirou-se na Rede Cearense de Museus Comunitários, devido a sua experiência pioneira na área.

A partir dos tópicos anteriores relacionados a análise quantitativa por região; ano de criação, motivações principais da utilização do termo Ecomuseu; influências para a concepção de um Ecomuseu, redes de museologia social e análise sintética do processo de musealização, podemos afirmar que os Ecomuseus no Brasil são concebidos e geridos a partir da ação das seguintes forças de atuação, como segue no quadro abaixo:

Quadro 3 – Ecomuseus no Brasil – Forças de Atuação



Fonte: Elaborado pela autora

Essas forças de atuação tornam-se as grandes responsáveis pelo cenário brasileiro: elas determinam como os ecomuseus serão concebidos, implantados, mobilizados, articulados e geridos no Brasil. Cada uma dessas forças tem um papel fundamental no processo de formação e gestão das comunidades em torno dos seus patrimônios, no direito à memória, nas articulações por políticas públicas, na mobilização e organização de grupos que buscam a valorização da sua cultura, histórias e modos de vida, no incentivo ao desenvolvimento local e na atuação comunitária por seus interesses e jogos simbólicos sociais, mobilizados pelas bases sociais, a partir de muita luta e determinação na busca nos seus ideias comunitários. Todas essas forças

contribuem para a criação e consolidação dos ecomuseus no país: é na força das redes e associações que buscam o incentivo na valorização dessas iniciativas museológicas comunitárias, na divulgação das suas atividades e/ou no fortalecimento das suas atuações e a partir de trocas de experiências que por sua vez estão inseridas em contextos políticos e administrativos que envolvem, em sua maioria, instituições mantedoras públicas ou privadas.

É interessante perceber o apoio da administração municipal dentro deste processo identitário institucionalizado e que se apropria de processos comunitários como ferramenta política, muitas vezes de dominação, ou por uma falsa inclusão de grupos marginalizados e/ou periféricos ou historicamente prejudicados pela colonialidade, mascarada em diferentes áreas da sociedade. Dentro deste processo de conhecimento sobre os ecomuseus numa perspectiva integral, a troca de saberes entre pesquisadores e atores comunitários é fundamental no processo de consolidação, definição e atuação dos Ecomuseu no país, fortalecendo cada vez mais todas essas forças atuantes

Temos então um quadro da base social responsável pela articulação; e o fortalecimento de reivindicações advindas de comunidades, movimentos sociais, grupos organizados; temos aqueles que, impulsionados por essa força, cumprem um papel de incentivadores e propagadores das inciativas comunitárias (Associação de Ecomuseus e Museus comunitários, Redes de Museologia Social); e temos as instituições mantedoras, públicas ou privadas (poder público municipal, iniciativa privada). Portanto, esse cenário “ecomuseal” brasileiro é constituído de forças de atuação que se relacionam e se alimentam como um processo de retroalimentação das relações sociais definidas, políticas e culturais movidas pelos interesses comuns de grupos organizados.

2.5 – Pós-Graduação sobre Ecomuseus no Brasil

Deste tópico, apontamos dois casos inovadores de pós-graduação em museologia no Brasil que desenvolvem suas propostas e formação profissional baseados e fundamentando como eixo central o conceito de Ecomuseu: o Mestrado Profissionalizante em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI; e o curso de Especialização em Museus, identidade e comunidade, da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, em Recife, PE. Ambos oferecem uma qualificação focalizada na ampliação da atuação do museólogo como agente social junto e com as comunidades e seus territórios.

2.5.1 - Mestrado de Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI

O Mestrado Profissionalizante em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI teve sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES em 2013, iniciando suas atividades em abril de 2015. O Programa é pioneiro nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo no Meio Norte do Brasil, o que inclui os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Sua proposta é desenvolver projetos e ações que possam gerar maior desenvolvimento sociocultural e contribuir com o território da Área de Proteção Ambiental - APA Delta do Parnaíba, envolvendo empresas públicas, privadas, sociais e comunidades locais; e sensibilizando-os para a importância de valorizar, preservar e promover o patrimônio cultural e natural do lugar [149]. Trata-se do único Mestrado Profissional do gênero Brasil que tem como foco o Ecomuseu: sua sede administrativa fica em Parnaíba, cidade Patrimônio Nacional, porta de entrada para o Delta do Parnaíba, único das Américas a desaguar em mar aberto e que abriga um rico e complexo patrimônio cultural e natural associado a uma das mais significavas reservas de mangue do mundo, populações marinhas em extinção, comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas que mantêm tradições seculares, uma cultura híbrida e remanescente de populações autóctones, africanas e europeias.[150]

O Curso visa articular Museologia e Inovação Social, formando profissionais de várias áreas do conhecimento para o exercício da prática museológica e transformadora; atende às demandas culturais, econômicas e sociais do território do Meio Norte do Brasil, colabora na transferência de conhecimentos para a sociedade e gera novos projetos de ação para a concepção e implantação de equipamentos culturais geradores de emprego e renda. O Programa mantém parcerias, protocolos e termos de cooperação técnica, científica e cultural com as Universidades de Lisboa (CIEBA), Universidade Aberta de Portugal (CEF) e Coimbra (CES). Adensa as parcerias com agentes públicos e privados e sociais como a Prefeitura de Parnaíba e de Luís Correia, o Instituto Tartarugas do Delta (ITD), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFPI), o Governo do Estado do Piauí entre outros. O corpo docente é formado por professores brasileiros e estrangeiros de áreas diversas do conhecimento: Museologia,

[149] https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=793&extra=281208738 (acessado em 10/07/2020)
[150] Idem.

História, Artes, Geografia, Antropologia, Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Design, revelando, assim, a sua natureza aplicada e multidisciplinar própria do campo de estudos da Museologia. Suas linhas de pesquisa são: artes, patrimônio e museologia; patrimônio, sociedade e educação em museus; e patrimônio, turismo e sustentabilidade. Oferece um total de 37 disciplinas, sendo 8 obrigatórias e 29 optativas.

O Mestrado tem como objetivo construir projetos de pesquisa-ação, com foco na pesquisa social aplicada, de forma colaborativa e participativa, com equipes multiprofissionais e interinstitucionais no campo da museologia e da inovação social, para resolução de problemas identificados nos territórios (APA Delta do Parnaíba em particular), com o envolvimento direto de agentes públicos, privados, sociais e comunidades que vivem as realidades e as lógicas sociais presentes nos territórios que são selecionados para estudos e intervenções.

Figura 149 – Logo do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia – UFPI/UFDPar



Fonte: https://ecomuseudeltadoparnaiba.ufpi.br/

O curso parte do conceito de mestrado profissional e da urgência de investigação, conservação, documentação, interpretação, valorização e difusão de testemunhos de populações, territórios, saberes e fazeres; dos espaços de construção e transmissão de memórias sociais e de um desenvolvimento local sustentável. Visa a museologia e o patrimônio cultural em sua pluralidade, como campos do saber e fazer para a percepção e a transformação da realidade; e o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, numa inter e transdisciplinaridade, evidenciando os conhecimentos plurais que veiculam os espaços de emancipação e democracia participativa.

A proposta do curso conta com uma parceria público-privada a partir de Termos de Cooperação técnica da Universidade Federal do Piauí, Serviço Social do Comércio - SESC e ITD e agentes, discentes e docentes que desenvolve junto as comunidades locais na APA Delta do Parnaíba ações sociais e culturais, educação, desenvolvimento dos seus patrimônios e paisagem cultural tendo como abordagem a museologia e a sustentabilidade. Segundo Carvalho (2019), o Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia tem como objetivos específicos:

- Realizar diagnósticos sócio culturais contínuos e sistemáticos dos territórios eleitos para estudos e intervenções como forma de identificar problemas e construir soluções criativas, a baixo custo e sustentáveis;

- Ampliar Investigações e intervenções que dinamizem conceitos, métodos e técnicas no campo da museologia e dos museus na atualidade, que incluem, necessariamente, os sentidos e significados que as comunidades locais atribuem ao patrimônio cultural [em sentido lato];
- Contribuir com a formação de conceitos, metodologias, estratégias e práticas associadas à museologia e inovação social para implementação de equipamentos culturais que possam ser geridos de forma colaborativa por instituições (públicas, privadas e sociais) e comunidades detentoras do patrimônio cultural;
- Formar profissionais com habilidades e competências no campo de estudos e intervenções da museologia e inovação social, nomeadamente, na Área de Proteção Ambiental APA Delta do Parnaíba;
- Elaborar, aplicar e avaliar projetos de natureza ação vinculados aos Projetos Matriz do Programa, como forma de permitir a continuidade de programas, projetos e ações de registro, salvaguarda e comunicação do patrimônio cultural (em sentido lato) gerindo por instituições e pessoas do próprio território;
- Formar profissionais que investiguem o lugar onde vivem, os espaços de atuação profissional, que estudem as comunidades locais e seus patrimônios cultural e natural;
- Construir investigações e intervenções transdisciplinares e Inter institucionais, que permitam refletir e criar conceitos, metodologias, estratégias e práticas para implementação e gestão ativa dos patrimônios em museus descentralizados, poli nucleares, associados em rede, nos territórios;
- Discutir e aplicar conceitos e práticas em arte contemporânea e intervenção urbana,
- Aplicar metodologias participativas associadas à história oral, etnografia, fotografia, filme documentário, design, desenho e programação etc.;
- Elaborar e aplicar instrumentos de pesquisa inovadores, tecnologias sociais no campo do patrimônio, do ensino, da educação, dos museus, do turismo;
- Formar pessoas, profissionais que possam compreender, em uma perspectiva comparada, Inter, multi e transdisciplinar, especificidades de saberes e modos de viver de comunidades diversas do Brasil e de outros países, considerando as realidades e singularidades territoriais;
- Aprofundar conceitos, metodologias e ações que considerem indispensáveis as demandas das comunidades educacionais, culturais e do patrimônio, o encontro com as suas necessidades e desejos.
- Formar professores que possam compreender e aplicar conceitos e métodos associados ao patrimônio cultural a educação e interpretação patrimonial; educação ambiental; educação em museus.

Podemos afirmar que quase todos os objetivos acima estão relacionados ao conceito de Ecomuseu. Por ter um perfil profissional permite a aplicabilidade das discussões teóricas da museologia e reflete as práticas desenvolvidas junto e com as comunidades inseridas no território. Este programa contribui diretamente para a construção prática sobre o conceito de Ecomuseu, pois transforma o território e comunidades do Delta do Parnaíba em um laboratório experimental de processos museológicos, destacando suas dinâmicas e potencializando as expressões culturais vividas e desenvolvidas por estes grupos. Concentra-se na capacitação de profissionais técnicos e professores que se tornem aptos a contribuir para o território em que vivem e junto às comunidades e ao que elas o identificam como patrimônios. De fato, o

mestrado amplia suas investigações e realiza as intervenções numa proposta de dinamizar os conceitos, métodos e técnicas no campo da museologia, considerando os significados e definições das comunidades com seus patrimônios, com isto utiliza metodologias participativas a partir de diagnósticos e inventários participativos na construção de soluções criativas e sustentáveis. Permite ainda estratégias e práticas para implementação e gestão ativa dos patrimônios em museus descentralizados, numa perspectiva de rede ou núcleos inseridos no território.

Dentre os objetivos, destacaremos alguns termos utilizados que caracterizam o perfil e o conceito deste Curso. São eles:

a) o conceito de **Rede de Museus**[151] e **Ecomuseu**, que visa a parceria dos equipamentos culturais nos recursos humanos, planejamento e realização de programas, projetos e ações em conjunto. O curso tem uma proposta de museu polinuclear, que favorece a sistematização e a qualificação no desenvolvimento educacional, sociocultural e ambiental das comunidades locais; e a atuação e contribuição de agentes públicos e privados. Aqui, o conceito de Rede adotado é associado ao trabalho colaborativo e participativo - articulado, no programa de Pós-graduação, sob a forma de *Núcleos Museológicos* (museus) que servem como possíveis parcerias na realização de atividades relacionadas às funções básicas dos museus, relacionadas à coleta, conservação, formação de coleções, pesquisa-científica, atividades culturais e educacionais, nas quais a preservação dos patrimônios se efetiva na interação ser humano-território.

> A Rede de Museus trabalha para formar recursos humanos, um corpo técnico-científico especializado de forma que a rede possa cumpri a sua missão; um conjunto de profissionais a formar outros profissionais para a realização de pesquisas e boas práticas nas áreas de: ação educativa e cultural; comunicação e públicos; gestão da informação (documentação e acervos); tratamento de acervos em suportes diversos, museológicos, bibliográficos etc. (CARVALHO, 2019, p.20).

A Rede de Museus proposta por este Curso identifica dois primeiros núcleos museológicos: Museu Delta do Parnaíba, que será a sede, e o Museu Tartarugas do Delta (vinculado ao ITD), com conceitos ligados a sustentabilidade ambiental e cultural e colaboração ativa das comunidades e agentes públicos e privados, locais e regionais, visando a conservação e preservação da biodiversidade e diversidade cultural da APA Delta do Parnaíba.

b) outro conceito adotado como referencial é o de **Inovação Social**, baseado no autor português Pedro Pereira Leite (2014), numa perspectiva que se insere em novos

[151] O MUDE é concebido como um instrumento integral e integrador de comunidades ribeirinhas e praieiras, que habitam a APA Delta do Parnaíba, bioma marinho costeiro, com 307.590,51 hectares, criada por decreto federal s\n de 28.08.1996, coordenada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), CR5, cidade de Parnaíba, Piauí.

campos da abordagem do social, na busca pela mudança social com base na satisfação das necessidades humanas, na inclusão e na participação de todos os membros das comunidades nos processos sociais; e na criação de capacidades dos sujeitos, para que todos possam contribuir com o conjunto social: do eu para o todo e do todo para o eu.

> Acreditamos em uma gestão dos patrimônios próxima de seus criadores e detentores, o que justifica a nossa opção pela museologia de inovação social, que valoriza as ações socioeducativas dos museus, entendidos como espaços de educação não-formal, de ações culturais e de comunicação, gerador de conhecimento, reconhecimento individual e coletivo, de valorização de culturas e identidades, de estímulo à consciência crítica, afirmando olhares e reflexões que permitem desconstruir os discursos oficiais, que negam as memórias de grupos minoritários e/ou marginalizados (CARVALHO, 2019, p. 35).

Segundo Pedro Leite (2014), é por meio do museu "inovador", a partir da sua proposta como espaço de encontro que é possível ter consciência sobre o que o grupo quer construir. Criar processos museológicos inovadores e admitir os espaços museológicos como locais de experimentação e inovação social. Não existe uma receita para criá-la senão a prática de atividades sociais em busca de solucionar os problemas e necessidades de cada grupo ou comunidade, de pensar esses espaços como encontro, questionamento e novos processos de musealização. Assim, o conceito de Inovação Social conecta-se com o tempo de mudança de diferentes estruturas e formas de legitimação do poder e dos processos de simbolização associados. É uma perspectiva que se insere na ideia de emancipação social, que procura uma modificação nas relações de poder por meio do diálogo dos atores sociais para criar compromissos de ação.

Para Leite (2014), a museologia social tem capacidade de gerar inovação social e potência de emancipação social, numa disposição de transformação na comunidade, agindo sobre o indivíduo e sobre o coletivo; é um contexto onde se gera e se concretiza a inovação social, ressaltando os saberes locais e suas potencialidades. Assim, tanto a Museologia social quanto a ideia de inovação social trabalham com a produção de narrativas sociais inclusivas. As experiências coletivas e a construção da inovação são processos que em sua maioria necessitam de um envolvimento social, espaço de encontro e experimentação. Para agenciar a Inovação social é necessário investigação aplicada e conectado aos movimentos sociais, pois são os atores sociais que promovem a Inovação Social e o Empreendedorismo Social a partir das suas redes sociais.

O Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia pretende capacitar profissionais visando uma prática transformadora a partir da museologia, a partir do conceito de ecomuseu como matriz dos processos práticos museológicos e do

perfil de museólogo “comunicador educador” e não apenas construtor de narrativas. Prezam por um profissional que articula como mediador e facilitador dos encontros, de ator social - não aquele que detém um saber específico para tomar decisões, mas um ator que partilha experiências e saberes com a comunidade[152].

Segundo o autor, o museólogo deve estar à procura de questionamentos que devem refletem o pulsar do mundo, e ao propor uma museologia como espaço de encontro o museólogo está a construir uma museologia mais democrática. Que o território é o espaço de cidadania e a comunidade é o principal ator social. A curadoria dos objetos é feita por meio de processos participativos, os saberes das comunidades são mobilizados para as ações preventivas, e as narrativas são construídas em processos de encontro.

> O profissional ao ingressar no Mestrado tem acesso a conceitos, métodos; teorias e práticas no campo da Museologia, com foco nas demandas regionais e locais. Realiza um diagnóstico de realidade e, a partir de sua área de formação inicial e profissional atual, de habilidades e competências, elabora e desenvolve um projeto-ação no contexto do projeto matriz. O resultado e a continuidade dos estudos e intervenções, com correções, aperfeiçoamentos ou novos produtos e serviços. Apenas eventualmente, há projetos isolados, finalizados, vez que as ações são sistemáticas, continuas, o que nos permite gradativamente construir sentimentos de pertença, identidades; criar equipamentos culturais, gerir os existentes, com formação de recursos humanos, interferir em atitudes e comportamentos (CARVALHO, 2019, p. 52).

Em 2016, o Programa criou o Projeto-Matriz Ecomuseu Delta do Parnaíba – MUDE, que se firma no conceito de rede de museus polinucleares, de território e base comunitária. A proposta foi um marco e o auge das aplicações das atividades e projetos criados pelo programa e aproximação das comunidades deste território, visando o desenvolvimento local. Vale ressaltar a importância da universidade num processo catalizador do desenvolvimento local, visando um território sustentável e incentivo às comunidades que desejavam valorizar e evidenciar o que são importantes para suas vidas e o que desejam passar para as próximas gerações.

A missão deste Ecomuseu é desenvolver programas, ações e projetos de preservação, salvaguarda, documentação, pesquisas, educação, comunicação da paisagem cultural, o que inclui os patrimônios cultural e natural do território da APA Delta do Parnaíba - visando o conhecimento, reconhecimento e valorização, promovendo

[152] O museólogo deixa de estar dentro das paredes dos museus para se assumir como aquele que leva o pulsar do mundo para dentro do museu e procura, com base nos recursos disponíveis responder aos desafios desse museu. O museólogo como mediador dos objectos patrimoniais é um facilitador dos encontros dentro do espaço museológico. Esse novo desafio de um museólogo como agente de inovação social não é mais do que um desafio de gestão. É também uma oportunidade de construir novas narrativas com e a partir das comunidades. Essa nova museologia coloca em diálogo a ética e a estética, a partir duma retórica de inovação. O museólogo como mediador passa a estar em contato com as comunidades e procura incessantemente perguntas que deverão ser respondidas pelos processos museológicos (LEITE, 2014, p.5).

atribuição de sentidos e significados às histórias e memórias pelas comunidades além da sustentabilidade e desenvolvimento local. A proposta é fazer do Ecomuseu Delta do Parnaíba um instrumento de informação e educação às populações, incentivando a gestão de seus patrimônios e valorização de suas relações com o meio ambiente, numa perspectiva plural da museologia e do patrimônio, relacionando aos diferentes campos de saber-fazer, como turismo cultural, educação, sociologia, antropologia, história, geografia, administração, economia, arqueologia, direito, arquitetura e urbanismo utilizando seus conceitos e metodologias visando a integração dos campos na transformação da realidade local.

> Ao considerar essas transformações, apontamos os fundamentos teóricos e práticos para a concepção do Ecomuseu Delta do Parnaíba, um museu que pretendemos integral e comunitário, constituído com e para os habitantes da APA Delta do Parnaíba, uma proposta que seja ao mesmo tempo técnica, a considerar os padrões, concepções e conceitos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), sobretudo que considere uma natureza de museu que seja concebido e construído com e para as comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas que habitam a região sede e polos do MUDE (CARVALHO, 2019, p.29).

Levando em consideração a riqueza da diversidade e as interculturalidades, a proposta visa refletir sobre conceitos e fenômenos socioculturais, desenvolvimento social e ambiental, ressaltando os aspetos estruturais que os condicionam, nas suas relações e manifestações sociais, culturais e ambientais. Assim, abre-se um leque de possibilidades que justifica a necessidade de construir estudos e pesquisas que consideram a participação dos indivíduos, evidenciando os conhecimentos plurais, numa proposta de espaços emancipatórios e democracia participativa.

> Percebemos, desde o início das investigações (2008), que universidade, comunidades locais, empresas públicas, privadas e sociais tem potencial para a constituição de um museu integral e comunitário, no qual as pessoas que habitam o território se sintam representadas; uma natureza de museu na qual haja a gestão participativa dos patrimônios pelas empresas e pessoas, que vivem experiencias únicas, subjetivas; um museu, com tipologia Ecomuseu, formado por uma rede de museus autônomos e solidários entre si, com o firme propósito de salvaguardar os patrimônios e construir um turismo cultural, sustentável, que se configure como um espaço de trocas, reflexão, de gestão sustentável. (CARVALHO, 2019, p.34).

O Ecomuseu Delta do Parnaíba tem como proposta atuar no território a partir dos seguintes municípios e respectivos núcleos: Parnaíba, às margens do rio Igaraçu, área que será sua Sede; Luís Correia, a partir do Museu tartarugas do delta; Bairro Coqueiro da Praia, com o Museu da Vila; e Cajueiro da Praia, com a proposta de Museu do Peixe Boi e Cavalo Marinho. A ideia é que seja uma gestão compartilhada entre a Universidade Federal do Piauí, o Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e

Museologia, em parceria com as comunidades locais por meio das Associação de Moradores, agentes públicos, privados e sociais.

Em 1 de junho de 2018, foi criado o primeiro núcleo - o Museu da Vila, um equipamento cultural a serviço da sociedade, em parceria com a Associação de Moradores do Bairro. É a sede do Programa, um museu-escola que capacita profissionais para a prática em museus comunitários e gestores do patrimônio cultural. O Museu está instalado em um antigo grupo escolar, Deputado João Pinto, construído em 1980. Sem uso social há mais de sete anos, com a intervenção Programa e comunidade, referência de identidade para os grupos sociais que habitam o território, o antigo grupo tem novo uso social, atende os residentes do Bairro e entorno.

Figura 150 – Museu da Vila



Fonte: https://ecomuseudeltadoparnaiba.ufpi.br/

A criação de um Museu da Vila surge de uma demanda local por um equipamento essencial para ações de arte-educação, cultura, economia circular, turismo sustentável, pesquisa, documentação, preservação e comunicação do rico e complexo patrimônio cultural do território. A vila-bairro faz parte de Luís Correia, um dos dez municípios que integram a APA do Delta. Ali são ministradas as aulas teórico-práticas do mestrado profissional em museologia. O Museu está localizado a 100 metros da orla da Praia do Coqueiro, habitada por pescadores artesanais, que mantém ao longo dos séculos o ofício e modos de saber-fazer das artes da pesca e tecnologias de embarcação. Administra duas categorias de acervos: institucional e operacional. O primeiro, formado por objetos associados às artes de pesca artesanal – duas canoas artesanais e seus artefatos; o segundo, formado por quinze canoas em uso por mais de trinta pescadores artesanais que habitam a vila-bairro.

Os processos de criação desses poli-núcleos têm um papel fundamental na sensibilização comunitária, na identificação e gestão compartilhada de seus patrimônios por meio da valorização, preservação, inclusão social potencializando o desenvolvimento local. Aqui, percebemos como a proposta de Ecomuseu se integra à

proposta do mestrado desde o conceito e concepção, a partir de um dos eixos-matrizes até a prática das atividades do programa. O mestrado traz novas possibilidades de atuação do museólogo concentrando-se numa formação reflexiva e principalmente prática, ao usar o Ecomuseu como laboratório de experiências museológicas, trazendo uma perspectiva profissional interessante para o profissional que pretende trabalhar com Ecomuseus, museus comunitários e/ou similares.

2.5.2 - Curso de Especialização Museus, Identidade e Comunidades da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Até chegar ao curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidades da FUNDAJ é interessante destacar algumas iniciativas que antecederam o curso e que já demostravam o percurso relacionado com a museologia social e que tinha como um dos seus focos os museus comunitários, incluído o modelo conceitual do Ecomuseu.

2.5.3 - Breve apontamentos sobre o MUHNE

De guarda de objetos a ações comunitárias, o Museu do Homem do Nordeste – MUHNE se apresenta com diferentes percepções ao longo da sua história: traz nas suas ações, projetos e exposições abordagens museológica e antropológica que nos permitem ter várias percepções de uma região múltipla, tão rica e ideologicamente imbricada em suas tradições, concessões e subjetivações. O Museu do Homem do Nordeste, vinculado à Diretoria de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, foi criado em 1979 a partir da fusão de três outros museus ligados a outras instituições. O Museu de Antropologia (1961-1979) era o único vinculado ao então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e que se encontrava em atividade. Os outros dois foram: o Museu de Arte Popular (1955-1966), ligado ao Governo do Estado de Pernambuco; e o Museu do Açúcar (1963-1977), do extinto Instituto do Açúcar e do Álcool. Ambos se encontravam inativos no momento da formação do novo museu.

A base da formação do MUHNE partiu do Museu de Antropologia. Gilberto Freyre defendia, já em 1924, a criação de museus regionais de caráter antropológico, afirmando ser fundamental “a fundação, no Brasil, particularmente no Nordeste, de museus de um tipo novo: que reunissem valores expressivos da cultura e do *ethos* de gentes brasileiramente regionais” (FREYRE, 2000). Ele lamentava

> [...] o estreito critério, ainda dominante no País, de considerar-se valiosamente histórico, inclusive para atentos museólogos, apenas o material ou a relíquia ou o objeto relativo a glórias militares, a datas grandiosamente cívicas, a ocorrências especificamente políticas: revoluções, eleições gerais, transformações de regimes políticos. Entretanto, o material a ser principalmente considerado em museus de interesse não só socialmente histórico como socioantropológico, deveria passar a ser, no Brasil, o que documentasse civilizações

> regionais brasileiras, seus cotidianos, suas ocorrências, os característicos de suas estruturas e de suas funções básicas. (FREYRE, 2000).

De forma coerente com as suas ideias, Freyre reuniu na criação do Museu de Antropologia objetos culturais tidos como rústicos e primitivos, tais como cuias de origem ameríndia, cerâmicas "nordestinamente mestiças", cachimbos de barro, bonecas de pano, ao lado de peças requintadamente europeias, importadas de Paris no século XIX e, em grande parte do século XX, bem como brinquedos de crianças, como os feitos de espigas de milho e de quengos de coco (BRAYNER, 2009). Apenas com a incorporação dos acervos do Museu de Arte Popular e do Museu do Açúcar seria possível para Freyre completar a representação museológica do que ele compreendia ser "o conjunto da cultura desse homem nacionalmente brasileiro, regionalmente nordestino" (FREYRE, 2000). E assim nascia o Museu do Homem do Nordeste, com uma coleção bastante heterogênea:

> No seu início, formado por peças doadas por particulares e pelo próprio Freyre, partiu do tijolo e do prego que guardam registros da memória arquitetônica e da construção civil nos meios rural e urbano, indo até a primeira coleção de ex-votos reunida no Brasil, formada não apenas por réplicas em diversos materiais, como cera e madeira, de membros do corpo humano, mas também de casas e moendas, espigas de milho e objetos de uso pessoal. Essas coleções foram unidas às de luminárias populares, de garrafas de cachaça, de preciosidades da arte popular regional; às de tecnologias da indústria açucareira, dos instrumentos de trabalho no eito da cana e de objetos relacionados à vida na senzala e às riquezas da casa-grande. Dessa forma, as coleções do Museu do Homem do Nordeste caracterizam-se por heterogeneidade e variedade, apresentando peças requintadas oriundas, em sua maioria, das ricas famílias dos senhores de engenho, ao lado de objetos muito simples, de uso, ainda hoje, no cotidiano das classes menos favorecidas (BRAYNER, 2009, p.129).

A missão do MUHNE é preservar e difundir o patrimônio cultural da região Nordeste e, através da criação e do diálogo, contribuir para a inclusão social e para o fortalecimento da identidade cultural do povo brasileiro. Assim, um Museu considerado tradicional e por seu rico acervo de caráter histórico, etnográfico e antropológico, na década de 80 inicia seus primeiros contatos com uma perspectiva comunitária que vai para além dos seus acervos, e que traria novos olhares sobre a atuação do MUHNE trazendo uma compreensão da formação histórico-social da região Nordeste, considerando principalmente os diferentes modos de ser e fazer o Nordeste, seus modos de vida e aspectos ligados à cultura de diferentes grupos étnico-sociais que vivem na região.

Inspirado nas ideias de uma Nova Museologia, o MUHNE desenvolveu ações que ampliaram o foco de atuação da instituição e consequentemente abriram novas

formas de discutir e representar o Nordeste, tendo uma aproximação efetiva de diferentes grupos sociais que permitiram novas formas de atuação e mudanças em sua organização.

Dentre essas iniciativas está o enfoque nos processos museológicos, principalmente ecomuseus e museus comunitários, seguindo uma perspectiva de aproximação e valorização de diferentes grupos organizados que viam o museu como ferramenta de transformação social.

É interessante perceber que desde a década de 70, a partir das discussões sobre ecomuseus de Hugues de Varine-Bohan e Rivière, alguns membros da Fundação Joaquim Nabuco tiveram contato com o Conselho Internacional de Museus - ICOM e trouxeram para o MUHNE "esse olhar comunitário" dos museus. Vale destacar a atuação pioneira do museólogo Aécio de Oliveira (1964-1992), junto à Fundação Joaquim Nabuco, concebendo e organizando o MUHNE, o Museu do Trem e outras iniciativas que incentivaram o interesse pela dimensão política do museu, iniciando a prática de uma "museologia ativa" e "comunitária", no Recife. Segundo (LIMA, 2017, p.44) a imagem de Aécio integra a de um grupo de profissionais que se destacaram pelo "pioneiro desempenho na organização de museus regionais e nacionais, bem como na consolidação da Museologia no Brasil".

> [...] Na atual fase da humanidade, o museu tomou um sentido completamente diverso daqueles conceitos antigos. Hoje, ele não mais inspira, como antigamente, só cheiro de múmias, do passado, mas o registro vivo de civilizações, não apenas pretéritas, mas, também, reconstruídas em seus aspectos mais interessantes, que nos dão as dimensões exatas do homem em seus múltiplos processo de desenvolvimento. [...][153]

Ulpiano de Menezes vai citar em documento no Encontro de Dirigentes de Museus: Confluências intelectuais e indícios de autonomia de pensamento de 1975[154], ligado à sua passagem pela FUNDAJ, ideias sobre gestão comunitária de museus, referindo-se a uma ideia de gestão compartilhada; Segundo (LIMA, 2017, p.60) o encontro culminou na elaboração da publicação "Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira", em 1976. O documento sintetiza as discussões desenvolvidas pelos grupos temáticos propostos e a indicação dos aspectos norteadores de políticas públicas específicas para os museus brasileiros.

Em 1986, o museólogo Mário Chagas daria continuidade ao discurso e à ação de Aécio, na posição de diretor do MUHNE. Foi a primeira pessoa a falar na FUNDAJ

---

[153] Entrevista de Aécio de Oliveira, ao jornal Diário de Pernambuco, em 4 de fevereiro de 1968 - Recife-PE.
[154] Em 1975, aconteceu o Encontro de Dirigentes de Museus: Confluências intelectuais e indícios de autonomia de pensamento, participaram do evento gestores e profissionais de museus do Brasil, como o Ulpiano de Menezes, Gerardo Brito Raposo da Câmara do Museu Histórico Nacional e Organização Nacional do ICOM - ONICOM e Aloísio Magalhães do Centro Nacional de Referência Cultural. (CALABRE, 2009, p.77)

sobre ecomuseus e museus comunitários; proposta que mais tarde se desenvolveu sob a forma de projetos, ações até a criação de um curso de especialização focado no tema museus, identidades e comunidades.

Em meio às iniciativas museológicas da Fundação Joaquim Nabuco, a partir do Museu do Homem do Nordeste vale destacar algumas que marcaram e afirmaram a proposta de trazer para um museu considerado tradicional uma ideia mais abrangente da museologia, que pudesse transcender acervos e paredes do museu, um olhar para o Nordeste considerando suas múltiplas faces e representações ao pensar e estar no museu. Algumas iniciativas foram tentativas de trazer para o MUHNE uma aproximação com as bases comunitárias que formaram e construíram o "ser e fazer" nordestinos. Destacaremos algumas iniciativas e gestões do museu que estiveram relacionadas a uma museologia mais participativa, que ressaltou a importância dos processos comunitários. Neste sentido, o MUHNE traz em sua proposta ações e perspectivas de mudança de mundo e realidades, questionamentos, críticas, alertas. É possível sair dos muros do museu com seus acervos e potencializá-los, mostrar o que eles podem trazer e fazer com nós mesmos e os outros (ARAÚJO, 2014).

Dentre as iniciativas e gestões do MUHNE citadas anteriormente, iremos destacar a atuação da antropóloga Vânia Maria Andrade Brayner Rangel – a partir das iniciativas realizadas quando assumiu a coordenação geral do MUHNE em 2003, permanecendo até o ano de 2012. Sua gestão teve um caráter participativo, identificando as competências da sua equipe e trazendo novos olhares para o Museu do Homem do Nordeste. Entre as ações realizadas, destacamos o interesse pela discussão do conceito de Museologia Social a partir de diferentes atividades e ações: o Seminário Avançado de Museologia Social, o Projeto Museu Múltiplo, além de ações educativas coordenadas pela pedagoga Sílvia Brasileiro a partir do Programa de Formação do Jovem Artesão. Programa foi realizado em 2004 pelo Museu em parceria com o Movimento Pró-Criança, visando a formação profissional continuada de jovens de baixa renda na faixa etária entre 15 e 21 anos, nos segmentos do artesanato e do design artesanal, unindo as referências culturais do artesanato de raiz da região Nordeste do Brasil às linguagens contemporâneas; e fazendo da produção cultural uma atividade econômica geradora de renda para os jovens e suas famílias (ARAÚJO, 2014).

O projeto pedagógico teve a duração de dois anos, tendo como base a educação centrada nos bens culturais; priorizava um olhar especial para o acervo antropológico do Museu, que inclui a rica representação de diversos polos artesanais da Região. O Programa realizou cinco edições/núcleos: o primeiro, o terceiro e o quinto Núcleos foram realizados dentro das dependências do MUHNE, na Oficina de Programas Educativos; o segundo Núcleo foi desenvolvido em Araçoiaba, PE, município que à época

apresentava o menor IDH da Região Metropolitana do Recife – e contou com a parceria da empresa Unilever; o quarto Núcleo teve como parceira a Paróquia do Morro da Conceição, localizada no Morro da Conceição, zona norte do Recife. O Programa aborda três eixos: Artesanato e Artes Plásticas, Produto e Indivíduo, Vivências Práticas e Aulas Passeios (ARAÚJO, 2014). Percebemos que este projeto teve um movimento de aproximação aos jovens de baixa renda a partir da arte, utilizando o MUHNE como agência social, fundamentado nos princípios da valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania e o cumprimento da sua função social.

Outra iniciativa que merece destaque por seu potencial social foi o projeto Museu Múltiplo, criado em 2010, que teve como objetivo discutir o nordeste plural, multicultural, com suas semelhanças e diferenças. A proposta era a itinerância da exposição de longa duração do MUHNE, chamada "Nordeste: territórios plurais, culturais e direitos coletivos", por meio de um programa de intercâmbio com espaços de memória viva - como terreiros, comunidades quilombolas, nações indígenas, migrantes do Nordeste e outros espaços considerados de exclusão sociocultural. Este projeto foi dividido em duas edições: na primeira o Museu do Homem do Nordeste desenvolveu ações no Terreiro Ilê Axé Ijexá, localizado em Itabuna, no Sul da Bahia; e na segunda edição foram realizadas ações na Colônia Penal Feminina do Recife, localizada no bairro do Engenho do Meio. O Museu buscou dar visibilidade ao Nordeste a partir das realidades das presidiárias, desenvolvendo uma proposta de ressocialização e levando-as a refletir coletiva e individualmente sobre as diferenças que opõem a sua representação social e a sua auto-representação (ARAÚJO, 2014). Este projeto trazia como eixo norteador o pensar e exercer a Museologia Social como uma "museologia do sujeito", visando o museu como ferramenta de inclusão e coesão social, reafirmado com a criação do Estatuto de Museus em janeiro de 2009[155].

O MUHNE tornou-se uma ferramenta de propagação da cultura local e/ou grupos organizados. No caso da ação realizada no terreiro, tornou-se um instrumento de conhecimento de luta contra o preconceito, na construção de um discurso a partir da

[155] Foi um exercício interessante olhar para a atuação de um museu de modelo tradicional, mais uma vez ampliando os horizontes de suas formas de representação e atuação junto à sociedade, repensando a região nordeste não como ficcional - ou do consenso de uma região rural, terra de cangaceiros, beatos e retirantes -, mas um nordeste feito por e para as pessoas que ali convivem e expressam suas diferentes formas de ser e viver. A proposta do projeto foi viajar por zonas de exclusão, em áreas que ficaram às margens das representações dos museus, tais como: presídios, mercados públicos, portos, comunidades indígenas, colônia de pescadores, assentamento de sem-terra, no intuito de identificar memórias subterrâneas, ocultas, muitas vezes marcadas pelas diferenças sociais e aspectos eurocêntricos nos museus, se pensarmos a partir do que selecionam para representar o museu e grupos sociais. A ideia foi percorrer os 9 Estados da Região Nordeste, a partir do diálogo estreito entre diferentes comunidades e o museu, compartilhar e vivenciar experiências, propor novas formas de utilização do acervo, potencializando o objeto como meio de conexão, apropriação e ação das pessoas, como provocador e experiência do presente. Assim, foram utilizados para as ações objetos, suas representações através de fotos em banners e painéis.

realidade da sua vivência, não diferenciando o museu do terreiro, mas potencializando os objetos, restituindo suas histórias. Ao empreender sua itinerância, o compromisso de incorporar do acervo o significado de origem dos objetos, como prolongamentos de seus artífices e usuários de homens reais.

A experiência de ser e se perceber como um museu múltiplo é um dos momentos mais marcantes da história do MUHNE, ao reconhecer-se que tudo dentro deste museu e do Nordeste - como foco central da sua missão - é partilhado em um mesmo território que nos une, ao mesmo tempo em que nos torna diferentes. O Museu propõe, assim, aceitarmos as diferenças com respeito e dignidade; reconhecermos que não somo unos, mas plurais. Que temos a nossa individualidade, mas também nossa coletividade. Essa é a riqueza de ser nordestino que nos faz perceber como “os Nordestes” são únicos e especiais. Em 2009, Vânia Brayner propôs junto com sua equipe o “I Seminário Avançado em Museologia”, com o objetivo de discutir os processos e ações desenvolvidos sobre a Museologia Social e processos comunitários, com o fim de contribuir para o desenvolvimento e consolidação do Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, que estava iniciando. A proposta era usar o conceito de Museologia Social como diretriz científica e estratégia de observação social e de atuação junto à sociedade e Museu Múltiplo (ARAÚJO, 2014). Embora a proposta tenha surgido na gestão de Vânia Brayner, ela se perpetua pelos anos seguintes com temas relacionados ao Museu do Homem do Nordeste e à Museologia Social.

Figura 151 – Logo do Seminário Avançado de Museologia Social



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ

Em março e maio de 2010, foram realizados o II e o III Seminários Avançados de Museologia Social. Estes eventos foram resultado de uma parceria entre o Museu do Homem do Nordeste e a Coordenação do Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, e tiveram como proposta promover o debate com a comunidade ligada a museus. Em setembro de 2010 foi realizado o IV Seminário Avançado, fomentando com a comunidade museológica o debate sobre os prós e os contras da Museologia Social. O evento teve como palestrante o museólogo Bruno Brulon Soares, que abordou

os temas “A Ascensão dos Museus Comunitários e os Patrimônios ‘Comuns’: Um Ensaio sobre a Casa” e “Sobre Comunidades e Museus: do gueto ao grupo Social Musealizado”. O evento teve como debatedores: Ciema de Mello (Antropóloga do MUHNE / FUNDAJ) e Henrique de Vasconcelos Cruz (Museólogo do MUHNE/ FUNDAJ). Em 20 de setembro de 2012, foi realizado o V Seminário Avançado de Museologia, sob o tema "Os Museus de Antropologia - Percursos, Políticas e Perspectivas", e que teve como palestrante o professor Manuel Ferreira Lima Filho, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Este evento representou simbolicamente a reaproximação da FUNDAJ com a antropologia[156].

Em maio de 2013, foi realizado mais um Seminário Avançado de Museologia Social, que teve como tema “Os Paradigmas e os Fantasmas Antropológicos: criações Artísticas e Resistência Política”, palestra ministrada pela Profa. Dra. Barbara Glowczewski. Em 15 e 16 de dezembro de 2014, o Seminário Avançado de Museologia Social apresentou como tema principal “os Museus de território: análises e experiências”. O evento teve como objetivo discutir as iniciativas ou territórios onde todo o conjunto de referências valoradas como patrimônio, ou parte significativa do mesmo, encontra-se musealizado, ou seja, subordinado a parâmetros específicos de preservação, documentação, estudo e interpretação, sendo sua base conceitual o patrimônio. (SCHEINER, 2013). Exemplos deste modelo conceitual de museu são os museus a céu aberto, ecomuseus, reservas naturais. Foram apresentadas e discutidas experiências como o museu a céu aberto de Skansen, o Museu do Alto Sertão da Bahia, o Engenho Massangana, entre outros processos museológicos. A proposta inicial era transformar o Engenho Massangana num ecomuseu, e fazer o seminário no seu espaço para discutir como trabalhar os museus de território. Mas a ideia de ecomuseu não foi adiante, por questões políticas. No primeiro dia do seminário foi realizada na Sala

[156] No seminário, foi discutido o tema da reaproximação da Antropologia com os Museus, trazendo elementos muito particulares do período: a Época da Razão, do Iluminismo/Antropocentrismo e a expansão comercial e marítima com o Novo Mundo, as Américas a criação dos museus europeus: mostrando a dominação, o colonialismo, o poder de países da Europa sob o Novo Mundo. Os museus nasceram, alinhados ideologicamente com os impérios nacionais, mostrando coleções e exposições que apresentavam o poder civilizatório dos seguintes países: França, Inglaterra e Alemanha. Contudo, era através de um viés antropológico que nasciam os museus. Segundo Manuel Lima (2019), a museologia é a história dos grupos sociais, e em sua maioria, é o grupo dominante - a elite, econômico/social, e pensante - a que dirige o processo, o modelo de exclusão, dominação e discriminação e com isso, as classes populares, os grupos étnicos e originais se viram banidos ou silenciado das coleções e exposições. Com mudanças, na academia, do conceito de cultura e identidade da antropologia, o conceito de meio ambiente e a metodologia da história oral, viu-se que era preciso mudar os museus. A crítica cultural, novas linguagens que emergiram, o pós-colonialismo na desconstrução da prática de exclusão de dominação, o pós-modernismo, a globalização, o fluxo de informações e as culturas híbridas trouxeram de volta a antropologia para a museologia, de um outro modo" e um dos principais pontos que deve ser considerado é a organização de diferentes grupos que lutaram pelo direito a memória, à valorização do seus patrimônios e à aceitação das diferenças, ao reconhecimento de identidades a partir das lutas diárias do senso comum e individual para o coletivo. (LIMA; NUNES, 2019)

Calouste, na Fundaj, uma mesa redonda sobre os museus de território, que contou com a participação da Profª Camila Azevedo de Moraes Wichers, da Universidade de Goiás – UFG; dos Profs. Antônio Carlos Montenegro e Carolina Ruoso, da FUNDAJ, e foi mediado pelo museólogo do MUHNE, Henrique Cruz. O segundo dia foi realizado no Engenho Massangana, que fica localizado no Cabo de Santo Agostinho; ali realizou-se um workshop sobre museus de território ministrado novamente pela Profª Camila Wichers, que apresentou conceitos e estudos sobre os museus comunitários e ecomuseus.

Vale ressaltar que Vânia Brayner, em sua trajetória profissional, esteve conectada às bases de movimentos sociais e simpatizava com os preceitos da museologia social. Assim, sua gestão teve um caráter participativo e preocupado com questões mais efetivas do papel do MUHNE diante de tantos desafios, desigualdades e diversidades culturais do Nordeste, aproximando o museu dos seus diferentes públicos e realidades sociais; e utilizando o museu como ferramenta de transformação social. Portanto, a gestão de Brayner marca um período de ampliação das propostas do MUHNE a partir de um olhar mais holístico e integrador, trazendo uma perspectiva mais participativa e de aproximação do museu com seus diferentes públicos.

Após sua saída, em 2012, o Museu do Homem do Nordeste passa por outra proposta de gestão, deixando de lado o foco nos processos museológicos comunitários, apenas retomado com a gestão do sociólogo Maurício Antunes, em 2014. Este permanece até 2016 trazendo ações e projetos ligados à proposta de museus comunitários. Antunes propõe uma reestruturação do organograma do museu, inaugurando o setor Estudos e Ações Comunitárias, que teve como coordenadora Carolina Rusou e o museólogo Henrique Cruz como responsável pelos estudos e pesquisas relacionados a iniciativas e/ou processos de base comunitária. Em 2016, Henrique Cruz assume a coordenação junto com Silvia Barreto, que se tornou a responsável pela linha de frente relacionada aos museus comunitários. E após a saída de Maurício assume Silvana Araújo como coordenadora geral do Museu do Homem do Nordeste.

Dentre as iniciativas relacionadas a museus e comunidades destacamos o “Programa de Integração Museus Comunitários e Programa Mais Educação (Ministério da Educação/MEC)”, projeto desenvolvido em 2014 relacionado diretamente a uma proposta comunitária integrada ao Museu do Homem do Nordeste. Este projeto foi realizado a partir de um convênio celebrado entre a Fundação Joaquim Nabuco/Museu do Homem do Nordeste (FUNDAJ/Muhne) e a UNESCO e foi concretizado em quatro etapas, durante os meses de outubro de 2014 e maio de 2015. Essas atividades promoveram a integração entre iniciativas museológicas e museus comunitários, e as

políticas indutoras da Educação Integral no Brasil, fortalecendo a capacidade institucional da FUNDAJ no desenvolvimento de pesquisas na área de avaliação, planejamento e proposição de políticas públicas integradas no âmbito do Ministério da Educação - MEC e de outros setores governamentais (GOMES, 2016). A proposta também contou com recomendações estratégicas no intuito de consolidar o Programa de Integração Museus Comunitários e Programa MAIS Educação (MEC)[157], por meio do desenvolvimento de ações integrando Estado e sociedade civil, parcerias entre iniciativas museológicas/museus comunitários e escolas públicas, através de atividades educacionais vinculadas à proposta de Educação Integral. (GOMES, 2016). Está proposta surgiu a partir da Coordenação-Geral do MUHNE, naquele momento dirigido por Maurício Antunes; e foi desenvolvida sob a supervisão da servidora da Fundação Joaquim Nabuco Sílvia Barreto e da historiadora Carolina Ruoso, com o apoio do museólogo Henrique Cruz[158].

A pesquisa incluiu diagnóstico das práticas educativas desenvolvidas nos museus comunitários ou processos museológicos da região nordeste, o processo de formação a partir da realização do workshop “Ação educativa em museus comunitários e Programa Mais Educação intercâmbio de experiências e parcerias para a educação integral”, que teve por objetivo fortalecer e aperfeiçoar o trabalho dos integrantes de escolas públicas e representantes de iniciativas museológicas e museus comunitários, que passaram a compor o Grupo de Trabalho Museus Comunitários da FUNDAJ (GT MC/FUNDAJ).

Por meio desse Programa foram desenvolvidas atividades teóricas e práticas, de pesquisa, formação técnica, trocas de experiências em setores governamentais e ações afins entre escolas públicas e museus comunitários. Essa articulação conjunta possibilitou criar estratégias interligando projetos e políticas públicas de educação integral e relacionada a museus e processos comunitários. A pesquisa seguiu as seguintes etapas: Identificação e mapeamento de iniciativas museológicas e museus comunitários na região nordeste do Brasil; o workshop Ação educativa em museus comunitários e Programa mais educação: Intercâmbio de experiências e parcerias para a educação integral; e a Criação do Grupo de trabalho Museus Comunitários da

[157] O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/programamaiseducação. Acesso em março de 2019.

[158] Neste processo tiveram o apoio do Comitê Territorial de Educação Integral de Pernambuco, vinculado ao Programa MAIS Educação/MEC, coordenado pela historiadora Glauce Gouveia e pela jornalista Vânia Fortunato, que contribuiu para o desenvolvimento e efetivação das pesquisas e atividades realizadas.

Fundação Joaquim Nabuco. Contou também com a parceria com o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e o assento do Ministério da Educação no conselho de Gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória. Por último, foi elaborada a Carta do Recife – Recomendações para a integração entre museus comunitários e educação integral e integrada.

> Um dos principais resultados desta pesquisa foi a elaboração de um conjunto de recomendações visando a consolidação do Programa de Integração Museus Comunitários e Programa MAIS Educação (MEC) e a sistematização de um instrumental metodológico que viabiliza a associação entre as atividades de educação integral de escolas públicas e as ações educativas de iniciativas museológicas e museus comunitários (GOMES, 2016, p.121).

A pesquisa teve como instrumento metodológico para desenvolver a integração entre museus comunitários e escolas públicas por meio dos programas de educação integral a seguinte proposta: o primeiro passo foi conhecer as possibilidades de cooperação a partir do que cada um defendia e atuava; o segundo passo foi realizar mesas de conversa como espaços para troca de saberes e conhecimentos; e por fim, a elaboração de projetos, ações educativas e culturais, no intuito de desenvolver maior integração entre museus comunitários e escolas públicas. O projeto incluiu diálogos interinstitucionais e marcos legais que se desdobraram na segunda etapa do workshop e na união de integrantes que formaram o Grupo de trabalho com representantes dos Ministérios da Cultura e da Educação, a Fundação Joaquim Nabuco e o Instituto Brasileiro de Museus, numa perspectiva de integração e cooperação técnica por meio de políticas públicas relacionadas a museus e educação. O desafio era fortalecer as ações museológicas e educativas dos museus comunitários para ampliar sua participação na execução das políticas de educação integral, juntamente com as escolas públicas. O debate se desenvolveu a partir dos seguintes eixos: Pesquisa; Comunicação; Fomento e financiamento; acervos museológicos, patrimônios e memórias; e foram traçadas algumas ações.

> A FUNDAJ, durante a implementação deste Programa de Integração, conseguiu instituir-se como uma referência na mediação de um amplo diálogo interinstitucional, de alcance nacional. Provocou e geriu o contato entre comunidades locais, gestores públicos estaduais e municipais, museus comunitários, redes de memória, patrimônio e museologia social, escolas públicas e gestores que planejam e executam as políticas federais de educação integral e museologia social (GOMES, 2016, p.152).

Esta proposta apresentada e desenvolvida pelo Museu do Homem do Nordeste foi um momento importante de atuação e ampliação das perspectivas do MUHNE em relação ao olhar dos museus de base comunitária; e permitiu uma relação estreita com o conceito de Educação integral, o qual compreende que a educação deve garantir

o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. Defende ainda que a educação deve se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Segundo Miguel Arroyo (2011), a educação integral fundamenta-se numa perspectiva holística de compreensão do processo formativo do ser humano, integrando os conhecimentos, culturas, valores, identidades e memórias e os processos educacionais tem que dar conta destas múltiplas dimensões na formação dos indivíduos. Este conceito e sua abrangência ao encontro das bases do museu integral, que contempla o homem e sua relação com seus territórios e seu patrimônio de forma integrada, considerando assim a potencialidade do museu enquanto fenômeno e representação cultural. Neste sentido, o MUHNE traz em sua proposta de inserção a educação enquanto ferramenta de planejamento estratégico no fomento à cidadania, no respeito às comunidades locais e no fazer de suas vivências, criando possibilidades de parceria com as redes de Museologia Social, patrimônio e memória numa educação holística e de fato integrada com diferentes áreas do conhecimento. Projetos e iniciativas comunitárias vão se fortalecendo cada vez mais dentro do MHNE, refletindo-se em seminários, laboratórios e cursos de pós-graduação.

2.5.4 - Seminários de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários – a FUNDAJ e o Laboratório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários

Baseado nas discussões dos workshops, pesquisas e atividades desenvolvidas juntos aos museus comunitários e às escolas públicas ligadas à proposta de educação integral, o MUHNE foi ampliando as ações desenvolvidas e incentivando novas ideias de atuação. Uma dessas inciativas foram os Seminários de Ecomuseus e Museus Comunitários – que aconteceram em três edições: a primeira em 2016, a segunda em 2017 e a terceira em 2018. Os Seminários tiveram como objetivo congregar pesquisadores ligados a museologia e áreas afins, de diferentes instituições do Brasil, para discutir conceitos e iniciativas da museologia relacionados a ecomuseus e museus comunitários, visando a criação de um laboratório de pesquisa ligado ao MUHNE. A proposta era reunir presencialmente pesquisadores e representantes de museus comunitários no intuito de incentivar parcerias e ações em conjunto.

> Eu me lembro que comecei a organizar as sugestões de nomes, pretendíamos abarcar as cinco regiões do Brasil, chamar principalmente departamentos de museologia que trabalhavam com o ensino, enfim e não trazer inicialmente as instituições; aí depois a partir

> do segundo foi que a gente trouxe os museus comunitários efetivamente para participarem, isso foi uma demanda do primeiro. O pessoal reclamou que faltavam os museus comunitários, então a gente trouxe para o segundo seminário (Entrevista com Henrique Cruz, 30 de maio de 2020).

O I Seminário de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários foi realizado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016 e teve por objetivo reunir pesquisadores do campo da Museologia para que pudessem apresentar seus estudos sobre a temática, tanto no que diz respeito às observações de campo quanto aos avanços nos diálogos conceituais transdisciplinares. A proposta dos seminários contou com a colaboração de pesquisadores ligados a universidades federais ou estaduais, que apresentaram suas pesquisas e discutiram a proposta de constituição do Observatório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários. Foram realizadas três mesas de discussão: Experiências com Museus Comunitários I, II e III. A primeira teve como convidadas as profas. Marilia Xavier Cury (USP) e Marcelle Pereira (UNIR), sob a coordenação de Silvia Barreto, pesquisadora do MUHNE. A segunda contou com a apresentação da Prof.ª Yara Mattos (UFOP) e Camila Moraes (UFG), sob a coordenação de Edna Sila, coordenadora do Educativo do MUHNE. Após as mesas foi realizada a reunião para constituição do "Observatório de Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil". A terceira mesa teve como palestrantes Alexandre Gomes, da Rede Museus Indígenas e a profa. Heloisa Helena Costa, da UFBA, sob a coordenação de Albino Oliveira, coordenador de museologia do MUHNE. Durante o Seminário, foram apresentadas ações colaborativas e de curadoria compartilhada para o estabelecimento de parcerias que motivaram a realização de museus indígenas, como aponta a pesquisa de Marília Xavier Cury (USP), bem como o Movimento Tropeirista, suas origens e processos culturais, na região dos distritos de Cachoeira do Campo, Casa Branca, São Bartolomeu e arredores, nos séculos XVIII, XIX e XX, como indica a pesquisa de Yara Matos (UFOP).

Para a pesquisadora Camila Morais, da UFMG,

> os processos animados por iniciativas comunitárias em memória e patrimônio cultural englobam diferentes perfis institucionais, entre os quais Ecomuseus, Museus de Território e Museus Comunitários, e nos trazem diferentes epistemologias, questionando práticas institucionais e disciplinares da Museologia.

O Seminário incluiu discussões sobre a museologia por meio de experiências participativas e comunitárias, que podem ser encontradas em diversas práticas museais no Brasil e exterior, como indicou Marcelle Pereira (UNIR), comentando que "ainda são poucos os estudos e trabalhos que tenham como objetivo analisar a trajetória destas

práticas com o intuito de aferir seus impactos junto às comunidades e aos grupos sociais em que atuam.

> O primeiro seminário foi algo único e foi polêmico, no sentido de ter muita discussão, inclusive para reunião da criação do observatório e foi onde eu percebi que houve choque de gerações você tinha Yara, Cury e Heloísa Helena de uma geração mais antiga são profissionais de uma geração da museologia, que se formaram pelo Museu Histórico Nacional era uma outra perspectiva de museologia e quando viram a proposta de ecomuseu gostaram. Do outro lado você tinha Alexandre, Camila, e Marcelle que são frutos, da Política Nacional de Museus, o que percebo foi o seguinte uma visão de museologia mais antiga e diferente, eram gerações diferentes isso ficou evidente no debate e ficou literalmente no auditório de um lado três e do outro três. A gente percebeu inclusive a inclusão do nome Ecomuseu, já foi algo que foi romper com aquela visão, era como se o Ecomuseu fosse coisa do passado e ficou no passado, porque o Varine não usa mais o termo é só museu comunitário, por que é museologia social e tudo vira museologia social e some todos os outros termos e ecomuseu é um termo que surgiu dentro do campo (Entrevista com Henrique Cruz, 30 de maio de 2020).

Nesta fala do museólogo Henrique Cruz fica evidente que o primeiro seminário gerou ampla discussão sobre o tema ecomuseus e museus comunitários; e que o debate se dividiu em dois grupos, um grupo de professoras de museologia que vinham atuando no campo e refletindo sobre os temas a partir dos seus grupos de estudos e ensino - trazendo uma perspectiva de que o termo ecomuseu deveria ser inserido no seminário e observatório, desmistificando não ser o termo ultrapassado, referindo-se à ideia de museus comunitários citada por Varine como termo mais atual. Já quanto ao segundo grupo Cruz se refere a “frutos da Política Nacional de Museus” - professores com formações interdisciplinares e de atuação na museologia, ligados a movimentos sociais e questões políticas e que simpatizavam com as ideias da nova museologia, museologia social e as discussões e produções do prof. Mário Chagas. Para o segundo grupo o termo ecomuseu é do passado, visam a memória comunitária, não foca só nos museus, mas nos processos museológicos.

Embora fossem de duas gerações diferentes percebemos que havia um consenso entres os dois supostos grupos classificados por Cruz. Ficou evidente a falta de estudos mais aprofundados sobre os ecomuseus e museus comunitários no apoio à criação do inicialmente chamado Observatório de Estudos Museais e Processos Museológicos. Outra demanda deste primeiro encontro foi inserir no segundo seminário representantes dos museus comunitários e ecomuseus para ampliar a discussão, conhecer novas iniciativas e incentivar mais parcerias entre pesquisadores e museus. Assim, o I Seminário, teve uma característica mais inicial do encontro entre pesquisadores, discussões e inclusão teórica, reconhecimento de uma produção textual

que deveria ser analisada, a inclusão do termo Ecomuseu para o II Seminário e uma proposta inicial do que seria este observatório, trazendo o olhar da pesquisa.

O **II Seminário de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários** foi realizado em 7 e 8 de agosto de 2017 e teve como objetivo reunir pesquisadores do campo da Museologia e representantes de redes de museus comunitários brasileiros para dialogarem sobre os avanços nos estudos e nas experiências em Museologia Social no Brasil – incluindo as observações de campo e os avanços nos diálogos conceituais transdisciplinares. Cabe lembrar que os processos animados por iniciativas comunitárias em memória e patrimônio cultural englobam diferentes perfis institucionais, entre os quais Ecomuseus e museus comunitários, trazem diferentes epistemologias, questionando práticas institucionais e disciplinares da Museologia. No entanto, os participantes alegavam que ainda são poucos os estudos e trabalhos que tenham como objetivo analisar a trajetória destas práticas com o intuito de aferir seus impactos junto às comunidades e aos grupos sociais em que atuam, assim como os conflitos internos e externos das práticas museais.

No seminário, pesquisadores ligados a universidades federais ou estaduais apresentaram suas pesquisas e discutiram uma possível parceria com o Museu do Homem do Nordeste, na criação do Observatório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários. A proposta do observatório teve como objetivo ser um espaço para o compartilhamento de informações e reflexões sobre Museologia Social, seja em relação ao desenvolvimento teórico-metodológico e à transdisciplinaridade no campo acadêmico, seja do ponto de vista das experiências que ocorrem nas organizações sociais, em diversos graus de formalização, e que atualmente buscam, através de conexões em rede, ampliar a demanda e o acesso das comunidades à sua memória.

A ideia da constituição do Observatório partiu da Divisão de Estudos Museais e Ação Comunitária do Museu do Homem do Nordeste e é parte das estratégias de fortalecimento de políticas para memória e museologia sociais do MUHNE/FUNDAJ. A partir de uma proposta inicial, o observatório teria como missão criar espaços de diálogo, intercâmbio e difusão de conhecimentos e experiências acerca dos processos museológicos comunitários. Os participantes foram contribuindo e acrescentando a complexidade inerente ao desafio. Nesta primeira reunião, algumas questões fundamentais foram postas em discussão pelos convidados a partir de seus campos de atuação[159].

[159] Discutiram-se questões terminológicas, de abrangência, de formas de funcionamento, adesão e sustentabilidade. Destacamos algumas ideias dos pesquisadores: Cury defendeu a inclusão dos estudos e das observações de processos colaborativos entre museus tradicionais e museus comunitários, além dos estudos acerca das iniciativas autônomas das comunidades. Gomes defendeu que o perfil do observatório

O II Seminário iniciou-se com conferência de abertura da profª. Drª Maria Célia Santos e três mesas de discussões: a primeira teve como tema Estudos e pesquisas em processos museológicos comunitários, e seus convidados foram a Profª. Drª Elaine Muller – UFPE e o prof. Dr. Eráclito Pereira, da UFRGS; a segunda mesa teve como tema Processos museológicos comunitários e organização social, com os convidados Tony Boita, Coordenador do LGBT de memórias e Museologia Social, Drª Maria Terezinha Resende Martins, Presidente da AbremC e Maria Inês Gouveia, da Rede de Museologia Social. E a terceira mesa teve como tema Museologia Social e educação em museus e como palestrantes: Daniel Pereira, MUHNE; Ronaldo Kapinawá, Educador Índigena; e Diego Xukuru, representante da comissão da juventude indígena de Pernambuco, sob a coordenação de Edna Silva, Coordenadora de Ações educativas da MUHNE. A conferência de encerramento foi com o prof. Dr. Mário de Souza Chagas – UNIRIO /IBRAM. A pedido dos organizadores, tanto a conferencia de abertura como a de encerramento contaram com falas autobiográficas, que abordaram a atuação e a história dos referidos professores em relação aos museus comunitários. Ambos fizeram crítica ao nome de observatório como se fosse apenas um grupo que irá observar e não em atuação como geralmente é a perspectivas de museus comunitários. Mudou-se então o nome para Laboratório.

O **III Seminário de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários** foi realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2017 na FUNDAJ e incluiu a terceira reunião sobre a constituição do Observatório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários. O evento teve convidados da teoria relacionada a ecomuseus e museus comunitários, uma mesa de militantes e apresentação de suas experiências museológicas e museais, reafirmação da proposta de Laboratório e a sua melhor definição. Entre os participantes, incluiram-se: Lígia Segala - Museu da Rocinha, UFF; Bruno Brulon Soares, UNIRIO; Luciana Menezes de Carvalho, UNIFAL; Diego Ribeiro, UFPel; Vivianne Valença, UERJ; Valdemar Lima – UFC; Marijara Queiroz – UNB, Átila Tolentino, IPHAN.

fosse inclusivo, e não academicista, que pudesse acolher as redes e conectá-las ao campo acadêmico, e vice-versa, também alertando para a abertura à diversidade de experiências. Moraes relatou o interessante fato de que vários egressos dos movimentos de memória social e movimentos sociais estão ingressando nas universidades e pautando as questões advindas da sociedade em suas práticas e estudos acadêmicos, algo que relata como tendo sido definidor da mudança de perfil no curso em que atua, e como apoia e acompanha as iniciativas desses alunos. Por sua vez, Pereira, dentre muitas outras sugestões, argumentou em favor de um observatório que atue em conjunto com outras políticas públicas, no fortalecimento de redes e movimentos de direito à memória, reconhecendo nos museus comunitários o signo da resistência a opressões e invisibilidades variadas.

Figura 152 – III Reunião sobre a constituição do Observatório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A proposta era que após o término dos três seminários seriam compiladas as discussões e propostas apontadas por todos os participantes que colaboraram para a concepção e definição do Laboratório de Estudos e Processos Museológicos Comunitários. O principal objetivo dos Seminários foi discutir e conceber, de forma conjunta, o Laboratório - com especialistas e militantes da área dos museus. Deste modo, a proposta de reunir pesquisadores e compartilhar as iniciativas de museus comunitários e Ecomuseus tornou-se um pretexto para a realização dos encontros e inauguração do Laboratório. Após os seminários e reuniões, ficou definido que este passaria a se chamar Laboratório de Estudos e Processos Museológicos Comunitários no Brasil, com linhas de pesquisa definidas e grupos de pesquisa dos professores a ele vinculados. A iniciativa da criação do Laboratório foi do museólogo Henrique Cruz:

> A iniciativa foi minha mesmo; primeiro como falei é um termo originário dentro da museologia – Ecomuseu, é um termo consolidado na área, existem ecomuseus no Brasil que são considerados museus comunitários, a ABREMC se chama Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, então eu acreditava que havia uma produção, havia uma prática, uma produção acadêmica e uma prática museal ligada ao Ecomuseu e que deveria ser analisada, estudada e observada, enfim, dentro deste laboratório de pesquisa. Então, a inclusão do termo ecomuseu era por uma tradição histórica, conceitual, uma tradição do campo, um termo do campo e eu percebi durante algum tempo que estava tendo esse apagamento (Entrevista com Henrique Cruz, 30 de maio de 2020).

Nesta fala de Cruz, fica evidente a escolha do termo e a importância do conceito de Ecomuseu nas pesquisas, produções e práticas museais realizadas no Brasil. Este conceito impregnou, da mesma forma, a proposta do Observatório - que, como já foi dito, passou a chamar-se Laboratório -, e também as discussões dos seminários.

Percebemos que tanto Vânia Brayner quanto Maurício Antunes vinham de movimentos sociais de base e isso influenciou diretamente a gestão e projetos do Museu

do Homem do Nordeste em dois períodos da sua história. A partir de um contexto político propício no período de suas gestões, com o incentivo a propostas de museus e processos comunitários, a gestão da antropóloga trouxe um novo olhar para o MUHNE e suas ações, contribuindo para articular uma equipe interna concisa e integradora em suas propostas; no segundo momento a atuação de Maurício, ao trazer a proposta de seminários, a participação e organização do Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS, em 2015, propicia a ideia da criação do observatório, desenvolvido na gestão de Sylvana Araújo.

> Eu acreditava que deveria ser criado um laboratório reunindo os pesquisadores do Brasil todo, eu acreditava que a gente poderia capitanear isso, como por exemplo o Museu de Astronomia capitaneou na área de patrimônio científico, então o MAST ele foi a grande instituição que congregou diversos pesquisadores do Brasil e de Portugal nessa temática e vieram diversos produtos dentro e fora do Mast em outras instituições. Eu via com essa perspectiva, serviu como modelo. Na conferência do Icom em 2016, a última que eu tive, deste encontro de Ecomuseus, o Varine apresentou uma grande rede de um grupo de pesquisa a nível internacional, com universidades da Europa, da África, da América do Norte estudando a questão dos museus comunitários, da museologia nativa, enfim, ai eu comecei a ver que havia possibilidade de fazer isso. Então, eu acreditava que poderia ser por aí, pensando que a Fundação era uma instituição de pesquisa financeiramente e logisticamente e equipada no momento em que as universidades estavam tendo redução de verbas, no momento que as políticas públicas, inclusive dentro do IBRAM, estavam tendo uma mudança em relação aos museus comunitários (Entrevista com Henrique Cruz, 30 de maio de 2020).

Nesta fala de Cruz, é possível perceber as duas principais influências e modelos que inspiraram a criação do Laboratório: a primeira foi o Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, que tem um grupo de pesquisa cientifica consolidado e de referência no Brasil; e a segunda foram as experiências comunitárias apresentadas por Hugues de Varine na conferência do ICOM em 2016. Ambas fizeram pensar na viabilidade da criação do Laboratório em torno da temática ecomuseus e museus comunitários, tão forte no Brasil. Cruz também expõe na sua fala o contexto em que a discussão e proposta do observatório aconteceram, um contexto político de mudanças na Presidência do pais e redução dos recursos para as universidades públicas; e de mudanças institucionais na gestão do Instituto Brasileiro de Museus, tirando do foco as políticas públicas e incentivos à criação de redes e pontos de memória, e consequentemente enfraquecendo algumas iniciativas que utilizavam os recursos fornecidos para a manutenção de suas atividades.

Neste sentido, a FUNDAJ estava naquele momento numa situação privilegiada, financeiramente e com a estrutura que poderia ajudar na logística dos pesquisadores e investimento na pesquisa, além de ser um espaço de excelência em estudos e pesquisas. Entretanto, devido a mudanças políticas e falta de apoio da nova gestão, a

proposta não foi à frente dentro do Museu do Homem do Nordeste/ FUNDAJ. Vale ressaltar que o Laboratório foi, sem dúvida, uma importante iniciativa de congregação de pesquisadores e profissionais que trabalham a temática dos Ecomuseus e museus comunitários no país, do reconhecimento da falta de investimento a esse tipo de iniciativas, a escassez de maior produção sobre o tema no Brasil, a diversidade e riquezas das ações e processos museológicos que são realizados, e o desinteresse das políticas institucionais quando o tema envolve a temática comunidade. Mesmo o Laboratório de Estudos e Processos Museológicos Comunitários no Brasil não tendo ido adiante, a proposta do curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidades, ligada aos estudos e processos museológicos, desenvolveu-se e foi implementada - sendo o curso inaugurado no início de 2019.

2.5.5 - O Curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidades

O Curso de Especialização em Museus, Identidades e Comunidades foi criado em 2016 pelas Diretorias de Formação Profissional e Inovação (Difor) e de Memória, Educação, Cultura e Arte (Meca), da Fundação Joaquim Nabuco. O Curso tem por objetivo geral formar especialistas capazes de desenvolver atividades integradoras dos museus junto às comunidades, e de atuar em museus comunitários, ecomuseus e iniciativas comunitárias de memória e patrimônio, incorporando a reflexão crítica sobre as práticas museais sociocomunitárias[160]. Seus objetivos específicos são: difundir e produzir conhecimentos sobre Museologia, com atenção específica aos processos museológicos sociocomunitários; fazer o egresso compreender os processos gerais da Museologia aplicada às iniciativas comunitárias, a fim de adquirir conhecimentos na área para o desenvolvimento de atividades profissionais de âmbito prático e/ou acadêmico; aprofundar reflexões sobre ecomuseus, museus comunitários e iniciativas comunitárias de memória e patrimônio; fomentar a discussão acerca das diversas dimensões da sustentabilidade relacionando-as ao conceitos de Museologia e museus comunitários; relacionar diversas perspectivas sobre o panorama atual da Museologia em nível nacional, latino-americano e internacional.

O primeiro projeto para aprovação do curso foi apresentado em agosto de 2017; mas ele só foi implantado em final de 2018. As aulas começaram em março de 2019, devido a mudanças na área de formação da Escola de governo da FUNDAJ.

[160] Edital de seleção do curso de especialização Museus, identidade e comunidades da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/edital_museu_novo_28_11_2018.pdf. Acesso em março de 2020.

Percebemos o quanto trabalhar com a temática de Ecomuseus e museus comunitários no Brasil é desafiador e quantos obstáculos pelos quais os diferentes grupos passam para ter reconhecimento e valorização da sua memória, dos seus patrimônios e em alguns casos da sua sobrevivência: precarização do serviço, poucos recursos destinados a essas iniciativas. Devemos levar em consideração que o MUHNE está vinculado a uma fundação federal que segue os parâmetros e linhas do governo, com estrutura e recursos e a visão política vigentes.

> A ideia foi apresentada que ia se criar este curso de pós, mas a formatação, a ideia do nome, qual era a disciplina, o corpo docente, quais eram as diretrizes fui eu que defini. A curso foi algo para estar alinhado com o que o museu fazia nos últimos tempos - e os últimos tempos que eu falo é de Maurício para cá. Primeiro era a linha que o museu seguia, eu percebi que não tinha nenhum curso com essa temática no Brasil, e eu tinha em mente que a especialização é o curso em que você vai pegar uma área específica dentro daquele campo para se especializar; tanto é que eu acho que o currículo é abrangente até demais, por isso numa próxima turma muita coisa será cortada e unificada (Entrevista com Henrique Cruz, 30 de maio de 2020).

Diante do depoimento, percebemos as sucessivas tentativas de implantação do curso para ser aprovado pela gestão da Fundação e dentro da Divisão do museu. Havia dois eixos temáticos na divisão, um ligado à história dos museus e da museologia, e o outro ligado a museus comunitários; e cada um deles tinha projetos alinhados a esses temas estruturantes para as ações. Assim, o curso da pós era uma ação e surge dessa demanda que o museu encaminhava. Outra ação deste processo foi a criação do Laboratório de Estudos e Processos Museológicos Comunitários[161].

> A minha linha de raciocínio para o curso foi ter um núcleo teórico, um núcleo prático, núcleo de disciplinas e esse ligado à redação de texto científico. Eu privilegiei no corpo docente aquelas regras mais burocráticas de ser servidores; a maior parte dos professores são museólogos de formação ou através da graduação ou da pós-graduação e isso eu fiz questão, devido, na minha opinião a um déficit que há na formação em Pernambuco, com presença de museólogos. (Entrevista com Henrique Cruz no dia 30 de maio de 2020).

O Curso tem carga horária total de 378h. As disciplinas são baseadas na teoria e prática dos Ecomuseus e museus comunitários, sendo divididas em quatro módulos[162]:

---

[161] O curso tem como público-alvo museólogos, professores e outros profissionais que atuem, no âmbito prático ou acadêmico, em museus, instituições culturais e iniciativas comunitárias de cultura, memória e patrimônio. Tem carga horária de 378 horas/aula. O conteúdo é estruturado em 18 disciplinas, divididas em quatro módulos. As aulas são ministradas na FundaJ Derby, em um cronograma de atividades que vai de março a dezembro de 2019. 25% das vagas são destinadas aos que se autodeclaram negros, indígenas, ser oriundos (as) de povos e comunidades tradicionais, ou ser pessoa com deficiência".

[162] As disciplinas do curso de Especialização em Museu, identidades e comunidades são divididas nos seguintes módulos: Módulo I - Museologia e Patrimônio, com as seguintes disciplinas: Introdução à Teoria da Museologia 21h História do Pensamento Museológico Sociocomunitário 21h Museologia, Performance Cultural e Experimentação 21h Patrimônios, Territórios e Musealização 21h Museus Virtuais e Patrimônio Digital 21h / Módulo II - Práticas Museais e Comunidades com as seguintes disciplinas: Educação e Museus 21h Exposições em Museus Comunitários 21h Documentação em Museus 21h Inventário Participativo 21h Conservação de Bens Culturais 21h Gestão e planejamento em Museus 21h / Módulo III – Memórias,

o primeiro módulo é a parte mais teórica, o segundo módulo são práticas museológicas, o terceiro módulo são as discussões da museologia com outras áreas do conhecimento e o módulo quatro, a disciplina que auxilia na escrita do trabalho final. Os professores são em sua maioria museólogos de formação e de outras áreas do conhecimento, como antropologia, arquitetura e urbanismo, história, ciência política, administração, direito e letras. No total, o curso possui 42 projetos ligados à discussão teórica e prática relacionada a Ecomuseus e Museus comunitários.

> Eu ouvi de três colegas que atuam na museologia social, que ficaram surpresos quando viram que eu que estava mobilizando essas coisas de museu comunitário acharam bem estranho; e segundo falaram que foi um amadurecimento profissional da minha parte e que achavam que eu ia ficar falando de objetos de museus tradicionais sempre; e ai eu devo isso à Fundação Joaquim Nabuco - ter me proporcionado essa experiência, neste momento foi uma experiencia importante na minha vida, não esperava, e essa instituição me proporcionou isso. Eu acho que essa experiência de lidar com a comunidade mesmo que no ensino foi importante para minha formação de museólogo, pela atuação como servidor público e a Fundação Joaquim Nabuco como instituição pública. De tudo aquilo que participei, o legado da minha experiência no museu foi o curso de especialização, foi o projeto mais vitorioso. Acho que foi um aprendizado, uma coisa boa, a gente conseguiu reunir um grupo, juntar pessoas que jamais trabalhariam juntas no mesmo lugar e eu fico feliz com isso; pelo menos eu consegui reunir pessoas de quase todas as regiões da área de museologia mas, também da FUNDAJ - pessoas de diferentes setores: todas as diretorias participaram, teve pessoas da DIPES, do CEHIBRA, do arquivo da Fundaj, foi uma experiência interessante. Tenho um carinho pelo curso e a FUNDAJ me deu a oportunidade, antes dos 40 anos, de puder coordenar isso (Entrevista com Henrique Cruz no 30 de maio de 2020).

Essa fala de Henrique Cruz chama atenção por enfatizar que a sua maturidade profissional vem da experiência que teve com as discussões e criação do curso a partir da ampliação do conhecimento dos ecomuseus e museus comunitários, no contato com pesquisadores da área e suas experiências e trabalhos desenvolvidos. É interessante esse reconhecimento dos pares do campo e a própria avaliação que faz da sua trajetória, demonstrando que tal experiência torna-se de relevância para a sua trajetória profissional. Portanto, a partir das iniciativas e processos museológicos comunitários, Henrique Cruz produziu afetos, soube ouvir e vivenciar experiências, valorizar processos comunitários únicos, reconheceu diferenças e pluralidades, ressaltou a importância das identidades locais, transformou ideias em ações e comunidades em estudos, reuniu diferentes profissionais em prol da pesquisa e o desenvolvimento da produção do conhecimento da museologia de cunho comunitário. Assim, a função do MUHNE foi recuperar e ressignificar nos objetos as memórias dos homens reais dos

---

Identidades e Sociedades Museus e Sociedade 21h Memória e Movimentos Sociais 21h Antropologia da Memória 21h Memória, Museologia Social e Educação 21h Sustentabilidade aplicada a museus 21h / Módulo IV – Metodologia e Instrumentalização: Produção de textos científicos 21h Metodologia da Pesquisa 21h (FUNDAJ, 2019).

quais eles procedem, como afirma Boaventura dos Santos: “O objeto é a continuação do sujeito por outros meios” (1994, p.39). Podemos então dizer que o museu é a continuação do sujeito por outros meios, expressões e representações - ele transcende o objeto e transpõe meios de transformação, apropriação, apresentação, construção e reconstrução de conceitos e olhares, espaço de ações e transformação social.

O Nordeste é feito por pessoas que acordam cedo, que trabalham muito, que tem uma alegria especial de olhar a vida, de se expressar - nas suas festas, religiões, conflitos, lutas, em prol do direito à terra, do direito à memória, do direito de lutar pelos próprios direitos, dos diferentes caminhos trilhados: o Nordeste é as diferentes formas de resistência e resiliência. Assim, museu pode ser ferramenta de relações de poder, luta, expressões culturais, valorização das memórias individuais e coletivas, de significação e ressignificação de objetos, espaços e apropriação. Museu é lugar de produção, de vivências, de transpor muros, de conhecer diferentes culturas e formas de ser e viver, é trazer à tona memórias silenciadas, é colocar em evidência o que está oculto ou marginalizado. Museu é bom para pensar e agir, é ação e atuação, é vida!

Figura 153 – Turma do Curso de Especialização em Museus, Identidades e Comunidades



Fonte: Fundaj

É importante ressaltar que os Seminários de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários serviram como espaço de encontro, reunião de pesquisadores e atores comunitários na partilha de seus estudos e experiências, fortalecendo o reconhecimento e valorização das iniciativas e processos museológicos, no intuito de criar o Laboratório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários. Embora a proposta do Laboratório não tenha se concretizado na prática, a grande riqueza desta ideia foi, sem dúvida, o processo de discussão relacionado às questões de uma museologia comunitária, reunindo especialistas sobre o tema e propiciando o compartilhamento de experiências de diferentes grupos e organizações sociais. A criação do Curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidades foi uma importante contribuição para os estudos sobre ecomuseus e museus comunitários no Brasil, contribuiu para a

capacitação de profissionais de museus e áreas afins, formando especialistas capazes de desenvolver atividades integradoras e de atuar em museus comunitários, ecomuseus e iniciativas comunitárias de memória e patrimônio, incorporando a reflexão crítica sobre as práticas museais sociocomunitárias.

2.6 – Uma teoria brasileira sobre ecomuseus

A consolidação de uma teoria sobre ecomuseus é um fenômeno mundial que tem se processado nos últimos 50 anos, com base na reflexão sobre as novas e diferentes práticas e experiências comunitárias e suas relações com o fenômeno museu. No Brasil, essas discussões em torno do que seria "ecomuseologia" e/ou um Ecomuseu, suas dinâmicas e práticas de organização têm-se desenvolvido ao longo das décadas de 70 e 80, sob influência da Mesa Redonda de Santigo do Chile de 1972, e da Declaração de Quebec de 1984, que sistematizou os princípios básicos da Nova Museologia, bem como da criação, em 1985, do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Minom). Tais discussões se concretizam com as primeiras iniciativas de museus comunitários do país; e com as discussões desenvolvidas nos Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários.

Partimos da seguinte questão: é possível afirmar que existe uma teoria brasileira sobre ecomuseus? Esta questão é muito importante para refletirmos sobre a produção teórica brasileira que vêm sendo desenvolvida desde a década de 80 sobre o tema Ecomuseu e/ou Ecomuseologia, ou se são apenas reproduzidos os discursos europeus. Para buscar responder é importante destacarmos alguns autores brasileiros que vêm se debruçando sobre o tema e/ou que desenvolvem estudos diretamente com Ecomuseus, para compreendermos as dinâmicas de construção dessa teoria.

Um dos primeiros autores no Brasil a falar de Ecomuseu e/ou Ecomuseologia foi **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**[163], no final da década de 70 e início da década de 80. Guarnieri considerava o fato de que o estudo dos museus e da museologia exige um caráter interdisciplinar, e só parece "viável e exequível em nível pós-graduado quando os estudantes já possuem domínio de uma disciplina, na qual estão "formados" (2010, p.6). Sua proposta era desenvolver um mestrado em Museologia no Brasil.

[163] Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1935-1990) graduou-se em Direito pela USP. Em 1957 ingressou no serviço público estadual, de onde estabeleceu contato com a área cultural, em especial com o universo museológico a partir da década de 1970. Mestre (1977) e Doutora (1980), em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). A museologia e o patrimônio cultural foram suas áreas de atuação privilegiadas. Waldisa não era museóloga e não poderia lutar por uma profissão que não era a dela. Coordenou entre as décadas de 1960 e 1970 diversos projetos para a implantação de museus estaduais, e a partir de então seu nome passa a ser associado à Museologia. Em 1978 criou o primeiro Curso de Museologia do estado de São Paulo, na FESPSP, em nível de pós-graduação - Curso de Especialização. Em 1985 criou o Instituto de Museologia de São Paulo.

Guarnieri participou ativamente do Comitê Internacional de Museologia do ICOM - ICOFOM, desde a sua criação em 1977, tendo importante e pioneira participação naquele comitê. Por sua sugestão, Teresa Scheiner ingressou no ICOFOM, passando a atuar num grupo que, desde aquele momento, pensava a museologia como uma ciência social. Com base em Durkheim e Mauss, Waldisa formulou a noção de "fato museológico" ou “fato museal”[164], definindo a relação do homem e sua realidade como o objeto de estudo da museologia. Para Guarnieri,

> O objeto da museologia é o fato museal ou o fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem pertence igualmente e sobre a qual ele tem o poder de agir. Essa relação comporta diversos níveis de consciência e o homem pode apreender o objeto por meio dos seus sentidos: visão, audição, tato, etc. (GUARNIERI,1981, p.58).

Segundo a autora, em sua tese de doutorado, tendo como referência a Mesa de Santiago (1972), o museu precisa se comprometer com os problemas sociais e favorecer a base de compreensão desses mesmos problemas. Afirma, ainda que mudança social é sinônimo de revolução e que as instituições não revolucionárias não poderiam sobreviver (GUARNIERI, 1980, p. 21). Como exemplo de inovação, destaca o Ecomuseu Creusot-Montceau, na França, afirmando que a comunidade participava da vida institucional e que em suas práticas, este subvertia a coleta e a preservação do acervo[165]. Para a autora, fortemente influenciada pelas ideias de Varine, os ecomuseus foram uma das maiores conquistas da Museologia de seu tempo[166] resultando na seguinte perspectiva:

FATO MUSEAL=		HOMEM / OBJETO / CENÁRIO
		↓ ↓ ↓
Museu tradicional	=	público + coleção + edifício
Novo museu	=	população + patrimônio + território [167]

Esse esquema teórico-conceitual ressalta uma abordagem que interpreta os objetos como testemunhos de processos sociais – ou seja, inseridos em um determinado contexto. Propunha o conceito de “fato museal” com uma preocupação com seu contexto histórico ou com os resultados de sua ação. Por sua trajetória e ideias,

---

[164] CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Russio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. PPG-PMUS, UNIRIO/MAST. Revista Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2011, pp. 147-158.

[165]GUARNIERI, Waldisa Rússio C. Formação profissional. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1980, p.46.

[166]Ibid., v. 1, 2010, p.123

[167] Ibid. In Op. Cit, p.128.

Guarnieri tornou-se uma referência na museologia latina, para todos aqueles que defendem o caráter científico da museologia. No contexto da museologia brasileira, atualmente, pode-se apontar como seguidores do seu pensamento, principalmente, os pensadores do meio acadêmico que têm em vista a perspectiva da Sociomuseologia, dentre os quais figuram Manuelina Duarte Cândido e Marcelo Mattos Araújo. A sua principal contribuição foi a necessidade de pensar o Ecomuseu não só na perspectiva do meio ambiente, mas compreendendo-o a partir de uma análise histórica e social, como resultado e agente de um processo social:

> O museu tem sempre como sujeito e objeto o homem e seu ambiente, o homem e sua história, o homem e suas ideias e aspirações. Na verdade, o homem e a vida são sempre a verdadeira base do museu, que faz que o método a ser utilizado em Museologia seja essencialmente interdisciplinar, posto que o estudo do homem, da natureza e da vida, depende do domínio de conhecimento científicos muito diversos (GUARNIERI, 1989, p.125).

Guarnieri considerava que os ecomuseus tinham sido uma das contribuições originais e mais importantes da Museologia de seu tempo, evidenciando suas bases a partir do homem, seu ambiente e vida.

Na década de 80, destacamos a autora **Fernanda Camargo-Moro**[168] e sua atuação na implantação do auto-nomeado primeiro Ecomuseu do Brasil, o Ecomuseu de Itaipu, em 1986; e sua participação do I Encontro Internacional de Ecomuseus, que contribuiu para o amadurecimento das discussões no Brasil sobre o tema Ecomuseu.

Para alguns autores, a criação do Ecomuseu de Itaipu serviu de concretização das ideias que vinham sendo discutidas e implementadas na Europa de um museu integral, ligado ao homem, ao meio ambiente e suas dinâmicas relacionais. A criação de um museu estava prevista desde a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.[169]

Em atendimento aos dispositivos normativos e legais do setor elétrico brasileiro, para a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi elaborado em 1975 o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente, de atenuação dos impactos socioambientais da futura usina. Este plano previa a elaboração de inventários de estudos do patrimônio hídrico, florestal, faunístico, e arqueológico daquela área; o levantamento das populações dos municípios atingidos nos meios biológico e social da região, bem como estudos sobre a qualidade da água, solo e clima. Os resultados parciais dos projetos realizados a partir do Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente foram

---

[168] Museóloga graduada no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (1956), criadora e diretora de pesquisa da MOUSEION - Centro de estudos, consultoria ciências humanas e ambientais. Membro ativo do ICOM, foi Presidente do Comitê Nacional (.....) e membro do Comitê Executivo da Organização (....). Criou, com Lourdes Novaes, o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Ecomuseu de Itaipú.

[169] Algumas das Informações apresentadas sobre Fernanda Camargo Moro e o Ecomuseu de Itaipu ,foram consultadas na documentação do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMUS – UNIRIO.

apresentados no Primeiro Seminário da Itaipu Binacional, no ano de 1979, e no Segundo Seminário, em 1987. Foi nesse contexto que ocorreu a criação do Ecomuseu de Itaipu, entre propostas de parques para a conservação da vegetação restante, zoológicos e outros projetos que pretendiam cumprir uma exigência do Banco Mundial na proteção do ambiente da região.

É importante recordar que a inundação provocada pela represa da Usina de Itaipu – a formação do gigantesco lago – resultou na destruição de florestas (600km²), terras agrícolas (800km²), sítios arqueológicos[170] (inclusive os ainda não trabalhados), aldeias indígenas e no desaparecimento das Sete Quedas (o Parque Nacional das Sete Quedas foi extinto em julho de 1981), ocupando boa parte de terras dos municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Terra Rocha, no estado do Paraná (MORO, 1987).

Moro criou e presidia a empresa MOUSEION - Centro de Estudos Museológicos e Ciências do Homem. Foi nessa condição que participou de uma reunião em outubro de 1985 com a Fundação MUDES - Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, para a implantação de um museu previsto para Itaipu. Segundo a autora, “não seria cabível que uma obra como a Itaipu tivesse em seu desenvolvimento cultural um museu que não acompanhasse as novas propostas de interpretação do patrimônio.” (MORO, 1986, p.3). Fernanda Moro traz essa perspectiva museológica para a Itaipu, associando as necessidades de preservação do meio ambiente e desenvolvimento territorial de caráter econômico, social e tecnológico. E nasce o Ecomuseu de Itaipu, projeto autonomeado como primeiro Ecomuseu do Brasil e da América Latina. Já em janeiro de 1986 a proposta é aprovada e o Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu começa a ser elaborado pela museóloga. O documento trata a região de abrangência da Itaipu Binacional, que inicialmente eram os dezesseis municípios lindeiros ao lago, como um conjunto de elementos naturais e culturais representativos de um meio ambiente homogêneo e indissolúvel. Moro sugere que o Ecomuseu de Itaipu seja pensado em duas partes: o núcleo central e as antenas. A primeira consiste no prédio onde o museu se localizaria, o antigo Centro Admissional da UNICON (União de Construtoras Ltda.) – que funcionaria como o centro interpretativo do território, com exposições e atividades pensadas para que a comunidade do entorno

[170] Em 1975, foi firmado um convênio, através IPHAN, entre a Itaipu Binacional e o Ministério da Educação e Cultura para a criação do Projeto Arqueológico Itaipu, sob coordenação do arqueólogo Igor Chmyz. Foram localizados 237 sítios arqueológicos e a análise do material recolhido possibilitou a reconstituição do povoamento da área da usina no período entre 6000 a.C. e 1920 d.C. Foram também feitos levantamentos dos animais e da vegetação da região tendo sido identificadas cerca de 1.600 espécies de insetos, 623 espécies botânicas, 70 espécies de mamíferos, 252 espécies de aves e 23 espécies de répteis.

compreendesse a região, o homem, sua obra e seu meio ambiente através do tempo e espaço.

A segunda diz respeito às estações de preservação, como os Refúgios Biológicos, casas e centros de memória e centros comunitários. Moro delimita as ações do museu, explicitando os padrões mínimos para o seu funcionamento, políticas culturais, pessoal, exposições, financiamento, entre outros. Divide o museu em quatro setores, que facilitariam a sistematização das atividades: setor de museologia e conservação; setor de pesquisa e documentação; setor de informação e dinamização; e setor de administração e serviços gerais. Propõe, ainda, atividades de Educação Ambiental, sendo essa a principal proposta educativa do Ecomuseu. Para Moro, a educação ambiental é importante para a compreensão do todo em que a comunidade está inserida:

> A educação ambiental estabelece um convívio sadio entre o homem e o meio ambiente em que vive. Este convívio é imprescindível dentro do processo de preservação do meio ambiente, pois através dele chega-se a um grau de entendimento profundo e afetivo e não apenas a uma compreensão razoável. Este entendimento e afeição por parte da comunidade envolvida serão sempre os elementos de maior combatividade dentro do processo de preservação do meio ambiente interpretado sob o ponto de vista de um todo sistêmico.[171]

As ações educativas são, no Plano Diretor, função do Setor de Informação e Dinamização e devem ser executadas com os recursos do Ecomuseu, tendo como objetivo a preservação da região, incluindo os espaços naturais selvagens, espaços naturais humanizados e espécimes. Fernanda deixa clara a sua proposta ao elaborar o Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu (1986), considerando que o Ecomuseu não poderia ser baseado em outros ecomuseus existentes. Seria necessário criar um museu que atendesse às necessidades do território onde está inserido: a realidade de Itaipu, de sua região de abrangência e suas especificidades.

> Não deverá ser um ecomuseu semelhante ou calçado em algum já existente, mas uma interpretação, uma fórmula equacionada à realidade local, a realidade de Itaipu, onde um projeto avançado puxa o fator tempo para o futuro, porém onde há todo um espaço a ser preservado, que paralelamente desenvolve-se em conjunto com o canteiro imenso de obras.[172]

Moro propunha tornar o Ecomuseu de Itaipu um museu que tinha por base: "a vinculação da região (TERRITÓRIO) com elementos representativos da natureza e do desenvolvimento cultural (PATRIMÔNIO) e com a população local (COMUNIDADE)".[173] Nesse sentido, apresentava o seu Ecomuseu como um modelo de ecomuseu diferente

[171] CAMARGO- MORO, Fernanda. Ecomuseu de Itaipu: Plano Diretor. Rio de Janeiro: Mouseion, 1986. p.35.
[172] Ibid., In Op. Cit., p. 14
[173] Idem.

dos que já existiam na Europa, diferente dos museus comunitários que já haviam chegado à América Latina, na medida em que considerava que a sua proposta unia as necessidades de desenvolvimento local e preservação, sendo capaz de conciliar diferentes gerações com propósitos alinhados aos interesses do território, da comunidade local e da Itaipu Binacional.

Essa visão parece contar com uma boa dose de otimismo sobre a articulação entre o Ecomuseu de Itaipu e as comunidades locais, ou mesmo uma certa idealização do projeto. Ou ainda em relação à diferenciação das demais experiências. Todavia, é importante reconhecer que o Ecomuseu de Itaipu assumiu um papel maior do que apenas o de mitigador dos impactos socioambientais. Ao não adotar o trinômio do museu tradicional – edifício, coleção e público, e sim o trinômio da Nova Museologia – território, patrimônio e comunidade – o projeto foi aceito pela Itaipu Binacional e tornou-se um projeto com flexibilidade e capacidade de adaptação às demandas da região. A proposta de Moro era um museu como elemento de preservação do meio ambiente, "uma proposta mais nova que possa assumir a coordenação sistêmica de um processo de preservação de um meio ambiente, integrando-o ao desenvolvimento cultural, social, econômico e tecnológico – um ecomuseu" (MORO, 1986, p.14). Segundo Moro,

> O ecomuseu assegura as funções de coleta, pesquisa, conservação, interpretação, apresentação e explicação de um conjunto coerente de elementos naturais e culturais, representativos de um meio ambiente. Exprime as ligações entre o homem, sua obra e a natureza, ao longo do tempo e do espaço, em relação a um determinado território, e abrange todos os bens de interesse científico e cultural, reconhecidos e representativos do patrimônio da região.

Assim, o ecomuseu passa a ser o elemento coordenador não só do processo de preservação do momento que passou, mas também do momento presente e da boa acolhida do momento futuro. O território, a região, é um todo a ser vivido e preservado. Além desta atitude de preservação, torna-se também um observatório que analisa o seu universo e outras áreas de abrangência, e um laboratório de pesquisas.

Uma das autoras mais importantes da década de 90 que desenvolveu estudos sobre o conceito de ecomuseus e que produz até os dias atuais no Brasil é **Teresa Cristina Scheiner**[174], conhecida nacional e internacionalmente como uma grande

[174] Bacharel em Museologia pelo Museu Histórico Nacional (1970), com Habilitação para Museus de Ciências; Licenciada e Bacharel em Geografia pela UERJ (1977/78); Mestre (1998) e Doutora (2004) em Comunicação pela ECO/UFRJ. Professora Associada da UNIRIO, ministra aulas na Graduação em Museologia desde 1973. Diretora da Escola de Museologia (1994/2000). Foi responsável pela criação e implantação do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST, que coordenou entre 2006 e 2017. A partir de 2017, coordena o Doutorado em Museologia e Patrimônio, no PPG-PMUS. Membro atuante do ICOM, foi criadora (1989) e é Consultora Permanente do ICOFOM LAM. Foi membro do Board (1993/98) e Presidente (1998/2001) do Comitê Internacional de Museologia – ICOFOM. Membro do Comitê de Ética (2000/04), do Conselho Executivo (2004/10) e Vice-Presidente do Conselho Internacional de Museus - ICOM (2010/16). Editora Chefe, MUSEUM INTERNATIONAL (2014/17).

teórica da Museologia, que afirma ser um âmbito pluridisciplinar do conhecimento vinculado à episteme contemporânea. Scheiner defende um enfoque holístico da Museologia, numa perspectiva do Museu como fenômeno, processo que se dá na relação - e não mais como um produto; e faz a crítica às abordagens da comunidade como entidade abstrata (SCHEINER, 1995). Propõe pensar sobre práticas museológicas voltadas para o social a partir dos conceitos de museu integral, museu comunitário e ecomuseu, partindo do pressuposto de que a noção de museu é dinâmica e mutável e de que ele é concebido hoje, no campo teórico, como fenômeno "(...) identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória (...)". (SCHEINER, 2012, p. 18).

Responsável pela introdução, na Museologia brasileira (1984, 90, 91), das teorias e práticas de educação ambiental, associadas à interpretação da natureza e aos programas de formação comunitária, Scheiner percebe o ecomuseu como uma modalidade de museu comunitário, que teria trazido como inovações: a apreensão do patrimônio imaterial ou intangível, a musealização do território, a realização de inventários de paisagens, a implementação de estratégias de conservação pelo uso, o compartilhamento de decisões com líderes comunitários e, além disso, o estabelecimento de uma relação mais direta entre as práticas museológicas e as práticas sociais. Esses aspectos contribuiriam para a elaboração do conceito de museu integral. Poderiam, por outro lado, ser observadas como tendências dos ecomuseus e museus comunitários: um fechamento no âmbito da comunidade, desvios de funções devido à primazia de interesses políticos, a institucionalização e consequente aproximação com o modelo tradicional de museu, o distanciamento entre o discurso e a prática e, por fim, a extinção ou dissolução do museu. Scheiner (2012) qualifica ainda ecomuseus, museus comunitários, museus interativos e parques naturais como experiências mais abertas e plurais, que operam uma gestão democrática dos patrimônios. Eles não seriam, porém, necessariamente fruto da iniciativa de grupos sociais ou sociedades mais democráticas, podendo resultar de iniciativas políticas.

De acordo com Scheiner (2012), a grande renovação dos ecomuseus no que diz respeito à prática museológica consiste no modo de atuar as funções básicas da Museologia - relativizando o poder do especialista pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias. Eis aí, transformada em ação, a proposta do Museu Integral. Os ecomuseus "foram precoces em reconhecer a importância da herança intangível, da linguagem, das crenças e do relacionamento humano, e em identificar as diferenças que existem entre lugares e suas comunidades" (SONG, 2005, p.15), buscando, de modo mais direto, as relações entre prática museológica e práticas sociais. Os ideais e as práticas dos ecomuseus incorporaram as metodologias

existentes no universo museológico, e ajudaram a desenvolver métodos de ação mais sintonizados com as necessidades de grupos específicos.

Para Scheiner, o ecomuseu não chega a ser em si uma proposta revolucionária, mas é, certamente, uma das formas de reatualização do fenômeno Museu, adequada à época de sua emergência. O ecomuseu não é, certamente, uma ruptura com o museu tradicional, nem a única forma de relacionar, de forma ativa, museus e sociedade. Mas, sem dúvida, constitui uma alternativa interessante para a ressignificação de comunidades que desejam valorizar e dinamizar suas relações com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local. A evolução da prática museológica nos leva a observar que, a partir dos anos 1960, os museus, de modo geral, começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência, incorporando as metodologias de experimentação ao conhecimento em processo (SCHEINER, 2012).

Também na década de 90, destacamos o museólogo **Mário de Souza Chagas**[175], que tornou-se uma grande referência para a ecomuseologia brasileira, tanto por seus escritos, como principalmente por sua atuação militante junto às comunidades por todo o Brasil, que resultou no apoio direto, consultoria e "apadrinhamento" de inúmeras iniciativas de criação de ecomuseus e museus comunitários. É reconhecido nacional e internacionalmente no campo da museologia, especialmente na museologia social, nos museus sociais e comunitários, na educação museal e nas práticas sociais de memória, política cultural e patrimônio.

Para Chagas, os museus devem ocupar novos espaços na sociedade e desempenhar um papel central no processo de transformação dela mesma. Tem como base as ideias de "memória do poder" e "poder da memória" para a reflexão sobre os ecomuseus ou os novos museus. Em sua visão as instituições museais poderiam escolher ser "(...) espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória". (CHAGAS, 2001, p. 13) A primeira opção implicaria na valorização do passado, na formação de acervos valiosos,

[175] Museólogo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-1979) e Licenciado em Ciências pela UERJ (1980). Iniciou a sua atuação em museus na Fundação Joaquim Nabuco - Museu do Homem do Nordeste, em Recife, PE, tendo trabalhado em diferentes museus. Mestre em Memória Social pela UNIRIO (1997) e Doutor em Ciências Sociais pela UERJ (2003). Foi um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus (2003) e um dos criadores do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Programa Pontos de Memória, do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Fundador da Revista Brasileira de Museus e Museologia - MUSAS e criador do Programa Editorial do IBRAM. Atualmente é diretor do Museu da República, presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), professor da Escola de Museologia e do PPG-PMUS. Professor colaborador do Programa em Pós-graduação em Museologia da UFBA e professor visitante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT).

personalistas e etnocêntricos, pelo autoritarismo e supressão do conflito. Com a segunda, a memória seria um elemento que possibilitaria o desenvolvimento social de grupos e comunidades e poderia servir para instrumentalizar os indivíduos frente ao desafio de equacionar um “acervo de problemas”. Os “novos museus” – ecomuseus, museus comunitários e outras formas – utilizariam o “poder da memória” de forma democrática a serviço de interesses sociais. Ele alerta para a possibilidade de que também nos “novos museus” ocorram dinâmicas orientadas para o passado, processos coercitivos, práticas excludentes. Nesse sentido, é necessário ir além da dicotomia museu tradicional/museu contemporâneo, tendo em vista a complexidade dos museus e considerando-os como um processo, uma relação, com conflitos e contradições internas.

Nos anos 2000, destacamos a museóloga e militante Odalice Miranda Priosti[176] uma referência incontornável para a ecomuseologia no Brasil. A sua ação foi fundamental para a criação e consolidação de ecomuseus brasileiros, especialmente a partir de sua atuação pioneira no Ecomuseu de Santa Cruz; e na criação da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários no Rio de Janeiro. Tendo forte influência de Hugues de Varine e Paulo Freire, Priosti foi além da sociomuseologia ao pensar os ecomuseus e museus comunitários, formulando a proposta da Museologia da Libertação.

Odalice Priosti cursou o doutorado em Memória Social no PPGMS da UNIRIO, onde desenvolveu a tese "Memória, Comunidade e Hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência", em aprofundamento da dissertação de mestrado "Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade". Integrou a partir de 1992 a equipe dinamizadora do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, também conhecido como Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, no Rio de Janeiro[177]. Foi Coordenadora de Estudos e Projetos do NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz[178] e fundadora da ABREMC, da qual foi Presidente na

[176] Graduada em Letras, atuou como professora de Francês na rede pública do Rio de Janeiro. Museóloga formada pela UNIRIO. Mestre (2000) e Doutora em Memória Social pela UNIRIO (2010). Destacou-se especialmente na liderança como Coordenadora de Estudos e Projetos do NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, juntamente com o seu companheiro de toda a vida, Walter Priosti, na criação e condução do Ecomuseu de Santa Cruz e na criação da ABREMC – Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários.

[177] Para Priosti, o Ecomuseu de Santa Cruz passou a existir desde a criação e influência do NOPH em 1983, sendo que o ano de 1992 foi apenas o momento em que o coletivo à frente do NOPH e do Ecomuseu se reconheceu enquanto museu. Ver PRIOSTI, Odalice Miranda. Memória, comunidade e hibridação: museologia da libertação e estratégias de resistência. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2010. p.59

[178] NOPH – Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica - organização civil comunitária sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidários, fundada a 03 de agosto de 1983, a partir das lutas da comunidade de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, para a criação de um espaço cultural com “a finalidade de proceder a estudos e pesquisas concernentes aos testemunhos materiais do homem e do seu ambiente,

1a. gestão - 2006/2009 e Vice–Presidente até o seu falecimento precoce, em 2017. Foi Vice-Presidente e Conselheira do MINOM. Destacou-se especialmente na Ecomuseologia e Museologia Comunitária, com abordagens críticas sobre: ecomuseu, museu comunitário, comunidade, patrimônio, memória social e cultura. Participou intensamente de mesas redondas, em congressos, fóruns, seminários e encontros no Brasil e em alguns países e publicou artigos em revistas, periódicos e sites nacionais e internacionais relacionados à memória, à museologia comunitária, ao patrimônio e ao desenvolvimento local.

Em 2007, Priosti e Varine, em trabalho conjunto, abordam questões teóricas e práticas inerentes aos processos museológicos de claro perfil comunitário, onde os museus podem ser entendidos como criações autênticas de comunidades, no trabalho de construção e sustentação de sua memória social. No contexto do panorama diversificado das museologias sociais, comunitárias, territoriais e ecomuseologia na contemporaneidade, propõe-se a profissionalização de responsáveis por museus locais, ecomuseus e museus comunitários pela oferta de capacitação em cursos ou oficinas; e a inclusão gradativa da Museologia Comunitária nas graduações, especializações e cursos de extensão, incentivando a formação e qualificação das comunidades que desejam gerir seus museus e assim estar em consonância com a mudança.[179]

A partir da experiência pioneira no Brasil nesse sentido - o Ecomuseu de Itaipu, no Paraná, nos anos 1980, uma nova configuração se apresenta, inaugurando uma preocupação com a questão ambiental. No seu rastro ou em trilhas diferentes, outras comunidades também criaram seus museus com objetivos e funções diversificados. Algumas mostraram sua potência na ênfase da função social de novos museus que se traduziram em ecomuseus urbanos, museus comunitários, museus territórios e outras iniciativas, voltadas sempre para a questão do patrimônio, da participação dos cidadãos, do desenvolvimento local, da educação, da cidadania, entre outras. Muitos desses processos fizeram evoluir, na forja da experiência viva, conceitos de museu, patrimônio, coleção, exposição. Antigos conceitos e preconceitos cederam a vez à ideia geral de que todas as populações são capazes de criar e gerir museus, desde que não lhe seja imposto um único padrão e que sejam respeitadas as suas especificidades e singularidades nas formas e modos de criá-los.

Os Ecomuseus e museus comunitários com a participação da população, podem vir a ser um importante instrumento para o desenvolvimento local e para o entendimento,

---

estando particularmente voltado para a História de Santa Cruz" - compreendida como a região histórica correspondente à jurisdição da antiga Fazenda de Santa Cruz (NOPH, Estatuto, Artigo 2º., 1983).

[179] PRIOSTI, Odalica M, & VARINE, Hugues. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários, 2007. Cadernos de sociomuseologia,28https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/512

pelas comunidades, de sua realidade. Seriam um meio da comunidade conhecer o seu território, sua paisagem, seus patrimônios, suas memórias, suas histórias, conhecer a si mesmas, revigorando assim a autoestima, rejeitando ideologias que silenciam e marginalizam essas populações.

Segundo Freire (1987, p.96), a educação é componente fundamental de qualquer política de desenvolvimento, como bem em si e como forma de construção da cidadania. A educação como prática de liberdade deve negar o conceito de isolamento e abstração do ser humano, e buscar tornar o mundo uma presença constante em seu diálogo: "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", ou seja, a educação problematizadora é como prática de liberdade; exige de seus personagens uma nova concepção de comportamento. Ambos são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto, mediatizados pelo mundo. Aprender é apenas meio. A qualidade da formação básica é o fator modernizante mais eficaz da sociedade. Nesse sentido, o Ecomuseu adquire uma função educativa, ao viabilizar que os sujeitos envolvidos possam desenvolver o senso crítico, ou seja, o Ecomuseu “educa” através da conscientização e da reflexão. “(...) todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...). Temos de saber o que fomos para saber o que seremos” (FREIRE, 1982, p. 33). Ensinar não é transmitir dogmaticamente conhecimentos, mas dirigir e incentivar com habilidade e método, a atividade espontânea e criadora do educando. O Ecomuseu deve ser uma expressão do homem e da natureza. Por isso, o objeto neste contexto não é apenas o homem ou o meio ambiente, mas a relação que se dá entre os dois e todas as possíveis relações entre o homem e a realidade objetiva que o cerca, em um território determinado.

Seguindo o pensamento de Priosti, a ideia de práticas de liberdade e de “ações culturais libertadoras”, propostas por Freire, podem ser empregada também para pensar a libertação que não derive apenas de relações de oposição, mas das subjetividades através de práticas criativas e inventivas, que se disseminam pelo campo social. De acordo com Odalice e Walter Priosti:

> Da experiência vivida no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro construiu-se a noção de “museologia da libertação”: uma experiência que aceitou e cumpriu o desafio lançado na Mesa de Santiago, há 40 anos. Debutava a América Latina na criação de um outro patrimônio. Não só o conceito do patrimônio integral, mas, só agora o reconhecemos, o patrimônio da liberdade de escolher, a trilha da memória a seguir e de agir segundo essa escolha. Isso explica a capacitação da comunidade para o exercício consciente e responsável da cidadania. Essa capacitação promovida pelo ecomuseu apresenta resultados muito significativos que o fazem ratificar não só a libertação das forças vivas das comunidades para agir - suas singularidades, sua diferença, sua subjetividade, mas também com ela a produção de um processo pedagógico de apropriação patrimonial e com o patrimônio

> construir, definir ou orientar o próprio futuro. Em suma, a organização da comunidade para as parcerias e a capacitação da cidadania política dos membros da comunidade como um todo, usando o recurso do patrimônio para o desenvolvimento local e a força política para exercitar a liberdade de escolhas e decisões (PRIOSTI, O., PRIOSTI, W., 2012, p.20).

Conforme Priosti, em sua tese de doutorado, para serem de fato sujeitos e não objetos passivos, pressupõe-se um mínimo de autonomia para escolher, decidir, tomar iniciativas, portando, liberdade de agir. Assim, desenvolve-se uma concepção que possa trazer contribuições para o campo da museologia, principalmente no que diz respeito às iniciativas museológicas comunitárias. Trata-se da noção de museologia da libertação. Para construí-la a autora teve como base a proposta de pedagogia da libertação de Paulo Freire, aliada à experiência do Ecomuseu de Santa Cruz. Todavia, não ocorreu simplesmente a transposição de uma ideia do campo pedagógico para o campo museológico. Uma das modificações realizadas na concepção museológica em relação à proposta de Paulo Freire, diz respeito à própria ideia de libertação: trata-se de pensar uma libertação que não resulte apenas de relações de oposição entre opressores e oprimidos, por exemplo - mas que seja também uma libertação das subjetividades, naquilo que elas possuem de mais criador e singular. Com o intuito justamente de diferenciar o que está em jogo na noção de museologia da libertação, bem como o nosso próprio procedimento ao construir a noção, concebemos que no ecomuseu estão em estreita relação os conceitos de imitação e de criação (PRIOSTI, O., 2010, p.56)[180].

Para ela, existiriam “novas museologias” engajadas nas lutas sociais, através da renovação das ações museais, a partir de contextos industriais ou de projetos em estado de exploração pela iniciativa comunitária e intervenção participativa. Nesse a autora se define enquanto representante de uma museologia popular, também comprometida com as reivindicações populares, adotando a mobilização do grupo através da educação não formal para a conquista da autonomia, do exercício da expressão da comunidade por ela mesma, aprendendo a dialogar com outras esferas de poder. É nesse âmbito que se enquadra a experiência de Santa Cruz, versão contemporânea de museu criado de dentro para fora, em resposta às discussões e necessidades culturais de sua comunidade (Ibid., p. 49).

A museologia da libertação seria o processo pelo qual as comunidades podem construir uma memória enquanto resistência, uma memória que não se sujeita a um modelo que lhe foi imposto, mas que com ele negocia, imitando-o e diferenciando-se

dele de múltiplas maneiras. Numa outra perspectiva, a própria criação de museus por iniciativa das comunidades reforça a ideia de que a libertação de que tratamos aqui se refere também à libertação das forças vivas, endógenas da comunidade no seu exercício de subjetivação. Para isso propõe-se que os alunos/educandos sintam-se parte de todo o processo museológico, que participem, reconheçam e auxiliem na colaboração do "seu museu", uma vez que um Ecomuseu nunca está concluído, justamente por ser endógeno e emanar do amago da comunidade, de seus anseios, necessidades e esperanças.

Na década de 90 também destacamos a autora **Yára Mattos**[181] articuladora e membro fundador da Associação Brasileira de Ecomuseu e Museus Comunitários. Foi a fundadora do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, e a partir desta iniciativa ajudou a desenvolver o entrelaçamento de metodologias próprias da Museologia Comunitária e da Arqueologia Colaborativa no sentido de reforçar as identidades locais, a pertença, bem como o reconhecimento pessoal e coletivo do patrimônio cultural. Nesse sentido, as ações pretexto justificam-se como uma forma de engajar as comunidades em processos criativos e colaborativos, entendendo-as como agentes interessados nos aspectos afetivos e cognitivos suscitados pela memória individual e coletiva de seus territórios. Ao conectar o presente à memória, a arqueologia e a museologia comunitária atuam como ferramentas para se acessar o passado por meio de ações alimentadas por sentidos e significados próprios das comunidades.

Segundo a autora, entre as características comuns a todos os modelos de ecomuseus e museus comunitários vigentes, destacam-se: 1- a participação ativa, criadora e colaboradora da população envolvida, 2- as ações e processos inspirados nas especificidades locais, 3- a importância de ideia de território (espaço vivido) como museu, 4- a apropriação coletiva do patrimônio/coleção. Assim, os ecomuseus podem ser considerados como espaços privilegiados de acolhimento, exploração e desenvolvimento de potencialidades, ferramentas poderosas no sentido de contribuir para o equilíbrio de tensões sociais e culturais.

Entre outros autores destacamos ainda **Heloisa Barbuy**,[182] que em 1995 iria definir o Ecomuseu como "um museu voltado para o ambiente no qual está inserido", a partir da conceituação de Bellaigue, que identifica quatro elementos constitutivos desse

[181] Museóloga graduada pelo Curso de Museus – MHN (1971).Tem especialização em Arqueologia pela AUSU/IAB (1972); doutorado em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas (Cuba) / UFOP (2004). Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Chefe do Depto. de Museologia (2014/16). Presidiu o Colegiado de curso de 2008 a 2013.

[182] Graduada em Direito pela USP (1981); Especializada em Museologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política (1985-1987). Mestre em História (USP, 1995) e Doutora em História Urbana e Cultura Material (FAU/USP, 2001). Pós-doutorado no Centre André Chastel, Institut d'art et d'archéologie - Université de Paris IV, Sorbonne (2005). Atua desde 1990 no Museu Paulista – USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (2006).

modelo: o território, a população como agente, o tempo e o patrimônio. Segundo Barbuy[183] alguns ecomuseus seguiram o caminho da nostalgia passadista; já outros tiveram como princípio, ser um instrumento permanente de ligação entre o passado e questões polemicas de atualidade social. A autora refere-se ao Ecomuseu associando-o a um tipo de museologia de grande revolução, no sentido de que se direcionaram para o presente e também futuro. Transformar passados engessados para abordá-los em perspectiva, numa dinâmica que se relaciona com o presente, fazendo tudo pertencer ao complexo processo histórico e/ou antropológico transformando objetos intocável e distantes em sistema simbólico do tempo presente.

Nos anos 2000, destacamos o museólogo **Bruno César Brulon Soares**[184] que desenvolveu sua dissertação e tese sobre o tema Ecomuseu, e vem publicando trabalhos científicos sobre o tema. Entre estes destacamos, por sua excelência crítica, o artigo "Os mitos do ecomuseus: entre a representação e a realidade dos museus comunitários" (2014), para compreender algumas ideias do autor. A partir da origem da concepção do ecomuseu, na França, Soares discute o que chama de mitos fundadores, considerando a realidade atual, e como são percebidos pelo público. O autor evidencia e discute cinco mitos centrais, tendo a ideia de mito como uma simbologia, generalidade que se deve admitir ou que se possa supor como real. O primeiro mito é o da institucionalização, que disseminou a noção de que os ecomuseus são realidade e não uma representação institucionalizada do real, que o ecomuseu apresenta o cotidiano à própria comunidade que a vivencia. A relação objeto-sujeito é diferenciada do museu tradicional e a presença de coleções permanentes de objetos musealizados não ganha força; objetos são musealizados *in situ,* com relação acontecendo dentro da comunidade, dentro do grupo. A institucionalização estaria dissociada dos ecomuseus. No entanto, a busca de legitimação e normalização do ecomuseu encontrou dificuldades pela falta de elementos para seu reconhecimento pelo Estado Francês, face ao distanciamento das características dos museus tradicionais. Neste sentido, a associação do ecomuseu ao meio ambiente e à ecologia promoveu condições de ser entendido como instituição, por estar voltado à compreensão da comunidade. A ideia de

[183] Segundo BARBUY (1995), houve uma grande difusão do que fosse a filosofia de base dos ecomuseus e do movimento que denomina de Nova museologia. "uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das populações ou comunidades implicadas em seu raio de ação". Assim, os ecomuseus deram uma grande ênfase a seu papel social e propuseram formas, de interação social de comunidades que tornaram-se o registro deste tipo de museu.

[184] Bacharel em Museologia (2006), licenciado e Bacharel em História (2011) pela UNIRIO; Mestre em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST (2008); Doutor em Antropologia - UFF (2012); Doutor em História - UFF (2019). Professor Adjunto da UNIRIO, atua na Escola de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS. Coordenador do Grupo de Pesquisa Museologia Experimental e Imagem - MEI (2014...) e do Laboratório de Museologia Experimental - LAMEX (2017...). Presidente do Comitê Internacional de Museologia - ICOFOM (eleito em 2019...). Editor-chefe do periódico ICOFOM Study Series (desde 2019). Membro do corpo editorial da revista *Museum International*, do ICOM (2017).

um patrimônio comunitário e coletivo permite que o ecomuseu deixe a primeira missão, a da aquisição, estabelecida pelos museus comuns, esquecida ou relegada a um segundo plano. As práticas museológicas dos ecomuseus podem ou não ser análogas aos do museu comuns; o que as difere é a participação da comunidade nas experiências do museu (SOARES, 2014).

O segundo mito da comunidade nasce a partir da ideia de Hugues de Varine de que “o instrumento essencial de concepção, de programação, de controle, de avaliação do museu seria fundamentado na atuação de um conselho de associação composto de representantes da comunidade”. O ecomuseu é definido por uma comunidade e um objetivo, em vez de uma coleção definida de objetos. A noção de comunidade que idealiza este tipo de museu, surge de um conjunto de vontades sociais, sendo que muitas vezes ecomuseus nascem de iniciativas do alto ou interesses políticos. Os termos para esta categoria de museu ampliam-se de ecomuseus, ou museus comunitários, para museus sociais, museus locais, na musealização de ideais e relações cotidianas.

O mito do público começa a ser estabelecido pela hipótese de que o ecomuseu não teria visitantes, mas atores, segundo Hugues de Varine. A comunidade atua como gestora e público, portanto, ecomuseus não seriam feitos para visitantes, apenas para a comunidade. Porém a visitação de público externo surge e está presente na abordagem do ecomuseu. A constituição de um patrimônio histórico com exposição de acervo sugere a visitação de um público estranho à comunidade. A presença de um público é um pré-requisito para a representação do cotidiano musealizado e a própria comunidade deve se fazer público – já que, como atores, estão inseridos na vida social e na representação cultural.

Outro mito colocado pelo autor é o mito da participação – segundo o qual o ecomuseu conduz à museologia participativa, onde recebe a participação da comunidade como seus atores, em suas ações. “O ecomuseu nasce de uma análise precisa da comunidade, em sua estrutura, em sua relação, em sua necessidade”, Hugues de Varine. O mito da participação conduz ao enfrentamento de engajar as pessoas em sua própria musealização inventada. O ecomuseu foi criado como instrumento de desenvolvimento comunitário e como forma de mudança e de mobilização do grupo, porém com lideranças centralizadas. O mito da democratização, o último colocado pelo autor, lembra que o ecomuseu é um modelo essencialmente democrático, sem questionamento de comunidade ou motivo de sua atuação musealizada. A ação cultural é descentralizada em diversos pontos da comunidade, porém o conjunto comunitário total é objeto de estudo sobre a comunidade base. A

democratização de saberes, práticas e representação permanece nas ações dos ecomuseus, com a noção de inclusão e participação.

Nas considerações Soares comenta que os ecomuseus não foram entendidos como espaços de representação, e sim definidos como museus específicos do meio-ambiente, demonstrando que seu objeto eram, “as relações sociais que envolvem coisas e pessoas em todos os aspectos”. Reflete que na atualidade há um abandono do ideal original, com a predominância de gestores e rompimento dos atores locais: muitos ecomuseus se voltam ao turismo, com foco no público externo; e o museu sobrevive pela vontade de certos atores que mantêm o teatro das identidades. Podemos dizer que os mitos da construção dos ecomuseus nascem de ideias de um museu comunitário participativo, com ausência de visitantes, constituído dentro de uma comunidade básica, com interesse de provocar seu desenvolvimento. A sua evolução provoca discrepância e alguns preferem a busca de uma institucionalização, a participação de público externo, com promoção de turismo, constituição de exposição e acervo permanente, aproximando-se das práticas dos museus tradicionais e afastando-se das ideias primárias de ser um museu comunitário participativo de inclusão e desenvolvimento local, não feitos para visitantes e onde se musealizam ideias.

Soares (2015) comenta que o que levou o ecomuseu a se espalhar pelo mundo no final do século XX e ainda no presente não foi o seu entendimento como um modelo, mas sim a aplicação em diferentes contextos sociais de uma nova concepção do processo de valoração do patrimônio. Esta reinterpretação do ecomuseu em países periféricos como o Brasil permitiu o seu uso como uma prática eficaz nos processos de revaloração de grupos marginalizados; e como instrumento de luta política a ser usado pelos grupos para desestabilizar posições hegemônicas, a partir da institucionalização de novos "regimes de qualificação". Para o autor, os primeiros ecomuseus foram criados como estruturas maleáveis sujeitas a transformações no tempo, de acordo com a evolução das sociedades e as transformações necessárias do fazer museológico. Para Soares, a maior ruptura que se deu com a experiência do *Écomusée du Creusot* não foi com os modelos de museus anteriores, mas sim na invenção de um "não modelo" de museu que pode ser aplicado a diversos contextos sociais, tomando as formas e os contornos que desejam as pessoas que habitam o espaço por ele ocupado.

Neste sentido, ainda que pareça contraditório sem ser, o ecomuseu, um tipo de museu local, é hoje um museu globalizado, pois se espalhou pelo mundo, assumindo formas distintas, mas sem se reproduzir como um modelo acabado. Na maior parte dos contextos em que foi colocado em prática, o ecomuseu levantou questões sobre o próprio fazer museológico. Tais questões levaram ao pensamento crítico sobre os processos de avaliação realizados pelos museus ao selecionarem certos objetos como

patrimônio. Ao engendrar novos regimes de atribuição de valor, ou de valoração, o ecomuseu deflagra a arbitrariedade das escolhas sobre o patrimônio feitas pelos museus, e tudo aquilo que há de subjetivo na seleção dita "oficial" colocada em prática pelos museus tradicionais. Mais do que inverter a lógica dos regimes de qualificação, ao evidenciar que estes são construídos socialmente, o ecomuseu torna visível a *gramática museal* como uma *gramática axiológica*.

Deste modo, a partir dos autores apresentados, é possível perceber uma rica produção científica e o aprofundamento das reflexões sobre os ecomuseus e/ou ecomuseologia no Brasil, mesclando em alguns momentos a prática e a teoria, seja na análise das experiências criadas no país e/ou na produção do conhecimento da museologia. Todos as ideias apresentadas sobre essa temática são de fundamental importância e vêm contribuindo para a construção de uma possível ecomuseologia brasileira. No entanto, o que questionamos sobre a existência de um pensamento ecomuseológico brasileiro é que este ainda é muito recente e carece de maiores investigações: ainda está em processo de construção e ascensão, inicia-se nas discussões dos Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus comunitários, na produção científica dos autores citados e de outros que estão desenvolvendo trabalhos sobre o tema, perpassa pela análise das experiências criadas, em processo e formação, na utilização de metodologias a partir das vivências e suas relações com seu território e patrimônios. O que vai diferenciar a ecomuseologia brasileira da europeia – criada na França -, serão as metodologias desenvolvidas com as próprias comunidades dos Ecomuseus e museus comunitários no Brasil, pois, embora se tenha uma influência europeia, principalmente a partir das ideias de Hugues de Varine, o próprio afirma que o Brasil tem uma forma especial de fazer e viver os ecomuseus, utilizando abordagens especificas para se relacionar com o patrimônio.

Embora tenhamos uma forte influência da Europa, é necessário conhecer mais as iniciativas da América Latina, mas próximas da realidade brasileira. Veremos, assim, que as teorias “ecomuseológicas” brasileiras surgirão da práxis. Influenciados e ligados ao que é experienciado e vivido pelas comunidades locais brasileiras na construção conjunta de metodologias a partir das especificidades e realidades de cada território, cultura e sua relação com a memória e patrimônios, inspirados nos preceitos da Nova Museologia e numa perspectiva de museu integral.

Segundo Vivianne Valença (2020), uma teoria brasileira sobre ecomuseus é formada a partir da construção teórica dos processos museológicos comunitários constituídos por meio das experiências práticas dos ecomuseus brasileiros – aliados a metodologias que visam a ressignificação e valorização das comunidades em relação a

seus patrimônios, memória, identidade e território, na elaboração cotidiana de processos relacionais humanos culturais, sociais, históricos e por tanto museológicos.

A partir das dos apontamentos apresentados neste capítulo, podemos afirmar que, da ideia à ação, o Ecomuseu mostrou sua potência, importância e significado, considerando de forma ampla o seu papel aglutinador de comunidades, do patrimônio e do território. No Brasil, o conceito e a criação de Ecomuseus foi ganhando proporção a ponto de chamar atenção do próprio teórico do termo Hugues de Varine, ao afirmar que *"*O Brasil está liderando o caminho e trazendo uma museologia própria*"* referindo-se ao país como um dos grandes líderes da nova museologia e apropriadores do termo e conceito do Ecomuseu e da ascensão do processo de construção do pensamento ecomuseológico brasileiro.



Figura 154 – Ecomuseu Ilha Grande

CAPÍTULO 3

O Ecomuseu Ilha Grande: território e comunidades

3.1 - Caracterizando o território da Ilha Grande

A Ilha Grande faz parte de um arquipélago de 187 ilha e ilhotas, localizadas na Baía da Ilha Grande, costa oeste do Estado do Rio de Janeiro, região também conhecida como Costa Verde. Integra o município de Angra dos Reis como 3º Distrito municipal, que possui um território de 825,082 km² (a ilha possui 193 km²), uma população de 169.511 habitantes, segundo o Censo de 2015. De acordo com o censo, a Ilha Grande possui cerca de 7.000 habitantes, distribuídos em 15 núcleos.

Cabe destacar que, apesar das comunidades carentes existentes, o município de Angra dos Reis é considerado de Alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ocupando a 31ª. posição no estado, com 0,724. Além da vasta extensão territorial, a Ilha apresenta um grande número de praias, algumas poucas com uma população significativa - as chamadas “vilas”; outras pouco povoadas; e outras, ainda, não-habitadas. Dentre as principais comunidades estão: Praia Vermelha; Enseada de Araçatiba; Praia da Longa; Enseada de Sítio Forte; Enseada do Bananal; Saco do Céu; Enseada das Estrelas; Vila do Abraão; Enseada de Palmas; Vila Dois Rios; Provetá; Freguesia de Santana; Aventureiro; Parnaioca; Japariz. As praias não-habitadas, mas que recebem grande número de visitantes, são: Lopes Mendes; Caxadaço; Santo Antônio; Castelhanos; Meros; Itaguaçu; Funil; Jurubá. As praias do Sul e do Leste integram uma área de proteção ambiental que não permite a presença humana sem autorização prévia. Segue abaixo uma imagem com a localização dessas praias:

Figura 155 – Ilha Grande: comunidades e praias



Fonte: acervo Ecomuseu Ilha Grande

Nesse cenário, a bacia hidrográfica da baía da Ilha Grande destaca-se por sua importância como corredor biológico da Serra do Mar, Refúgio Pleistocênico, Núcleo Histórico e patrimônio nacional. Considerada um santuário ecológico, a Ilha Grande está incluída na Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica pela UNESCO desde 1992 (Guedes-Bruni & Lima, 1997).

A região da bacia hidrográfica da baía da Ilha Grande é considerada patrimônio nacional, segundo a Constituição Federal, que em seu artigo 225, parágrafo 4º, dispõe que:

> A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Localiza-se na Região Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro - RH-1, (Região Hidrográfica da Baía de Ilha Grande), no município de Angra dos Reis, no sul do Estado do Rio de Janeiro.

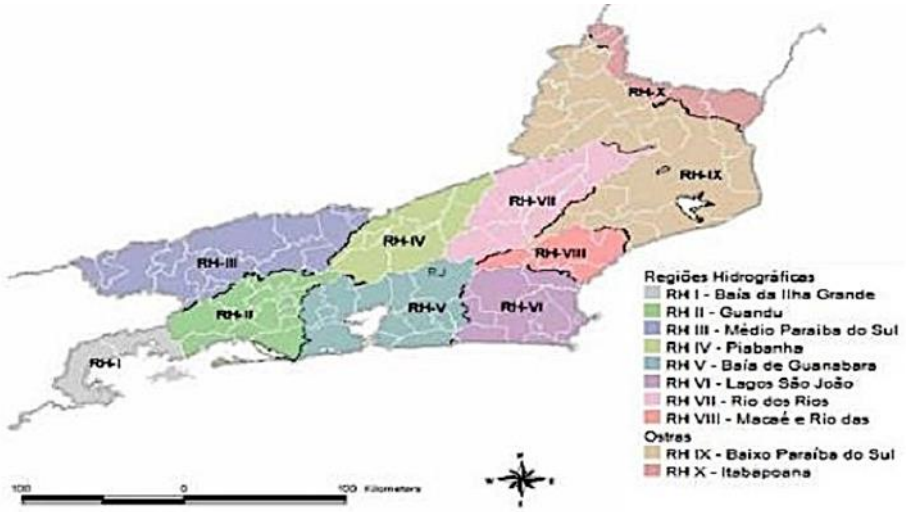
A Baía da Ilha Grande consiste em um bom exemplo de uso misto e, invariavelmente, conflituoso do espaço costeiro. Foram implantados no âmbito desse ambiente insular um terminal petrolífero, duas usinas nucleares - Angra I e II -, uma terceira em conclusão - Angra III, um grande estaleiro e um porto comercial, recentemente adaptado para serviços, além de um grande terminal de minérios e a maior marina da América do Sul. Este corpo d'água também se localiza próximo às bacias de exploração de petróleo de Campos e Santos; ao Porto de Angra dos Reis; ao Estaleiro Verolme; ao terminal da Petrobrás; às Minerações Brasileiras Reunidas; ao Porto de Itaguaí (anteriormente chamado de Sepetiba) e a um complexo industrial de grande impacto sobre a região. A proximidade com regiões urbanas, industriais e portuárias cria uma constante tensão entre desenvolvimento e preservação ambiental.[185]

A costa litorânea abriga um mosaico de fisionomias de alta relevância ambiental. Segundo, Pereira (2009, p.1), ao longo de toda a região podem ser encontrados áreas de Floresta Ombrófila Densa, manguezais, restingas, costões rochosos, brejos, lagoas, estuários, recifes de corais e outros ambientes importantes do ponto de vista ecológico - todos apresentando diferentes espécies animais, vegetais e outras. Na formação florestal costeira, os manguezais merecem destaque por cumprir funções essenciais na reprodução da vida marinha. O sistema hidrográfico da ilha é composto por numerosos cursos d'água, que abastecem a população de todo o perímetro. Dentre os rios de maior

[185] Maiores detalhes sobre as estruturas econômicas e organização sociocultural podem ser observados em Bastos et al., 2009.

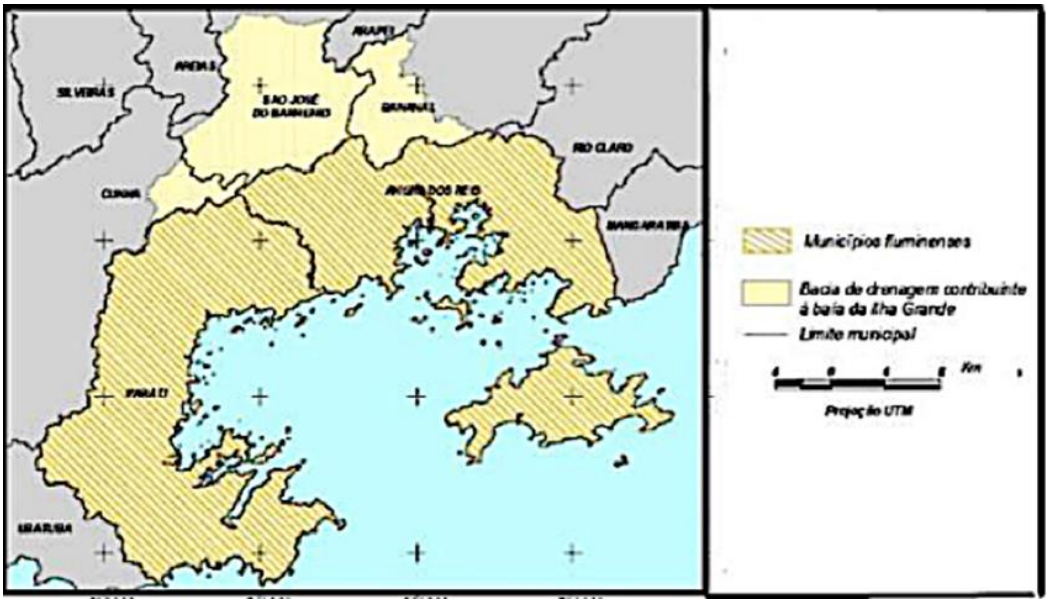
porte estão Capivari, Matariz, Andorinha, Dois Rios e Córrego do Sul, além de 106 praias e cachoeiras.

Figura 156 - Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Resolução CERHI-RJ nº 18, 2006

Figura 157 - Mapa da Bacia da Ilha Grande



Fonte: INEA

A conservação do sistema hídrico é fundamental para uma unidade de conservação. A ilha Grande é bem dotada de águas de boa quantidade e qualidade, e muitos dos seus atrativos são cachoeiras e rios. Os *habitats* classificados como águas interiores podem ser subdivididas em: bacias hidrográficas e brejos, lagoas e áreas alagadas. Outro tipo de *habitat* importante para os ecossistemas aquáticos interiores em algumas situações são os manguezais, que são uma interface entre os sistemas de

água doce e salgada. De maneira geral, os riachos da Ilha Grande são similares aos de pequenas drenagens costeiras do estado do Rio de Janeiro. Seu leito é rochoso e ocorre a alternância entre pequenos corredeiras e poços de diferentes tamanhos. As maiores lagoas da Ilha Grande sofrem influência marinha e estão localizadas na praia do Sul. Felizmente, os mananciais de água na ilha são em sua maioria protegidos (PEREIRA, 2009).

Sobre a Geologia, a maioria das rochas que compõem a estrutura da Ilha Grande foi formada há 480-630 milhões de anos (idade proterozóica). O substrato geológico da Ilha é constituído basicamente por rochas ígneas, destacando-se o granito e o charnockito. Além destes, em menor proporção aparecem gnaisses bandados, que consistem em rochas mais antigas, com presença de diques de diabásio, que são intrusões mais novas relacionadas à abertura do Oceano Atlântico Sul. Todo o conjunto litológico é cortado por planos de falhas e fraturas, que correspondem a estruturas rúpteis geradas durante o Mesozóico e Cenozóico. Ainda segundo Pereira (2009, p.22), os registros geológicos mais recentes da Ilha Grande correspondem às coberturas sedimentadas inconsolidadas, oriundas do intemperismo e da erosão das rochas. Esses depósitos sedimentares ocorrem associados aos ambientes continentais e às planícies costeiras da Ilha, e aparecem sob a forma de depósitos fluviais (rios), de encostas, lagunares e marinhos como praias e planícies de maré. Depósitos terciário-quaternários fluviomarinhos (sedimentos argilos-arenosos) completam o quadro geológico.

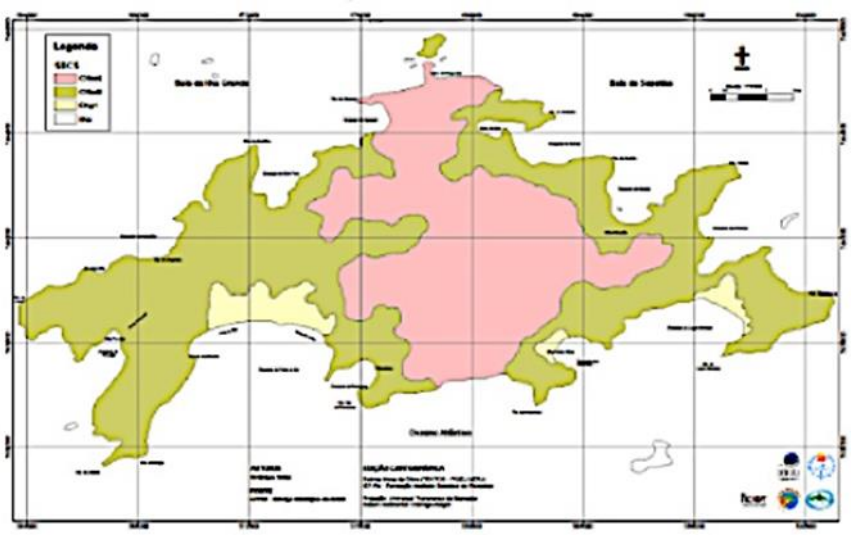
O relevo da Ilha Grande engloba dois domínios geomorfológicos principais: as vertentes e os depósitos sedimentares. O domínio das vertentes consiste das encostas relacionadas à dissecação do maciço formado pelas rochas ígneas (granito e charnockito), enquanto os depósitos sedimentares correspondem às baixadas e planícies costeiras. A Ilha apresenta dois grandes divisores de drenagem interligando seus altos topográficos: um mais extenso, de direção Leste-Oeste, e outro de direção Norte-Sul. A interseção desses dois divisores compartimenta o domínio das vertentes da Ilha em quatro segmentos: Nordeste, Noroeste, Sudoeste e Sudeste.

Na Ilha Grande predominam os solos tipo cambissolo[186], ricos em fragmentos de rochas; ocorrem sobre os domínios das vertentes, ou seja, sobre as encostas íngremes. A natureza desses solos reflete a instabilidade das encostas da Ilha com coberturas

[186] Os Cambissolos abrangem solos minerais com características bastante variáveis, mas que sempre apresentam textura média ou mais fina e ausência de grande desenvolvimento pedogenético. São solos com pequena profundidade, elevado teor de minerais primários (minerais herdados da rocha), presença significativa de fragmentos de rocha na massa do solo e outros indícios do intemperismo incipiente do solo. Em alguns casos, a presença de maiores quantidades de minerais primários nos Cambissolos contribui para uma maior reserva nutricional para as plantas, especialmente importante em cultivos florestais e perenes. Os Cambissolos apresentam cor mais viva, maiores teores de argila e estruturação mais desenvolvida nos horizontes subsuperficiais em relação àqueles materiais puramente herdados da rocha, o que os torna em muitos casos aptos à utilização agrícola.

pedológicas sujeitas aos processos erosivos de movimentos de massa, especialmente durante as estações das chuvas ou eventos de precipitação intensa. Os solos estão representados na área do PEIG, cada um com algumas subdivisões: Latossolo vermelho-amarelo alítico; Cambissolo; e Afloramentos rochosos. (BASTOS, 2009, INEA, 2011).

Figura 158 – Mapa de Solos da Ilha Grande



Fonte: INEA

O clima da Ilha Grande é tropical úmido. A latitude tropical possibilita uma forte radiação solar, que se ameniza durante o inverno. No verão, é comum também a formação da Zona de Convergência do atlântico Sul (ZCAS), relacionada a conexão de frentes frias à umidade da região Amazônica. Nos meses de inverno, o sistema predominante é a massa de ar tropical Atlântica, associada ao Anticiclone do Atlântico Sul. O sistema caracteriza-se por uma forte estabilidade, impedindo a formação de nuvens e deixando baixa a umidade relativa do ar. Em tais condições, configuram-se sequências de dias quentes e ensolarados, embora as noites possam apresentar temperaturas bem baixas.

A pluviosidade é superior a 2.242mm nas baixadas próximas ao nível do mar, especialmente no verão - sendo janeiro o mês mais chuvoso e julho o mais seco. A alta pluviosidade da região está relacionada a fatores como maritimidade, intensa insolação e grande altimetria do relevo, que funciona como barreira orográfica. A temperatura média anual é de 21,0ºC, sendo a média das mínimas de 19,9ºC e a média das máximas de 27ºC (INEA, 2011).

A flora local apresenta um diversificado conjunto de formações vegetais associadas e inseridas no domínio da Floresta Pluvial Tropical Atlântica. Predominam a

Floresta Ombrófila Densa (montana e submontana)[187] e, em menor proporção, as áreas de formação pioneira de influência marinha (restinga) e fluviomarinha (mata alagadiça e manguezal); e os afloramentos rochosos (para determinações dos limites fitofisionômicos. Essa multiplicidade de ambientes confere grande importância biológica à ilha e foi um dos principais fatores que levaram à criação das Unidades de Conservação: Parque Estadual da Ilha Grande, Reserva Biológica da Praia do Sul, Parque Estadual Marinho do Aventureiro e Área de Proteção Ambiental de Tamoios.

Em relação os aspectos florísticos da Ilha Grande, os estudos realizados ainda apresentam lacunas. As primeiras coletas sistematizadas foram realizadas na década de 80 pelo departamento de Ecologia aplicada, trabalho este intensificado com o surgimento do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS da UERJ, que revelou a existência de 3.650 registros depositados nos herbários de diferentes universidades e instituições, sendo 1.143 espécies relacionadas à flora da Ilha (BASTOS; CALLADO, 2009).

Sobre os padrões fitogeográficos, que levam em consideração os registros fósseis, as coleções botânicas e os inventários florísticos recentes, tais dados devem ser correlacionados com as variáveis climáticas, geológicas e topográficas, além da compreensão de possíveis rotas migratórias, estratégias reprodutivas e ocupação de *habitats*. Ainda estão sendo desenvolvidas análises na Ilha Grande, além de apontamentos sobre potenciais econômicos, como o madeireiro: das 187 espécies arbóreas ali registradas, 67 possuem madeiras com algum potencial de utilização econômica. Quanto ao potencial medicinal, foram identificadas plantas que são fonte valiosa de produtos terapêuticos utilizados pelos habitantes. Várias substâncias químicas de interesse medicinal são exclusivamente de origem vegetal, constituindo atualmente medicamentos importantes utilizados em muitos países; o mesmo ocorre com alimentos como caju, pitanga e aroeira-vermelha. Várias espécies ocorrentes na Ilha Grande acumulam mais de uma indicação terapêutica, como a Candiúba - indicada para icterícia (hepatite) e cálculos renais. Destacam-se ainda na Ilha plantas com potencial ornamental e paisagístico, como a família *Bromeliaceae*, que se destaca com 59 espécies registradas e que podem ser utilizadas para este fim[188].

A Ilha Grande é um território de grande relevância para a preservação da biodiversidade da Mata Atlântica e seus recursos naturais, contribuindo para o bioma da Mata atlântica com um ecossistema que se configura como um mosaico de florestas

[187] A vegetação é composta pelas seguintes formações: Floresta ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Densa Submontana (Floresta de Encosta), Floresta Ombrófila Densa das terras Baixas, Formação pioneira de influência marinha, Formação pioneira de influência fluviomarinha e afloramentos rochosos.

[188] A Bromélia tem importância ecológica fundamental para o equilíbrio do ecossistema, servindo de abrigo ou alimento a inúmeras espécies de animais.

secundárias: aluvial, planície, submontana e montana de diferentes idades, além de restingas, manguezais, lagoas, rios, praias e costões rochosos (BASTOS, 2009, p.23).

Sua fauna é composta por uma grande diversidade de invertebrados, peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Entre os invertebrados terrestres e marinhos destacam-se os moluscos, com cerca de 100 morfoespécies encontradas na Ilha; borboletas, com mais de 100 espécies registradas na Vila Dois Rios; odonatas, com 37 espécies; abelhas, com 23 espécies registradas - com predominância das abelhas *Meliponinae*. Entre os parasitas foram encontrados sete tipos de pulgas e 19 ácaros. Quanto aos ofídeos, foi registrada a presença da espécie de coral invasora *Tubastrea* spp. na baía da Ilha Grande.

Foram registradas cerca de 20 espécies de peixes de água doce e 150 espécies marinhas, além de 25 espécies conhecidas de anfíbios, todas de origem anura. Os estudos sobre os répteis encontrados na Ilha têm registrado 32 espécies - sendo uma de crocodiliano, três de tartaruga, uma de anfisbênio, dez lagartos e 17 espécies de serpentes. Ocorrem ainda várias espécies de sapos, rãs, lagartos e cobras, destacando-se a jibóia, o grande teiú e o jacaré-de-papo-amarelo. Isso faz da Ilha Grande um importante reservatório da biodiversidade de espécies de répteis no Estado do Rio de Janeiro.

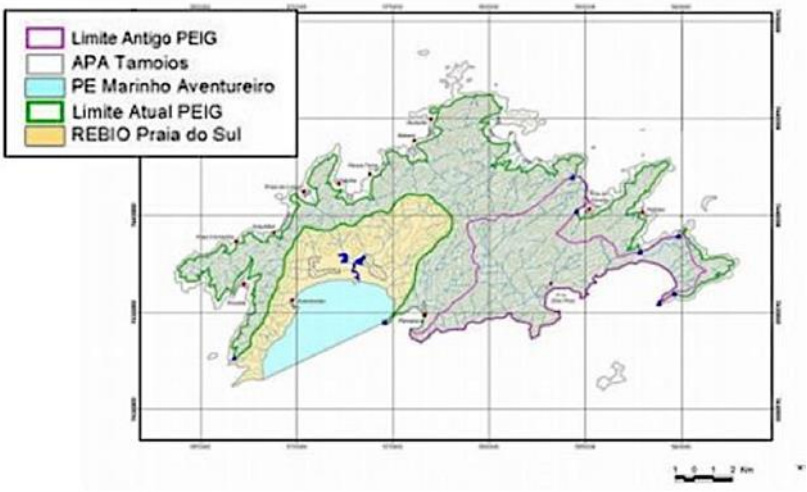
Estudos realizados por especialistas da UERJ sobre aves na Ilha Grande indicam a ocorrência de 212 espécies de aves, entre as quais o urubu-rei, o gavião-mico, o macuco e o uru. Há 71 espécies registradas de mamíferos, pertencente a seis ordens e 23 famílias, tais como: gambás, pacas, cutias, ouriços-caixeiros, capivaras, preguiça comum e tatu-galinha. Poucas espécies de carnívoros, como o jaguarundi, a jaguatirica, lontra e furão. Cabe destacar a presença de duas espécies de primatas nativos - o bugio e o macaco-prego, além de uma espécie introduzida, o sagui-comum (*Callithrix jacchus*) (INEA, 2011).

Todas as características citadas acima estão presentes no Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG, que em termos legais, é o segundo maior parque insular do Brasil e abrange mais da metade da Ilha Grande. A importância do seu ecossistema fez com que a área fosse reconhecida pela Unesco como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em 1992.

O PEIG foi criado em 1971 com 15 mil hectares, viu-se reduzido para 5.600 hectares em 1978 e assim permaneceu até janeiro de 2007. Em fevereiro de 2007, por meio do Decreto Estadual 40.602/2007, a área do parque foi ampliada para 12.052 hectares (120,52 km2), quando então passou a abranger 62,5% da superfície da Ilha. A partir de 2007, somando-se a Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, a Ilha Grande passou a ter um total de 87% de área preservada

por legislação específica, sendo ainda parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, conforme a Lei Federal no. 9.985 de 2000 (INEA, 2011). O Parque Nacional de Ilha Grande protege uma das últimas áreas do rio Paraná, livre de barragens e que apresenta uma extensa área de várzea (Formação Pioneira com Influência Flúvio-lacustre), bem como remanescentes de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial.

Figura 159 – Unidades de Conservação na Ilha Grande



Fonte: INEA

Através da do mapa das unidades de conservação da Ilha Grande apresentado na Figura 5 é possível perceber a ampliação da área pertencente ao Parque Estadual da Ilha Grande, que é o segundo maior parque insular do Brasil. Em 2007, a grande relevância da área física ocupada pelo *campus* da UERJ fez com que esta área passasse a integrar os limites do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), após o Decreto Estadual 40.602/2007, que ampliou esta Unidade de Conservação (UC).

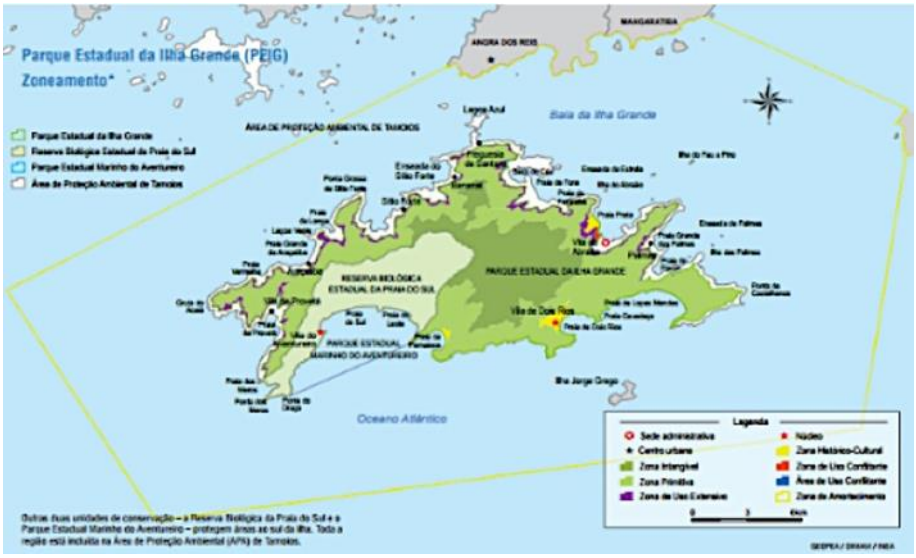
Cabe lembrar que toda Unidade de Conservação necessita de um planejamento organizado a partir de bases técnicas e científicas, que permitam sua adequada gestão. Um exemplo de instrumento de planejamento e gestão é o Plano de Manejo[189], definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000, p.3) como um

> Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

[189] Para saber mais sobre o território da Ilha Grande consultar o Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande – contextualização da unidade de conservação, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO.

O Plano de Manejo é o instrumento de planejamento oficial das unidades de conservação de uso indireto. Trata-se de um processo dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento, determina o zoneamento, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade (IBAMA/GTZ, 1996). Esse documento técnico é essencial para compreendermos nosso território de estudo, inclusive no que se refere à museologia. Segundo BELIANI (2012), para a Museologia o Parque traduz os modos de conceber a relação entre homem e natureza. Aqui, o diálogo do homem com a natureza através do museu se dá, principalmente, no momento em que se amplia a representação do meio ambiente como patrimônio. Os Parques, além de redefinir a relação entre homem e natureza, visam a sua conservação. A preservação do patrimônio natural deve assegurar a sua continuidade, dando sentido ao seu caráter histórico, social e ambiental.

Figura 160 – Área atual do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG)



Fonte: INEA

Desde a década de setenta até os dias de hoje, diversas unidades de conservação foram criadas – entre elas, parques nacionais e áreas naturais protegidas, estratégias adotadas com o objetivo de preservar ecossistemas locais. Atualmente, a Baía de Ilha Grande abriga o maior número de unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro: Parque Nacional da Serra da Bocaina (federal), Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Reserva Ecológica da Juatinga (estadual), Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Estadual do Cunhambebe, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (federal), Área de Proteção Ambiental de Tamoios (estadual) e a Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba (estadual), todos criados a partir de diferentes

instâncias governamentais[190]. Todavia, apesar das inúmeras tentativas de preservação local, as ameaças às espécies e ao ecossistema mantêm-se, o que refletirá de forma direta e irreversível no desenvolvimento social e econômico das gerações futuras.

Em termos legais, a Ilha Grande é protegida por lei desde 1971, com a criação do Parque Estadual da Ilha Grande, de acordo com o Decreto Estadual nº. 15.273 e conforme pode ser visto no **quadro 1**. É considerado o segundo maior parque insular do Brasil. Os parques estaduais são Unidades de Proteção Integral, que têm como objetivo básico a preservação da natureza, possibilitando em determinadas zonas ou áreas a realização de pesquisas científicas e, em outras zonas ou lugares, atividades de educação ambiental e de recreação em contato com a natureza, sem prejuízo daquele objetivo básico.

Quadro 4 - Dispositivos legais relacionados à preservação ambiental da Ilha Grande

Legislação	Descrição
Decreto Estadual nº. 15.273/1971	Cria o Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual nº 16.067/1973	Demarca o Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual nº 2.061/1978	Dispõe sobre o Parque Estadual da Ilha Grande
Decreto Estadual nº 2.648/1979	Acrescenta dispositivo no Decreto Estadual nº 2.061/78 (Parque Estadual da Ilha Grande)
Decreto Estadual nº 4.972/1981	Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul
Decreto Estadual nº 9.452/1982	Cria a Área de Proteção Ambiental de Tamoios
Decreto Estadual nº 15.983/1990	Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro
Decreto Estadual nº 20.172/1994	Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios
Decreto Estadual nº 40.602/2007	Amplia a área do Parque Estadual da Ilha Grande.
Lei Estadual nº 6.793/2014	Dispõe sobre a criação da reserva de desenvolvimento sustentável do Aventureiro, resultante da redução do limite da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e da recategorização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro

Fonte: www.inea.rj.gov.br

Com o grande potencial turístico e a pressão de ecologistas, a Ilha Grande ganhou um plano diretor e foi transformada em Área de Proteção Ambiental. A APA Tamoios foi criada pelo decreto-lei 9.452, de 5 de dezembro de 1982, com o objetivo de proteger a vegetação e todos os sistemas ecológicos existentes na região. Para evitar a construção de hotéis, o desmatamento e tentar conter o fluxo turístico excessivo na Ilha Grande, que passou de 5 mil para 25 mil visitantes em apenas um ano, a área foi declarada como Reserva Biológica pelo governo de Leonel Brizola no dia 6 de março de 1987. Seu tombamento provisório foi realizado em 11 de março de 1987, e o definitivo

[190] Proposta de criação da área de proteção ambiental estadual marinha da baía da Ilha Grande. Rio de Janeiro, set. 2011.

em 9 de novembro de 1987. O tombamento consta na lista dos bens tombados do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

O tombamento chegou a ser questionado no governo Moreira Franco (1987 - 1991), por impedir a realização de projetos que transformariam a Ilha Grande em polo turístico. Em defesa da revogação do decreto, o então secretário de Turismo, Elísio Pires, em entrevista à O GLOBO publicada na edição de 15 de março de 1987, afirmou que ‘’não é cabível um local como a Ilha Grande como paraíso de minorias e, pior ainda, sem qualquer infraestrutura e sem gerar divisas para o estado’’. A declaração gerou protestos de grupos ecológicos em defesa do decreto de tombamento. Em 1994, no segundo governo Brizola a penitenciária foi implodida em meio à insegurança criada na ilha pela constante fuga dos presos. A extinção oficial do presídio abriu também caminho para maior exploração da ilha, existindo até uma disputa para a compra da Praia de Lopes Mendes, embargada pela Justiça por se tratar de um bem público.

Atualmente, na Ilha Grande, apesar de problemas ambientais como o turismo descontrolado e o lixo deixado por visitantes, a natureza ainda é conservada - graças aos moradores, ativistas e pesquisadores é reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Em 2018, a Unesco analisou a proposta de conceder à Ilha Grande e a Paraty o título de Patrimônio Mundial Misto Natural e Cultural.** A proposta foi levada a Paris, sendo avaliada pelos órgãos consultivo e técnico da UNESCO, cujos representantes estiveram no Brasil em visita técnica, em setembro de 2018, para finalizar os trabalhos. A proposta reuniu o patrimônio histórico de Paraty e o patrimônio natural do Parque Estadual da Ilha Grande, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, o Centro Histórico de Paraty e o Morro da Vila Velha.

Fig. 161 – Sítio misto área de Candidatura – Ilha Grande e Paraty



Fonte: Portal do IPHAN

Em 5 de julho de 2019, em Assembleia realizada em Baku, Azerbaijão, a Ilha Grande, juntamente com Paraty, foi reconhecida, pelo Comitê da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO como Patrimônio Mundial Misto Natural e Cultural. Essa foi a primeira vez que o Brasil teve um sítio misto reconhecido por sua cultura e natureza, complementando os 22 bens brasileiros na lista de sítios de excepcional valor universal. A candidatura de Paraty e Ilha Grande foi fruto de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, Iphan, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Prefeituras Municipais de Paraty, de Angra dos Reis e Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), Fórum das Comunidades Tradicionais e Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, os órgãos responsáveis estão construindo, em conjunto, um plano de gestão compartilhada do sítio.

Figura 162 - Delegação brasileira no Comitê do Patrimônio Mundial – 2019



Fonte: Portal do IPHAN

O local é o primeiro bem patrimonial brasileiro inscrito na categoria de sítio misto, ou seja, cultural e natural. Abrange um território de quase 149 mil hectares, em que o centro histórico se cerca de quatro áreas de conservação ambiental como o Parque Nacional da Serra da Bocaina; o Parque Estadual da Ilha Grande; a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul; e a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Sua área de entorno, com mais de 407 mil hectares, possui 187 ilhas, grande parte coberta de vegetação primária e rica diversidade marinha.

Paraty e Ilha Grande são locais marcados pela coexistência entre uma cultura viva e ancestral em um ambiente natural excepcional. Ali, testemunhos culturais incluem o centro histórico e a fortificação que deu origem à ocupação do núcleo urbano de Paraty, ainda bem preservados, uma variedade de sítios arqueológicos, um trecho do antigo Caminho do Ouro e comunidades vivas que mantêm sua relação ancestral com

a paisagem, todas formando um sistema cultural integrado ao meio ambiente. O lugar é o primeiro sítio misto da América Latina onde se encontra uma cultura viva. Todos os demais sítios mistos do continente, como Machu Picchu, no Peru, são sítios arqueológicos em uma paisagem natural. A área de abrangência do núcleo de conservação envolve partes do território de seis municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo que a maior porção do núcleo territorial está em Paraty e Angra dos Reis. A região preservada inclui, ainda, Ubatuba, Cunha, São José do Barreiro e Areais (SP). Com cerca de 85% da cobertura vegetal nativa bem conservada, a área do sítio misto forma o segundo maior remanescente florestal do bioma Mata Atlântica. Além da sua extensão, as diferentes fisionomias vegetais permitem a ocorrência de uma fauna e flora incomparáveis, com diversas espécies raras e endêmicas.

Segundo a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, o excepcional valor universal é expresso em dois principais critérios. Um deles é ser um excelente exemplo de interação humana com o meio ambiente. Seus sítios arqueológicos têm datação de mais de quatro mil anos: vestígios da ocupação humana ao longo do tempo são observados nos caminhos, como sambaquis, cavernas, estruturas subterrâneas ou submersas. O território abriga duas terras indígenas, dois territórios quilombolas e 28 comunidades caiçaras, que vivem da relação com a natureza, da pesca artesanal e do manejo sustentável de espécies da biodiversidade. Essas comunidades tradicionais mantêm os modos de vida de seus antepassados, preservando a maior parte de suas relações culturais como, ritos, festividades e religiões, cujos elementos tangíveis e intangíveis contribuem para a caracterização do sistema cultural e a relação de seu modo de vida com o ambiente natural. Outro critério é conter os habitats naturais mais importantes e significativos para a conservação da diversidade biológica. O sítio apresenta alto grau de espécies endêmicas da fauna e da flora, assim como espécies raras do bioma Mata Atlântica. São 36 espécies vegetais consideradas raras, sendo 29 endêmicas. A área abrange cerca de 45% das aves da Mata Atlântica e 34% dos sapos e pererecas do bioma. Há registros de mamíferos raros e predadores, como a onça-pintada e o muriqui, o maior primata das Américas (IPHAN, 2019).

Figura 163 – Visita da Comissão da Unesco ao Ecomuseu Ilha Grande - UERJ



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Sem dúvida, a UERJ teve um papel muito importante no processo de apresentação da Ilha Grande à comissão da Unesco, tanto na visita ao Centro de Estudos ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS, aos espaços do Ecomuseu Ilha Grande, aos projetos e ações desenvolvidos junto e com as comunidades locais e parceria com o Parque Estadual da Ilha Grande - PEIG, como no conhecimento produzido pelos pesquisadores da universidade sobre a região. Assim, o título da Unesco cria um compromisso internacional de preservação do local. O planejamento de gestão compartilhada do sítio, envolvendo diversas representações locais, define a matriz de responsabilidades de todos os parceiros. O plano mapeia riscos e aponta ações para minimizar possíveis ameaças ao valor universal excepcional de Paraty e Ilha Grande. Em última análise, todos os espaços litorâneos da ilha possuem riquezas significativas de recursos naturais e ambientais, com forte relação com os aspectos culturais e históricos, que também devem ser destacados.

3.1.1. A história da Ilha Grande – Ocupação humana

Evidências arqueológicas atestam a presença do homem pré-histórico na Ilha Grande, seguidas de dados históricos que demonstram terem sido os Tamoios, mais conhecidos como Tupinambás, os primeiros povos a habitar o espaço. Sua ocupação se estendia de Cabo Frio a São Sebastião, penetrando para o interior, seguindo o Rio Paraíba até as proximidades de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo. Os Tupinambás, percebendo a extensão da ilha, chamaram-na de *Ipaum Guaçu* (que significa “ilha grande” em língua Tupi).

É marcante na região a presença de sambaquis[191]. Os grupos que nela viveram há cerca de três mil anos produziram um pequeno monte denominado Ilhote do Leste, localizado na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. O montante de resíduos deixados por antigos agrupamentos foi acumulado por milhares de anos e atualmente serve de estudo, por conter material como restos alimentares, artefatos e sepultamentos. Também são comuns as oficinas líticas, termo atribuído às marcas deixadas nas pedras pelos antigos habitantes da Ilha, denominados amoladores e polidores, pois tinham a função de produzir objetos polidos como lâminas e machados. Segundo pesquisadores, a quantidade de lâminas de machado encontrada na ilha, em comparação com os sulcos existentes nas rochas, faz supor que o sítio era um grande fornecedor desses artefatos para outras regiões. Em 15 anos de pesquisa foram encontradas apenas 17 lâminas, enquanto que os sulcos deixados nas rochas são tão profundos que pressupõem a elaboração de pelo menos 278 mil instrumentos. Tais elementos de origem histórica demonstram a importância da Ilha Grande não somente por suas belezas naturais, mas pela possibilidade de pesquisar os vestígios arqueológicos dos povos antigos que ali habitaram há algumas centenas de anos.

No século XVI a ilha foi importante centro de abastecimento de embarcações, tendo sido utilizada para obtenção de água e alimento, tanto por portugueses, que, ali ancorados, evitavam os Tamoios no continente, como por piratas e contrabandistas, para evitar a fiscalização portuguesa. Ao longo dos séculos XVI ao XIX foi destaque internacional, registrando episódios de pirataria, tráfico de escravos e contrabando de mercadorias. Os primeiros registros sobre as tentativas de colonização da Ilha Grande datam de 1591, sendo que a colonização efetiva teve início entre 1725 e 1764. As lavouras de cana de açúcar e café foram as principais atividades no período, com destaque para a fazenda de plantação de café da Vila Dois Rios (ALMEIDA, 2013).

No século XVII a economia da Ilha Grande estava fundamentada na pesca, na lavoura de subsistência, na extração de madeira e no incentivado cultivo da cana de açúcar, com engenhos e engenhocas destinados à produção de aguardente, além da extração de madeiras como jequitibá, maçaranduba, ipê, canela, angelim e cedro, entre outras. No final do século outra atividade passou a ser realizada - a pesca da baleia, que tinha grande importância, pois dela tudo se aproveitava: a carne era salgada para alimentação; dos ossos eram fabricados pentes e botões; produzia-se, sobretudo, óleo para iluminação, impermeabilização de barcos e para a construção.

No século XVIII a região da Baía da Ilha Grande também serviu para abrigar navios de diversas nacionalidades, por servir como área de abastecimento e trocas de

[191] Sítios constituídos pelo acúmulo de rejeitos e restos alimentares de grupos de pescadores-coletores-caçadores, onde predominam conchas de moluscos e ossos de animais, principalmente peixes.

mercadorias, fazendo com que parte da produção anteriormente de subsistência crescesse para atender a essa demanda. Durante o período colonial, recebeu frotas oriundas das colônias do Prata e do Pacífico - naturalistas em viagem de estudo; navios de guerra que precisavam de reparos; navios negreiros que transportavam escravos destinados ao trabalho nas minas; e também de piratas e corsários em busca das riquezas destinadas a Portugal.

No século XIX, o cultivo do café foi introduzido no Brasil e logo se estendeu à Ilha Grande. Existiram 9 engenhos que produziam álcool e açúcar e em meados do século introduziu-se o plantio do café. O visitante mais ilustre foi o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, que visitou a Ilha Grande em três oportunidades: 5 de dezembro de 1863, 1886 e 1889. D. Pedro costumava sentar-se em um banco de pedra para contemplar as belezas da ilha. Essas visitas foram registradas por ele em seu diário[192]. Curiosamente, em diferentes períodos a população local explorou riquezas que corresponderam a todos os ciclos econômicos reconhecidos na História do Brasil: extração da madeira, plantação de cana de açúcar e café e criação de gado. Ao longo de todos esses períodos, perpassando a existência de diferentes atividades econômicas ligadas ao extrativismo ou agricultura para exportação, a população local dedicou-se à lavoura de subsistência e à pesca.

3.1.2 - Certos Modos de Ser Caiçara

O termo “caiçara” é atribuído aos habitantes originários da região litorânea do sul e sudeste brasileiro, e tem um significado similar aos caipiras do interior do país, sendo ambos classificados por bases socioculturais e econômicas extremamente peculiares. No conjunto patrimonial da Ilha destaca-se uma qualidade muito singular desta região - muitas vezes negligenciada pelo poder público, pelos turistas e até mesmo por uma nova população que desconhece a cultura local - caracterizada como "cultura caiçara": são comunidades típicas das regiões litorâneas, do sul do Rio de Janeiro até o norte do Paraná[193].

Diferente de muitas outras formas culturais, especialmente quando pensamos na sociedade urbano-industrial, a cultura caiçara tem grande sintonia com a natureza, respeitando-a e protegendo-a através de um uso adequado dos recursos naturais, que atende às necessidades básicas das famílias e do grupo. Essa característica, proveniente dos indígenas que habitavam a região muito antes da chegada dos

[192] Este diário encontra-se presente no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis.
[193] Caiçara é o povo que habita o litoral brasileiro, desde o sul do Estado do Rio de Janeiro até o norte do Estado do Paraná. É o resultado da miscigenação entre índios e portugueses à qual, mais tarde, somaram-se influências dos escravos africanos.

europeus, foi mesclada a outras, trazidas pelos colonizadores portugueses e espanhóis que aos poucos foram se estabelecendo nas terras brasileiras. Desse encontro nasceu um modo de viver, pensar, fazer, trabalhar, se relacionar, se alimentar, que se mantém durante gerações, resistindo e se adaptando às mudanças impostas pelo convívio com outras formas e expressões de cultura.

As comunidades caiçaras têm um modo de vida particular que associa a pesca, a pequena agricultura, o artesanato e o extrativismo vegetal, tendo desenvolvido tecnologias e um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vivem. Como resultado dessa relação secular com a natureza, criaram-se práticas e saberes que refletem o conhecimento empírico sobre o que o meio tropical pode oferecer ao homem. Historicamente, a cultura caiçara, nas palavras de Simone Scifoni (2009) desenvolveu-se sob condições ecológicas que misturam a terra, a lama e a água, doce ou salgada.

De acordo com Paulo Nogara (2011), as principais características dessa cultura são a associação entre a pesca e agricultura, a importância do cultivo da mandioca e a fabricação de farinha. O autor destaca ainda as relações individualizadas em um grupo maior e na família nuclear; a noção de uma autoridade formal; a pouca importância dada à religião oficial; e, embora casem cedo e permaneçam casados ao longo da vida, muitos terminam não formalizando a união devido à não existência de cartórios. Destacam-se também o respeito aos mais velhos e o apego ao lugar, à praia onde cada um nasceu. Trata-se, pois, sintetiza o autor:

> De um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados que orientam os indivíduos em suas relações entre si e com a natureza e que se expressam em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumento de trabalho) e imateriais (linguagem, música, dança, rituais, mitos) (NOGARA, 2011, p.63).

Ainda hoje é forte a presença dessa cultura na Ilha Grande: antigos moradores trazem consigo lembranças, conhecimentos, saberes, expressões, vocabulário, danças, músicas, práticas religiosas e sociais, hábitos alimentares, dentre outros indicadores que os identificam como caiçaras.

Exemplos do modo de ser Caiçara:

a. Alimentação ou Culinária Caiçara

A mulher, na comunidade caiçara, tem ou tinha até recentemente o papel de mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça, enquanto o homem deveria se dedicar à caça e à pesca, à derrubada de árvores para construção de canoas e obtenção de lenha, comercialização dos excedentes e também dos trabalhos da roça, plantio e colheita (nestes casos podia ser ajudado pela mulher e filhos). Nas roças costumavam plantar mandioca, milho, cana-de-açúcar e árvores frutíferas. Esse modo de produção apresenta forte influência dos povos indígenas, notadamente no preparo de alguns

alimentos como a mandioca. A tradicional casa de farinha caiçara é feita de taipa, de bambu e barro - sendo o instrumental de produção integrado por forno, tacho, roda, tipiti e prensa, utilizados no processo de fabrico da farinha de mandioca. A cozinha tem como base o forno a lenha, uma bancada, tábuas de corte, colheres de pau e panelas de ferro ou de barro.

A cultura caiçara tem a sua alimentação assentada na agricultura de subsistência e na pesca. Antes da Ilha Grande ter se transformado em uma área de proteção ambiental, obtinha-se da mata a caça, as raízes e os vegetais. A culinária local tem como base a mandioca, o peixe, a banana, o palmito, o milho, a cana e o arroz. O principal prato é o peixe com banana, além de várias outras delícias. O café está sempre presente. A criação de animais se restringia a galinhas, raramente porcos e não criavam gado bovino.

Figura 164 - Moendo a cana



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figs 165,166,167 - Casa de Farinha. Dona Matildes Brás de Oliveira







Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Fig 168 - Preparação do “peixe com banana



Fig 169 - Cozinha caiçara



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, Araçatiba 2012

b. Pesca

A pesca é a principal atividade do caiçara. Suas embarcações, notadamente a canoa, têm origem na cultura indígena. No lado oceânico, a madeira utilizada para a fabricação da canoa era o cedro, por ser relativamente leve, mas muito resistente. No lado continental, utilizam o guapuruvu. No caso do guapuruvu, há uma tradição muito peculiar: o pai, ao nascer o seu filho, planta um guapuruvu. Esta árvore, de rápido crescimento, acompanha o crescimento do filho. Este, ao chegar à vida adulta, deve cortar a árvore e fabricar a sua própria canoa com o tronco dessa árvore. O turismo fez com que a população viva praticamente em função de recepcionar os visitantes, correndo o perigo de esquecimento da própria identidade caiçara, com a perda de costumes e tradições. Alguns desses costumes estão marcados na criação de embarcações cavadas à mão em troncos inteiriços e sem emendas, domínio técnico muito comum aos caiçaras do litoral de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty e outras localidades litorâneas de São Paulo e do norte do Paraná. As madeiras preferidas pelos pescadores na produção de canoas são o cedro, o louro, o guapuruvu, a timbuai, o jequitibá e a tarumã[194]. Em algumas regiões, essa tradição vem sendo ameaçada com a proibição de cortes de árvores da Mata Atlântica e devido ao desinteresse das novas gerações no aprendizado do ofício (MARQUES, 2013, p.15).

Ao invés de âncora, utilizam um peso para ancorar as embarcações, chamado de poita. É dela que provêm expressões comuns dos caiçaras, tais como: canoa poitada, poitado na cama, saiu da poita, etc. O termo em tupi significa parar ou estar firme. Também é possível identificar heranças na pesca provindas da imigração japonesa, como é o caso do cerco, notadamente de origem da imigração japonesa localizada na Enseada do Bananal. Esse tipo de pesca é ou foi utilizado em todas as comunidades

[194] O Homem Fluminense. Fundação Estadual de Museus do Rio de janeiro. Museu de arte e Tradições Populares. Rio de Janeiro. 1977

caiçaras da ilha. Os caiçaras utilizam na pesca a rede, o anzol, o espinhel, o arpão, armadilhas (como o cerco). A pesca é artesanal e voltada para a sua subsistência. Nas últimas décadas, a diminuição drástica da presença de peixes na região e a desativação da penitenciária modificaram radicalmente o perfil das atividades econômicas desenvolvidas na Ilha Grande, que passaram a estar basicamente relacionadas ao turismo ecológico.

Figs 170, 171, 172 - Pesca do Cerco



Aventureiro, 2013



Araçatiba, 2012



Araçatiba, 2012

Figs 173,174,175 - Construção da Canoa Caiçara em Aventureiro







Fonte: Fotos de Neuseli Cardoso. Aventureiro, 2013

c. Habitação

A casa tipicamente caiçara (ou assim considerada) é construída de pau a pique, técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras ou bambus verticais fixados no chão, com vigas horizontais, quase sempre de bambu, amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transforma-se em parede. Pode receber acabamento alisado ou não, permanecendo rústica.

Figura 176 - Casa de pau a pique. Barreada Longa, 2006



Fonte: Acerco do Ecomuseu Ilha Grande

d. Religiosidade

A cultura tradicional católica está presente nas 12 igrejas e capelas da Ilha Grande, bem como numa série de mastros com imagens e símbolos do catolicismo popular, procissões e festas religiosas. Em algumas comunidades essas tradições católicas ainda são muito fortes, apesar do avanço evangélico, como na Vila do Abraão, Vila de Araçatiba, Saco do Céu – Festa de São Cosme e São Damião – e Aventureiro – Festa de Santa Cruz.

Figura 177 - Igreja São Sebastião. Vila do Abraão



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figura 178 - Procissão de São Cosme e São Damião, Saco do Céu, 2014



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

e. Brincadeiras

As crianças caiçaras brincam, como qualquer criança. Em geral os brinquedos e brincadeiras caiçaras se relacionam ao cotidiano da comunidade, em atividades lúdicas e ao ar livre. Entre os brinquedos estão os barquinhos de madeira, coroanha – que utiliza sementes conhecidas como “olhos de boi”, piques (pega, esconde, bandeira), carniça, atiradeiras (ou bodoques ou estilingues) – para acertar alvos, que podem incluir passarinhos - e muito mais, de acordo com a criatividade e sensibilidade das crianças.

Fig 179 - Brincadeira de coroanha



Fonte: Fotos Neuseli, Aventureiro, 2013

Fig.180 - Brincadeira de Barquinho com linha



Fonte: Fotos Neuseli, Aventureiro, 2013

f. Vocabulário

Quadro 5 - Vocabulário Caiçara

ARDENTIA	fosforescência provocada na água do mar por micro-organismos e que pode ser visto em noite muito escura;
BADJECO	termo que designa o que é próprio da Ilha Grande, nativo do lugar;
CARMONIA	doce, espécie de cocada feita com gengibre;
CAVOCAR	o mesmo que cavar, escavar;
CERCO	uma das modalidades de pesca coletiva praticada na Ilha Grande;
CONSERTAR	limpar o peixe, retirando escamas e vísceras;
COROANHA	semente da *Talisia esculenta*, também conhecida como olho-de-boi. Usada pelas crianças no jogo da coroanha;
CURERA	resíduo da mandioca ralada que não passou pela peneira no processo de feitura da farinha. Usada como alimento para galinhas;
ESPIA	na pescaria, nome dado ao indivíduo responsável por observar o mar e indicar aos demais a localização exata do cardume;
FURA BOLO	termo pelo qual é conhecido o dedo indicador;
GANCHO	denominação dada a uma das etapas do jogo da coroanha;
JACUBA	café adoçado com o caldo da cana de açúcar;
LANGANHO	limo que se cria e águas paradas;
PIXÉ	fubá bem fino, torrado e peneirado, consumido com café;
POITA	pedra utilizada como âncora ou chumbada, usada para estabilizar a rede de pesca;
RALA	denominação dada a uma das etapas do jogo da coroanha;
TARA	peixe que, por devoção, em pescarias coletivas no Aventureiro, é reservado à venda, para ajudar nas despesas da festa da Santa Cruz;
TOMBADO	diz-se do peixe pescado.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

O vocabulário caiçara é muito rico e sua forma de falar é pitoresca. Nela existem palavras e termos que não são encontrados em outros lugares, com acentuado “sotaque” caiçara, na verdade uma herança do português arcaico, onde vigora ou vigorava a acentuação diferente das palavras e a troca do “b” pelo “v” e vice-versa. Seguem abaixo alguns exemplos do vocabulário caiçara:

g. Medicina Popular

A cultura caiçara tem como base o uso de ervas medicinais ou curativas que até hoje são consagradas na farmacopeia nacional. O conhecimento dos caiçaras sobre ervas medicinais é bastante vasto, sendo objeto de inúmeras pesquisas.

As plantas de uso medicinal são importantes para os caiçaras. As folhas da pitanga (*Eugenia uniflora*), da laranja (*Citrus sinensis*) e da laranja-da-terra (*Citrus aurantium*) são utilizadas na forma de infusão, separadas ou combinadas, para gripes, resfriados e dores de garganta - principalmente para as crianças que são apontadas, na comunidade, como as mais suscetíveis a essas enfermidades. A erva-de-santamaria (*Chenopodium ambrosioides*) é empregada como vermífugo também, predominantemente, para as crianças. As folhas da novalgina-em-folhas (*Aloysia gratissima*) são usadas para “qualquer dor no corpo, febre e dor de cabeça” (BORGES E PEIXOTO, 2009). As plantas medicinais são utilizadas na maioria das vezes na forma de chá calmante; chá para diarréia; chá para dor de cabeça; chá para febre; chá para gripes e resfriados; macerado para dor de estômago; macerado para o fígado; macerado com sal para vermes.

Figura 181 - Erva medicinal - pesquisas



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

h. Música e danças

As comunidades caiçaras guardam velhas tradições, não só indígenas ou africanas, mas também da cultura portuguesa - tais como a dança do fandango, as estórias do rei Sebastião, a congada, a marujada, a dança das fitas, o reisado e a bandeira do Divino, que tem grande importância em Paraty. Na Ilha Grande, muito dessa tradição se perdeu, pelo êxodo de algumas comunidades, mas principalmente pelo crescimento das igrejas evangélicas.

Figura 182 – Ciranda no Museu do Cárcere



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

i. Lendas

A Ilha Grande é cheia de histórias e lendas de origem caiçara. O registro dessas histórias fantásticas é de extrema importância para que não percamos a essência e o espírito caiçara. Em locais isolados e com poucas opções de lazer, a oralidade era e ainda é um recurso de aproximação social dos moradores. Por meio da arte de transmissão dessas histórias podemos, hoje, conhecer seus hábitos e crenças.

O Ecomuseu Ilha Grande reproduziu em forma de livro bordado, exposto no Museu do Meio Ambiente, as lendas contadas por Joaquim Cardoso, conhecido como “Meu Santo”, e escritas por sua filha, Neuseli Cardoso. Nessas histórias são descritas situações do cotidiano, das crenças, trabalho na roça e na pesca, animais, fenômenos da natureza, bem como lugares importantes da geografia da ilha: “A lenda do vento”, “A lenda de Jesus e São Pedro”, “A lenda do Rio dos Remédios”, “A lenda da Pedra do Demo”, “A lenda do Urutau”, “A ponta do Drago”, “Lenda da Figueira”, “A lenda do Gato Fantasma”, “A sopa de pedra”.

Figura 183 – Histórias do Meu Santo – Livro bordado com lendas caiçaras da Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

j. O Turismo e os caiçaras

Em substituição à antiga economia baseada na pesca para comercialização (décadas de 1930-70) - enfraquecida, inclusive, pelas leis de proteção ao meio ambiente - o turismo transformou-se na principal forma de geração de emprego/renda da Ilha. A intensidade do processo de mudança na direção do turismo pode ser analisada a partir dos estudos da antropóloga Rosane Manhães Prado, que cita como exemplo dessa mudança a Vila do Abraão, porta de entrada da Ilha, onde esse processo parece se condensar, tendo o número de pousadas e estabelecimentos comerciais aumentado em enormes proporções num período de menos de dez anos. No Abraão, a vida de quase todo mundo gira em torno do atendimento a turistas e veranista.

Ainda na década de 1970, a implantação de unidades de conservação impôs uma série de restrições à ocupação e uso do território, alterando significativamente a vida das populações caiçaras. O sistema de cultura caiçara, baseado numa economia voltada para subsistência através da roça, da pesca e do extrativismo, passou a sofrer algumas restrições pela legislação. De população tradicional, os habitantes nativos passaram a ser tidos como ameaça em potencial, visto que, ao utilizar a natureza como fonte de suas necessidades, estavam indo de encontro às leis ambientais vigentes.

A mudança sofrida pelos caiçaras da Ilha Grande é relacionada à crise no setor pesqueiro na década de 1970 e à desativação e implosão, em 1994, do Instituto Penal Candido Mendes, fatores que contribuíram de forma determinante para o desenvolvimento e crescimento desenfreado de imóveis nas ilhas da Baía da Ilha Grande, preferidas pelos turistas. O advento do turismo provocou uma forte mudança social na região, como no caso das fábricas de sardinha que existiam anteriormente e cujas instalações foram transformadas em pousadas. Toda essa história tem derivado em problemas a serem enfrentados, como a grande quantidade de lixo produzido diariamente, especialmente nos períodos de alta temporada, o aumento do esgoto sem tratamento e a erosão em várias trilhas existentes.

Os problemas se verificam especialmente na Vila do Abraão, que possui a maior concentração populacional: é um local que serve de exemplo a ser refletido sobre questões ambientais e do turismo, devido às drásticas mudanças ocorridas em curto tempo, com o aumento de transeuntes na localidade. É onde o turismo se desenvolveu mais, pois ali está localizado o principal ponto de entrada e saída das embarcações regulares. É o principal local de hospedagem para turistas, nas inúmeras pousadas existentes ou nos campings disponíveis; muitos turistas dali seguem para as trilhas rumo a praias selvagens. Diante da invasão turística desenfreada, os próprios moradores percebem que os costumes locais estão sendo ameaçados com a incursão de tantos

outros elementos oriundos de culturas diversificadas, trazidos por pessoas que diariamente por ali transitam e que muitas vezes elegem o lugar como um novo lar.

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que se trata de uma região com enorme potencial turístico e ambiental, a Ilha Grande situa-se entre dois centros urbanos extremamente desenvolvidos – Rio de Janeiro e São Paulo. Encontra-se, ainda, próxima às bacias de exploração de petróleo de Campos e Santos, ao Porto de Angra dos Reis, ao Estaleiro Verolme, ao terminal da Petrobrás, às Minerações Brasileiras Reunidas, ao Porto de Sepetiba/Itaguaí e a um amplo complexo industrial. A aproximação com regiões urbanas, industriais e portuárias cria uma constante tensão entre desenvolvimento e preservação ambiental. Não obstante a extensa legislação existente, integrada pelos decretos que criaram o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica da Praia do Sul, o Parque Estadual Marinho e a Área de Proteção Ambiental de Tamoios; e a presença de diversos órgãos governamentais e não-governamentais que ali atuam em nome da proteção da biodiversidade regional, fatores como falta de planejamento, falta de fiscalização eficiente e falta de apoio à população local - que em parte encontra-se à margem das atividades mais lucrativas desenvolvidas na região, fazem com que muitos projetos de preservação estejam ameaçados[195].

Assim, o intenso fluxo turístico na Ilha, aliado às ações de preservação da natureza, ocasionaram mudanças no modo de ser caiçara, ameaçando uma tradição e uma cultura local que é parte da história da Ilha. Os caiçaras representam um forte elo entre o homem e seus recursos naturais, constituindo um raro exemplo de comunidade harmônica com o seu ambiente. A perda dos referenciais caiçaras da Ilha Grande causa enorme prejuízo cultural para todos, devido ao vasto e complexo conhecimento agregado a essa cultura.

3.1.3 - As prisões na Ilha Grande

A história da Ilha Grande é fortemente marcada, na memória coletiva e no imaginário social, pela presença de instituições prisionais[196]. Fundamentalmente, a história das prisões se identifica profundamente com a história da ilha, de sua ocupação, de sua atividade econômica, de seus moradores – em grande parte ainda ex-funcionários, ex-policiais, ex-presos, seus familiares e descendentes.

---

[195] Maiores detalhes sobre as estruturas econômicas e organização sociocultural podem ser observados em Bastos et al., 2009.

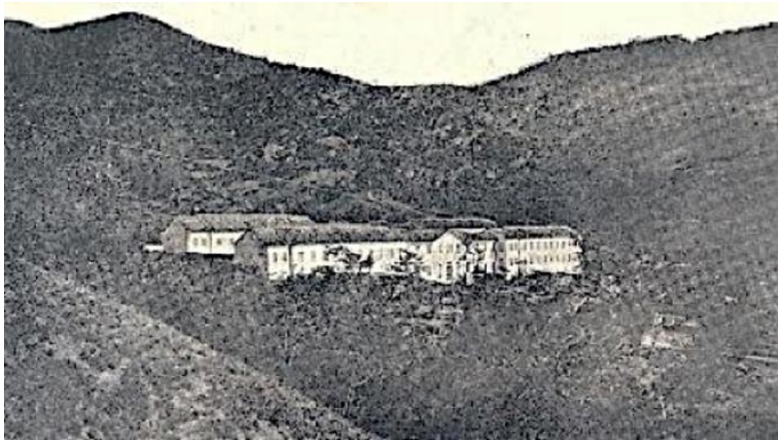
[196] Informações sobre as instituições prisionais da Ilha Grande do período de 1894 a 1993 foram consultados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, a partir do acervo produzido e acumulado pelo Museu do Cárcere, abrigado na APERJ. O conjunto abrange Livros de Ocorrência, Livros Caixa, Livros de Inventário, Livros de Tombo, Livros de Almoxarifado, Recibos de compras, entre outros documentos, produzidos pelas instituições prisionais da Ilha Grande – Colônia Penal/Correcional de Dois Rios, Colônia Agrícola do Distrito Federal e Instituto Penal Candido Mendes, entre 1894 e 1993.

No final do Império, já na década de 1880, com o rápido crescimento da imigração, o governo construiu um Lazareto de quarentena na Ilha Grande, um centro de triagem e isolamento dos viajantes e imigrantes que chegavam aos portos brasileiros e tinha por objetivo impedir a propagação de enfermidades infecciosas no país, tais como a cólera-morbo e que poderiam chegar ao país por navios estrangeiros. Técnicos do Império elegeram a Ilha praticamente deserto, próximo de Angra dos Reis, a uma distância não muito grande do Rio de Janeiro e de São Paulo, os principais destinos dos imigrantes. O local, portanto, foi escolhido devido à sua localização, mas também pela possibilidade de isolamento dos doentes.

Em 1884, o governo imperial comprou três sítios na Ilha Grande com o objetivo de construir, além do hospital de quarentena (o lazareto), uma colônia correcional: a Fazenda do Holandês, situada na enseada do Abraão, para que lá fossem instaladas as principais edificações; logo em seguida, a Fazenda de Dois Rios, uma colônia correcional agrícola, para abastecimento de viveres, criação de gado e também para a conservação das matas e abastecimento de água; e, mais tarde, um terreno na Bica para a construção de um hospital de quarentena (SANTOS, 2009; ALMEIDA, 2009).

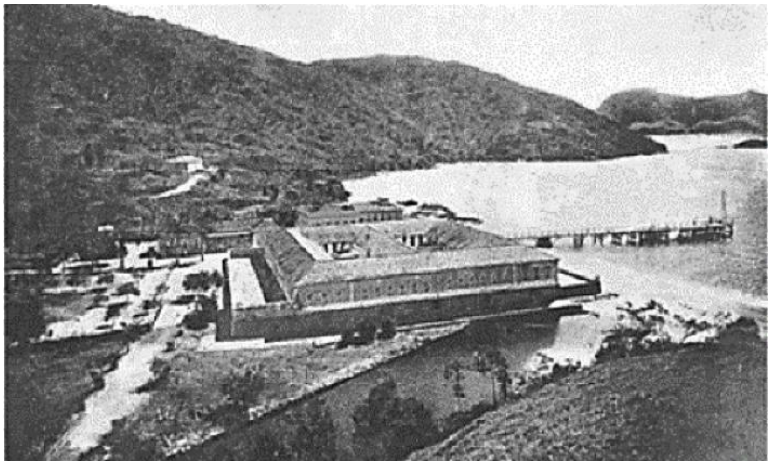
Naquele mesmo ano, começaram as obras de construção do Lazareto na primeira fazenda. Em dois anos, os edifícios foram entregues. Sua divisão interna assemelhava-se à dos navios: havia um pavilhão de primeira classe, um de segunda e outro de terceira. Os dois primeiros estavam situados a 500m da praia, enquanto que o último fora construído à beira-mar. No complexo, além dos dormitórios, também havia restaurantes, laboratório bacteriológico, enfermaria, farmácia e jardins.

Fig 184 – Lazareto, Pavilhões da 1ª. e 2ª. Classe



Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

Fig. 185 – Lazareto, Pavilhão da 3ª. Classe, administração e outros prédios (1909)

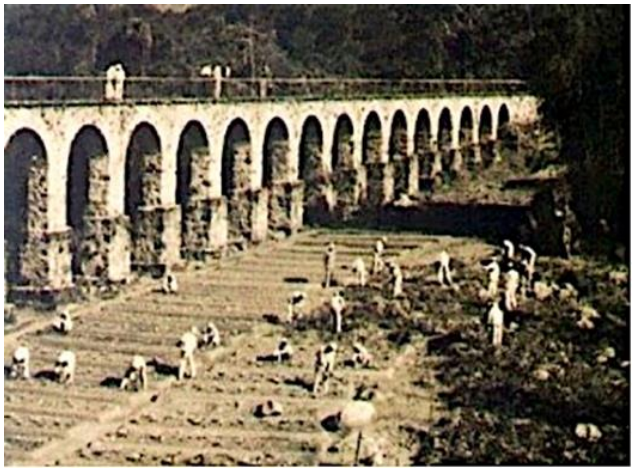


Fonte: acervo do Ecomuseu Ilha Grande

Após a proclamação da República, a ocupação do Lazareto e sua constante lotação exigiram algumas obras complementares pouco após sua inauguração; o conjunto foi ampliado, além de serem feitas outras construções importantes como a da represa e o aqueduto, para possibilitar a chegada de água das montanhas até o complexo instalado - considerado obra monumental, todo ele construído em granito e tijolo. Dois anos depois, a vila do Abraão foi elevada a distrito de Angra dos Reis, em decorrência do crescimento trazido pelo Lazareto. A instituição funcionou de 1886 a 1913 como hospital, tendo atendido a 4.232 embarcações, das quais 3.367 foram desinfetadas. O governo republicano logo passou a ter outros planos para o complexo da Ilha Grande. A primeira proposta a surgir foi a de transformar todo aquele local em um enorme orfanato, destinado aos filhos de imigrantes, de ex-escravos e da população pobre do Rio de Janeiro.

O patronato foi criado, mas não vingou. Rapidamente aquelas construções deixariam de ser apenas destinadas aos doentes ou aos órfãos. Mas as mudanças não aconteceram de forma linear, com as distintas finalidades se sucedendo ao longo do tempo. Em 1893, quando ainda era um hospital de quarentena, o Lazareto recebeu seus primeiros presos políticos: os rebelados da Revolta da Armada. O pavilhão da terceira classe foi transformado em presídio em 1902. Gradativamente, o local passou a receber presos junto aos doentes, até que, em 1913, acabou sendo fechado. Na época da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, Getúlio Vargas reabriu o Lazareto, mas desta vez apenas como prisão política. Para o local, foram enviados os presos de guerra, entre eles o escritor Orígenes Lessa. O diretor era o Tenente Caneppa. Com a anistia após a vitória getulista sobre os constitucionalistas, em 1938, o Lazareto voltou a ser apenas uma prisão normal - a Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Fig. 186 – Aqueduto, Colônia Agrícola do Distrito Federal (década de 1940)



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Em 1941, a denominação mudou para Colônia Penal Cândido Mendes, e a instituição recebeu presos comuns oriundos da Colônia Agrícola de Dois Rios, para que esta abrigasse presos políticos da Segunda Guerra Mundial. Com a transferência da capital federal do Rio para Brasília, a administração do presídio deixou o Ministério da Justiça e passou para o governo do estado da Guanabara. Carlos Lacerda, então governador, resolveu desativar o presídio. Os presos que ali estavam foram transferidos para a Penitenciária Lemos de Brito, no Complexo da Frei Caneca, na cidade do Rio de Janeiro, e o prédio do antigo Lazareto foi demolido (ALMEIDA, 2013).

Em Vila Dois Rios, ainda em 1894, o governo federal havia construído a Colônia Correcional de Dois Rios, destinada a indivíduos de ambos os sexos. Porém três anos depois essa colônia foi extinta. Em 1903 a unidade prisional foi reaberta, primando a reabilitação pelo trabalho e instrução “dos mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos” (ALMEIDA, 2013). Ocupou inicialmente grandes galpões, a casa grande e demais construções da antiga fazenda.

Fig. 187 – Colônia Correcional de Dois Rios

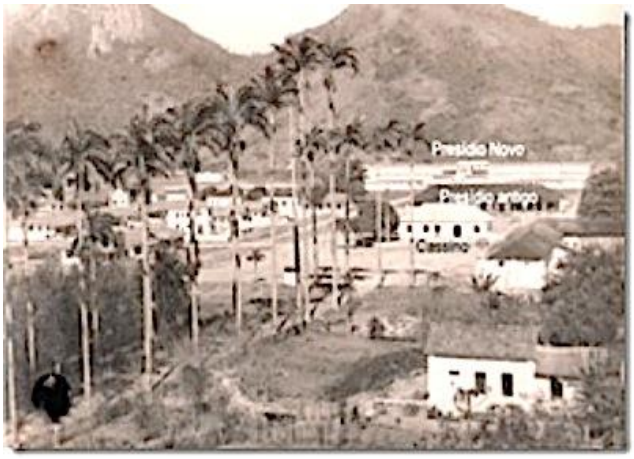


Acervo: Ecomuseu Ilha Grande

A partir de 1938, com a desativação da prisão em Fernando de Noronha (PE), a Colônia Correcional de Dois Rios foi objeto de um grande investimento do governo federal, sob a presidência de Getúlio Vargas[197], que resultou na construção de novas instalações prisionais – na prática, uma nova penitenciária, com novas galerias de presos, prédios de guarda, administração, cozinha, padaria, ambulatório, oficinas, correios, etc. – além de casas para os funcionários, formando a atual Vila Dois Rios.

Ao longo de sua história a Colônia passou por inúmeras reformas, que a foram lentamente transformando em uma prisão de altos muros, de fuga muito difícil. Resultado dos grandes investimentos no Estado Novo, o novo presídio foi inaugurado em 1943 e passou a se chamar Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Fig. 188 – Vista de Vila Dois Rios na década de 1940



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Fig. 189 - Colônia Agrícola do Distrito Federal, inaugurada em 1940



Fonte: Acervo Edson Manhães

[197] Período do Estado Novo.

Em 1963, a referida Colônia passou a se denominar Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), mantendo a estrutura que até então tinha, com os internos trabalhando inclusive fora dos muros da unidade, em atividades como pesca e agricultura.

Fig. 190 - Planta de Vila Dois Rios, Ilha Grande, produzida pela Uerj no final da década de 1990



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Na década de 1960, o presídio passou a receber presos políticos, vítimas da ditadura militar – primeiro da Guerrilha de Caparaó e militares, e a partir de 1969, uma grande quantidade de presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), além de “presos comuns”. Durante a ditadura militar, já como Instituto Penal Candido Mendes, os “presos comuns” ocupavam o térreo, o primeiro e o terceiro pisos do edifício central. Os “presos políticos” ficavam em um regime ainda mais fechado, no segundo piso. Em 1993 foi desativado - contando, à época, com aproximadamente 600 presos.

Fig. 191 – Vista aérea de Vila Dois Rios – anos 1970



Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

Foi nesse instituto penal, considerado de “segurança máxima”, que nasceu o “Comando Vermelho”, no final da década de 1970. As experiências de diferentes formas de organização coletiva de presos políticos e de presos comuns, presentes em diferentes contextos, principalmente da Casa de Correção / Penitenciária Central do Distrito Federal / Penitenciária Lemos de Brito, se somaram, a partir dos anos 1960, no Instituto Penal Candido Mendes (IPCM). O convívio entre presos políticos e assaltantes de bancos, ambos formando o “pessoal da lei”, posto que incriminados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) a partir de 1969, resultou na experiência organizacional do “Coletivo”. Com a transferência e libertação de presos políticos, os presos comuns tornaram-se maioria e mantiveram, ao seu modo, com as suas demandas e especificidades, o Coletivo. Dessa forma lograram se defender tanto do sistema como de outros presos, fortalecendo-se internamente. A partir de uma greve de fome e de uma entrevista de um diretor do IPCM, passaram a ser conhecidos como “Falange Vermelha” – nome que essa primeira geração nunca assumiu.

A segunda geração, já no início dos anos 1980, se assume como Comando Vermelho e estabelece a atividade do tráfico de drogas e o domínio territorial em áreas de favelas, alcançando maior visibilidade e poder e iniciando uma nova etapa na exacerbação da violência urbana. Seis anos depois, em 1985, foi realizada a mais espetacular fuga da Ilha Grande: José Carlos Encina, conhecido como “Escadinha”, líder do Comando Vermelho, conseguiu fugir do presídio em um helicóptero.

A história das instituições carcerárias entrelaça-se com a história política e dos direitos civis do país. Entre os presos políticos que estiveram na Ilha Grande, podemos citar Orígenes Lessa, por ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932; Graciliano Ramos, em 1935, acusado de ser comunista, bem como Agildo Barata e muitos outros líderes do Partido Comunista; Nelson Rodrigues Filho e diversos membros de partidos políticos de esquerda que lutaram contra a ditadura militar de 1964. Orígenes Lessa e Graciliano Ramos deixaram importantes obras literárias relatando a experiência desumana que sofreram nos cárceres da Ilha Grande.

Ainda no século XX, o complexo penal da Ilha Grande sofreu duas grandes demolições: em 1963 o antigo Lazareto foi demolido por ordem do Governador Carlos Lacerda e, em 1994, a cena se repetiu, desta vez em Vila Dois Rios. Em 1993 o Instituto Penal Cândido Mendes na Vila Dois Rios começou a ser desativado, com os presos sendo transferidos para unidades prisionais no continente, sem que essa informação fosse divulgada. Em abril de 1994 foi parcialmente implodido pelo então Governador Leonel Brizola.

Fig. 192 – Implosão do Instituto Penal Cândido Mendes (02/04/1994)



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Com a desativação das instalações carcerárias, a Ilha Grande tornou-se um importante polo turístico, dada a privilegiada localização entre e próxima a dois centros urbanos extremamente desenvolvidos – Rio de Janeiro e São Paulo. A atividade turística rapidamente se tornou a base da economia local, atraindo cerca de 120 mil visitantes por ano. Foi nesse contexto que, em 1994, o Governo do Estado do Rio de Janeiro concedeu à UERJ as áreas anteriormente ocupadas pelo IPCM, visando a implantação de um centro de estudos e de um museu, que buscassem preservar e dinamizar os vários aspectos que envolvem a memória e o ecossistema da Ilha Grande. Os projetos se tornaram realidade com a constituição do CEADS e do Museu do Cárcere / Ecomuseu Ilha Grande.

3.1.4 - Reorganização social após a desativação do presídio

Em todo o Brasil, a década de oitenta foi um momento de reconstrução democrática, com o final da ditadura militar e o governo de transição de José Sarney. Forças democráticas, partidos, sindicatos e movimentos sociais se organizaram a partir do final da década de setenta e avançaram com suas pautas e demandas ao longo dos anos oitenta, em defesa de seus direitos e da democracia. Na Ilha Grande esse processo também ocorreu, com a organização das primeiras associações de moradores, organizações não governamentais (notadamente ligadas à defesa do meio ambiente) e outros movimentos.

As Associações de moradores têm organização relativamente recente, sendo a mais antiga a AMAIG - Associação de Moradores e Amigos do 5º. distrito de Angra dos Reis – Ilha Grande, sediada na Vila do Abraão e fundada em 22 de fevereiro de 1987. Mais recentemente, foi criada a AMA – Associação de Moradores do Abraão, que tem como finalidade defender os interesses dos moradores, estudar e obter soluções para

os problemas da comunidade e incentivar atividades culturais. Nos anos noventa e primeira década do século XXI várias associações foram criadas, forma de organização que resulta das lutas dos moradores pela defesa de seus direitos.

Atualmente a configuração de 'forças' ligadas à Ilha Grande e ao seu território inclui o tema da biodiversidade e a presença das comunidades, que nele atuam a partir de grupos associativos, tais como:

Quadro 6 - Associações de Moradores que existem na Ilha Grande

AMAIG	Associação de Moradores e Amigos do 5o distrito de Angra dos Reis
	Associação de Moradores do Abraão
	Associação de Moradores e Amigos da Enseada de Araçatiba
	Associação de Moradores da Enseada das Estrelas
	Associação de Moradores e Amigos da Enseada de Palmas
	Associação de Moradores da Enseada do Sítio Forte
	Associação de Moradores da Praia do Bananal
	Associação de Moradores de Praia Grande de Araçatiba e Praia Vermelha (Fundação 28/02/1987)
	Associação de Moradores e Amigos da Praia da Longa (Fundação 01/07/1987)
	Associação de Moradores da Praia Vermelha
	Associação de Moradores de Provetá (Fundação 19/02/1996)
	Associação de Moradores de Vila Dois Rios (24/03/1994)

Fonte: Quadro elaborado pela autora

A Associação de Moradores de Vila Dois Rios foi fundada em 24 de março de 1994, motivada pelo processo de desativação do Instituto Penal Candido Mendes. A preocupação central dos moradores – em sua quase totalidade, funcionários ou ex-funcionários do presídio e seus familiares – era o que aconteceria com eles depois do fim da unidade prisional. Os que estavam na ativa seriam transferidos, mas poderiam permanecer em suas casas? E os aposentados? E se fosse instalado, como previsto, um grande complexo hoteleiro no lugar? Eles seriam expulsos? Para tentar defender os seus interesses, esses moradores - instados pelo próprio diretor do presídio na época - resolveram se reunir e se organizar, permanecendo a associação ativa até os dias atuais.

Neste sentido, também atuam as organizações não governamentais no Brasil. Em nosso caso, entre as organizações que atuam em parceria com o Estado (órgãos do governo estadual ou municipal) na Ilha Grande, destacam-se:

CODIG – O Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG) é uma ONG que se apresenta como "sem ligação com grupos econômicos, políticos ou religiosos", com sede na Vila do Abraão. Foi criado no ano de 2000 e tem como objetivo manter o ecossistema da Ilha Grande e suas enseadas em bom estado de conservação, livre de grandes empreendimentos e com uma economia saudável e solidária de base local, para beneficiar as comunidades da ilha, com ênfase nas famílias nativas Caiçaras. Teria sido organizado para ocupar o espaço não preenchido pelos governos na Ilha Grande;

Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande – Em 1989, com o ideal de um mundo melhor mais justo e igualitário, um grupo de moradores buscou interferir na crescente degradação da Ilha e criou a Brigada Mirim, que tem como missão promover a preservação sustentável do ambiente natural da Ilha Grande, contribuir para o desenvolvimento social da comunidade local e assegurar o pleno exercício da cidadania pelos jovens participantes de nossas atividades.[198] Entre seus parceiros (patrocinadores da ONG), estão grandes grupos empresariais: Klabin, Vale, Embratel, Transpetro, Delloite, Tetra pak, Portobello, Wilson Sons, Eletrobrás/Eletronuclear. Passaram por essa organização mais de 700 jovens residentes na Ilha Grande;

CONSIG – O Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande atua em todas as comunidades da Baia da Ilha Grande, que é composta pelos municípios de Paraty, Angra dos Reis e a Ilha Grande, Distrito de Angra, além de apoiar os municípios vizinhos como, por exemplo, Rio Claro. Sua sede está localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro;

Voz Nativa – O projeto Voz Nativa estimula o desenvolvimento sustentável da Ilha Grande, através de cursos profissionalizantes, jornal comunitário e eventos. A sua missão é promover o protagonismo dos Jovens Caiçaras da Ilha Grande no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Suas principais atividades e publicações foram realizadas através de um patrocínio da Petrobrás, intermediado ou repassado pela ONG Onda Azul[199];

---

[198] A partir da Brigada Mirim, no início dos anos 90, ao lado do Casarão da Ilha na Vila do Abraão, foi criado o Núcleo de Compostagem, que proporcionou uma mudança na atitude da comunidade, passando a aproveitar os restos orgânicos, criando suas hortas domiciliares. O sucesso desta iniciativa nos habilitou, nos anos seguintes, a responsabilidade do Viveiro de Mudas criado no mesmo local, pela Prefeitura de Angra dos Reis. Foram produzidas no viveiro mais de 30.000 mudas utilizadas no reflorestamento na estrada de Dois Rios. A respeito, acessar: http://ilhagrande-codig.blogspot.com/ (acessado em 26/09/2018).

[199] https://www.facebook.com/pg/juventudeprotagonistarj/about/?ref=page_internal (acessado em 26/09/2018).

OSIG – A Organização para Sustentabilidade da Ilha Grande tem como missão desenvolver ações e projetos que possibilitem um desenvolvimento sustentável da Ilha Grande. Desenvolve suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. As principais ações estão relacionadas à organização do Fórum de Turismo, à participação em fóruns, comissões e grupos de trabalho sobre a Ilha Grande, esterilização de animais, limpeza de praias, oficinas de reuso (reciclagem); tem ainda parcerias em outras iniciativas. Organiza ao longo do ano vários eventos, sendo o mais importante o "Natal Ecológico", com música e árvores de Natal feitas de material reciclado. O Ecomuseu Ilha Grande é um de seus parceiros. Conta com poucos patrocinadores, sobretudo pousadas do Abraão. A sua principal realização é o Eco - jornal da Ilha Grande. É presidida por seu fundador, Nestor Palma[200];

O Eco jornal da Ilha Grande – O ECO é um periódico de publicação mensal, onde são publicados ações regulares e releases de eventos que acontecem na região e textos opinativos sobre as questões ambientais diversas. É também um registro histórico e midiático que reflete o sentimento de pertença da população e potencializa as causas nas quais está envolvida. Até 2016 contava com uma tiragem de 5.000 exemplares mensais e era distribuído de forma gratuita nas pousadas, restaurantes, cais de embarque, em alguns pontos nos municípios da Costa Verde (Mangaratiba, Angra e Paraty) e diversos estados, através de mala direta. Desde o aumento dos custos e redução de patrocínios deixou de ser impresso e permanece apenas com a sua versão digital e relacionamento em redes sociais. Entre 2014 e 2017 o Ecomuseu Ilha Grande possuía uma coluna mensal, com informações sobre o museu, eventos, pesquisas e "tesouro humano" da ilha. O museu continua colaborando com artigos para o jornal, de forma mais assistemática[201];

Secretaria Executiva da Ilha Grande - A Secretaria Executiva da Ilha Grande foi criada logo após o reconhecimento da Ilha Grande como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em julho de 2019; e estará vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis. O secretário atual é Carlos Kazuo, que tem uma respeitada trajetória de atuação como empresário e boa articulação com universidades, comunidades e organizações ambientalistas[202]. A criação da

[200] http://osigilhagrande.com.br/ (acessado em 27/09/2018).
[201]http://osigilhagrande.com.br/principais-realizacoes/jornal/
https://issuu.com/oecoilhagrande/docs/edi__o_232_-_julho___web_ (acessado em 27/09/2018).
[202] Descendente de japoneses e libaneses, nascido em 1970, na Ilha Grande, em Angra dos Reis. Seus avós trabalhavam com pesca e indústria de sardinha. Com o fim da atividade das indústrias de pescado, as

secretaria e a escolha do seu titular atendem a uma antiga demanda local de que a prefeitura dedicasse maior atenção aos problemas e questões específicos da Ilha Grande. A secretaria tem como proposta cuidar de todos os temas sensíveis, como saúde, educação, desenvolvimento econômico, pesca, turismo e saneamento, o que se intensificou com o título de Patrimônio da Humanidade. A Secretaria Executiva da Ilha Grande abrange a Subprefeitura da Ilha Grande e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae).

Cabe destacar que a secretaria retomou, ainda no final de 2019, através do diálogo e consultas informais à sociedade civil da Ilha Grande - incluindo a direção do Ecomuseu -, o funcionamento do Grupo de Trabalho da Ilha Grande. Esse GT havia sido criado em 2014 vinculado à TurisAngra, órgão responsável pelo turismo na Prefeitura de Angra dos Reis. Desde o início a UERJ esteve presente, representada pelos diretores do CEADS e do Ecomuseu Ilha Grande.

Desde 2017, com a mudança da gestão, estava desativado. Essa retomada pela nova secretaria representou um novo rumo e alento para o diálogo e encaminhamento das demandas locais. O GT é composto por representantes da UERJ, da UFF, das associações de moradores, das associações de pousadas e restaurantes, das associações de transporte marítimo, do Chefe do PEIG e de organizações não governamentais que atuam na ilha, diretores de escolas municipais e representantes das secretarias de Turismo, Educação e Desenvolvimento Econômico e Social. Uma pessoa chave e que promove grande parte da articulação política, desde a primeira criação, é Amanda Hadama, produtora cultural, descendente de japoneses da enseada do Bananal, na Ilha Grande, que foi gerente de projetos da TurisAngra na gestão que criou o GT e é subsecretária executiva da Ilha Grande. O grande momento de debate e enfretamento, tanto internamente no GT como a partir dele para a Prefeitura, Câmara Municipal e sociedade angrense, foi o debate em torno do projeto de formação de uma Parceria Público Privada para a gestão da Ilha Grande, apresentado pela Secretaria de Estado do Ambiente em 2016. Houve grande mobilização de diversas organizações contrárias ao projeto e o próprio GT elencou inúmeras questões a serem esclarecidas. Ocorreu uma audiência pública na Câmara, com o então secretário estadual do ambiente, André Corrêa. Ao final de quase um ano de disputas, em virtude da mobilização contrária, da fragilidade do governo Pezão e da crise econômica do governo do Estado, a proposta foi arquivada. No presente, essa ameaça tem voltado na forma

famílias se voltaram para o turismo, atividade em pleno crescimento na região. Kazuo é empresário do ramo de turismo e maricultura. Seu foco é o turismo subaquático e a geração de empregos verdes, aqueles que dependem da qualidade ambiental e da sustentabilidade. Hoje administra a pousada Nautilus, a agência Nautilus, a Maricultura Costa Verde e ocupa a função de secretário executivo da Ilha Grande. Fonte: https://angra.rj.gov.br/secretario.asp?IndexSigla=SEIG&vNomeLink=O%20Secret%E1rio (acesso em 06/03/2021)

do “projeto Cancún”, que é uma proposta de transformar toda a baía da Ilha Grande num grande centro turístico internacional. Essa proposta, que tem origem na vontade pessoal do presidente da república, encontra interesses convergentes no governo federal, estadual e municipal, além do apoio de grupos empresariais.

UERJ – A Universidade do Estado do Rio de Janeiro atua na Ilha Grande e especialmente na Vila Dois Rios desde a o término do antigo Instituto Penal Cândido Mendes e o termo de cessão do Estado do Rio de Janeiro. Assumiu em 1994 a Vila Dois Rios efetivamente, a partir do Centro de Estudos ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS e posteriormente o Ecomuseu Ilha Grande. Essas unidades atuam na articulação entre as forças da Ilha Grande, contribuindo com pesquisa, educação e parceria com as comunidades locais. Falaremos mais sobre a UERJ e suas duas unidades na Ilha Grande na próxima seção.

3.2 – Da teoria à prática: o processo de formação do Ecomuseu da Ilha Grande (1994 -2021)

3.2.1. A Chegada da UERJ / CEADS / Ecomuseu

Ao longo das últimas quatro décadas, a Ilha Grande transformou-se de área de ***segurança nacional*** em área de ***patrimônio mundial***, tendo a UERJ uma posição de destaque na preservação deste ambiente. E tanto o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS), como o Ecomuseu Ilha Grande (ECOMIG), tem um papel fundamental nesta transformação.

A Ilha Grande consolidou-se um polo turístico a partir da desativação das instalações carcerárias de Vila Dois Rios, em 1994. As atividades de turismo desenvolveram-se de forma acelerada, trazendo alguns problemas como a circulação inadequada de visitantes pelas matas e a introdução de culturas de espécies vegetais e animais estranhas à ilha. Foi neste cenário que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) passou a ser cessionária das antigas instalações e das benfeitorias remanescentes do extinto Instituto Penal Cândido Mendes e áreas adjacentes para instalação de um Centro de estudos ambientais e um museu, como é apresentado no Termo de Cessão de Uso nº 21, de 18/10/1994[203]:

> O imóvel objeto desta Cessão de Uso destinar-se-á, exclusivamente, à instalação pela CESSIONÁRIA de um **Centro de Estudos Ambientais**, que envolverá a implantação de um Programa de Estudos Ambientais, com o funcionamento dos cursos correspondentes, o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares de diversas unidades

[203] Termo de Cessão de Uso entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a UERJ. 18 de outubro de 1994. Arquivo institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

> da UERJ e compreenderá a colaboração com outras Universidade e Institutos de Pesquisa que atuem na área de meio ambiente, através da assinatura de instrumentos próprios para esse fim, bem como **a instalação e administração de um Museu que busque preservar os vários aspectos que envolvem a memória e as características do local e da região** (TERMO DE CESSÃO DE USO, 18 de outubro de 1994).

A UERJ iniciou suas atividades de pesquisa e preservação dos ecossistemas da Ilha Grande por intermédio do CEADS. O *campus* foi projetado para a pesquisa científica e, durante a segunda metade da década de 1990, foram realizados importantes projetos de diferentes áreas do conhecimento. Logo após a assinatura do termo de cessão, o CEADS foi criado, passando a funcionar na antiga casa do diretor do presídio; e em 1995 passou a ocupar prédio inaugurado pelo governador Marcello Alencar e pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Gustavo Krause, no antigo Centro de Convivência / "Cassino". Em 1998, foi inaugurado o novo prédio do CEADS, após ampla reforma no antigo quartel da polícia militar.

A vocação do CEADS, como um laboratório de pesquisa ao ar livre, somada à necessidade de um ensino contextualizado, através da realização de trabalho de campo de alunos da graduação e pós-graduação das mais diversas áreas, bem como de ações de capacitação e transferência de informações à comunidade local, contribuiu para o crescimento de suas ações acadêmicas. Em 2006, o aumento da demanda de utilização do *Campus* Ilha Grande fez com que o CEADS se tornasse um Departamento da Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR-2) – Departamento do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS)[204], atualmente a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PR2[205]. Em 2007, a grande relevância da área física ocupada pelo *campus* fez com que esta área passasse a integrar os limites do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG); pouco depois o Decreto Estadual 40.602/2007 ampliou o território desta Unidade de Conservação (UC) protegida por leis do estado do Rio de Janeiro. A partir de 2008, foram conduzidas diversas ações que permitiram tornar o CEADS um reconhecido centro de excelência, em sintonia com sua relevância ambiental e regional. Isto foi possível por meio da antiga SR-2, que proporcionou apoio, com a ampliação de pessoal e investimentos na capacidade instalada de suporte às atividades acadêmicas.

O CEADS é responsável por projetos ambientais distribuídos em várias áreas de conhecimento: Antropologia, Biologia Marinha, Botânica, Ecologia, Educação Ambiental, Educação em Saúde, Engenharia de Pesca, Geociências, Nutrição,

[204] Ato Executivo de Decisão Administrativa Nº 003/Reitoria/2006.

[205] A Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR2) é responsável por gerenciar essas atividades realizadas pela Universidade. Isso inclui atuar como mediadora de professores e alunos junto às agências de fomento à pesquisa, incentivar a capacitação docente e a iniciação cientifica de estudantes de graduação, supervisionar e incentivar o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação e coordenar as bolsas de pós-graduação, entre outras tarefas.

Oceanografia, Sociologia, Zoologia e História. Foi planejado para funcionar como interface da UERJ com outras instituições de ensino e pesquisa, permitindo a recepção de visitantes do Brasil e do exterior, com conforto e segurança. Desde sua implantação, o número de projetos de pesquisa tem crescido gradativamente na proporção de 10 a 12% ao ano, resultando no aumento da quantidade e qualidade da produção científica da Universidade e no aprofundamento do conhecimento dos ecossistemas da Ilha Grande. Possui salas de aula, laboratórios, auditório, biblioteca básica, além de lavanderia, cozinha, refeitório e alojamentos para estudantes, técnicos e professores. É responsável também pela infraestrutura em Vila Dois Rios e pelo atendimento da comunidade.

Fig. 193 – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Como citado anteriormente, no Termo de Cessão de Uso - datado de 18 de outubro de 1994, assinado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em benefício da UERJ - estava prevista a instalação na Vila Dois Rios de um museu que buscasse preservar e dinamizar os vários aspectos que envolvem a memória e as características do local e da Ilha Grande. Acatando os dispositivos legais e procurando ampliá-los, a UERJ propôs a criação do Ecomuseu Ilha Grande[206], voltado para atividades de preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da ilha. A proposta do Ecomuseu Ilha Grande - ECOMIG é valorizar e enfatizar a relação do homem com o patrimônio tangível e intangível, apresentando-se como um instrumento adequado para desenvolver programas, projetos e ações de

[206] AEDA-016 / REITORIA / 2007, de 20 de dezembro de 2007 – Cria o Ecomuseu da Ilha Grande. Consultado no Arquivo institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse social, de acordo com a Missão da UERJ.[207]

Cabe lembrar que antes da proposta de criação do Ecomuseu Ilha Grande, existiu em 1994, após a implosão do presídio, um anteprojeto organizado pela antiga diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ - vinculado à Secretaria da Justiça do Estado do Rio de Janeiro), Eliana Rezende Furtado de Mendonça, que relata seu primeiro contato com a Ilha Grande:

> Nós chegamos lá, logo depois da implosão, a convite. O secretário nos pediu e também o diretor do patrimônio do estado, que era na época José Roberto Coutinho - ele nos pediu que visitássemos a área do presídio porque a documentação havia sido toda retirada e colocada numa daquelas casas que fazem parte daquela comunidade em torno do presídio, uma vila de funcionários. Então ele pediu que nós fossemos lá visitar e ver as condições da documentação e tomar alguma decisão em relação ao acervo. Fizemos uma primeira visita, eu, José Roberto Coutinho, uma assessora minha, a Lúcia Carpe, nós fomos lá para conhecer todo o ambiente, aquilo tudo. Era um impacto quando você chegava, você via aqueles escombros todos. Eu tive dois impactos, esse por terra e outro quando cheguei de helicóptero - aí então o impacto era terrível, tremendo. Então, quando chegamos lá vimos a documentação toda: ainda tinha muita documentação dos presos ainda da época do Getúlio Vargas, a ficha do Graciliano Ramos estava lá, nessas gavetas e documentos. Então acertamos tudo para a retirada e transferência para o Arquivo do Estado e isso foi feito na ocasião. Então esse foi o primeiro contato e começamos a ter reuniões para imaginar o que poderia ser feito, quando nós vimos tudo aquilo lá eu disse - gente isso aqui tem que ser transformado no ecomuseu, isso aqui está tudo pronto para que a gente veja isso por fora, que as pessoas andem, que as pessoas tenham uma ideia do que foi isso aqui, tem que contar essa história, então foi uma empolgação na ocasião. (Entrevista com Eliana Rezende Furtado de Mendonça - realizada em 23 de fevereiro de 2021).

A partir desta fala da ex-diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fica comprovado que existiu uma proposta inicial de criação de um Ecomuseu para a Ilha Grande, que levava em consideração a história do local, a estrutura do muro que tinha permanecido intacta, a documentação encontrada e a preservação da memória a partir da história oral junto à comunidade de ex-funcionários que permaneciam morando na Vila Dois Rios após a implosão do presídio. O objetivo principal da sua ida à Ilha Grande como representante do Arquivo era analisar a documentação encontrada em uma das residências do entorno do presídio, e após a verificação do acervo documental,

---

[207] "A Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem como missão promover e disseminar o conhecimento da ciência e da tecnologia, da cultura e das artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referenciais de excelência em todos os campos do saber, mantendo um ambiente de respeito à diversidade e ao livre debate das ideias, formando profissionais capazes de constante aprendizado crítico, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vista ao exercício pleno da cidadania, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Como Instituição pública, sua missão se baseia em princípios de igualdade e pluralidade: também foi precursora na implantação do sistema de reserva de vagas para ingresso via vestibular." http://www.uerj.br/institucional/arquivos/PDI_UERJ_25_MARCO2015.pdf.

providenciar sua transferência para o APERJ. Mas a partir desta visita ela identificou o potencial daquele espaço, antes ocupado pelo presídio, de ser um museu que retratasse a memória prisional e após a visita foram realizadas algumas reuniões para decidir o futuro daquele espaço. Cabe lembrar que a mesma já havia participado do I Encontro Internacional de Ecomuseus em 1992, no Rio de Janeiro e das discussões para a elaboração do Ecomuseu de Santa Cruz, o primeiro no Estado com esta denominação, o que certamente influenciou sua proposta de criar um ecomuseu.

> A ideia era essa, transformar aquilo dali num ponto de cultura da história do Rio de Janeiro por que a grande questão até de muitos historiadores que na época questionaram muito a implosão do presídio era justamente porque estava apagando um pouco da história do Brasil da nossa memória, por que essas coisas você tem que transformar em alguma coisa, você simplesmente implodir, acabar aqui, é uma vergonha, é você ressignificar tudo aquilo, é você dizer, não isso aqui foi uma vergonha mas, olha hoje é uma outra coisa, isso está contando tudo, a gente teria fotos, documentos extraordinários para contar tudo isso daquele presídio e infelizmente isso não aconteceu. Então, o que houve logo em seguida, passamos a ter várias reuniões, nós fomos conversar eu, José Roberto Coutinho fomos conversar com o presidente da White Martins que era o Félix Bulhões que estava interessado em patrocinar toda a obra necessária para transformar tudo aquilo lá em museu. Então, foi assim, chamamos um arquiteto, tinham os arquivistas, quem é de museu, a Teresa Scheiner, vou falar com ela. (Entrevista com Eliana Rezende Furtado de Mendonça - realizada em 23 de fevereiro de 2021).

A proposta de criar um museu no lugar antes ocupado pelo Instituto Penal Cândido Mendes era de preservar a história e a memória não apenas local, mas nacional, do sistema penitenciário brasileiro. Quando Eliana Furtado afirma ser uma “vergonha”, refere-se à justificativa de Leonel Brizola ao autorizar a implosão do presídio, aludindo às memórias, relações sociais e experiências dolorosas que marcam uma prisão e todo o sistema prisional. O museu representaria uma ressignificação do lugar, como a mesma disse - “um ponto de cultura da história do Rio de Janeiro”, pois a Ilha Grande é uma referência para passeios turísticos de praias e trilhas; e a partir do museu seria também um passeio cultural e de aprendizado. A ideia era que os espaços expositivos tivessem fotos, vídeos, os documentos de presos famosos como Graciliano Ramos, Madame Satã, além da utilização das entrevistas a serem realizadas com os moradores do lugar que trabalharam no presídio; e destacar a arquitetura - como era a localização e o funcionamento de cada espaço.

A partir de reuniões com o grupo envolvido na discussão e proposta de criação de um museu ela cita o nome da White Martins, uma empresa multinacional brasileira que atua no mercado de fabricação de gases industriais e que patrocinaria o museu, como forma de compensação aos danos causados ao meio ambiente. Assim, a partir do projeto do arquiteto Martins Marcier e do projeto museológico da museóloga Teresa

Scheiner seria criado um ecomuseu para a Ilha Grande. Mas a proposta terminou não indo à frente, como Furtado afirma abaixo:

> A partir do momento em que foi firmado esse convênio com a UERJ, então a proposta do museu já saiu das nossas mãos. Acho que essa articulação de ter sido feita diretamente com o governador, que na época era o Nilo Batista, que inclusive era professor da UERJ, e é universidade de renome, séria, então na verdade é melhor do que mudar o governo e não acontecer nada, acho que isso foi até para salvar ali aquela área. E outra coisa de que havia muita especulação na época era que seria construído um complexo hoteleiro. Então, eu acho que essa preocupação também de dar uma finalidade para aquele espaço todo foi que acelerou esse convênio com a UERJ. Acho que foi tudo bem feito, agora é uma pena só que eles não conversaram com a gente sobre o museu, por que a gente já tinha uma ideia e nós perdemos um pouco este elo com a universidade e aí não avançou. (Entrevista com Eliana Rezende Furtado de Mendonça - realizada em 23 de fevereiro de 2021).

Assim, a partir da fala Furtado é possível afirmar que o projeto não foi à frente por questões políticas, com a saída de Leonel Brizola do governo do Rio de Janeiro em 1994 e sua candidatura à presidência, além do término do mandato do seu sucessor o governador Nilo Batista ainda no mesmo ano. A entrevistada indica que além da troca e transição política, o outro motivo para a não continuação da proposta de criação de um museu para Ilha Grande com o APERJ a frente, foi o convênio firmado entre o governo do com a UERJ, a partir do Termo de Cessão e posteriormente o Termo de Ajuste e Conduta -TAC[208], documentos estes que definiram as obrigações e responsabilidades da Universidade sobre a Vila Dois Rios na Ilha Grande. Fica evidente a frustação da Eliana Furtado por não ter colocado em prática a ideia de criação de um museu naquele lugar, pela riqueza da sua história e memória e pela universidade também não as ter consultado sobre algo que estava em processo de discussão e construção.

A partir da entrevista realizada com a museóloga Rita de Cássia de Mattos, que participou - junto com a prof.ª Teresa Scheiner - da elaboração deste primeiro projeto[209] para a criação de um museu na Ilha Grande, fica comprovada a existência desta proposta:

> Na época em que o presídio foi implodido quem governava o Estado era o governador Leonel Brizola e ele saiu candidato à presidência da República e quem estava de vice governador e assumiu o governo foi o Nilo Batista. Ele então pediu a Eliana, que era a diretora do arquivo,

[208] Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta Ambiental – TAC de 20 de janeiro de 2020, entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, o Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Ministério Público Estadual, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Angra dos Reis - Consultado no Arquivo institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

[209] Consulta ao Projeto Museu da Ilha Grande – Elaborado pela Profa. Teresa Scheiner e a museóloga Rita de Cássia para apresentar a Eliana Furtado de Mendonça.

> um trabalho para aproveitar aquela situação que estava lá, que na época - eu tenho a impressão, rememorando, que nós fomos lá foi no finalzinho do primeiro semestre ou foi entre agosto e setembro, por que havia uma urgência, no final do ano encerrava-se o mandato do governador. Nilo Batista assumiu o estado apenas para completar o tempo que o Leonel Brizola tinha ainda. Então, no final do ano ele encerraria o mandato e ele tinha uma certa urgência de trabalhar aquele espaço. Não chegamos a encontrar com ele, mas pelo que Eliana nos falou ele tinha muito interesse, ele era defensor dos direitos humanos. Então, a Eliana nos ligou e pediu se poderíamos apresentar um projeto. Não tínhamos conhecimento de nada a não ser que o presídio tinha sido implodido, por que tinha sido, quais as causas da implosão, nós não tínhamos nenhum conhecimento. Como havia uma urgência ela logo conseguiu que nós fôssemos, ela intermediou a nossa ida à Ilha Grande para nós conhecermos o espaço e lá fomos recebidas por uma pessoa da polícia militar da Ilha. Ele nos acompanhou, e acho que voltamos uma segunda vez. Porque para ir para a ilha naquela época não tinha uma condução era um ônibus da polícia militar e subia a estrada toda esburacada, empedrada, um trajeto longo de quase uma hora; e lá quando chegamos fizemos muitas fotografias que nós pretendíamos usar no projeto, a ideia era voltar e fazer uma pesquisa seguindo todo aquele trâmite para você fazer um projeto. Nós fizemos um pré-projeto para ser um museu que não fosse tradicional, até porque a carga emocional que nós vimos ali não dava para ser um museu tradicional, a nossa ideia era trabalhar muito as memórias que ficaram ali naquelas paredes, nós entramos em vários lugares, todas as celas tinham inscrições, tinham várias anotações, uma das ideias principais era trabalhar aquela memória que estava ali muito viva apesar da destruição do lugar. (Entrevista com Rita de Cássia de Mattos - realizada em 04 de fevereiro de 2021).

A partir desta fala da museóloga Rita de Cássia, é possível perceber que, após a implosão do presídio, havia um interesse político de mesmo “destruindo” o presídio, não deixar morrer a história e a memória daquele lugar; mas fazer uma ressignificação do espaço com a proposta de criação de um museu. Neste caso, como a mesma afirma, *“uma das ideias principais era trabalhar aquela memória que estava ali muito viva apesar da destruição do lugar”,* se referindo aos moradores que permaneciam e pretendiam continuar no território mesmo após a implosão devido à ligação com o lugar e suas memórias.

Fig. 194 – Documentos implodidos juntamente com o presídio a museóloga Rita de Cássia e um morador da comunidade da Vila Dois Rios



Fonte: Acervo pessoal Teresa Scheiner

Um outro ponto interessante foi o pedido de Nilo Batista à ex-diretora da APERJ, já citada anteriormente - Eliana Furtado - de que ela intermediasse uma proposta de criação de um museu para a Ilha Grande, onde ficava o antigo presídio. Como Rita de Cássia trabalhava no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e atuava também desenvolvendo alguns trabalhos com a Profa. Teresa Scheiner. Eliana solicitou à empresa um projeto de museu para a Ilha Grande, dando início à primeira proposta de criação de um Ecomuseu para este território.

> Foi um pré-projeto por conta do pouco tempo que nós tivemos: corremos contra o tempo para apresentar a proposta, tinha uma proposta de núcleos expositivos, algumas coisas nós pensamos, eu me lembro que nós pretendíamos depois fazer pesquisa em relação à questão dos presos mais ilustres, como Graciliano Ramos - como trabalhar com o livro dele, usar a documentação que estava disponível na época. Havia muita coisa para levantar, era trabalhar principalmente a questão da memória, a interação com a natureza, havíamos desenvolvido alguns projetos interligando a museologia com o meio ambiente. A experiência que nós já tínhamos também seria aproveitada dentro desse projeto, então integrar a comunidade, por que a ideia do ecomuseu só existe se a comunidade estiver integrada. Nós já tínhamos experiencias com alguns projetos que tínhamos desenvolvido – como o projeto chamado interação museu-comunidade, e nós pretendíamos trabalhar, usar essa experiência, juntar as duas comunidades que havia ali, a que viveu no presídio que naquele momento era memória e a comunidade que vivia naquele local e que tinha também outros tipos de experiência em função do presídio. Então havia uma proposta de trabalhar com as pessoas que moravam ali ainda. (Entrevista com Rita de Cássia de Mattos - realizada em 04 de fevereiro de 2021).

A partir desta fala da museóloga, é possível confirmar a existência deste primeiro projeto de criação de um museu para Ilha Grande, com a definição de espaços expositivos, pesquisa, recuperação da memória prisional daquele lugar, sobre os presos que passaram pelo presídio e trabalhar com a comunidade que permanecia no território. Além das atividades a serem desenvolvidas, tinha-se como proposta realizar um curso de integração do museu com a comunidade trabalhando a relação das memórias do lugar e o meio ambiente, trazendo como ferramenta de formação um manual sobre museologia e meio ambiente elaborado para um curso de aperfeiçoamento realizado no âmbito da UNIRIO, intitulado Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental[210]. Este manual, com o mesmo título do Curso, apresentava, em sua primeira

[210] Este curso e o respectivo Manual foram produtos do projeto de pesquisa docente com o mesmo nome, desenvolvido pela Profa. Teresa Scheiner entre os anos de 1990 e 1994, no âmbito do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO/Escola de Museologia. O curso, baseado em Paulo Freire e nas teorias da Educação para a Liberdade, teve 2 edições, sendo a primeira (1991) com 95h/aula, a segunda (1992) com 180h/a. Em 1991 e 1992 realizou-se com patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro e apoio do IBAMA, Jardim Botânico do RJ, FEEMA, Museu Paraense Emilio Goeldi, Reserva Biológica de Poço das Antas e outras instituições. A terceira edição, prevista para realizar-se em 1993 com 240h/a e apoio do FNDE, não foi realizada porque os recursos chegaram tardiamente. Quanto ao Manual, concebido inicialmente como apoio para o curso, ganhou popularidade entre os pares da área educacional e da Museologia. Citado no livro Pedagogia da Esperança, de Paulo Freire, tem cópias depositadas no Centro

parte – Teoria e Bases de Ação - a base teórica da museologia e da educação ambiental, incluindo algumas reflexões sobre a teoria da museologia e seus conceitos, até chegar à ideia de ecomuseu; e uma segunda parte, com a uma proposta de exercícios práticos, organizados em doze capítulos e usando a museologia e a educação ambiental. Este manual, elaborado pela Prof.ª Teresa Scheiner com a participação de Rita de Cássia Mattos, Claudia Magnanini e Marcio Campos, já estava sendo usado para dar cursos de capacitação em alguns museus do Estado do Rio de Janeiro, no período de preparação para a RIO 92 e o I Encontro Internacional de Ecomuseus.

> O tempo era muito curto, quando o governador Nilo Batista deixou o governo, nós fomos à Secretaria entregamos o projeto a ela; e a Eliana entregou ao governador e ficamos aguardando uma resposta, uma aprovação ou adaptações, enfim, mas como estava muito perto do final do governo muita coisa tinha que ser decidida e eu acredito que que ele não tenha conseguido dar conta de tudo - e aí o projeto não pôde ser implementado. E havia essa ideia, acho até que por conta do presídio mesmo, da UERJ assumir isso, uma vez que ele também era professor da UERJ na época, talvez essa intermediação tenha sido feita por ele.
> (Entrevista com Rita de Cássia de Mattos - realizada em 04 de fevereiro de 2021).

Nesta fala de Rita de Mattos, fica evidente, mais uma vez, que embora a Prof.ª Teresa Scheiner e ela tivessem apresentado uma proposta inicial de criar um museu integrado na Ilha Grande, com possibilidades de transformar-se em ecomuseu, por questões e resoluções politicas o projeto não foi concretizado. Inclusive aponta que o antigo governador Nilo Batista, como era professor da UERJ e advogado interessado na defesa dos direitos humanos, pode ter sido o "intermediador" neste processo de criação de um museu ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro quando a mesma assume a Vila Dois Rios na Ilha Grande, a partir do termo de Cessão do Estado já citado anteriormente.

Todavia, sabe-se que a área foi oferecida pelo governo do estado inicialmente à UFRJ e à UFRRJ, que não aceitaram que os moradores permanecessem na Vila Dois Rios, desejando transformar o local apenas em campus universitário. A terceira universidade consultada foi a UERJ, que aceitou receber a área incluindo os moradores de Vila Dois Rios.

A ideia original da UERJ seria fazer um museu – e o projeto propunha que fosse um ecomuseu. Porém, essa ideia foi criada efetivamente e posta em prática com o projeto formulado pela Profa. Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos, apresentado aos membros do conselho executivo do CEADS em 1999.

> Entrei na UERJ em 1994 e em 1999 após cinco anos eu fui para Inglaterra para fazer um estudo sobre museus e globalização. Então, a

de Documentação do ICOM, em Paris, e na Biblioteca do CCH/UNIRIO (SCHEINER, T. 2021 [sessão de orientação, março de 2021]).

> nossa sub-reitora aqui sabia que eu trabalhava com museus quando eu estava lá ainda, eu já tinha ido com a professora Rosane Prado em 1998/1999 conhecer o campus e a vila. Então, eles pediram e disseram quando você voltar estamos querendo fazer um projeto. No início não seria nem eu, estavam fazendo um estudo de quem poderia contribuir com a sub-reitoria para se fazer esse projeto de criar um museu. E na época eu estava fazendo esse pós-doutorado sobre museus e quem estava fazendo o doutorado aqui era o Mário Chagas meu orientando. Aí eu falei a Mário vamos ajudar aí, vamos fazer. E nós dois fizemos o projeto assim quando eu voltei em 2001 em março eu e o Mário começamos a trabalhar nesse projeto (Entrevista com a Profa. Myrian Sepúlveda dos Santos – realizada em 18 de setembro de 2018).

O projeto foi aprovado, com a recomendação de que fosse apresentado às diversas áreas envolvidas da universidade. Em 2001, nova versão foi apresentada e aprovada pela referida docente. Sob sua coordenação, teve início o debate junto à Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2) e com diversos setores da sociedade. (SANTOS, 2005).

O passo seguinte foi a apresentação do projeto às Associações de Moradores de Vila Dois Rios e da Vila do Abraão, a diretores e membros participantes do Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG) e, ainda, às diretorias do IEF e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Outras instituições, como Jardim Botânico, Museu da Vida, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO foram procuradas pela coordenação do Ecomuseu Ilha Grande, para que contribuíssem com sugestões e possíveis parcerias. (SANTOS, 2005)

> O projeto demorou muito para ser formulado, nós fizemos um primeiro projeto e apresentamos aqui dentro da UERJ para a sub-reitora, para o CEADS, para o grupo de historiadores para saber se eles iriam encampar nossa proposta ou não; e quando tivemos o aceite e a aprovação da sub-reitoria aí apresentamos para o CODIG, para algumas associações de moradores da ilha, para o pessoal da Vila Dois Rios. Na época era IEF, agora o INEA. Eles faziam muitas reuniões lá no casarão e a gente apresentou várias vezes o projeto, para escutar sugestões. Eu e o Mário demos um curso de memória para a Brigada Mirim, a gente pediu para os meninos trazerem objetos que fossem importantes para eles, e assim anunciamos que iriamos fazer um museu, a gente trabalhou. Procuramos as escolas também. Então foi um projeto de muita conversa e idas lá na Ilha. No sentido de procurar envolver a população num projeto de preservação. (Entrevista com a Profa. Myrian Sepúlveda dos Santos – realizada em 18 de setembro de 2018).

O projeto adquiriu maior divulgação quando a UERJ firmou compromisso com a instalação e administração do Ecomuseu Ilha Grande e com a preservação dos ecossistemas da Ilha Grande, através do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), acordo com o Ministério do Meio Ambiente, envolvendo a participação de diversos órgãos governamentais de âmbito federal, estadual e municipal. Os objetivos básicos do projeto foram apresentados em uma série de fóruns ampliados, como Agenda 21, Semana do

Meio Ambiente e audiências públicas, das quais participam amplos setores da sociedade civil (SANTOS, 2005).

Segundo Santos (2005), desde o projeto original o Ecomuseu Ilha Grande procura abraçar a noção de patrimônio comunitário e coletivo, seguindo os conceitos básicos da definição de ecomuseu. No entanto, este não é um projeto que surge da comunidade local, acrescentando assim um desafio adicional. Em um lugar tão especial como a Ilha Grande, com o seu valiosíssimo patrimônio ambiental e histórico, foi pensada a criação de um Ecomuseu como a proposta que melhor atendesse a essas especificidades. A prof.ª Myrian Sepúlveda cita a participação do Prof. Mário Chagas no processo de concepção do projeto que cria o Ecomuseu ilha Grande e atribui a ele a proposta de ser implantado naquele lugar um Ecomuseu.

> A participação do Mário foi muito importante, pois eu estudava museus, mas eu nunca tinha feito nenhum projeto de museus assim essa coisa de botar a mão na massa, uma coisa é você estudar como socióloga e fazer uma análise outra coisa é fazer uma proposta. Então foi o Mário toda ideia de ecomuseu, a questão de território, trabalhar junto com a comunidade a ideia que a ilha seria o território do Museu. Isso tudo é Mário Chagas (Entrevista com a Profa. Myrian Sepúlveda dos Santos – realizada em 18 de setembro de 2018, grifo nosso).

A partir da fala da profª. Myrian Sepúlveda, podemos ressaltar duas ideias importantes: a primeira é a importância do museólogo na elaboração e concepção de um Ecomuseu, ideia aparetemente óbvia, mas que é interessante ao referirmos a legitimação do projeto e no processo de negociações, neste caso na universidade. Cabe salientar que o prof. Mário Chagas, citado por ela, é professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, vinculado aos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia; é museólogo de formação e atua há muito anos militando a partir da "museologia da ação", desenvolvendo trabalhos junto a museus comunitários e ecomuseus no Rio de Janeiro e no Brasil. Com isso a visão dele e a proposta de criar um Ecomuseu foi ao encontro de suas perpectivas teóricas e práticas.

A segunda ideia é como a definição pelo modelo do Ecomuseu foi atribuída como uma solução pertinente àquele lugar insular, pois tinha-se um território (Ilha Grande), os patrimônios (bens materiais e imateriais das comunidades) e as comunidades das diferentes vilas que compõem a Ilha Grande. Porém, essa iniciativa não surge dos grupos locais, que tiveram de ser sensibilizadas ao longo do tempo pelos gestores que assumiram posteriormente a missão de colocar em prática a execução do projeto inicial e desenvolver novas propostas, adaptando as necessidades locais.

Portanto, por mais que possamos conceber um Ecomuseu e/ou idealizá-lo, é no processo do seu desenvolvimento cotidiano que saberemos o que realmente é e será. Ele nasce de uma ou mais vontade(s), desejo (s) ou necessidade(s) e se enriquece nas relações sociais, nos jogos de poder simbólico, das partilhas das alegrias e dificuldades,

do compartilhar, do se doar, do indivíduo-multiplicador - aquele que acredita e faz acontecer e torna-se exemplo e inspiração para os outros membros da comunidade. São esses indivíduos-multiplicadores que, juntos, tornam-se uma coletividade e surge assim o sentido de comunidade. No nosso caso, essa comunidade inclui aqueles que vivem e os que atuam na Ilha Grande, a junção de museólogos, diferentes especialistas, comunidades, acadêmicos trabalhando todos com alguns caminhos diferentes, mas com um só objetivo: a preservação e valorização da Ilha Grande, com a sua diversidade e com o seu povo.

A articulação do ECOMIG com comunidades plurais deixa patente que não se trata de uma concepção de "museu ilhado", ainda que fisicamente esteja ancorado numa ilha; ao contrário, trata-se de um museu-processo, aberto para, e conectado com, o mundo extra insular. Sobre esse mesmo pano de fundo (ou tecido ecomuseal) os aspectos funcionais foram previstos inicialmente para serem trabalhados por intermédio dos núcleos a partir dos dois eixos patrimoniais: o eixo histórico-cultural e o eixo do meio ambiente (SANTOS, 2005).

Esse processo de muitas conversas e consultas às comunidades e diferentes órgãos sobre a criação do ECOMIG teve por objetivo a preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico e cultural da Ilha Grande, foram feitos alguns reajustes importantes e delineados quatro módulos como centros aglutinadores de debates e locais de apresentação: Centro de Informações, Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Centro Multimídia e o Parque Botânico.

> O tripé da proposta é a preservação da natureza, da história e bem estar da comunidade local. Gostaríamos de trabalhar muito próximo da comunidade e que ficassem engajados com o projeto de preservação da natureza e da história. Queríamos um centro de preservação dessa história difícil de contar o **Museu do Cárcere.** A ideia do **Museu do Meio Ambiente** como divulgação científica do que a UERJ faz na Ilha. O **Parque Botânico** surgiu a partir dessa questão de preservação da natureza em parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro no sentido de preservação da Mata atlântica. E o **Centro Multimídia** poderia ser um centro de atividades culturais pensamos num espaço permanente de exposições sobre a Ilha Grande. No **Centro de Informação** queríamos um totem para divulgar o que tinha em Dois Rios na entrada e na recepção do Abraão seria algo para integrar Dois Rios o restante da Ilha e do continente. Sempre tínhamos a preocupação de envolver a população da ilha no projeto (Entrevista com a Profa. Myrian Sepúlveda dos Santos – realizada em 18 de setembro de 2018, grifo nosso).

No momento da sua criação o Ecomuseu Ilha Grande estava vinculado ao CEADS e à Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2). Em 05 de junho de 2009 foi inaugurado o Museu do Cárcere, primeiro núcleo do Ecomuseu. Com a recuperação total dos prédios em 13 de dezembro de 2012, o Museu do Cárcere ocupa a portaria de entrada principal (prédio da guarda) e a antiga padaria do Instituto Penal Cândido

Mendes, não demolidas com a implosão de 1994. O tratamento adequado das ruínas da Penitenciária Cândido Mendes tem por objetivo servir como importante fonte de reflexão sobre a violência presente nos sistemas carcerários brasileiros ao longo de um século de práticas carcerárias (SANTOS, 2009).

Fig. 195 - Inauguração do Museu do Cárcere - MUCA, em 05 de junho de 2009 na antiga padaria do presídio. Professora Myrian Sepúlveda dos Santos, Professor Ricardo Vieira Alves de Castro, Reitor da UERJ, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso e o Governador Sérgio Cabral



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figs.196,197– Inauguração do Museu do Cárcere
Profs. Márcio Rangel, Aparecida Rangel, museólogos Thainá Castro, Lucas Lopes, Fernanda Magalhães, Prof. Mário Chagas e Dra. Denise Studart





Fotos: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Ao final de 2009, o museu teve uma reestruturação e em 13 de abril de 2010 reafirmou os seus objetivos, mas estabeleceu o vínculo com a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura SR-3, atualmente a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PR3)[211], através do Departamento Cultural (DECULT) - indicando, além da coordenação geral, um chefe/coordenador para cada núcleo.[212] Assim, em 2009, o professor Ricardo Gomes Lima assume como Coordenador Geral do Ecomuseu Ilha Grande:

> A Myrian conversou comigo, eu falei que tinha gostado muito do que eu vi, então ela falou é bom você ter gostado, por que você vai administrar isso, mas falou assim eu achei que fosse brincadeira, não sentou e conversou. Alguns dias depois a Regina Henriques me chamou e falou olha Ricardo eu quero te comunicar, você vai ter que dirigir o Ecomuseu na Ilha Grande, ou você é o novo diretor, o Ecomuseu está saindo da SR2, está passando para âmbito da SR3, a Myrian entregou o cargo ela disse que o compromisso dela era inaugurar o museu, o museu está inaugurado, ela tem outros projetos e aí eu queria que você assumisse a direção. Aí tudo bem eu nunca neguei trabalho, nem nada eu gosto dessas coisas, agora as condições eram zero, não tinha funcionários, apenas duas bolsas, não tinha recursos, não tinha nada de nada. Então eu peguei essa batata quente, eu pensei não tinha nada como é que eu vou tocar. (Entrevista com o Prof. Ricardo Gomes Lima – realizada em 5 de fevereiro de 2021).

Quando Lima assume a direção do Ecomuseu Ilha Grande, se depara com o grande desafio de continuar a proposta de implantação do ECOMIG iniciada por Santos, mas como o mesmo afirma, em “condições zero” - pois teria que montar toda uma equipe, captar recursos, ter contratos para funcionários, viabilidade de transporte e logística de trabalho, já que isso ficava por conta do CEADS. A passagem da instância da SR2 para a SR3 se deu por dois motivos: o primeiro, por desentendimentos internos do CEADS e o Ecomuseu, sobre custos e responsabilidades extras: a gestão na época sentia-se sobrecarregada, tendo em vista que o Ecomuseu havia nascido vinculado ao CEADS, não por preferência, mas porque era a única unidade da UERJ na Ilha Grande, tendo a pesquisa como foco central; e o segundo motivo foi considerar que o museu está relacionado à cultura, não à pesquisa e por isso deveria passar para o Departamento Cultural da SR3. Pode ter sido um equívoco considerar o museu apenas como espaço cultural, não evidenciando o seu potencial de pesquisa e instituição

[211] A Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR-3) estabelece as diretrizes e normas para o desenvolvimento das atividades de extensão e cultura da Universidade, de acordo com a legislação pertinente. A PR-3 é responsável, também, pelo gerenciamento dos programas e bolsas de extensão, pela programação cultural da UERJ, bem como, pela administração dos espaços culturais (teatros, galerias e concha acústica), entre outras atribuições. O objetivo primordial desta Pró-Reitoria é contribuir para a formação humanística dos estudantes, por meio da disseminação de bens culturais, juntamente com o conhecimento. Por ser uma Universidade socialmente referenciada, a UERJ, por intermédio da PR-3, propõe ações intra e extramuros voltadas à implementação de políticas públicas comprometidas com as reais necessidades da sociedade fluminense.

[212] AEDA-019/REITORIA/2010, de 13 de abril de 2010, estrutura o Ecomuseu Ilha Grande, reafirma os seus objetivos, estabelece o vínculo com a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, através do Departamento Cultural (DECULT), indicando, além da coordenação geral, um chefe/coordenador para cada núcleo. Consultado no Arquivo institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

cientifica. Neste sentido, Lima foi em busca de montar uma equipe e estruturar o Ecomuseu Ilha Grande:

> Então o que eu fiz foi ir em busca dos coordenadores para os núcleos do ecomuseu, que eram - o Museu do Cárcere, o Parque Botânico, o Centro Multimídia e o Museu do Meio Ambiente. Então, para o Parque tinha a Cátia Callado que já era de lá do CEADS e tinha o projeto dela totalmente autônomo e independente sobre a flora e foi imposta para nós; o Museu do Cárcere eu pensei, tem que ser alguém que estude essa coisa prisional, então Cássia Frade me deu referência do Gelsom Rozentino, então eu convido ele. O Centro Multimídia eu chamei em principio o Celso que dirigia o CTE, o acervo de vídeo já estava lá que reunia essa produção visual, ai eu falei – gente, na fraqueza que a gente tem, não tem grana, não tem pessoal, eu fracionar ainda mais as coisas é morrer todo mundo no seco por que ninguém tem nada, então eu pensei que ele teria toda aquela estrutura, o acervo já está abrigado lá, tecnicamente cuidado, tem os técnicos que mexem com isso, mas como o Celso não aceitou me apresentou a Wânia Clemente que também trabalhava com ele e ela ficou; e o Museu do Meio Ambiente, eu queria colocar alguém de outra área ambiental sem ser florística e faunística, mas pensando na relação do homem então conheci a Tereza Rosso que era da Engenharia Ambiental e que tinha um projeto de captação de água, etc. Foi assim que componho então essa equipe. No início não tínhamos um tostão as perspectivas era não ter dinheiro, então o quê que a gente fez, eu tinha que motivar esse povo para fazer projeto arranjar recurso fora, foi uma fase de construção de muito projeto e ganhamos muito dinheiro, pegamos uma época dourada da FAPERJ, CNPQ a gente termina a padaria, reforma a casa de guarda na frente, o museu do meio ambiente, a sede da SR3, a sede do Ecomuseu antiga escola etc. Tudo isso obra, obra, consumindo dinheiro. Conseguimos constituir acervo, tudo isso nesse período e por que tinha esse grupo de pessoas pensando, né. (Entrevista com o Prof. Ricardo Gomes Lima – realizada em 5 de fevereiro de 2021).

A busca e escolha dos coordenadores que assumiriam os núcleos do Ecomuseu Ilha Grande partiu de alguns critérios definidos pelo prof. Ricardo Lima, considerando suas formações, atuações e interesses de pesquisa relacionados às temáticas dos núcleos do ECOMIG. Ele considerou também as dificuldades de falta de estrutura, recursos e pessoal, almejou professores que pudessem contribuir para a escrita de projetos e captação de recursos, além de colaborar com suas estruturas e as pesquisas às quais estavam vinculados. Todos esses pontos foram essenciais para a concretização do Ecomuseu Ilha Grande. Essa interdisciplinaridade foi fundamental para a formação do ECOMIG e dos olhares sobre a história e a memória local, considerando território, meio ambiente, comunidade, patrimônios, contribuindo cada um dentro da sua área para a construção de uma instituição balizada. O ECOMIG foi crescendo não apenas nas suas estruturas, mas na sua missão, a partir das suas ações junto e com as comunidades da Ilha Grande, se encontrando enquanto museu universitário, e se fortalecendo como ecomuseu na prática, a partir das suas atividades e projetos

Desde então o *campus* Ilha Grande tem promovido o desenvolvimento sustentável da região, em estreita relação com atividades de ensino, pesquisa e extensão. A coordenação logrou, através de recursos obtidos junto a agências de fomento à pesquisa, em especial a FAPERJ, avançar nas reformas e recuperação dos prédios da antiga penitenciária destinados ao funcionamento dos núcleos do museu; estes foram redefinidos e organizados da seguinte forma: Museu do Cárcere; Museu do Meio Ambiente, Centro Multimídia e Parque Botânico.

Fig. 198 – Ecomuseu Ilha Grande e seus Núcleos



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

3.2.2. Núcleos do Ecomuseu Ilha Grande

A) Museu do Cárcere

Está instalado em prédios da padaria e da guarda do antigo Instituto Penal Cândido Mendes. Tem como proposta servir como importante fonte de reflexão sobre as políticas carcerárias e seus reflexos na sociedade brasileira, a partir da história das sucessivas unidades penitenciárias da Ilha Grande e memórias das comunidades locais. Do ponto de vista técnico/operacional, é um museu tradicional ortodoxo, inserido no âmbito do ecomuseu.

Fig. 199 – Museu do Cárcere - MUCA



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O Museu do Cárcere tem como principal objetivo o registro da história e memória do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, em especial dos vários complexos que, no passado, existiram na Ilha Grande, visando à compreensão do sistema prisional brasileiro mais amplo. Ao mesmo tempo, como uma das unidades integrantes do Ecomuseu Ilha Grande, desenvolve atividades de aproximação com o público, constituído pelos moradores da ilha e por turistas brasileiros e também estrangeiros que visitam a região. Para tal, propõe ações de educação patrimonial junto à comunidade, bem como projetos de preservação, investigação e divulgação dos conhecimentos e patrimônios material e imaterial, suportes de memória social, relacionados à história do sistema prisional e à cultura da região. O MuCa busca se consolidar como espaço que proporciona o encontro de diferentes campos do saber, intermediando saberes acadêmicos e os produzidos pela comunidade, promovendo o estudo e a elucidação de problemas relativos a temas relevantes e estratégicos para o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos, de forma a contribuir de maneira efetiva para o campo científico e social. A partir de 2012, o espaço foi ampliado com a conclusão da reforma do primeiro prédio (a antiga padaria) e a recuperação do prédio da guarda, bem como da fachada da antiga unidade prisional, sobreviventes da implosão.

O Museu do Cárcere inaugurou em 13 de dezembro de 2012 um novo prédio – o Prédio da Guarda - e novas instalações e exposições, a partir de financiamento da FAPERJ, com a presença do Reitor Ricardo Vieira Alves de Castro, autoridades e representantes e a comunidade, presente em grande número. Foi o início de um novo tempo e de novos desafios para o museu.

O MuCa possui atualmente 5 galerias, ocupadas com mostras que objetivam uma integração efetiva entre os diferentes saberes da universidade e da comunidade, a saber: **100 anos de presídios na Ilha Grande** - apresenta um panorama dos cem anos

(1894-1994) de história das instituições carcerárias na Ilha Grande que se dividem em três tempos: o primeiro trata da Colônia Correcional de Dois Rios que, durante as primeiras décadas republicanas, confinou uma população indesejável sobre o pretexto de regenerá-la; o segundo aborda o funcionamento das colônias agrícolas criadas durante o Estado Novo (1937-1945) e o terceiro se refere à criação e à destruição do Instituto Penal Candido Mendes, penitenciária de segurança máxima.

Figuras 200,201 e 202 - Exposição 100 anos de Presídios na Ilha Grande







Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Sistema penitenciário do Rio de Janeiro: ontem e hoje - busca contribuir para uma visão sobre a construção e o funcionamento de várias unidades penais e hospitalares que integram a estrutura do sistema penitenciário brasileiro ao longo da história. Nela são apresentados registros fotográficos que retratam passagens da história e do cotidiano das prisões, contribuindo para a compreensão desse universo complexo e perpassado por sentimentos contraditórios dos internos, dos funcionários e da sociedade, a exposição se divide em eixos temáticos: Trabalho, Família, Sociabilidade, Vida na prisão e Infraestrutura do sistema.

Figs. 203 e 204 – Exposição Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: Ontem e Hoje





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Comida e Cárcere- instalada no prédio onde funcionava a padaria do presídio – a mostra apresenta, em três módulos: *Aquisição, Preparo* e *Consumo*, a rotina alimentar na penitenciária da Vila Dois Rios até sua desativação; **Arte e ciência das formas e padrões da natureza**: exposição fotográfica que traz para dentro dos muros do antigo presídio um pouco da exuberância da flora e da fauna de um dos mais ricos ecossistemas das Américas, a Mata Atlântica circundante; **Ecomuseu Recicla**: resultado de um projeto de aproveitamento de resíduos sólidos, em desenvolvimento com a comunidade de Dois Rios, a exposição apresenta trabalhos em lata, madeira, pet, principalmente flores, peixes e borboletas, móveis e bonecas de retalhos de tecido, confeccionados por artesãos locais.

Fig. 205 – Exposição Comida e Cárcere - Antiga Padaria do presídio



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Em “100 anos de presídios na Ilha Grande” e em “O Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro: Ontem e Hoje”, o público é convidado a conhecer e refletir criticamente sobre a história das unidades prisionais, através de imagens. É apresentado o passado e o presente das unidades prisionais que integram o sistema penitenciário estadual - o

segundo maior, o mais antigo e mais importante do Brasil; os elementos da sua infraestrutura, do tratamento prisional, das condições de vida e cumprimento da pena. Noutra, as unidades prisionais da Ilha Grande, de grande importância histórica, sua trajetória até a desativação e as consequências para a comunidade. Em ambas o público é convidado a uma reflexão crítica sobre o cumprimento da pena com privação de liberdade e suas precárias e desumanas condições. Nesta mesma direção, embora com um enfoque mais específico na questão da alimentação, temos a “Comida e Cárcere”.

As duas outras mostras rompem os muros do museu, já que trazem para o interior do antigo presídio realidades que, enquanto o sistema prisional existiu, lhe eram externas. A primeira se refere à flora e à fauna da ilha, revelando uma das preocupações do Ecomuseu: o meio ambiente e o compromisso que temos com sua defesa e equilíbrio. A partir da desativação do sistema prisional, em 1994, a ilha vem recebendo afluxo cada vez maior de turistas, o que demanda um plano eficiente de convívio com o meio ambiente e de combate ao turismo predador. A segunda, ao tratar da reciclagem de materiais, aponta para dois objetivos principais: o combate ao resíduo sólido, altamente poluidor do meio ambiente; e a geração de renda para a população local, transformada pela oportunidade da produção artesanal.

Figs. 206, 207, 208, 209 - Exposição “Seu Júlio e assim Sucessivamente









Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A exposição, que teve curadoria da museóloga Vivianne Valença, tem por objetivo apresentar a vida de Júlio Almeida, considerado patrimônio vivo pela comunidade de Vila Dois Rios. É tido como testemunha e referência da história prisional que marca a Ilha Grande. Apresentamos o que o Sr. Júlio representa para sua comunidade e como ficou reconhecido internacionalmente por sua história de vida. Júlio Almeida foi o último prisioneiro da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, três décadas após a implosão do presídio. Ganhou liberdade condicional antes da desativação da prisão, mas decidiu cumprir lá mesmo o resto de sua pena em liberdade condicional.

Figs. 210, 211 – Espaço Personalidade e Muro do Presídio – Registro dos Visitantes





Figs. 212, 213- Escadaria dos Direitos e Comemoração dos 10 anos do Museu do Cárcere





Acervo: Ecomuseu Ilha Grande

Este espaço apresenta algumas das personalidades que marcaram a história dos 100 anos dos presídios na Ilha Grande (1894–1994). São antigos diretores, funcionários e presos que se destacaram por seus feitos, lutas, resistências, criatividade e história

de vida durante os períodos da Colônia Correcional do Distrito Federal (1894 - 1940), Colônia Agrícola do Distrito Federal (1942 - 1964), Colônia Penal Cândido Mendes (1942 -1962) e Instituto Penal Cândido Mendes (1964 - 1994). E o muro do presídio é um espaço de interação com o visitante e onde ele pode deixar sua mensagem, assim como os presos deixavam nas paredes e celas. O Museu do Cárcere ainda conta com a “Escadaria dos Direitos” que tem como objetivo servir de reflexão sobre os direitos e deveres dos seres humanos na sociedade.

Desse modo, o Ecomuseu, por meio das exposições do Museu do Cárcere, atualmente coordenado pela museóloga Vivianne Ribeiro Valença, acredita estar contribuindo para a reflexão e novos posicionamentos diante de questões tais como justiça social, cidadania, meio ambiente e melhoria de condições de vida. Busca, assim, cumprir seu papel de agente transformador da realidade social.

B) Museu do Meio Ambiente (Muma)

A partir de exposições e outras atividades socioeducacionais, tem por objetivo divulgar as pesquisas científicas desenvolvidas sobre a Ilha Grande, abordando questões relativas à biodiversidade e ao uso sustentável do meio ambiente. Está localizado no prédio da antiga fazenda, posteriormente Colônia Correcional de Dois Rios.

Fig. 214 – Museu do Meio Ambiente - MUMA



Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

O Museu do Meio Ambiente, partilhando das questões abordadas pela Declaração de Kyoto[213], exerce um papel fundamental na abordagem das técnicas e metodologias que promovam o efetivo desenvolvimento sustentável da região da Ilha Grande e na divulgação científica relativa a saneamento, uso racional da água e Mata Atlântica. A proposta é que sua construção também sirva de modelo e referência na questão da sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro. Contribuindo com benefícios para a sociedade, estes empreendimentos demandam menos recursos naturais e são elaborados para ter uma redução do consumo de água e energia na sua utilização. Além disso, valorizam o conforto térmico, acústico, luminoso e ergonômico, o que favorece a saúde e o bem estar dos moradores e visitantes. Reduzem a poluição e a emissão de gases do efeito estufa. O intuito do Museu do Meio Ambiente é valorizar e enfatizar a relação do homem com o meio ambiente, apresentando-se como um instrumento adequado para desenvolver programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse social. O projeto original incluía as seguintes propostas:

- Aprofundar os estudos e conceitos de desenvolvimento sustentável na Ilha Grande, tendo como foco principal a Vila Dois Rios onde se concentram as atividades da UERJ;
- Elaborar soluções arquitetônicas que possam melhorar a climatização e conforto térmico do ambiente interno e o maior aproveitamento da luz natural;
- Elaborar soluções de projeto paisagístico que melhore a climatização do ambiente local (interno e externo), bem como incentive, por exemplo, a coleta de material orgânico para adubo, a escolha das espécies adequadas de plantas, etc.;
- Realizar propostas (inventário) de materiais ecologicamente corretos para uso nas ocasiões de obras internas (alternativas para divisórias, mobiliário, portas, etc.);
- Criar projeto de adaptação dos ambientes para portadores de necessidades especiais;
- Desenvolver projetos de eficiência enérgica;
- Construir espaços em que a incorporação da energia solar se conjugue com outras fontes convencionais;
- Realizar estudo e projeto para aproveitamento das águas de chuva para consumo não potável como, por exemplo, válvulas sanitárias, controle de incêndios, regas de jardins;
- Realizar estudo e projeto para racionalização de consumo de água: torneiras, caixas de descarga, fluxos econômicos e similares;

[213] Na Declaração de Kyoto, promulgada em novembro 1993 no Japão, as IES, em sua reunião, emitiram um chamado a seus 650 membros para que: estabelecessem e disseminassem uma compreensão mais desobstruída do desenvolvimento sustentável; utilizassem recursos das universidades para incentivar melhor compreensão por parte dos governos e do público em geral sobre os perigos físicos, biológicos e sociais enfrentados pelo planeta; enfatizassem a obrigação ética da geração atual para superarem as práticas de utilização dos recursos e daquelas disparidades difundidas que se encontram na raiz da insustentabilidade ambiental; realçassem a capacidade das universidades de ensinar e empreender na pesquisa e na ação os princípios sustentáveis do desenvolvimento; e, finalmente, sentissem-se incentivadas a rever suas próprias operações, para refletir sobre as melhores práticas sustentáveis do desenvolvimento (TAUCHEN E BRANDLI; 2006).

- Desenvolver programa de coleta seletiva de lixo para reciclagem.
- A implementação do Museu do Meio Ambiente garantirá aspectos relacionados ao saneamento básico: sistema de abastecimento de água, os sistemas de coleta e tratamento de efluentes líquidos e disposição adequada dos resíduos sólidos gerados;
- Neste contexto, observa-se inicialmente que, em sua essência, essas intervenções voltadas ao saneamento propiciam efeitos sociais e ambientais positivos e melhorias diretas nas condições da saúde da população local.
- Assim, a tomada de decisão quanto às tecnologias a serem utilizadas como nos sistemas de saneamento, bem como o sistema de gestão desses serviços, não deve levar em consideração apenas os aspectos convencionais, mas observar na formulação dos seus custos e benefícios a participação popular, a inclusão social, aspectos culturais, tradicionais e históricos, entre outros.
- Toda esta implementação de um Sistema de Gestão Ambiental realmente eficaz unindo divulgação científica, meio ambiente e preservação servirá de modelo para outros projetos e intervenções.

O Museu do Meio Ambiente foi inaugurado em 12 de novembro de 2015, com a Exposição “Certos Modos de Ser Caiçara” - um dos produtos do Projeto “Cultura Caiçara na Ilha Grande”, iniciado em 2011 pelo Ecomig, com apoio da FAPERJ. Seu principal objetivo foi realizar uma pesquisa sobre as formas de sociabilidade na Ilha Grande, considerando os sistemas de valores e de crenças, práticas sócio religiosas, hábitos alimentares, saberes, conhecimentos, formas de expressão, ambientes de trabalho e de lazer, arquitetura e moradia, dentre outros.

Figura 215 - Exposição “Certos Modos de Ser Caiçara”



Fonte: Ecomuseu Ilha Grande

As ações do projeto incluíram a realização de pesquisas em tradicionais núcleos caiçaras da Ilha, documentando-os e registrando-os por meio de anotações, vídeos e fotografias. Por meio de visitas às vilas, a equipe do Ecomuseu Ilha Grande realizou prospecções e coletou uma série de objetos que vieram a constituir a “coleção caiçara”,

documentada em fichas de coleta e de descrição museológica. Também foi desenvolvido um projeto de exposição, que visa à socialização do conhecimento registrado e da cultura percebida, como forma de reconhecimento da importância da participação da população tradicional nos destinos atuais da Ilha. A pesquisa sobre a cultura caiçara possibilitou a formação de um acervo desse importante patrimônio material e imaterial, bem como a divulgação de suas histórias, memórias e cosmologia através de exposições, publicações e outros produtos, e contribuindo para a preservação do sentimento de pertencimento e identidade dos antigos caiçaras que permanecem na ilha e de seus descendentes.

Esta exposição, intitulada **Certos modos de ser caiçara**[214], tem o intuito de apresentar, como o próprio nome sugere, não apenas uma única cultura caiçara, naturalizada, mas distintas formas de ser, estar, fazer, que identificam expressões particulares de cultura. As visitas às vilas da Ilha, as rodas de conversa e a coleta do acervo caiçara foram base para constituir a exposição temática, representando o modo de vida local com a participação dos próprios moradores. O acervo e imagens presentes na exposição foram todas coletadas pela equipe do Ecomig durante as atividades do Projeto Caiçara. A equipe de museologia contou com apoio de estagiários da Graduação de Museologia da UNIRIO, que realizaram a higienização dos objetos e auxiliaram na operacionalização do registro para o inventário, fotografia e conservação preventiva da Coleção Caiçara, visando sua preservação e tratamento adequado para ser colocada em exposição.

Pesquisar e conceber uma exposição sobre a cultura caiçara da Ilha Grande nas dependências do Ecomuseu permitiu colocar em foco para os visitantes do museu aspectos de uma cultura hoje ameaçada, mas também, e principalmente, auxiliar essas tradicionais famílias caiçaras a manter, na medida do possível, suas formas de vida, de pensar e de se relacionar com a Ilha. Este espaço tinha como proposta valorizar as memórias e a identidade caiçara, contribuindo para o fortalecimento desse grupo, entendendo a importância da sua participação nos destinos atuais da Ilha Grande.

A exposição foi montada na primeira sala do Museu do Meio Ambiente. Esta construção é remanescente da antiga Fazenda Dois Rios, datada do século XIX e foi posteriormente usada como presídio. A sala de exposição está organizada em módulos temáticos, com o uso de divisórias em bambu para marcar a transição entre os diferentes assuntos em destaque. O curador da Exposição, Prof. Ricardo Gomes Lima, define caiçara como

> um termo bastante controverso por que ele surge como quase uma acusação: não eram os caiçaras que se chamavam caiçara - fomos nós

[214] Informações sobre a exposição consultadas no Projeto Caiçara – Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ UERJ.

> que, olhando determinada população, atribuímos a ela determinadas caraterísticas e passamos a chamá-la e denominá-la de povo caiçara, população caiçara, população caipira. Então, não são os próprios núcleos que se definem assim, na ilha; ali você tinha tradicionalmente o badjeco, para designar pessoas nascidas na ilha, não era o termo caiçara. Então ele tem uma certa crítica sobre o modo de você qualificar o outro que é diferente de você, por que ninguém se dizia caiçara, ou - eu não sou caiçara, é o outro que é caiçara. Hoje em dia isso mudou por que os tais indivíduos que chamavam de caiçara, perceberam que poderia tirar proveito disso, que ser caiçara pode render para eles alguns benefícios, como a posse da terra que eles ocupam, como frutos de ganhos porque eles comem determinada comida e podem fazer para o turista determinadas comidas que viram atração turística, como peixe com banana ou comer a farinha com peixe etc. Eles transformaram o rótulo de caiçara num produto comercial rentável e com ganhos para eles - até mesmo a posse da terra, que eram uma das coisas de conflito deste litoral brasileiro. Então, hoje eu não vejo mais problema e o conceito claro tradicional [de] caiçara [se refere a] determinadas populações que habitam do sul do Rio de janeiro ao norte do Paraná e que tem uma série de características que os definem, comer peixe com banana, tipos de alimentação, viver da pesca, criar o filho plantando um pé de Guapuruvu, são elementos assim que vão compondo o que seria essa cultura caiçara; e foi em cima desses rótulos que a gente quis trabalhar na exposição. Então destaca: pesca, a construção da canoa, as brincadeiras infantis como o coroanha, o vocabulário, a medicina, a relação com a natureza com as plantas, a casa de farinha, a cana de açúcar, o urucum, a religiosidade popular, a cozinha caiçara e por ai foi, quer dizer a gente pinçou alguns elementos e começou a botar ali dentro ao mesmo tempo tinha umas coisas que eu acho que são legais que embora sutis que é perceber que essa vida não é estagnada, as coisas estão mudando, então a minha perspectiva do mapa lá, daqueles tesouros humanos vivos é que a gente fosse sempre incorporando novas pessoas ali, mostrando como novos saberes vão acontecendo, como novos indivíduos, alguns vão morrendo e outros vão vivendo e nascendo a ideia que o aquele quadro fosse tomando conta daquela parede cada vez mais. etc. (Entrevista com o Prof. Ricardo Gomes Lima – realizada em 5 de fevereiro de 2021).

Cabe lembrar uma advertência comum no campo da antropologia, que é o cuidado com o “mito do bom selvagem”. Mas é importante destacar que a percepção negativa que o termo caiçara carregava, como alguém preguiçoso, indolente, vadio, insubordinado, etc., tem relação com a forma de vida autônoma, baseada na subsistência e pequenas trocas, sem aceitar (ou procurando não se subordinar a) formas de dominação e exploração do seu trabalho. Essa comunidade tradicional em seus saberes e práticas, era capaz de produzir o suficiente para a sua reprodução e existência. Isso nunca teve nenhuma relação com “falta de vontade de trabalhar”, como por vezes lhe foi imputado[215]. Com a criação de unidades de preservação ambiental em

[215] Sobre as comunidades caiçaras, ver: ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, n.43, v.1, 2000. ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. Interciência, n. 25, p. 143-150. 2000a. ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa cientifica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000b. VIANNA, L. P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

áreas de comunidades caiçaras, percebe-se a importância da sua forma de vida para a preservação desses lugares. Todavia, a implantação dessas áreas implica em novas contradições, pois, apesar desse reconhecimento, a legislação ambiental adotada impede parte de suas práticas, como a roça, a extração de madeiras e a pesca. Houve um longo e doloroso processo de embate entre essas comunidades e as unidades de conservação para que fossem capazes de encontrar formas de coexistência. Em alguns lugares esse processo perdura até hoje.

Além disso, é preciso destacar que os caiçaras enfrentaram, além da implantação de unidades de conservação, ameaças ainda maiores à sua existência. Uma é a especulação imobiliária, com a valorização dos terrenos promovida pela construção da Rio-Santos e a facilidade de acesso às áreas antes consideradas remotas. Outra é a expansão do turismo predatório, com a multiplicação de pousadas, restaurantes e turismo náutico.

É esse o contexto em que a mudança de termos para povos tradicionais e que esses novos rótulos são incorporados pela comunidade - transformando o pejorativo em oportunidade, como algo a ser reconhecido e valorizado. Algo que forma uma identidade positiva, seja pela “preservação ambiental”, seja por ser “nativo”. Ou seja, o termo relacionado à cultura local é apropriado, criando assim caraterísticas próprias e ressignificando o ser caiçara tradicional, antes visto como pejorativo, para uma identidade positiva, ressignificando a definição clássica dos povos tradicionais caiçara ao longo do tempo transformando um termo em oportunidade financeira, turística e até mesmo pela luta de direitos e permanência no território.

Ao entrar na sala de exposição, o público encontra uma introdução sobre o que é ser caiçara e as pluralidades dessa cultura. Um painel com fotografias de mãos representou os modos de fazer, de cuidar, trabalhar e de celebrar.

Figs. 216, 217 – Abertura da exposição Certos Modos de Ser Caiçara





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

No primeiro módulo são apresentados os “Tesouros Humanos” citados pelos moradores, como as pessoas de referência e que tem conhecimentos importantes sobre a cultura caiçara e as especificidades de cada vila da Ilha Grande. Essas pessoas participaram das atividades do projeto Caiçara, contaram suas histórias, doaram acervo para o Ecomig e tornaram-se grande parceiros.

Fig. 218 - Módulo “Tesouros humanos da Ilha Grande”



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

No centro da sala, uma grande árvore, produzida em ripas de caixas de madeira, representa os “frutos” - garrafas de vidro penduradas em seus galhos. Dentro destas, plantas medicinais usadas pelos ilhéus são apresentadas ao público, formando a Árvore da Vida. As plantas, apontadas pelos moradores, foram apresentadas em álbuns com 60 espécies botânicas nativas que eram, e ainda são utilizadas para medicina popular local. Foram selecionadas ilustrações científicas para apresentar cada espécie e a pesquisa levantou ainda seus nomes científicos, família botânica e as espécies que são também recomendadas pela Anvisa para o uso medicinal. Além disso, aos pés da Árvore da Vida os visitantes encontram marcadores de página em formato de folhas. As folhas são diferentes plantas medicinais com as receitas e indicações de uso locais que podem levar para casa.

Figs. 219 e 220 – “Árvore da Vida, plantas medicinais caiçaras”





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O segundo módulo da exposição apresenta a importância do mar e da pesca para a cultura caiçara. A canoa centenária doada pelo Sr. Sebastião, da Enseada do Bananal, apresenta a importância da canoa caiçara, canoa monóxila (feita a partir de um único tronco de árvore) tradicional e muito característica da região, de grande dificuldade de fabricação, especialidade de mestres canoeiros que estão desaparecendo da região. São também exibidas pequenas canoas em miniatura, que representam a brincadeira das crianças - que, ao mesmo tempo que diverte, introduz aos meninos a tradição da pesca a ser exercida no futuro. Acessórios de pesca como remos, rede, anzol de lula e samburás são apresentadas em expositores nas paredes e em vitrines. A série de covos que fazem parte da coleção forma uma composição cenográfica vertical, apontando tanto sua função de uso na pesca, quanto seu uso decorativo. Fotos representam as diversas formas de pesca tradicional da ilha, como a pesca do cerco, de costão e de lula.

Fig. 221 – Módulo Pesca



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A seguir, o público encontra o módulo que apresenta aspectos relacionados à infância local. Brinquedos tradicionalmente usados: bonecas de pano, piões, carrinhos e bolas. A brincadeira de "coroanha", conhecida em outras regiões como "cinco marias" está representada em uma instalação com um grande vidro com cheio de sementes "olho de boi", usada localmente para o jogo.

Figura 222 - Brincadeira de Coroanha. Aventureiro, 2013



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A cultura em transformação é apresentada através de desenhos feitos pelas crianças da Ilha, feitos em escolas e atividades educativas promovidas pelo Ecomuseu. As crianças foram convidadas a desenhar para completar a frase "Eu gosto de brincar de...". É possível ver tanto as intersecções entre as antigas e novas brincadeiras, quanto as disparidades de interesses e de tecnologia.

Figs. 223, 224 – Desenhos das Crianças





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

As lendas e folclore da Ilha Grande são apresentados através de um grande livro de pano bordado e ilustrado, feito a partir do livro "Lendas da Ilha Grande", escrito por Neuseli Cardoso a partir das histórias contadas por seu pai, o "Meu Santo", da Vila do Aventureiro.

Figs. 225 e 226 – Histórias do Meu Santo – Livro bordado com lendas caiçaras da Ilha Grande





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Apresenta-se ainda em vídeo a compilação dos relatos coletados de moradores, contando as lendas e histórias sobrenaturais que viveram e ouviram na Ilha. Estão presentes através da fala dos ilhéus sacis, lobisomens, boitatás, loiras em cavernas, entre muitas outras histórias.

Fig. 227 – Palavras caiçaras



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A vida na roça é apresentada primeiramente pela tradicional casa de farinha caiçara. Uma representação de uma casa de taipa, bambu e barro, reproduz parcialmente o espaço de produção da farinha de mandioca. Com o acervo doado, foi remontada a estrutura da produção, com forno, tacho, roda e prensa utilizados no processo tradicional. O núcleo inclui fotos de plantações e reproduções das espécies vegetais tradicionalmente cultivadas na ilha e um grande vidro com pó de urucum.

Fig. 228 – Módulo “Vida na Roça”



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O núcleo a seguir reproduz a cozinha caiçara, que inclui um forno a lenha e uma bancada com tábuas de corte, colheres de pau e panelas que fazem parte da culinária local. Tampas de panela formam uma instalação na parede, apoiadas em cordas horizontais, da mesma forma como são guardadas nas casas. O café, fortemente presente neste cotidiano, é representado em um painel com as sementes, fotos do processo de coar e o escoador de café.

Figura 229 – Módulo “Cozinha Caiçara”



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Também é apresentado um módulo sobre a arquitetura utilizada pelos caiçaras e as especificidades. A decoração, os móveis e organização destas moradias são apresentados em imagens. Conta ainda com a apresentação do processo de construção da estrutura de paredes em taipa e com fotos e ilustrações, bem como a apresentação de materiais como o bambu e o barro.

Figs. 230 e 231 – Módulo “Moradia





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O último módulo apresenta a Fé deste povo. A cultura tradicional católica é representada pelas imagens das 12 igrejas e capelas da Ilha Grande, bem como de uma série de mastros com imagens e símbolos da igreja. Há um altar com os santos padroeiros de cada Vila e vídeos sobre as Festas religiosas, como a Festa de Santa Cruz da Vila do Aventureiro.

Fig. 232 – Módulo a “Fé Caiçara”



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Ao fim da exposição, os créditos contam com fotografias de moradores da ilha, incluindo as pessoas que doaram peças do acervo e foram entrevistadas. A proposta era que a exposição apresentasse uma visão sobre o que é o "modo de ser caiçara" e a relação específica do homem com seu ambiente. Ao mesmo tempo, deixa claro que o que está apresentado são apenas alguns aspectos dessa cultura, que não se tem a pretensão de representar toda a diversidade dos modos de vida durante tantos anos de presença desta população na Ilha Grande. Atualmente, o Museu do Meio ambiente é coordenado pelo Professor de ecologia e biologia marinha Dr. Luiz Felipe Skinner.

C) Centro Multimídia

Tem como objetivo contribuir para a pesquisa, registro, divulgação e memória da Ilha Grande em termos de patrimônio, história e cultura, por meio de mídias digitais e acesso virtual. Possui em funcionamento a Ecovila Digital e em breve se instalará no antigo Cinema.

Fig. 233 – Centro Multimídia - CEMU



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O Centro Multimídia é o núcleo responsável por atividades relacionadas à preservação da memória da Ilha Grande, através de imagens e utilização deste acervo na divulgação dos objetivos do Ecomuseu. Atualmente, o CEMU funciona numa sala do Museu do Cárcere com o projeto Ecovila Digital, e tem realizado o inventário do acervo fotográfico e digital do ECOMIG. O projeto previa a restauração do prédio do antigo Cinema do Presídio, que seria redimensionado para abrigá-lo. Entretanto, após forte temporal em maio de 2019, parte de suas paredes desabaram, inviabilizando a sua recuperação. A direção do Ecomuseu já encontrou alternativas, mas que não puderam ainda ser iniciadas em decorrência da pandemia de Covid-19.

O Centro Multimídia concentrará o desenvolvimento de atividades e materiais de divulgação e informação relacionados à preservação do meio ambiente, história e cultura locais. Serão utilizados recursos com tecnologia digital interativa em espaço próprio para exibição de cinema e vídeo, além de exposições de fotografias e artes plásticas. Haverá exposições contínuas com vídeos de depoimentos de antigos guardas penitenciários, PMs, detentos e moradores locais sobre suas memórias e histórias e todo e qualquer tema relacionado a Ilha Grande. O Centro deverá constituir ainda um acervo de documentos, pesquisas, referências bibliográficas etc., disponível em imagens e em meio impresso ou audiovisual e por internet.

Figs. 234,235 – Exposição “As Grandes Civilizações da América Antiga” em 3D





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A Exposição “As Grandes Civilizações da América Antiga”, em Realidade Aumentada, possibilita a observação de peças arqueológicas da América antes da colonização europeia através de avançados recursos tecnológicos, unindo arte, história e tecnologia em um só lugar. Estão expostas imagens impressas de artefatos e monumentos dos Astecas, Maias, Incas e do Povo de Rapa Nui, transformados em objetos virtuais em 3D através da tecnologia de Realidade Aumentada. Desta maneira o os visitantes podem observar, por meio do dispositivo móvel, a cultura material daquelas civilizações originárias das Américas. Basta apontar a câmera do aparelho que esteja com a app da exposição instalado na direção da imagem exposta para ver a mágica acontecer. E, para aqueles que não disponham do app instalado, a organização do evento disporá de alguns aparelhos prontos para uso pelos visitantes[216].

O Centro é responsável por realizar pesquisa sistemática de matérias presentes na imprensa, em documentários e em filmes já produzidos. Deverá, ainda: - incentivar a realização de entrevistas com profissionais envolvidos com os temas selecionados; - organizar debates e simpósios; - promover concursos, tais como de fotos e de redação sobre a Ilha Grande, capazes de gerar exposições locais e itinerantes. O resultado dessas atividades se traduzirá na produção de sites, cartazes, postais, livros, documentários, vídeos e filmes. A proposta é contribuir para a historiografia - *registro e memória* - regional em termos de patrimônio, história e cultura por meio das mídias digitais; e investir na recuperação predial do cinema do Presídio como patrimônio e fonte do conhecimento. Integram a proposta:

- Restauração do Cinema: recuperação predial (estrutura e instalações, arquitetura, iluminação, telecomunicação, refrigeração, prevenção de incêndio etc.);

[216] A aplicação AME AR é compatível com telefones e tablets do sistema operacional Android e está disponível através do link contido no QR Code

- Espaços de apreciação interna e externa da arquitetura do cinema do presídio.
- Organização de exposições multimídia, realização de palestras etc.
- Criação de um Banco de dados: imagem, áudio, vídeo, pesquisas, documentos etc.
- Construção de um centro de memória em vídeo (narrativas, depoimentos, relatos);
- Criação de um portal na web 2.0 para acesso às informações relativas à Ilha Grande e pesquisas realizadas;
- Organização de concursos/festivais/mostra de fotos, vídeos e animação sobre Ilha Grande;
- Criação de uma estação de estudo, trabalho e formação técnica de crianças, adolescentes e jovens, visando à formação para atuar no Centro Multimídia.

Atualmente, o Centro Multimídia é coordenado pela artista plástica e arquiteta Cynthia Cavalcante.

D) Parque Botânico

Visa identificar, organizar e catalogar espécies vegetais a fim de implantar um acervo de plantas vivas originárias da Ilha Grande. Essa coleção ocupa a área do pátio interno do antigo Instituto Penal Cândido Mendes, que receberá tratamento paisagístico e técnico-científico para o cultivo de espécies da flora que sejam testemunhos da história local.

Fig. 236 – Parque Botânico - PaB



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Inserido em um contexto de “Preservação da Memória e do Meio Ambiente”, o Parque Botânico está construído na área dos escombros do antigo presídio referente à antiga lavanderia, e recebe tratamento paisagístico e técnico-científico para o cultivo de espécies da flora que sejam testemunhos da história local. Está relacionado ao Projeto Flora da Ilha Grande e visa disponibilizar ao visitante, seja ele pesquisador, estudante

ou leigo, uma coleção de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, representando uma fonte de conhecimento sobre os recursos da flora nativa e um centro de apoio para ciência, preservação e educação. O propósito é estabelecer uma coleção diversificada, compreensível e bem documentada de plantas vivas expostas em um cenário atrativo ao público, contribuindo para a conscientização da comunidade e representando um novo pólo de visitação, no qual se associam conhecimentos científicos botânicos, preservacionistas e históricos. A proposta do Parque Botânico do ECOMIG é:

- Elaborar um projeto paisagístico que reúna elementos físicos, biológicos e antropológicos da área determinada;
- Cultivar espécies silvestres, raras, ameaçadas de extinção e/ou representantes do cenário histórico local;
- Manter um banco de germoplasma com espécies econômicas e ecologicamente importantes para a restauração e reabilitação do bioma Mata Atlântica;
- Atender às atividades de pesquisa através da produção de espécies raras e em processo de extinção da Floresta Atlântica;
- Subsidiar programas integrados nas áreas de pesquisa, ensino e extensão;
- Promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos congêneres;
- Constituir uma sede para informações da flora local, dentro da perspectiva que para preservar de forma eficiente é necessário conhecer;
- Representar uma nova fonte de entrada de recursos econômicos para população local, através do turismo consciente e da divulgação da exuberância botânica da Ilha;
- Estimular e promover a capacitação de recursos humanos.

A criação do Parque Botânico justifica-se por ele estar inserido em uma área de grande riqueza natural e cultural, cujos processos de preservação encontram-se ameaçados. A importância da área apontada no cenário biológico pode ser aferida pela extensa legislação, composta pelos decretos que criaram o Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Marinho do Aventureiro, Reserva Biológica da Praia do Sul, e Área de Proteção Ambiental dos Tamoios.

Além da relevância da implantação pela UERJ de um Parque Botânico junto à comunidade científica, este representará uma fonte continuada no processo de conscientização da população local e dos turistas visitantes, acerca da importância da preservação de suas espécies. Desenvolvendo-se dessa forma, uma ação preventiva aos prejuízos advindos da exploração irracional e predatória e colaborando para a conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Fig. 237 – Área do Parque Botânico



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O Parque Botânico também tem a proposta de um projeto de paisagismo, no intuito de transformar as instalações que no passado serviram como área de reclusão do Instituto Penal Cândido Mendes em um jardim com finalidades botânicas, históricas e conservacionistas. A intenção é que estas instalações passem a funcionar, não apenas como locais de contemplação, mas principalmente de interação para conservação da natureza. Seguindo este conceito, optou-se pela criação de um ambiente que não destoasse da fisionomia da vegetação natural, em um viés aos temas do Desenvolvimento Sustentável - uma vitrine ambiental em meio a uma já existente exuberante vegetação tropical.

Fig. 238 - Exemplos de espécies com registro para a Ilha Grande: (Manão 2010; Vianna Filho *et al*. 2014): 1. *Epidendrum secundum* Jacq.; 2. *Bomarea edulis* (Tussac) Herb.; 3. *Alcantarea regina* (Vell.) Harms; 4. *Clusia criuva* Cambess.; 5. *Psychotria brasiliensis* Vell.; 6. *Siparuna brasiliensis* (Spreng.) A. DC.; 7. *Neoregelia johannis* (Carrière) L.B.Sm.; 8. *Hippeastrum striatum* (Lam.) H. E. Moore (Créditos: Carla Y. G. Manão).



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O projeto paisagístico também prevê a restauração *in situ* de processos ecológicos, por meio do resgate da diversidade vegetal e da busca da autoperpetuação das espécies presentes na Ilha Grande, muitas delas endêmicas e/ou ameaçadas de extinção. O Parque Botânico tem ainda a proposta de estabelecer, no pátio do antigo presídio, canteiros temáticos com espécies nativas da Ilha Grande, onde será possível identificar plantas de interesse em diferentes períodos de ocupação da Ilha Grande, incluindo o registro dos primeiros habitantes (Jardim dos Sambaquis), dos caiçaras nativos na Ilha Grande (Jardim dos Badjecos), das plantas do período colonial/imperial (Talhão Florestal) e do período carcerário (Talhão Florestal). Além destes canteiros históricos, também serão desenvolvidos um Jardim de Palmeiras com espécies nativas da Ilha Grande, um Jardim Vertical, com plantas de ambientes de rocha, um Sombral, instalação com plantas herbáceas e nos Escombros do presídio, serão mantidas espécies de samambaias, representando a flora da região. Na beira dos caminhos e em torno dos canteiros, a vegetação herbácea existente será mantida roçada, mantendo o aspecto de relvado. Para manutenção dos canteiros temáticos, são de fundamental importância: a infraestrutura da Casa de Produção de Mudas, como base de trabalho para a equipe técnica envolvida; do Viveiro de mudas e da Casa de vegetação, como locais para germinação e aclimatação e de Composteira, para preparação de adubo que está em andamento.

O Parque Botânico visa sensibilizar os visitantes para o conhecimento da flora local. Vale destacar a importância de atitudes, propostas e ações estéticas que visem ao contato direto e sensível do usuário, ou visitante, com o ambiente - para sua conscientização sobre a importância vital do meio em que vive. No processo de criação do desenho dos canteiros optou-se por um traçado que valoriza as linhas naturais que margeiam as antigas ruínas do presídio. A ideia é integrar a paisagem de serra e mar da Ilha Grande, ressaltando os encantos de seu cenário singular. A partir de processo análogo à Eco gênese, que é a originação de novas formas pela influência do ambiente, buscou-se valorizar espécies da sucessão ecológica natural do local. Deste modo, será guiada a criação de um Jardim–Parque–Coleção Científica que compreenderá exclusivamente plantas nativas da Ilha Grande, ressaltando-se aquelas de importância histórico-cultural, bem como as raras e ameaçadas de extinção. Atualmente o Parque Botânico é coordenado pela professora formada em botânica Dra. Cátia Callado.

Portanto, o Ecomuseu Ilha Grande é a junção desses quatro núcleos, configurando o que Scheiner (1998) chama de Metamuseu, com estrutura semelhante à de uma célula, onde o museu tradicional é o núcleo, o ponto central a partir do qual se irradia, ou para onde converge, todo o trabalho de coleta, investigação,

documentação, conservação e interpretação daquele conjunto. O Metamuseu poderá, ainda, ter mais de um núcleo, dependendo de sua realidade, mas nitidamente núcleo e entorno deverão interagir continuamente, pois fazem parte de um todo uno e personalizado.

A missão do Ecomuseu Ilha Grande é incorporar a comunidade como sujeito do processo de desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande, por meio da preservação, pesquisa, valorização e difusão de sua história, memória, cultura, identidade, de seu patrimônio natural, material e imaterial, promovendo a reflexão e a ação consciente. O Ecomuseu tem desenvolvido projetos de preservação e recuperação dos patrimônios arquitetônico, histórico, natural e cultural, visando à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos da Ilha Grande, a partir da valorização da memória coletiva, sem desvincular as dimensões ambiental, social, educativa, cultural, política e econômica. Tem buscado proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2009, o Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida assumiu a coordenação do Museu da Cárcere e liderou a articulação do ECOMIG junto à universidade, às comunidades da Ilha Grande e a novas parcerias. Pela competência e trabalho desenvolvido foi convidado, em 2016, a assumir a coordenação geral do Ecomuseu Ilha Grande. Inicia-se aí uma nova era para a instituição[217] .

> Quando o Ricardo me convidou em 2009, o pretexto para ele me convidar para coordenação do Museu do Cárcere era que eu pesquisava o sistema penitenciário; ele conhecia meu trabalho e que achava que eu era a pessoa indicada para ligar os pontos da universidade com esse museu por essa questão prisional. O que eu fiz, no primeiro momento procurei ler, estudar, conhecer o que é administração de um museu, conhecer sobre museu, ler bastante, eu fiz um bom dever de casa ai durante o primeiro ano de 2010, sobre museus e ecomuseus em especial, mas ai eu comecei a perceber que por mais que eu lesse, aquilo ali era bonito no papel, mas no dia a dia tendo que encarar a dificuldade de estar presente no Maracanã, em São Gonçalo e na Ilha Grande não foi fácil, então isso era uma coisa que me assustou um pouco no início, por que afinal de contas como é que eu vou trabalhar com um museu na prática, então isso não se aprende apenas nos livros - ou muito pouco. Você aprende do ponto de vista das experiências narradas dos outros, claro, é sempre importante, mas eu percebi que eu tinha que lidar com essa questão do deslocamento que levava em torno de 6 horas ao longo de todo tempo de viagem, tinha o problema interno que tem que lidar com uma outra unidade administrativa e um sentimento de competição com a direção do CEADS na época, que talvez se sentisse um pouco ameaçada com o trabalho à frente do ecomuseu, o desafio ainda de

[217] Em 25 de abril de 2011, a partir da AEDA–012/REITORIA/2011, foi criado o Programa de Extensão Ecomuseu Ilha Grande. E em 23 de setembro de 2014, a partir da AEDA-057/REITORIA/2014, foi estruturado o Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG, por meio do Departamento Cultural/ SR3; cria cargos comissionados e funções gratificadas em sua estrutura.

> uma universidade que tem um museu, mas que pouco conhece, pouco sabe e não tem de fato uma política específica voltada para o próprio museu, uma dificuldade de uma comunidade reativa que via sempre com muito pé atrás aquilo que era feito pela universidade. E nesse ponto foi o ecomuseu que quebrou essa resistência por parte da comunidade em relação à universidade, foi o trabalho feito por nós dentro do Ecomuseu Ilha Grande ao longo dos anos que ganhou a confiança da comunidade, ou das comunidades como um todo da Ilha Grande. Apresentava trabalho em congresso também e eu fui vendo que aquilo que eu estava fazendo era algo muito diferente do que eu via sendo falado sobre gestão de museus eu tinha que estar lá presente, ao mesmo tempo eu tinha que saber alguma coisa de obra, de contabilidade de gestão de pessoas, de relações públicas, de relação com a comunidade, de ter então essa visão muito abrangente da atuação do museu tanto de dentro da universidade quanto para fora em todos os aspectos que são extremamente difíceis e contraditórios do que é estar presente na Ilha Grande. (Entrevista com o prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida – Realizada em 04 de fevereiro de 2021).

A partir desta fala do Prof. Gelsom Rozentino quando assume a gestão do Museu do Cárcere no final de 2009 e desde abril de 2016, como Coordenador Geral do Ecomuseu Ilha Grande, fica evidente o desafio de trabalhar numa instituição híbrida que vem a ser um museu universitário e um Ecomuseu. É interessante perceber nesta fala que ao assumir o cargo o professor Gelsom, historiador de formação, busca o conhecimento, estudo e se dedica para entender como é o trabalho desenvolvido por um museu, bem como o conceito e a prática de um Ecomuseu, demostrando interesse e preparação para sua função. E ao longo dos anos de gestão percebe que nem tudo "se aprende apenas nos livros", mas na prática, e aponta os desafios que teve e tem que enfrentar à frente do ECOMIG como: o deslocamento longo de 6 horas de viagem do Rio de Janeiro à Ilha Grande, entre o percurso de terrestre e marítimo; conflitos com o CEADS, pelo mesmo ser responsável pela logística e infraestrutura na Vila Dois Rios e também ter projetos relacionados à questão ambiental, tornando-se muitas vezes espaço de competição entre os gestores e equipes - o que as vezes é sadio, pelo processo de produção de conhecimento ou seguindo um modelo de "competição interna saudável" voltado para uma competição cooperativa, considerando que as equipes motivam-se para dar o melhor de si mesmas, com espírito competitivo, sem perder de vista os objetivos comuns a todos. Mas, às vezes torna-se negativo, pelos processos de conflito ligados à infraestrutura e atendimento às necessidades do ECOMIG.

Um outro desafio apontado é o da própria universidade muitas vezes não ter conhecimento sobre seus órgãos e demandas, e por isso muitas vezes não investir em recursos e infraestrutura, necessitando de uma comunicação interna constante e incentivo no desenvolvimento de parcerias. Por essa falta de conhecimento não se tem políticas específicas para o museu, por exemplo, sendo necessário criar e aprovar tais medidas pela universidade, para melhoria das formas de administração e trabalhos

técnicos específicos. Há ainda o desafio de integrar a comunidade ao ECOMIG, tornando-a parte do processo e construção do Ecomuseu Ilha Grande. São muitos os desafios de gerir um museu híbrido[218], quase uma dupla gestão - sendo o profissional um gestor multifuncional, capaz de atuar em museus de dois modelos conceituais sem perder a essência das suas funções junto à sociedade.

> Um momento que eu acho que foi muito importante, ainda em 2010, foi quando a gente conseguiu os recursos desses projetos e a gente iria fazer essa intervenção lá nesses espaços do antigo presídio de Dois Rios. A gente marcou uma reunião ampla, geral, com toda comunidade da Vila Dois Rios para apresentar, uma reunião do Ecomuseu Ilha Grande, da coordenação para apresentar os projetos que foram aprovados junto à FAPERJ e as intervenções que nós iríamos fazer lá. Eu lembro bem que essa reunião que realizamos lá no Centro de Convivência foi bastante significativa, a maioria das pessoas que moram em Dois Rios estava presente, as principais lideranças estavam presentes lá, e algumas pessoas meio que questionavam aquela coisa de investimento, será que aquilo iria acontecer, se aquilo não era mais um grupo de professores que faziam suas pesquisas depois não davam mais as caras lá; e algumas dessas pessoas questionaram mais, neste momento foi sr. Lupércio, Ezequiel, que é o presidente da Associação de Moradores, sr. Hotair e tivemos o prazer de mostrar esses projetos e eu me lembro de uma das falas, eu falei isso tudo que estamos preparando para fazer aqui não vai ficar pronto em seis meses, então se alguém acha que vai fazer um projeto que depois não vai aparecer mais, vocês vão perceber que a gente vai estar aqui direto e a ideia é que não fiquemos aqui só durante as obras, a ideia é que de fato o Ecomuseu se torne algo presente aqui na vila e na vida de cada um de vocês e é o que vai acontecer. E fico muito feliz porque tudo aquilo que estávamos apresentando e se comprometendo virou de fato realidade, pode não ser perfeito, pode não ser do jeito que a gente de fato imaginava, pode não ser ideal, mas foi com muito sacrifício, muito trabalho, muito suor, com vários projetos que ao longo desses anos fomos conquistando e que resultaram não só na recuperação das antigas ruínas, na construção de novos prédios e espaços expositivos, mas sobretudo conseguimos estrutura muito além do que a gente precisa, conseguimos uma equipe que foi fundamental para esse funcionamento e a gente conseguiu também - e ai talvez seja o mais importante - ganhar a comunidade tanto de vila Dois Rios como outras comunidades da Ilha Grande. (Entrevista com o Prof. Gelsom Rozentino de Almeida – realizada em 4 de fevereiro de 2021).

[218] Museu híbrido – termo criado pela autora para nominar as características de dois modelos conceituais de museus. Neste caso, o Ecomuseu Ilha Grande é um museu universitário por estar vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e um Ecomuseu por sua denominação e proposta de estreita relação com o território, as comunidades da ilha Grande e o que as mesmas delegam como patrimônio.

Fig. 239 - 1ª Reunião da Coordenação do Ecomuseu em Vila Dois Rios (outubro de 2010) - Da esquerda para a direita: Tereza Rosso (coord. Museu do Meio Ambiente), Gelsom Rozentino (coord. Museu do Cárcere), Ricardo Lima (coord. geral ECOMIG), Wânia Clemente (coord. Centro Multimídia) e as museólogas Julia Wagner Pereira e Gabriela Alevato



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figs. 240,241,242 e 243- Reunião da Coordenação do Ecomuseu Ilha Grande com a comunidade de Vila Dois Rios (outubro de 2010)







Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Este fato, relatado pelo Prof. Gelsom Rozentino, foi sem dúvida um marco na aproximação da equipe com a comunidade e na construção efetiva do Ecomuseu, na

sua apresentação e missão junto ao grupo local. É o momento de a comunidade questionar e entender como seria o processo de construção deste ecomuseu, suas estruturas e como a comunidade seria o mais importante desta instituição: que “o Ecomuseu se torne algo presente aqui na vila e na vida de cada um de vocês”. De fato, foi o momento do início dessa relação mais direta junto e com a comunidade, quebrando algumas barreiras impostas pelo CEADS na relação com a população local. Vale destacar a expressão utilizada - conseguimos “o mais importante, ganhar a comunidade”, tendo em vista que foi a partir da relação com a equipe do ECOMIG que a comunidade foi se aproximando da UERJ, suas atividades e trabalhando efetivamente para que a instituição se tonasse de fato algo importante para suas vidas, com uma ressignificação daquele lugar e a criação de novas relações sociais, transformando promessas e expectativas em uma bela relação de amizade e empatia.

> Temos uma coordenação colegiada que forma a gestão do Ecomuseu Ilha Grande, ao mesmo tempo tenho que lidar com essa forma democrática que procuramos imprimir, de estender essas ações e consultas para o conjunto da equipe, de ouvir e tentar atender as demandas que vem da comunidade e ao mesmo tempo ter que mediar isso com a administração central com a Reitoria, com o Decult, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura e diretamente também algumas demandas do próprio Reitor. Então essas questões, e fazer na mediação enquanto representante da universidade e da comunidade junto aos poderes públicos locais é uma mediação com o Parque Estadual da Ilha Grande, com a prefeitura de Angra dos Reis, com diferentes organizações não governamentais que atuam na Ilha Grande e seu entorno, então tudo isso é o papel que o gestor tem que realizar. Ele tem que garantir que tudo funcione bem e que o atendimento ao público ocorra sem problema, que a gente tenha pessoal preparado, equipado e suficiente para atender e receber as pessoas bem como para dar orientação, realizar atividades com as crianças, com as comunidades de uma forma geral e ainda por cima estar preparado para atender as demandas políticas mais gerais, que são sempre presentes para a universidade e o que o ecomuseu responde enquanto a cara da universidade é a unidade que está mais presente no local. (Entrevista com o Prof. Gelsom Rozentino de Almeida – realizada em 4 de fevereiro de 2021).

Nesta fala, o coordenador geral do Ecomuseu Ilha Grande demostra algumas atribuições enquanto gestor de um museu híbrido, tendo que atender às demandas da universidade e ao mesmo tempo as demandas comunitárias, além das articulações políticas, poderes locais e regionais, e de parcerias realizadas com os órgãos que atuam e se interessam pela Ilha Grande. A proposta de uma gestão colegiada com 4 coordenações com diferentes formações e 2 administradores, estando um na Ilha Grande e outro no Maracanã, permite atender às diferentes demandas e contribuir com a diversidade dos processos e ações. A gestão de um Ecomuseu depende de sua vinculação institucional e de perfis selecionados que possam contribuir efetivamente para o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento comunitário, fazendo do ECOMIG um meio de integração e transformação social.

A partir das falas acima, percebemos que os três gestores que fizeram parte da história do Ecomuseu Ilha Grande contribuíram de formas diferentes e efetivas para a concepção e construção de como o ECOMIG é hoje. Fica evidente que cada um teve um papel fundamental em períodos importantes, que exigiam determinados posicionamentos e formas de atuação. Poderíamos dividir a história desses gestores do ECOMIG em três momentos de ação: 1. A desbravadora – concepção do projeto, 2. O Estruturador – Montagem da equipe e captação de recursos, 3. O Articulador e "Empreendedor" – Infraestrutura, consolidação e expansão, gestão participativa e ações comunitárias.

O primeiro momento foi um período inicial de conhecimento e descobertas. Foi necessário um projeto inicial, um planejamento para a criação de um Ecomuseu na Ilha Grande, seguindo uma demanda exigida pelo Termo de Ajuste e Conduta – TAC junto à UERJ; articulação interna na universidade para que o projeto fosse à frente; articulação de parcerias externas que auxiliassem no processo de aprovação da proposta, o desbravar de um imenso território e uma comunidade desconhecida com seus desejos, anseios, dúvidas; e tudo isso foi efetivado a partir da articulação da profa. Myrian Sepúlveda dos Santos que sem dúvida foi uma grande desbravadora, encabeçou um projeto de Ecomuseu inovador no Brasil, apresentando a criação de núcleos, a vinculação universitária e o contato inicial com a comunidade local, criando assim a proposta de um Ecomuseu para a Ilha Grande ressaltando seu território, história, memórias e o início de uma rica experiência museológica.

No segundo momento da história dos gestores do ECOMIG, contou-se com um período de estruturação, montagem de equipe de forma estratégica visando pesquisadores especialistas nas áreas e vinculação de suas pesquisas e departamentos, escrita de projetos e captação de recursos para a recuperação dos antigos espaços do presídio. Foi um período também de transição da vinculação institucional do ECOMIG, saindo da antiga Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - SR2 para a antiga Sub-reitoria de Extensão e Cultura - SR3. Assim, o professor Ricardo Gomes Lima foi um líder estruturador, com conhecimento sobre a área de museus, cultura e antropologia, na coragem de executar e colocar em prática a proposta e o projeto original do ecomuseu, e dar início a uma aproximação efetiva junto à comunidade local.

O terceiro momento da história dos gestores do ECOMIG, foi um período de consolidação da instituição, destacando o aprofundamento do conceito de ecomuseu, da definição da sua missão, ampliação de infraestrutura e parcerias internas e externas, criação de conselho científico, novos projetos e exposições; um momento de boas relações com as instâncias políticas e administrativas da universidade, em especial com

o CEADS. Incluiu o incentivo ao protagonismo das comunidades da Ilha Grande e o início do processo efetivo da musealização e inventário do território, considerando seus patrimônios, biodiversidade e interesses das comunidades. Sem dúvida, o prof. Gelsom Rozentino é um líder articulador, conciliador e “empreendedor”, foi um importante aliado neste processo de organização do Ecomuseu Ilha Grande por seu perfil de liderança, visão e articulação política. É um excelente comunicador, que dá espaço para ouvir sua equipe e tomar decisões coletivamente; que sabe ter a humildade de estudar e conhecer sobre gestão, museu e museologia e olhar para os pontos fortes e fracos deste museu, apontando as dificuldades, mas em seguida as possíveis soluções; tem a sensibilidade de estar junto e com a comunidade em todos os momentos, seja numa mediação pacificadora ou num processo de militância, sabe lidar com a Reitoria, a CEADS e outros órgãos internos e externos à UERJ, criar parcerias nacionais e internacionais, e de fato estar presente de corpo e alma no que significa ser e fazer o Ecomuseu Ilha Grande.

A partir da estrutura construída, o *Campus* Ilha Grande da UERJ vem contribuindo de modo efetivo para o desenvolvimento da pesquisa científica em ecologia e meio ambiente, biologia marinha e oceanografia, além de atuar junto à comunidade da Ilha e do entorno da Baía da Ilha Grande através de atividades de extensão. Essas atividades, em conjunto, têm permitido a atuação da Universidade no desenvolvimento e suporte de políticas públicas ambientais, através de parcerias institucionais, agregando pesquisadores em torno de objetivos comuns, utilizando os conhecimentos gerados ao longo dos últimos 25 anos em prol não apenas da sustentabilidade do próprio *Campus* Ilha Grande, mas também em prol da conservação ambiental, da formação de recursos humanos e da articulação dos moradores e pesquisadores com as questões sócios-ambientais. Nesse contexto, diversas ações foram determinantes para alavancar e adequar o *Campus* UERJ Ilha Grande, inserindo-o na agenda ambiental estadual.

As coordenações, tanto do CEADS como do Ecomuseu, contando com o apoio dos grupos de pesquisa da UERJ atuantes no *Campus* Ilha Grande, lideraram programas e projetos para captação de recursos financeiros junto às agências de fomento. Tal ação foi fundamental ao crescimento da UERJ na região, tanto em relação à infraestrutura como em relação à produção de conhecimento, potencializando a ação da universidade como instituição relevante no cenário nacional.

A infraestrutura do *Campus* Ilha Grande, administrada pelo CEADS, provê suporte para mais de 50 projetos de pesquisa, extensão, graduação e pós-graduação ora em desenvolvimento, atendendo a processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, que por sua vez são sustentados em princípios de responsabilidade e de respeito à diversidade biológica e sociocultural local. Cada projeto é responsável por

obter recursos para seu desenvolvimento, cabendo ao CEADS e ao Ecomuseu Ilha Grande proverem recursos para a manutenção da infraestrutura e equipamentos de uso comum. Para atender a seus objetivos têm sido realizadas obras de infraestrutura, contratação de pessoal e aquisição de equipamentos no CEADS e nas unidades museológicas do Ecomuseu. Ao criar condições de funcionamento, esses espaços tornam-se campo de pesquisas múltiplas, abrangendo como objeto de estudo e patrimônio o território da Ilha Grande com sua fauna, flora, rios, mar, os processos antrópicos, histórias e memórias da população local, dentre outros.

Com este histórico, a UERJ representa um importante polo de pesquisa e preservação na Ilha Grande - com atividades em colaboração com o INEA, Prefeitura de Angra dos Reis e associações e moradores. Neste sentido, a UERJ concentra suas atividades objetivando: 1) a preservação ambiental da Ilha Grande no que toca a sua impressionante riqueza de fauna e flora; 2) o estudo deste meio ambiente nas mais diversas áreas do conhecimento visando o avanço científico; 3) Atividades visando o bem-estar dos moradores da Ilha Grande, bem como a evolução dos padrões econômicos e sociais desta população[219].

3.2.3 - Homem, Espaço, Território: A importância do Ecomuseu

É interessante perceber que aquele presídio que marcou a vida das comunidades da Ilha Grande foi transformado em lugar de estudo, conhecimento e principalmente transformação de vida - desde articulação de questões socioambientais para as gerações futuras até a criação de empregos. O Ecomuseu Ilha Grande tem um papel fundamental neste processo de transformação e no incentivo da comunidade na preservação das questões da biodiversidade e sustentabilidade.

Segundo Rangel (2010, p. 205) o museu tem um papel estratégico para o mundo contemporâneo, e funciona como produtor e difusor de conhecimento; ele é dinâmico e se adapta rapidamente à realidade em que está inserido. Museus são instituições de múltiplas faces, são espaços privilegiados de comunicação. Ao referir-se sobre a relação entre museus, biodiversidade e sustentabilidade, ressalta a importância de reconhecer a relação existente entre a diversidade cultural e a biodiversidade e que a natureza não existe separada do homem; o museu, como mediador e ponto de partida da cidadania ambiental, deve considerar os saberes das comunidades tradicionais, adotar visão sistêmica de sustentabilidade que leve em consideração os aspectos sociais, culturais,

[219] Informações consultadas no Projeto de Implantação e no Estatuto do Ecomuseu Ilha Grande – Arquivo Institucional do ECOMIG/ UERJ.

econômicos e ambientais, e ressaltar que toda ação de conservação ambiental que leve à degradação social e cultural deve ser reestruturada.

Transformar-se ao longo do tempo de um ambiente carcerário em um grande laboratório para o desenvolvimento de um modelo que concilie os diversos usos deste espaço insular, em sintonia com os pressupostos da preservação e sustentabilidade ambiental: este é o desafio enfrentado pela UERJ, através das ações do CEADS e, mais recentemente, do Ecomuseu Ilha Grande: com suas bases firmemente assentadas no passado, no seu compromisso social com a comunidade, convida a todos a vislumbrar o presente de forma sustentável e a participar da construção de um futuro melhor e mais justo socialmente.

O Ecomuseu, segundo Varine e Rivière,

> É um museu expandido, interdisciplinar, mostrando o homem no tempo e no espaço, em seu ambiente natural e cultural, convidando toda uma população a participar de seu próprio desenvolvimento através de vários meios de expressão, baseados essencialmente na realidade local, edifícios, objetos, coisas reais mais significativas do que as palavras ou imagens que invadem nossas vidas.[220]

O Ecomuseu Ilha Grande, não obstante o seu nome e a concepção original que norteia a sua criação, foi cada vez mais se aprofundando na concepção teórica e prática de um ecomuseu, ampliando sua atuação e articulação junto às comunidades locais. Mas, durante o processo de consolidação, aprofundando a relação com a comunidade, tornou-se efetivamente um reflexo do seu tempo e de suas especificidades. Justamente original, com um caráter muito peculiar, uma dupla característica. É um ecomuseu e é, também, um museu universitário, criado para atender a uma demanda institucional, um compromisso da universidade com o Estado a partir do Termo de Cessão territorial. Entretanto, as suas iniciativas, seus projetos, a relação com a comunidade e mesmo a gestão museal tem aberto um caminho para que ele efetivamente tenha se constituído em um ecomuseu reflexo do seu tempo. Teoria e prática têm-se configurado numa *práxis* até onde se pode perceber, original, o que possibilita que este caso possa se constituir num modelo próprio.

Scheiner (1998, p.21) afirma, sobre a dificuldade de implantar um ecomuseu:

> Apesar do ecomuseu ser democrático em sua proposta, é um modelo difícil de ser implantado na prática, pois sua efetivação depende da existência de um grupo social consciente, cultural e politicamente amadurecido, capaz de decidir seu presente e seu destino. A dinâmica

---

[220] *Un écomusée, ce n'est pas un musée comme les autres… C'est un musée éclaté, interdisciplinaire, démontrant l'homme dans le temps et dans l'espace, dans son environnement naturel et culturel, invitant la totalité d'une population à participer à son propre développement par divers moyens d'expression basés essentiellement sur la réalité des sites, des édifices, des objets, choses réelles plus parlantes que les mots ou les images qui envahissent notre vie*. *(Neuvième conférence du Conseil International des Musées, à partir de la définition originelle élaborée par Georges-Henri RIVIÈRE et Hugues de VARINE)* Tradução nossa. In: http://www.pnr-armorique.fr/Ecomusee-Ouessant/Premier-ecomusee-de-France (acesso em 08/07/2018).

> desse modelo de museu se dá pela negociação continuada entre os diversos atores do processo, sejam eles trabalhadores, líderes comunitários, representantes do governo e da igreja, jovens, velhos, elementos externos admitidos ou convidados.

As dificuldades elencadas pela autora são algumas dentre as muitas que o ECOMIG tem enfrentado em seu processo de construção e consolidação. A direção e a equipe têm empreendido ações de mediação e negociação com os diferentes atores da Ilha Grande, desde ONGs e prefeitura, PEIG e, em especial, as diferentes comunidades. Além disso, há uma negociação realizada pelo ECOMIG com as instâncias internas da universidade, tais como a Reitoria, a SR-3, Decult, SR-2, CEADS, Prefeitura dos *Campi*, Superintendência de Recursos Humanos - SRH, Diretoria Jurídica - DIJUR, Departamento de Patrimônio - DEPAT, Diretoria de Administração Financeira – DAF, Garagem, diversos programas de pós-graduação, grupos de pesquisa e unidades acadêmicas. Tudo isso ao mesmo tempo. Neste sentido, esse esforço vem capacitando o ECOMIG como um interlocutor privilegiado nos diferentes saberes e instâncias relativas ao território da Ilha Grande.

Em termos gerais, os desafios a serem vencidos pelo Ecomuseu Ilha Grande como um todo são os mais diversos. O fato de estar localizado em ambiente insular requer cuidados específicos. Dada sua localização, a simples tarefa da chegada de qualquer tipo de material ou compra, instalação e/ou manutenção de qualquer equipamento no local envolve uma logística cuidadosa e bem elaborada. Além disso, todos os materiais a serem utilizados, além de serem ecologicamente adequados, não devem ser suscetíveis à ação da maresia, entre outros aspectos.

Considerando o papel do museu e da universidade, o ECOMIG atua como espaço que proporciona o encontro entre diferentes campos do saber, promovendo o estudo de temas relevantes e estratégicos e a elucidação de problemas, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro. Como aponta Scheiner (2009, p. 27), os museus podem articular experiências que, efetivamente, levem a percepções mais abrangentes e críticas das realidades vivenciadas pelos grupos sociais, desenvolvendo iniciativas onde se articulem atores de diferentes matrizes socioculturais e campos do conhecimento, com o objetivo comum de valorizar as referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo ‘real’.

Constituída como um lugar de múltiplos sentidos e significados, dependendo do observador e seus interesses, a imagem de "paraíso" da Ilha Grande é vendida pelo setor turístico e pelas autoridades públicas. Muitas matérias jornalísticas e sites reforçam essa visão idílica, certamente aceita e partilhada por muitos e, em especial, pelos turistas nacionais e estrangeiros que a visitam. Mas existem outras visões, o lado

de um passado prisional em que era considerada pelos presos e reforçada através de manchetes de jornais como a "Ilha da Maldição" ou "Caldeirão do Diabo".

Para os funcionários da UERJ e seus familiares, a Ilha Grande é um bom local de trabalho, com segurança, estabilidade, moradia, alimentação e lazer. Essa memória positiva é hoje ainda muito forte nos relatos de antigos funcionários e parentes e continuam sendo passadas para as novas gerações. Para outra parcela da comunidade, com uma forte identificação com a cultura da pesca e da agricultura de subsistência, a identificação com a ilha é ainda mais distinta, pois ela se relaciona com a sua própria existência material e simbólica - ela se identifica com a vida.

> A memória coletiva é trabalhada em meio à ameaça de seu próprio desaparecimento. Uma quantidade singular de traços pode ser preservada, ainda mais quando os últimos representantes da época apaixonam-se pela reconstituição da sua própria vida social e cultural. As memórias subjetivas, individuais convergem; forjam um estranho edifício da memória coletiva. Os relatos, os documentos tornam-se mais essenciais do que os lugares ou os objetos (JEUDY,1990, p.16).

Ao nos referirmos sobre a questão do museu e do território partimos do princípio de que o museu não existe sem uma base social que o sustente. Mas não se trata apenas da estrutura física, mas da sua existência concreta, base essa que é composta de forma indissociável pelas dimensões histórica-geográfica-social-cultural-ambiental, o que implica em reconhecer a sua relação com o ambiente que o rodeia, ou no caso do ecomuseu, que o integra. Como provocação inicial, podemos indagar: quem integra o que? A necessidade de integração do ecomuseu com o território sustenta-se tanto do ponto de vista da especificidade da sua proposta, quanto pelas diversas perspectivas teóricas que podem ser empregadas de forma complementar para análise das configurações dos poderes e das relações sociais em suas diferentes dimensões, desde o local propriamente dito até as redes globais, reais e virtuais, que atravessam este espaço. Numa concepção ampla, a configuração social do território - aqui entendida também em sua dimensão simbólica - permite colocar em questão o que vem a ser o social, em seus variados níveis de agência e institucionalidade (ALMEIDA, 2017).

O território, antes um dado de análise, passa a ser visto como uma formação social, dotada de maior ou menor coesão interna, efetividade social (no sentido de contribuir para a manutenção ou para a transformação social) e permanência no tempo e no espaço. Numa palavra, passa a ser visto como espaço carregado de historicidade. Mais ainda, passa a ser visto como artefato histórico, produzido pela ação de homens reais, que se molda no processo de constituição histórica de sujeitos sociais específicos (na medida mesmo em que é parte integrante desta constituição). Estes buscam a consecução de seus interesses e a eventual subordinação de outros agentes sociais - coletivos ou individuais - a estes interesses, produzindo ou tendendo a produzir

situações de consenso passivo. Ou ainda, através da conjugação contraditória da atuação de diferentes agentes, situações de consenso ativo[221]. Neste processo, tradições, memórias e lugares de memória, identidades e agentes sociais cristalizam-se e se transmudam, com ritmos e dinâmicas de variada duração, intensidade e velocidade. Desta forma, a região e o local apresentam-se como território histórico, como espaço de construção social, como condição e também como *resultado* da ação dos homens.

A partir destas considerações, o espaço local é cada vez menos *coisa* e materialidade e mais lócus por excelência das relações sociais de forças entre as classes e grupamentos sociais. Para Almeida (2017, p.22) é um espaço em que se vivenciam costumes, hábitos, comportamentos, no plano de instituições, afazeres, valores, crenças e idéias ligados à vida cotidiana enquanto conformados por um *ethos* social dominante[222]. Espaço que se apresenta como história e cultura acumuladas, como civilização material no sentido braudeliano, no entanto ampliada para as esferas do social e do cultural, bem como do político. É na dimensão espacial local que podemos identificar os atores, os sujeitos, os indivíduos, do ponto de vista da ação; as organizações e as modalidades políticas, do ponto de vista institucional; uma cultura e suas marcas e monumentos, reproduzidos pelas instituições escolares e culturais. Relações gerais, globais, universais entre nação e Estado, entre sociedade civil e sociedade política, realizam-se de forma específica no espaço local.

Buscar uma definição única para os conceitos de território ou de espaço é uma missão muito difícil. Cada conceito, termo ou categoria possui diversas acepções, variando conforme o autor, corrente teórica, época e contexto, resultando que não existe uma definição imutável, fixa, eterna. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos. Seguimos nesta tese as definições de Milton Santos, para quem o conceito de espaço é central e compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares” (SANTOS, 1978, p.122). Ou ainda:

> (...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis

[221] Sobre a questão do consenso ativo e passivo, ver Antônio Gramsci (2000).
[222] Para o conceito de *habitus*, ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974 e ELIAS, Norbert. *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

> coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p. 171).

Para Milton Santos, o espaço é uma instância social, aparece como fator social e não como um reflexo social e deve ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente:

> (...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada e subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (SANTOS, 1978, p. 145).

De acordo com Santos (1978), a análise geográfica do espaço deve considerar as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade. Neste sentido, o espaço é construído através de um processo e a sua estrutura é organizada através de formas e funções determinadas historicamente em cada sociedade. Dentre essas categorias, destacam-se as de totalidade e tempo. Entende-se por totalidade o modo de produção, a formação econômica e social, história e estrutura. A totalidade do espaço é estrutural:

> como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Espaço e território não se confundem. O território está contido no espaço: ele é modelado, configurado e corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem (por exemplo, presídios, universidades, museus, estradas, plantações, fábricas, casas, cidades). O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural.

> A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 1996, p. 51).

Assim, ao nos referirmos ao território da Ilha Grande e ao museu que nele se insere, na composição da Museologia, especificamente no que se refere ao processo de musealização e patrimonialização deste território, devemos levar em consideração principalmente a atuação e integração das comunidades que constituem a Ilha Grande.

De acordo com Carlos Oliveira (2016), a musealização do território parte da seguinte perspectiva:

> Permite compreender o patrimônio de uma maneira mais ampla, a partir de um entendimento que contemple a musealização do território enquanto estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social. Essa proposta de musealização do território

> visa despertar nos indivíduos um conhecimento crítico e uma ação transformadora da sociedade. A apropriação (criação) desse espaço envolve necessariamente um conhecimento das dinâmicas sociais e sua relação com o meio natural em que está inserida, o qual precisa ser construído através de práticas educativas (formais ou não). Essas, por sua vez, podem fazer uso do próprio território da ação museológica, entendido enquanto espaço não-formal de educação.

Segundo Lima (2012) , o campo museológico - no quadro de uma trajetória em que o formato dominante foi, por um longo período, o modelo clássico de Museu respaldado na coleção, no prédio e no público visitante (museu tradicional, desenhado como caudatário e resultante, comumente, das decisões tomadas pelas camadas hegemônicas dos grupos sociais) - estabeleceu mudanças e traçou rumos em direção ao museu de território, espaço físico estreitamente ligado às tradições culturais definidoras dos agentes locais, os habitantes ou os ativos do lugar, e apoiado na noção de um patrimônio comum. A imagem de pertencimento, o que se associa, permite indicar como questão a identidade cultural. Esse novo momento constituiria um exemplo expressivo em que o modelo de Museu atende às demandas socioculturais que se articulam em nível de postura política e de participação cidadã, ocorrendo um movimento de reafirmação do papel social dos museus, voltado à inserção da história de diversos grupos na função de protagonistas para a elaboração dos espaços musealizados e, ao mesmo tempo, reforçando a luta pela preservação, procedimentos inspirados em novos formatos interpretativos (LIMA, 2012).

Um exemplo a partir nesta perspectiva é o museu de território, que Scheiner (1998, p. 91) analisa como segue:

> Nestes espaços “musealizados”, como os parques nacionais, as reservas e santuários biológicos, os sítios arqueológicos e etnográficos habitados, os museus a céu aberto, as cidades-monumento, os ecomuseus, a relação homem-cultura-natureza se dá de forma mais ampla. Nestes territórios, tudo é patrimônio: o céu, o clima, a paisagem, a água, as comunidades que ali existem, bem como a dinâmica das relações que ali se dão. Este é o conceito de patrimônio integral, construído sobre uma percepção holista do meio ambiente. (SCHEINER,1998, p.91).

Obedecendo ao mesmo princípio da participação dos agentes sociais no ambiente museológico, Scheiner (2001, p.7) aponta que o museu comunitário, se organiza pela criação, administração e pelo poder decisório que emana de um processo de gestão participativa da comunidade e de especialistas da Museologia e demais campos relacionados. A ação se sedimenta e é oriunda dos grupos envolvidos que implantam, assim, a estrutura de rede e o sistema de cogestão.

Aqui, cabe colocar uma importante questão: apenas os casos que foram originários da comunidade podem ser chamados de ecomuseu? Quais casos, genuinamente, emanaram da comunidade? De forma autônoma e sem relação com um

museólogo e/ou especialistas de diferentes áreas? Com efeito, em praticamente todos os casos conhecidos houve, de alguma forma, desde o início, a participação de algum profissional que atuasse ou tivesse conhecimento sobre museus e com isso auxiliou a comunidade neste processo de auto-reconhecimento ou organização do museu. É importante, neste momento, reconhecer isso.

As vertentes das modalidades culturais interpretativas compostas pela Patrimonialização e pela Musealização integram o perfil dos agentes da ação de responsabilidade social e são legitimadas para zelar por um conjunto de bens, detentor de valor cultural e destinado à transmissão como herança coletiva. Emprestam, ainda, tal sentido para determinar a modelagem das suas finalidades em um roteiro comum. Em síntese, um processo que a dimensão da cultura construiu interligando as formas simbólicas exercidas pela Museologia e pelo Patrimônio (LIMA, 2012, pag. 48).

Em virtude da força da atribuição que a interpretação simbólica da cultura imprime ao patrimônio, como um bem coletivo, “bem simbólico” (BOURDIEU, 1986, p.102) que se reconhece distinguido na ordem de representação da herança cultural, as manifestações assim compreendidas e valoradas são interpretadas reportando conteúdo da memória social, identidades e consignam a ideia de pertencimento. Expressam a pluralidade cultural nos modos de construção das existências e enfrentamento das realidades. É por meio desta estratégia com base na dominação simbólica que os processos incidem em um aspecto identificado como apropriação cultural, e estabelecem uma zona de interferência e responsabilidade: a tutela conceitual e operacional sobre os bens, como é o caso da Universidade, especificamente o Ecomuseu Ilha Grande e suas comunidades que funcionarão como “instâncias de consagração” ao discutirem, identificarem e administrarem juntos os bens valorados como patrimônio.

Como representação segue o quadro comparativo abaixo:

Quadro 7 – Museu x Ecomuseu



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

No Ecomuseu Ilha Grande, portanto, identificamos os elementos que o integram e se fazem presentes, desde os mais tradicionais – edifício, coleção, público -, àqueles que o caracterizam enquanto um museu de território/integral/ecomuseu: território, patrimônio, comunidade, bem como os que definem a sua especificidade: Mata Atlântica, praias, vilas, construções e ruínas do presídio, fazendas, saberes, hábitos, crenças, lendas, festas, memórias, moradores, comunidade científica, universidade, turistas

Atualmente, a equipe do ECOMIG está desenvolvendo o processo de musealização do território, que inicia com uma proposta de Laboratório Experimental aplicada à experiência vivenciada e desenvolvida na Vila Dois Rios. A proposta de musealização do ECOMIG abarca todo o conjunto de forma integrada e indissociada dos recursos naturais e relações sociais em seu território e patrimônios. Assim, o processo de pesquisa, a sensibilização da comunidade, a indicação dos seus patrimônios está sendo desenvolvidos em conjunto para que a experiência ecomuseal possa acontecer de forma plena, cumprindo as funções integrais deste território e da comunidade que nele vive. Sobre o processo de musealização do ECOMIG desenvolveremos uma reflexão mais ampla no capítulo 4 desta tese.

3.3 – As comunidades da Ilha Grande

A comunidade que constitui tanto o sujeito quanto o objeto do ecomuseu é a comunidade imediata, definida pela existência de um grupo social heterogêneo por sua composição, mas unida por um conjunto de solidariedades herdadas e derivadas das necessidades atuais. Segundo Varine (1987, p. 457), esse grupo se inscreve em um contexto espacial específico (bairro, cidade, distrito, vila) e constitui uma unidade de evolução cultural através das relações privilegiadas que seus membros exercem entre eles: relações de cooperação ou oposição, ação de opressão e exploração ou reação de libertação e de inovação. É a totalidade dos elementos constitutivos desta comunidade, animada e inanimada, concreta e abstrata, temporal e espacial, que entrará na composição do ecomuseu.

As comunidades da Ilha Grande são organizadas no território em seis setores e apesar de compartilharem o mesmo espaço geográfico, cada uma tem suas especificidades - que vão de acordo com as demandas do lugar que habita, das necessidades locais e das relações com membros de outras comunidades e com órgãos que atuam na Ilha. Indicamos abaixo os setores sob os quais estão distribuídas as comunidades no território, segundo a divisão estabelecida pelo Parque Estadual da Ilha Grande:

Fig. 244 – Setores da Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ



Fonte: INEA/PEIG

Quadro 8 - Setores e comunidades da Ilha Grande

Setor		Área (ha)	Comunidades
I	Abraão – Estrela	3.313	Abraão, Abraãozinho e Morcegos, Feiticeira, Iguaçu, Camiranga, Fazenda, Galo, Conrado, Caravela, Enseada das Estrelas, Saco do Céu, Japariz, e Freguesia de Santana
II	Dois Rios – Parnaioca	4.278	Dois Rios e Parnaioca
III	Lopes Mendes – Palmas	1.322	Palmas, Mangues, Aroeira e Castelhanos
IV	Reserva Biológica	3.402	Aventureiro
V	Araçatiba – Provetá	1.627	Longa, Araçatiba, Praia da Cachoeira, Araçatibinha, Itaguaçu, Praia Vermelha e Acaiá e Provetá
VI	Bananal – Passa Terra	1.475	Bananal, Matariz, Jaconema, Sítio Forte, Passaterra, Praia do Porto, Maguariqueçaba, Marinheiro, Sítio Forte, Tapera e Ubatubinha

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande

A Ilha Grande integra o município de Angra dos Reis, com um território de 193 km² e cerca de 7.000 habitantes, distribuídos em 15 núcleos. A Vila do Abraão, segundo o Censo de 2010 do IBGE, possui 1.971 habitantes, sendo 991 homens e 980 mulheres. Contudo, Almeida (2018) afirma que a população residente é hoje claramente superior, devendo ultrapassar 3 mil pessoas e na alta temporada superar 5 mil, sem contar a enorme quantidade de visitantes. Para a Vila de Araçatiba, a disparidade encontrada é ainda maior. De acordo com o Censo 2010 são 265 habitantes, sendo 137 homens e 128 mulheres. Todavia, estima-se que o número de moradores seja de pelo menos cinco vezes mais. Cabe ressaltar que, apesar das comunidades carentes existentes, o município de Angra dos Reis, com uma área de 825,082 km² e 169.511 habitantes, é considerado de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ocupando a 31ª. posição no estado, no total de 92 municípios, com 0,724 IDH. De acordo com o IBGE, o percentual da população municipal vivendo em domicílios com água encanada é de

96,67%, com banheiro e água encanada de 95,62%, com coleta de lixo de 97,34% e com energia elétrica de 98,03%.

A Vila do Abraão, considerada a “capital da Ilha Grande”, é o único local da Ilha que possui razoável estrutura e serviços públicos, como posto médico, Corpo de Bombeiros, polícia, correios, transporte público marítimo, etc. A maior parte das comunidades não possui nada disso: não têm transporte regular, energia elétrica, saneamento, água tratada, telefonia ou internet. Mais detalhes no tópico

A água consumida em toda a Ilha Grande é natural das nascentes nas montanhas. É captada, armazenada em grandes caixas d`água e distribuída por canos e mangueiras até as residências e pousadas. Em grande parte das comunidades não há rede de telefonia fixa e não há sinal de internet, nem de celular. Nas poucas que possuem a comunicação por celular e Internet o sinal é precário, instável e em alguns momentos não há sinal algum. Os esgotos das casas são na maioria eliminados por meio de fossas e sumidouros. As moradias nas proximidades dos córregos e barras descarregam diretamente nesses cursos fluviais. As emergências são atendidas pela Defesa Civil de Angra dos Reis, que desloca uma lancha rápida. Não há unidade local do CBMERJ, sendo o atendimento prestado pelo 10º Grupamento marítimo baseado em Abraão. Também não há destacamento policial. Em relação ao pequeno comércio local, os preços são maiores do que se paga no continente, devido ao custo do frete marítimo e por ser local turístico, o que agrava ainda mais a situação dos moradores - em sua maioria, de baixa renda.

Um dos principais problemas que as comunidades enfrentam para o estabelecimento ou a manutenção de relações sociais é a questão do acesso. As poucas trilhas que existem e que cortam longas distâncias são classificadas com grau de dificuldade médio ou elevado. Por mar, há ausência de transporte regular a baixo custo que as interligue. Tal situação vem prejudicar ainda mais o convívio social entre os moradores da região: até algumas décadas atrás, essa integração ocorria em função da utilização dos barcos como forma de locomoção.

Neste contexto, Diegues (1998, p. 13) afirma, que no “mundo moderno”, as pessoas tendem a visualizar as ilhas como “redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros de exotismo”, uma visão de “liberdade” e paraíso perdido, em que podem se aventurar a serem outras pessoas, fora do padrão a que estão submetidos na cidade. Esta ideia abre caminho para outra tendência, o interesse por privatizar praias e construir infraestrutura para receber mais visitantes como a especulação imobiliária, e o turismo predatório, colocando em arrisco a preservação

ambiental, e a cultural tradicional em alguns casos o subaproveitamento de mão de obra dos ilhéus em outros sua expulsão.

Para Diegues (1998, p.13), as ilhas são espaços bem específicos ambiental e culturalmente falando. Por mais que haja similaridades entre uma ou mais comunidades do litoral, as situadas em um ambiente insular desenvolvem particularidades devido a seu relativo isolamento, e sua submissão às condições ambientais como o mar, o vento, e condições climáticas. Os ilhéus conhecem a si por si mesmos, num processo de etnoconhecimento[223] fortalecendo sua identidade. Isso é chamado, por geógrafos e antropólogos franceses, “îleité, ou “ilheidade” em português, segundo o autor.

Em meio a tantos projetos e investimentos, são inúmeros os desafios a serem enfrentados; mas vale salientar que será um momento de reafirmação de identidades culturais, novas ações de sociabilidade e mudanças articuladas aos hábitos das comunidades. Esse processo oferecerá subsídios relevantes ao configurar diversas formas de influência e singulares relações, na consciência e no reconhecimento de uma indiscutível valorização das memórias locais que constituem os vários modos de se fazer e viver a Ilha Grande.

Além da UERJ, dos órgãos estaduais e da prefeitura de Angra dos Reis, diversas organizações não-governamentais (ONGs) atuam na Ilha Grande. Uma delas é o CONSIG (Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande), integrado e financiado por grandes empresários que defendem seus interesses na região, através da articulação entre o setor privado e o público. Segundo Roger Agnelli, presidente da Vale e também presidente do CONSIG, o caminho para a transformação seria obtido através da conciliação entre preservação e exploração do potencial econômico de forma racional e sustentável, gerando riquezas, empregos e melhorias na qualidade de vida da população[224]:

> O desenvolvimento sustentável de um território é um processo de longo prazo, do qual o planejamento é o primeiro passo. O planejamento possibilita a união de esforços e ações dos atores locais a partir do estabelecimento de um objetivo comum, uma visão de futuro compartilhada (AGNELLI, R. 2008, p. 8).

O Ecomuseu Ilha Grande se propõe a contribuir para a integração das comunidades de toda a ilha - em especial, estabelecendo ações de caráter permanente com parceiros locais. Diante da vastidão territorial, da diversidade e peculiaridade de cada localidade, assim como das dificuldades já apontadas, torna-se fundamental o

[223] O etnoconhecimento é o saber que uma população transmite e constrói de geração a geração, sobre sua visão e significação do mundo à sua volta, mediante vivência e experimentação de acordo com sua própria cultura, envolve a presença das comunidades tradicionais com suas técnicas patrimoniais na relação simbiótica entre homem e natureza (DIEGUES, 2001, p. 70).

[224] Informações consultadas no Plano de desenvolvimento sustentável da Ilha Grande. Ilha Grande 2008-2028/ Agência 21- CONSIG. Rio de Janeiro: agência 2, 2008.

estabelecimento de núcleos para tal fim. Desse modo, o Ecomuseu está construindo as suas bases (antenas) em Vila Dois Rios, Vila do Abraão, Enseada de Palmas, Bananal, Enseada de Araçatiba e Vila do Aventureiro.

A seguir, apresentamos de forma breve três das principais comunidades da Ilha Grande.

A) Vila do Abraão

Fig. 245 – Vila do Abraão



Fonte: http://www.ilhagrande.com.br/praias/enseada-do-abraao/

A Vila do Abraão é a maior das comunidades de toda a Ilha Grande e a principal porta de entrada do turismo. É considerada pelos moradores como a “capital” da Ilha Grande. A enseada possui entorno bastante recortado, sendo constituída de 14 praias e 5 ilhotas. O relevo das montanhas é o ponto marcante, apresentado picos de grande inclinação e altitude, com belas formas, sendo o Pico do Papagaio o mais alto. Possui vários cursos de água que descem das montanhas e deságuam nas praias. A maior praia é a do Abraão, no fundo da enseada, onde estão a vila de moradores, centro comercial, pontos de embarque e desembarque, com intenso movimento de barcos que realizam passeios e a ligação com o continente. A vila possui vários restaurantes, atividade noturna, bares, sendo por isso muito frequentada por jovens.

A maioria dos habitantes tem sua renda baseada na atividade turística; embora muitas famílias tenham suas atividades voltadas para a pesca, possuem emprego público municipal e estadual ou trabalham na construção civil. Em Abraão, localizam-se as sedes da subprefeitura, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, o Posto Médico e os órgãos do Meio Ambiente.

A água consumida em Abraão é natural das nascentes nas montanhas. É captada, armazenada em grandes reservatórios e distribuída por encanamentos. Não há uma estação de tratamento de água. A energia elétrica é fornecida pela Enel, vinda do continente por meio de cabo submarino. Há uma rede local de telefonia fixa em Abraão que opera por rádio transmissão com uma antena central. Na Vila do Abraão há uma estação para tratamento do esgoto local (deficiente para a carga atual).

O Posto Municipal “Eduardo Peregrino” funciona diariamente, 24hs, prestando serviços de atendimento básico / primeiros socorros. Casos de fraturas, queimaduras e cortes muito profundos são encaminhados para Angra dos Reis, sendo o paciente transportado por lancha da Defesa Civil. Em determinados dias da semana existem médicos de serviço: Pediatra, Ginecologista, Clínico Geral e Dentista. Em dias de feriado a equipe médica de plantão é reforçada. Existe uma farmácia na Vila do Abraão onde são encontrados remédios em geral, perfumaria e também aplicação de injeções.

O Quartel do CBMERJ na Vila do Abraão é a base local do Corpo de Bombeiros, que inclui o 10º Grupamento marítimo, que atende toda a Ilha Grande, prestando serviços de atendimento médico, socorro e remoção de feridos e guarda-vidas nas praias do Abraão e Lopes Mendes, com postos móveis. Há um posto da PMERJ instalado na Vila do Abraão, os policiais fazem patrulhamento a pé ou viatura do cais no embarque e desembarque de pessoas, das ruas e da praia.

O posto da Polícia Florestal tem o objetivo de coibir a devastação ambiental, realizando a fiscalização das matas e áreas costeiras e sendo responsável pela fiscalização do Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica da Praia de Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Há um posto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, porém não há carteiro – e as pessoas precisam ir até o posto para pegar sua correspondência. A Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega, localizada na praça Cândido Mendes, disponibiliza Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo este último de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado.

A Vila do Abraão dispõe da maior estrutura turística e também comercial da Ilha Grande. O desenvolvimento da atividade turística incentivou o crescimento demográfico da vila, pois atraiu muitos imigrantes; já o fluxo crescente de visitantes aumentou consideravelmente a população flutuante da vila. A falta de planejamento durante este processo levou ao crescimento desordenado da vila e a saturação de sua infraestrutura.

Segundo Silva (2016, p.36) mesmo a Vila do Abraão sendo uma Ilha com certo grau de urbanização e população crescente, a articulação com as praias vizinhas (Praia Vermelha, Araçatiba, Provetá, dentre outras) é fundamental para que os moradores consigam obter maior espaço na agenda das políticas públicas de Angra dos Reis.

Afinal, muitas das demandas do Abraão, são também de outras praias, que resulta sobretudo na melhoria dos serviços públicos de maneira geral.

Segundo o COSIG (2008) cada vila tem suas necessidades e ações prioritárias, sendo que na Vila do Abraão estas seriam:

- Regularização fundiária e urbanística
- ampliação e melhoria na rede de coleta e tratamento de esgoto
- Adequação da rede elétrica existente e incentivo à utilização de fontes energéticas alternativas
- Controle e fiscalização de obras irregulares
- revitalização das ruinas do Lazareto
- tratamento de resíduos sólidos (compostagem, coleta seletiva, reciclagem, transporte)
- paisagismo e melhoria das áreas verdes
- melhoria das embarcações e do transporte em geral
- controle do número de visitantes segundo a capacidade de carga
- desenvolvimento de cooperativas de produtores e artesãos
- educação ambiental na escola – o saber nas trilhas da ilha grande
- Apoio à pesca artesanal/ subsistência
- Projetos de incentivo ao esporte e cultura para os jovens
- projeto antidrogas
- Educação integral para crianças de 0-5 anos.

Nos últimos 20 anos o número de pousadas, bares e restaurantes cresceu bastante, sem que haja dados estatísticos sobre essa expansão. Em função desse crescimento, aumentou a demanda por mão de obra, tanto para a construção civil como também para trabalhar nesses estabelecimentos, o que atraiu muitas pessoas de Angra dos Reis, de outras cidades próximas, de outros estados (notadamente da região nordeste, em especial da Bahia) e de outros países (principalmente da Argentina). Alguns possuem qualificação para o setor turístico-hoteleiro, mas a maioria é mão de obra não-qualificada acontecendo muitas vezes uma super- exploração desta mão de obra, com baixíssimos salários e patrões que cobram (descontam de seus vencimentos) a alimentação e o local onde dormem. Ocorreu um processo de gentrificação dos imóveis do Abraão, com muitos proprietários de imóveis preferindo alugar apenas por temporada ou cobrando valores altos. Assim, muitas pessoas que dependiam desses imóveis de aluguel tiveram que procurar outras alternativas, resultando na construção de moradias bem simples, com instalações precárias, em lugares cada vez mais afastados do centro e subindo os morros, desmatando áreas do PEIG e se sujeitando a deslizamentos de pedras e encostas.

Além disso, algumas questões até então raras, como a disputa violenta pelo controle do tráfico de drogas, passaram a ocorrer, ao lado da entrada de grupos de milicianos que buscam controlar atividades que consideram lucrativas, através da intimidação. Outra questão decorrente da desordem urbana, do crescimento desenfreado da população e do turismo, é o problema do lixo. Há uma imensa

quantidade de resíduos sólidos gerada diariamente (e que dobra nos feriados e durante a alta temporada) que não pode permanecer na ilha e tem que ser transportada para o continente. Isso gera custos elevados para a prefeitura, problemas no local de "armazenamento" no Abraão e oposição dos moradores do local para onde esses resíduos são levados para o descarte final.

Para Rangel (2017, p.54), também existe uma oportunidade econômica ainda a ser devidamente explorada na Ilha Grande: o turismo para a observação de céus escuros preservados. Ela se potencializaria com um projeto de iluminação racionalizada para Ilha, que levasse em conta o bem estar da população local e estivesse aberto a continuamente agregar os desenvolvimentos tecnológicos mais recentes, no sentido de minimizar os impactos negativos da iluminação artificial. Um exemplo deste potencial é a praia Saco do Céu, localizada na Enseada das Estrelas. Portanto, uma legislação serviria para orientar empresas e moradores a manter as boas práticas no uso da luz aos poucos que tem acesso e complementaria ações de proteção ao reconhecido patrimônio natural da Ilha.

A) Enseada do Bananal

Fig. 246 - Bananal



Fonte: http://www.ilhagrande.com.br/praias/saco-do-bananal/

A Enseada do Bananal é o terceiro ponto turístico mais importante da Ilha Grande. Tem esse nome devido à plantação de bananas que existia em uma antiga fazenda. A comunidade do Bananal, composta por diferentes culturas, conta cerca de 370 pessoas. Sua população caracteriza-se como uma comunidade de pescadores com forte influência japonesa - que tem sua economia baseada no turismo, transporte marítimo, pesca e serviço público municipal. Os japoneses vieram para a Ilha Grande atraídos pela oferta de trabalho nas antigas fábricas de sardinha. Com o declínio da pesca na década de 80, os estabelecimentos e galpões foram sendo fechados, dando lugar as pousadas, de influência japonesa com alguns dos seus costumes e tradições.

A Enseada do Bananal é composta por cinco praias: Bananal (principal), Bananal Pequeno, Praia da Baleia, Praia do Matariz e Jaconema. A região possui ótimas trilhas para caminhada, com quatro direções a seguir, porém as atividades mais praticadas são passeios de escuna ou barco e mergulho autônomo.Existe um pequeno posto de saúde na praia do Matariz, que atende os moradores de toda a enseada do Bananal. Neste posto é prestado atendimento por médico clínico geral, duas vezes por semana. A escola Municipal Brasil dos Reis, na Praia do Matariz, oferece ensino fundamental até a 4ª série, e atende toda a Enseada do Bananal. Existe apenas uma padaria local que fornece pães variados para as pousadas e moradores de toda a região. Todos os moradores e pousadas trazem os alimentos de Angra dos Reis.

As principais atividades econômicas locais são o turismo e a maricultura. Até a década de 1980, o beneficiamento de pescado era a principal atividade econômica. Com o declínio da pesca e o encerramento das atividades do presídio de Ilha Grande os proprietários das antigas fábricas que funcionavam na Praia do Bananal adaptaram os imensos galpões das fábricas, transformando-as em pousadas e restaurantes. Atualmente Bananal é um importante polo turístico da Ilha Grande. As pousadas garantem o acesso facilitado aos mais importantes atrativos da Ilha Grande com a oferta de serviços de translado e passeios. Cardumes de peixes e tartarugas marinhas são visitantes costumeiros.

A praia de Matariz possui 268 habitantes (IBGE, 2006), sendo a sua população formada por pescadores que convivem em uma pequena comunidade. Nessa praia até alguns anos atrás funcionou a última fábrica de pescados enlatados da Ilha Grande. Ações prioritárias para a Enseada do Bananal:

- Projeto para melhoria na infraestrutura de comunicação (telefone fixo e público)
- Urbanização e paisagismo da orla da Praia do Bananal
- Coleta seletiva do lixo, reciclagem, compostagem
- Apoio aos pescadores (informação, licença e capacitação, defeso)
- Posto de Saúde
- Capacitação profissional para valorização da mão-de-obra local.
- Saneamento básico eficiente (formas alternativas)
- Melhoria no transporte (diário)

E) Aventureiro

Fig. 247 – Praia do Aventureiro



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A praia do Aventureiro é uma das mais belas da Ilha. Está situada dentro da Reserva Biológica da praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, áreas de preservação ambiental com mais de 3.600 hectares e que têm uma série de restrições quanto ao seu uso. Por seu isolamento, a comunidade preservou grande parte da cultura caiçara e é considerada a mais tradicional dentre os remanescentes deste grupo na Ilha Grande. Ali se localiza a sede administrativa da Reserva Biológica da Praia de Sul (RBPS) e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. A comunidade local vive em um conflito legislativo no que se refere a áreas de proteção ambiental.

Segundo Silva (2013, p.23), as pessoas que nasceram e se criaram na Vila do Aventureiro são chamadas “Povo do Aventureiro" ou é “Filho do Aventureiro”. Constroem seus conhecimentos a partir do que o meio ambiente historicamente lhes fornece como recurso e base de vida, fazendo desenvolver sua subsistência, tendo como prover recursos para a casa, a família, o trabalho e o lazer. A Vila do Aventureiro é vista popularmente como uma das últimas comunidades “caiçaras” do Estado do Rio de Janeiro, ou, como é visto na Ilha Grande, “a comunidade mais caiçara da Ilha”, por manter seu modo de vida baseado em pesca, agricultura e atividades similares e menos influência de especulação imobiliária e evasão da população, isto também se justifica pelo isolamento e difícil acesso a localidade.

Na pequena vila de Aventureiro moram pouco mais de 100 pessoas, que vive da pesca artesanal, da pequena lavoura de subsistência e da atividade turística voltada para campings rústicos que acolhem os surfistas e visitantes. Como exemplo da cultura local caiçara, tem-se a produção de farinha da roça, atividade corrente entre os moradores em suas casas de farinha. Tradicionalmente, a economia girava em torno da pesca em pequena escala e da agricultura de subsistência. O declínio da pesca e a ampliação do fluxo turístico após o encerramento das atividades do presídio de Ilha

Grande marcaram a transição do trabalho de pesca para o turismo. Os pescadores locais passaram a alugar seus terrenos para os visitantes montarem suas barracas e o que era uma renda complementar virou atividade principal para muitos moradores, que hoje vivem dos seus campings. Atualmente, a atividade é controlada e organizada. Em dezembro de 2006 foi assinado um termo de implantação do plano de carga do aventureiro, pelo qual fica limitada a presença de 300 turistas por dia. Este controle é fundamental para a redução dos impactos da visitação sobre o meio ambiente local.

Na praia do Aventureiro há uma pequena igreja e uma escola de Ensino Fundamental, multiseriada. Para cursar o ensino médio, os jovens deslocam-se diariamente para a Vila de Provetá, utilizando um barco fretado pela Prefeitura de Angra. Não existe comércio em Aventureiro, não há energia elétrica, nem sinal de celular e internet. Os barcos dos moradores não têm dia certo da semana para a viagem a Angra dos Reis, pois dependem muito das condições do mar, que tem trechos muito perigosos nessa travessia. Ações prioritárias de Aventureiro:

- Fornecimento de Energia Elétrica (não existe)
- Posto de saúde
- Projeto para fomentar a geração de emprego e renda (cooperativas, artesanato)
- Legalização das residências existentes (certificado de posse)
- Melhorias no cais local
- Instalação de telefone e internet pública
- Rede de esgoto e caixa de gordura
- Legalização dos campings

A comunidade do Aventureiro conseguiu, através de intensa organização e mobilização, preservar os seus interesses diante da ameaça de uma área de preservação ambiental excludente, logrando a criação de uma área de preservação com desenvolvimento sustentável, a ser utilizada apenas pelos moradores. Uma questão fundamental é relacionada à educação dos jovens, quando partem para estudar no segundo segmento do ensino fundamental ou ensino médio na escola no Provetá, porque como muitos ajudam seus pais na pesca, ou ainda, devido aos problemas nas condições do mar, os alunos do Aventureiro perdem muitos dias letivos e não tem essa sua peculiaridade reconhecida e atendida.

Neste contexto, Silva (2013, p.39) a transmissão de saberes tradicionais sobre vida, uso dos recursos naturais, arte, crenças, lendas, produção, via de regra, é feita oralmente, ou por observação e atenção, por meio de vivências, e pode ser em direção vertical, do mais velho para o mais novo, o que não impede que um membro mais novo ensine algo a um membro de mais idade; ou em direção horizontal, entre pessoas da mesma idade, ou faixa etária, geração ou gênero. Outras informações sobre as demais vilas da Ilha Grande seguem no apêndice desta tese

3.4 - Dois Rios em três tempos: o tempo do presídio, o tempo do vazio, o tempo do Museu

3.4.1 – Vila dois Rios - o tempo do Presídio

Fig. 248 – Praia de Dois Rios



Fonte: http://www.ilhagrande.com.br/praias/dois-rios/

Neste tópico destacaremos a Vila Dois Rios, o principal objeto de análise que compõe nossa pesquisa sobre o Ecomuseu Ilha Grande e seu processo de musealização. É uma pequena vila localizada na porção oceânica da Ilha Grande. Tem esse nome devido aos dois rios que desembocam na sua bela praia. No passado foi a sede de uma importante fazenda – Fazenda Dois Rios -, a maior da ilha Grande. Mais tarde foi o local escolhido para a construção da Colônia Correcional e dos presídios que a sucederam. A sua pequena vila originalmente abrigava seus funcionários. Com o fechamento do presídio houve um esvaziamento econômico e populacional. Hoje a vila é administrada pela UERJ, que possui a cessão de uso e ali instalou o Centro de Estudos Ambientais Desenvolvimento Sustentável – CEADS e o Ecomuseu Ilha Grande. O acesso à vila é feito pela única estrada da Ilha Grande, com aproximadamente 11 km, que se inicia na Vila do Abraão, indo até Dois rios. Não existe transporte regular e a utilização de veículos particulares é proibida. O acesso por barco não é usual e não existe cais de atracação em Dois Rios.

A Vila Dois Rios, como a conhecemos, nasceu no século XX. Mas a ocupação humana neste lugar data de muitos séculos. Há sítios arqueológicos com vestígios de povos primitivos, que utilizavam as pedras da foz do rio Barra Grande para a fabricação de utensílios - os “amoladores de faca”. Em seguida povos indígenas como os Tupinambás estiveram no lugar, sem que haja registro de aldeamento, a partir de relatos em documentos e viajantes. No século XVIII teve início a ocupação europeia, com a

implantação da Fazenda Dois Rios, voltada para o plantio de cana e itens de subsistência, como mandioca, milho, laranja, hortaliças, e para a criação de pequenos animais, como porcos e galinhas. O transporte de cargas e alimentos era feito por trilha ou por barco. O trabalho era o escravo. No século XIX a Fazenda Dois Rios foi dedicada ao cultivo do café. Foi utilizada também como ponto de chegada e aclimatação de africanos contrabandeados para serem vendidos como escravos nas fazendas de café do Vale do Paraíba Fluminense, como vimos anteriormente no tópico “História da Ilha Grande – Ocupação Humana”.

A partir de 1884, com a compra da fazenda pelo governo imperial, o lugar passou a ter como principal atividade a Colônia Correcional de Dois Rios. Era o início do **“tempo do Presídio”** referido por antigos moradores que se fizeram presentes em diferentes momentos. Era uma colônia agrícola, que tinha como base o cumprimento da pena dos internos através de trabalhos forçados na fazenda que integrava a colônia. Os presos eram homens, mulheres e até crianças e adolescentes, considerados vadios, malandros, pessoas perigosas para o convívio na sociedade no Rio de Janeiro. Havia o prédio principal da colônia, construído no início de 1890, que formava um quadrado com as celas e um pátio no meio, onde ficava a maioria dos presos, logo à direita na entrada da vila; ao alto a antiga igreja da fazenda; no centro da vila um prédio grande, comprido, construído por volta de 1830; a casa grande, um pouco adiante, que servia de casa para o diretor da colônia; um hospital; um corpo da guarda; pequenas casas para a moradia de funcionários e suas famílias.

Fig. 249 - Colônia Correcional de Dois Rios

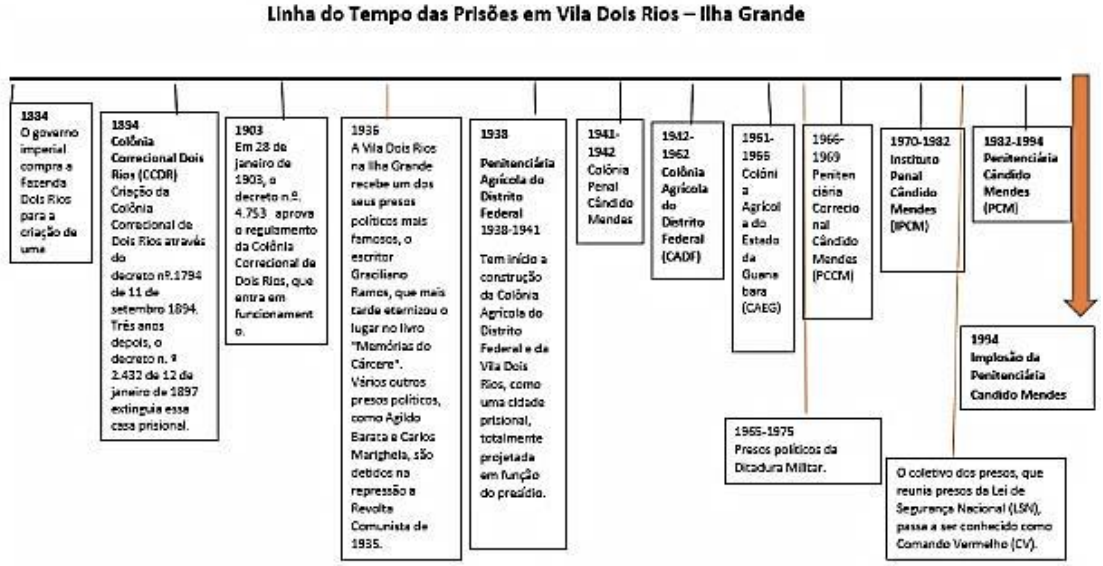


Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

No final da década de 1930, o governo Vargas, já sob a ditadura do Estado Novo, empreendeu grandes investimentos na modernização do sistema penitenciário brasileiro. Construiu vários presídios em vários estados, mas foi sobretudo no Rio de Janeiro que concentrou as principais iniciativas de caráter civilizatório e humanizador

dos estabelecimentos penais[225]. Em Vila Dois Rios foi construído um novo presídio, a ser chamado Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF). Embora localizado na Ilha Grande, estava vinculado à administração penitenciária federal, vinculado ao Ministério da Justiça, localizado no Rio de Janeiro, então também Distrito Federal. A sua construção era gigantesca. Os próprios presos da Colônia Correcional trabalharam na obra, desde o aterramento e construção dos novos prédios: o prédio da guarda, administração, cozinha, padaria, galerias, lavanderia, enfermaria, cinema, nova usina hidrelétrica, olaria, marcenaria, estribaria, curral e outros. Os prédios da antiga colônia também foram aproveitados.

Fig. 250 – Linha do Tempo das Prisões na Vila Dois Rios – Ilha Grande



Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

Neste período a quantidade de presos mais que dobrou, de pouco mais de 200 para mais de 600. Eles eram acordados cedo para o trabalho, divididos em turmas e vigiados por um guarda. As turmas eram distribuídas por diversos serviços: na roça, na estrada, na usina, na pesca, no corte de madeiras, na pedreira e britador.

Mas o caráter inovador da construção da CADF é que ela foi planejada conjuntamente com a construção de uma cidade prisional. Vila Dois Rios foi toda

[225] No Rio de Janeiro, capital da República, Vargas realizou grandes obras na Casa de Correção e na Casa de Detenção, transformando-as em penitenciárias-modelo: a Penitenciária Central do Distrito Federal, com maior número de celas, oficinas, enfermaria, consultório dentários, quadra de esporte, um amplo teatro, e a humanização do cumprimento da pena, com atividades físicas e tempo de lazer. Isso em meio à prisão de oposicionistas da ditadura. Investiu na construção do complexo penitenciário de Bangu, com a penitenciária feminina Talavera Bruce, a penitenciária agrícola e depois, industrial, Esmeraldino Bandeira, e o Hospital Penal.

planejada e a sua arquitetura retrata um sistema hierarquizado e disciplinador. Além das unidades prisionais, foram construídas casas para todos os funcionários, de forma hierarquizada: à direita da entrada da vila, as ruas com casas de funcionários menos graduados; à esquerda, as casas dos mais graduados e, de frente para uma grande praça e a praia, a casa do diretor (que tinha passagem para as casas dos seus imediatos). Mesmo quando, a partir de 1963, a Colônia Agrícola do Distrito Federal passou a se chamar Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM), essas características foram mantidas. Para atender aos funcionários e seus familiares, foram construídos: o Centro de Convivência ou Cassino, como era chamado, um lugar de festas, lazer, apresentações musicais e jogos no dia a dia; quadras de esporte, incluindo tênis; campos de futebol; plantadas mangueiras, em fileiras disciplinadas, que logo formaram o "mangueiral", lugar de churrascos; quatro grandes praças; e uma escola para as crianças. Sobre mais detalhes do período prisional ver o tópico desta tese "As prisões na Ilha Grande".

Ouvindo os depoimentos de funcionários e seus familiares, esse "tempo do presídio" é evocado sempre de forma muito positiva. Os presos que ajudavam a tomar conta de crianças, que eram respeitadores, que limpavam as ruas e todo o lugar. Não havia problema de segurança, de transporte, de alimentação. Tudo era feito a partir do trabalho dos presos. São lembrados por aqueles que foram crianças e adolescentes nesse tempo, as brincadeiras, os times e torneios de futebol, as histórias contadas ou ouvidas no banco da praça ou debaixo da amendoeira, os passeios, a liberdade de andar pela vila, pela praia e pelas trilhas sem se preocupar com nenhum perigo.

As crianças brincavam e frequentavam a escola, em Dois Rios; não havia distinção entre os filhos de funcionários, guardas e presos - que viviam com as suas famílias como "colonos livres" (presos de bom comportamento que podiam construir barracos extramuros para as suas famílias). Essa convivência harmoniosa resultou recentemente na organização de um grupo de Amigos de Vila Dois Rios, que reúne cerca de 50 filhos e familiares de funcionários e presos do IPCM, que conviveram juntos nas décadas de 1970 e 1980. Realizaram os dois primeiros encontros em Mangaratiba, onde a maior parte reside. O terceiro encontro foi realizado no Museu do Cárcere / Ecomuseu Ilha Grande em novembro de 2018. A partir deste, firmou-se o compromisso de realizar esse encontro anualmente no museu.

Figs. 251 e 252 - 3º Encontro dos amigos de infância de Vila Dois Rios





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

3.4.2 – O tempo do vazio

Com a desativação e implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, a comunidade de Vila Dois Rios ficou desamparada, numa fase denominada por alguns moradores como **"tempo do vazio"** - pois, até então, tudo era fornecido pelo presídio: casa, emprego, transporte, escola, comida, limpeza, segurança. Esse "vazio" é marcado entre 1994 e 1998, tempo em que o governo do estado do Rio de Janeiro não se responsabilizou mais pelos moradores, após a desativação do presídio. Os moradores relatam que foram anos especialmente duros e difíceis. Não tinham transporte. Tinham que ir e voltar a pé da Vila do Abraão, fosse com crianças, com alimentos, compras, eletrodomésticos, bujão de gás, o que fosse. Tudo era feito a pé pela estrada. Além disso, não tinham mais os serviços prestados pelos presos, nem a prestação de serviços da prefeitura de Angra dos Reis. A associação de moradores pressionava as autoridades para tentar resolver ou pelo menos diminuir a aflição da comunidade, sem êxito. A maioria dos funcionários foi transferida, outros optaram por continuar residindo em Dois Rios: policiais e guardas aposentados e apenas um ex-preso, juntamente com as suas famílias.

Seu Hotair era funcionário do IPCM e possuía uma cantina em sociedade com outro funcionário (cantina que possui até hoje, tendo à frente sua esposa, Teresa). Ele conta que

> No início de 1994, quando todos suspeitavam, pela movimentação, que o presídio seria desativado, o diretor do presídio marcou uma reunião com os moradores (que eram também, seus funcionários). Nessa reunião informou oficialmente da desativação e das prováveis consequências. Recomendou que se organizassem e formassem uma associação de moradores. E se retirou da reunião (Entrevista com Hotair da Silva Souza, realizada em 11 de abril de 2018).

A partir desse momento os moradores resolveram se organizar e criar uma associação. Houve um debate se essa associação deveria incluir "amigos",

considerando a afinidade com moradores da Parnaioca e do Abraão. A maioria definiu que deveria ser exclusivamente de residentes em Vila Dois Rios. A recém-criada associação não foi capaz de impedir a implosão do presídio nem de obter do governo do estado ou da prefeitura alguma solução para os seus problemas.

A cessão para a UERJ também não ajudava, pois pairava a ameaça de perderem as suas casas – apesar das regras que garantem a permanência, respeitadas pelo termo de cessão. Neste momento, a universidade não contava com os recursos, infraestrutura e a mão de obra dos presos para manter os serviços prestados até então pelo presídio para a comunidade de funcionários. Somente com o tempo, cerca de 3 a 4 anos depois, a universidade conseguiu atender minimamente as demandas relativas ao transporte.

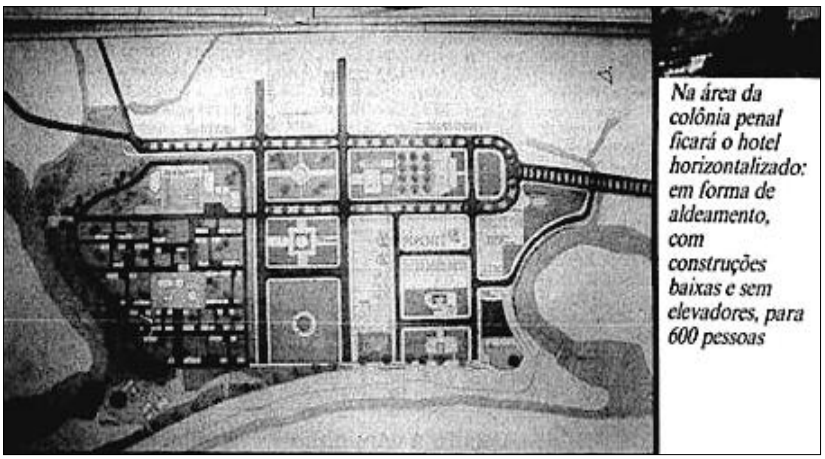
Voltemos um pouco no tempo para compreender melhor esse processo.

Durante o governo Moreira Franco tendo em vista a pressão para a desativação do IPCM, o então secretário de justiça, João Marcelo de Araújo Junior, formou uma comissão desde julho de 1990 para a instalação de um novo presídio de segurança máxima na Ilha Grande, em Dois Rios. A iniciativa enfrentou a oposição do prefeito de Angra dos Reis, Neirobis Nagai e de ecologistas. A comissão era integrada pelos seguintes profissionais: Adolfo Lerner, subsecretário de Justiça; José Carlos da Cruz Ribeiro, Diretor do Desipe; Marcos Konder, ex-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Carlos Roberto Boechat, chefe do Departamento de Engenharia da Secretaria de Justiça; Victória Le Coque, Diretora do Patrimônio Estadual; Delcy Gonçalves, Diretor do presídio da Ilha Grande; Nelson Bastos Salmon, Chefe de segurança; e pelo procurador do Estado (a ser designado) .

No contexto da desativação e implosão do IPCM, há versões ainda mal explicadas sobre a real motivação. É fato que o estado de conservação do presídio, notadamente das galerias, era precário desde o final da década de 1970, o que desde então já havia motivado a construção de um novo presídio para a transferência dos presos. Só que era uma construção de qualidade nitidamente inferior, com celas menores e com tamanho muito menor em geral - e os presos se recusaram a mudar. Fizeram uma bem sucedida greve de fome e permaneceram em seus lugares. Entretanto, o governo Chagas Freitas resolveu alocar novos presos nessa unidade, que passou a ser denominada de anexo, praticamente dobrando a capacidade do IPCM. Uma outra motivação foi o crescimento do interesse de grandes grupos financeiros na formação, na Ilha Grande, de um complexo turístico internacional, com hotéis e resorts luxuosos, desde a segunda metade da década de 1980. Na época da implosão o Jornal do Brasil publicou uma grande reportagem sobre o resort que seria construído em Vila Dois Rios:

> A iniciativa é o pontapé inicial para o ambicioso projeto de construção de um complexo hoteleiro voltado para a exploração do turismo ecológico. A ser executado por empresários, o projeto foi desenvolvido no ano passado pela Secretaria de Justiça, que só aguardava a ordem de desativação da penitenciária para abrir a licitação.
> A empresa que vencer a concorrência irá construir, nos 14 mil metros quadrados do presídio, um 'hotel de lazer' com 200 quartos. As edificações terão que obedecer à legislação da Área de Proteção Ambiental Tamoios, que limita o gabarito na área em oito metros.
> O investimento será de US$ 40 milhões (CR$ 33,2 bilhões) e US$ 60 milhões (CR$ 49,8 bilhões). Como contrapartida, a empresa que ficar com a obre terá que construir para o estado o complexo penitenciário de Bangu III (para 4,8 mil presos), um hospital de pequeno porte em Angra dos Reis e um centro de estudos ambientais para a Uerj, na Ilha Grande (JORNAL DO BRASIL, Rio, 26/03/1994).

Fig. 253 – Planta do hotel que seria construído em Vila Dois Rios



Fonte: Jornal do Brasil, 26 de março de 1994

A partir da leitura da matéria, é possível perceber o projeto do secretário de justiça do governo Leonel Brizola, Nilo Batista – cargo que acumulava com o de vice-Governador do Estado desde a posse, em 1991 - de entregar a área do antigo presídio para um grande empreendimento privado. Batista assumiu como governador a partir de 01 de abril de 1994, com a candidatura de Brizola à presidência da república. No entanto, a versão que prevaleceu é que o governo pretendia desativar a unidade prisional por representar "uma concepção ultrapassada, não permitindo a ressocialização do preso ao colocá-lo isoladamente, muito distante da família e amigos", conforme a equipe técnica da Secretaria de Justiça, posição compartilhada por Julita Lengruber e pelo próprio Nilo Batista[226]. A partir do final de abril o projeto de implantar um grande empreendimento turístico privado em Vila Dois Rios foi abandonado – sem que se saiba ao certo as razões – e foi consolidada a ideia de ser instalado um centro de pesquisas.

[226] Jornal do Brasil, 03/07/1990.

Fig. 254 – Instituto Penal Candido Mendes


Quando todos os presos forem transferidos, o presidio será transformado em centro de pesquisas da fauna e da flora

Fonte: Jornal do Brasil, 26 de março de 1994

Foi neste contexto que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) passou a ser cessionária das antigas instalações e das benfeitorias remanescentes do extinto Instituto Penal Cândido Mendes e áreas adjacentes a partir do Termo de Cessão de Uso nº 21, de 18/10/1994, com validade de 50 anos. Esta concessão foi atrelada à implantação de um centro de pesquisas e de um museu - como já foi citado anteriormente, quando nos referirmos à chegada da UERJ e à implantação do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS) e do Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG.

Em 1995, com as presenças do governador Marcello Alencar e do Ministro da Ciência e Tecnologia, Gustavo Krause, foi inaugurado o Ceads, no Centro de Convivência (“cassino”). Até este momento havia funcionado de forma provisória no “casarão”, antiga residência do diretor do presídio. Mesmo esse novo local parece ter tido um caráter provisório. As instalações definitivas, com laboratórios, alojamentos, auditório, refeitório, secretaria e infraestrutura completa só foram consolidadas com a reforma do prédio do antigo Batalhão da Polícia Militar, o que resultou em nova inauguração em 1998 (e que se tornou a data oficial de criação do CEADS).

A proposta do CEADS de ser um laboratório de pesquisa, somado à prática de um ensino que incorporasse a realização de trabalho de campo de alunos da graduação e pós-graduação das mais diversas áreas, bem como de ações de capacitação e “transferência” de informações à comunidade local, contribuiu para o crescimento de suas ações acadêmicas.

3.4.3 – O tempo do Museu

A partir da chegada da UERJ em Vila Dois iniciava-se um novo tempo para a comunidade local, com a instalação do CEADS e principalmente do Museu. Tornou-se o tempo de retomada de serviços que atendessem a necessidades básicas como transporte, emprego, permanência de moradia, mas também de novas oportunidades de conhecimentos e crescimento pessoal e profissional. A chegada do Ecomuseu Ilha Grande na Vila Dois Rios representou, segundo os moradores, um novo tempo, um momento de valorização da comunidade, do turismo, de parcerias, novos projetos, investimento e emprego: o "**tempo do museu"**. Segundo o Sr. Fernando, morador da Vila Dois Rios,

> A chegada do Ecomuseu Ilha Grande aqui foi muito importante para nós, nos trouxe emprego, o turismo, conhecimento, valoriza nosso povo e nossa história, o tempo do presídio virou o tempo do nosso futuro e do respeito a nossa história, todos aqui admira e respeita o museu e sua equipe (Entrevista com Fernando de Paiva, realizada em 12 de abril de 2018).

Já Edervaldo, um dos presidentes da Associação de Moradores da Vila Dois Rios, destaca as relações pessoais:

> A comunidade abraçou o museu, todos gostam muito do prof. Gelsom, de você Vivianne, o Paulo, né, prof. Ricardo, que hoje em dia não tá mais aí trabalhando no Ecomuseu, mas a gente ficou muito satisfeito com a vinda do museu e tudo que ele proporciona para nós (Entrevista com Edervaldo Vianna Campos, realizada em 11 de abril de 2018).

Assim, o ECOMIG não é uma instituição do passado, mas do presente, com um olhar - e uma ação - para o futuro. Ele não deve se preocupar apenas com o acervo, com a sua preservação, com a "recuperação da memória" ou com o "tempo perdido": deve se ocupar da comunicação, da educação e da formação do seu 'público', da comunidade à qual está vinculado. Deve estar conectado com o tempo da comunidade, com o tempo presente. Mas não só. Deve saber ouvir e ter o que dizer. O tempo do museu, da Vila Dois Rios e de sua comunidade é o tempo do futuro - como dito por alguns moradores. O Ecomuseu Ilha Grande pretende ser esse portal que liga mundos, memórias e nos faz almejar um futuro melhor para todos que ali vivem. É a partir da sua missão e das ações que vem sendo desenvolvidas junto às comunidades da Ilha que esse futuro vem se concretizando no presente.

Ações do Ecomuseu Ilha Grande junto às comunidades:

As ações do ECOMIG se baseiam numa proposta de educação transformadora e emancipatória, tomando como base o que Reis; Pinheiro (2009, p.37) afirmam - uma prática educativa que revele aos homens sua condição de humanos, em devir e em

processo, o museu e sua atividade educativa como lugar de diálogo constante entre os homens-sujeitos com o seu acervo, produto também dos homens e das relações humanas na promoção de novas leituras, da autoconfiança em conhecer o que desconhecem, da cooperação e da solidariedade que ensina a vida em convivência na apropriação de novos caminhos comunitários e de valores necessários à toda condição humana.

> Para tal, os museus requerem criar condições para que seus espaços se construam como lócus de experimentações e de práticas pedagógicas estimulantes, que promovam o desenvolvimento dos patrimônios, pessoal e social, no público que a eles acorre, em busca de conhecimentos indispensáveis a uma experiência sociocultural sempre renovada, com vistas à compreensão e interpretação do mundo vivido e da importância do saber, dos diversos e múltiplos saberes para um mundo em transformação (REIS; PINHEIRO, 2009, p.38)

Neste sentido, destacamos dentres as inumeras iniciativas, atividades e projetos desenvolvidos pelo Ecomig junto às comunidades citaremos os que se destacam e que permanecem ativos.

A) Museólogas de Família

O projeto Museólogas de Família[227] foi iniciado em maio de 2011, em comemoração à 9ª Semana Nacional de Museus, a partir da concepção de Julia Pereira e a colaboração da museóloga Gabriela Alevato e de Gelsom Rozentino. Sua intenção é tornar possível que o museu esteja presente e ativo em todas as vilas. Na prática, as museólogas visitam as vilas e promovem ações que buscam incentivar o interesse e a participação das comunidades. O projeto já realizou cinco edições: em 2011, na Vila de Abraão; em 2012, na Vila de Araçatiba; em 2013, na Vila do Aventureiro; em 2014, na Enseada de Palmas; e em 2018 em Vila Dois Rios. São promovidas visitas às residências, onde conversamos com os moradores, conhecendo a população, apresentamos e convidamos todos a participarem de uma Roda de Conversa e outras atividades que tratem de suas memórias, cotidiano, problemas, anseios e perspectivas.

[227] Informações consultadas no Projeto Museólogas de Família – Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ UERJ.

Fig. 255 - Museóloga Gabriela Alevato e Julia Wagner Pereira



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Inspirado no programa "Saúde da Família" do Ministério da Saúde, com coordenação de Julia Wagner Pereira e Gabriela Alevato, nessa primeira edição, o projeto “Museólogas de Família” consistiu numa dinâmica de interação informal (intervenção participante) com os moradores da Vila de Abraão através da visita das museólogas às suas residências a fim de apresentar o Ecomuseu Ilha Grande, mobilizando os moradores para a realização de uma exposição com o material adquirido durante a semana.

Fig**.** 256 - Gabriela Alevato e Julia Wagner Pereira com moradores na Vila do Abraão



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Durante dois dias, as museólogas andaram pela Vila, parando em algumas casas, conversando com os moradores, conhecendo a população e convidando a todos para participar da Roda de Conversa. Nessas visitas, foi possível conhecer muitas pessoas, ouvir suas histórias, rir e se comover com vários relatos.

Fig**.** 257 - Gabriela e Julia e o professor Gelsom Rozentino conversaram com moradores na Vila do Abraão



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Nem todos os convidados puderam comparecer à Roda de Conversa, mas com certeza esses encontros foram muito importantes na aproximação do Ecomuseu com a comunidade. Os beijos e abraços trocados reforçam os laços de amizade e o carinho entre velhos e novos amigos, entre museu e população da Ilha.

Fig**.** 258 - Roda de conversa com moradores da Vila do Abraão



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Nos dois dias seguintes, a partir das imagens e informações recolhidas nas visitas e na Roda de Conversa, foi preparada uma mostra, que ficaria por duas semanas na sede do PEIG – Parque Estadual da Ilha Grande, do INEA (Instituto Estadual do Ambiente), cujo apoio foi fundamental. A mostra foi inaugurada com a presença de todos os participantes e muitos visitantes, com música ao vivo tocada por um conjunto de moradores da Vila do Abraão, lanches e muita confraternização. O coordenador do MuCa e o bolsista Marcel Gavazza apoiaram a realização da atividade e registraram em imagens (fotografadas e filmadas) suas etapas.

Figs. 259 e 260: Banda formada por moradores animam a abertura da exposição de imagens e objetos dos próprios moradores; Vista parcial da exposição na sede do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG)





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A segunda edição do projeto ocorreu entre os dias 18 e 21 de maio de 2012, organizada e realizada por Julia Wagner Pereira, Ana Amaral e Angélica Liaño. Em Araçatiba, tivemos a oportunidade de participar de uma pesca de cerco, a partir do convite dos senhores Tião e Zeca Travassos. Além disso, foi possível passar uma manhã especial com dona Matilde de Oliveira, que nos deu o prazer de conhecer sua casa de farinha.

Figs. 261 e 262 - Arte educadora Angélica Liaño e moradora de Araçatiba / A museóloga Ana Amaral e Angélica Liaño





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Assemelhando-se à edição anterior, a equipe visitou os moradores da praia, sentou nos quintais e portas das casas e conversou com as pessoas, de modo a conhecê-las. O contato inicial e diferenciado tinha por objetivo quebrar a barreira e o distanciamento de um museu tradicional, colocando o Ecomuseu presente e interessado nas histórias locais.

Figs**.** 263 e 264 - Julia Wagner Pereira e Ana Amaral visitam os moradores da Vila de Araçatiba





Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

Convidados a participar de uma Roda de Conversa, organizada em conjunto com a professora Saionara Neves Martins – conhecida como Sara, muitos moradores dividiram com a equipe do museu suas lembranças de infância, travessuras, dificuldades, recordações recheadas de características locais, que constituem a identidade daquele grupo. A brincadeira de esconder a canoa, as histórias mal assombradas da mula sem cabeça, as dificuldades da pesca do cerco, a experiência do contato com presos fugitivos da penitenciária de Dois Rios, o prazer de morar em Araçatiba, dentre outros temas, foram abordados na Roda, possibilitando uma costura de histórias e memórias. Uma puxava a outra. Diferente de Abraão, as memórias pessoais do povo de Araçatiba se entrelaçam e se complementam, parecendo que estávamos dentre uma grande família. Muitos moradores não participaram da Roda, porém concordaram em registrar memórias e lembranças para o museu, em vídeo, enriquecendo ainda mais a atividade desenvolvida.

Fig. 265 - Roda de conversa com os moradores de Vila de Araçatiba



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Em 2013, a Vila do Aventureiro, berço da cultura caiçara na ilha, foi o local selecionado. A equipe foi formada por Ana Amaral, Angélica Liaño e Chrís Lopes. Com o auxílio da professora Neuseli Cardoso, grande parceira do Ecomuseu Ilha Grande, as museólogas foram muito bem recebidas pela comunidade e obtiveram com sucesso seu principal objetivo, estreitar os laços entre os moradores e o Ecomuseu.

Figs**.** 266 e 267 - Angélica Liaño em oficina de bonecas e em oficina de Barangandã com moradores, professora e crianças da Vila do Aventureiro





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Nessa edição foram realizadas várias atividades: uma Roda de Conversa, que trabalhou com as memórias de cada habitante através de uma dinâmica com objetos representativos, duas oficinas, uma de confecção de balangandã com as crianças do colégio local e uma de confecção de bonecas de nó, feitas com retalhos, com todos os moradores, além de visitas a grande parte das residências, onde a equipe pôde conhecer os costumes, as histórias e as trajetórias de vida do povo do Aventureiro. Foi possível, ainda, acompanhar o recolhimento da rede da pesca no costão, conhecer a roça de mandioca e uma das casas de farinha do Aventureiro e registrar a feitura de uma vassoura de alecrim, produzida especialmente para o Ecomuseu.

Em 27 de setembro de 2014, o Ecomuseu esteve presente na festa de São Cosme e Damião na Vila de Saco do Céu, quando foram realizadas a missa, procissão e outras celebrações da data religiosa. Enquanto isso, outra parte da equipe se dirigiu para a Enseada de Palmas. Do dia 25 ao dia 29, houve a maravilhosa estadia nas Cabanas Paraíso, na Praia Brava, onde se realizaram oficinas. De lá, uma rápida trilha levava à Praia de Palmas, onde ocorreu mais uma edição do projeto Museólogas de Família, com visita às residências locais, conversas com as famílias e a apresentação do Ecomuseu, dialogando sobre o papel que a instituição tem na comunidade e a importância que cada morador tem para a história da Ilha.

Figs. 268 e 269 - Angélica Liaño apresenta o Ecomuseu Ilha Grande para a comunidade e realiza oficina com as crianças de Palmas



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Nos anos anteriores desta atividade foi comum a presença massiva das pessoas mais idosas e envolvidas com os ‘causos’ antigos da região. Ali, porém, foi diferente: as crianças participaram ativamente das oficinas oferecidas e de uma Roda de Conversa. Conhecemos muitas pessoas, histórias da praia, suas lembranças e expectativas para o futuro. Guiados por nosso *Tesouro Humano*, Seu Dário Porcidônio, visitamos, ainda, a Igreja de Palmas. Todos se divertiram ao ouvir a contação de diversas histórias e ao participar de oficinas, momentos de criação de brinquedos e dedoches. Entretanto, os adultos não ficaram de fora das atividades, se juntando às crianças para participar ativamente da oficina de reciclagem com garrafas pet, realizada por Marilda Caiares, artesã moradora de Dois Rios.

Fig. 270 - Roda de Conversa com moradores de Palmas



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Finalizando as atividades no domingo, ocorreu uma Roda de Conversa, quando cada morador apresentou um objeto de significado para sua vida e, ao falar sobre ele,

transpôs o olhar sobre o museu que pode ser construído por cada um de nós. Foi notável a profundidade do discurso de cada criança sobre a escolha de seus objetos, deixando transparecer a legitimidade e importância da comunidade sobre pensar e criar um museu para seu próprio benefício e uso, transformando, em curto prazo, crianças em adultos mais conscientes de sua formação e mudança na forma de pensar e interagir da comunidade com o museu, valorizando suas origens e costumes e percebendo nos mais simples objetos uma intensa carga afetiva. Durante a roda, houve a exposição de desenhos produzidos pelas crianças, o que serviu para estreitar mais os laços com o museu – uma vez que alguns passam a fazer parte de nosso acervo.

A participação dos adultos foi essencial, mas é forte o desejo de voltar ao trabalho iniciado com as crianças que, pela reciprocidade, nos deram a certeza de missão cumprida. Assim como nós, seus ânimos foram despertados e o desejo pela continuidade foi mútuo. As crianças, com o ímpeto em entender, trocar e buscar, sem dúvida, fortaleceram em todos nós e em si mesmas, como comunidade, a disposição de apreender cada vez mais.

Não poderíamos deixar de citar a colaboração da tia Ana, como é carinhosamente chamada pelas crianças, e de Macedo, por nos ceder o espaço para a realização das oficinas e a hospedagem em Praia Brava; assim como dona Regina, que também cedeu o espaço do restaurante Morango das Palmas para a realização da oficina de pet.

O resultado das atividades foi recebido de forma positiva. É papel do museu preservar a memória, o patrimônio e contribuir para a educação, a consciência sobre nosso ambiente e o lazer da população e visitantes. A sede do museu fica em Vila Dois Rios, mas suas ações não ficam apenas naquele local. Diferente de muitos museus, que estão limitados a seus prédios, o Ecomuseu tem toda a Ilha Grande como território. Esta oportunidade permitiu que mais e mais pessoas, locais e turistas, façam parte do museu, além de proporcionar a criação de novas parcerias. Devemos expressar um enorme agradecimento a todos pela participação, auxílio, interesse, hospitalidade, generosidade, pelas histórias e por toda diversão!

Levando em conta que um dos principais patrimônios do Ecomuseu Ilha Grande são as pessoas presentes no território em que está localizado, através do projeto "Museólogas de Família" o museu promove a preservação dos traços identitários da comunidade em si. Os *causos*, saberes e memórias são devidamente registrados nas fotografias e filmagens. Cada morador integra o patrimônio local. Nosso patrimônio.

A equipe procura sempre obter os depoimentos de pessoas mais antigas e com grande influência na comunidade, os verdadeiros Tesouros da Ilha Grande. No decorrer desses anos, levando a cabo esse projeto por diferentes vilas da Ilha Grande, a equipe

do Ecomuseu se emocionou com as histórias de seu Constantino Cókotos, seu Clarindo Cardoso, dona Alaíde da Costa, dona Zélia Sousa, tia Ana, seu Macedo, dona Regina e nossas parceiras Neuseli Cardoso e Saionara Martins - e todos os demais que tivemos o prazer de conhecer nas vilas visitadas. Nossa intenção é repetir o sucesso das edições anteriores nos próximos anos em visitas a outras vilas e povoados da Ilha Grande.

Em 2018 o projeto realizou uma edição em Vila Dois Rios, com a museóloga Vivianne Valença visitando as famílias e, a partir de um levantamento preliminar e do diálogo estabelecido, gravou-se uma série de entrevistas com os moradores. O critério foi começar como os moradores que eram funcionários do presídio ou suas esposas, formando a “primeira geração, os moradores que eram filhos, sendo crianças ou jovens contemporâneos ao funcionamento do presídio, como a “segunda geração”, e as crianças e jovens que nasceram após a desativação do presídio. Essas conversas foram gravadas e estão resultando em importantes produtos para a comunidade e o Ecomuseu: vídeos individuais e vídeos que apresentarão as visões da comunidade para cada “tempo”: o tempo do presídio, o tempo do vazio e o tempo do museu. Cada morador receberá uma cópia da íntegra da sua entrevista e dos filmes.

Figs. 271,272,273,274,275,276,277 e 278- Museólogas de Família em Dois Rios











Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

B) Ecomuseu Recicla

O Projeto *Ecomuseu Recicla*[228] foi criado como uma nova ferramenta do Ecomuseu para a promoção de ações conjuntas com as associações comunitárias da ilha para a inclusão social da população local. Durante as diversas oficinas, os moradores participam de atividades capazes de proporcionar aprendizagem e valorização de aspectos relacionados à importância da coleta seletiva, não somente como forma de preservação ambiental, mas também como fonte alternativa de renda. Estão ainda tornando-se capacitados a atuar como artesãos especializados em artesanato consciente, e cidadãos participativos do desenvolvimento sustentável da região. Dentre os resultados já alcançados podemos destacar: a capacitação de moradores; a realização de uma exposição com os seus trabalhos no Museu do Cárcere; a instalação de mostras sobre o projeto em outros locais, levando o Ecomuseu para além dos limites da ilha; e o fim da presença de garrafas pet no lixo de Vila Dois Rios. Mesmo antes da inauguração, o Ecomuseu já atuava com as comunidades da Ilha Grande, através de sua primeira atividade sistemática: o Curso de Formação de Ecomonitores. Com sua metodologia baseada em módulos mensais de 30 horas cada, o curso proporciona à população meios para que ela seja capaz de realizar atividades

[228] Informações consultadas no Projeto Ecomuseu Recicla – Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ UERJ.

que não sejam danosas ao meio ambiente, e que ao mesmo tempo, possibilitem seu desenvolvimento socioeconômico.

No módulo dedicado ao tema dos Resíduos Sólidos, percebeu-se a necessidade de trabalhar com a questão do lixo na Ilha Grande. A condição geográfica de isolamento é um significativo entrave na dispersão do lixo e torna-se um problema constante na vida das comunidades. Pensando nisso, propôs-se a implantação do Projeto ***Ecomuseu Recicla***, com oficinas de artesanato sustentável, que usam como base o material oriundo da coleta seletiva domiciliar e pública da Vila Dois Rios, assim como dejetos oriundos da própria natureza.

A principal questão abordada neste projeto diz respeito ao crescimento acelerado, desorganizado e irregular da Ilha Grande. Em decorrência desse afluxo, o local passa a se basear na economia do turismo e se percebe um surgimento de restaurantes e pousadas incompatíveis com a infraestrutura disponível. Surgem então problemas relacionados à falta d'água, esgoto e, principalmente, o lixo. A distância do continente dificulta a dispersão dos resíduos, e esta, quando feita, acontece de forma desorganizada: lixo orgânico e reciclável se misturam em balsas coletoras e são levados para aterros a céu aberto no município de Angra dos Reis. Assim, apenas se translada o problema, sem resolvê-lo ou, sequer, minimizá-lo. Em contato com alguns moradores, a equipe do Ecomuseu percebeu iniciativas isoladas de coleta seletiva, quando alguns moradores, cientes da importância da participação individual, e por conta própria, fazem a separação dos resíduos em seus domicílios. Porém, o que foi notado é que após algum tempo, o acúmulo de materiais torna-se incompatível com as condições de armazenamento, e as pessoas são levadas a descartá-los junto ao lixo comum, desperdiçando o investimento realizado.

Além de amenizar o problema do lixo, o programa ***Ecomuseu Recicla*** tem buscado oferecer à comunidade da Ilha Grande, em especial da Vila Dois Rios, técnicas de produção de artesanato consciente, que servem tanto como fonte alternativa de renda como meio de divulgação científica, já que as oficinas são voltadas para confecção de peças que apresentem, de forma lúdica, representações da cultura, flora e fauna locais, temas amplamente abordados nas pesquisas acadêmicas realizadas no CEADS. Para isso, o projeto tem agregado aos objetos criados etiquetas contendo informações sobre gêneros e espécies zoológicas e botânicas, assessorados pelos cientistas que desenvolveram pesquisas na Ilha.

O resultado principal do programa ***Ecomuseu Recicla***, em andamento, tem sido estabelecer uma prática de coleta seletiva na Ilha Grande, tendo como ponto de partida a Vila Dois Rios. Avançando não somente em relação aos problemas relacionados à dispersão do lixo, mas também investindo no fortalecimento da autoestima da população

local, a partir da oferta de um meio alternativo de geração de renda – o artesanato consciente. São produtos desse projeto não somente as peças de artesanato, como também o artesão, na medida em o projeto levou à comunidade um novo ofício. Integra as ações também o desenvolvimento de uma exposição itinerante que percorre instituições de ensino e pesquisa, com objetivo de difundir a prática da coleta seletiva e do artesanato consciente, além de apresentar, através de seu acervo, um pouco da cultura e da biodiversidade da Ilha Grande.

A metodologia geral utilizada no projeto é a participativa. As oficinas priorizam os vários modos de participação da comunidade. O projeto foi dividido e executado em etapas que correspondem aos objetivos propostos. Para tal foram desenvolvidos métodos e técnicas que possibilitem a operacionalização das diversas atividades:

1) Diagnostico e conscientização: fase em que a comunidade participou de palestras com três horas de duração cada, configurando um curso de extensão de qualificação profissional, como ferramenta conscientizadora a respeito da importância da coleta seletiva e dos materiais recicláveis. O curso abordou, entre outras coisas, a potencialidade de comercialização destes resíduos. Paralelamente, foi feita a pesagem e análise do material coletado para elaboração de um diagnóstico da quantidade e especificidade do mesmo;
2) Aplicação de técnicas de reciclagem, reaproveitamento e reuso: esta fase dividiu-se em etapas. A primeira, de preparação de oficinas, com duração de 2 meses, foi destinada à organização das oficinas, contato e agendamento dos profissionais ministrantes, elaboração de material didático e aquisição de material. Numa segunda fase, passou-se à realização das oficinas práticas, quinzenais, totalizando 12 oficinas num período de 6 meses. Nessa etapa, além da equipe fixa, o projeto contou com a presença de oficineiros, experientes nos diversos temas abordados. Os demais meses foram destinados à produção de objetos reciclados que, à medida em que forem sendo confeccionados, serão postos à venda para turistas que visitam o Ecomuseu Ilha Grande;
3) Concepção, desenvolvimento e transporte de exposição itinerante: durante um período de 4 meses, a equipe do projeto trabalhou nesta exposição itinerante, que serve de veículo de divulgação do trabalho realizado durante o projeto ***Ecomuseu Recicla***. A exposição, atualmente montada numa sala do Museu do Cárcere, propõe percorrer instituições de ensino, pesquisa e cultura, especialmente escolas da região, como forma de valorizar e divulgar a cultura da comunidade da Ilha Grande, além de difundir o mercado de trabalho incipiente na Vila Dois Rios, constituído pelo artesanato consciente.

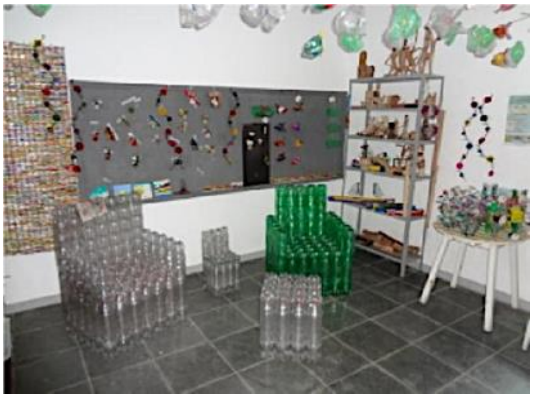
Figs 279 e 280 – Exposição Ecomuseu Recicla




Fonte: Ecomuseu Ilha Grande - Móveis

Objetos produzidos com garrafas pet e esculturas feitas com restos de madeira fazem parte da exposição “Ecomuseu recicla”. As obras de materiais recicláveis são feitas por artesãos da Vila de Dois Rios, e retratam também o cotidiano da vila. A reutilização de resíduos sólidos não é uma novidade e faz parte da tradição dos fazeres populares brasileiros há séculos. Bruxas de pano e outros brinquedos, lamparinas, canecas, tachos, raladores e peneiras, confeccionados com latas de alimentos reaproveitadas; bancos, mesas e outros objetos feitos de aproveitamento de caixotes de feira são alguns dos itens que podem ser arrolados como integrando o rol dos objetos criados a partir de sobras. A que se podem atribuir essas recorrências? Existe um único fator explicativo dos diversos casos de utilização de objetos descartados como matéria prima para a produção de novos objetos?

Figura 281, 282 – Marilda em seu atelier na sede do ECOMIG

Acervo: Ecomuseu Ilha Grande

O Projeto Ecomuseu Recicla foi contemplado com menção honrosa no V Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus, que ocorreu em outubro. O resultado foi anunciado no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa, onde ocorreu o VIII Encontro Ibero-Americano de Museus. Concorreram ao prêmio 130 projetos de 14 países, que

foram avaliados por um comitê técnico formado por 10 especialistas ibero-americanos. Certamente, é mais uma de outras tantas vitórias vindouras, resultado de muita dedicação e persistência em parceria constante com a comunidade ilhéu. O projeto integrará o Banco Ibero-Americano de Boas Práticas em Ação Educativa, uma importante forma de perpetuar e propagar o *Ecomuseu Recicla: alternativas para o desenvolvimento sustentável de Vila Dois Rios*. Tal premiação gerou uma pequena entrevista para o jornal interno *UERJ em Questão,* na qual o Ecomuseu foi representado pelo coordenador geral Prof. Ricardo Lima, a museóloga Ana Amaral e a assessora do Departamento Cultural/Decult, Amanda Neves.

Figura 283 – Certificado do Prêmio Ibero-americano de Educação e Museus


Ibermuseus
Ibermuseos

V Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus

Menção Honrosa

O Programa Ibermuseus outorga à instituição

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Brasil)

o presente certificado pela excelência do projeto

"Ecomuseu Recicla: alternativas para o desenvolvimento sustentável de Vila Dois Rios"

participante na V Edição do Prêmio Ibero-Americano de Educação e Museus.

Brasília, 31 de outubro de 2014

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Presidente do Comitê Intergovernamental do Programa Ibermuseus

Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

C) Ecovila Digital

O Projeto “Ilha Grande Memória e Identidade” deu início à recuperação do acervo que se encontrava em processo de deterioração devido à intensa utilização de suas imagens e ao seu formato analógico (U-MATIC, BETACAM, SVHS e MINIDV), ameaçado pela fragilidade do suporte físico, pela obsolescência tecnológica, além do acondicionamento inadequado (umidade, temperatura, radiações luminosas, poeira, insetos, micro-organismos etc.). O resultado principal desse projeto, além da recuperação das mídias, foi ocupar-se diretamente de um patrimônio cultural esquecido, em péssimas condições de conservação. Em síntese, 86 obras foram recuperadas, digitalizadas, armazenadas em DVDs e organizadas para disponibilização ao público no Banco de Imagens da UERJ, no Centro Multimídia do Programa Ecomuseu Ilha Grande e, ainda, na internet **(http://ecomuseuilhagrande.eco.br/acervo)**, visando ampliar o acesso público ao acervo multimídia sobre a Ilha Grande.

Após a instalação dos 05 computadores multimídia (doados por projetos financiados pela FAPERJ) com acesso à internet (fornecido pelo Instituto Embratel), a *lanhouse* **Ecovila Digital**[229] foi criada pelo Centro Multimídia e tornou-se um polo de educação, inclusão digital, democratização de informação e ponto de encontro dos moradores de Vila Dois Rios, o que veio a viabilizar a oferta de várias oficinas (vídeo, cinema, fotografia, animação e informática básica) realizadas por estudantes do curso de Pedagogia (bolsistas) e a difusão de uma nova cultura, a informacional, cujo impacto acredita-se que tenha modificado a forma de captura da realidade, a partir do redimensionamento dos sistemas de comunicação, principalmente a telecomunicação, através da aquisição e do uso constante de *tablets, smart phones e notebooks* pelos próprios moradores.

Figuras 284 e 285 – Projeto Ecovila Digital





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Em síntese, diversas práticas de pesquisa e extensão foram realizadas com a comunidade local: oficinas, reuniões, entrevistas e pesquisa com moradores. O resultado das atividades desenvolvidas nesta parceria desencadeou novos hábitos e interesses entre os moradores de Dois Rios. O Instituto Embratel constatou que entre todos os seus parceiros nas diversas regiões do Brasil, o que tem maior índice de acesso à internet é a comunidade de Vila Dois Rios. Por último, o Instituto Embratel conquistou o 25º lugar no Ranking Benchmarking 2013 dos Detentores das Melhores Práticas de Sustentabilidade do País como resultado dessa parceria, que consistiu em disponibilizar acesso gratuito à internet na sala da Ecovila Digital, em Vila Dois Rios. Além de impedir a ruína das antigas instalações, já bastante danificadas, logrou-se criar condições para o desenvolvimento das atividades museológicas, considerando tanto questões relacionadas à preservação da memória social e cultural da Ilha quanto aos

[229] Informações consultadas no Projeto de Acervo Iconográfico – Ecovila Digital – Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande.

processos de desenvolvimento sustentável local, consolidando a integração entre ensino, pesquisa e extensão da UERJ na Ilha Grande.

D) Bibliotecas Comunitárias – Uma Biblioteca em cada Praia

Um outro projeto desenvolvido pelo Ecomuseu é "Bibliotecas comunitárias de praia da Ilha Grande"[230]. A iniciativa surgiu a partir da demanda da comunidade da Enseada de Palmas. Em setembro de 2014, durante o evento Primavera de Museus, organizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e que, naquele ano, teve como tema "Museus Criativos", a equipe do Ecomuseu Ilha Grande esteve em Palmas e pôde ter a oportunidade de ouvir as histórias e anseios da comunidade. Os relatos dos moradores apontavam diversas carências e demandas, como a falta de energia elétrica pública, fornecida apenas por geradores[231]. Um dos moradores compartilhou o antigo sonho de fazer uma "árvore de livros" numa amendoeira da praia, inspirada pelas aulas de reforço que as crianças têm sob a sombra desta grande árvore devido à falta de um lugar apropriado. A partir deste e de outros relatos, a ideia foi criar uma biblioteca pública, de livre acesso, para estimular a leitura não apenas para crianças, mas para toda a população do local.

A equipe do ECOMIG buscou inspiração em experiências que existem no Brasil e no mundo, como na Praia do amor no Rio Grande do Norte, e outras em Portugal e na Holanda. Para tanto, o Ecomuseu adquiriu, através de um projeto financiado pela FAPERJ, e doou para a comunidade, um depósito de jardim para guarda dos livros. Além disso, recebeu doações de livros didáticos e de literatura infanto-juvenil e adulta. A professora Wânia Clemente, então coordenadora do Centro Multimídia do Ecomuseu, catalogou e organizou os livros, de acordo com o tema e a faixa etária, de forma a facilitar as escolhas do leitor[232]. Em 11 de maio de 2016, foi inaugurada a biblioteca comunitária da Enseada de Palmas.

[230] Informações consultadas no Projeto bibliotecas comunitárias de praia na Ilha Grande, no Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande.
[231] Conforme já dito anteriormente neste mesmo Capítulo, não há escola e os estudantes viajam de barco diariamente até a Vila do Abraão, onde fica a escola mais próxima; não há sinal de telefone nem de internet e ainda grande restrição de oferta de lazer e atividades, tanto para os adultos quanto para as crianças.
[232] A realização deste projeto contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da Secretaria de Educação, da TurisAngra e da Cultuar, bem como o Parque Estadual da Ilha Grande.

Figuras 286 e 287 - Inauguração da Biblioteca Comunitária da Enseada de Palmas





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A Biblioteca Comunitária da Enseada de Palmas funciona entre 15:00 e 17:30, sendo Sandra Mara Luiz Domingues, Bruna Morena Freire e Vitória Rodrigues Uchoa as dirigentes responsáveis locais. A própria comunidade é responsável pela sua abertura e funcionamento e pelo empréstimo dos livros para o público local e visitante. Para as crianças, foi realizada uma oficina de contação de histórias, coordenada pelo professor Gelsom Rozentino, que teve como inspiração as histórias narradas por “Meu Santo”, pai de Neuseli Cardoso, escritora residente na Vila do Abraão. Foram selecionadas algumas dessas histórias para apresentá-las de forma participativa. São as mesmas histórias que se encontram num grande livro bordado, na exposição “Certos Modos de Ser Caiçara”, no Museu do Meio Ambiente em Vila Dois Rios. A partir do diálogo com os próprios jovens outras histórias locais foram lembradas, assim como temas da literatura universal, o que possibilitou uma ponte com o presente e as novas tecnologias, e o prazer proporcionado por uma boa leitura.

Contos sempre encantaram povos em todo mundo. Transmitidos de pai para filho através de séculos, as histórias são efetivamente formas de ensinar e aprender. Em especial, a Ilha Grande é cheia de histórias, lendas, contos. Era uma vez... não está no passado, mas na construção do futuro das novas gerações. Ler e contar histórias enriquece o mundo interior, além de desenvolver o hábito de ouvir e o prazer de ler, buscando sempre outras, as mesmas e novas histórias, acumulando assim conhecimentos preciosos para a qualidade de vida, para o seu conhecimento crítico e para a sua transformação.

Em 2017, o projeto foi retomado para que pudesse beneficiar outras comunidades da Ilha Grande que tinham interesse pela proposta. Foi realizada uma campanha de doação de livros a partir do início de 2017 e até o início de dezembro de 2018 mais de 1.500 livros foram arrecadados. Foram (e continuam sendo) registrados, catalogados e organizados em grupos temáticos: infantil, infanto-juvenil e adulto. A

proposta foi coordenada pela prof. Maya Lemos, sucessora da prof. Wânia Clemente, e em 2018 por Cynthia Cavalcante, coordenadora do Centro Multimídia. As instalações das Bibliotecas Comunitárias de Praia da Ilha Grande representam para as comunidades, como citado por alguns, “uma janela que se abre para o mundo”.

Figuras 288 e 289 – Inauguração da Biblioteca Comunitária do Aventureiro (dez/2019)

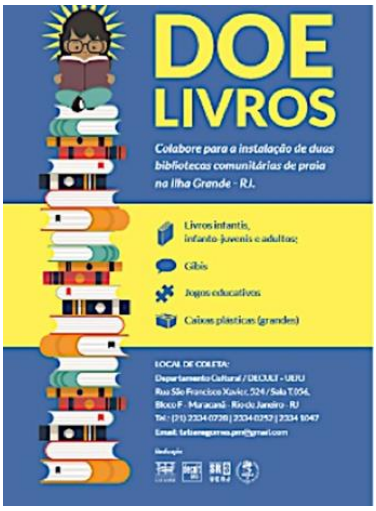




Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Foram implantadas as bibliotecas comunitárias de Dois Rios, de Enseada de Palmas e do Aventureiro. Já há acervo catalogado e negociação com o PEIG, Prefeitura, associação de moradores e movimentos sociais locais para a implantação em Abraão e Araçatiba. Além dessas bibliotecas, há a proposta de criar caixas com livros (cerca de 100 em cada caixa) para escolas de comunidades de difícil acesso.

Figura 290 - Cartaz da campanha de doação de livros para a constituição das bibliotecas comunitárias de praia da Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

E) Ilha Grande e Saúde Comunitária

Outra iniciativa desenvolvida pela equipe do Ecomuseu Ilha Grande é o projeto de extensão “Ilha Grande e Saúde comunitária”[233], que tem como objetivo dar orientações sobre saúde, bem estar e cuidados com o corpo e com a mente. A ação é uma parceria do Ecomig com as enfermeiras do Ceads e algumas meninas da comunidade. As atividades são realizadas a partir de demandas que surgem das comunidades e de acordo com o calendário anual do Ministério da Saúde. Devido à dificuldade de transporte e acesso ao posto e hospitais, o Ecomig propõe levar informações e dar orientações sobre doenças, tratamentos e cuidados gerais da saúde

Figuras 291, 292, 293 – Atividades e orientações de Saúde e Certificado Ibermuseus – Prêmio Ibermuseus de Educação

outubro Rosa” – prevenção contra o câncer de mama



“setembro amarelo” – prevenção contra o suicídio





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

O projeto “Ecomuseu Ilha Grande e Saúde Comunitária” ganhou o prêmio de Menção Honrosa na 10ª edição do Prêmio Ibermuseus de Educação do ano de 2019[234].

[233] Informações consultadas no Projeto de Extensão Ecomuseu Ilha Grande e Saúde Comunitária, no Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande/UERJ.

[234] O Programa de cooperação ibero-americana Ibermuseus 10ª edição do Prêmio Ibermuseus de Educação visa identificar, destacar, apoiar e fortalecer a função educativa dos museus, com ênfase na diversidade e pluralidade das práticas museais ibero-americanas. A inciativa reconhece e promove a

O projeto coordenado pela museóloga Vivianne Valença e pela enfermeira Luana Ribeiro tem como proposta promover cuidados preventivos de saúde às comunidades isoladas da Ilha grande a partir de ações educativas de caráter educacional, social e cultural, incentivando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de saúde consciente e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Neste trabalho, o Ecomuseu atua como um mediador, catalizador e propagador de ações que vise o bem-estar e a integração da população e do meio em que vivem

F) Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de Base Comunitária

O projeto Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de base comunitária[235] tem como proposta desenvolver ações que fomentem e qualifiquem o turismo na comunidade da Vila Dois Rios, integrando a comunidade e universidade a partir da sustentabilidade social, econômica e ambiental e atuando o Ecomuseu como uma ferramenta de transformação social, desenvolvimento local e turismo consciente.

A proposta é fomentar o turismo de base comunitária incentivando o desenvolvimento local, a integração comunidade e universidade a partir de uma construção conjunta de turismo solidário, no desenvolvimento de roteiros que visem à valorização da cultural, história e memória local como incentivo a reafirmação da identidade e do lugar. Esta iniciativa pretende contribuir para a preservação do meio ambiente, a autonomia financeira e a diversificação de renda da comunidade local, visando sua permanência no território. A partir desta articulação com a comunidade da Vila Dois Rios foi criado um Grupo de Trabalho denominado “Juntos por Dois Rios” no intuito de organizar e gerir as ações turísticas a serem desenvolvidas. O grupo se organiza por meio de reuniões presenciais quinzenais. Dele, fazem parte os moradores (as) interessados (as) no tema e dispostos a promover coletivamente roteiros baseados no conceito de Turismo de Base Comunitária, como foi o caso do roteiro “Turismo em Dois Rios” com grupos de turistas interessados em conhecer o trabalho desenvolvido pela comunidade da Vila Dois Rios e o Ecomuseu Ilha Grande.

realização de projetos educacionais em seus espaços e fora de seus muros. Museus e instituições culturais, educacionais e afins dos 22 países da Comunidade Ibero-americana – Andorra, Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, México, Panamá Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

[235] Informações consultadas no Projeto de Extensão Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de Base Comunitária, no Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande/UERJ.

Figura 294 – Projeto Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de Base Comunitária



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

G) Conhecendo a nossa Ilha

O projeto Conhecendo a Nossa Ilha[236] tem como objetivo compartilhar com os alunos e professores conhecimento da história da Ilha através da visitação aos museus e atividades realizadas nas escolas da Baia da Ilha Grande. No primeiro momento a equipe do Ecomuseu visita as escolas apresentando seus núcleos e atividades. E no segundo momento as escolas com seus alunos e professores irão conhecer os espaços e exposições do Ecomuseu Ilha Grande e realiza atividades em conjunto.

Figura 295 – Projeto Conhecendo a Nossa Ilha



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Esses são exemplos de alguns projetos e iniciativas que vêm sendo desenvolvidos pela equipe do Ecomuseu, no intuito de buscar a integração das

[236] Informações consultadas no projeto Conhecendo a nossa ilha, no Arquivo Institucional do Ecomuseu Ilha Grande/UERJ.

comunidades e aproximá-las do ECOMIG, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e transformação social.

A articulação do ECOMIG com comunidades plurais deixa patente que não se trata de uma concepção de “museu ilhado”, ainda que fisicamente ele esteja ancorado numa ilha; ao contrário, trata-se de um museu-processo, aberto para e com a comunidade. Os casos descritos são exemplos de alguns projetos e iniciativas que vêm sendo desenvolvidos pela equipe do Ecomuseu Ilha Grande como meio educativo de co-construção. Neste sentido, o Ecomuseu atua verdadeiramente como um articulador, parceiro e ferramenta de desenvolvimento comunitário. Como se pode ver na imagem a seguir, o Ecomig estende sua atuação a praticamente todo o território da Ilha Grande.

Figura 296 – Locais de atuação das ações do Ecomuseu Ilha Grande no território



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A partir desta imagem podemos identificar que o Ecomig atua em quase todas as comunidades da Ilha Grande e tem se empenhado em suas atividades e ações, procurando cada vez mais integrar as comunidades locais, criando subsídios e instrumentos de aproximação para que estas possam contribuir efetivamente para a gestão do museu. Com esse objetivo, a direção do Ecomig apresentou no início de 2017 a proposta de criação de duas novas instâncias de caráter consultivo: o Conselho Científico do Ecomig, integrado por pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento e instituições públicas parceiras; e o Conselho Comunitário, integrado por representantes das comunidades da Ilha Grande.

O primeiro foi implementado em agosto de 2017. O segundo encontra-se em processo de formatação e negociação para a sua instalação. Será composto por representantes das 15 vilas da Ilha Grande, com reuniões periódicas, realizadas

alternadamente na Vila do Abraão (norte) e em uma das vilas (sul). Neste processo de discussão com membros das comunidades da ilha foram apontadas cinco vilas que poderão servir de núcleos-base do ECOMIG: Vila Dois Rios, Vila do Abraão, Enseada de Palmas, Enseada de Araçatiba e Vila do Aventureiro. A escolha por estas comunidades seguem dois critérios: a localização, por serem próximas das demais vilas e com melhor acesso e oferta de transporte; e a forma como estão organizadas comunitariamente, com lideranças e canal aberto a esses tipos de iniciativas. Mas, poderão ser modificadas a partir do processo de discussão com as comunidades locais.

Atualmente, estão sendo realizados contatos com membros de diferentes comunidades a partir da Volta à Ilha, no intuito de estreitar as relações já existentes; e para que seja indicado um nome de referência em cada vila, que tenha interesse em compor e contribuir fazendo parte do conselho - pensando na futura criação de um projeto-piloto que será desenvolvido com o tópico "Dois Rios: Laboratório Experimental". Uma questão importante são as demandas que, de forma crescente, tem sido apresentada pelas lideranças e pessoas comuns, nas mais diversas comunidades. Essas demandas chegam à equipe do ECOMIG seja diretamente ou em visitas às comunidades, em reuniões realizadas no Abraão ou em Angra, ou mesmo através do *WhatsApp*. Em geral, pedem uma maior presença do museu nas comunidades, com ações, projetos, biblioteca, exposições, palestras, etc. Ou ainda, a ida das crianças e jovens das escolas até o museu, em Dois Rios. Surgem dentro desse processo demandas que partem das comunidades, que procuram o ECOMIG para contribuir com a organização e efetivação das suas propostas. Este foi o caso do Parquinho feliz, da criação do quiosque, da árvore de Natal, da melhoria da quadra de esportes. De acordo com a percepção de Jesiel Pimenta, uma das lideranças da Vila Dois Rios:

> O Ecomuseu é muito importante, e diferente, porque sempre que temos demandas da comunidade aqui da vila Dois Rios e pedimos ajuda, ou colaboração a equipe chega junto e nos ajuda, como foi o caso da criação do parquinho feliz, criação do quiosque, árvore de natal, pintura da Vila (...) como também ajudamos com algum conhecimento que nós temos sobre o lugar e as coisas da Ilha Grande, posso dizer que é uma troca um ajuda o outro nos seus interesses, pelo menos a maioria. (Entrevista realizada com Jesiel Pimenta da Silva, vice-presidente da Associação de Moradores da Vila Dois Rios – realizada em 14 de abril de 2018).

É importante destacar que esses projetos e inciativas do Ecomuseu não seguem uma linha de assistencialismo: há uma relação de troca, uma aproximação e uma construção permanente de respeito mútuo e conhecimento. Como disse Paulo Freire (1973, p.75), ao comentar sobre à Encíclica *Mater et Magistra*[237], de João XXIII – "O que

[237] *Mater et Magistra,* ou mãe e Mestra, é uma carta encíclica do Papa João XXIII sobre a evolução da questão Social à luz da doutrina cristã. Esta encíclica é considerada um marco importante da Doutrina Social da Igreja, pois representou uma profunda leitura dos "novos sinais dos tempos", atualizou as

importa, realmente, é ajudar o homem a recuperar-se. Também aos povos, fazê-los agentes de sua própria recuperação. É, repitamos, colocá-los em uma posição conscientemente critica frente a seus problemas".

Os atores envolvidos nos projetos e ações desenvolvidos pelo ECOMIG preocupam-se em implementar, como afirma Norma Rusconi (1998, p. 77), um museu que tende a valorizar e desenvolver práticas sociais, na recuperação e na extensão dos valores que uma comunidade criou e construiu no passado, planejando-se para o futuro. Deste modo, é possível considerar o que vem sendo realizado pelo ECOMIG como um programa de extensão museológica em rede, num continuo processo histórico/social de auto constituição. Seu desenho deve considerar, portanto, o modo como está produzindo inter-relação e o benefício ou não que uma tal mudança traria ao seu funcionamento. Portanto, é importante instituir uma relação dialógica entre sujeitos, estabelecendo o diálogo como o princípio fundamental para toda prática de extensão em geral e museológica em particular que vão constituir numa rede de múltiplos conectores que configuram a realidade percebida e compartilhada, de acordo com o tempo e o espaço sociocultural.

Outro ponto interessante apontado por Rusconi (1998, p. 78), que se assemelha com as atividades que vem sendo desenvolvidas pelo ECOMIG ao longo dos anos é a extensão museológica vinculada com processos de informação/formação, ou seja, como agente de mudança, que reflete consciente ou inconscientemente as políticas de desenvolvimento, determinadas por interesses complexos, sejam eles culturais, econômicos, ideológicos, valorativos. Assim, esta proposta de desenvolvimento é tão mais válida quanto mais se aproxima da totalidade dos processos em que está envolvida (físicos, biológicos, sociais, psicológicos, econômicos, históricos, políticos, culturais, etc.) e da totalidade dos envolvidos - neste caso, as comunidades da Ilha Grande.

> O desenho de um projeto de extensão museológica das culturas populares num modelo de sociedade moderna, ou das culturas regionais no quadro da globalização das sociedades pós-modernas, deveria ser elaborado levando em conta os seguintes objetivos: ▪ reelaborar o conceito de realidade, tendo em conta sua crescente complexidade, o sustento das práticas intersubjetivas no âmbito das políticas globais de final de século; ▪ reconstruir uma filosofia e uma política cultural desde a práxis do desenvolvimento social regional e integral; ▪ recolocar técnicas e métodos de trabalho para a extensão museológica, sustentadas em ações que integrem a informação com a formação e a auto-formação, permitindo que os agentes envolvidos na ação transformem suas atitudes passivas em atitudes ativas e de participação, comprometidas com a totalidade do processo social regional (RUSCONI, 1998, p.79).

orientações das encíclicas sociais anteriores e serviu de base para vários documentos pontifícios sobre as questões sociais.

A partir da fala acima de Rusconi, vale ressaltar a importância de uma extensão museológica que vise a reelaboração da realidade, a reconstrução de uma filosofia e política cultural para o desenvolvimento do local, de forma integral e integrada, e a criação de métodos de trabalho para o incentivo à informação e formação, fazendo com que os agentes envolvidos, neste caso, as comunidades da Ilha Grande, possam gerar comprometimento e transformação social para seus diferentes grupos.

Além das demandas e responsabilidades que o Ecomig possui ao receber a denominação de Ecomuseu, ele também deve corresponder às demandas e perspectivas da Universidade à qual pertence, ou seja: ser um “híbrido museal” não é tarefa fácil. O Ecomuseu Ilha Grande nos faz refletir sobre as possibilidades de diferentes formas sob as quais os museus se apresentam, de acordo com seu tempo e espaço – como enfatiza Scheiner (1991,1998).

Baseada nas demandas da UERJ, a equipe do Ecomig criou o Conselho Científico Consultivo do Ecomuseu Ilha Grande[238] como órgão colegiado, tendo por objetivo propor que toda ação de intervenção no patrimônio material e imaterial, de interesse histórico e socioambiental, deverá ser submetida ao referido comitê. Este comitê está sendo organizado em comissões, estando já previstas e em articulação as de Meio Ambiente, História e Memória e de Cursos.

Figura 297 - Conselho Científico do Ecomuseu Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

As atribuições deste Conselho Científico são: a) funcionar como instância consultiva quanto à condução das atividades do Ecomuseu, seja na esfera acadêmica, de pesquisa ou de extensão; b) opinar sobre os acordos ou convênios que envolvam atividades do Ecomuseu; c) dirimir eventuais ocorrências que possam gerar conflitos

[238] Informações consultadas no Regimento do Conselho Científico Consultivo do Ecomuseu Ilha Grande, no Arquivo Institucional do ECOMIG/UERJ.

entre a comunidade, os pesquisadores e a administração do Ecomuseu; d) criar, eventualmente, por iniciativa própria, comissões técnico-científicas, para otimização dos trabalhos; e) formular, propor e avaliar ações de desenvolvimento técnico-científico, a partir de iniciativas da UERJ ou das Instituições conveniadas, sempre preservando o interesse público; f) sugerir políticas de captação e alocação de recursos para suas respectivas finalidades; g) fiscalizar e avaliar o correto uso desses recursos. É importante destacar o papel do Comitê Científico como uma instância de encontro de pesquisadores e instituições de diferentes campos do conhecimento, somando esforços e promovendo a interdisciplinaridade.

Assim, como a maioria dos museus se autenticam a partir do aval do museólogo, como uma "instância de legitimação" conceitual e empírica de reconhecimento no campo, com a proposta do Ecomuseu Ilha Grande não seria diferente. A competência técnica de especialistas sobre os ecomuseus ganha maior reconhecimento e dimensão por seus referenciais, neste caso, as impressões do museólogo de referência sobre esse modelo de museu tornam-se importantes para o autoconhecimento do ECOMIG e suas comunidades.

A partir do contato realizado com Hugues de Varine-Bohan ao convidá-lo para fazer uma participação especial no Seminário dos 10 anos do Ecomuseu Ilha Grande, realizado na UERJ em dezembro de 2017, Varine realizou uma fala, enviada da França, especificamente sobre o Ecomuseu Ilha Grande. Após consultas a documentos enviados ele faz algumas observações e contribuições a partir da sua experiência sobre os Ecomuseus. Inicialmente, Varine se apresenta de forma muito simpática e educada, falando em português. Em seguida, tece alguns comentários gerais e encaminha a sua visão sobre o Ecomuseu Ilha Grande:

> Vou falar algumas observações pessoais da minha experiência e das minhas leituras. Não são conselhos, não são sugestões, são impressões vindas das minhas leituras e documentos recebidos. Uma primeira coisa, uma primeira impressão é que o ecomuseu tem suas particularidades e esse Ecomuseu da Ilha Grande pode ser considerado uma universidade do povo, não universidade clássica como a Unirio, mas uma universidade do povo o que chamamos na Europa de Universidade popular, uma universidade que trabalha com os saberes do povo, com ajuda dos especialistas externos, mas essencialmente com os saberes do povo. Lembro do Paulo Freire que falava da relação do educador/educado e do educado/educador. Neste caso na Ilha Grande, o ecomuseu, temos uma universidade do povo, quando o povo está ao mesmo tempo educador e educado, professor e aluno trabalhando com seus saberes, sua memória, com o patrimônio local, natural, cultural, material e imaterial, com as memórias, com os objetos ... com o trabalho cotidiano. É importante considerar o ecomuseu como uma universidade com uma situação igual a uma universidade clássica, científica. (Fala do Varine - vídeo dos 10 anos do ECOMIG em 2017).

O que dizer sobre as palavras de Varine? Das suas impressões, mesmo que à distância, salta aos olhos a compreensão das dimensões que perpassam o Ecomuseu Ilha Grande e as suas especificidades. Como a capacidade de articular e mediar o conhecimento da universidade, o saber científico, com o saber local, da comunidade, um processo, como ele afirma, de "co-construção", basicamente unindo especialistas e o povo, tornando-se uma **universidade do povo**.

> A segunda impressão é que o Ecomuseu e tudo que vocês fazem, os moradores, os especialistas, gente do ecomuseu, vocês têm uma responsabilidade de Co-construção coletiva, uma reconstrução de uma sociedade nova, de uma sociedade moderna, uma sociedade criativa. Depois das mudanças que vocês tiveram com o fim do presídio, do prédio, com as mudanças nas atividades econômicas, atividades sociais, a chegada também do ecomuseu, e todas as coisas que fazem e é necessário construir juntos o seu futuro e também nas palavras de Paulo Freire, ser sujeitos de sua vida e é responsabilidade de todos [os] cidadãos morando na ilha e do ecomuseu como ser instrumento não, um instrumento educativo de reconstrução. (Fala do Varine - vídeo dos 10 anos do ECOMIG em 2017).

É importante esse reconhecimento do trabalho conjunto realizado pela equipe do ECOMIG, especialistas e moradores como uma "co-construção", um processo de reconstrução criativo e original. Varine recupera Paulo Freire para explicar esse processo dialético em que todos são sujeitos e protagonistas de sua própria história, uma responsabilidade compartilhada por todos:

> Nesse microcosmo que é a ilha o ecomuseu pode ser considerado como mediador entre a gente e seu patrimônio e o seu futuro. Gosto do termo mediador, os mexicanos falam facilitador, então o papel do ecomuseu [é] como mediador / facilitador deste microcosmo da ilha. É uma experiência única, e uma experiência que pode ser uma referência metodológica para outros museus não das ilhas, mas outros museus com microcosmo isolados, [que] tentam criar seu futuro com suas mãos e recursos intelectuais e mentais, com sua criatividade, sua energia, sua força. Na minha impressão é exatamente o que o ecomuseu e toda a ilha grande são, estão realmente uma referência para os Ecomuseus do Brasil e museus comunitários do Brasil e da América latina que tem situações... São só ideias, mas uma outra coisa que na minha opinião é importante para esse ecomuseu e todos os ecomuseus e museus comunitários em comparação ao museus tradicionais com os especialistas museólogos, museógrafos e aquelas exposições com uma coleção conservada nas reservas do museu, o acervo conservado cuidadosamente pelo museu; não é o caso do ecomuseu que trabalha com o patrimônio vivo então as exposições são realmente co-construidas; gosto da palavra Co-construção porque é realmente a imagem importante pelos Ecomuseus particularmente as exposições organizadas pelo ecomuseu, por vocês estão em processo, a questão não é da abertura, da inauguração do Ecomuseu com gente que vem e montam uma exposição porque o que é importante é todo o processo, os meses, talvez anos, de preparação da exposição de tudo que acontece, as interações entre os atores quer os habitantes, quer os especialistas, pesquisadores, museógrafos, esta criação coletiva um objeto do ecomuseu, uma exposição é um passeio do reconhecimento de uma parte da reserva quer uma festa, todas essas ações que recorreram dos meses passados com as rodas de conversa de memória, as negociações com os proprietários dos objetos,

> a associações de saberes, objetos e de memórias que fazem a exposição é realmente um trabalho ecomuseal típico de todos os ecomuseu e obviamente no Ecomuseu Ilha Grande, são essas pequenas palavras (Fala do Varine - vídeo dos 10 anos do ECOMIG em 2017).

O ECOMIG é um mediador, um facilitador, um provocador. A partir de suas práticas junto às comunidades na Ilha Grande - seu microcosmo -, parece estar se constituindo num caso singular que pode se tornar referência para outros museus no Brasil e no exterior. Na construção do seu acervo, coleções, exposições, mas especialmente nas atividades realizadas de caráter educativo não-formal (e também formal), o Ecomig tem buscado a participação, a incorporação dos moradores, a sua integração. A partir do seu microcosmo, mesmo que essa tenha sido a sua intenção inicial, o conjunto de ações desenvolvidas pode servir de exemplo para o desenvolvimento de outras experiências, respeitando as peculiaridades de cada processo em si. Por fim, Varine afirma que além, da sua origem enquanto museu universitário, o Ecomuseu Ilha Grande realiza o trabalho típico de todo e qualquer ecomuseu, sendo, portanto, efetivamente um ecomuseu.

Neste sentido, ao analisarmos o processo de constituição do ECOMIG, problematizar sua conceituação, estruturação e agentes envolvidos percebemos que este é um importante exemplo de dinâmica de formação de Ecomuseu no Brasil, ressaltando suas especificidades a partir das relações que são criadas em torno do patrimônio, território e comunidade local, comprovando que não importam suas origens e vinculação institucional: o Ecomuseu só tem ou terá sua razão de ser quando reconhece suas fraquezas e ameaças, ao mesmo tempo em que identifica suas potencialidades e oportunidades. É nas adversidades que descobrimos a força e importância que o Ecomuseu tem para a comunidade, demostrando assim que este modelo de museu está em processo continuo de reconstrução, e cada um que passa por ele deixa sua marca e contribuição, fazendo do Ecomuseu Ilha Grande uma sinfonia museológica orquestrada pela harmonia entre teoria e prática.



Figura 298 – Roda de Conversa com a comunidade – Ecomuseu Ilha Grande

CAPÍTULO 4

O Processo de Musealização do Ecomuseu Ilha Grande

4.1 - Caracterização da Comunidade da Vila Dois Rios

A comunidade da Vila Dois Rios é composta por antigos funcionários do presídio, ex-presos e seus familiares. Atualmente tem 98 pessoas, distribuídas em 32 famílias, sendo 41 mulheres e 40 homens, além de 17 crianças de 4 a 12 anos[239]. Essa comunidade tem uma caraterística peculiar, definida por uma memória prisional que marcou a vida de todos os que viveram e que vivem até hoje no local. A herança da memória prisional foi passando para as novas gerações, o que faz com que os jovens e as crianças “absorvam” as histórias e as contem para seus filhos e netos, mesmo não tendo vivenciado esse período.

Dentre as famílias destacamos três que são consideradas as matrizes e as mais antigas desta comunidade. Entre elas também ocorrem relações de parentesco a partir da realização de matrimônios. A maior é a família do Sr. Cantuária, antigo chefe de segurança do presídio, que tem 12 filhos e hoje 10 netos. Chegou à Ilha Grande em 1975 e foi morar na vila Dois Rios em 1987. Atualmente o Sr. Cantuária é pastor na Igreja Assembleia de Deus, implantada por ele em 07 de julho de 2007. É interessante perceber que ele foi chefe de segurança e disciplinador do presídio e como pastor continua a “disciplinar” a comunidade nas crenças, modos de vestir, se comportar e viver. Os filhos vivem na Vila Dois Rios e trabalham na UERJ, tanto no CEADS como no ECOMIG.

Figura 299 – Família do Sr. Cantuária



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Outra família é da Dona Neneca, conhecida como a única caiçara legítima na vila e que viveu durante todo o período do presídio. Seu marido era guarda e seus sete filhos em sua maioria vivem na Vila Dois Rios e trabalham na UERJ e em órgão

[239] Dados obtidos em levantamento realizado pela Universidade em 2017.

ambiental. Atualmente, Dona Neneca é aposentada e cuida da igreja católica da vila, organizando as missas e eventos junto aos Freires e ao CEADS.

Figura 300 – Família da Dona Neneca



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Dentre as várias famílias da vila, apenas uma única descende de um ex-preso, Sr. Júlio de Almeida - que chegou preso na Ilha Grande em 1958 e teve sua liberdade em setembro de 2014. Durante o período prisional ganhou casa para morar com sua família, o que representava um grande destaque e não apenas por bom comportamento, mas principalmente por seu bom relacionamento com os ex-diretores do presídio. O Sr. Júlio transformou-se de um contador de história da época do presídio em patrimônio da Vila Dois Rios - e ficou conhecido em vários países do mundo através de suas entrevistas. Era a principal pessoa de referência dentro da comunidade, pelas memórias, histórias, conhecimento local, saberes e por ser guardião de grandes segredos. Uma observação interessante: seus três filhos atualmente trabalham como vigilantes da empresa de segurança contratada pela UERJ, cuidando da Vila Dois Rios.

Figura 301 – Família do Sr. Júlio de Almeida, filhos e netos



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

De forma geral e resumida, destacamos a seguir alguns pontos que caracterizam como a comunidade se organiza.

Sobre a religião, atualmente a comunidade na sua maioria é evangélica e isso acontece pelo pastor ter a maior família na Vila Dois Rios, além de organizar frequentemente cultos que facilitam o acesso e que constituem um meio para a aceitação de membros dentro da comunidade. Cabe lembrar que existe uma igreja católica em Dois Rios, dedicada a Nossa Senhora Mãe dos Homens, com peças do século XVII e onde acontecem missas a cada segundo sábado do mês, oficiadas pelos frades que atuam na Ilha Grande. A família de Dona Neneca fica com a chave, cuida da igreja e articula junto ao CEADS as missas com os padres e eventos católicos. Além disso, há alguns poucos que assumem de modo discreto ser adeptos das religiões de matriz africana; mas, pelo preconceito, nem sempre o admitem.

Em relação à matriz cultural, encontramos aqueles que se definem como caiçaras por terem nascido e por morarem na Vila Dois Rios há anos. Outros têm orgulho de dizer que são caiçaras e desenvolvem algumas práticas como traços identitários - cozinhando o peixe com banana, realizando a prática da pesca, vivendo e trabalhando na Ilha Grande. Algumas práticas desse modo de ser caiçara permanecem ou são apropriadas pela comunidade de Dois Rios com o valor de traços identitários e enquanto forma de permanência no local, como cultura tradicional que é reconhecida também no âmbito político e cultural.

A vida social acontece no bar da Tereza e do Sr. Hotair, que era a antiga cantina do presídio e que permanece funcionando até hoje. É um dos dois lugares de comércio que permanecem na vila e tem autorização para tal, de acordo com o termo de cessão. O outro bar é o da Eliane, que o herdou do seu pai - ex-funcionário do antigo presídio, e que permanece até hoje como restaurante.

A comunidade possui uma Associação de Moradores, criada em 1994 com o objetivo de ajudar a comunidade. Durante a última eleição houve uma disputa e conflito entre duas chapas, e encontra-se em processo na justiça para a definição se a antiga gestão permanece ou se assume a nova chapa. Até então os moradores locais consideram que existem duas diretorias: uma, daqueles que “não tem voz”; e a dos que sempre permaneceram na gestão. A comunidade percebe algumas lideranças que se destacam por ajudar na resolução dos problemas cotidianos; a maioria faz parte das diretorias das duas associações.

A vida econômica de Dois Rios esteve por muito tempo associada à dinâmica do presídio e após a sua desativação as condições de trabalho ficaram precárias: os moradores passaram a viver de comércio informal na beira mar, como venda de alimentos e bebidas para turistas, além de usar seus barcos ou lanchas para realizar

passeios com os turistas; alguns complementam os rendimentos com a pesca a partir do chamado “cerco” (ver cap. 03 desta Tese). Com a chegada da UERJ, foram oferecidos empregos de acordo com as demandas da universidade no local. Os cargos no CEADS são: Administrador, auxiliar técnico Administrativo, Agente de segurança, Agente patrimonial, motorista, cozinheira, auxiliar de cozinha, serviços gerais/limpeza interna, serviço gerais/limpeza da área urbana, serviço gerais/manutenção da estrada, lavadeira, eletricista, técnico de refrigeração, pedreiro, auxiliar de pedreiro, bombeiro hidráulico, encarregado. No ECOMIG os cargos são: administrador, serviços gerais, mediadoras, jardineiro, auxiliar de limpeza. Além dessas ocupações fixas, alguns moradores são contratados por pesquisadores para serviços eventuais de guias às equipes em trilhas específicas, como mateiros, ou para monitorar equipamentos e auxiliar em projetos de extensão e pesquisa.

As pessoas moram nas casas em que viviam na época do presídio: residências destinadas aos funcionários para que pudessem morar com suas famílias, por ser um lugar isolado. A estrutura arquitetônica permaneceu a mesma: as ruas tem o nome de cada estado do Brasil e o perímetro urbano é composto por três avenidas, seis ruas, uma travessa e duas estradas “trilhas”. São elas:

- Estrada Vila Dois Rios - que liga à Vila do Abraão, com cerca de 12 km. Não é pavimentada e a sua manutenção é realizada com extrema dificuldade, por funcionários da universidade. Devido ao seu traçado e às chuvas fortes que caem na região, o processo de erosão é bastante intenso, o que dificulta a circulação tanto de pessoas como dos veículos oficiais. Essa estrada é a principal utilizada pela comunidade todos os dias, com transporte em dois horários, pela manhã e tarde;
- Estrada pela vila Dois Rios para a praia da Parnaioca, atualmente muito frequentada pelos turistas para acampar;
- Avenidas São Paulo e Rio de Janeiro;
- Rua Amapá - é a rua onde são encontradas as ruínas do antigo presídio e o prédio do CEADS/UERJ. No final dessa rua fica o acesso ao sistema de abastecimento de água da comunidade, a cachoeira da Mãe D’agua;
- Rua Pernambuco - é a maior rua da comunidade e leva até a praia da Vila Dois Rios, muito utilizada pelos moradores;
- Ruas Espírito Santo, Amazonas e Rio Grande do Norte - também sem pavimentação, mas onde há muitas pessoas morando;
- Rua Paraná – onde está situada a antiga escola da comunidade e onde ficam os funcionários da UERJ que vêm do Rio de Janeiro;
- Rua da Barra - não tem moradores e dá acesso ao Rio Barra Pequena;
- Travessa Mangueira - não existe moradia no local, mas funciona como passagem e tem muitas mangueiras plantadas.

A vila também possui quatro praças públicas:

- A praça Cândido Mendes, que é localizada defronte ao antigo presídio, hoje Museu do Cárcere, com um obelisco ao centro e é a principal da vila;

- Praça Guadalajara, localizada à esquerda da avenida Rio de Janeiro, um local aprazível, mas que se encontra tomado pelo mato, a partir de uma tentativa equivocada de “replantio” realizada pelo INEA há alguns anos;
- Praça Major Oswaldo da Silva, situada na entrada da Vila;
- Praça do Chafariz, que ficava situada entre o Casarão onde ficavam os diretores do antigo presídio e a praia.

Essas praças não são usadas pela comunidade, em parte por estarem tomadas por mato; e são lembradas por todos com saudosismo. O patrimônio público existente na Vila Dois Rios é formado no total por 64 imóveis, em sua maioria, habitados pela comunidade.

Figura 302 – Residências da Comunidade da Vila Dois Rios



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Em relação à saúde, a comunidade conta com a Unidade Básica de Saúde Márcio Tadeu Ribeiro Francisco e possui algumas salas que deviam funcionar como setor administrativo, consultório médico, consultório odontológico, uma sala de repouso e tratamento e outras dependências como banheiro, cozinha. Mas a maioria não está ocupada, pois a Secretaria de Saúde de Angra dos Reis alega que não se justifica uma equipe médica no local, pois o número de habitantes é reduzido e já existe no Abraão uma Unidade Básica de Saúde. Com isso, os moradores são atendidos por uma enfermeira concursada da UERJ – Luana Maria Ribeiro de Lira, que desenvolve ações de prevenção da saúde da família e realiza acompanhamento de cada indivíduo. O médico visita a vila uma vez ao mês para realizar as consultas. Em casos de emergência os moradores são levados até a UBS do Abrão e, dependendo da gravidade, são encaminhados para o hospital de Angra dos Reis, no continente.

Sobre a educação, a Vila Dois Rios contava com a Escola Estadual Padre Júlio Maria, mas após a desativação do presídio, devido à falta de transporte até a localidade - para os professores, a merenda escolar, os materiais didáticos e os equipamentos - o funcionamento da escola foi inviabilizado e esta terminou sendo fechada. Há uma escola

no Abraão, e a Secretaria de Educação indicou que as crianças fossem transferidas para estudar lá, o que dificultou a vida das pessoas. A população de Dois Rios em sua maior parte tem como escolaridade o ensino fundamental completo. Atualmente, com os cursos oferecidos, algumas pessoas têm o ensino médio completo e três pessoas estão fazendo curso superior à distância. O ECOMIG desempenhou um papel fundamental na melhoria desse processo educacional. As crianças estudam na Escola Brigadeiro Nóbrega, no Abraão, e sempre participam das atividades do CEADS e do ECOMIG. Brincam na praia, no mar, na quadra e no recém-criado “Parquinho Feliz”; algumas andam de bicicleta. Os mais jovens trabalham na Brigada Mirim ou no ECOMIG.

Sobre a organização judiciária e segurança, em Dois Rios não existe posto de polícia militar, polícia civil e nem corpo de bombeiros. A segurança é realizada por guarda patrimonial, supervisionada por agentes de segurança da UERJ.

Durante as entrevistas dividiu-se a comunidade em três gerações, para melhor análise das histórias e memórias que ainda são muito presentes na Vila Dois Rios. A primeira geração é constituída por aqueles que trabalhavam no presídio, os antigos funcionários. A segunda geração são seus filhos, que também viveram na época, mas enquanto crianças. E a terceira geração, são os mais jovens - que não viveram no período, mas descendem daqueles que têm essas memórias e que trabalham atualmente no ECOMIG, além das crianças. Citamos um exemplo referente a cada geração.

Como exemplo da primeira geração destaca-se a história do Sr. Pedro dos Santos, que nasceu na Ilha Grande, na vila de Provetá, em 29 de julho de 1940. Chegou à Vila Dois Rios no final de 1965. Tinha um concunhado que foi chefe de segurança do antigo presídio e o convidou para trabalhar como operador eletricista na usina; e a partir de 1969 dirigiu a pesca por 18 anos; foi para a polícia militar até o término do presídio.

> A vida no presídio era uma vida normal; quando eu cheguei aqui os presos trabalhavam, respeitavam as autoridades, tinha o trabalho de limpeza da vila, conservação de estrada, na cozinha, refeitório, padaria, alfaiataria; até a faxina geral do Abraão quem fazia eram os presos. E a convivência nossa com os presos era das melhores, o preso que faz o problema - se ele é um preso bom ele vai ter uma vida boa na cadeia se ele é um preso mau ele só vai viver no castigo e vai tornar difícil para ele. A maioria trabalhava, saia do presídio às 7h da manhã, todos para trabalhar; chegava na galeria não tinha quase ninguém; uma parte ingressava às 11h e outra 16h da tarde. A nossa convivência na vila era muito boa, os presos faziam tudo, a vila era toda organizada, tudo bonito, pintadinho, limpo. (Entrevista realizada com Pedro dos Santos no dia 15 de abril de 2018)

A maioria das lembranças do Sr. Pedro está relacionada com a época do presídio: ele lembra com saudosismo o período em que trabalhou na cadeia, a

experiência na chefia da pesca, as relações com e entre funcionários e os presos, as boas lembranças que viveu com sua família e o que o presídio oferecia; e de como a vila era bonita e organizada, referindo-se às mudanças atuais após o término do Instituto Penal Candido Mendes. Observamos que as pessoas entrevistadas e que classificamos como da primeira geração, em sua maioria lembram com saudade do período do presídio na Vila Dois Rios; e tem uma visão positiva de um lugar mais organizado e das boas relações entre a comunidade: na maioria das falas aparece a afirmação “mais unida”, comparando com a situação atual da comunidade.

Como exemplo da segunda geração registramos a história de Eliana Neves da Silva, que nasceu em 01 de fevereiro de 1972 em Angra dos Reis, pois a mãe não costumava ter filho com parteira, então na hora do nascimento foi até Angra e no outro dia retornou a Dois Rios. Por isso, ela considera que nasceu e foi criada em Dois Rios. Os pais nasceram em Caxadaço, na Ilha Grande - e seu pai veio a Dois Rios trabalhar na usina do antigo presídio, que gerava energia para a vila e o Abraão na época.

> Eu sou nascida e criada aqui em Dois Rios. Meu pai e minha mãe nasceram em Caxadaço e meus avós prestavam serviço na época que aqui era fazenda de café; trabalhavam na roça, aí a família continuou na ilha e quando gerou emprego através do presídio meu pai veio trabalhar aqui. Eu vivenciei a época do presídio, era normal para a gente, não fazia muita diferença porque a gente estudava no colégio e tinha também filhos de presos que tinham bom comportamento e moravam aqui; todos tinham funções na vila, uns trabalhavam na pesca outros na garagem, na padaria, então a gente foi criado junto. Tive uma infância muito boa, a gente tinha dois parquezinhos - um era na parte da pracinha e o outro perto da companhia que tinha os brinquedos para gente. Meu dia a dia aqui era normal, eu ia para a escola, depois da escola brincava como toda criança normal; e a gente convivia com os filhos dos presos também. Convivíamos com padrões de vida diferentes por sermos filhos de funcionários e eles filhos de presos, tinha umas pessoas que tinham separação, mas com a gente não tinha isso não, porque meu pai não se preocupava com isso, ele sempre nos deixou à vontade nas amizades. Eu comecei a trabalhar com meu pai na mercearia aos 12 anos; no início era dentro do presídio e depois passou a ser fora, depois ele faleceu e eu continuei até hoje tocando como restaurante. (Entrevista realizada com Eliane Neves no dia 12 de abril de 2018)

É interessante perceber que a maioria das lembranças de Eliana está ligada ao sentimento positivo que remete ao presídio: traz a visão da infância, de quando era criança na Vila Dois Rios. Conta das relações com os filhos dos presos que se tornaram amigos, apesar das diferenças sociais naquele contexto; e que permanecem mantendo a amizade até hoje, tanto que foi realizado em 2017 em Mangaratiba o “1º Encontro dos Amigos de infância de Vila Dois Rios”. E em novembro de 2018 foi realizado o 3º encontro no Museu do Cárcere, na própria vila - e a proposta é que permaneça uma vez ao ano um evento de reencontro dos filhos de antigos presos e ex-funcionários da época do presídio, no intuito de reviverem as memórias e contar suas histórias. As pessoas da

segunda geração, em sua maioria, viveram na época do presídio ainda crianças - e referem-se, assim como os da primeira geração, às memórias felizes que retratam a infância, as brincadeiras e as relações com os presos e seus filhos daqueles que constituíam a população da vila Dois Rios. As tensões que apareceram na maioria das falas foram sobre a ausência de alguns presos quando eram mortos, ou quando iam com os mesmos no transporte, mas a maioria lembra das coisas boas e da vila bonita e segura.

Como exemplo da terceira geração iremos citar a história de Emanuela Pimenta da Silva, que nasceu em Angra dos Reis em 24 de dezembro de 1996. O pai dela veio para Dois Rios trabalhar no presídio como policial militar e posteriormente virou chefe de segurança, conheceu a mãe que era nativa da Ilha Grande, casou e teve com ela 12 filhos, sendo ela a caçula.

> O pai conversa com a gente, ele reuniu a família e começa a conversar com meus irmãos que também viveram aqui na época do presídio. Aí ele conta para gente de quando trabalhava aqui. A lembrança que eu tenho aqui é que era uma vila muito movimentada, né, então a gente vivia na rua brincando quando era criança. Às vezes eu tenho umas curiosidades sobre como era aqui, e aí eu falo para ele, poxa pai, como que foi isso? Pergunto às vezes sobre como surgiu o comando vermelho aí ele vai falando. Eu sou filha de um policial militar que trabalhou aqui, aí eu vou ter um filho e eu vou querer que ele também tenha essa história. Eu não vivi na época do presídio, mas eu participo do Ecomuseu, eu trabalho aqui, então eu vou passar para ele as histórias daqui do presídio e do Ecomuseu, né? (Entrevista com Emanuela Pimenta no dia 14 de setembro de 2018).

A partir do depoimento de Emanuela, podemos perceber que a memória sobre a época do presídio continua sendo passada para as novas gerações. Podemos perceber isso pelas reuniões na família para relembrar episódios e histórias vivenciadas por seu pai e seus irmãos. Mesmo que não tenha vivido na Vila Dois Rios no período prisional contado por sua família, ela tem curiosidade de saber as coisas que aconteceram no presídio, como é o caso do comando vermelho, que citou - uma das facções mais conhecidas e criminosas do país. Essas curiosidades surgem principalmente por trabalhar como mediadora no Museu do Cárcere e receber turistas que também têm interesse sobre a temática e a história do lugar. Cabe destacar a parte em que ela se refere ao Ecomuseu, dizendo que não viveu na época do presídio, mas como trabalha no Ecomuseu ela vai poder passar para os seus filhos as histórias do lugar, do que ela ouviu da sua família sobre o presídio e principalmente a sua experiência dentro do ECOMIG. A fala de Emanuela comprova que o papel do ECOMIG é essencial para a manutenção e preservação das memórias tidas pela comunidade como as mais importantes e preciosas da Vila Dois Rios. A terceira geração incorpora, assim, as memórias prisionais contadas por suas famílias, que vivenciaram o período e

as transmitem aos seus filhos. Essa geração vive atualmente um período positivo de perspectivas de trabalho e de futuro na UERJ, a partir das oportunidades que são oferecidas pela universidade. A memória do presídio vai dando lugar a novas memórias - aquelas em que o Ecomuseu Ilha Grande é o guardião das lembranças mais importantes para o futuro das novas gerações.

> Todo indivíduo e toda comunidade tem direito à memória, ou seja, à preservação, à transmissão e à continuidade do significado de todas as coisas consideradas relevantes para estes grupos. A memória identifica o grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro (RANGEL, NASCIMENTO JUNIOR, 2015, p. 301).

A comunidade da Vila Dois Rios faz questão de que essas memórias permaneçam no tempo, pois são elas que a sustentam, são elas que a fazem ser importante e diferente das outras vilas da Ilha Grande. São elas que a fazem ter identidade – ser, como muitos disseram, uma comunidade guerreira, que apesar das dificuldades mantém vivas essas memórias, repassando as histórias e experiências que viveram nesse período, citado pelo morador Maxie como sendo muito positivo: “minha maior felicidade é ver meu filho brincando na praia que eu brinquei e contando o que foi aquele prédio ali” - referindo-se às memórias felizes, ao apego ao território em que vive e à felicidade de poder dividir com seus filhos e netos a lembrança que “não deixa a nossa história morrer”.

A convivência com a Comunidade da Vila Dois Rios nos permitiria contar inúmeras e diferentes histórias, porém estas não caberiam em um capítulo. Diante disso, dentre os vários membros da comunidade, destacamos dois casos interessantes de analisar: o de Kely Almeida e o de Valdir Martins, que são situações parecidas e ao mesmo tempo contraditórias, ambas essenciais nas relações com a comunidade.

Kely Cristina Souza Magalhães de Almeida nasceu no Pará em 19 de novembro de 1978 e seu contato com a Vila Dois Rios iniciou-se ainda jovem, quando ia passar as férias e feriados na casa da sua tia, que era antiga agente penitenciária do presídio. Em 2002, a tia a convidou para trabalhar na UERJ ela aceitou o convite e veio morar na Vila Dois Rios com seus dois filhos, Bruna e Gabriel; logo casou e constituiu uma família com seu marido Júlio, tendo mais dois filhos, Júlia e Hadassa. Passou cinco anos em busca de emprego e apenas em 2007 começou a trabalhar na biblioteca do CEADS, aos domingos, como recepcionista do museu; e posteriormente passou para a secretaria do CEADS. Em 2016, assumiu o principal cargo da UERJ na Ilha Grande, como administradora do CEADS.

> No começo, quando assumi essa função, disseram: ela vai fazer todas as vontades da comunidade, mas não é isso. Como moradora é lógico que eu consigo ver as necessidades do pessoal. Aqui na UERJ eu me vejo uma representante da comunidade, assim como a associação de

> moradores, pois eu posso enxergar as necessidades da comunidade e passar para a UERJ e tentar melhorias. É muito difícil ser comunidade e ser UERJ, eu tenho que saber dividir - tem horas que eu não posso fazer certas coisas para a comunidade e isso me entristece. Eu vesti a camisa da UERJ, do CEADS, disso daqui eu gosto muito, muito do meu trabalho. (...) Quando me convidaram, eu sempre vi que realmente é muito difícil e agora com essa crise, a dificuldade, a gente não faz porque não quer. Agora eu consigo ver, vejo a comunidade reclamando, mas agora eu estando aqui eu consigo ver a dificuldade que é de o poder público também conseguir as coisas, conseguir o dinheiro para investir, eu vejo o esforço dos profissionais, pesquisadores em fazer projetos para conseguir recursos para cá, a professora Sonia Barbosa, a mobilização para manter esse centro de pesquisas e, lógico, vocês do Ecomuseu. (Entrevista com Kely Cristina no dia 13 de abril de 2018).

Kely é um caso interessante de superação, conquista e de mostrar para a comunidade que um cargo de importância pode ser assumido por membros do próprio grupo. Ao afirmar “vestir a camisa da UERJ”, quer dizer que apesar de ser moradora e entender as necessidades da comunidade e querer ajudar, o que irá prevalecer será o interesse da universidade, o que muitas vezes a entristece, apesar do esforço que tem feito para beneficiar a todos. Conforme mencionou, é muito difícil e complexo ser da comunidade e representar a Universidade na Ilha Grande: ela tem uma série de problemas e conflitos diários por ser responsável pela logística e principalmente pelo transporte, um dos maiores motivos de tensão junto à comunidade, devido às diferentes demandas e precariedade dos veículos.

Outro caso interessante e parecido com o de Kely é o de Valdir, que faz o movimento contrário nas relações dentro da Vila Dois Rios. Valdir Martins Rodrigues tem 49 anos, nasceu em Minas Gerais e chegou à Vila Dois em abril de 2015 para assumir a função de administrador do ECOMIG, com a tarefa de administrar os museus e a equipe. A princípio participava de uma escala de trabalho e depois gostou tanto do lugar e da comunidade que resolveu morar com seus filhos.

> Mesmo eu estando aqui, eu sou funcionário da UERJ - é o que me mantém aqui, que faz com que eu consiga continuar aqui e dentro da comunidade; mas, às vezes eu esqueço que sou UERJ, eu sou comunidade. Já teve morador que veio falar comigo, eu gosto de andar descalço, de bermuda, eu fico natural, um caiçarazinho - então a pessoa falou assim para mim, Valdir presta atenção, cara, você é administrador, olha a tua roupa - tem que colocar uma calça. Mas, eu acho que não é por ai, não é a roupa que importa, eu sou eu, a essência está aí, eu gosto da comunidade, eu acho que todo mundo aqui tem algo para somar à comunidade e de repente eu posso ter uma facilidade de fazer coisas e tento fazer para a comunidade, o que outras pessoas muitas vezes não têm - esse propósito - e eu tenho esse objetivo de ver a comunidade melhor, de ver mais junta, de fazer algo principalmente pelos jovens e crianças da comunidade; a vantagem é essa, que eu tenho um suporte da universidade para isso, e eu quero aproveitar isso, agarrar com unhas e dentes o que eu poder trazer para essa comunidade. Nós temos aqui cada dia uma coisa nova, sempre tem obstáculos ou vento que sopra contra, mas a gente

> tem que saber absorver isso, trabalhar e lidar com isso. Eu tentei ser eu e minha relação com a comunidade é muito boa: eu até me sinto hoje na comunidade como se morasse aqui há muito tempo, a gente fica sabendo de muita coisa e se envolve em muita coisa e hoje tudo que eu penso, eu penso em fazer com a comunidade. (Entrevista com Valdir Martins no dia 15 de setembro de 2018).

Este depoimento comprova como o administrador do ECOMIG na ilha acabou se incorporando à comunidade da Vila Dois Rios, tanto que há momentos em que ele não sabe mais diferenciar e até esquece que é funcionário da UERJ, a ponto de dizer ser um “caiçarazinho” por se sentir como um nativo, como alguém que conhece a todos, bem como os problemas e demandas que surgem. Ele faz inclusive planos para trazer melhorias para a comunidade e aproveitar a função que desempenha na universidade para beneficiá-la.

Os dois casos citados são muito interessantes de analisar: por um lado, a visão de alguém da comunidade que alcança o cargo mais alto representando a UERJ no local e tendo que lidar com novas relações junto à comunidade e aos interesses da universidade, afirmando ser UERJ; por outro, um administrador representante da UERJ que vem atuar na vila e termina morando e vivendo em Dois Rios, trazendo sua família e querendo dividir os problemas, conquistas - e que abraça a comunidade, afirmando pertencer a ela. São dois movimentos contrários com diferentes visões que enriquecem a experiência vivencial do ecomuseu, ou seja, é nesse território que acontecem os processos de sensibilização, apropriação, difusão e valorização dessa comunidade para consigo mesma, seu território e patrimônios. São as relações criadas nesse território entre a UERJ e a comunidade que fazem com que essa Vila Dois Rios tenha sua riqueza e peculiaridade. São essas diferentes dinâmicas de relações que crescem e se fortalecem em meio aos problemas, dificuldades, amizades, conquistas, trabalhos que os unem em prol de um bem comum, e garantem a permanência do que podemos considerar hoje como a comunidade da Vila Dois Rios, transformada num todo onde não há diferenciação entre UERJ e comunidade - pois a comunidade trabalha e já é UERJ; e a UERJ, como vimos, já é comunidade desde que assumiu a vila e aceitou sua permanência. Em alguns momentos isso fica perceptível quando usam o mesmo transporte para se locomover; na falta de energia, ou nas relações de amizade, de namoro e até casamento. A verdadeira comunidade da Vila Dois Rios é aquela que se reconhece nas diferenças e nas relações de igualdade que a unem.

Dentre as pessoas identificadas como **líderes da comunidade,** com atuação positiva local destacam-se:

- Ezequiel – presidente da Associação de Moradores da Vila Dois Rios, tido por alguns como um articulador político externo para trazer benefício para a comunidade, apesar de passar mais tempo no Rio de Janeiro do que na vila;

- Valdir – Administrador do ECOMIG na Ilha e morador da Vila Dois Rios, que foi morar na vila no intuito de representar o ECOMIG a nível administrativo e que terminou virando parte dessa comunidade, vivenciando na pele as dificuldades enfrentadas e alegrias conquistadas. É um personagem “popular” dentro da comunidade, que sempre fala com todos e ajuda nas demandas diárias, além de articular diretamente com a direção do ECOMIG e outros órgãos da UERJ (campus Maracanã) para trazer benefícios para a comunidade;
- Marco de Paula - conhecido como “Marquinhos”, é supervisor de segurança e tem a função de coordenar os vigilantes que trabalham na Vila. Foi um dos mais citados. Atualmente é vice-presidente da Associação de Moradores e ajuda como motorista da comunidade, transportando as pessoas até o Abraão. Conserta carro, ajuda na manutenção da estrada e na falta de energia, ou seja, atua nas questões práticas do cotidiano;
- Jesiel – Atualmente vice-presidente da Associação de Moradores, trabalha na função de vigilante da UERJ, é artesão no ECOMIG e atua como propagador de boas ações em benefício da comunidade, como a criação do “Parquinho Feliz” para as crianças, a melhoria da quadra, pintura dos postes, montagem da árvore de natal e outros;
- Barrinho - trabalha como contratado pela prefeitura de Angra, fazendo a coleta de lixo dos moradores e ajuda nas demandas cotidianas da Vila Dois Rios;
- Edervaldo - trabalha como bombeiro hidráulico da UERJ e atua como motorista, transportando a comunidade até o Abraão; conserta carro, ajuda na manutenção da estrada e na falta de energia, atuando nas questões práticas do cotidiano, assim como Marcos de Paula. Disputou a última eleição para a associação de moradores, encabeçando a chapa da oposição e considerando-se o atual presidente da referida associação;
- Julinho – também é conhecido como “capitão do mato” por ter um conhecimento das matas e trilhas da Ilha Grande. Trabalha na função de Auxiliar de Serviços Gerais no ECOMIG e está sempre ajudando nas demandas cotidianas, como a manutenção da estrada e a falta de energia;
- Sr. Hotair - é diretor financeiro da Associação de Moradores da Vila Dois Rios e dono do único ponto comercial da vila, que vende materiais para uso cotidiano, como gás, materiais de limpeza, higiene e alimentos - o que beneficia a comunidade, dada a dificuldade de acesso a esses recursos.

No total foram citados oito nomes de pessoas que têm um perfil de liderança, no sentido de trazer benefícios e trabalhar para a melhoria da comunidade. Percebemos diferentes perfis que, juntos, formam um grupo interessante de atuação na Vila Dois Rios. Sua atuação vai desde a resolução de demandas cotidianas e básicas de sobrevivência no local até articulações com a UERJ e órgãos externos. Sem desejar colocar rótulos, foi possível traçar quatro perfis de liderança que são reconhecidos pela comunidade:

- O **articulador político** - como o presidente da Associação dos Moradores da Vila Dois Rios, Ezequiel; e ainda os senhores Hotair e Valdir, nas suas diferentes funções e articulações junto à prefeitura de Angra, UERJ, INEIA, Parque Estadual da Ilha Grande e escolas;

- O **agenciador comunitário** - que resolve os problemas cotidianos da comunidade como transporte, manutenção de estradas, falta de energia; e se articula com a própria comunidade e outras instituições e organizações comunitárias. É o caso de Marquinhos e Edervaldo;
- O **auxiliar de emergências** – como Julinho e Barrinho, vistos como os principais para ajudar nas horas de problemas emergenciais, como um carro enguiçado, se cair uma árvore na estrada que impeça o transporte, na manutenção da estrada, entre outros;
- O **agente comunitário** - que promove melhoria na comunidade criando alternativas efetivas a partir da ação, desenvolvendo atividades e ideias que sirvam de exemplo e multiplicação, convidando mais pessoas a desenvolver benefícios de ordem comum, como a criação do "Parquinho Feliz", a melhoria da quadra, pintura dos postes, montagem da árvore de natal. É o caso de Jesiel.

Embora a lista de líderes comunitários de Vila Dois Rios seja integrada apenas por homens, vale registrar que duas moradoras se consideraram lideranças: Kelly, que se vê como uma articuladora para a comunidade junto à UERJ; e Marilene, que trabalha como vigilante do ECOMIG e integra a diretoria da Associação de Moradores, cuida da igreja católica junto com sua mãe e tem o desejo de ser um dia presidente da Associação e administradora do ECOMIG.

Para algumas pessoas a liderança é da Uerj, o que demostra que a universidade tem um papel de responsabilidade e cuidado com toda comunidade, como por exemplo oferecer emprego e transporte. Vale ainda ressaltar que algumas pessoas afirmaram não haver liderança, que seria todo mundo junto. Segundo Varine (1987),

> É preciso, portanto, combinar esforços, inteligências, competências e práticas de numerosas pessoas e lugares. Isto não necessita apenas de uma coordenação ou uma organização, fonte de burocracia, mas somente de uma vontade de seguir na mesma direção e de colocar em comum os achados e as ideias, cada um com sua própria sensibilidade.

Neste sentido, percebemos que todos têm sua importância dentro do processo que constitui a ideia de comunidade. São esses atores que fazem a diferença para que seja possível morar na Vila Dois Rios. Como Varine destaca, cada um com sua sensibilidade, é isso que vai efetivar a prática comunitária e poderá levar ao desenvolvimento integral. Nada melhor do que a própria comunidade para falar dela mesma, como se definem os atores e como vêem as relações que fazem deles a comunidade da Vila Dois Rios. O que faz muitas dessas fontes se tornarem legítimas e autênticas é quando os verdadeiros integrantes dos grupos falam de si mesmos. Isso não desmerece os estudos realizados por pesquisadores e cientistas**.** Mas, por mais que se tente falar sobre uma comunidade, jamais saberemos o que é ser aquela

comunidade na íntegra, na raiz[240]. Podemos ser acolhidos na vida cotidiana, a momentos, dividir problemas, mas ser o nativo, o caiçara, apenas eles saberão.

Segue abaixo um quadro elaborado a partir das entrevistas realizadas, sobre o que os próprios moradores definem como comunidade; e sobre como qualificam a comunidade de Vila Dois Rios, com seus pontos positivos e negativos:

Quadro 9 - Definição de Comunidade pelos moradores da Vila Dois Rios

Comunidade é:	**Comunidade da Vila Dois Rios é:**
Um grupo de pessoas que vive em sociedade	União
Uma comunidade unida, lutando por alguns ideais.	São pessoas simples da época do presídio.
Onde mora um grupo de pessoas	Guerreira, firme aguentando tudo isso.
Um grupamento de pessoas	Amor
Uma sociedade	Sem definição
São as pessoas unidas	Desunião
Estar todo mundo junto. Ser unido. Um servir ao outro.	Uma comunidade dividida
Uma família grande	Esperança
Um grupo de pessoas que depende de certas coisas, todo mundo junto.	Potencial histórico muito grande
Viver num lugar e tentar melhorar.	Comunidade sofrida
Um grupo de pessoas como nós aqui, mas teríamos que ser unidos.	Capacidade de improvisação
Um grupo de pessoas da mesma localidade, com pensamentos diferentes, mas unidos num bem comum	Respeito
Muito complicado definir	A comunidade mais forte que tem na Ilha Grande
Comunidade é um lugar, pessoas, famílias, sua identidade, daquela comunidade.	São pessoas boas, Ícones como sr. Júlio.
Um coletivo.	Uma comunidade hospitaleira
Um apoiando o outro, servindo, um ajudando o outro.	Amizade, apesar das intrigas.

Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Se fizermos uma análise sobre a definição de comunidade adotada pelos moradores perceberemos que, em sua maioria, seguem a mesma linha de pensamento, referindo-se a um grupo de pessoas que vive em sociedade e divide a mesma localidade, apesar das diferenças, voltados para o bem comum, ajudando um ao outro, numa dinâmica onde o princípio básico é a união. Porém, quando indagados sobre a definição e características da comunidade na Vila Dois Rios, a ideia de partilhar um bem comum e ter união é modificada e as particularidades vão surgindo.

Percebe-se uma nítida diferença entre as definições. Ao abordarem a realidade concreta da sua comunidade, alguns elementos foram destacados: a força da comunidade, o seu potencial histórico, amizade, respeito e união, para uns. Outros

[240] Ver Scheiner, 1995.

preferem enfatizar o sofrimento da comunidade, ao mesmo tempo definindo-a como guerreira. Esses têm como referência o processo de desativação do presídio e o abandono pelo Estado; a dificuldade de acesso, devido à qual ela foi obrigada a buscar formas criativas, desenvolver grande capacidade de improvisação e não perder a esperança. São pessoas fortes, boas, hospitaleiras, que têm como ícone a figura do Seu Júlio. Mas também aparece uma característica, explicitada pela maioria - a desunião.

Quadro 10 – Pontos positivos e negativos da comunidade da Vila Dois Rios, pela comunidade

Comunidade da Vila Dois Rios	
Pontos Positivos	**Pontos Negativos**
O Ecomuseu	Desunião
O turismo	Isolamento
Emprego fornecido pela UERJ	Difícil Acesso
Bem ou mal se ajuda.	Não existe
Pessoas boas, ícones	Tensões fofocas
É uma comunidade hospitaleira	Transporte
Sossego	Está diminuindo, o que ameaça nossa história
Praia limpa	Comunidade Dividida
Sem trânsito	Divergência

Fonte: Quadro elaborado pela autora

A partir do quadro acima podemos tentar nos aproximar ainda mais da visão que cada morador tem sobre a sua comunidade. Como decorrência da avaliação positiva descrita no quadro anterior, nos pontos positivos da vila Dois Rios destacam-se os elementos de que são pessoas boas, hospitaleiras, que se ajudam, que residem num lugar sossegado, tranquilo, sem trânsito, com uma bela praia limpa, com vocação para o turismo. Talvez por procurar valorizar esses aspectos positivos da comunidade e promover o seu bem-estar coletivo, apareça citado também o emprego gerado pela UERJ e, em especial, o Ecomuseu, como um dos pontos positivos identificados pela própria comunidade. Entretanto, ao analisar os pontos negativos citados, destacam-se elementos das dificuldades enfrentadas pelos habitantes de Vila Dois Rios: o difícil acesso, o transporte precário, o isolamento, a redução do número de moradores e da comunidade. Mas o principal, que vai além das citações expressas nessa coluna - mas que apareceu explícito na fala da maioria dos moradores -, é a divisão ou desunião. Para a maioria, embora alguns ainda lembrem histórias e rixas do passado entre pessoas e famílias, a desunião está relacionada à disputa pela associação de

moradores. Disputa equilibrada e com manobras questionadas de ambas as partes; e que dividiu a vila como nunca antes em sua história, ou pelo menos que se tenha registro. Neste sentido, citamos Varine (1987, p.28) que assim define comunidade:

> [como] comunidade designa-se, a partir de critérios endógenos expressos ou não, uma população vivendo sobre um território, consciente das afinidades e das diferenças que caracterizam seus elementos bem como das relações conflituais daqueles com seu meio ambiente, cujo futuro é, ao menos parcialmente, comum.

A partir da citação acima, podemos afirmar que a comunidade da Vila Dois Rios é consciente das suas dificuldades, diferenças e do que a coloca em conflitos, mas também do valor que tem, por seu território, suas memórias e pelo que a identifica enquanto grupo de caiçaras e herdeiros de histórias e saberes passados por antigas gerações e que se estendem para as futuras. Aqui, é interessante perceber a necessidade de manter viva essa memória dentro da vila – o que poderia apontar algumas possíveis justificativas: é o que os mantém vivendo naquele lugar, por questões de identidade, também por necessidade, já que era dali que tiravam seu sustento e mantinham a família: o presídio provia emprego, alimentação, infraestrutura, ruas limpas, transporte; e a Uerj cumpre um papel parecido, ao cuidar da estrada, da vila, oferecer empregos, educação.

É neste lugar onde se sentem importantes, por manter histórias que muitos querem saber, estudar e ouvir. Eles detêm o que nenhuma outra comunidade da Ilha viveu - o poder do presídio e tudo que ele oferecia. A comunidade da Vila Dois Rios surgiu de uma necessidade estatal, saiu das raízes de um sistema complexo e difícil, em meio às tensões e conflitos. Por isso, para alguns moradores é tida como uma comunidade guerreira, pois apesar de todas as dificuldades e mudanças ocorridas, permanece naquele território. Alguns por amor ao lugar, outros pelas relações e amizades criadas; outros, ainda, pelo que o lugar oferece - tranquilidade, natureza, beleza, história e por isso ser o melhor lugar para criar os filhos, conforme citado por alguns; outros pelo emprego, ou por não ter para onde ir. São inúmeras as razões pelas quais essa comunidade permanece fixada no território, desenvolvendo sua rotina e modos de viver.

4.2 - Tensões e Conflitos entre as forças que atuam na Vila Dois Rios

Não podemos deixar de registrar que mesmo uma boa relação também apresenta pontos de conflito. Eles aparecem em toda relação entre pessoas, que podem discordar ou não do que pensam ou acreditam, especialmente num grupo, uma coletividade que divide alegrias, tristezas e problemas mútuos. No que se refere à

comunidade da Vila Dois Rios, há algo muito peculiar que marcou a vida desses indivíduos até hoje: a presença do presidio nas suas vidas – seja como experiência vivenciada quando crianças, como empregados e funcionários do presídio, seja como o próprio preso. Se essas relações já eram difíceis num sistema prisional, pode-se imaginar como foram sendo (re)produzidas, vivenciadas e permaneceram ao longo do tempo. As relações foram crescendo com alguns, se desfazendo por outros, amizades surgiram, outras se desfizeram, novas vidas foram surgindo, mas algo ficou - as memórias que, muitas vezes nem mesmo vivenciadas por alguns, carregam o peso de quem viveu, de quem faz questão de não esquecer o tempo “bom do presídio”, aquele em que o presídio oferecia tudo, atendia a todas as necessidades. Mas isso era uma regalia para poucos, é um dos lados de quem conta a história, porém quem sofria com o sistema prisional traz outra visão desse período.

Na maioria das entrevistas realizadas pudemos observar que o tempo do presídio é idealizado, percebido como muito bom de viver. E constatar que o grupo onde predomina essa percepção é o mesmo que viveu dentro de um território arquitetado para ser uma cidade prisional, pensada para desenvolver um sistema de relações de “conflitos”, conflitos esses que iriam aparecer de diferentes formas. Então, pensar em um sistema prisional, um lugar que seria de segurança nacional máxima, implicaria a necessidade de enfrentar árduos processos de conflitos que a instituição presídio gera desde seu surgimento – entre instituição e seus funcionários, entre os próprios funcionários, entre guardas e presos, entre presos, entre famílias desses presos e funcionários. E entre aqueles que sobreviveram a esses conflitos e tornaram-se em pleno século vinte uma referência, considerados hoje patrimônio da Vila Dois Rios e conhecidos em alguns países, como foi o caso do sr. Júlio de Almeida. Ex-preso, único a ganhar uma casa entre os funcionários e construir ali sua família até falecer. Num lugar onde sentar na mesa do bar com o ex-diretor do presídio e um ex-preso virou algo comum, ainda que respeitoso, como no caso de Sr. Júlio e do Sr. Lupércio, tanto que essa relação e a história de vida deles serviu de base para artigos, livros e um filme.

Se formos tentar descrever quantos conflitos apareceram desde a criação do presídio até hoje, jamais caberia numa tese, pois eles se refazem o tempo todo. Todavia, o que é mais importante é tentarmos perceber e deixar registrada a passagem de um território pensado, criado para o conflito, para a discórdia, para a dor e sofrimento para muitos, lugar de opressão para outros, de disciplina, de ordem, de um lugar feliz para alguns que tinham o privilégio de ser servidos pelos presos, que se transforma em um lugar em que uma comunidade teve que aprender com o abandono das autoridades públicas após a desativação do presídio, e posteriormente aprender a conviver com a universidade e com setores que a identificavam como um estorvo.

Cabe aqui um registro um pouco mais pessoal, diante de tantas contradições expressas num só lugar. Um lugar de trabalho, a princípio como outro qualquer, mas que, de fato, não é igual a nenhum outro - seja pelas dificuldades gigantescas enfrentadas pela universidade pública e que se tornam ainda maiores pela distância, pela dificuldade de acesso, ou pelas necessidades específicas e pelas demandas da comunidade. Como Dois Rios é um lugar fascinante, como ele nos prende, nos faz viajar, nos faz reviver memórias, histórias, sentimentos, revoltas, dor, sofrimento, paz, injustiças, amor e liberdade! Esse é Dois Rios, os rios que desaguam num imenso mar de vida! Esse território se faz e refaz o tempo inteiro como a natureza das suas entranhas, como se torna um palco da vida e da morte, como ser coração que pulsa e um coração que nada fala, como ser bom e ruim, como ser humano e desumano, como ser feliz e triste, como ser eu, você e o outro? Como ser Dois Rios?

Todas essas relações de conflito acontecem na vida humana, nos sistemas criados, no cotidiano de novas e velhas relações. A essência do ser humano é ser inconstante, se recriar, se refazer ao reflexo do seu tempo, espaço e meio de sobrevivência que vai desde o lugar em que vive até aquele mesmo lugar que dá vida para seguir e pensar no futuro. Que se apresenta através das crianças, filhos dos filhos de Dois Rios. Essa nova geração que surge é o futuro desse lugar. Nessas relações entre ecomuseu e comunidade, e dentro da própria comunidade, é criada uma semente do educar, do valorizar o que nos é oferecido e desfrutado, do saber ser grato pelo que temos, do fazer diferente, é se mover, mexer, mudar, ser ativo no processo dessas relações, é simplesmente ser, é fazer, é acontecer, transformar a inércia em movimento, transformar-se.

A proposta é a comunidade pensar no “eu faço”, “eu crio”, “eu imagino” e “eu realizo”, “eu quero melhorar a mim e a minha comunidade”. É essa semente que faz brotar mais frutos. São esses pequenos trabalhos que vão aos poucos irradiando como círculos concêntricos, como uma pedra que é jogada no mar e propaga pequenas ondas, como uma formiga tão estudada por alguns especialistas por sua excepcional organização e trabalho em comunidade, a forma como carrega, mesmo tão pequenina, uma folha pesada, que passa para a outra e outra e outra, até chegar ao lugar em que vive e a divide para a sobrevivência, organização e manutenção da sua comunidade. Assim também acontece com as abelhas que se organizam e cumprem a função dentro do grupo, até mesmo a rainha, como líder, tem uma função, inclusive dar sua própria vida para a manutenção da sua colmeia e grupo. E deste trabalho em equipe é produzido o mais gostoso produto da natureza, o mel, que cura doenças e que surge dessa organização de viver em comunidade. Quando se sentem ameaçadas são fortes,

perigosas e podem até matar, mas se as deixam trabalhar em conjunto produzem esse alimento tão doce como as relações que são criadas a partir da superação de conflitos.

Assim, o Ecomuseu Ilha Grande ressignificou uma instituição nascida para o conflito e a morte, dando lugar à vida, ao pulsante, aquecendo o que está frio, congelado, imbricado numa "cultura de presídio", nas misturas de memórias e histórias. Lembramos que nada muda de uma hora para outra, principalmente quando nos referimos às relações humanas. Tudo é passível de erros e acertos, de positivo e negativo, de mal-estar e bem-estar, ser ou não ser, fazer ou não fazer, criar ou não criar. Mas nada é tão simples, binário ou cartesiano. Existem várias nuances. Ao invés da visão simplista de "preto no branco", temos zonas cinzentas. Reverter o jogo do consciente? Reverter o acontecido em bem comum? Essas relações do presídio acontecem até hoje. Com a chegada do museu isso não seria diferente - e a "cultura do presídio" permanece nas entrelinhas, como algo chocante e bonito ao mesmo tempo. Perguntamo-nos como um lugar tão paradoxal como esse pode sobreviver tanto tempo às relíquias do passado, refazendo o presente e pensando no futuro das novas gerações que estão surgindo. Será essa a cultura que os pais de hoje, da vila, querem deixar para seus filhos? Ou querem deixar o que a maioria chama de paraíso? Isso inclui as coisas boas e ruins.

Mais uma vez retornamos ao conflito. Porque até escrever tudo o que aqui se registra também gera, na autora desta Tese, conflitos. A consciência do nosso lugar como pesquisadora, museóloga e gestora, coloca questões e conflitos inerentes aos papeis institucionais, bem como às relações de poder advindas do conhecimento de fazer e refazer diferentes histórias, com diferentes visões e por diferentes ângulos. Tentamos manter a "neutralidade", o "distanciamento" possível, necessário à pesquisa científica, mas o leitor deve imaginar o conflito que tivemos e temos de enfrentar a todo momento, por respeito a essa comunidade, à instituição e a todas essas relações.

As relações se dão entre duas ou mais pessoas e os conflitos podem começar do individual ou do coletivo – no caso, a comunidade. Vale lembrar que conflitos não devem ser percebidos apenas no sentido negativo, já que muitas vezes é a partir deles que se geram frutos bem positivos. Em Dois Rios pudemos identificar alguns focos de tensão, que eventualmente podem tornar-se áreas de conflito:

Quadro 11 – Pontos de Tensão identificados na Vila Dois Rios, pela comunidade

Pontos de Tensão identificados na Vila Dois Rios
Parque Estadual da Ilha Grande X Cultura Tradicional Caiçara
INEIA/ Parque Estadual da Ilha Grande X UERJ
Comunidade da Vila Dois Rios X UERJ/CEADS
UERJ X Prefeitura de Angra
CEADS X ECOMIG
Entre os membros da própria comunidade da Vila Dois Rios

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Há um senso comum de que viver na Ilha Grande é viver no paraíso. Apesar de ser um lugar lindíssimo e agradável e, na maior parte do tempo, tranquilo, existem vários conflitos que perpassam as relações sociais e institucionais. A cultura caiçara é a mais importante da Ilha Grande. De forma geral, as comunidades caiçaras são definidas de acordo com os estudiosos, que lhes atribuem as características que as identificam: pescadoras, lavradoras, extrativistas, tradicionais, isoladas, autossuficientes, primitivas. Muitos destacam a sua forma de vida integrada com o meio ambiente. Todavia, a transformação da quase totalidade da Ilha Grande em área de proteção ambiental, como Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), impactou decisivamente a forma de vida dessas comunidades. Se antes estavam acostumadas a derrubar diferentes tipos de árvores e arbustos para a fabricação de canoas e remos, construção de equipamentos e utilização como lenha, se dependiam da roça de subsistência, com o plantio da mandioca, hortaliças, milho, cana, se complementavam a sua dieta com a criação de galinhas e porcos, ou com a caça e extrativismo na floresta, após essa restrição promovida pela legislação ambiental todas essas atividades foram proibidas e se tornaram crimes ambientais. A sua forma de vida tradicional estava ameaçada. A sua própria existência material encontra-se ameaçada. A percepção negativa de grande parte da população da Ilha Grande em relação ao PEIG/INEA está diretamente relacionada ao impacto negativo da legislação de proteção ambiental nas suas formas de produção e reprodução da sua existência.

Um paradoxo dessa questão é que havia uma resistência dessas comunidades ao turismo: o turista não era bem visto pelos antigos moradores, era identificado como ameaça ao seu estilo de vida, à sua paz e à preservação do seu lugar. Também não gostavam de se submeter ao trabalho relacionado ao turismo, tanto em pousadas como em restaurantes. Nos últimos anos essa barreira tem sido quebrada e grande parte dos caiçaras hoje vive de atividades relacionadas ao turismo, em especial ao transporte de

turistas em pequenas embarcações. Alguns atuam também como guias nas trilhas pela ilha. Mas outros, diante do isolamento dessas atividades, da falta de perspectiva de melhoria de vida, em busca de emprego, ou de melhor estudo ou horizontes para seus filhos, buscam alternativas que os levam para o continente, seja na cidade de Angra dos Reis ou mesmo no Grande Rio.

Na Vila Dois Rios, primeiro por ter sido uma fazenda por séculos, segundo por ter sido uma colônia agrícola (penal), havia uma larga tradição de lavouras com plantios diversos. Mesmo que não fossem caiçaras e estivessem relacionados ao trabalho na unidade prisional, os moradores se acostumaram com essa oferta de produtos que deixou de existir com a criação do PEIG. Obviamente, o PEIG não era e não é muito bem visto - tanto pelos moradores de Dois Rios como pela comunidade caiçara de toda a Ilha Grande.

Outra questão complexa é a relação entre o PEIG e a UERJ. A criação do PEIG, suas características, abrangência e atuação foram inicialmente resultado de várias pesquisas científicas desenvolvidas na Ilha Grande, por pesquisadores da UERJ, principalmente, além de outras universidades. O Plano de Manejo do PEIG foi uma construção em que a participação dos pesquisadores da UERJ, notadamente através do CEADS, foi fundamental. Entretanto, há uma sobreposição de áreas de atuação que, dependendo do gestor da área de conservação ou do representante da UERJ, revela grandes pontos de tensão e atrito. A área concedida à UERJ pelo Termo de Cessão do governo do Estado do Rio de Janeiro – com inúmeras obrigações a serem cumpridas pela universidade – está situada dentro dos limites do PEIG. Apesar das obrigações decorrentes da cessão, apesar da autonomia universitária e sua responsabilidade, há uma séria limitação na sua atuação. Limitação prevista pela norma, por diversas leis ambientais, mas, muitas vezes, resultante de ações que derivam de interpretação e subjetividade do gestor do momento no PEIG.

Assim, por exemplo, há alguns anos atrás o PEIG promoveu uma equivocada “recuperação” da vegetação em Dois Rios que resultou na destruição de parte do patrimônio histórico daquela comunidade, patrimônio este que tem grande relevância para a arquitetura relacionada ao sistema prisional. Em nome dessa conservação, onde existiam praças, ruas, casas, construções e benfeitorias do tempo do presídio, memórias fundamentais daquela coletividade e de todos, passou a existir mato. Poderia mencionar que foram plantadas espécies nativas no local. Mas essas plantas não existiram naquele lugar, pelo menos nos últimos 300 anos – o que nos leva a questionar o que deveria, neste caso, ser mais valorado como patrimônio: uma vegetação inexistente há séculos, ou as marcas, ainda existentes, de uma ocupação humana com definida historicidade?

Nos últimos anos, em decorrência das últimas gestões, a relação entre PEIG e UERJ, tanto com o CEADS como com o ECOMIG, tem melhorado bastante. Pode-se dizer que os três hoje, respeitadas as suas especificidades de objetivos e missões, têm uma atuação complementar e se tornaram parceiros fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento científico, preservação do meio ambiente e respeito às comunidades na Ilha Grande.

A relação entre a UERJ e a Prefeitura de Angra dos Reis tem atravessado, ao longo dos anos, altos e baixos. São parceiros em várias ações, o que é fundamental, posto que a área concedida à universidade, além de estar numa área de proteção ambiental, integra o território do município de Angra dos Reis. Mas talvez por causa da referida cessão, a prefeitura se sinta desobrigada de cumprir com a prestação de serviços aos seus munícipes que habitam em Vila Dois Rios. Cada ação dos órgãos da prefeitura quase sempre é precedida de vários pedidos e negociações dos gestores do CEADS e ECOMIG, tanto de forma oficial e institucional, como a partir das relações pessoais estabelecidas.

Como já foi visto, a comunidade da Vila Dois Rios dependia do IPCM para tudo: emprego, casas, manutenção, limpeza, segurança, transporte. Com a desativação e implosão do presídio, a comunidade ficou desamparada. Não havia mais o presídio provedor. Com a cessão da área do presídio e da vila para a UERJ, criou-se a expectativa de um novo responsável por tudo e por todos. Isso não aconteceu. Foram quatro anos em que, apesar da criação do CEADS, este não possuía ainda as condições de infraestrutura e logística para atender à comunidade. Isso gerou muita tensão, conflito e ressentimento.

Ao falar sobre a UERJ, a comunidade quase sempre identifica a universidade com o CEADS, mesmo que de forma inconsciente. E a relação com a UERJ é alvo de muitas reclamações, em especial dos moradores mais antigos, que lembram os tempos em que, após a desativação do IPCM, a UERJ não teria assumido plenamente os seus compromissos. Durante esses primeiros anos – 1994-1997 – os moradores ficaram sem transporte, tendo que ir e vir entre Dois Rios e o Abraão a pé, transportando compras, móveis, levando crianças para a escola; tudo era feito a pé, pela estrada de 12km, num trajeto com duração de duas horas de caminhada, atravessando a serra. Esse período deixou mágoas e marcas, como é possível perceber através de algumas falas. De acordo com o Sr. Hotair,

> No nosso entendimento, é o seguinte, no nosso entendimento a UERJ demorou muito a chegar. Primeiro chegou a UERJ, mas quando ela chegou, entendeu, já tinha passado anos, entendeu. Um ano morando aqui e trabalhando no Rio. Só ficou aqui o funcionário que estava afastado por problema de saúde ou não tinha vínculo, sabe como é. Ficaram por aqui perambulando. Eles não deixavam as pessoas

> ficarem por aí, vagabundeando, pela praia. Esses moradores tiveram esse papel importante. A UERJ não estava aqui. Havia a articulação, o governo estava articulando, mas a UERJ não tinha chegado aqui. (...) Estava em negociação, mas não era do nosso conhecimento. Em 1996, não. Em 1997, sim, estava aqui. Começou em 97 a UERJ implantando aqui um levantamento, fazendo um levantamento, fazendo um censo. Quem era e quem não era, entendeu. Eu trabalhando no Rio, com isso também a Teresa cansada, enjoada de ficar sozinha. Porque a [?] levou os carros melhores, tudo que era de bom, né. O pessoal ficou a pé! Então o sacrifício era muito grande. (...) Aí, a gente tinha casa no Rio, a gente ficou lá um tempão. Aí quando a UERJ chegou a gente voltou. Quando chegou o primeiro administrador, a gente estava voltando pra aqui. A nossa casa estava aqui, tudo aqui, entendeu? (...) Aí começamos a gente a se entender com a UERJ. (Entrevista com Hotair em 11 de abril de 2018).

Ou ainda, nas palavras de Marilene:

> No começo não foi essa maravilha a integração comunidade e UERJ. A gente estava sem nada. A UERJ chegou só com um carro, só com duas vagas para morador, entendeu? Continuou aquela situação ainda de não ter carro para aluno[241]. Não tinha carro pro morador fazer compra, pro morador ir pra escola. Ai aos poucos é que a UERJ começou a ter mais carro, a intenção de dar trabalho pro morador, e a comunidade se organizou pra ter uma associação de moradores. Foi aos poucos. Não foi essa integração toda, essa perfeição toda, não. Teve vários atritos. Porque a comunidade é assim... Eu antes não tinha noção de que eu estava na casa do Estado. Eu morava lá em cima, no mato, a casa é minha[242]. Eu vim aqui pra baixo, a casa é minha também. Aí depois que o presídio acabou, chegou a UERJ passando para a comunidade que a casa é do estado, não é nossa, que tem um termo. Até chegar nessa transição aí, as coisas ficaram complicadas. Não foi esse diálogo maravilhoso, não (Entrevista com Marilene da Silva Campos em 10 de abril de 2018).

É possível entender que esse conflito teve origem na antiga dependência da comunidade em relação ao presídio para a realização de todos os serviços para os moradores. Com a sua desativação, restou um vazio, na medida em que a UERJ não teve interesse ou condições de ocupar esse antigo lugar do presídio. Parte dos pesquisadores não via com bons olhos a continuidade da comunidade, em especial considerando o novo campus como um lugar de pesquisa por excelência. Além disso, não foi estruturada de imediato uma administração que desse conta do problema, com recursos de toda a infraestrutura e logística requeridas para atender a todas as demandas. Para os moradores isso não era compreensível nem aceitável. Estavam de fato abandonados pelo governo do estado, pela prefeitura e pela universidade. Somente com o tempo, o convívio, a melhoria da infraestrutura e do transporte e, em especial, com o desenvolvimento de atividades por parte do ECOMIG, é que essa relação com a

[241] Esclarecemos que a obrigação de transporte dos estudantes é da prefeitura de Angra, que nunca cumpriu, mas a UERJ é que assumiu esse ônus até 2017, quando enfim a prefeitura passou a ter um ônibus escolar.
[242] Referência à antiga moradia fora da vila. Havia dezenas de casas.

UERJ passou a ser vista com outros olhos pela comunidade – como podemos comprovar na fala do morador Sr. Cantuária:

> Eu acho que o museu aqui foi muito bom. Foi muito bom, tá. Você não pode agradar todo mundo. Quando a universidade veio pra cá, com sinceridade, a maioria foi contra. Sabe quem acolheu a universidade aqui? Fomos nós lá em casa. Inclusive o pessoal almoçava, jantava, café. O seu Antônio ficava sentado ali... Eu nem fazia questão de receber, mas ele fazia questão de pagar. Aí ele falava: seu Cantuária, dá pra fazer? Vamos fazer! Isso aqui estava cheio de mato. O primeiro que roçou aquela praça ali fui eu, meu filho Elienai, o Nicássio ali... Aí roçamos aquilo ali. Mas o pessoal aqui rejeitava, rejeitava. Hoje não! Hoje, eu não sei se é falsidade ou não, mas muita gente apoia, o pessoal, sabe como é que é. Mas, com o museu aqui melhorou muito e hoje temos tudo para ganhar essa Ilha Grande, não somente Dois Rios. (Entrevista com Getúlio Cantuária no dia 14 de abril de 2018).

Em 20 de janeiro de 2002 foi assinado um TAC (Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta Ambiental) entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, o Estado do Rio de Janeiro - através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -, o Ministério Público Estadual, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Angra dos Reis. De acordo com este Termo o Ministério Público Federal exigia o cumprimento das obrigações dos diversos órgãos responsáveis pelo meio ambiente na Ilha Grande.

Apesar de passar a atender ao transporte da comunidade pelo menos desde 1998, de manter a limpeza e a ordem da vila, as dificuldades enfrentadas pela universidade para cumprir com as suas responsabilidades não eram compreendidas pelos moradores. Viaturas velhas eram disponibilizadas para o transporte na ilha. Havia queixa quanto ao seu estado, aos horários limitados, à limitação do número de passageiros, à restrição a moradores e seus familiares (além de professores, funcionários e estudantes em atividade no CEADS), quanto ao tratamento diferenciado destinado aos moradores por funcionários do CEADS.

Uma grande fonte de tensão na relação entre os moradores e a UERJ é a cessão das suas residências. Todo o patrimônio pertence originalmente à União e foi transferido para o estado; e este realizou a cessão por 50 anos para a UERJ. A universidade, por sua vez, realiza a cessão das casas para antigos funcionários do presídio que continuem residindo no local e para funcionários (efetivos ou contratados) da UERJ. Isso gera insegurança, pois em caso de morte dos mais antigos não há direito de herança - e seus filhos, se não estiverem empregados na universidade, devem entregar o imóvel. Toda vez que isso aconteceu gerou grande comoção em parte dos moradores. Por essa razão os empregos no CEADS e no ECOMIG são tão valorizados e disputados. Também são

a única fonte de emprego em Vila Dois Rios. De qualquer forma, ainda hoje, parte dos moradores ainda compara o tempo do presídio com o tempo da UERJ, como se fosse possível ou pertinente tal comparação. Enquanto no primeiro havia recursos e, principalmente, mão de obra farta e disponível para a realização de todos os serviços, no segundo lida-se com a restrição orçamentária da universidade, com a carência de recursos e de pessoal, dependendo muito de financiamentos de órgãos de fomento à pesquisa.

Mas há outro conflito interno à própria universidade. O CEADS foi criado ainda em 1994, atuando de forma permanente em Vila Dois Rios – sendo, desde então, responsável por toda a infraestrutura local - transporte, posto de saúde, patrimônio, etc. Como estava previsto no Termo de Cessão, a UERJ havia se comprometido com a criação de um museu. Esse processo teve início em 1999, com a apresentação do primeiro projeto pela professora Myriam Sepúlveda ao Conselho Científico do CEADS.

Portanto, o ECOMIG nasceu dentro do CEADS, como um projeto de pesquisa e extensão a ele vinculado, mesmo com a sua criação oficial em portaria da Reitoria em dezembro de 2007. Assim foi até a inauguração do Museu do Cárcere, em 05 de junho de 2009. Após esta inauguração, o ECOMIG passou a estar vinculado ao DECULT e à Sub-reitoria de Extensão e Cultura. A nova direção, agora em forma de colegiado, com coordenadores de núcleos, obteve financiamentos junto à FAPERJ que possibilitaram a realização de várias obras, reformas, implementação de projetos, resultando num rápido desenvolvimento do museu. Esse crescimento gerou atritos entre as administrações, por visões diferentes, em especial quanto à forma de estabelecer relações entre a universidade e a comunidade. Além disso a expansão do ECOMIG também obrigava que o CEADS tivesse que atender às novas demandas de transporte, alojamento e alimentação. Mas como controla a logística e infraestrutura, controla o agendamento e muitas vezes não consegue (ou não deseja) atender as necessidades do ECOMIG.

Ao longo desses 10 anos de coexistência o CEADS teve que apreender que não possuía mais o monopólio da representação da UERJ na Ilha Grande, tendo agora que dividir esse espaço com o ECOMIG. Isso tem sido um aprendizado que, se ainda possui alguns pontos de atrito, tem resultado numa parceria crescente e na maioria das vezes positiva, entre as duas unidades da UERJ na Ilha Grande.

Existem também tensões e conflitos na própria comunidade. O principal deles, ainda que camuflado, é o religioso. A comunidade era, até alguns anos atrás, majoritariamente católica - de um catolicismo popular, que incluía práticas e crenças típicas do sincretismo com as religiões espiritas ou de matriz africana. Com a conversão da maioria à Assembleia de Deus, passou a existir uma discriminação velada por parte dos seus membros em relação aos que se recusaram à conversão. E, ao mesmo tempo,

uma combinação de proselitismo e pressão por essa conversão, que prossegue nos dias de hoje, aumentando o número de evangélicos na comunidade.

Outra fonte de tensão e conflito é a disputa pela associação de moradores. Há anos percebe-se uma insatisfação de parte de moradores com a continuidade e acomodação da atual direção. Mas não houve, até 2017, nenhuma chapa de oposição real que ameaçasse a sua continuidade. Nesse ano, o processo eleitoral foi muito conturbado e o seu resultado questionado pela oposição, que não teria tido o seu registro aceito. Esta realizou uma outra eleição em que ganhou e, de posse desse resultado, efetuou o registro no cartório. A direção atual se diz vitoriosa. Ambos os lados se dizem vencedores, não reconhecem a legitimidade do outro e essa disputa está hoje também na justiça. Ocorreram vários episódios tristes e de grande tensão entre os lados, mas ainda não há um desfecho no horizonte.

Por fim, cabe destacar que não identificamos a existência de conflitos entre a comunidade e o ECOMIG. Este conflito apareceu apenas na fala de alguns moradores que também são funcionários do CEADS e talvez expressem o conflito interno da universidade descrito acima.

4.3 - Ecomuseu Ilha Grande e a Comunidade da Vila Dois Rios

Para melhor compreender a relação do Ecomuseu Ilha Grande com a comunidade de Vila Dois Rios, destacamos, no quadro abaixo, algumas expressões retiradas das entrevistas realizadas com os moradores da Vila. O quadro revela o que esses moradores afirmam sobre o que significa e representa esse ecomuseu para eles. E logo em seguida analisaremos algumas falas importantes sobre essa relação.

Quadro 12 – Representação do Ecomuseu Ilha Grande para a Comunidade da Vila Dois Rios

Ecomuseu Ilha Grande X Comunidade	
O que o ECOMIG representa para você?	**O que o ECOMIG significa para a Comunidade da Vila Dois Rios - em apenas uma palavra**
O ECOMIG representa mudança	História
É parceria, é melhoria	Respeito
É mudança para nossa comunidade	Comunidade
Cultura, principalmente para essa nova geração	Útil
É não deixa morrer a história da vila e da nossa comunidade	Prof. Gelsom

O pessoal admira muito o museu e respeita o museu, quer o museu e depende do museu	Compreensão
Agradecemos ao museu porque é um órgão, que respeita a questão comunitária	Felicidade
O que ele traz para a comunidade é maravilhoso	Inclusão
O museu preserva essa história, preserva essa identidade que Dois Rios tem	Trabalho
O museu está aqui com essa finalidade, de conservar o local, de preservar a cultura, do nativo, da parte histórica, zelar pelo patrimônio, zelar principalmente pelas pessoas.	Futuro
O museu chegando para complementar, enriquecer, mostrar pra nós qual a nossa importância.	Visitação
Eu vejo hoje o museu, com minha esposa, com os meus filhos, o museu como uma coluna de proteção. Pra mim e pra comunidade. De mostrar: não, você tem valor, vocês têm valores. Isso me faz sentir bem. Hoje, aquele medo lá trás, não tenho mais.	Valorização
Tanto pra comunidade como pra outras pessoas virem e conhecerem	Amor
Representa muita coisa. Coisas que eu nem sei pronunciar!	Parceria

Fonte: Quadro elaborado pela autora

As frases e palavras que constam do quadro acima comprovam como a relação com o Ecomuseu é vista de forma positiva pela comunidade. Os moradores, de forma unânime, identificam, primeiro, a transformação da relação da UERJ com a comunidade; em segundo lugar, a valorização que recebem por parte do ECOMIG; e, em terceiro, como resultado desse processo, o reconhecimento de sua identidade e o crescimento da sua autoestima.

Ao serem perguntados se a criação e implantação do Ecomuseu Ilha Grande teria sido positiva para a comunidade, houve unanimidade em afirmar que sim, que foi positiva a sua existência para a comunidade da vila Dois Rios, pois preserva a história da vila para as novas gerações, além de gerar emprego e valorizar cada membro da comunidade e suas especificidades, sejam estas individuais ou coletivas.

De forma diversa do que foi afirmado pelos entrevistados sobre a relação com a UERJ – representada em especial pelo CEADS -, a relação com o ECOMG foi boa desde o início. Para os moradores mais antigos, há uma distinção entre os primeiros anos e o tempo atual, bem como há uma distinção entre a relação da comunidade com as unidades da UERJ. A chegada do ECOMIG representou uma mudança positiva e vem contribuindo cada vez mais com a comunidade. Para Marcos de Paula, ex-vice-presidente da associação de moradores e supervisor de segurança da UERJ:

> A UERJ, aqui representada pelo CEADS, sempre teve aqui uma relação muito boa, né, com a comunidade. Mas era uma relação profissional. Eu sou o patrão, vocês são os empregados. O museu não. A equipe do museu quando chegou já abriu um leque, um leque de expansões, deu mais visibilidade à comunidade, né. A socialização ficou melhor, né. Nós passamos a compreender mais as coisas. Foi

> muito importante essa aproximação, essa chegada do museu aqui, muito importante. Até mesmo porque é do potencial turístico, né, que tem aqui, a gente não tinha noção. As pessoas vinham pra cá, que legal, mas a gente não tinha noção de quão é legal isso aqui! Cara isso aqui é histórico, não tem outro no mundo igual isso aqui. Essa a percepção que a gente teve e da importância do que tem aqui na Vila Dois Rios. Você acha que se tivesse um resort metade desse pessoal ia tá aqui ainda? Resort é pra quem? Quem ia aproveitar? Resort, hotelaria, desculpe a expressão, mas é trabalho escravo. Não é isso aqui. É lucro, é capital. Aqui é coisa humana, de ver se as pessoas estão bem, não é só aquela recompensa financeira, é a recompensa humana que a gente vê hoje aqui com o museu, é completamente diferente. (Entrevista com Marcos de Paula em 12 de abril de 2018).

A partir da fala citada podemos com toda segurança afirmar como a chegada do ECOMIG foi importante para a comunidade da Vila Dois Rios. Apesar da "boa relação" com a UERJ representada pelo CEADS, a comunidade só era olhada do ponto de vista profissional: "eu sou patrão, vocês são os empregados". A questão colocada por Marquinhos remete à percepção de que enquanto existia apenas o CEADS na Vila Dois Rios, a comunidade era vista como um estorvo por alguns pesquisadores e administradores, na medida em que estes identificavam o lugar exclusivamente como um campus da UERJ voltado para as atividades de pesquisa. Ou ainda, os moradores eram identificados apenas enquanto mão-de-obra local a ser utilizada pela universidade. Com a criação do ECOMIG e, em especial nos últimos anos, houve uma nova relação, em que a comunidade continuou fornecendo mão-de-obra, mas passou a integrar as ações e projetos do museu, passando a existir uma relação de maior proximidade, afinidade e parceria entre universidade e comunidade.

O ECOMIG, segundo De Paula, abre um leque de possibilidades, dá mais visibilidade aos moradores locais, amplia o olhar mostrando que aquela comunidade tem valor e a riqueza que a Vila Dois Rios tem, melhorando a socialização e potencializando a vila a partir do turismo. Neste sentido, faz menção à ameaça do passado de criar-se em Dois Rios um *resort* ou hotel de luxo, ameaça essa que volta a rondar a comunidade no presente, afirmando que, se tivesse sido criado esse empreendimento, não se estaria na vila fazendo uma crítica de que poucos teriam acesso – referindo-se a lucro, capital e trabalho escravo. Volta a fazer uma comparação com a implantação do museu referindo-se a "coisa humana", de preocupação com as pessoas que ali vivem e não apenas visando o lucro, mas a recompensa humana que o ECOMIG proporciona a comunidade.

Assim, não há dúvida em reconhecer a importância do ECOMIG para a comunidade, por meio de uma ação que contribui de forma decisiva para o seu bem-estar:

> É muito importante, muito importante. O Ecomuseu chegou pra somar, chegou pra somar. E essa parte da socialização, da aproximação, foi

> com o museu. Foi não, está sendo com o museu. (...) Só nessa parte da visibilidade, do reconhecimento... como eu já disse, exemplos: Osias! Osias é um cara ocioso, quando eu comecei a me tornar uma liderança aqui eu conversava muito com ele. Esse cara tem um potencial muito grande. Vou resgatar esse cara. Tive resistência. Seu Júlio também. Estava na dele, quando começaram a ensinar... Foi através do museu isso. Deu a visão pra ele, que ele já tinha, só mostrou pra ele, você pode! E se tornou um artista, né. O passado dele, isso não importa. O que importa é o que a gente conheceu dele, era um paizão aqui pra gente. (...) isso tudo é a UERJ através do museu que proporciona pra gente. Essa parte de resgate das pessoas, poxa, como é legal você chegar lá e ver o seu nome no banner lá. Tem gente que você vai comprar alguma coisa, fazer um favor, não dá nem obrigado. Por que o museu vai botar meu nome lá? Botou, tá lá meu nomezinho. Eu moro aqui, eu vivo aqui e meu nome tá lá! (...) Tem uma participação de todo mundo. Você vai lá e está o nome de todo mundo lá, no museu. Tem uma placa do governador, mas ali tem um banner com o meu nome. Isso é legal, é muito importante. Nem sempre a gente tem reconhecimento. Isso é uma coisa rara. (Entrevista com Marcos de Paula em 12 de abril de 2018).

Para Marquinhos, o Ecomuseu, além de ser importante para a comunidade, chegou para "somar": ele se refere à contribuição do ECOMIG nas resoluções dos problemas e dificuldades que a comunidade vem enfrentando após o término do presídio - trouxe visibilidade e reconhecimento dos valores locais. E cita dois nomes de moradores como exemplo de comprovação dessa mudança: Osias, ex-funcionário do presídio que se encontrava ocioso após sua aposentadoria; e o Sr. Júlio, ex-preso que virou um artista; apesar do que tinha cometido no passado, era considerado por todos da vila como um paizão.

O museu proporcionou outros aprendizados, não fazendo nenhuma distinção entre os membros da comunidade para a realização das atividades. As duas pessoas citadas por Marquinhos participaram do projeto Ecomuseu Recicla, no intuito de mostrar diversas possibilidades de transformar resíduos sólidos em obras de arte. Assim, eles aprenderam diversas ideias e criaram novas, desenvolvendo suas peças, mudando o olhar sobre eles mesmos. Marquinhos utiliza o termo "resgatar as pessoas" no sentido de que o museu mudou suas vidas, dando-lhes novos sentidos. Aquela vida "pacata" foi transformada em produção de artesanatos, fonte de renda, ficando ambos conhecidos na Ilha Grande como grandes artistas da vila Dois Rios, incentivando o desenvolvimento comunitário em suas diferentes dimensões.

Marquinhos continua dando exemplos no intuito de confirmar a importância do museu para a comunidade e de como o ECOMIG valoriza os moradores da Vila. Ele cita o banner exposto no Museu do Cárcere, que contém uma lista de agradecimento com os nomes de todas as pessoas que contribuíram para a construção do ECOMIG na Vila Dois Rios. E comenta todo orgulhoso de ter seu nome exposto no museu, comparando com a placa que tem o nome do governador, demostrando que o que está exposto no

museu é importante e o “nomezinho” dele está registrado naquele lugar valorizado e visto por todos. Para ele o ECOMIG representa inclusão: “O museu trouxe a inclusão, trouxe a informação. Informação e inclusão elas andam de mãos dadas, né. (...)”

De acordo com o Sr. Liberalino (Goró) a relação do ECOMIG com a comunidade

> É positiva. É muito boa. Acho que o museu está mais em contato com a comunidade para procurar saber assim como era, como deixava de ser e tal. Eu acho que de todas as partes aqui da UERJ a que tem mais comunicação com a comunidade é o museu. (Entrevista com Liberalino Araújo em 12 de abril de 2018)

Mais uma vez, percebemos na fala de Goró e da maioria dos moradores entrevistados que há uma diferenciação pela comunidade em relação aos dois órgãos da UERJ que atuam na Ilha Grande, referindo-se à relação com o CEADS e o ECOMIG. A aproximação da equipe do ECOMIG e suas atividades estreitam os laços e melhoram a comunicação com a comunidade.

Para seu Hotair, tesoureiro da Associação de Moradores da Vila Dois Rios, a comunidade gosta muito do museu. O ECOMIG teria conferido um respeito maior à comunidade, melhorado a sua autoestima, a percepção de sua importância, ao mesmo tempo em que é reconhecido como a principal referência do lugar.

> Isso aí você pode ter certeza, que o pessoal admira muito o museu e respeita o museu, quer o museu e depende do museu, entendeu? Pra muita gente que está aí, entendeu? E agradecemos o museu porque é um órgão, uma parte que torna respeitável a questão comunitária, entendeu? Ela compõe, ela dá o respeito, para toda a história de Vila Dois Rios, o museu. Falou do museu, falou da UERJ. Lá fora se fala assim: é da UERJ, ninguém vai fazer alguma coisa lá na Vila Dois Rios porque lá é da UERJ, entendeu. Lá é o museu! Vai encontrar lá o museu. Todo mundo que vem a Dois Rios vem visitar o museu. Vai visitar o museu. Pra contar essa história toda! Vocês têm essa obrigação toda aí! Tudo isso aí que nós falamos, e muito mais! Nós não falamos nem a metade. (Entrevista com Hotair em 11 de abril de 2018)

Criou-se uma identificação da comunidade com o museu, que inclusive é reconhecido, como ele diz, pelos “de fora”, ou seja, pelas pessoas de outros lugares da ilha e do continente. O ECOMIG é admirado e respeitado pela comunidade, por suas ações e pela aproximação com os moradores da vila, além de proporcionar emprego para alguns e contar a história da vila a todos. No final desta fala, ele afirma que “Nós não falamos nem a metade”, propondo ao ECOMIG continuar o trabalho que vem sendo desenvolvido durante esses dez anos - de recuperação dessas memórias de suma importância para a comunidade da Vila Dois Rios.

Para aqueles que chegaram depois do presídio, como Edervaldo, presidente da segunda Associação de moradores,

> Eu vejo como uma parceria, né. A gente vê aí, que acontecem atividades aí, tem uma amiga nossa aí, que é arte educadora, que vem sempre aí, faz um trabalho social para as crianças, também importante

> pro desenvolvimento das crianças. Acho que o Ecomuseu está cumprindo o seu papel, com relação à socialização dos moradores, pra gente aí é de grande valia. (Entrevista com Edervaldo Viana em 11 de abril de 2018)

Edervaldo cita a palavra “parceria” referindo-se à relação de cumplicidade entre o ECOMIG e a comunidade - seja na resolução de problemas do cotidiano, seja no apoio às demandas da comunidade e atividades desenvolvidas pela equipe do museu, destacando principalmente a socialização dos moradores, como nas ações desenvolvidas junto às crianças da vila, de grande valia para a comunidade.

Para Jéssica, o ECOMIG foi logrando sucesso ao longo do tempo, obtendo maior reconhecimento nos últimos anos; e continua avançando junto à comunidade.

> Bom, assim, o museu tá aqui há dez anos, né. É como eu sempre falo: eu comecei a perceber o museu agora. O museu ainda está conquistando o espaço dele, tem conquistado, tem sido bem firme, nessa questão de conquistar o seu espaço. Mas, na minha visão, o museu aqui é muito bom. O que ele propôs pra a comunidade, o que traz pra comunidade, na minha visão, ele tem sido maravilhoso. Não deixando morrer a história do local. É a história do presídio, é a história dos caiçaras, o museu preserva essa história, preserva essa identidade que Dois Rios tem. Eu acho muito importante, muito interessante, chegar no museu em Vila Dois Rios. (Entrevista com Jéssica Neves em 14 de abril de 2018)

Essa fala de Jéssica demostra que apesar do ECOMIG ter dez anos de existência ainda permanece conquistando seu espaço, tanto em relação à UERJ, quanto na aproximação com a comunidade; é um processo contínuo, dinâmico e que vem se fortalecendo a partir das suas ações e contribuições junto à comunidade. Inicia-se com a preservação da história do local, do presídio e dos caiçaras até a transformação do olhar e a apropriação do museu pelos moradores locais. Jéssica atualmente é considerada uma das articuladoras nas ações educativas com as crianças e junto às mulheres da comunidade da vila. Esse novo movimento de “perceber” o museu citado por ela se dá a partir da experiência que vem desenvolvendo enquanto mediadora do ECOMIG. Jesiel, casado com Jéssica, vai além, identificando na sua trajetória pessoal algumas mudanças recentes provocadas pelo maior envolvimento com o ECOMIG.

> Nasci e me criei aqui. Fui criado nesse lugar. Quero criar meus filhos aqui. Amo esse lugar, né. Posso sair, viajar, conhecer outro lugar. Mas eu quero ficar aqui, aqui é meu lugar. Mas eu vivo sempre debaixo desse medo de perder a casa, desse sistema, dessa burocracia, que existe. Mas hoje, hoje eu não sinto mais esse medo, devido ao museu. Ai, uma vez, eu estava assistindo um canal da TV desses que a gente nem assiste. Estava passando um programa sobre o museu. É um canal que fala só sobre os museus. Nossa, primeira vez que assisti. Foi até na casa do meu sogro, lá embaixo. Qual é o conceito do museu em uma comunidade? Nossa! Quando eu vi aquilo ali, eu pum! Abriu! Foi aí que eu comecei a conhecer o museu, passei a ser um dos artesãos do museu, passei a conhecer diretamente os diretores, coordenadores, essa amizade que a gente tem, essa questão da participação, da integração, da interação tanto do museu para com a

> comunidade como da comunidade para com o museu. Então a gente passou a conhecer qual é o conceito do museu na nossa comunidade. Então isso me deu uma segurança. De entender que o museu está aqui com essa finalidade, de conservar o local, de preservar a cultura, do nativo, da parte histórica, zelar pelo patrimônio, zelar principalmente pelas pessoas. Esse conteúdo muito rico que a gente aprendeu, né. A gente até aprendeu, num curso que a gente fez, que tem um poder transformador de conhecimento, que tem uma produtividade muito rica, que tem até aquele tema que a gente estudou, que é a ecologia de saberes. É o museu chegando para complementar, enriquecer, mostrar pra nós qual a nossa importância. Então, eu vejo hoje o museu, com minha esposa, com os meus filhos, o museu como uma coluna de proteção. Pra mim e pra comunidade. De mostrar: não, você tem valor, vocês têm valores. Isso me faz sentir bem. Hoje, aquele medo lá trás, não tenho mais. (...)
> E eu quero aproveitar o ensejo, a partir do que a gente aprendeu naquele curso de mediações, que eu tive o prazer de ser convidado e fazer junto com a minha esposa, de aprender sobre o Ecomuseu Ilha Grande. Ele é um museu que apesar de estar firmado nos seus assentos do passado, ele convida a gente, a comunidade, a vislumbrar esse presente, de forma que a gente tenha uma participação para construir um futuro melhor. E socialmente justo. (...) Tudo isso, por quê? Porque tem o museu! Que tá abrindo isso... que tá trazendo conhecimento. (Entrevista com Jesiel Pimenta no dia 14 de abril de 2018).

Jesiel inicia falando sobre seu apego a Vila Dois Rios, o lugar em que nasceu e onde vive com sua família, e da perspectiva de que possa morar naquele território sempre. Mas fala com tristeza do medo que tem desde criança de ter que ir embora do seu lugar de origem, de perder a casa em que vive, devido às burocracias do Estado do RJ - referindo-se ao termo de cessão da UERJ que só permite que os membros da comunidade continuem vivendo no lugar se já morassem ali na época do antigo presídio e permanecessem morando, ou caso estejam trabalhando na UERJ. É interessante perceber que Jesiel refere-se ao ECOMIG como uma instancia de proteção, segurança para a comunidade, mencionando que essa ideia parte do conhecimento que adquiriu sobre o que é o conceito de museu na comunidade, ou seja, a proposta de um Ecomuseu fez com que perdesse esse suposto medo. Isso se justifica pela importância que o ECOMIG dá à comunidade e seus saberes, valoriza e preserva a sua história, zela por seus patrimônios. O ECOMIG incentiva as pessoas a serem protagonistas dos processos, demandas e atividades, a desejarem trabalhar em parceria, em conjunto, em prol de um bem comum à comunidade da Vila Dois Rios.

Apesar do ECOMIG estar desenvolvendo sua ação há alguns anos, apenas há cinco anos Jesiel se aproximou, a partir de um programa de TV sobre museus em que percebeu o conceito do museu numa comunidade; e foi aí que passou a se aproximar do ECOMIG, participando das suas ações e atividades e sendo um dos artesãos mais ativos. Isso prova que por mais que o museu tenha desenvolvido suas funções e tentado um diálogo com a comunidade, o processo de sensibilização, transformação do olhar

chegando à apropriação se dá de forma continua e acontece para cada membro da comunidade em diferentes momentos e de distintas formas. A expressão utilizada por Jesiel, do “Pum! abriu”, está ligada a “essa questão da participação, da integração, da interação tanto do museu para com a comunidade como da comunidade para com o museu”; é o conhecimento referente ao poder de constante transformação que a comunidade tem, a partir do museu. Ter esse conhecimento lhe permitiu mudar o sentido da sua vida, ser cada vez mais ativo dentro da sua comunidade e querer passar a experiência para os outros que compartilham esse mesmo território. Aqui acontece o ápice da experiência ecomuseal.

Jesiel reconhece como ele mudou sua postura no convívio na comunidade, como a partir do museu passou a reconhecer seus valores e a acreditar que as coisas que sonha, tais como terminar seus estudos, são possíveis. O ECOMIG proporcionou o conhecimento: segundo ele, conheceu coisas, lugares, se apresentou na UERJ, falou no seminário 10 anos, assim como enriqueceu sua vida, da família e de sua comunidade. Finaliza dizendo que tudo isso que aconteceu e está acontecendo de positivo com a comunidade e com ele e sua esposa é “Porque tem o museu! Que tá abrindo isso... que tá trazendo conhecimento”.

De acordo com o Sr. Cantuária, a criação do museu trouxe benefícios e mudanças positivas para a comunidade de Vila Dois Rios. Mas acha que esses benefícios e melhorias não deveriam ser restritos a esta vila, mas estender-se a toda a Ilha Grande:

> (...) A universidade poderia ganhar essa Ilha Grande, eu falei para o prof. Márcio Tadeu, um dos primeiros coordenadores da UERJ aqui, como o presídio ganhava (...) com assistência médica, atividade para as crianças (...), mas hoje o museu pode fazer isso, o museu vai ganhar a Ilha Grande, pode trazer essa Ilha Grande para o museu. O diretor do presídio chegava e dizia: é assim, tem que fazer assim... e o povo fazia. Hoje é assim. Tem que ser assim. O professor fala, a gente faz. (...) (Entrevista com sr. Getúlio Cantuária em 14 de abril de 2018).

Sr. Cantuária afirma que as atividades e ações desenvolvidas pelo ECOMIG junto à comunidade da Vila Dois Rios são muito importantes e por isso deveriam ser desenvolvidas nas outras comunidades da Ilha. Desta forma o ECOMIG “ganharia” a Ilha, no sentido de que poderia ser um dos grandes representantes dessas comunidades. Diante dos problemas decorrentes da divisão da comunidade, em especial a partir da última eleição para a associação de moradores, o Sr. Cantuária recomenda que o museu assuma um papel de direção da comunidade semelhante ao que era desempenhado pelo presídio. Ele afirma que o diretor do presídio dava ordens que deveriam ser cumpridas pelos funcionários e por isso as coisas eram organizadas na vila. Assim, sugere que o coordenador geral do ECOMIG deveria assumir o papel do

diretor do presídio na Ilha Grande, colocando ordem e organização na comunidade. “O professor fala, a gente faz”. Essa perspectiva do Sr. Cantuária demostra que na época que desempenhava a função de chefe de segurança no presídio ele cumpria normas e ordens dos seus superiores alegando que a presença de uma autoridade faz com que as coisas funcionem de forma mais organizada. Pensa que quanto mais se democratizar a gestão mais desorganizada será a comunidade, citando o exemplo dos conflitos entre as duas associações de moradores da vila.

Para a grande maioria a implementação do Ecomuseu Ilha Grande significou principalmente maior oferta de emprego e o crescimento do turismo, com o aumento do número de visitantes na Vila Dois Rios. Para aqueles que têm algum tipo de comércio ou atividade econômica local, o crescimento do turismo é fundamental. Julinho comenta:

> Eu sou até suspeito pra falar... eu que fiz a lula *à doré* para a inauguração do Museu do Cárcere! (...) o ECOMIG ajudou, ajudou sim. Teve movimento, tem turista. Já tem um comércio que tá aí vendendo comida. Já tem taxi boat. Uma parte e outra melhorou. E fora as pessoas que conversam com o morador para conhecer ainda mais a comunidade e a história do local. (Entrevista com Júlio César em 10 de abril de 2018).

Segundo Eliane,

> O ECOMIG é muito importante, porque agora tem vindo visitante, é turismo, né, que mudou. A história da vila mudou. Já não é como antes. Então, eles já têm alguma coisa pra ver. A não ser a natureza, que a gente tem uma praia muito bonita. O museu também é uma coisa que é legal. Ajuda. (Entrevista com Eliane Neves em 12 de abril de 2018).

Tanto Julinho quanto Eliane destacam que o ECOMIG é muito importante para o desenvolvimento do turismo e consequentemente da economia local. A maioria trabalha na UERJ, e vive do comércio de alimentos, bebidas e transporte - como o taxi boat utilizado para passeios na Ilha Grande. Os turistas vêm em busca de conhecer a praia da vila Dois Rios e principalmente o Museu do Cárcere, na curiosidade de ver as ruínas do antigo presídio. A Teresa do Bar fala da sua visão sobre a presença do ECOMIG na Vila Dois Rios:

> Com o ECOMIG a Vila Mudou muito. As pessoas vêm pra cá, vem procurar o museu, o cárcere, essas coisas, entendeu? (...) Pra mim foi muito bom ter o museu aqui. Porque se não tivesse o museu aqui, não tinha nada pra gente vê. Não tinha nada pra chamar a atenção de gente lá de fora. (...) Pra mim me ajuda. Eu acho. Muito. Todo mundo passa por aqui. Eu tenho muita amizade com muitas pessoas, inclusive lá de fora. De vez em quando eu tô recebendo um zap lá de fora. Eu não sei lê aquelas coisas, eu não estudei, só estudei até a quarta série, mas eu vejo as imagens, eu sei o que está ali. (Entrevista com Maria José Teresa em 12 de abril de 2018).

Fica evidente que, com a implantação do Museu do Cárcere, o turismo aumentou e beneficiou as pessoas da comunidade que possuem algum tipo de comércio, com o crescimento do volume de negócios. Em especial, Teresa e Hotair possuem a principal

cantina (bar/restaurante) da vila, com uma localização estratégica entre as duas principais avenidas, ao lado do Museu do Meio Ambiente e próximo ao Museu do Cárcere. É um ponto de passagem e parada quase obrigatória para os turistas, que lá descansam, comem uma refeição ou petiscos e podem beber uma cerveja gelada ou outras bebidas, além de que o local dispõe de uma grande variedade de mercadorias. Teresa é uma pessoa alegre e comunicativa, o que facilita o contato e a recepção dos turistas. Mesmo os estrangeiros, apesar da barreira dos idiomas, tornam-se “amigos” - e muitos mantêm contato com ela ao longo do tempo, talvez como um elo, uma conexão à distância com aquele lugar. Para Teresa, se existe uma percepção crescente da melhoria da condição de vida para a comunidade a partir das ações do ECOMIG, há ainda uma visão realista de que muito tem sido feito, mas há muito por fazer em Dois Rios; e que muito não está ao alcance do ECOMIG, ou mesmo da UERJ como um todo. Mas reconhece que o que tem sido feito, não só em Dois Rios, mas em outras comunidades, tem sido muito importante.

Para Edervaldo:

> Melhorar? Bem, tem vários aspectos que devia melhorar (risos). Uma, é mais investimento aí pro Ecomuseu, né. A gente sabe aí das dificuldades. Enfim... o estado, o Rio de Janeiro todo, né, passando por uma dificuldade muito grande, né. Mas com tudo isso, vocês têm desenvolvido um bom papel, não só aqui em Dois Rios, mas na Ilha Grande quase toda. Palmas, vocês montaram uma biblioteca, que é muito importante pra comunidade. Atividade cultural. Isso é muito relevante pra gente aqui. (Entrevista com Edervaldo Viana em 11 de abril de 2018)

Existe uma parcela significativa e crescente da comunidade que tem apoiado as atividades do ECOMIG e que demostra entusiasmo com as suas ações, buscando uma participação ativa. São pessoas que buscam apresentar ideias, propostas, colaborar de alguma forma para que as ações possam acontecer da melhor forma possível, reconhecendo que o sucesso das iniciativas do ECOMIG representa o sucesso para a comunidade. Segundo Kely, moradora e administradora do CEADS, uma líder da comunidade que ocupa um lugar estratégico na UERJ:

> Com certeza, só melhoras! As pessoas puderam ter acesso ao acervo, à história, que eles fizeram parte [sic], eles fazem parte disso aqui, da história desse lugar. Então eu achei que só beneficiou, só trouxe melhorias o museu aqui pra comunidade. Eu particularmente sou fã de todos os projetos do museu, de tudo o que eles fazem, de todas as iniciativas, eu gosto muito. Eu admiro bastante todas as ações do museu aqui pra comunidade. Entendeu? Trouxe cultura pra esse lugar. Um lugar distante de tudo, onde as pessoas não tem acesso ao continente com tanta facilidade. Então, o que o museu traz pra cá eu acho maravilhoso, acho encantador, pra todos, pra todos da comunidade. Sim, tudo com relação ao museu com a comunidade é bem positivo. Eu vejo que as pessoas gostam de participar das ações do museu, gostam de procurar todos vocês, envolvidos no museu, eles gostam de procurar, de conversar, de tirar uma dúvida, de tirar uma

> questão. Sim, eu acho positiva sim, a participação da comunidade com vocês, com o museu**.** (Entrevista com Kely Cristina no dia 13 de abril de 2018)

Indagada sobre o que poderia melhorar, ela diz:

> Mais? Acho que o museu faz bastante coisa pela comunidade. Às vezes a gente nem imagina, tão mobilizando, tão fazendo isso. Talvez cursos. A comunidade precisa de mais incentivo pros jovens, de coisas voltadas pros jovens. Eu me preocupo muito aqui com a parte de estudo, entendeu? Eu vejo que os jovens aqui não têm muitas oportunidades de sair, de fazer um curso, de, de... Então, eu penso sempre nisso pra cá pra vila. Entendeu? Então de repente o museu, com todo o desempenho que tem, com essa força de vontade, de repente trazer uns cursos pra cá seria importante (Ibid.).

Kelly, assim como muitos moradores, destaca a sua preocupação com os jovens. Para ela, os jovens não têm – ou não tinham - um horizonte, uma perspectiva em Vila Dois Rios. Tanto o prosseguimento do estudo como melhores oportunidades de trabalho teriam que ser buscados fora dali e mesmo fora da Ilha Grande. Não obstante, as propostas de cursos e oportunidades apresentadas pelo ECOMIG começam a oferecer uma possibilidade de crescimento pessoal e de melhoria de vida para esses jovens. Um deles – Gustavo, que andava um pouco distante da escola e mais preocupado em trabalhar com taxi-boat – após participar de uma atividade, indagou o que precisaria fazer para um dia poder ser diretor do museu. Eu respondi: estudar, estudar muito. Desde então, mesmo sabendo que há um longo caminho pela frente, ele voltou a se dedicar com afinco ao estudo. Quem sabe até onde ele irá? Sobre o que o Ecomuseu Ilha Grande representa para Kelly, não apenas enquanto universidade ou também para a comunidade, mas na sua visão pessoal, ela afirma:

> Pra mim? Tirando o lado profissional, de trabalho, que é uma parceria boa, a gente se entende bem, admiro cada profissional, vejo a dedicação, mesmo estando de longe eu vejo a dedicação de cada profissional, de cada pessoa envolvida no bem estar aqui da comunidade, melhorias para o museu, melhorias para a vila. Significa muito, como moradora, representa um avanço aqui pra comunidade. Um avanço de cultura, de educação, de preservação. O museu, ele representa isso tudo, aqui pra comunidade, pra mim. Como eu falei, eu sou admiradora e fã do trabalho do Ecomuseu. De tudo o que fazem. Então eu acho muito, muito importante. (Entrevista com Kely Cristina no dia 13 de abril de 2018).

Kely sabe o sacrifício que cada um que pretenda realizar um trabalho sério tem que fazer naquele lugar. Ela conhece bem as agruras que os professores, técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados têm que enfrentar para cumprir bem com a sua função. E ela reconhece todo esse esforço e exprime a sua admiração especial para com a equipe do ECOMIG, por sua dedicação. Para ela, tudo o que é feito pela equipe é muito importante. O trabalho de todos, inclusive o dela e de todo o pessoal do CEADS, também é muito importante. Essa é uma percepção recente e uma importante

contribuição da gestão do ECOMIG para todos: sejam trabalhadores da UERJ, sejam integrantes da comunidade.

A partir das entrevistas realizadas, pudemos conhecer um pouco sobre a Vila Dois Rios e sua comunidade. Foi possível identificar como se definem suas necessidades, anseios, dificuldades, conflitos, crenças, memórias e sua relação com o território e os patrimônios locais; e ainda com a UERJ, o CEADS e, em especial, com o Ecomuseu. Somente com a criação e posterior consolidação do ECOMIG é que a relação entre comunidade e universidade passou por uma melhora e efetiva transformação. Não há dúvida de que o Ecomuseu contribuiu de forma decisiva para a valorização da comunidade, o seu conhecimento e autoestima. Mais do que parceira, a partir do ECOMIG a comunidade foi se reconhecendo e assumindo um papel como protagonista de seu próprio destino.

4.4 - Dois Rios: Laboratório Experimental

Quando se tem a pretensão de musealizar o território, quem o define? De que forma isso acontece? Como? Para que? E para quem? São questionamentos que podem parecer óbvios, mas não são. Pensar a ilha Grande como um território a ser musealizado tem uma dimensão muito maior, que engloba uma série de questões que devem ser levadas em consideração. 1- Como acontecerá a musealização da Ilha Grande? 2- Quais os agentes envolvidos? E quais são seus anseios e perspectivas sobre o lugar em que vive? Tem bens valorados, e patrimônios definidos? 3- Qual o papel do museólogo dentro deste processo e que meios devem ser utilizados para a efetiva musealização?

São inúmeras as questões a serem pensadas para que possamos entender como o processo de musealização de um território é complexo e difícil de ser desenvolvido. Devemos levar em consideração as constantes dinâmicas desenvolvidas neste lugar, seguindo o fluxo natural do meio ambiente e o fluxo das relações sociais dos agentes envolvidos, pois é a partir desta junção que o processo de musealização se tornar mais completo, incorporando os distintos saberes; e, portanto, deve ser feito em conjunto por diferentes especialistas e pelas comunidades locais inseridas no processo.

A proposta inicial do ECOMIG é musealizar a Vila Dois Rios e posteriormente a Ilha Grande - o que poderá se uma utopia condicionada ao fracasso, se pensarmos que nem todos aqueles que habitam esse lugar terão condições de participar do processo, por inúmeras razões: falta de interesse, desconhecimento, inviabilidade dos recursos e infraestrutura ou dificuldade de realização da prática museológica. Porém, essa certeza

só será possível com base empírica, ou seja, é na prática, nas experiências e dinâmicas cotidianas junto às comunidades com seus diferentes contextos e demandas que poderemos apontar a viabilidade desta ideia de tornar-se de fato a Ilha Grande um território musealizado em sua plenitude.

Na verdade, o ECOMIG ainda está desenvolvendo seu processo de musealização do território, que de fato é complexo e contínuo. A proposta de musealização do Ecomuseu abarca, de forma integrada e indissociada, todo o conjunto dos recursos naturais e relações sociais daquele território e de seus patrimônios.

O fato de dizermos que é um ecomuseu já subtende que tal conjunto é musealizado? Na perspectiva teórica sim, mas na prática a maioria desenvolve uma musealização parcial do processo, pois neste caso todo o território e tudo o que faz parte dele - incluídos a fauna e a flora, os recursos naturais - deveria fazer parte do contexto, por meio da musealização *in situ*; mas a maioria dos Ecomuseus não desenvolve a musealização de forma integral, completa ou plena, e sim parcial, limitando-se aos acervos que estão dentro dos museus e de suas exposições.

Todo o processo de construção coletiva para a musealização da Vila Dois Rios e posteriormente da Ilha Grande está sendo desenvolvido em conjunto para que a experiência ecomuseal possa acontecer de forma plena, cumprindo as funções integrais do território e das comunidades que nele vivem. Aqui, tomamos como referência a Museologia Experimental[243], que deve ser entendida como um método empírico para o desenvolvimento de experiências museais baseadas na experimentação social, entendendo os museus como processos sociais baseados na experiência humana sobre um dado território ou espaço socialmente construído. Fundamentados nesta ideia, criamos e implementamos o Laboratório Experimental. As ações participativas de democratização das práticas museológicas defendidas pela ecomuseologia estão sendo desenvolvidas no Ecomuseu Ilha Grande a partir da pesquisa em andamento, ao mesmo tempo em que a mesma é alimentada pelas atividades e processos comunitários contínuos.

A partir das experiências vivenciadas junto à comunidade da Vila Dois Rios propôs-se o chamado Laboratório Experimental, que consiste no processo de sensibilização da comunidade em relação ao que ela mesma define como patrimônio e ecomuseu, por meio de conversas, cursos, projetos e atividades. A experiência passa

[243] A Museologia Experimental pode ser definida como o ramo da Museologia que se desenvolveu internacionalmente depois dos anos 1970, entendendo os museus como processos sociais baseados na experiência humana sobre um dado território ou espaço socialmente construído. Ela tem a sua origem no movimento da Nova Museologia, e mais particularmente na associação que o precedeu na França, intitulada Museologia (nova) e Experimentação social, datando de 1982. Disponível - https://historiadamuseologia.blog/conceitos/museologia-experimental/ - acessado em março de 2019.

por fases que poderíamos chamar de ‘auges’ ou ápices da experimentação, que podem acontecer em diferentes momentos do processo, ou seja - é onde acontece o momento da apropriação das ideias do ECOMIG, da transformação do olhar e das atitudes; é quando o grupo se torna uma comunidade ativa dentro do processo do que acreditamos ser ecomuseu. Posteriormente, acontece a propagação das ideias a partir do diálogo e principalmente de ações para com os outros membros da comunidade, atingindo cada vez mais pessoas e incentivando a mudança de ideias e posturas – até chegar ao processo de musealização da Vila Dois Rios, ainda em andamento.

A escolha da Vila Dois Rios para a realização do Laboratório Experimental justifica-se não apenas por sua peculiar história prisional, mas por ser o local onde estão sediados a UERJ e os núcleos do ECOMIG, o que vem facilitando a pesquisa e os estudos de campo. A maior viabilidade de acesso, transporte e permanência facilita o desenvolvimento das ações. A boa relação que a equipe do ECOMIG vem desenvolvendo ao longo dos anos com a comunidade local facilita o diálogo e a atuação desses atores na proposta aqui sugerida, aumentando a viabilidade do projeto. O Laboratório Experimental é como um método de pesquisa-ação, que consiste no desenvolvimento de experiências e de processos relacionais continuados entre os membros da comunidade da Vila Dois Rios e a Equipe do Ecomuseu Ilha Grande, a partir da definição e apropriação do seu patrimônio e território. Essa metodologia leva em conta o processo de identificação dos patrimônios da comunidade e os procedimentos para a musealização do território. Todas essas relações e a proposta do Laboratório Experimental não serão rotuladas, pois nesse caso o que nos importa são os processos, fluxos e dinâmicas deste território musealizado com sua comunidade; aqui, apenas apontamos as fases de reflexão sobre as ações desenvolvidas.

Para melhor análise do que estamos propondo sob o nome de Laboratório Experimental, dividimos em três fases as práticas e experiências vividas junto à comunidade da Vila Dois Rios: a) sensibilização da comunidade em relação ao que define como patrimônio e ecomuseu; b) apropriação e difusão dos patrimônios; c) musealização. Esta proposta não funciona como uma fórmula para ser aplicada nos museus comunitários: é um movimento dinâmico, legitimado a partir das demandas e relações com a comunidade. Vão surgindo propostas e ideias conjuntas onde a experiência ecomuseal acontece.

Fig. 303 - Fases do Laboratório Experimental realizado na Vila Dois Rios – Ilha Grande



Fonte: Elaborado pela autora

A) Primeira Fase

A **primeira fase** consiste no processo de sensibilização da comunidade em relação ao que define como patrimônio e ecomuseu - a partir de conversas, cursos, projetos e atividades. Acontece o início da escuta, do conhecer, da aproximação efetiva da comunidade – física ou mental: trata-se de conhecer os anseios, desejos e expectativas de vida dos atores locais, como indivíduos e como coletividade; e identificar qual o papel do museu, neste caso, do Ecomuseu Ilha Grande, neste território.

Figura 304 – Primeira Fase do Laboratório Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os vários processos de sensibilização realizados destacamos o Curso “Museu, Patrimônio e Mediação Cultural”, que teve o intuito de conversar, formar, conhecer e trocar experiências sobre a história da Ilha Grande, definir o que é considerado patrimônio e Ecomuseu para cada um, além de discutir sobre a mediação cultural, sobre o museu e sua função na sociedade - para que os moradores locais pudessem reviver e dividir suas memórias sobre a época do presídio e da criação do ECOMIG na vila Dois Rios. O curso iniciou-se com os moradores que trabalham nos núcleos do ECOMIG, com uma proposta de formação e ao mesmo tempo como ferramenta de conhecimento dessas realidades, e de sua propagação para os demais moradores. De fato, a participação no curso fez com que iniciassem um comportamento como indivíduos-multiplicadores deste processo, tanto em relação ao que aprenderam quanto ao que ensinaram. A repercussão na comunidade foi bem positiva e surgiu a demanda e a solicitação de um novo curso para abranger mais pessoas da vila.

A sensibilização foi iniciada na praia de Dois Rios, durante o percurso do grupo até a praia, a partir da escolha de uma pedra. Assim, reunidos à beira mar, cada um falou sobre o que aquela pedra tinha em comum consigo. Cada pedra continha características próprias e as pessoas foram convidadas a refletir sobre si mesmas a partir desse contato. Foram depoimentos emocionantes, falaram sobre várias qualidades e defeitos que cada um tinha e em que poderia contribuir com aquele grupo - suposta comunidade - partindo da ideia de que estaríamos isolados na Ilha Grande. A partir deste momento, o senso de grupo e de união permaneceu ao longo de todo o curso.

Figura 305 – A Pedra



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figuras 306, 307 e 308 - Curso “Museu, Patrimônio e Mediação Cultural”







Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Posteriormente, foi iniciada a apresentação e discussão sobre a história da Ilha Grande. Muitos não conheciam a história do lugar em que moravam e outros complementaram com o que ouviram dos seus familiares, que residem ou que viveram na ilha. Foi uma importante troca de informações. Em seguida discutiu-se sobre a história dos museus, o que cada indivíduo definia como seu patrimônio e o que significava um ecomuseu para cada um. Foi feito um quadro com as palavras-chave resultantes das respostas e definição de cada um.

Figura 309 - Definição do que é Ecomuseu e Patrimônio



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Esse é mais um momento de sensibilização, seguido da apropriação do conceito e da definição própria de cada um - não a definição que está nos livros, mas o que eles acreditam ser ecomuseu. Observou-se o esforço que cada um teve de querer pesquisar, estudar para falar bonito durante o curso; e constatou-se que no final foram tocados pela valorização das suas memórias e histórias. Presenciamos algumas vezes os participantes dizendo orgulhosos aos outros membros da comunidade: “somos o ecomuseu, vocês sabiam disso?! Sem nós ele não iria existir!”

A seguir, apresentamos uma foto da manifestação sobre o fim do presídio e desenvolvemos uma discussão sobre as memórias que cada um tinha sobre esta época. Vários moradores reconheceram seus familiares na imagem e relembraram as experiências que viveram neste período.

Fig 310 - Manifestação contra a implosão do presídio



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Fizemos uma dinâmica de abrir a janela desde onde estávamos e estimulamos os moradores a observar com outro olhar o lugar em que vivem e o que reconheciam de mais importante para suas vidas e famílias. Retornamos ao Museu do Cárcere, antigo presídio, e visitamos as salas, exposições do que tinha sido transformado e os espaços dos quais eles efetivamente se haviam apropriado, explicando cada detalhe do museu.

Esta experiência inicial de sensibilização, de tentar olhar de modo diferente para o que já estava naturalizado na vida da comunidade, foi um exercício bastante interessante e que nos permitiu acessar memórias em sua maioria difíceis de falar e dividir com o outro. E cada um, de acordo com seu lugar de fala e experiências vividas no período prisional, nos proporcionou reviver histórias tristes, mas também alegres, o que seus pais falavam e lhes haviam ensinado, as relações com os presos, com o território, com a comunidade local; identificaram o que consideravam importante para

eles e o que definiam como patrimônio naquele território em que vivem. No intuito de continuar conhecendo cada vez mais as pessoas, suas histórias, memórias e a relação com o ECOMIG, demos continuidade ao Projeto Museólogas de Família, já citado anteriormente: a proposta foi conhecer e registrar a memória e história contada por cada morador da vila. Realizamos entrevistas para compreender e conhecer como chegaram até Dois Rios e construíram suas vidas naquele território tão importante para eles.

Figuras 311 e 312 – Entrevistas com Jéssica/Jesiel e Eliana





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A partir dos cursos, atividades e entrevistas junto à comunidade elaboramos o quadro abaixo, um com as definições do que é ecomuseu e patrimônio para alguns membros da comunidade:

Quadro 13- Definição de Ecomuseu e de patrimônio para a Comunidade da Vila Dois Rios

Comunidade da Vila Dois Rios	
Definição de Ecomuseu	**Definição de Patrimônio**
É o estudo sobre os povos antigos que habitam a Ilha Grande.	É uma coisa que eu tenho e é meu. O Patrimônio da Vila Dois Rios são os moradores.
Visa o estudo, a conservação, proteção e a valorização cultural e natural da ilha.	Minha família e o lugar que moro Dois Rios e Sr. Júlio.
É bem atual - ele mostra o presente, o passado e o futuro, está tudo num contexto só.	É a história de todos.
É uma valorização da nossa vida, da nossa história e do nosso lugar, é não deixar morrer essa história.	Eu sou um patrimônio aqui na Vila Dois.
É uma interação maior com a comunidade, preservando a história, preservando o lugar. É o museu e a comunidade juntos! Ele tem uma ação social com a comunidade.	É a cultura do local é a pesca, o peixe com banana, a praia, o rio, a Teresa, sr. Júlio.
É aquilo que ecoa vive de ações sociais, econômicas e cultura para essa comunidade.	É a Ilha Grande em si, a Vila Dois Rios a história que está se mantendo ali viva.
É uma instituição maior que visa conservar esse território com seus bens materiais e imateriais das pessoas que vivem aqui é conhecimento.	São esses bens materiais e imateriais, as pessoas, as casas, a história.

É algo essencial para todos e resgata história do passado para passarmos para as novas gerações, são os tesouros humanos de Dois Rios sr. Júlio, Sr. Pedro.	É o meu filho, hoje saber que ele vai brincar na mesma praia que eu.
São valores históricos de uma comunidade e são trocas de cultura de quem vem visitar.	É tudo aquilo que temos.
Não visa apenas o patrimônio e a história local, ele visa o ambiente e o meio ambiente onde ele está inserido.	É toda Vila Dois Rios, essas praias maravilhosas, essas montanhas, toda a parte arquitetônica e os moradores toda vila Dois Rios é Patrimônio do Ecomuseu.
É aquele que tem a integração da comunidade.	É a presença do passado que a gente conserva ao logo do tempo para dar continuidade a história, aos filhos, as gerações.
É a união da casa, do local, espaço com a história de pessoas.	É minha mãe que é mais antiga que é patrimônio vivo, o presídio, chafariz, a zeladoria, que é o museu do meio ambiente, a escola, o cinema, é a vila toda.
É a conservação e valorização da história da Vila Dois Rios.	É Dois Rios e o Ecomuseu.
É uma instituição que visa o estudo a conservação e valorização do modo de vida e do patrimônio cultural e natural que conta a história cultura caiçara e natural da Ilha Grande.	São os bens culturais e naturais que tem sua importância reconhecida e que passa por um processo de tombamento para que seja protegido e preservado que pertence uma pessoa.
É o território e suas relações sociais e culturais que o definem.	É Dois Rios.
Foge da visão tradicional do objeto e se foca não só no patrimônio físico, mas do que está entorno, o ambiente, meio ambiente, a comunidade, a história a vida.	É o que faz parte desse território dessa memória e história sendo tangível ou intangível.
É o que tem dentro de nós	Seria qualquer bem material ou imaterial que pode pertencer a uma pessoa ou a várias pessoas a uma cidade, uma nação, ao mundo, instituições, empresas importantes para um grupo de pessoas. Dois Rios, o mais importante são as relações das pessoas e a história que tem aqui.
É a junção de saberes, do material e do imaterial.	É o valor sentimental seja individual ou coletivo que você dar aquilo que vai trazer a grandeza da continuidade.
É a preservação da história da comunidade é a oportunidade que a comunidade tem de se valorizar, de começar a interagir, agir e trabalhar em conjunto para preservar essa memória.	São os moradores, o presídio, a natureza da Vila Dois Rios.
Engloba a valorização da comunidade, a capacidade de criação e recriação.	É uma coisa que é seu que você conseguiu. O Ecomuseu é um patrimônio da Vila Dois Rios.
É tudo que está aqui na Ilha grande	É uma coisa que temos que zelar preservar é a continuidade é cuidar.
É o que guarda as nossas relíquias.	São essas casas que a gente ocupa, os prédios, os objetos que estão aí e nós também somos patrimônio.
É voltado à parte de ecologia de meio ambiente, turismo sustentável e educação ambiental.	É o patrimônio humano material humano que nós temos aqui, mas o imaterial são as lembranças das pessoas que é nascida e criada aqui, aquelas histórias que dá gosto de você parar e ouvir.
É uma junção da cultura, do campo, do rural, um museu a céu aberto.	É o Ecomuseu, as próprias pessoas daqui que tem as histórias e importância para esse local, a vila toda é patrimônio.
É tipo um eco, um som que faz chegar as pessoas.	São as pessoas que moram aqui, a história, os paralelepípedos, os tijolos da alvenaria, a máquina velha, a nossa praça, os nossos monumentos, e todo o patrimônio da vila dois rios, o Ecomuseu, cada pedra dessas é uma história e deveria ser guardada no arquivo, é uma obra de arte foi feito à mão. Nossos costumes, a pesca artesanal.
É como um parque ecológico, tem a ver com ecologia, história, um museu que conta a história do local e da comunidade.	O melhor patrimônio era o presídio. É o que é disponibilizado pela instituição.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

No quadro acima foi apresentada a definição de Ecomuseu e patrimônio para a comunidade. Cada entrevistado foi convidado a expressar a sua visão do que seria, primeiro, Ecomuseu e, em seguida, patrimônio. Ao realizarmos a sistematização do que foi discutido e definido pela comunidade sobre esses dois conceitos, faremos uma análise das principais ideias apontadas.

No curso “Museu, Patrimônio e Mediação Cultural” foram destacadas três palavras em relação ao Ecomuseu: Conservação, proteção e valorização - especificamente da história da Vila Dois Rios, da presença no território, da lembrança dos povos que habitaram a ilha antes mesmo do presídio, da relação com o [nosso] espaço, da força das relações sociais; e ainda o ambiente, o meio ambiente, os jeitos de ser que existem na vila, a produção de conhecimento, a vida que existe [aqui] nesse território; é o que ecoa, é aquele que traz as coisas que ecoam em ações sociais e econômicas para a própria comunidade.

Com referência ao patrimônio foram destacados: as instalações pertencentes a órgãos públicos, as casas, o conjunto arquitetônico, a arquitetura, [minha] família que representa tanto o presente quanto a memória passada, a história de Dois Rios, Dois Rios inteira - é impossível fragmentar uma coisa da outra, pois tem a praia, a vila, o ecomuseu; e os atores: Teresa, sr. Júlio, dona Neneca, pessoas que são os tesouros humanos de Dois Rios, as histórias que vêm através dos antigos e as contribuições que todo mundo traz enquanto patrimônio, essa relação de espaço relacionada com a história, bens materiais e imateriais, a troca de experiências, “meu filho nadando e brincando na mesma praia que eu”.

Há uma forte percepção sobre a relação do Ecomuseu com o passado. Passado vivido por eles, por seus ancestrais, por outros povos: é o passado no tempo do presídio, no tempo dos caiçaras, dos escravos, dos índios. Mas não é apenas o Tempo: há uma percepção igualmente importante sobre o local, o lugar, o espaço em que vivem e em que seus antecessores viveram: o território. Nesta dimensão, de forma até surpreendente, quando analisado o conjunto das respostas, há a compreensão da importância da junção entre história, território, cultura e meio ambiente. Juntam-se saberes, conhecimentos, vivências, ecologia, patrimônio, todos os elementos interligados pela comunidade. Há uma noção expressa em boa parte das falas sobre o protagonismo da comunidade na existência do Ecomuseu. E que esse conjunto é o que integra e une a todos e compõe a sua identidade enquanto comunidade.

Na parte relativa ao Patrimônio, aparecem muitas falas centradas na visão individual e particular: o patrimônio é meu, de meu filho, da minha família. Entretanto, sobressaem-se dois aspectos principais: o patrimônio pertence à comunidade; e as pessoas que integram essa comunidade também integram o seu patrimônio. A noção

de patrimônio relatada pelos moradores, quando juntamos os seus depoimentos, é composta das ruínas do presídio, seus prédios – escola, igreja, chafariz -, suas casas, praças, lugares – marcando o patrimônio histórico -; das formas de vida, da pesca, das memórias, das pessoas e suas histórias – identificando o patrimônio cultural -, bem como da praia e da natureza – caracterizando o patrimônio ambiental ou natural. Cabe notar que há em algumas falas a percepção de que o Ecomuseu é patrimônio da comunidade de Vila Dois Rios, bem como a comunidade da Vila Dois Rios é também patrimônio do Ecomuseu Ilha Grande. Embora não tenha sido verbalizado na maioria das falas, o aparecimento dessa noção, com o seu caráter dialético, expressa a percepção, ao menos por parte dos moradores, da crescente interação entre o museu e a comunidade.

Não pretendemos aqui retomar a reflexão acadêmica sobre o conceito de ecomuseu. Mas é importante recuperar o fato de que a formulação teórico-conceitual desse tipo de museu envolve as noções de patrimônio total ou integral, participação comunitária, desenvolvimento local e meio ambiente ou território. É fundamental destacar que o termo se tornou sinônimo de “um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral - entendido como patrimônio - e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem” (Scheiner, 2012).

Scheiner (2012, p. 24) lembra que o termo “ecomuseu” usado por Varine foi uma ocorrência circunstancial e que o próprio autor solicita que as experiências que assim se reconhecem sejam nomeadas 'museus comunitários'. Vale ressaltar que o ecomuseu, segundo a autora, seria uma das formas de reatualização do fenômeno Museu, adequada à época de sua emergência:

> O ecomuseu não é, certamente, uma ruptura com o museu tradicional, nem a única forma de relacionar, de forma ativa, museus e sociedade. Mas, sem dúvida, constitui uma alternativa interessante para a ressignificação de comunidades que desejam valorizar e dinamizar suas relações com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local – desde que não seja percebido como ferramenta (como quase sempre acontece), pois ferramentas são instrumentos que levam facilmente à manipulação (SCHEINER, 2012, p.24-25).

Essas referências são importantes, mais do que conceitos que se transformam em camisas de força para tentar explicar a realidade, e que muitas vezes estabelecem uma relação de poder e controle por parte de especialistas sobre o processo. Elas balizam o que podemos apreender da fala dos representantes da comunidade de Vila Dois Rios. Porém, o que significa Ecomuseu para essas pessoas vai além dos conceitos e definições que estudamos. Muitas vezes consideramos que tais iniciativas não são

ecomuseu por não seguir determinados parâmetros. Um dos grandes responsáveis pela criação da ideia de Ecomuseu iria afirmar, já em 1978:

> Não há nenhuma questão aqui de uma doutrina fixada de uma vez por todas, que se deve preservar de heresias e de cismas. A riqueza da ecomuseologia reside na sua diversidade e no florescimento de interpretações, de experiências, de pesquisas indo em todas as direções a partir de um mínimo de ideias comuns (VARINE, 1978, p. 469).

A partir desta afirmação de que não existe uma doutrina fixa ou uma fórmula museológica a ser seguida, podemos com certeza afirmar que o Ecomuseu Ilha Grande é um Ecomuseu - academicamente falando -, por seguir os critérios do Creusot, das teorias influenciadas pela prática a partir de Varine (1987) e Rivière (1985); mais do que isso, é um ecomuseu para a comunidade da Vila Dois Rios, considerado por ela guardião das memórias mais importantes do lugar e das pessoas que ali habitam, além de valorizar e acreditar no potencial que cada um tem individualmente e coletivamente.

O Ecomuseu sem dúvida perpassa a noção isolada dos termos patrimônio, território e comunidade, tão citados neste trabalho: ele transcende as relações, os processos e as ações e dinâmicas entre esses conceitos e os transforma em desenvolvimento comunitário - seja na conscientização e valorização da comunidade e seus patrimônios, na ressignificação dos seus valores ou na melhoria das relações concretas e abstratas que a experiência ecomuseal permite vivenciar -, num território musealizado e recriado pela e para a comunidade local, de acordo com suas necessidades no tempo e no espaço.

A partir das qualificações citadas acima sobre ecomuseu e patrimônio, poderíamos arriscar uma possível definição destes termos, com base no que foi expressado pela própria comunidade da Vila Dois Rios:

Ecomuseu é dar importância à história, ao território, à cultura e meio ambiente em que vive a comunidade, juntando os saberes, conhecimentos, vivências, a ecologia, o patrimônio, todos eles elementos interligados e protagonizados pela comunidade;

Patrimônio são bens históricos, culturais e naturais de uma comunidade que podem ser individuais e/ou coletivos e que pertencem às pessoas que integram essa comunidade e que os desejam deixar para as próximas gerações.

De forma geral, percebemos que as duas definições e todas as outras mencionadas anteriormente vão ao encontro das conceituações teóricas estudadas por nós pesquisadores, ou seja, se fizermos um esforço de conceituar a prática e um exercício interessante de praticar a teoria, iremos sem dúvida vislumbrar o verdadeiro significado do Ecomuseu. Discutir o Ecomuseu é sem dúvida um desses exercícios fascinantes e desafiadores que só existem quando teoria e prática andam juntos e se

complementam. Ecomuseu é um exercício da práxis. Fica perceptível que a comunidade da Vila Dois Rios é uma comunidade “consciente” - como diria Varine (1987) - dos seus patrimônios e do Ecomuseu que deles se constitui. A cada dia essa comunidade se renova com novas práticas e cria suas teorias a partir do “jogo” cotidiano das relações com o meio em que vive, na interação e integração entre si mesmos, reconhecendo seus patrimônios, enaltecendo seu território, cultura e processos sociais. Esses são fluxos e dinâmicas de um território musealizado que se desenvolve a partir da experiência “ecomuseal”, tão emblemática na museologia.

B) Segunda Fase

Na **segunda fase** da experimentação acontece o início da transformação do olhar que perpassa pela apropriação e difusão e que pode acontecer em diferentes momentos dentro do processo da experiência ecomuseal, no sentido de interligar três conceitos que fundamentam e fazem o ecomuseu existir: patrimônio, território e comunidade; e de perceber como essas relações ocorrem de forma integrada, atingem o ápice da apropriação da ideia do ECOMIG e difundem-se com palavras e principalmente ações. Cada indivíduo dessa comunidade passa a agir como propagador das ideias e do conhecimento apreendido, acreditando e vendo a experiência como uma oportunidade para os outros membros do grupo.

Figura 313 – Segunda Fase do Laboratório Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

Um exemplo desta experiência atingindo o seu ponto máximo é o da iniciativa do casal de moradores Jesiel e Jéssica[244] - responsáveis pela criação do “Parquinho Feliz” - área de lazer para as crianças; da música “Somos UERJ”, que retrata a resistência da universidade diante da crise e dos ataques sofridos; e da “poesia caiçara”, em que enaltecem as virtudes da comunidade tradicional na Ilha Grande. Em seu depoimento, demostram sua iniciativa e ações em prol da comunidade e a parceria com o ECOMIG:

> Temos que ter um lado voluntário, né. Tem algumas pessoas que falam você é bobo, fica fazendo as coisas sem dinheiro, você fica querendo colocar a mão onde não pode colocar a mão, fica se metendo. Eu não vejo assim, tenho minha casa, sou morador, sou vigilante, trabalho na área, mas tenho minha vida circular, eu tenho uma visão do que eu posso trazer para comunidade. No caso aqui, vou ser muito sincero: de lá para cá, 15 anos, os adolescentes e as crianças nunca tiveram uma coisa e de repente eu estava de serviço e já fazia artesanato, transformar o lixo, então comecei a pensar em pneu, comecei a pensar e criei a ideia de fazer um Parquinho para as crianças. Conversei com minha esposa e fui passando para as pessoas e para os gestores presentes; algumas pessoas não atenderam e outros atenderam, inclusive o museu, que nos atendeu de braços abertos, tem nos apoiado com a questão de material, enfim o que a gente precisar o museu está aí para atender a gente. E a gente conseguiu fazer um Parquinho. A universidade cedeu o espaço, o material e agora temos o parquinho que estamos ainda ampliando, vamos fazer muitas coisas, né. Eu tenho muitas ideias para fazer. Voluntariamente eu e minha esposa e algumas pessoas da comunidade estamos fazendo de pouquinho e pouquinho. Eu quero mostrar à comunidade que nós podemos fazer. Somos uma comunidade pequena e uma hora vão chegar e dizer: Jesiel, estamos juntos. Pintaram os meios fios e tá ficando bonita e tem muitas coisas para acontecer na comunidade. Essa é a nossa visão de trazer para a comunidade, de colorir, mas infelizmente tem pessoas que acham que a gente é ignorante porque falamos alguma coisa. Não é por causa de quatro ou três pessoas que falam algo, que a gente vai desmotivar. Vamos continuar fazendo. A minha ideia é colorir essa comunidade, é fazer algo novo, como está linda essa comunidade tudo pintadinho, colorida. A inauguração do Parquinho Feliz foi com a festa das Crianças (Jesiel, entrevista realizada em 14 de abril de 2018)

O “Parquinho Feliz” é um grande exemplo desse processo de apropriação e difusão que neste caso aconteceu com o casal, pela aproximação das ideias do ECOMIG: participaram do curso, do projeto de reciclagem e formação do artesão, como foi o caso do Jesiel - que já trabalhava como vigilante da Uerj, atuava no Museu e fornecia suas obras de arte para venda no Museu do Cárcere. E Jéssica atua como mediadora do ECOMIG, recebendo o público visitante e trabalhando através do Ecomuseu para a comunidade local.

[244] Jéssica e Jesiel são moradores da Vila Dois Rios e têm três filhos - Miguel, Kaleb e Benjamin. Ele trabalha na função de vigilante de uma empresa contratada pela UERJ na Ilha Grande; e ela, como mediadora do Ecomuseu.

Figuras 314, 315, 316 e 317 – “Parquinho Feliz”






Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Neste sentido, o museu trouxe para a comunidade novos olhares sobre o território em que vive, permitindo a valorização do grupo e de suas ideias. Não apenas fornecendo bens materiais ou recursos, mas a oportunidade de incentivar a criação de bens comuns para o grupo. É trabalhando, propondo soluções, atividades, produtos que atingimos os outros através das ações que vão sendo desenvolvidas - uma espécie de espírito contagiante que vai passando de um para o outro. E assim as coisas começam a acontecer.

Uma outra experiência partiu da ideia de que a relação entre os pilares do ecomuseu - território, patrimônio e comunidade – precisa ocorrer de forma integrada, indissociada e em processo contínuo. Esta relação proporcionou o desenvolvimento da noção de pertencimento à universidade por parte da comunidade - algo inédito, e que resultou na criação da música “Somos UERJ”:

> A música surgiu assim, estava acontecendo aquilo tudo com a universidade e todos estavam sensibilizados. Aí alguém me pediu para fazer um vídeo que estava tendo uma campanha sobre a UERJ e eu fiz um vídeo. Eu falei para ela, Jéssica, eu fiz um vídeo falando da universidade e quero fazer uma coisa diferente com você. Ela disse - o que? Nós vamos fazer uma composição a sua manifestação e a sua gratidão, a sensibilização será a música. Então, como eu faço a música muito rápido, assim eu preparo a letra, eu chego para ela e já pego o tom e alinho a música, aí ela, que me ajuda pelo total, porque ela que diz tira esse, bota isso aqui e a gente vai arrumando. Então, a gente

> fez Somos Uerj. Passei no mesmo dia que preparamos a música, gravamos e mandamos para você - e aí Vivianne, está aprovada e você disse que a letra estava ótima e tal e você gostou; e a gente não esperava essa surpresa da gente de cantar na universidade. Foi muito bom! (Jesiel, entrevista realizada em 14 de abril de 2018)

Música: "Somos UERJ" (Autores: Jesiel e Jéssica)

O sistema está falido e estou de pé.
Estão me maltratando mais eu aguento.
Falam que não há jeito, simplesmente não tem jeito e o jeito é terminar comigo.
Eu tenho uma história de conquistas, conceitos que vão além de um sistema falido. Lutas e conquistas, méritos reconhecidos, somos uma multidão que não vai se render.
Estamos aqui, nós vamos vencer, não vamos parar, vamos trabalhar numa só voz
Somos UERJ, vamos lutar, lutar até o fim.
Todos juntos conquistaremos.
Somos UERJ! Somos UERJ! Somos UERJ!

Figura 318 – Apresentação de Jéssica Neves e Jesiel Pimenta na UERJ



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Esta música demostra o apogeu da experiência do ecomuseu no Laboratório Experimental da Vila Dois Rios. É o momento em que alguns membros da comunidade se apropriam da UERJ a partir das ações iniciadas pelo ECOMIG, no momento mais difícil, crítico e crucial da história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É neste momento de dificuldades, com salários atrasados, sem infraestrutura básica de funcionamento, que Jesiel e Jéssica olham aquele cenário, sentem na pele as dificuldades e se identificam como UERJ, gravam vídeos de apoio à instituição da qual acreditam fazer parte e partilham com os outros. Num domingo à tarde eles entram em

contato conosco e falam que fizeram uma música em homenagem à UERJ, gravaram e me enviaram o áudio. No Seminário de 10 anos do ECOMIG apresentaram-se com muito orgulho para todos os participantes do evento, emocionando a muitos pela força da canção que retratava aquele momento tão difícil. Para nós foi um aprendizado, foi emocionante.

O Seminário 10 anos do Ecomuseu Ilha Grande foi realizado na UERJ e no seu âmbito montamos uma mesa da comunidade da Vila Dois, para que alguns membros da comunidade pudessem falar das suas experiências com o ecomuseu e enquanto ECOMIG durante esses dez anos. A maioria não conhecia a UERJ à qual pertencia, e tinha muita curiosidade de conhecer, além de solicitar a oportunidade de visitar dois museus no município do Rio de Janeiro, pois essas pessoas conheciam apenas aquele museu onde trabalhavam. Nos organizamos e com ajuda de um dos setores da UERJ em plena crise conseguimos hospedá-los em um hotel de luxo e levá-los para conhecer o Museu Nacional e o Museu do Amanhã. Foi uma visita muito marcante para todos.

> Lá na universidade [comemoravam] 10 anos de museu e nós lá. Eu falei: nossa, isso é muito bom, mas por quê? Porque é o museu que está abrindo esse caminho e trazendo o conhecimento. Nós moramos no mato e eu fiquei muito emocionado quando recebi o convite, eu sei da minha capacidade, mas eu nunca pensei que um dia eu fosse sentar perto de doutores né, professores, e a gente trocar assuntos deles e esses doutores olham para você assim. Da gente ter recebido um convite e ter palestrado e a pessoa que um dia me tirou do carro e me humilhou, me deu um abraço com olhos cheios de lágrimas, veio para mim e disse eu nunca pensei que alguém de Dois Rios fosse chegar nesse mundo e falar tão bem nessa palestra ai me deu um abraço. O Ecomuseu Ilha Grande vem mostrar para você, te convida a construir um futuro melhor, vem cara levanta estou aqui para te ajudar você tem capacidade, você pode (Entrevista com Jesiel Pimenta, realizada em 14 de abril de 2018).

A participação efetiva da comunidade no Seminário dos 10 anos do ECOMIG, na mesa “O Ecomuseu pela comunidade: o olhar de Vila Dois Rios/Ilha Grande” representou um marco no sentido de quebrar alguns paradigmas das relações entre UERJ e comunidade. Deu oportunidade de expressar o que pensam, acreditam, falar das suas experiências e saberes e sua relação com o ECOMIG durante esses 10 anos. Colocar a comunidade, como citado por Jesiel, ao lado de doutores, num mesmo patamar de discussões; foi sem dúvida mais uma experiência que demostrou o quanto o ECOMIG pode potencializar e valorizar saberes, trazer diferentes formas de integração e transpor barreiras raramente transpostas na universidade.

Figura 319 - Mesa “O Ecomuseu pela comunidade: o olhar de Vila Dois Rios/Ilha Grande”



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figuras 320 e 321 - Visita ao Museu Nacional e Museu do Amanhã





Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Um outro exemplo interessante da experiência de apropriação e difusão do conhecimento para as gerações futuras foi a proposta da “Segunda Criativa”, que surgiu a partir da visita técnica “Volta à ilha”, com o objetivo de apresentar a equipe do ECOMIG às 15 vilas da Ilha Grande, no intuito de fazer contato com as outras comunidades locais para o desenvolvimento de atividades e parcerias. Alguns membros da comunidade que trabalham no ECOMIG puderam ter a oportunidade de conhecer as outras vilas e suas comunidades, necessidades e demandas, identificando o que o ECOMIG poderia articular junto às mesmas. Foi uma experiência interessante que desencadeou a vontade de querer contribuir com outras comunidades ao perceber que os problemas da comunidade de Dois Rios não são os piores enfrentados na Ilha Grande. Apesar de serem difíceis, existem vilas em situações ainda mais delicadas, como, por exemplo, não ter energia elétrica, telefone, nem transporte para atender as necessidades locais.

Figura 322 – Visita técnica “Volta à Ilha”



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A Segunda Criativa iniciou-se com a proposta de incentivar as mediadoras, atualmente chamadas de educadoras do ECOMIG, a contribuir, desenvolver ações e atividades junto às comunidades da Ilha Grande como meio educativo, de integração e desenvolvimento local. Inicialmente, está sendo realizada na vila Dois Rios como um dos processos ligados ao Laboratório Experimental. Toda segunda-feira são realizadas atividades com as crianças da vila: aulinhas práticas de educação ambiental, leituras na biblioteca comunitária, reforço com as tarefas escolares, brincadeiras na praia, na quadra e no Parquinho feliz, oficinas artísticas e de reciclagem. No início surgiu um estranhamento com o fato de trabalhar para seus próprios filhos, sobrinhos e amiguinhos; mas posteriormente essas práticas foram apropriadas por elas como algo essencial para que as crianças se ocupem e aprendam novos conhecimentos. É mais um dos momentos do processo de apropriação e difusão para as futuras gerações da vila.

Figuras 323, 324,325 e 326 – Ação “Segunda Criativa”









Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Outro momento interessante de apropriação e difusão foi o livro escrito por Jesiel Pimenta, “Achei-me em um Lugar Chamado Ilha Grande”, que conta sobre a história do seu pai Getúlio Cantuária, desde seu nascimento, carreira, sua chegada em Dois Rios e a formação da sua família – demonstrando os modos de apropriação do território, da história da sua família e do lugar que nasceu e vive. Fomos convidados para fazer o prefácio do livro, juntamente com o prof. Gelsom. No dia 5 de dezembro de 2019, aconteceu o lançamento no Centro de Convivência do ECOMIG.

> Procurei apresentar nesse livro "ACHEI-ME EM UM LUGAR CHAMADO ILHA GRANDE", um pequeno resumo da história de Getúlio Cantuária. O assunto, ora abordado, é um exemplo clássico das surpresas da vida. Um jovem sonhador em busca de emoções, de desejos e realizações. Aqui o leitor vai embarcar numa aventura de emoções e conhecerá um pouco sobre essa tão famosa Ilha Grande e sobre as prisões. Empreguei todo o meu esforço e dedicação para apresentar um trabalho de qualidade pra você, leitor. Afinal, qual o verdadeiro sabor desse lugar? Qual o propósito que o lugar nos proporcionará? Como aceitar definitivamente o lugar? Eis a questão! Algumas definições para as tais perguntas. O lugar tem sabor? Quem define é você! O lugar tem propósito? O propósito encontrará você! Como aceitar o lugar? Quando conheceres o sabor e os propósitos desse lugar! (Apresentação de Jesiel, sobre o Livro no dia 05 de dezembro de 2019).

Figura 327 – Livro de Jesiel Pimenta morador da Vila Dois Rios



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

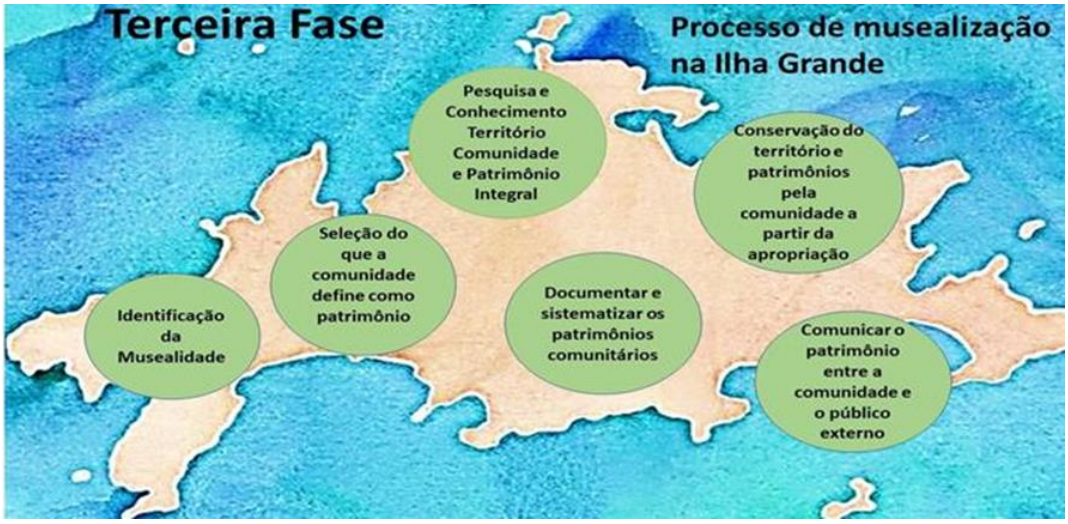
C) Terceira Fase

Como continuação do processo das fases 1 e 2, ou seja, da sensibilização, apropriação e difusão vai surgir a **terceira fase,** que consiste no processo de musealização da Vila Dois Rios – ora em andamento. A musealização está sendo discutida, pesquisada e analisada pelos membros da comunidade, pela equipe do ECOMIG e pelos acadêmicos da UERJ que atuam na ilha. Integram este processo as ações realizadas com cada membro da comunidade - entrevistas, reuniões, cursos, para discutir e identificar o que como patrimônio da comunidade. A proposta inicial é musealizar a vila Dois Rios como uma das ferramentas do laboratório experimental. Na verdade, o ECOMIG ainda está desenvolvendo o processo de musealização, que de fato é complexo e contínuo. A proposta abarca de forma integrada todo o conjunto - território, comunidade e seus patrimônios. Este processo tem sido valorizado e intensificado pelos agentes nele envolvidos, levando em consideração o título recente da Ilha Grande, outorgado pela UNESCO - de Patrimônio da Humanidade, na categoria Sítio Misto.

Para analisar o processo de musealização do território da Vila Dois Rios utilizaremos como fundamentação teórica e inspiração para aplicabilidade o conceito de musealização da autora Teresa Scheiner.

Scheiner propõe a musealização a partir de uma perspectiva fenomênica do Museu, como representação simbólica do modo de ser de uma dada coletividade. Trata-se de uma ação operatória que visa instituir novas dobras do real, isto é, novas realidades, em processos continuados de recriação que reflitam os tempos e relações sociais e as trocas simbólicas daquele grupo, numa dinâmica de ressignificação do território e do patrimônio e na continua reconstrução dessas relações. Segundo a autora a musealização de um território também inclui os sistemas classificatórios, a ênfase nas linguagens e a prevalência da figura do homem como imagem central de toda e qualquer representação. Um exemplo a partir desta perspectiva é o museu de território, já citado anteriormente, em que, segundo Scheiner (1998, p. 91), a relação do ser humano com o meio ambiente é mais ampla: nestes espaços tudo é patrimônio, considerando os elementos que os compõem nas suas diferentes dimensões, das características da paisagem até as dinâmicas das relações sociais - partindo da ideia de patrimônio integral.

Figura 328 – Terceira Fase do Laboratório Experimental



Fonte: Elaborado pela autora

O processo de musealização da Vila Dois Rios inicia-se primeiramente pela identificação da musealidade, pela valoração da comunidade e do território em que vive e pela seleção dos patrimônios, levando em consideração a ideia de museu e patrimônio integral. Assim, começa o desenvolvimento da pesquisa e conhecimento sobre o território, a comunidade e o patrimônio integral. A dinâmica documenta e sistematiza os dados pesquisados e coletados a partir do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG; e atua no sentido de conservar o território e os patrimônios por meio da apropriação, e de comunicar pela e para a comunidade essas realidades – que também poderão ser desveladas para o público externo.

Na medida em que o ECOMIG é um museu universitário, institucionalmente vinculado à UERJ; e que executa as suas atividades interligadas à mesma, essa característica contribui para tornar possível a efetivação deste processo: atualmente o museu conta com o já citado Conselho Científico, com pesquisadores de diferentes áreas, que estudam e atuam na Ilha Grande. Este Conselho enriquece todo o processo de informações e estudos sobre o território. Está em processo de discussão e formação o Conselho Comunitário, que também irá contribuir para estes estudos, a partir dos seus diferentes saberes. Estas ferramentas são utilizadas para fazer o registro, a pesquisa e a documentação em algumas das etapas da musealização.

Assim, o Ecomuseu Ilha Grande, enquanto museu híbrido (por seu um Ecomuseu e Museu Universitário), é capaz de agir em dois “mundo museais” diferentes, numa perspectiva científica e universitária de ação e reflexão, na medida em que também considera as relações e representações simbólicas produzidas no território e nos processos de reconhecimento do patrimônio a partir do olhar comunitário. Utiliza-se

de híbrida ação, entre o rigor científico da pesquisa e seus profissionais e as articulações sociais de interesse comunitário. Enquanto um percebe o território como meio de estudo e preservação da vida, a partir da biodiversidade e da ecologia de saberes, o outro percebe este mesmo território como espaço de desenvolvimento das relações sociais, das representações da memória; e na perpetuação deste poder simbólico de vivência e permanência no lugar.

A musealização do ECOMIG acontecia de forma dissociada, ou seja, não integral e plena, não incluindo o território - que deveria estar inserido dentro deste processo. Referia-se apenas à musealização do acervo de cada núcleo do ECOMIG, com suas especificidades, que vão desde objetos tridimensionais referentes ao presídio e à cultura caiçara até as questões imateriais e coleções vivas**.** Assim, iniciou-se o processo integrado - hoje em andamento - de catalogação das coleções dos núcleos do ECOMIG e o Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande, considerando a importância e atuação do verdadeiro Museu Integral.

A musealização do Ecomuseu Ilha Grande nasce de um processo contínuo de construção de valores, relações sociais, de ressignificações e representações simbólicas, de sensibilização; e da vivência entre pessoas de diferentes profissões, de saber científico e popular, que buscam um fim comum - preservar e entender melhor o que têm e como poderão dar continuidade ao ambiente, memórias, crenças, valores, tradições e patrimônios dos seus respectivos grupos.

Considerando o território - neste caso, a Ilha Grande - um patrimônio e objeto museológico dentro do processo de musealização do ECOMIG, é possível perceber que esta continuidade “patrimonial” é ali registrada sem nada tirar do seu lugar de origem. Deste modo, segue-se a proposta da musealização *in situ*, que tem um caráter mais aprofundado e menos “deformado” da realidade, pois o conjunto é musealizado no lugar em que se criou e se desenvolve, como parte de uma realidade que, embora seja um recorte, se (re)constitui a partir dos diferentes olhares e vivências de determinados grupos e suas gerações.

Neste sentido, a percepção da musealidade se faz e refaz, num processo contínuo de jogos simbólicos sociais, reflexo do seu tempo e espaço. Enquanto a musealização “tradicional ou clássica” tira o objeto ou museália do seu meio original para novas atribuições de valores e sentidos, muitas vezes com limitações e restrições, construindo meios “artificiais” e modificando simbolicamente a essência original, a musealização plena do território preserva sua história no local - *in situ* - e tira dali as produções e sentidos em torno do que está exposto no ambiente original. Nesse processo, leva em consideração suas raízes locais e transformação do tempo; as marcas e modificações são preservadas e não alteradas ou restauradas, como alguns

objetos, pois muitas mudanças são irreversíveis. No que se refere aos recursos naturais, por exemplo, embora possamos fazer um reflorestamento, jamais o conjunto será igual ao que foi, mas reflexo das transformações do seu tempo - seja de influências internas ambientais ou externas feitas a partir das interferências humanas.

Um exemplo deste processo de musealização in situ da Ilha Grande são as oficinas líticas, que expressam registro do seu tempo a partir da vivência dos índios que ali estiveram e deixaram suas marcas registradas para que as próximas gerações mantivessem as diferentes formas de expressão culturais e de viver no território. Neste sentido, o passado se faz presente: a musealização coloca em evidência essas marcas e memórias e a sua simbologia material e imaterial. O território, com suas expressões materiais de determinado período da história apresenta uma outra realidade, que serviu de exemplo para o atual momento; e aprofunda o olhar do ser humano para o seu tempo, além de experiências atuais que podem acontecer pelos processos de mudanças culturais e sociais. É o que Stránský assinalava como um processo social de atribuição de valor às coisas, que ultrapassa o colecionismo, e que também não se limita à esfera do museu convencionalmente instituído e sim amplia seu olhar para as relações.

Os núcleos do ECOMIG, seguem a lógica das atividades e operações museológicas dos museus tradicionais, na forma como cuidam do acervo e expõem realidades, tempos, espaços e representações de memórias.

A musealização é um processo dinâmico, construído a partir de negociações, disputas e ressignificação de valores; a cadeia operatória da musealização é, portanto, um elemento empírico e serve como modelo metodológico para a Museologia. As três fases citadas do Laboratório Experimental da Vila Dois Rios se retroalimentam, formando processos contínuos de novas redes de significados. O processo se recria a partir da constante “ressignificação da musealização”, considerando que a cadeia operatória das três fases do Laboratório Experimental é reinventada cada vez que são produzidas novas relações humanas, seja no contato com o território, com os patrimônios ou entre os membros da própria comunidade, criando novas realidades e possibilidades de ação, atuação e produção das relações sociais e representações simbólicas com o meio ambiente e a ecomuseologia. Assim, todas as três etapas do processo perpassam os diferentes saberes, sejam científicos ou populares; e sua compreensão transcorre da pesquisa museológica, num processo de investigação e que ao mesmo tempo considera suas ações e atividades empíricas.

A partir da experiência das três fases do Laboratório Experimental é possível ressaltar e considerar que além da cadeia operatória das atividades do museu na **preservação** (seleção, aquisição, gestão, conservação), **pesquisa** (com fins de catalogação) e **comunicação** (por meio da exposição, das publicações, entre outros),

é possível propor um processo preparatório que a antecede: seria o que chamamos de uma pré-musealização, ou cadeia conceitual participativa, onde existe um processo de sensibilização ou processo de “alertar” sobre o patrimônio local, de escuta, de apropriação do patrimônio. Muitas vezes, damos mais valor ao processo de musealização e à transformação de um objeto comum em objeto de museu-museália, sem levar em consideração todo o rico processo que o precede. A grande riqueza deste é, sem dúvida, poder articular ou tornar possível uma musealização integrada em todas as etapas, seja na pré-musealização (ou processo de preparação para a efetiva cadeia operatória da musealização), seja em considerar o território, sua biodiversidade e a comunidade também neste processo. Afinal, a proposta de um museu integral e o ecomuseu na sua potência é um exemplo perfeito, e claro, desta musealização de fato integral.

O Ecomuseu Ilha Grande é o primeiro ecomuseu do Brasil que está propondo uma musealização de fato integral e norteadora de registro do ecomuseu em todas as suas instâncias e dimensões, considerando desde a pré-musealização ou cadeia conceitual participativa até a cadeia operatória da musealização. A riqueza do ecomuseu é incorporar suas comunidades, maiores interessadas na articulação entre o saber cientifico e o popular, evidenciando suas redes de significados e elementos simbólicos potentes, considerando assim o Ecomuseu em sua plenitude conceitual e empírica. O acervo “museológico” encontra-se em processo de organização e a proposta é que se estenda à musealização do território como parte central do ECOMIG. A ação está sendo desenvolvida juntamente com a comunidade local, além do registro do patrimônio imaterial, no que se refere à ocupação humana, às memórias e histórias contadas pelo povo local.

Nesta perspectiva, foi iniciado o processo de pesquisa que desencadeou na sinalização da Vila Dois Rios, destacando o que é importante para a comunidade. Esses patrimônios reconhecidos pela comunidade estão sendo inventariados - desde as camadas que compõem o território até a ocupação humana. Foram feitas consultas aos moradores, que contribuíram para a identificação dos pontos de referência, de interesse, que integram o patrimônio local. Em seguida, foi realizada pesquisa sobre as informações históricas a respeito de cada um desses pontos, bem como entrevistas com os moradores da vila Dois Rios, suas memórias e histórias, que serviram de registro e acervo. Todo esse trabalho resultou em placas que reúnem essas informações e foram colocadas nesses espaços, junto com membros da comunidade. Nas placas são apresentadas imagens do passado e do presente, bem como dados sobre o patrimônio, que funcionam como dispositivos informacionais para o público visitante.

Figuras 329,330,331,332, 333 e 334 – Placas de sinalização



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Ainda dentro do processo de musealização foram criadas atividades de integração como o mutirão da Vila Dois Rios - com pinturas, colocação das placas de sinalização e inauguração do Centro de Convivência no antigo Cassino, como era chamado pelos antigos funcionários do presídio, local que servia como espaço de lazer, festas, reuniões e integração da comunidade e que estava abandonado. A ideia era mobilizar a todos a organizar o Centro de Convivência como um espaço para a própria comunidade e o ECOMIG realizarem atividades, oficinas, cursos, eventos e festas. Quando o ECOMIG assumiu a gestão do Centro de Convivência, organizou junto com a comunidade um mutirão de limpeza e manutenção do espaço, no intuito de partilhar e

incentivar a apropriação do lugar, bem como sua utilização e manutenção. O “Mutirão da Limpeza”, como ficou conhecido, terminou com um angu à baiana feito pela comunidade. Foi realizado ainda um mutirão de recuperação do telhado e das instalações elétricas e hidráulicas, com funcionários do ECOMIG, do CEADS e a comunidade. O Centro de Convivência foi inaugurado em 17 de agosto de 2018, com apresentação artística de membros da comunidade, artistas da Ilha Grande e do Instituto de Arte da UERJ.

Figura 335– Mutirão da Limpeza no Centro de Convivência, antigo Cassino do presídio



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figura 336,337,338,339 - Inauguração do Centro de Convivência (17 de agosto de 2018)









Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Para o registro e concretização da documentação está sendo implantado o Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG, que consiste numa metodologia fundamentada na ecologia de saberes, que abrange o conhecimento, registro, pesquisa e comunicação sobre o território da Ilha Grande, conforme será apresentado no próximo tópico.

4.5 - Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG

A partir das reflexões sobre ecomuseu, da nossa vivência junto à comunidade da vila Dois Rios e diante da complexidade e diversidade de informações reunidas pelo ECOMIG, verificou-se ser necessário organizar um banco de dados e sistematizar esse conjunto de insumos para catalogação e consulta. Para o registro e concretização da documentação está sendo implantado o Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG, que se fundamenta numa abordagem multidisciplinar, uma "ecologia de saberes"[245] que abrange o conhecimento, registro, pesquisa e comunicação sobre o território da Ilha Grande a partir de diferentes perspectivas de abordagem e da contribuição de diferentes campos do conhecimento.

A proposta do SECOMIG é ser uma ferramenta dentro do processo de musealização do ECOMIG, no registro, sistematização e acesso sobre os bens materiais e imateriais, científicos ou comunitários da Ilha Grande, fomentando o inventário e catalogação integral. O SECOMIG tem como objetivo ser um sistema que integra os dados e processos de cada núcleo, dos projetos de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento e dos saberes das comunidades, buscando organizar e disponibilizar as informações mais relevantes em um único ambiente informacional. A ideia é facilitar o acesso às informações sobre a Ilha Grande, acervos do ECOMIG, pesquisadores, comunidades e seus patrimônios, fazendo com que os processos em geral sejam mais eficientes, disponibilizando diferentes níveis de acesso ao banco de dados para o público (ex: gestores; pesquisadores; comunidades, público em geral). O SECOMIG será disponibilizado ao público através da web (no site do Ecomuseu Ilha Grande) e de um aplicativo a ser disponibilizado gratuitamente.

Em termos gerais, pode-se dizer que o sistema está assentado basicamente em duas linhas de pensamento: Histórico/Geográfica (território), Antropológica/ Museológica (comunidade/patrimônio/acervo). Além dessas linhas gerais, podemos destacar: a Geologia, que inclui o estudo da origem, composição, estrutura e

[245] Segundo Boaventura de Souza Santos a ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm.

propriedades físicas do substrato geo-ambiental; a Geografia física, que inclui dados sobre a climatologia; a Ecologia, que trata das paisagens naturais e da biodiversidade do território - focados na variedade da fauna e flora encontradas na Ilha; e os estudos sobre a ocupação humana, que incluem a Arqueologia, com a análise de vestígios materiais de sociedades/grupos locais extintos, ressaltando a história da ocupação do território no intuito de estudar os habitantes locais e sua ação no tempo e no espaço.

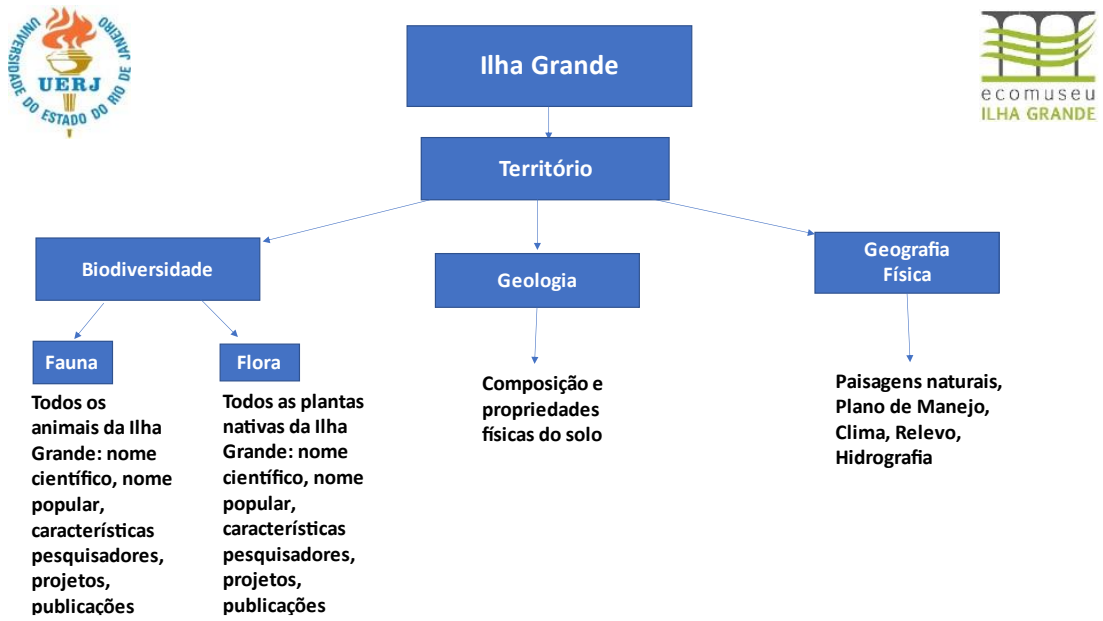
O Sistema deverá registrar também, numa perspectiva antropológica, as comunidades da Ilha Grande e sua diversidade cultural – do ponto de vista social e cultural; a visão Sociológica se ligará ao estudo do comportamento desses grupos em função do meio, bem como os processos associativos que desenvolvem. A Geografia humana dará suporte para a caracterização econômica e urbana das comunidades. A Arquitetura destacará o processo artístico e técnico que envolve a elaboração de espaços organizados e criativos para abrigar diferentes tipos de atividades humanas no espaço analisado; e o Turismo apontará dados sobre as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer ou negócios - como é o caso da forte atuação turística na Ilha Grande. Esta proposta, caso obtenha êxito na sua aplicação, permitirá realizar de fato uma musealização integral do território da vila Dois Rios e quiçá de toda a Ilha Grande- a partir da ação conjunta da comunidade e da UERJ como um todo, bem como de outros setores da academia e do poder público, que poderão vir a apoiar o desenvolvimento dessas ações. O ECOMIG tem como base o conceito de museu integral e por se tratar de um Ecomuseu, a integração é o centro norteador em todas as dimensões e formas de expressão deste modelo conceitual de museu. E com isso busca essa interação desde as relações sociais, e também na gestão e organização institucional.

Segue abaixo a proposta do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG - no intuito de efetivar o que Scheiner (2012, p.19) aponta como os princípios do museu integral, que se fundamenta na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território considerando sua dimensão geográfica, clima, recursos naturais e as formas passadas e atuais da ocupação humana, considerando seus processos e os produtos culturais advindos dessas formas de ocupação, ou na ênfase no trabalho comunitário. Neste sentido, o SECOMIG ainda em fase experimental, servirá como um exemplo de proposta de organização da informação e dimensão documental que contemple o Ecomuseu em todas as suas dimensões. Assim, o ECOMIG poderá contribuir com conhecimentos e estudos sobre a Ilha Grande e suas comunidades.

Estruturalmente, o SECOMIG se constitui de alguns eixos principais: território, comunidade, patrimônio, pesquisadores e núcleos do ECOMIG. Cada eixo deste

sistema se desdobra em outros campos de acordo com a proposta de musealização do território a princípio da Vila Dois Rios já citada anteriormente, a proposta é registrar cada camada do território até a ocupação humana e o que delegam enquanto patrimônio sendo ele material ou imaterial estando in situ ou nos espaços expositivos dos núcleos do ECOMIG.

Figura 340 – Pesquisa, identificação e características do Território da Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Após a pesquisa, identificação, registro e características do território e sítios naturais da Ilha Grande serão analisados a ocupação humana, ou seja, as comunidades que vivem nas diversas vilas que formam a Ilha Grande em suas dimensões sociais, culturais. A proposta é registar o conhecimento sobre as diferentes comunidades, sua história, características, o que identificam enquanto patrimônio e suas atividades.

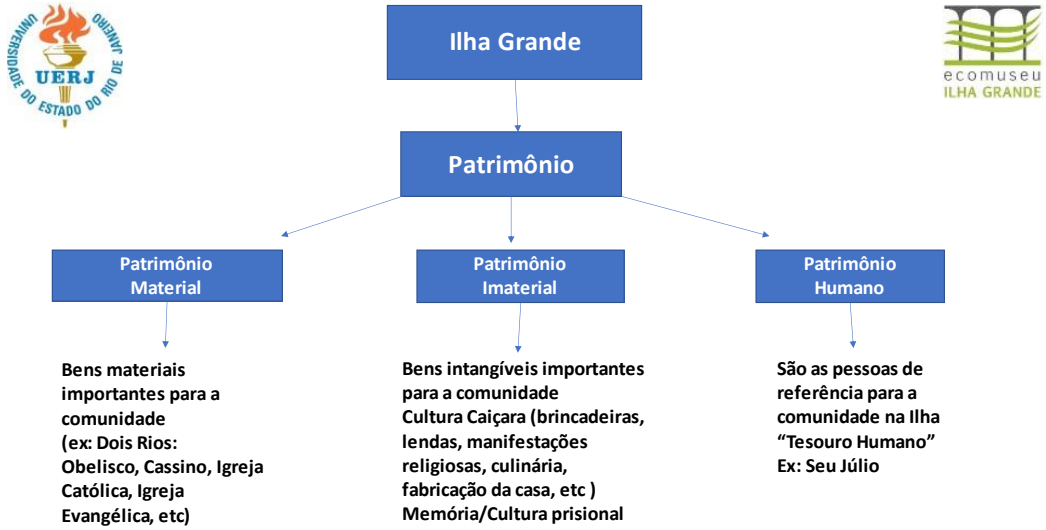
Figura 341 – Identificação das comunidades da Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Em seguida, trata-se de identificar o que essas comunidades definem enquanto patrimônio material, imaterial e para alguns, como patrimônio humano - referindo-se àqueles que são referência de saberes na comunidade. Segue o exemplo da comunidade da Vila Dois Rios.

Figura 342- Identificação dos patrimônios das comunidades da Ilha Grande

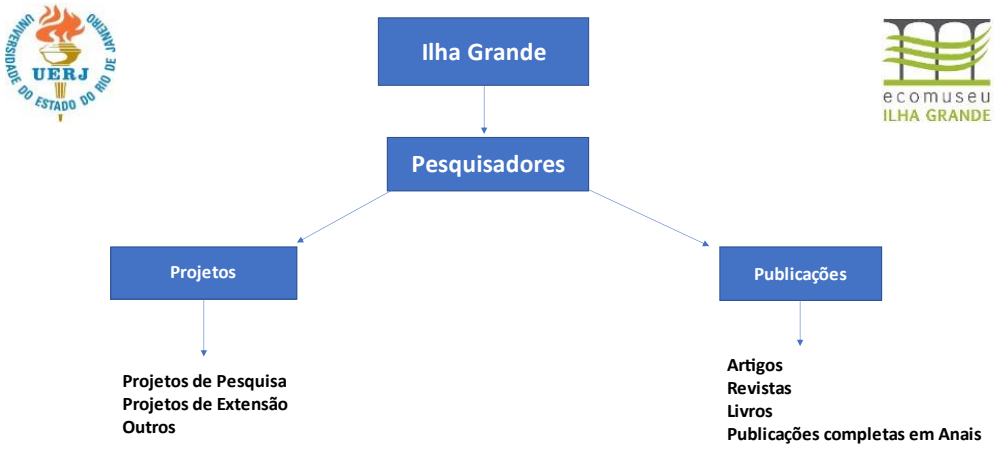


Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Destacaremos as publicações, artigos, revistas, livros e projetos de pesquisa e extensão de pesquisadores que desenvolvam estudos sobre a Ilha Grande - como

proposta de difundir e divulgar o conhecimento popular e científico sobre a Ilha. Servirá como fonte de pesquisa para quem tem interesse pela Ilha Grande e seus diferentes temas.

Figura 343 – Publicações de estudos sobre a Ilha Grande e suas comunidades



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Está sendo realizado o inventário de todo o acervo do Ecomuseu Ilha Grande destacando e identificando o que cada núcleo possui, desde objetos tridimensionais até as coleções vivas - seguindo as funções da museologia.

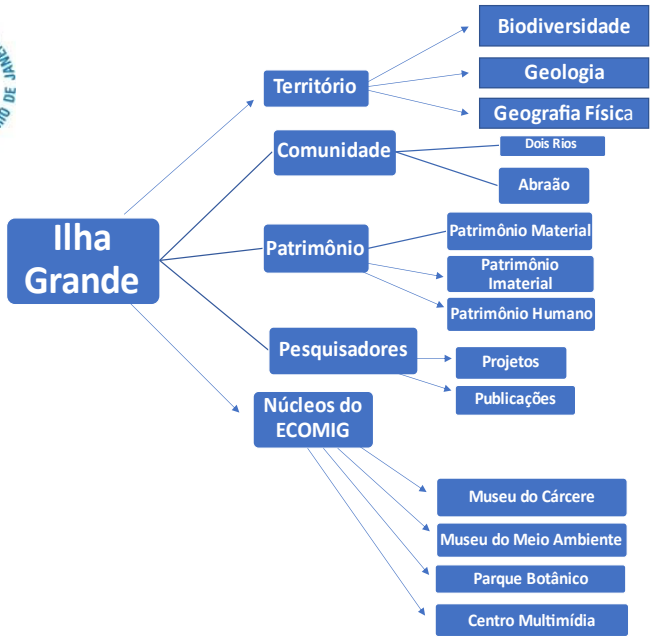
Figura 344 - Inventário do acervo museológico dos núcleos do ECOMIG



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Segue abaixo um quadro da sistematização do SECOMIG de forma mais geral que resume a proposta do sistema:

Figura – 345– Sistematização do SECOMIG



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A plataforma do SECOMIG está em processo de construção e servirá de excelente ferramenta para conhecer e pesquisar sobre a Ilha Grande, suas comunidades e patrimônios. Além de conhecimento científico e popular será acessível para todos os públicos que têm interesse pela Ilha Grande, fonte de pesquisa e contato entre pesquisadores de diferentes áreas e atuações. O SECOMIG está sendo alimentado a partir de uma pesquisa participativa que está sendo realizada em conjunto com pesquisadores que estudam diferentes aspectos da Ilha Grande e membros das comunidades locais – nascidos na ilha ou moradores locais. Neste sentido, diferentes membros de cada comunidade da ilha Grande recebem uma ficha e preenchem com sua comunidade, identificando seus patrimônios, caracterizações do lugar, história, memória dos mais velhos da comunidade, identificação dos seus tesouros humanos e dos saberes que vão passando para as próximas gerações.

Dentro deste processo de discussão e inventário participativo a equipe escreveu o projeto[246] "Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande" com objetivo de elaborar o inventário dos patrimônios da Ilha Grande de forma integrada. Embora esta proposta estivesse em processo de discussão e pesquisa, intensificou-se ainda mais quando a Ilha Grande recebeu o título de patrimônio mundial da UNESCO, em 2019.

A proposta tem como âmago a preservação da Ilha Grande, em todo o sentido do patrimônio integral - fundado no território do homem, com suas características geográficas, ambientais, de ocupação e produção cultural, como afirma SCHEINER (2004, p.7),

> Nesta abordagem, a Terra é percebida como organismo vivo, e a cultura como resultado de um processo associativo entre os modos biótico e abiótico do planeta. Sociedade, memória e produção cultural formam um todo indissolúvel, e o patrimônio pode ser compreendido como o conjunto de evidencias naturais e de produtos do fazer humano, definidores ou valorizadores da identidade de determinados grupos. Neste construtor**,** o que caracteriza cada conjunto como patrimônio é a sua apropriação pelo grupo social, a partir de valores assinalados pelo caráter relacional entre os elementos desses mesmos conjuntos.

Criar um espelho digital público que não só reflita o passado, mas também o presente, a memória detalhada das mais diversas relações sociais e culturais dessa Ilha. O inventário participativo do Ecomuseu Ilha Grande pretende contribuir para a preservação do rico patrimônio da Ilha, buscando proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro. Para tal fim, destacaremos alguns dos objetivos específicos do projeto:

- Produzir indicadores gerais do patrimônio integral da Ilha Grande a partir do Inventário;
- Recuperar e preservar bens culturais na Ilha Grande;
- Dar prosseguimento à digitalização de múltiplos acervos, documentos e pesquisas científicas sobre a Ilha Grande, bem como disponibilizar ao público em geral o acesso às informações;
- Oferecer acesso ao banco de dados do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande-SECOMIG, a partir do site do ECOMIG

[246] Projeto Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande, apresentado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, em 2019 pelo Ecomuseu Ilha Grande sob a coordenação do professor Gelsom Rozentino de Almeida.

- Contribuir para a preservação da memória e patrimônio das comunidades da Ilha Grande;
- Coletar, organizar, preservar e disponibilizar informações sobre as comunidades da Ilha Grande, o patrimônio natural, material e imaterial;
- Contribuir para a preservação da arquitetura da "cidade prisional", única ainda existente no país, presente nas construções de Vila Dois Rios;
- Elaborar relatórios e divulgar os resultados em publicações e eventos científicos.[247]

O Inventário participativo do Ecomuseu Ilha Grande tem como objetivo, a partir do projeto "Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande", valorizar e enfatizar a relação do homem com o patrimônio tangível e intangível, apresentando-se como um instrumento adequado para desenvolver programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse social com seus diferentes públicos e demandas de um museu híbrido. Dentre as metas do projeto destacamos:

- Coletar, organizar, preservar e disponibilizar informações sobre as comunidades da Ilha Grande, o patrimônio natural, material e imaterial;
- Promover a disseminação da informação obtida nas pesquisas por meio de atividades de divulgação científica voltadas à população.
- Alimentar bases de dados institucionais, sobretudo dos órgãos ambientais como ICMBio, IBAMA, INEA, prefeituras, dentre outros, de forma a aprimorar a gestão da Baía da Ilha Grande frente aos seus múltiplos usos, visando associar a conservação dos recursos marinhos, sua utilização saudável pela sociedade sob a forma de recursos pesqueiros, cultivos ou de contemplação e ainda, minimizando os impactos de outras atividades industriais instaladas na Baía, como as indústrias portuárias, construção naval, geração Eletronuclear e indústria de recreação náutica (marinas).[248]

Segundo Rezende; Motta (2004), os inventários têm como base a sistematização de dados e são fontes de informação sobre os bens históricos, culturais e naturais, que reforçam sua importância enquanto patrimônio. Ao produzir sobre o universo de bens culturais, os inventários podem justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural e sua proteção pelo poder público. Como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de

[247] Informações consultadas no Projeto Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande do Ecomuseu Ilha Grande – 2019.
[248] Informações consultadas no Projeto Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande do Ecomuseu Ilha Grande – 2019.

inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados.

Neste sentido, os inventários são procedimentos técnicos que têm como objetivo coletar, sistematizar e organizar dados sobre determinados conjuntos de referências, para que possam ser recuperados/disponibilizados para efeito de pesquisa e outras ações de especialidade (conservação, exposição, gestão, etc.). Inventários participativos, por exemplo, coletam narrativas feitas por atores sociais, em processo documental.

Assim, apresentamos algumas categorias fundamentais para o sistema, mas que não expressam a totalidade do universo que deverá ser inventariado. Para efeito de organização dos dados, as informações deverão ser preenchidas através de diversas fichas, tais como: acervo (de cada núcleo do ECOMIG), comunidades, celebrações, lugares, saberes, expressões, território, fauna, flora, patrimônio material, pesquisadores e projetos, fauna, flora, patrimônio material. Tais fichas estão sendo preenchidas em conjunto com as comunidades da Ilha Grande, como um exercício de identificação e registro do patrimônio material e imaterial e ambiental, no intuito de fazermos o inventário da Ilha Grande. O Inventário participativo fortalece a comunidade e incentiva a valorização e preservação do que cada indivíduo/grupo define como patrimônio; é um dos elementos que integram o processo de gestão patrimonial. Constitui o início do processo de patrimonialização, que é feito a partir da tomada de consciência, por um determinado número de membros de uma comunidade, do território e do tempo, através dos elementos relevantes (memórias, objetos, pessoas, tradições, etc.) Trata-se de um trabalho coletivo que assume funções educativas e experiências sociais.

Realizar um inventário participativo, integral, implica considerar a comunidade como protagonista para descrever, classificar e definir o que define e a afeta como patrimônio, numa co-construção acerca do conhecimento de seu patrimônio. Alinha a preservação do patrimônio ao entendimento de elementos como território, convívio e experiências comunitárias como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade da vida da comunidade. Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. É um exercício de cidadania e participação social, cujos resultados podem contribuir para a preservação e valorização das referências culturais

comunitárias, assim como servir de fonte de estudos e experiências dentro e fora do âmbito comunitário.

Segundo o IPHAN (2013), as Referências culturais “são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura.”[249] Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um “bem” – um bem cultural – e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros.

Documentar um bem cultural é produzir informação sobre ele, o que é fundamental para preservá-lo. Fichas, anotações, desenhos, fotografias, filmagens, gravações sonoras e outros tipos de documentos são importantes fontes de pesquisa. Apresentamos a seguir alguns exemplos e explicação das categorias fundamentais para a realização deste Inventário da Ilha Grande. Pretendemos contribuir para a discussão e ampliação de produções que visem o registro e documentação de forma integrada, de acordo com a proposta do ecomuseu. Neste sentido, lembramos que ainda são escassos os processos que objetivam registrar os ecomuseus em suas diferentes dimensões, destacando o território e sua complexidade, a comunidade e o que esta identifica como patrimônio.

Retomando a proposta de análise do SECOMIG, apresentaremos as principais categorias e definições que o integram e que são fundamentais para a realização deste Inventário da Ilha Grande, destacando alguns campos criados a partir das fichas produzidas em conjunto com as comunidades. Para tal, tomamos como referência algumas categorias de registro do patrimônio utilizadas pelo IPHAN. As fichas de inventário que estão alimentando o SECOMIG são: Registro do território; registro dos sítios naturais; registro das comunidades; registro do patrimônio humano; registro dos objetos – bens materiais; registro dos saberes – bens imateriais; registro das celebrações – bens imateriais; registro das expressões – bens imateriais; registro dos lugares – bens imateriais; e registro dos “acervos museológicos” dos quatro núcleos do

[249] Texto extraído do Manual de Aplicação Inventário Nacional de Referências Culturais do Iphan. (P.8) Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013, p. 5.

Ecomuseu Ilha Grande[250]. Como exemplo do conteúdo que constará nas fichas, citamos algumas categorias de registro do patrimônio, a partir do inventário participativo.

- Fichas de Territórios e de Lugares - Alguns territórios ou parte deles podem ter significados especiais. Esses significados costumam estar associados à forma como o território é utilizado ou valorizado por certo grupo; são as experiências dessas pessoas que dão sentido especial a um lugar. Pode ser um bosque, um rio, um sítio arqueológico, uma praça, uma construção, ou mesmo um conjunto desses elementos (uma paisagem inteira). Paisagens culturais são territórios nos quais a interação do homem com o meio ambiente cria marcas e características especiais. Os lugares que possuem vestígios de antigos habitantes, tais como as oficinas líticas de Dois Rios, Abraão outros locais da Ilha Grande, ferramentas de pedra lascada, pinturas, sepulturas, vidros, cerâmicas, entre outros, são chamados de sítios arqueológicos e são patrimônio cultural brasileiro protegido por lei. Os lugares também podem ser espaços construídos pelo homem. As edificações podem ser de diferentes épocas e estilos e podem servir para diferentes finalidades. O importante é que elas representem uma referência para as pessoas. Como exemplos podemos citar os antigos prédios do presídio, sedes de engenho ou fazenda, o aqueduto, casas caiçaras, entre outras. Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência de seu dia a dia, suas crenças. Esses lugares são essenciais para o inventário, e podem significar novas descobertas, novos patrimônios que merecem ser cuidados.
- Ficha dos Objetos - O que diferencia os objetos dos demais tipos de bem é o fato de poderem ser deslocados de um lugar para o outro. Por esta característica de mobilidade, também são conhecidos como bens móveis. Muitos objetos são de uso cotidiano e podem estar em nossas casas, nas ruas, na escola, nos locais de culto, em rituais de devoção religiosa etc. Qualquer desses objetos pode se tornar uma referência cultural, por diferentes razões. Equipamentos profissionais como barcos, carroças, carros de boi, ferramentas de artesãos podem estar fortemente associados aos grupos que os utilizam ou a uma época na qual foram muito importantes e, por isso, acabam por ganhar um valor especial, mesmo que já nem sejam utilizados atualmente. Por vezes eles também podem ser criados com intenção apenas artística, sem finalidade utilitária alguma. Podem ser desenhos, esculturas, pinturas, filmes etc. Eles podem ser encontrados em espaços culturais, arquivos, bibliotecas, ruas e praças ou mesmo em coleções particulares. Há ainda

[250] Mais detalhes sobre cada ficha estão disponíveis no apêndice nesta tese.

a chamada “arte aplicada” ou “decorativa”, na qual, junto ao cuidado com o uso prático do objeto, há também um cuidado especial com formas, cores, texturas: é o caso das rendas aplicadas em um vestido, filigranas que decoram um colar, tapeçarias, cerâmicas e mosaicos que decoram um piso ou uma parede. Vale lembrar que todos os objetos possuem uma história, uma função e um significado. Essas funções e significados mudam de tempos em tempos e de acordo com os usos (e desusos!) que as pessoas lhes dão. Investigar essas mudanças ao longo do tempo ajuda a compreender a história e o modo de vida dos grupos que produzem ou utilizam um objeto. Enfim, a história do objeto pode dizer muito mais sobre a vida das pessoas do que a função prática para a qual ele foi criado. Cabe ao grupo identificar aqueles objetos que possuem características e significados especiais que justificam a realização do seu estudo por meio de um inventário.

- Ficha das Celebrações - Todos os grupos possuem momentos em que as pessoas se reúnem para fazer uma celebração, que pode ter diferentes motivações: religiosas, lazer, para comemorar datas especiais para o local, cidade, estado ou país. As celebrações importantes para uma comunidade passam de geração para geração. Com o decorrer do tempo, alguns elementos podem ser modificados, retirados ou inseridos na celebração. É muito interessante saber quais foram essas transformações e porque isso aconteceu, uma vez que contam sobre os propósitos, os desejos e a história da comunidade que a faz. Algumas transformações ocasionaram o fim de algumas celebrações. Por que isso pode ter ocorrido? Quem são as pessoas que se lembram da época em que elas ocorriam? Entrevistá-las pode ser um exercício para o projeto. As celebrações, por terem vários elementos, envolvem várias pessoas e grupos na sua preparação. Cada etapa, como a organização do espaço, preparação de comidas, danças, encenações, apresentações, e muitas outras, tem como responsáveis pessoas diferentes. Mesmo que seja organizada por um indivíduo, uma família ou pela prefeitura, a celebração é importante para muita gente, porque possui significados diferentes para cada pessoa ou grupo que participa. Numa celebração religiosa, por exemplo, muitos participantes são os adeptos da religião; outros estão ali somente para se divertir; outros ainda, como os turistas, vão para conhecer. Muitas celebrações estão presentes em vários locais, mas cada lugar acaba tendo uma característica particular. As celebrações podem ter vários significados: religioso, como as festas dos santos padroeiros das cidades, ou as festividades dos terreiros de candomblé; podem ser de caráter cívico, como as comemorações das datas importantes da pátria ou da cidade; ou relacionadas aos ciclos produtivos, como as “festas do

milho", da "uva", do "peixe"; podem ser formas de marcar momentos especiais da vida de uma pessoa junto à sua comunidade, como acontece nos rituais de passagem para a vida adulta de alguns povos indígenas ou nas festas de casamento.

- Ficha das Formas de Expressão - Nas formas de expressão estão presentes os valores e significados da cultura de um grupo. Elas fazem parte de todos os momentos da vida coletiva. Desde o cotidiano até os momentos de celebração, transmitindo a visão que as pessoas têm da vida. Dentre elas, algumas são marcantes para os grupos sociais, pois dão visibilidade e sintetizam suas identidades. São muitas as maneiras pelas quais uma comunidade expressa e comunica sua cultura. Para isso muitos recursos são utilizados. Dentre eles, estão as diversas linguagens, como, por exemplo, a linguagem visual: pintura, escultura, fotografia, filmes, artesanatos etc. Outras envolvem alguma atividade corporal ou encenação, como a dança, o teatro, um espetáculo, um corso, uma procissão etc. Há as formas de expressão literárias que podem ser escritas ou orais. São tradições orais os provérbios, lendas, mitos, contos, cânticos, ditados, rimas, trovas, adivinhações, orações, ladainhas, expressões regionais, gírias e muitas outras formas. Algumas tradições, mesmo sendo orais, comumente são veiculadas de forma escrita, como a literatura de cordel. É importante perceber que em grande parte das vezes uma manifestação cultural reúne várias formas de expressão, como uma dança, uma música, uma encenação, que são praticadas todas ao mesmo tempo. Muitas vezes as expressões orais estão associadas a outras manifestações e práticas culturais, como os dizeres e orações que são ditos nas benzeduras e práticas medicinais, nos recitais de um espetáculo, nos cânticos de mutirão para realizar um trabalho. As formas de expressão podem ter diferentes sentidos: religioso, como a folia de reis ou uma procissão; político, ao comunicar protestos sociais, como o hip-hop (que envolve o break, o rap e o grafite) etc. A principal forma de comunicação de um grupo é a própria língua. É uma língua em comum que possibilita que pessoas tão diferentes, com modos de vida tão diversos, se entendam e partilhem de um mesmo referencial de sentidos e significados.
- Ficha dos Saberes - São formas próprias de produzir algum bem ou realizar algum serviço, como a receita de uma comida, ou uma técnica especial utilizada para tocar ou produzir um instrumento musical. Podem ter sentidos práticos ou rituais, sendo que, às vezes, reúnem as duas dimensões. É o caso das práticas relacionadas à cura, presentes nas benzeduras ou pajelanças. Envolvem o conhecimento de técnicas e matérias-primas, que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como

as pessoas interagem com ele. Por exemplo, os ofícios tradicionais de pescador, quebradeira de coco babaçu, catadores de açaí, garimpeiro, seringueiro; ou a maneira de construir uma casa de taipa, adobe, ou madeira, como nas palafitas etc. Alguns saberes e práticas explicam muito da história de uma comunidade. Algumas práticas estão presentes em muitos lugares, mas se desenvolvem de maneira diferente em cada um, como as formas de cultivo e uso da mandioca ou de destilação da cana.

Para o preenchimento dessas fichas e acesso ao SECOMIG, foi criado o “Manual de preenchimento Manual para Preenchimento do Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande e do SECOMIG”. O presente manual é dividido em duas partes: a primeira é formada pelas fichas direcionadas para a catalogação do Acervo do Ecomuseu Ilha Grande, identificadas tendo como referência os seus núcleos: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia. A segunda parte é formada pelas fichas dedicadas a catalogação do patrimônio material e imaterial da Ilha Grande, incluindo elementos históricos, naturais, culturais, entre outros. As fichas estão apresentadas em arquivo word, e estão passando a ser preenchidas em arquivo EXCEL para serem lançadas no (SECOMIG). Vale destacar, que também está sendo discutido junto com a equipe, parceiros da museologia, ciência da informação, e alguns membros da comunidade, possibilidades de caminhos para a thesaurização de acordo com as necessidades do ECOMIG, mas ainda em estágio inicial.

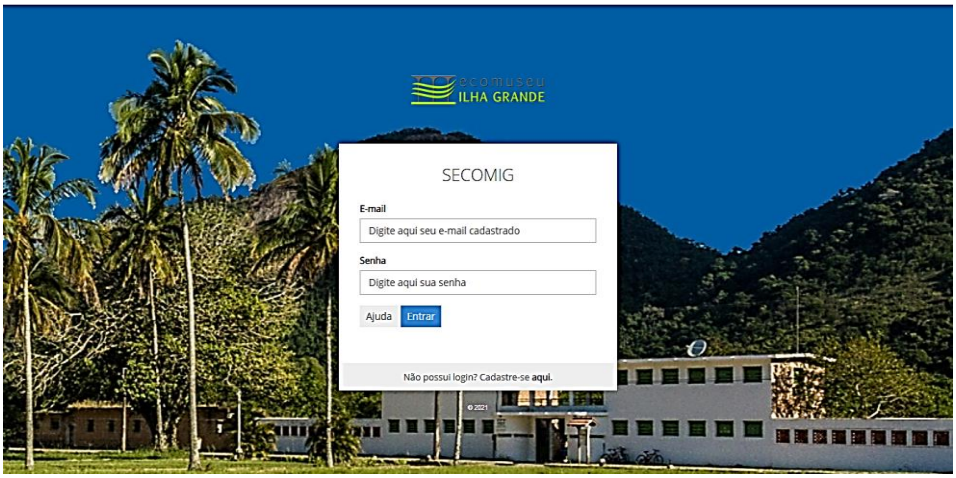
Figura 346 – Manual para Preenchimento do Inventário do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Ilha Grande e do SECOMIG



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Para ter acesso aos dados pesquisados e registrados coletivamente sobre a Ilha Grande os pesquisadores, membros da comunidade ou público em geral poderão acessar a plataforma do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande pelo computador ou o aplicativo para celular. A plataforma do SECOMIG conta com duas entradas: 1- Entrada interna para (pesquisadores do Conselho Científico e Comunitário e equipe do ECOMIG); e 2- Entrada externa para o público externo em geral. Assim, o pesquisador ou membros das comunidades da Ilha Grande vinculados aos conselhos do ECOMIG, terão um registro individual e campos para atualização contínua dos seus projetos de pesquisa e *chat* para troca de informações e contatos com outros pesquisadores que tem interesse em desenvolver estudos sobre a Ilha Grande. A equipe interna do ECOMIG será responsável e terá acesso geral aos registros e manutenção do sistema, realizando o acompanhamento contínuo e segurança do banco de dados, alimentando informações sobre seus acervos musealizados e disponibilizando acesso ao público.

Figura 347– Plataforma do Sistema do Ecomuseu Ilha Grande - SECOMIG



Fonte: http://licsan.com.br/secomig/users/login

Assim, os bens culturais, ao serem musealizados no Ecomuseu, recebem o cuidado especializado e determinado em cada etapa deste processo de musealização do território. Cabe ao ECOMIG desenvolver essas etapas, que são dinâmicas, e contribuir com novas perspectivas de realização da musealização do território, respeitando suas especificidades e suas comunidades.

Todas as três fases do laboratório experimental de vila Dois Rios demonstram como a experiência do Ecomuseu Ilha Grande e sua relação com a comunidade reafirmam sua definição enquanto ecomuseu. É singular a forma como o ECOMIG integra a estrutura administrativa da universidade, ao mesmo tempo em que

desenvolve mecanismos eficientes de incorporação crescente da comunidade ao seu funcionamento, incentivando o desenvolvimento local.

4.6 - Ecomusealizando experiências: Museólogas em uma Ilha

Não poderíamos deixar de ressaltar o papel do museólogo dentro do processo de constituição e desenvolvimento do Ecomuseu Ilha Grande. Para compreendermos melhor a função essencial deste profissional no museu, seguem as suas atribuições, de acordo com o Art. 3º da Lei 7.287 18/12/1984, Decreto nº 91.775 15/09/1985 – que regulamenta o exercício da profissão:

> I - Ensinar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
>
> II - Planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins
>
> III - Executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
>
> IV - Solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;
>
> V - Coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
>
> VI - Planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
>
> VII - Promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
>
> VIII - Definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;
>
> IX - Informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;
>
> X - Dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem assim em órgãos particulares de idêntica finalidade;
>
> XI - Prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Museologia;
>
> XII - Realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem assim sua autenticidade.
>
> XIII - Orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas nas áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão;
>
> XIV - Orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar.

A lei de regulamentação torna evidente que o museólogo é o especialista central na concepção, planejamento, gestão e atividades dos museus. A proposta de citar as atribuições do museólogo surgiu ao refletir sobre nossa atuação durante alguns anos de trabalho no Ecomuseu Ilha Grande, por percebermos durante a prática que, além das

atribuições oficiais que desenvolvemos, existiam algumas outras que não estavam contempladas na referida lei e que também são importantes dentro do processo museológico e, portanto, merecem registro, atenção e reflexão. A proposta é compartilhar a prática desenvolvida em um ecomuseu, para que possamos conhecer as diferentes particularidades de cada um desses museus e repensar conceitos pré-determinados sobre práticas e processos muitas vezes “esquecidos” e que podem ser grande fonte de pesquisa, permitindo novos olhares sobre o campo e as práticas da Museologia, levando em consideração as diferentes especificidades, necessidades e contextos em que cada museu é criado e desenvolvido. Neste sentido, as atribuições referentes ao museólogo ganham maior dimensão; e talvez fosse interessante a lei ser repensada e complementada a partir das experiências deste modelo conceitual de museu, incluindo a sua atuação e prática relativas às demandas que surgem a partir dos processos de relações sociais.

Ao nos referirmos ao trabalho desenvolvido pelo museólogo no Ecomuseu Ilha Grande percebemos que, além das atribuições que estão contempladas em lei desenvolvemos outras atribuições ligadas às relações sociais junto às comunidades e do que delas emana. Analisamos abaixo algumas dessas atividades:

- A começar, estamos literalmente numa ilha: isso implica isolamento de serviços básicos que o continente oferece e dos quais temos carência - seja de comércio, alimentação, farmácia, hospital ou transporte;
- O percurso até o trabalho conta com cerca de 5 horas desde o Rio de Janeiro, sendo duas horas e meia de estrada, seguidas de 25min a 2h de barco - dependendo do tipo de embarcação e/ou ressaca do mar -, depois mais uma hora de estrada de barro em ônibus ou caminhão até chegar à Vila Dois Rios, local onde ficam os núcleos do ECOMIG e a comunidade. Quando ficamos sem transporte a opção é caminhar 11km;
- No território de trabalho - a Ilha Grande - temos que lidar com agentes externos que são inerentes ao trabalho, como insetos e animais peçonhentos, estando sempre expostos a riscos, tanto durante o percurso quanto nas atividades cotidianas;
- A infraestrutura é precária e o isolamento é agravado com a constante falta de energia, telefone e internet;
- Horário de trabalho diferenciado – o museólogo não retorna para casa no mesmo dia como a maioria, fica isolado no local ou muda-se para a ilha, onde permanece no mínimo 15 dias em isolamento, dedicado à comunidade e ao cumprimento das demandas dos quatros núcleos do ECOMIG; a sua jornada de trabalho não é restrita ao horário em que o museu fica aberto ao público – das 10:00 às 16:00 -, se estendendo muitas vezes de acordo com a demanda interna e, principalmente, da comunidade;
- O museólogo se instala em um alojamento que tem infraestrutura para dormir e se alimentar, porém nem sempre as funções são cumpridas por questões administrativas ou falta de contato dos funcionários da UERJ/ Maracanã com aqueles que moram e/ou atuam na Vila Dois Rios. Assim, o profissional tem que procurar outras poucas alternativas para se alimentar, ou cozinhar quando tem recursos;

- O museólogo deve cumprimentar a todos e manter uma boa relação com a comunidade. Isso implica não apenas uma boa educação, mas ser um pouco professor, psicólogo, conselheiro - faz parte do trabalho, pois se não fizer ficará mal visto e dificultará seu entrosamento e as atividades junto ao grupo;
- Deve ser multifuncional, ou seja, deve cumprir suas funções básicas seguindo as diferentes necessidades de cada núcleo, seja no Parque Botânico, Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente e Centro Multimídia;
- Lidar com o patrimônio local implica tomar contato com uma diversidade de acervo que inclui um universo de bens materiais e imateriais e também sujeitos vivos, levando em consideração toda a biodiversidade, recursos naturais e tudo aquilo que é valorado pela comunidade;
- O museólogo deve cumprir também carga horária na UERJ/Maracanã para resolver questões administrativas e de gestão. As demandas que não puderem ser resolvidas na Ilha são trazidas para serem resolvidas na universidade – como questões administrativas, recursos humanos, projetos, captação de recursos e similares. Deve também dar suporte, quando necessário, a alguns setores do Departamento Cultural da universidade;
- Deve contribuir com a comunidade e seu desenvolvimento, participando de reuniões, ajudando nas demandas vindas dos moradores e das associações, ser mediador entre órgãos administrativos para benefício da comunidade, da Ilha grande e da Universidade;
- O museólogo que atua com comunidade deve ter a sensibilidade de saber a hora de agir e/ou “intervir” e a hora de “recuar” e/ou permanecer “neutro” no processo de determinadas situações e demandas que são essencialmente comunitárias, não cabendo sua intromissão;
- O museólogo tem que saber ouvir e respeitar as memórias compartilhadas, fazendo jus à confiança depositada pelos membros da comunidade. Ter sabedoria e ética profissional na hora de expor determinados recursos ou situações que possam comprometer a guarda das memórias locais.

Do mesmo modo que cada museu tem suas características, o museólogo que atua nestes museus também terá um perfil correspondente às necessidades do espaço musealizado e de sua comunidade. Assim, o museólogo que vai atuar num ecomuseu ou museu comunitário terá como eixo central a comunidade e por isso com certeza apresentará uma postura diferenciada ou complementar à do museólogo “clássico”, que terá como eixo central as coleções. Ou seja, o museu está para o museólogo assim como o museólogo está para o museu, neste caso o Ecomuseu Ilha Grande traça um perfil de museólogo ativo dentro da experiência ecomuseal - gerenciador de fluxos, articulador de processos de um território e sua comunidade, com suas demandas, anseios e seus patrimônios.

> E aqui importa a dimensão humana, pois o museu, criatura do homem para o homem, apenas se realiza na prática levado pela mão daqueles que o concebem, implantam e atuam no âmbito do cotidiano. Está será a dimensão dada pelo Museólogo, enquanto mediador: não apenas o mediador entre o passado e presente, entre o museu e a sociedade – mas como articulador dos diferentes planos de realidade que atravessam simultânea e continuamente o museu. Cabe–lhe

> desvendar o que está oculto, explicar o que é hermético, lembrar o que pode ser esquecido, cabe-lhe também lançar um pouco de luz sobre um objeto pouco apreciado, colocar em foco todos os seus ângulos, para que a sociedade os veja e neles se reconheça (SCHEINER, 1998, p.138).

Figuras 348, 349, 350, 351 – As adversidades do trabalho museológico






Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Com base nas entrevistas realizadas com as quatro museólogas que trabalharam no Ecomuseu Ilha Grande, destacaremos algumas falas que demostram suas experiências no ECOMIG. A fala inicial é da primeira museóloga do Ecomuseu Ilha Grande, Viviane Wermelinger Guimarães, que trabalhou no período 2007-2009, com a professora Myriam Sepúlveda dos Santos, criadora do projeto original do ECOMIG. Para Viviane, ser museóloga no Ecomuseu Ilha Grande é:

> Quando comecei lá eu era recém-formada. Atuar no Ecomuseu foi importante para a minha vida profissional, até hoje trabalho com comunidades e o Ecomuseu me proporcionou trilhar esse caminho na museologia. O Ecomuseu Ilha Grande é um espaço de preservação e comunicação do patrimônio de uma comunidade que extrapola muros e relações institucionais de hierarquia, onde cada indivíduo é responsável pela preservação do patrimônio. (Entrevista com Viviane Wermelinger Guimarães – Realizada em 22 de outubro de 2018).

Para a museóloga Gabriela Alevato que trabalhou no período de 2009 a 2012 na gestão dos Profs. Ricardo e Gelsom, desenvolvendo as atividades e ações do ECOMIG como o Projeto “Museólogas de Família”, ser museóloga no ECOMIG é:

> ...estar sempre na relação, no entre como ferramenta, ouvindo e repensando práticas de musealização que colaborem para o desenvolvimento social do lugar. O Ecomuseu Ilha Grande representa para mim uma transformação da maneira de pensar Museologia e uma experiência que mudou a minha forma de relacionar com os públicos de Museus. (Entrevista com Gabriela Alevato – Realizada em 16 de outubro de 2018).

As duas falas acima nos trazem duas perspectivas diferentes que vão de acordo com as experiências vivenciadas no período trabalhado no ECOMIG. A primeira museóloga atuou no processo de implantação do Ecomuseu, realizou os primeiros contatos com as comunidades a partir da apresentação do projeto e ficou até a inauguração da antiga padaria do presídio. Para ela, ser museóloga no ECOMIG está ligado à questão de formação profissional, sua experiência serviu de base e aprendizado o que fez definir seu caminho de atuação na museologia, trabalhando atualmente com comunidades. A segunda trabalhou na execução e no desenvolvimento de ações e projetos junto às comunidades da Ilha Grande, que serviu como forma de aproximação do ECOMIG e integração da comunidade. Ao referir-se sobre o que é ser museóloga no Ecomuseu Ilha Grande ela cita duas questões importantes: “é estar sempre na relação”, e “ouvindo e repensando práticas de musealização”. Estar na relação é uma ferramenta de trabalho e de desenvolvimento das ações e atividades do ECOMIG junto às comunidades, e esses processos contínuos nos levam a repensar nossas práticas de musealização, pois a peculiaridade deste lugar e do seu povo nos permite construir novos sentidos sobre o seu território e seus patrimônios - são procedimentos continuados de ressignificações e representações.

Para Thaís Mayume Pinheiro, que trabalhou no período de 2013 a 2015, ser museóloga no Ecomuseu Ilha Grande é:

> Ser muitas mulheres e museólogas em uma só. É ser dinâmica: é preciso se adaptar a uma variedade gigante de atividades e situações, tem que ser um pouco educadora, cientista da informação, conservadora, criativa, política, museógrafa, produtora, carregadora, artesã, fotógrafa, redatora, administradora;
> É ser corajosa: muitas vezes ter que se virar sozinha, passar perrengues como caminhão atolado na estrada de terra, fazer trilhas no escuro, trocar de barco quebrado no meio da baía da Ilha Grande e ainda ouvir histórias de assombração e prisioneiro solto no mato;
> É também ser curiosa: estar sempre disponível para estudar, querer conhecer coisas novas, enxergar que todo mundo pode ter muito pra te ensinar, procurar sempre soluções pros problemas, estar disponível para ouvir e sempre que a história for boa não deixar de registrar. Mas acima de tudo é ser realizada vendo como a museologia pode ser transformadora, potente e te fazer ter muita história pra contar. (Entrevista com Thaís Mayume Pinheiro – Realizada em 11 de fevereiro de 2021).

A partir da fala de Thaís Mayume, é possível perceber as diferentes facetas que uma museóloga do Ecomuseu Ilha Grande deve ter. Ela destacou três palavras que

demostram esta afirmação - “ser dinâmica”, “ser corajosa” e “ser curiosa”, descrevendo exemplos do dia a dia numa adaptação contínua de atividades, situações e inúmeros desafios diários, numa via de mão dupla de que todos podem ensinar e aprender: os técnicos, as comunidades. E o principal -como a museologia pode ser transformadora e potente. Segundo Thaís, o ecomuseu é um processo de musealização que busca reflexões sobre um território, seus modos de vida e sociabilidade, sua natureza e sua história. Um processo que deve ser constantemente atualizado a partir das demandas e necessidades de seus sujeitos, buscando o bem-viver das pessoas, dos seres e a conservação da natureza.

Para a museóloga Ana Luiza Castro do Amaral, que trabalhou no período de 2012 a 2015 o Ecomuseu Ilha Grande representa:

> É difícil definir, pois além de ser a experiência que deu início a minha vida profissional, foi a oportunidade de viver em um mundo completamente novo para mim. Ter a oportunidade de vivenciar de fato a cultura caiçara é algo único. Como havia dito, construí uma relação maravilhosa com a comunidade. Dois Rios era minha segunda casa e os moradores minha segunda família. (Entrevista com Ana Luiza Castro do Amaral – Realizada em 22 de março de 2021).

Para Ana, trabalhar no ecomuseu foi uma oportunidade memorável em todos os sentidos, seja de experienciar mundos novos, de vivenciar a cultural caiçara junto às comunidades da Ilha Grande e de construir relações de amizade tão intensas que se refere aos moradores como “minha segunda família”. O ecomuseu é um tipo de museu onde se é valorizado, principalmente o território, as pessoas que ali habitam, suas memórias, tradições e cultura. Todo esse conjunto forma o verdadeiro patrimônio de um Ecomuseu. A participação de pessoas da sociedade em todas as etapas de desenvolvimentos é fundamental.

Para a museológa Vivianne Valença[251] autora desta tese que trabalha no ECOMIG desde 2015 até o atual. Ser museóloga do Ecomuseu Ilha Grande foi e é um processo transformador, um meio de descobertas, uma ponte para que o outro e/ou a comunidade possa estar em evidência, é se preocupar com a alteridade, a empatia, com a dor, sonhos, desejos de alguém ou de uma coletividade, ajudar e auxiliar o outro a potencializar seu patrimônio, história, memória, vida no desenvolvimento das suas atividades, ações, projetos e melhoria da qualidade de vida.

O Ecomuseu Ilha Grande significa um grande aprendizado de vida, profissional e pessoal, uma oportunidade de experienciar e construir uma museologia transformadora. O ECOMIG não é para os fracos - é para os fortes! É acreditarmos que

[251] Para saber detalhes sobre algumas experiências e desafios da autora desta tese no Ecomuseu Ilha Grande, segue o apêndice I: “Compartilhando o Campo: Vivências e Experiências no Ecomuseu Ilha Grande”.

apesar de todas as nossas dificuldades ainda há esperança, há vidas, memórias e patrimônios ressignificando a cada dia. Isso é Ecomuseu, isso é Museologia!

Neste sentido, poderíamos dizer que enquanto museóloga do Ecomuseu Ilha Grande tivemos que ir além dos nossos ofícios, ir além dos limites físicos, emocionais e pessoais. Apesar de todas as dificuldades, aprendemos a trabalhar na resiliência, sermos mais forte, corajosa, enfrentar medos, superar dificuldades, limites, ser ousada, dinâmica, profissional, psicóloga, coordenadora entre outras. São inúmeras facetas que uma museóloga de um ecomuseu tem, desafios profundos que ultrapassam limites e atividades profissionais do ofício de museólogo, pois, vai além das atribuições clássicas da cadeia operatória, existe o ser, e estar na relação, em conflito e mediação, trabalhando não contando histórias, mas com a vida que pulsa em movimento, em constante transformação que acontece no aqui, agora, presente, passado e futuro estão interligados e isso é a magia do ecomuseu e o museólogo que tem o privilégio de vivenciar isso é lição não apenas profissional, mas de vida.

Cada museóloga que passou pelo Ecomuseu Ilha Grande através do seu trabalho foi contribuindo e construindo essa base forte que constitui hoje o ECOMIG. Para uma grande ilha só poderia haver grandes museólogas, que desbravaram o mar, a mata, acessaram memórias ocultas, produziram relações e sem dúvida, fizeram história na Ilha Grande. E por mais que possamos tentar falar sobre essas experiências ainda assim é pouco para expressarmos tamanhos desafios que são encarados todos os dias. A constante falta de luz nos faz virar águias em meio à escuridão, a dificuldade de acesso e transporte nos tornam grandes especialistas em estradas, o isolamento nos faz repensar sobre o que temos, o envolvimento com as comunidades nos faz um pouco antropólogas, psicólogas, professoras – mas também aprendizes. Simplesmente nos tornam pessoas melhores, aprendemos a valorizar e identificar o que de fato é importante para nós e para o “outro” e entendemos a nossa verdadeira missão como profissionais. Somos, sim, museólogas - agentes de transformação social.

Figura 352 – Homenagem às museólogas e arte-educadoras que trabalharam no ECOMIG no seminário dos 10 anos



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

Figura 353 – Mesa dos 10 anos do ECOMIG “Ecomusealizando experiências: Museólogas em uma Ilha”. Da esquerda para a direita: Thaís Mayume, Viviane Wermelinger, Vivianne Valença, Gabriela Alevato e Tatiana Martins.



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande

A partir dos depoimentos relatados e considerando que a Museologia é interdisciplinar, faremos uma relação da prática do Museólogo que atua em um Ecomuseu com a proposta metodológica do trabalho de campo nas ciências sociais. Usaremos como base o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que prioriza três aspectos fundamentais para o pesquisador, abrangendo o caráter construtivo da percepção dos atos cognitivos, ou seja, dos atos que envolvem os sentidos do olhar, do ouvir e do escrever. Estes sentidos são tidos como etapas para a apreensão dos fenômenos sociais e podem ser questionados em si mesmos. Sendo assim, o etnógrafo exerce uma função de reflexão no exercício da pesquisa e da produção de conhecimentos. Em nosso caso, o museólogo que atua em um Ecomuseu irá

desenvolver essa função. O autor mostra que tais atos cognitivos, embora pareçam triviais, também devem ser problematizados no trabalho em campo, pois assumem um sentido particular, de natureza epistêmica, que constrói o saber (OLIVEIRA, 2006, p.1)

A primeira etapa, ou primeira experiência do museólogo, tem como característica a domesticação teórica de seu olhar. Tal domesticação ocorre a partir de um direcionamento do olhar sobre certo objeto e, desse modo, altera os significados que lhe são atribuídos pelo próprio esquema conceitual da nossa forma de visualizar a realidade, disciplinadamente apreendida por meio do itinerário acadêmico. A fundamentação teórica que o pesquisador leva consigo entra nesse processo, pois sensibiliza o seu olhar e, assim, uma realidade ou característica cultural não é mais vista com ingenuidade ou como mera curiosidade. Portanto, o olhar devidamente treinado tem a função de observar as características culturais essenciais à vida nativa. Também consegue visualizar processos de mudança cultural ou de aculturação (OLIVEIRA, 2006, p.19). Assim, o museólogo dentro desta esfera co-relacional entre a teoria/acadêmica e o campo/prática, irá desenvolver o olhar sobre o território, a comunidade e seus patrimônios de acordo com as perspectivas teóricas apreendidas na formação adquirida e nas leituras realizadas. O “olhar museológico” nos permite reconhecer e identificar patrimônios de determinados grupos, musealizar territórios, e muitas vezes “patentear” se uma certa prática é ou não própria de um Ecomuseu, compreendendo de forma mais plena os sujeitos que habitam esses lugares e a sua relação com o meio em que vivem.

Baseado nos aspectos apresentados pelo autor para descrever esta primeira percepção, fica evidente que o olhar, inerente ao trabalho do museólogo, deve ser agregado às demais fontes de sentidos propostas, ou seja, o uso apenas do olhar ainda não é suficiente para dar significado completo às relações sociais, mas o conjunto desses atos cognitivos. Neste sentido, Oliveira (2006, p. 21) sugere que o pesquisador deve se valer ainda do ouvir – já que olhar e o ouvir estão intimamente ligados, são indissociáveis. O autor aborda, então, a pertinência de uma entrevista realizada pelo pesquisador aos locais por meio da qual ele obtém informações que apenas a observação não alcança. É necessária a retenção de explicações fornecidas pelos próprios habitantes da comunidade, interlocutores de seu discurso.

Neste caso, o Museólogo deve saber ouvir os diferentes membros da comunidade, compreender como se organizam, suas necessidades, anseios, o que pensam, e almejam, as suas relações consigo mesmos, com o território e seus patrimônios. A partir dos relatos do autor sobre o ouvir, pode-se falar que este realmente deve se colocar como inerente ao primeiro sentido: o olhar no ato de perceber e entender as relações reais da sociedade estudada, porém tomando os devidos cuidados

para o trabalho não se tornar intimista, o que prejudicaria a pesquisa. Já o escrever é apontado como configuração final do produto do trabalho de campo. Porém, o olhar e o ouvir constituem a realidade focalizada na pesquisa empírica e o escrever está associado com o ato de reflexão. Oliveira avalia duas etapas da investigação empírica baseada em Clifford Geertz, a partir do seu livro *Obras e vidas: o antropólogo como autor*[252]*;* o "estar lá", ou seja, a vivência do estar em campo nativo e o "estar aqui", que corresponde aos trabalhos do pesquisador estando dentro de seu gabinete urbano.

Neste sentido, o olhar e o ouvir fariam parte de uma primeira etapa e o escrever seria a segunda. O museólogo que atua no Ecomuseu Ilha Grande precisará fazer uma compilação do olhar, do ouvir e da convivência junto às comunidades focalizadas na pesquisa empírica e nos dará subsídios para desenvolver a escrita, neste caso a tese aqui apresentada. É através do escrever que realizamos as interpretações baseadas no nosso próprio bom-senso e fundamentadas em conceitos básicos da disciplina. Contudo, no contexto do "estar aqui", essas interpretações sofrem uma nova "refração" no âmbito do lembrar do pesquisador. A isto Oliveira se refere ao mencionar a "representação do trabalho de campo em textos". Assim, o que vai caracterizar a singularidade e riqueza do texto criado pelo museólogo será a experiência adquirida pelo amadurecimento destes atos cognitivos ao buscar uma articulação entre o trabalho de campo e a construção do texto.

Desta maneira, a dimensão dada ao museólogo que atua no Ecomuseu Ilha Grande vai além das atribuições da lei: ele transcende a falta de recursos em um meio insular, desenvolve o poder transformador da interação com as comunidade locais, possibilita a descrição do que acontece nas relações e inter-relações dos sujeitos, no espaço em que vive e em seu contexto social. Cabe ao museólogo ser multifuncional, mas singular em suas ações e relações; usar as ferramentas da museologia como meio de transformação, de valorização e ressignificação da comunidade e do seu território, recuperando memórias e potencializando vidas.

> Cada museóloga que atuou no Ecomuseu Ilha Grande imprimiu a sua marca pessoal, as suas preferências e, portanto, tiveram desempenhos um tanto diferentes daquilo que a gente tinha vislumbrado, tinha expectativa de ação no Ecomuseu. Algumas eram mais voltadas para o aspecto, digamos, mais administrativo, mais burocrático - de catalogação, fichas e tudo; outras tinham muito mais a coisa do campo, de estar junto à atuação das comunidades; e outras tiveram atuação muito ligada à gestão também a percepção da relação do ecomuseu com as comunidades, mas do ponto de vista de uma gestão é assim. Isso foi muito rico porque o que a gente percebe é que o trabalho de um museólogo em uma instituição como o Ecomuseu Ilha Grande que é ao mesmo tempo um museu voltado para a comunidade e um museu universitário, ele não pode ter e não existe um roteiro pronto de como deve ser a atuação desse museólogo numa instituição

252 GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

> como essa. Eu falei que cada uma teve a sua personalidade e características e marco de forma diferente a sua passagem no Ecomuseu; mas uma coisa fundamental que todos deveriam ter e a maioria teve era a capacidade de ter essa sensibilidade na relação com a comunidade, e ai pensar atividades voltadas para a comunidade, para a integração com a comunidade, para ouvir a comunidade, para levar também informação, conteúdo, pesquisa e produção da universidade para essa comunidade e fazer com que tudo isso de fato acrescentasse na vida um significado para essas pessoas, que elas compreendessem que são parte e donas também do Ecomuseu Ilha grande. E isso foi algo que algumas conseguiram fazer muito bem. (Entrevista com o Prof. Gelsom Rozentino de Almeida – Realizada em 04 de fevereiro de 2021).

Nesta fala do coordenador geral do ECOMIG, fica evidente que cada museóloga, a partir da sua formação, atuação e experiências vividas junto às comunidades, contribuiu para constituir o que a instituição é hoje. É perceptível o reconhecimento e importância deste profissional para a reflexão, construção e integração da ecomuseologia na sua plenitude, não apenas nas atividades desenvolvidas por nós museólogos, mas nas relações construídas com as comunidades, que nos ensinam a cada dia a melhor forma de trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta tese analisar o Ecomuseu Ilha Grande em todas as suas dimensões, desde sua criação até o seu atual processo de musealização. Realizamos um breve itinerário dos ecomuseus desde sua origem, passando pelas experiências internacionais e como este termo e conceito foi se espalhando pelo mundo até chegar no Brasil.

Compreendemos que o Ecomuseu, sem dúvida, foi um dos grandes responsáveis pela construção de novas práticas museológicas e pensamentos que contribuíram para o campo da museologia. O fenômeno Ecomuseu é uma energia vital museológica que pulsa e acontece no presente, guiado por seus agentes sociais, transformando o museu em fluxo, em dinâmica, em processo de constante recriação da realidade. A maior arte do ecomuseu é repintar cenários contínuos das relações de vida, homem, tempo, cultural, patrimônio, território que se refaz no presente, e que se expressam na produção de memórias individuais, que em junção e semelhanças tornam-se coletivas.

É interessante perceber como uma palavra e seu significado tornam-se relevantes e fortes no momento em que colocamos musealidade, ou valor atribuído a este termo, considerando sua carga simbólica, representativa, de força, luta, resistência, resiliência e as diferentes expressões geradas pelas relações de grupos e/ou comunidades com seus territórios e patrimônios. Os Ecomuseus são capazes de transformar a vida em arte, memória em produção cientifica, memória em memorar, em transição contínua que faz e refaz o tempo, recupera o passado e se produz do presente, lançando-se para o futuro.

É incrível visualizar o ecomuseu como ponte, mediador, articulador, produtor, desenvolvedor, um transformador de vidas pelas vidas. É interessante olharmos para o Ecomuseu como uma ave Sankofa[253], - “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. O ecomuseu representa para nós uma Sankofa da memória comunitária, simbolizando a **volta ao passado para adquirir conhecimento, a sabedoria e a busca da herança cultural dos antepassados para construir no presente possibilidades de um futuro melhor**.

[253] Segundo Abdias do Nascimento, há na tradição africana um conceito que capta o essencial da prática: o *sankofa*, parte de um conjunto de ideogramas chamados *adinkra*, representado por um pássaro que volta a cabeça à cauda. O símbolo é traduzido por: “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. Essa ética transparece no esforço do povo negro por recuperar a sua ancestralidade e por apontar as sequelas da diáspora, a dispersão dos negros pelo mundo. A cada ação política ou artística, Abdias dava mais um passo nesse sentido.

Figura 354 – Ecomuseu - Sankofa



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, fazendo uma analogia com o ideograma africano citado acima, podemos dizer que o ecomuseu representado pela comunidade é o pássaro que apresenta os pés firmes no chão, no **território** ao qual pertence e onde se localiza. A cabeça virada para trás, segurando um ovo com o bico, simboliza o passado da comunidade, as memórias e histórias vividas por seus antepassados e que refletem até hoje no presente, demostrando que o pássaro (**comunidade**) voa para a frente, sem esquecer do seu passado. Ao mesmo tempo esta comunidade e as novas gerações que surgem constroem novas relações e **Patrimônios**, no presente, visando a perpetuação deste para o futuro. Deste modo, para construir um futuro melhor é preciso conhecer o passado e produzir no presente. Portanto, o Ecomuseu se constituiu a partir dos três portais que ligam a vida: o **Passado** – Memória – História**; Presente** – Território – Cultura; e **Futuro** – Patrimônio, considerando este último como elo de herança cultural que liga e perpassa estes três portais.

Neste sentido, para Vivianne Valença (2021), o ecomuseu é uma das faces do fenômeno museu que se processa na potência das relações entre os agentes sociais e /ou comunidades envolvidas, com seu território e patrimônio. Acontece no presente, revisita o passado e se lança para o futuro, na perpetuação da memória e do saber comunitário para as próximas gerações, tendo como eixo central a transformação social e o desenvolvimento local.

Fazendo uma recapitulação dos capítulos apresentados nesta tese, podemos apontar as seguintes conclusões e resultados:

No Capítulo 1, que buscou apresentar, refletir e discutir sobre o conceito de Ecomuseu e suas diferentes concepções ou denominações, bem como desenvolver

uma breve análise do processo de formação de ecomuseus em diferentes países do mundo, podemos afirmar que de fato o termo ecomuseu e sua conceituação foram uma invenção do alto: na entrevista realizada com Hugues de Varine fica evidente que o "Ecomuseu da Comunidade urbana Le Creusot-Montceau-Les-Mines - Museu do Homem" e da indústria foi a expressão de uma articulação política capaz de transformar a criação de um museu em símbolo de uma museologia comunitária que se difundiu pelo mundo. Ali, foram consideradas as necessidades e demandas daquela comunidade, refletindo suas questões, na preservação da região e permanência no território. Mas, fica evidente que desde de sua origem o ecomuseu surge de cima para baixo, seja por interesses políticos, articulação de técnicos e/ou especialista que ver no grupo e território meio de desenvolver tal região, que pode ou não contribuir diretamente para a comunidade local.

Podemos afirmar que embora esta primeira experiência tenha servido de referência até os dias de hoje como modelo de ecomuseu, ela se perdeu quando a comunidade local deixou de ser "prioridade" nas articulações do Ecomuseu, e passou a focar nos seus objetos e coleções. Tornou-se assim um museu tradicional, mas, mais uma vez, prevaleceu o interesse político de investimento na arte, na fábrica de cristais da rainha e suas coleções. Outro motivo foi a ampliação do perímetro do território e o não reconhecimento das novas comunidades sobre os supostos patrimônios, que enfraqueceram assim a ideia inicial do Ecomuseu, que foi se perdendo ao longo do tempo.

Assim, a partir da década de 70 este modelo de museu vai se espalhando pelo mundo e se expressando de diferentes formas nos territórios e suas comunidades, seja na adaptação e interpretação sobre o patrimônio junto às mais variadas culturas, ou por interesses políticos de investimento na preservação territorial ou turismo patrimonial. O Ecomuseu foi passando por um processo de transformação, construindo seus próprios princípios, características e organização teórica e prática à medida que coloca no centro as comunidades como atores das suas próprias histórias, experiências e representações. Deste modo, potencializa-se as relações sociais e culturais a partir da inclusão da paisagem, do *in situ*, da biodiversidade, e a perspectiva de relações estabelecidas pelo ser humano, seu meio-ambiente e suas tradições.

É dentro deste processo de interconexão dos pilares do Ecomuseu - patrimônio, comunidade, território que podemos destacar, por meio das diferentes experiências internacionais analisadas desta tese, que os **patrimônios** que mais se destacam são: o natural e o cultural, destacando-se o arqueológico e o construído. A **comunidade** está na maior parte das vezes vinculada às questões da identidade, da organização, da

mobilização e do desenvolvimento; e o **território** está relacionado ao levantamento de sua caracterização, paisagem, recursos naturais e sustentabilidade.

Portanto, de modo geral, para os diferentes países a proposta do Ecomuseu é uma forma de desenvolver territórios e comunidades economicamente prejudicados, com problemas sociais ou com alguma necessidade sociocultural. Ao mesmo tempo, enfatiza o sentimento de recuperação da identidade das comunidades por meio da sensibilização, a partir do patrimônio e da sua utilização para o desevolvimento local. A forma como o ecomuseu se apresenta em diferentes culturas demostra sua potência museológica, de articulação e adaptação às relações do homem com seu território e seu patrimônio.

Deste modo, a partir das ideias de Maurizio Maggi (2005, p.63-67) sobre os ecomuseus no mundo, ao apontar as “rotas convergentes entre obstáculos similares”, é possível indicar algumas observações, ou seja, quase todos os ecomuseus, mesmo seguindo alguns caminhos diferentes, têm uma missão central que os liga: tentam promover o desenvolvimento sustentável e a cidadania através do patrimônio e da participação local. Os obstáculos mais relevantes que enfrentam parecem ser os mesmos em quase todos os países: o envolvimento com as pessoas, a liderança eficaz e a continuidade das iniciativas.

Também é importante destacar que os precedentes cruciais para o desenvolvimento da nova abordagem *ecomuseu* deveram-se à criação de novos contextos políticos e culturais em todo o mundo – que possibilitaram situações ideais para a sua criação. Considere-se ainda a influência da museologia escandinava, do ponto de vista histórico e em relação à ideia de paisagem cultural, que fundamenta a ideia do ecomuseu. Sem dúvida, a proposta de um museu que não possuía coleções de museus consagrados, um museu “sem paredes”, sem a necessidade de contratação de pessoal permanente, ou custos de funcionamento, baseado em um patrimônio local, amplamente disponível, ao mesmo tempo de interesse regional e para o mercado de turismo, fez com que muitas autoridades se interessassem em utilizar o termo sem a profundidade do seu conceito, numa replicação mecânica de uma fórmula, de modo a produzir nada mais do que um clichê ineficaz. Assim, é normal a confusão e contradições de um fenômeno social e cultural crescente, mas algumas características comuns surgem desses ecomuseus.

Para Maggi (2005, p.63-67), muitas iniciativas, grupos e museus estão agora chamando-se ecomuseus - mas estes são, por vezes, nada mais do que museus etnográficos e longe de implementação das teorias apoiadas pela nova museologia normal. Outros, ao contrário, tentam desenvolver objetivos museológicos e/ou

ecológicos, como o desenvolvimento sustentável e a construção de uma comunidade através de herança e de participação, sem usar o nome ecomuseu.

Quase todos os ecomuseus, independentemente de onde estejam, do seu tamanho ou de quanto tempo têm operado, enfrentam problemas específicos relacionados com a situação local e sua história peculiar, bem como problemas estruturais. Entre estes últimos, podemos observar, sem dúvida, a participação, a formação e a continuidade. O envolvimento das pessoas ainda é a primeira prioridade da maioria dos ecomuseus, a participação é tanto um meio necessário para alcançar a meta dos ecomuseus como uma parte essencial dos mesmos. E três coisas que dever sem levadas em consideração a participação da comunidade desde o inicio do projeto do ecomuseu, no incentivo a apropriação da proposta, o treinamento na importância de entendimento do conceito de ecomuseu e o compartilhamento e trocas de experiências, na criação de um ambiente de aprendizado, e no desafio constante da continuidade e sustentação para que não corra o risco de terminar.

O capítulo 2 teve como proposta analisar como se deu a formação, denominação e conceituação dos ecomuseus brasileiros, ressaltando a sua diversidade e elementos de similaridade, além de apontar os Encontros Internacionais de Ecomuseus como o início do processo de discussão sobre o tema no país. Também foram apresentadas duas experiências acadêmicas que relacionam o Ecomuseu a sua matriz curricular, e questionamos se existe uma teoria sobre ecomuseus no Brasil. Neste sentido, os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários foram de fundamental importância para a discussão, reflexão e formação dos Ecomuseus no Brasil.

Dentro deste cenário, os encontros partiram de dois movimentos: o primeiro parte da teoria para a prática, como foi o caso do I e II EIE, com o pioneirismo e aprofundamento das discussões coletivas sobre o conceito de Ecomuseus no país. Esses encontros destacaram a preocupação ambiental e desenvolvimento de estratégias de comunicação, educação e ação junto à sociedade e contribuíram para que diferentes grupos apresentassem seus trabalhos e conhecessem outras experiências comunitárias. Como produto desses dois encontros deu-se a implantação do primeiro ecomuseu do Rio de Janeiro, o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz - um ecomuseu não apenas preocupado com a perspectiva ecológica, mas que fosse capaz de ser um dispositivo de fortalecimento da sociedade a partir das suas comunidades e suas relações com os territórios e patrimônios e que de fato torna-se o que chamamos na tese de ecomuseu disseminador, virando referência e inspiração para a criação de outros ecomuseus.

O segundo movimento parte de uma perspectiva da prática para a teoria, ou seja, o III, IV e V EIEMC foram baseados nas próprias iniciativas e experiências

desenvolvidas pelos Ecomuseus brasileiros - buscando o caminho da prática para pensar o ecomuseu. Destacamos a articulação de Odalice Priosti a partir do NOPH e das atividades como as jornadas de capacitação em museologia comunitária desenvolvidas no Ecomuseu de Santa Cruz e a criação da ABREMC representação nacional na articulação e discussão entre os ecomuseus, museus comunitários e similares. A ABREMC representou um marco no processo de reconhecimento e consolidação de uma "identidade museal comunitária brasileira" reafirmando e valorizando o protagonismo das diferentes comunidades frente as suas iniciativas museológicas, que vem crescendo e se fortalecendo cada vez mais no país.

Estes encontros representaram o fortalecimento dos Ecomuseus no Brasil, provando que todas as discussões, reflexões, atuação e trocas foram abrindo caminhos para criação de seus próprios modelos e formas de fazer ecomuseus no país, diferenciando dos modelos europeus.

Podemos afirmar, então, que o processo de formação de Ecomuseus no Brasil pode ser dividido em dois eixos principais que influenciaram a constituição e reflexão sobre o tema no país: os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários, já citados anteriormente; e as iniciativas pioneiras de Ecomuseus que se tornaram disseminadoras do "saber e fazer" da museologia comunitária brasileira.

A partir do levantamento realizado com as experiências que se autodenominam e se reconhecem como ecomuseu, podemos apontar os seguintes resultados e discussões, desenhadas a partir da análise quantitativa por região e categorias dos ecomuseus brasileiros, ano de criação, motivações principais da utilização do termo Ecomuseu e influências para a concepção de um ecomuseu.

Dos 50 compilados que seguem estes critérios, a maioria dos Ecomuseus brasileiros foram criados na região Sudeste, e o Rio de Janeiro é o estado que mais possui ecomuseus em todo o país. Isso se dá por algumas possíveis justificativas: a influência dos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia da UNIRIO; o pioneirismo da discussão acadêmica e profissional desenvolvida no I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1992; a criação do primeiro ecomuseu no Rio de Janeiro, o Ecomuseu de Santa Cruz; a criação da ABREMC e da Rede de Museologia Social no estado.

A partir da análise do ano de criação, ficou comprovado que nos anos 1980 tivemos os "**Ecomuseu Pioneiros**", que puseram em prática ideias trazidas da Europa. Os primeiros ecomuseus possuíam uma característica de forte influência europeia, a partir das experiências do Ecomuseu do Creusot, das ideias de Hugues de Varine e de Georges-Henri Rivière, como foi o caso do Ecomuseu de Itaipu - PR e do Ecomuseu da Fazenda da Boa Vista – SP. A década de 90 marca o início de fato de um processo de

construção de uma teoria brasileira sobre ecomuseus. Representou a grande emersão e discussão sobre ecomuseus de forma mais “consciente”, a partir das discussões e preservação ambiental culminando com a realização da Rio 92. Esses exemplos seriam o que propomos denominar de “Ecomuseus disseminadores”, que têm um caráter de propagadores de metodologias de ação e experiências museológicas no incentivo à organização comunitária e que se tornaram referência e influência para a criação de novos ecomuseus, como foi o caso do Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz.

Outras categorias apareceram nos anos 2000: os Ecomuseus Universitários, que pertencem a instituições acadêmicas visando o ensino, pesquisa e extensão, articuladas as comunidades locais. Este é o caso do Ecomuseu Ilha Grande, Ecomuseu Serra de Ouro Preto, Ecomuseu Delta do Parnaíba, entre outros.

Além, dos Ecomuseus de Base Comunitária, ou essencialmente comunitários – termo que embora pareça redundante, pois todo ecomuseu é um museu comunitário -, tem uma característica explicitamente comunitária participando ativamente da gestão, administração e atividades museológicas. E os Ecomuseus Memórias, criados com o intuito de homenagear alguém importante da sua localidade.

Nos anos 2000, a década de 2000/2009 representou a maior quantidade de criação de Ecomuseus no Brasil, merecendo destaque os anos de 2006 a 2009, quando foram criados 16 novos ecomuseus. Estes dados se justificam por três processos: 1- o acúmulo dos movimentos sociais, a partir da luta, resistência e organização de algumas comunidades desde a década de 1980, reafirmando questões de identidade e preservação da memória e patrimônio local; 2- a definição de uma Política Nacional de Museus (2003), através do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que reforçou as possibilidades democráticas para os museus existentes e para a sua criação e institucionalização; e 3- a ação militante de profissionais de museus em defesa da ecomuseologia e da museologia social.

A partir da pesquisa realizada apontamos algumas motivações principais da utilização do termo Ecomuseu, seja a partir do conceito, baseado no museu e seu patrimônio integral, questões ambientais e preservação do meio ambiente, ou ainda por questões políticas e/ou interesse institucionais. Em relação à musealização do território e iniciativas de criação dos Ecomuseus no Brasil podemos apontar que surgem: 1- Das comunidades organizadas que visam a valorização dos interesses coletivos, com o intuito de preservar seu meio ambiente, cultura e memórias que as identifiquem no território e grupo. 2- De grupos de acadêmicos que conhecem o conceito e, por realizar pesquisas no território ou junto à comunidade, a mobilizam para a preservação do lugar e suas memórias. 3- De iniciativas de um órgão público Municipal, Estadual ou Federal

– criados ou institucionalizados, 4- De universidades públicas, que se articulam com as comunidades locais, ou ainda de 5- Iniciativas de interesse Privado.

Sobre as principais temáticas abordadas pelos Ecomuseus brasileiros, estes estão relacionados: ao meio ambiente, educação, turismo de base comunitária, organização e mobilização comunitária e questões étnico-raciais.

Sobre as influências para a concepção de um ecomuseu, são: de cunho teórico, comunitário, gestão/administração - vinculação institucional, influências do Território; outros meios de mobilização e reafirmação da ideia de ecomuseu são as redes de museologia social, que atuam pelo direito à memória, ao patrimônio, à identidade, à construção coletiva de uma alternativa de vida melhor para si, através da criação de um Ecomuseu. Citamos como exemplo a Rede de museologia Social – REMUS do Rio de Janeiro e a Rede Cearense de Museus Comunitários, experiências que favoreceram a aproximação, trocas de experiências e articulação entres comunidades e suas iniciativas. Assim, os Ecomuseus no Brasil são concebidos e geridos a partir da ação das seguintes forças de atuação: 1- comunidades, movimentos sociais, grupos organizados, 2- Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários, 3- Poder público municipal, 4- Iniciativa privada, 5- Redes de museologia social, 6- Universidades.

Podemos concluir que cada uma dessas forças tem um papel fundamental no processo de formação e gestão das comunidades em torno dos seus patrimônios, no direito à memória, nas articulações por políticas públicas, na mobilização e organização de grupos que buscam a valorização da sua cultura, histórias, memórias, no estímulo ao desenvolvimento local e na atuação comunitária por seus interesses.

A partir das experiências dos Ecomuseus Brasileiros podemos desmistificar algumas ideias, como:

- A maioria dos ecomuseus é criada pelas comunidades locais, que gerem e/ou administram o ecomuseu. Percebemos ao longo da pesquisa que a maioria dos ecomuseus no Brasil vem de iniciativas do alto e que em geral não são geridos pelas comunidades: a comunidade atua como parceira ou na participação em atividades e projetos.
- A ideia de que se o ecomuseu virar uma instituição tradicional perde a sua proposta. Fica evidente pelo levantamento dos dados dos ecomuseus brasileiros que em sua maioria são institucionalizados e pertencem a fundações, universidades, governos municipais e estaduais e nem por causa disto deixaram de ser ecomuseus no seu conceito e prática, por estarem vinculados a algum órgão.
- Os ecomuseus tendem a ser mais humildes, “carentes”, e com menos estrutura e recursos que as demais categorias de museus. Identificou-se que a maioria dos ecomuseus no país se relaciona a recursos e infraestrutura das instituições às quais

estão vinculados, alguns com mais, outros com menos, mas numa situação que não difere, por exemplo, da realidade de outros tipos de museus de pequeno porte que também sofrem com a carência de recursos e infraestrutura.

- Museus que pertencem a universidades não são considerados ecomuseus, pois não surgiram da comunidade. Identificamos cinco ecomuseus universitários que embora não tenha surgido de uma mobilização comunitária, têm sua missão voltada para as duas esferas (universitária e comunitária) - o que enriquece suas ações e projetos, ampliando seu campo de atuação, seja no ensino, pesquisa ou extensão, atingindo um maior número de pessoas e contribuindo para o conhecimento sobre o território e os patrimônios locais.
- O ecomuseu é criado e voltado apenas para sua comunidade. Nenhum dos ecomuseus brasileiros está aberto apenas às comunidades, todos recebem público externo e estão abertos ao turismo e ao desenvolvimento local.

Nesta tese, citamos dois casos de pós-graduações em Museologia no Brasil que desenvolvem suas propostas e estrutura baseados no conceito de Ecomuseu: o Mestrado em Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI; e o curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidade, da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, em Recife, PE. Ambos oferecem uma qualificação focada na ampliação da atuação do museólogo como agente social junto e com as comunidades e seus territórios, contribuindo para os estudos e capacitação sobre ecomuseus e museus comunitários no Brasil. Qualificam especialistas capazes de desenvolver atividades integradoras e de atuação em museus comunitários, ecomuseus e similares, incorporando a reflexão crítica sobre as práticas museais socio comunitárias.

Por fim, propomos uma teoria brasileira sobre ecomuseus, comprovando que existem desde as décadas de 70 e 80 autores brasileiros, com produções que vêm sendo desenvolvidas sobre o ecomuseu. Destacamos alguns desses autores que vêm se debruçando sobre o tema e/ou que desenvolvem estudos diretamente com Ecomuseus, para compreendermos as dinâmicas de construção dessa teoria. Entre estes, estão Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Fernanda Camargo-Moro, Teresa Cristina Scheiner, Mário de Souza Chagas, Odalice Miranda Priosti, Yára Mattos, Heloisa Barbuy e Bruno César Brulon Soares. A partir das análises propostas por esses autores podemos afirmar que uma teoria brasileira sobre ecomuseus é a construção teórica dos processos museológicos comunitários constituídos a partir das experiências práticas dos ecomuseus brasileiros – aliados a metodologias que visam a ressignificação e valorização das comunidades em relação a seus patrimônios, memória, identidade e

território, na elaboração cotidiana de processos relacionais humanos culturais, sociais, históricos e por tanto museológicos.

A partir dos apontamentos apresentados, podemos afirmar que, da ideia à ação, os Ecomuseus brasileiros mostraram a sua potência, diversidade e particularidades. No Brasil, o conceito e a criação de Ecomuseus foram ganhando proporção, se destacando pela criação de metodologias e iniciativas com características próprias. O que chamou a atenção de Hugues de Varine ao afirmar que *"*O Brasil está liderando o caminho e trazendo uma museologia própria*"* referindo-se ao país como um dos grandes líderes da nova museologia e apropriadores do termo e conceito do Ecomuseu.

Outro ponto que merece atenção é questionarmos, dentro do processo de formação de Ecomuseus no Brasil, como é escolhida esta denominação: para se fazer um ecomuseu e utilizar este termo de alguma forma, tem que ter havido acesso a sua conceituação. Ou seja, quem leva o conceito às comunidades? Nós, museólogos e profissionais de museus? Logo, fazemos o papel de colonizador ecomuseológico? Até quando vamos continuar dizendo e propagando aquilo que as comunidades devem fazer com seu patrimônio? Inclusive apontar para as mesmas dizendo se é ou não é ecomuseu?

É importante tomarmos cuidado com a escolha de alguns conceitos e denominação, necessitando conhecê-los e aprimorando com suas experiências. Afinal, quem disse que o conceito de ecomuseu é engessado e não poderia ser modificado jamais? Porque se fosse assim, perderia todo o sentido da sua essência. As diferentes iniciativas no Brasil mostram suas especificidades e diversidades culturais em relação com o território em que vivem as comunidades musealizadas - e esta é uma das grandes riquezas do ecomuseu, que jamais deve ser esquecida. O caminho é permitir que as propostas de ecomuseu sejam "livres" e permitam ser experimentadas, vivenciadas de diferentes formas museológicas, que possam beber de outras fontes e iniciativas, até poder ter a liberdade de terminar quando não interessa mais. Assim, continuar dizendo que aquela ou tal inciativa não seria ecomuseu é ofender a própria proposta de sua conceituação, de ser flúida, dinâmica, processual nas relações comunitárias com seus patrimônios e territórios. Como outras que identificamos como ecomuseu, mas em que o grupo não tem interesse em utilizar o termo. Então, devemos entender essas escolhas e definições e aprender a respeitar as diferentes iniciativas.

Assim, podemos afirmar que os Ecomuseus brasileiros não seguem padrões ou qualquer tipo de normatização: estão sempre em processo de autoconhecimento, se diferenciam pela criatividade das ações, pela educação patrimonial, na utilização do ecomuseu como dispositivo de luta, resistência e resiliência de problemas, conflitos e questões sociais. Os Ecomuseus brasileiros, sem dúvida, praticam o que Odalice Priosti

chamava de “museologia da libertação”, potencializada pela descolonização do museu e pela democratização do saber e fazer museológico.

No capítulo 3, tivemos como proposta apresentar o território da Ilha Grande, analisando seu espaço geográfico, o processo de ocupação humana da Ilha a partir dos povos pré-cabralinos, tupinambás, fazendas e escravos, caiçaras, pesca e fábricas de sardinha, colônias correcionais, agrícolas e presídios. Ressaltamos a área de preservação ambiental, e a articulação com outros agentes estatais e da sociedade civil. E analisamos o objeto de estudo desta tese - o Ecomuseu Ilha Grande e suas comunidades, destacando a Vila Dois Rios, seu processo de formação, os principais atores, características, dificuldades enfrentadas, realizações, ambiguidades, conflitos, contradições e conquistas.

Aqui, podemos apontar os seguintes resultados e conclusões:

1. Que a riqueza e diversidades natural e cultural da Ilha Grande é de fato excepcional e singular, seja nos seus recursos naturais, na biodiversidade, em suas características e físicas e culturais. Tanto que recebeu o título de patrimônio mundial da Unesco. Neste processo de tramitação para o título, podemos afirmar que a UERJ teve um papel fundamental no processo de apresentação da Ilha Grande à comissão da Unesco, a partir do CEADS e do ECOMIG, suas pesquisas, projetos e ações desenvolvidas junto e com as comunidades locais em parceria com o PEIG.
2. O “ser caiçara” é muito forte na Ilha Grande, seja nas memórias de antigos moradores, conhecimentos, saberes, expressões, vocabulário, danças, músicas, práticas religiosas e sociais, hábitos alimentares, dentre outros indicadores que os identificam como caiçaras. Muitos moradores que não nasceram na ilha, mas vivem nela e se auto-denominam caiçaras, pois assumir ser desta cultura também implica resistência e “permanência” no território, na valorização dos seus costumes e na perpetuação para as próximas gerações.
3. Após a implosão do presídio, a Ilha Grande tornou-se um importante pólo turístico e houve uma reorganização social, não apenas na criação de novas forças de atuação, como a criação de associação e moradores, Comitê de Defesa da ilha, brigada mirim ecológica, conselho sustentável da Baía da Ilha Grande, organização para sustentabilidade, projetos, jornais e secretária executiva da Ilha Grande, além da UERJ. Sem dúvida, esta organização e força de atuação contribui muito para a valorização e preservação deste território e os direitos da cultura tradicional caiçara.
4. O processo de formação do Ecomuseu Ilha Grande representou um marco nas relações sociais e culturais na I.G, principalmente na comunidade da Vila Dois Rios, onde está localizado o antigo presídio – Instituto Penal Cândido Mendes, ressignificado como Museu do Cárcere, o primeiro núcleo do ECOMIG. A partir da

> pesquisa realizada, identificamos que existiu um anteprojeto para criação de um museu neste lugar, a partir do Arquivo Público do Estado do RJ na articulação da arquivista Eliana de Mendonça Furtado Rezende. A ideia era de preservar a história e a memória não apenas local, mas nacional, do sistema penitenciário brasileiro, transformando o antigo presídio em um ponto de cultura da história do Rio de Janeiro. Por questões de mudança política o projeto não foi à frente. Foi de fato concretizado a partir da ideia de Ecomuseu com a Profa. Myriam Sepúlveda dos Santos, iniciando seus trâmites em 1999 e sendo inaugurado em 2007. A criação dos diferentes núcleos, a aproximação da comunidade local e o trabalho em equipe fizeram do ecomuseu um importante instrumento de valorização da história e comunidade local. Ser um museu híbrido, de fato foi e é um desafio, mas tornou-se a singularidade e riqueza do ECOMIG na representação e articulação de muitas frentes junto e com as comunidades da Ilha Grande.

Confirmamos assim que a criação do ECOMIG foi uma demanda do governo a partir do termo de cessão criado por professores da UERJ, mas o seu processo de formação e construção, para torná-lo o que é hoje, só foi possível pelo trabalho permanente da equipe na aproximação e integração das comunidades locais. Do Ecomuseu do projeto original para o Ecomuseu na prática algumas alterações ocorreram - na mudança de nome de alguns núcleos, no seu funcionamento efetivo, mas principalmente, o que não cabe em nenhum projeto, na enorme potência que um ecomuseu carrega, acontecendo e se formando no presente das relações, num constante processo de discussão e integração entre os agentes envolvidos, seus patrimônios e territórios. Portanto, por mais que possamos conceber um Ecomuseu e/ou idealizá-lo, é no processo do seu desenvolvimento cotidiano que saberemos o que realmente é e será, tornando-se assim um museu-processo. Cada pessoa que trabalhou no ECOMIG, funcionários, pesquisadores, membros das comunidades, contribuiu de alguma forma para torná-lo a potência que é hoje. Os diferentes gestores e museólogas tiveram um papel fundamental na administração, organização e desenvolvimento de projetos e atividades com e junto às comunidades da Ilha Grande.

Assim, podemos afirmar que aquele presídio que marcou a vida das comunidades da Ilha Grande foi transformado em lugar de estudo, conhecimento e principalmente transformação de vida - desde articulação de questões socioambientais para as gerações futuras até a criação de empregos.E o ECOMIG foi fundamental neste processo de transformação e no incentivo da comunidade na preservação das questões da biodiversidade e sustentabilidade.

Fica perceptível que as comunidades da Ilha Grande, embora organizadas em um mesmo território, têm suas especificidades - que vão de acordo com as demandas do lugar que habitam, as necessidades locais e as relações com membros de outras comunidades e com órgãos que atuam na Ilha. Este é um desafio para o ECOMIG, contemplar as demandas das inúmeras e diferentes comunidades.

Analisamos a Vila Dois Rios a partir de três tempos: o olhar da comunidade, chamado nesta tese *tempo do Presídio*, período em que trabalhavam na penitenciaria; o *tempo do Vazio* – momento em que o presídio termina e ficam sem nenhum suporte, resistindo para se manterem no território; e o *tempo do Museu*, quando se inicia uma nova era na vila, a partir da retomada de serviços como transporte, emprego, permanência de moradia, mas também de novas oportunidades de conhecimento e qualificação, sem falar das atividades e projetos constantes na integração da comunidade.

Portanto, o ECOMIG é um mediador, um facilitador, um provocador. A partir de suas práticas junto às comunidades na Ilha Grande, constitui um caso singular que pode se tornar referência para outros museus no Brasil e no exterior.

No capítulo 4, tivemos como proposta analisar o processo de musealização do Ecomuseu Ilha Grande, considerando as características da comunidade da Vila Dois Rios, suas definições sobre Ecomuseu, patrimônio e comunidade por meio do Laboratório Experimental e a implementação do SECOMIG. A partir de pesquisa realizada sobre a caracterização da comunidade da vila Dois Rios foi possível perceber sua peculiaridade, força e resistência. Esta comunidade nasce e cresce da resiliência, na superação de constante desafios, na luta pela permanência no território, direto a moradia, entre conflitos e união. A marca prisional desta comunidade faz com que seja singular, e se potencializa quando a mesma se apropria das suas memórias e faz delas uma arma de lutas, na superação de problemas e desafios diários do isolamento. Cada família, de alguma forma, contribui para o que Dois Rios é hoje - na articulação com a UERJ, na criação da Associação de moradores e na perpetuação do que viveram para as próximas gerações nascidas na vila. E na resistência dos diferentes sujeitos em permanecer no território, fazendo de tudo para que seja possível morar na Vila Dois Rios.

Nas entrevistas realizadas, sobre o conceito de comunidade podemos perceber que se refere a um grupo de pessoas que vive em sociedade e divide a mesma localidade, apesar das diferenças, num bem comum, ajudando um ao outro; um espaço onde o princípio básico é a união. Porém, quando indagados sobre a definição e características da comunidade na vila Dois Rios, a ideia de partilhar um bem comum e ter união é modificada e as particularidades vão surgindo, destacando-se os pontos

positivos e negativos, as tensões e conflitos entre as forças que atuam na vila e o que significa e representa esse ecomuseu para eles.

O Ecomig representou uma nova forma de relação da universidade com a comunidade, transformando tensões em parcerias e amizades. Sem dúvida, o Ecomuseu contribuiu de forma decisiva para a valorização da comunidade, sua história e saberes. Mais do que parceira, a partir do Ecomig a comunidade foi se reconhecendo e se apropriando do que lhe pertence, o direito de ser protagonista das suas memórias e relação com seus patrimônio e território.

Propomos Dois Rios enquanto Laboratório Experimental, como uma metodologia de ação e pesquisa que consiste em experiências e nos processos relacionais continuados entre os membros da comunidade da vila Dois Rios, e a Equipe do Ecomuseu Ilha Grande a partir da definição e apropriação do ecomuseu, patrimônio e território -, levando em conta o processo de identificação e a musealização do território. A proposta de musealização desenvolvida pelo Ecomuseu abarca todo o conjunto, de forma integrada e indissociada dos recursos naturais e relações sociais em seu território e patrimônios.

Assim, as três fases deste Laboratório Experimental são representadas pela sensibilização da comunidade em relação ao que define como patrimônio e ecomuseu; pela apropriação e difusão dos patrimônios; e pela musealização. Podemos afirmar que embora não seja uma fórmula para ser aplicada nas comunidades, podem servir de proposta inicial para o contato com a comunidade e sua relação com o patrimônio, território, e o museu que está vinculado, porém, sem deixar perder a fluidez e dinâmica dos processos relacionais, além de considerar as demandas e interesses da comunidade. Essas fases ajudam a fortalecer o processo de musealização e o tornam dinâmico, potente no seu sentido, desde a definição coletiva dos conceitos de patrimônio, comunidade e ecomuseu até o inventário participativo. De fato, a discussão e definição conjunta com a comunidade faz com que o conceito original se amplie ou caia por terra. Neste caso, as definições que foram expressadas pela comunidade da Vila Dois Rios se inspiram no conceito original de Varine e Rivière, mas demostram na prática que vão além da teoria criada – que é recriada a cada nova relação construída. Deste modo, as fases do Laboratório Experimental se retroalimentam formando processos contínuos de novas redes de significados, ou seja, a pré-musealização ou cadeia conceitual participativa torna-se uma preparação coletiva para a cadeia operatória da musealização original.

De fato, o processo de musealização é complexo e contínuo. A proposta de musealização do Ecomuseu abarca de forma integrada todo o conjunto - território, comunidade e seus patrimônios. Este processo é produzido de forma conjunta e

participativa, levando em consideração as contribuições do Conselho Científico e Comunitário. O processo de musealização do ECOMIG é sempre ressignificado e produz novas relações humanas, com o território, com os patrimônios e entre a própria comunidade, criando novas realidades e possibilidades de ação, atuação e produção sociais, tornando possível de fato uma musealização integrada e integrativa.

Dentro deste processo analisamos o Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG, ferramenta que se fundamenta numa abordagem multidisciplinar que inclui o registro, sistematização e acesso aos bens materiais e imateriais, científicos ou comunitários da Ilha Grande, fomentando o inventário e catalogação integral desses conjuntos. Todo esse registro está sendo realizado em conjunto com diferentes membros das comunidades da Ilha Grande, a partir do inventário participativo. A proposta do SECOMIG surge das reflexões desta tese e está sendo aplicada num processo colaborativo. Podemos afirmar que que este sistema experimental representa uma importante ferramenta no registro da cadeia operatória da musealização.

O Ecomuseu Ilha Grande é o primeiro ecomuseu do Brasil que está propondo uma musealização de fato integral e norteadora de registro do ecomuseu em todas as suas instâncias e dimensões, considerando desde a pré-musealização ou cadeia conceitual participativa, até a cadeia operatória da musealização. E pretende servir de exemplo para outros museus que queiram fazer a musealização de forma integral, facilitando a organização e disponibilização das informações em um único ambiente, contemplando as demandas e necessidades das comunidades da ilha grande, pesquisadores e público externo e equipe técnica do ECOMIG.

É particular a forma como o Ecomig integra a estrutura administrativa da universidade, ao mesmo tempo que desenvolve mecanismos eficientes de incorporação crescente da comunidade a sua organização e funcionamento. Vale ressaltar que uma das grandes potências do ECOMIG é ser um museu híbrido, capaz de agir em dois “mundos museais” diferentes, numa perspectiva científica e universitária e ao mesmo tempo comunitária.

Chamamos atenção para o trabalho do museólogo que desenvolve suas atividades em ecomuseus, museus comunitários e similares, afirmando que embora tenham as mesmas bases de atribuições, o trabalho nesses tipos de Museu inclui ainda a sua atuação e prática relativas às demandas que surgem a partir dos processos de relações sociais que emanam das comunidades. E diferente do museólogo “clássico” para quem o foco são os objetos, o museólogo social/e/ou comunitário tem, além desta atribuição, o foco na comunidade. Assim, a partir das experiências vivenciadas concluímos que a lei de regulamentação da profissão precisa ser revista e atualizada a

partir das experiências e atribuições dos museólogos que atuam em iniciativas comunitárias.

A pesquisa também chegou aos seguintes resultados:

a. a pesquisa documental desenvolvida nos arquivos da UERJ e Arquivo Público do Estado nos permitiu ter acesso a fontes primárias ainda não estudadas sobre o processo de criação e constituição do Ecomuseu;
b. as entrevistas realizadas com moradores da ilha nos permitiram confirmar que o Ecomuseu tem sua importância reconhecida pelas comunidades – desde criação de empregos, geração de renda, acesso a formação e conhecimento através de cursos, até o sentido da vida, para alguns;
c. o início do mapeamento das comunidades a partir da visita técnica chamada “volta à Ilha” nos permitiu reunir com algumas lideranças e grupos das comunidades e contribuiu para os dados da pesquisa;
d. a pesquisa sobre os processos de formação de Ecomuseus no Brasil nos permitiu conhecer melhor essas iniciativas, comprovando que o Brasil tem uma diversidade de iniciativas com suas especificidades, demandas e modo específico de criar e desenvolver os ecomuseu, num processo contínuo de participação em todos os seus âmbitos;
e. o processo de musealização da Vila Dois Rios a partir do Laboratório-Experimental e a implantação o Sistema do Ecomuseu Ilha Grande nos permitiu comprovar que é possível os ecomuseus realizarem um musealização integrada e participativa.

A partir desses resultados, questionamos: como seria um Ecomuseu do século XXI?

Iniciaremos apontando que o Ecomuseu do século XXI se constitui enquanto território-rede cujas partes se conectam, formando novas territorialidades e dinâmicas sociais, o que o geógrafo Rogério Haesbaert (2002) denominou de multiplicidade espacial, uma articulação em redes que são, também, imateriais e simbólicas. Nos “territórios-rede”, diversas manifestações locais e globais se entrelaçam, exigindo visão integradora que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, para compreensão da complexa dimensão territorial dos processos sociais.

O Ecomuseu do século XXI é aquele que consegue adaptar-se às necessidades locais, mas, também globais; aproveita as oportunidades para se fazer presente, é parceiro da comunidade em todos os momentos, seja na alegria como na tristeza. Sabe compartilhar experiências e fazer parcerias com outros países, participar e ser representado na esfera nacional, publicar artigos e divulgar suas pesquisas e

resultados. Incentiva e viabiliza as comunidades a serem protagonistas dos processos museológicos, mesmo que às vezes se inicie pelo meio externo desta comunidade.

O Ecomuseu do século XXI consegue ver o potencial que cada membro tem e o transforma no principal ator da história do ecomuseu, abrindo os braços para receber famílias, tristezas, perdas, alegrias, como o guardião do que têm de mais valioso de cada um, seja na doação de um acervo ou para comemorar uma data importante da comunidade e/ou seus membros. É poder estar presente mesmo que de longe numa pandemia, mas lutando, resistindo e auxiliando para não perdemos os nossos maiores bens materiais e imateriais - as pessoas que ali vivem e tudo o que carregam consigo.

O Ecomuseu do século XXI é capaz de ser híbrido, de ser atuante, produtor e construtor em nível científico e no social. É capaz de articular ensino, pesquisa e extensão, associação de moradores, parceiros de diferentes dimensões, quer sejam locais, nacionais ou internacionais. As considerações finais sobre esta tese nos fazem perceber que o Ecomuseu do século XXI é e sempre será o que produzimos no presente, olhando para o passado e visualizando o futuro na construção contínua das relações humanas, com seu território e patrimônio.

Portanto, a experiência museológica vivenciada pelo Ecomuseu Ilha Grande com e junto as comunidades locais é, sem dúvida, um exemplo de Ecomuseu do século XXI.

REFERÊNCIAS

FONTES E REFERÊNCIAS

Entrevistas e Depoimentos Realizados[254]

Julio Cesar de Rodrigues de Souza - realizada em 10 de abril de 2018

Marilda Aparecida Caiares - realizada em 10 de abril de 2018

Marilene da Silva Campos - realizada em 10 de abril de 2018

Hotair da Silva Souza – realizada em 11 de abril de 2018

Edervaldo Vianna Campos - realizada em 11 de abril de 2018

Maria José Pereira Souza (Teresa do Bar) - realizada em 12 de abril de 2018

Liberalino Gava Araújo (Goró) - realizada em 12 de abril de 2018

Eliana Neves da Silva - realizada em 12 de abril de 2018

Marcos de Paula Caetano - realizada em 12 de abril de 2018

Kelly Cristine Souza Magalhães de Almeida - realizada em 13 de abril de 2018

Georgina Simone de Moura - realizada em 13 de abril de 2018

Getúlio Cantuária da Silva - realizada em 14 de abril de 2018

Jesiel Pimenta da Silva – realizada em 14 de abril de 2018

Jessica Neves Silva - realizada em 14 de abril de 2018

Pedro dos Santos - realizada em 15 de abril de 2018

Bruna Stefanny Souza dos Santos - realizada em 13 de setembro de 2018

Emanuela Pimenta da Silva - realizada em 14 de setembro de 2018

Valdir Martins Rodrigues - realizada em 15 de setembro de 2018

Myrian Sepúlveda dos Santos – realizada em 18 de setembro de 2018

Inês Cordeiro Gouveia – realizada em 9 de março de 2019.

Henrique de Vasconcelos Cruz – realizada em 30 de março de 2020.

Ricardo Gomes Lima – realizada em 5 de fevereiro de 2021

Gelsom Rozentino de Almeida – realizada em 04 de fevereiro de 2021

Eliana Furtado de Mendonça – realizada em 23 de fevereiro de 2021

Hugues de Varine Bohan - Realizada em 31 de outubro de 2019

Rita de Cássia de Mattos - realizada em 04 de fevereiro de 2021

Maria Terezinha Rezende Martins – Depoimento sobre a AbremC e o Ecomuseu da Amazônia – realizado em 28 de julho de 2020 – Mesa Virtual do Ecomuseu Ilha Grande "Ecomuseu no Brasi: Desafios, ações e perspectivas"
Yara Mattos – Depoimento sobre AbremC e o Ecomuseu Serra de Ouro Preto – Realizado em realizado em 28 de julho de 2020 – Mesa Virtual do Ecomuseu Ilha Grande "Ecomuseu no Brasi: Desafios, ações e perspectivas"

[254] As entrevistas realizadas para esta tese estão de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa - Plataforma Brasil e o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e tiveram autorização por escrito de todas as pessoas que participaram da pesquisa. As entrevistas foram transcritas e estão à disposição para consulta, porém, por motivos de segurança dos entrevistados, constará no Apêndice VII (Roteiros das entrevistas) apenas os perguntas realizadas.

Documentação pesquisada

MUHNE, EDITAL FUNDAJ Nº 4/2018 SELEÇÃO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MUSEUS, IDENTIDADES E COMUNIDADES.

Declaração de princípios, objetivos e resoluções da Rede Cearensede Museus Comunitários. Fortaleza: Rede Cearense de Museus Comunitários, 2013.Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social. Brasília: 2012.

Relatório das atividades e encaminhamentos dos Pontos de Memóriae iniciativas comunitárias em memória e museologia social presentesno V Fórum Nacional de Museus. Fortaleza: Rede C earense de Museus Comunitários, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Carta de Rio Grande, 2002. Expressa Extensão, Pelotas, v. 19, n. 2, p. 169-172, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4948/3712. Acesso em: 15 de març

Arquivo institucional do Ecomuseu Ilha Grande/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

- TERMO DE CESSÃO DE USO entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a UERJ. 18 de outubro de 1994.
- TAC. 20 de janeiro de 2002. Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta Ambiental entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, o Estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Ministério Público Estadual, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, o Instituto Estadual de Florestas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Município de Angra dos Reis
- AEDA-016 / REITORIA / 2007, de 20 de dezembro de 2007 – Cria o Ecomuseu da Ilha Grande.
- AEDA-019/REITORIA/2010, de 13 de abril de 2010, estrutura o Ecomuseu Ilha Grande, reafirma os seus objetivos, estabelece o vínculo com a Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, através do Departamento Cultural (DECULT), indicando, além da coordenação geral, um chefe/coordenador para cada núcleo.
- AEDA–012/REITORIA/2011, de 25 de abril de 2011, cria o Programa de Extensão Ecomuseu Ilha Grande.
- AEDA-057/REITORIA/2014, de 23 de setembro de 2014, estrutura o Ecomuseu Ilha Grande – ECOMIG -, subordinando diretamente à Sub-Reitoria de Extensão e Cultura – SR-3, através do Departamento Cultural – DECULT; cria cargos comissionados e funções gratificadas em sua estrutura.
- Plano Museológico do Ecomuseu Ilha Grande.
- Estatuto do Ecomuseu Ilha Grande.
- Regimento do Comitê Científico Consultivo do Ecomuseu Ilha Grande.
- Manual de Procedimentos do Ecomuseu Ilha Grande
- Manual de Registro de Acervo do Ecomuseu Ilha Grande
- Projeto de Implantação do Ecomuseu Ilha Grande
- Projeto Ecomuseu Recicla
- Projeto Museólogas de Família

- Projeto Caiçara
- Acervo Iconográfico

Instituto Estadual do Ambiente – Parque Estadual da Ilha Grande (INEA/PEIG)

- Plano de Manejo do Paque Estadual da Ilha Grande
- Decreto Estadual nº. 15.273/1971 Cria o Parque Estadual da Ilha Grande
- Decreto Estadual nº 16.067/1973 Demarca o Parque Estadual da Ilha Grande
- Decreto Estadual nº 2.061/1978 Dispõe sobre o Parque Estadual da Ilha Grande
- Decreto Estadual nº 2.648/1979 Acrescenta dispositivo no Decreto Estadual nº 2.061/78 (Parque Estadual da Ilha Grande)
- Decreto Estadual nº 4.972/1981 Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul
- Decreto Estadual nº 9.452/1982 Cria a Área de Proteção Ambiental de Tamoios
- Decreto Estadual nº 15.983/1990 Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro
- Decreto Estadual nº 20.172/1994 Institui o Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios
- Decreto Estadual nº 40.602/2007 Amplia a área do Parque Estadual da Ilha Grande.
- Lei Estadual nº 6.793/2014 Dispõe sobre a criação da reserva de desenvolvimento sustentável do Aventureiro, resultante da redução do limite da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e da recategorização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

- Acervo produzido e acumulado pelo Museu do Cárcere, abrangendo Livros de Ocorrência, Livros Caixas, Livros de Inventário, Livros de Tombo, Livros de Almoxarifado, Recibos de compras, entre outros documentos, produzidos pelas instituições prisionais da Ilha Grande – Colônia Penal/Correcional de Dois Rios, Colônia Agrícola do Distrito Federal e Instituto Penal Candido Mendes, entre 1894 a 1993.
- Arquivo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil.

  Documentação referente a museóloga Fernanda Camargo Moro e sobre o Ecomuseu de Itaipu.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. Tal antropologia, Qual museu? In: ABREU; CHAGAS, SANTOS. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental.** 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – USP, São Paulo, 1996.

ALMEIDA, Gelsom R. de, LIMA, Ricardo G. Ecomuseu Ilha Grande: Ecologia de Saberes. **XI Congresso Iberoamericano de Extension Universitaria, I Encuentro de Museos Universitarios de Iberoamerica, II Encuentro de Museos Universitarios del Mercosur**, Santa Fe, Argentina, 2011. Disponível em: <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/museos/completo/ecomuseu-ilha-grande-ecologi.pdf>. Acesso em 19 de janeiro 2020.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **De Vilão à Mocinho: uma breve história do Museu do Cárcere / Ecomuseu Ilha Grande**. 1. ed. Rio de Janeiro: Decult/UERJ, 2015. v. 1. 150p

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LIMA, Ricardo G; AMARAL, Ana Luiza Castro do. O Ecomuseu Ilha Grande da UERJ e o Projeto Museólogas de Família: se as vilas não vão ao Ecomuseu, o Ecomuseu vai às vilas. In: IV Encuentro de Museos Universitarios del Mercosur y I Encuentro de Museos Universitarios Latinoamericanos y del Caribe, 2013, Santa Fé. **Anais del IV Encuentro de Museos Universitarios del Mercosur y I Encuentro de Museos Universitarios Latinoamericanos y del Caribe**, 2013. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/42237/Documento_completo.pdf?sequence=1<. Acesso 25 de janeiro 2020.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; LIMA, Ricardo G; AMARAL, Ana Luiza Castro do. O Projeto Ecomuseu Recicla. In: IV Encuentro de Museos Universitarios del Mercosur y I Encuentro de Museos Universitarios Latinoamericanos y del Caribe, 2013, Santa Fé. **Anais del IV Encuentro de Museos Universitarios del Mercosur y I Encuentro de Museos Universitarios Latinoamericanos y del Caribe**, 2013. Disponível em: < https://pt.scribd.com/doc/251778793/O-Projeto-Ecomuseu-Recicla>. Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

ARAUJO, Marcelo Mattos, BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo**: Documentos e Depoimentos. Comitê brasileiro do ICOM, 1995.

ARAÚJO, Silvana Barbosa Lira de. **Guardiões, memórias e fronteiras**: histórias e gestão do Museu do Homem do Nordeste, UFPE, Recife, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus.

BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Plano, 2002.

BARBUY, Heloisa Maria Silveira. A Conformação dos Ecomuseus: elementos para a compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, v.3, n.1, p.209236, jan./dez. 1995.

BARBUY, Heloisa Maria Silveira. A Conformação dos Ecomuseus: elementos para a compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, v.3, n.1, p. 209-236, jan./dez. 1995.

_____. A experiência dos ecomuseus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Cidades, p.C4, 26 jan. 1989.

BASTOS M. & CALLADO, Cátia H. (Orgs.). **O Ambiente da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: CEADS/UERJ, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003. 141p

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BELLAIGUE- SCALBERT, Mathilde. Creativité populaire et pedagogie museale: substituts ou originaux? **Icofom Study Series**, n.6, p.34 -35, 1984, passim.

_____. Uma nova visão do passado. **Memória**, São Paulo, ano V; n.19, p.74-77, jul.-ago.1993 (entrevista a Heloisa Barbuy)

BECKER, S. Howard. **Método de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

BORGES, Rodrigo e PEIXOTO, Ariane Luna. **Conhecimento e uso de plantas em uma comunidade caiçara do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro**, Brasil Acta bot. bras. 23(3): 769-779. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** Trad. Sérgio Miceli. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Coleção Estudos)

BRAGA, Batista Maíra. **O turismo de Base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento?** local REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA Fortaleza, Brasil, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016.

BRAGA, Batista Maíra. O turismo de Base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento? local **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA.** Fortaleza, Brasil, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016.

BRASIL, Decreto Presidencial n. 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta o Estatuto de Museus e a Criação do Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <>. Acesso em: 15/04/2019.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 9 abr. 2018.

_____. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento 183 Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em: 27 jul. 2019.

_____. Lei nº 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5264.htm. Acesso em: 8 ago. 2019.

_____. Ministério da Cultura Política nacional de museus / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília: MinC, 2007.

BRAYNER, Vânia. Museu do Homem do Nordeste. In.: **Comunicação & Educação**, São Paulo, a. 14, n. 2, p. 127-134, maio/ago. 2009.

BRITO, Flávio D'Assumpção**. Estudo das transformações sócio-ambientais na Ilha Grande/RJ:** Uma Abordagem Sobre o Turismo**.** Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. Niterói. 2001.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação:** intenções e resultados. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) –USP, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro:** documentos selecionados**.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Comitê Brasileiro do ICOM, v. 1, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo**: Documentos e Depoimentos. Comitê brasileiro do ICOM, 1995.

_____. **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro:** documentos selecionados. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Comitê Brasileiro do ICOM, v. 2, 2010.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 77

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Ecomuseu de Itaipu:** Plano Diretor. Rio de Janeiro: Mouseion, 1986.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo, EDUSP, 1998.

CARVALHO, Felipe da Silva. **Ecomuseus - da teoria às práticas de musealização: o Ecomuseu de Santa Cruz.** Dissertação de Mestrado em Museologia e Patrimônio. RJ: PPG-MUS, UNIRIO/MAST, 2017. Orientador Teresa Scheiner.

CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. **Revista Museologia e Patrimônio.** PPG-PMUS UNIRIO/ MAST. Rio de Janeiro, 2011, pp. 147-158.

CARVALHO, Rita de Cássia Moura. **Entre Rio e Mar:** Artes, Patrimônio e Museologia. Tese**.** Doutorado em Belas-Artes, na especialidade de Ciências da Arte. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

CHAGAS, Mário de Souza. Do necrológio dos museus à radiosa aventura. In: **A imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

_____. **Museália**. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2006

CLAIR, Jean. Les origines de la notion d'écomusée. In: WASSERMAN, F. (Ed.) **Vagues:** une anthologie de la nouvelle muséologie. v. 1 M.N.E.S., 1992, p. 433-439.

CORIOLANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORRAL, Oscar Navajas. Japan Ecomuseums: global models for concrete realities. **Sociomuseology**, 38, 217-244.

_____Documento Estratégico de los Ecomuseos Italianos, instrumento de trabajo para la creación de la Red Italiana de Ecomuseos, 2016.

_____. La museología social como herramienta del cambio en los museos de Japón. SIAM - **Series Iberoamericanas de Museología**. Vol. 4., 2012.

COSIG. **Plano de desenvolvimento sustentável da Ilha Grande.Ilha Grande** 2008-2028/ Agência 21. Rio de Janeiro: agência 2, 2008.

DAVIS, Peter. **Ecomuseums**, a sense of space. Leicester University press, London, 1999.

_____ . Ecomuseums and Democratisation of Japanese Museology. ***International Journal of Heritage Studies***, Vol. 10, n. 1, pp. 93-110, 2004.

DIAS, Nélia. Antropologia e Museus: Que tipo de diálogo? IN: ABREU; CHAGAS, SANTOS. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DIEGUES, A.C. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas:** o caso das comunidades caiçaras. São Paulo: NUPAUB/USP, 1988.

DOMINICI, Tania Pereira, RANGEL, Marcio Ferreira . Utilizando conceitos de patrimônio como uma estratégia de proteção do direito à luz das estrelas. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 32 - 64, 2017. Disponível emhttp://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/529/541. Acesso em março de 2019.

ÉVRARD, Marcel. **Le Mouvement Social**. Les Éditions Ouvrières, Paris, nº99, 1977.

FELIPE, Maria da Graça Silveira. Ecomuseu no Seixal - Construindo um modelo museológico. **Cadernos de Sociomuseologia** nº8, 1996.

FERREIRA, Juca. Vontade de museu, vontade de memória – Caminhos e Avanços do Panorama museal brasileiro. **Política Nacional de Museus**: Relatório de gestão 2003 -2010. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 95-101.

FREYRE, Gilberto. **Catálogo do Museu do Homem do Nordeste** – MUHNE. Recife: Coleção Banco Safra, 2000.

GASPAR, Lúcia. *Aécio de Oliveira*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em 30 de março de 2020.

GEERTZ, Cliflord. **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora -UFRJ, 2002.

GIL, F. B. Museus universitários: sua especialidade no âmbito da museologia. In: SEMEDO, A.; SILVA, A. C. F. da. **Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários:** homenagem a Fernando Bragança Gil. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro Gilberto Gil no Seminário Cultura XXI,** 20 de março de 2003, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=1529>. Acesso em: 10/05/2020.

GOMES, Alexandre Oliveira, Museologia social, educação integral e políticas públicas: comentários sobre a implementação do programa de integração museus comunitários e programa mais educação (mec) da Fundação Joaquim Nabuco/Museu do Homem do Nordeste. **Anais do Seminário Brasileiro de Museologia**, v.5, Recife, 2015.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários:processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. **Cadernos de CEOM** – ano 27, n.41.

GUANG, Song Xiang. How the theory and pratice of ecomuseums enrich general museology. In: **Comunication and Exploration.** Trentino: Trentino Cultura, 2005, p. 37-42.

GUARNIERI, W. *Interdisciplinarity in museology*. ***Museological Working Papers*** – MuWoP 2, 1981, p. 58.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação (1990). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, v. 1, parte 2, p.203-210, 2010.

_____. Museologia e identidade (1989). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri:** textos e contextos de uma trajetória profissional**.** São Paulo: Pinacoteca do Estado, p.176-185, 2010.

HAESBAERT, Rogério & LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. GeoUERJ. **Revista do Departamento de Geografia**, UERJ. Rio de Janeiro, nº 5, p. 7-19. 1º semestre de 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Manual de aplicação do inventário nacional de referências culturais.** Brasília: Departamento de Identificação e Documentação do Iphan, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial:** Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO. Kit de recolha de património imaterial. Lisboa: **Instituto dos Museus e da Conservação**, 2011. Extraído de http://www.matrizpci.imc-ip.pt/matrizpci.web/AreaJovens/AreaJovensKit.aspx

I ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS, 1992, Rio de Janeiro. **Anais do I Encontro [...]** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, **Museus em Números**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável / Museologia e Desenvolvimento Sustentável. Comunidad, Patrimonio y Desarrollo Sustentable / Museología y Desarrollo Sustentable. **Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus** / IX Encontro Anual do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe - ICOFOM LAM. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda., 2001.

IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. **Atas do IV EIEMC/4 Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários**, Ecomuseu da Amazônia, Belém, Brasil; 2012.

V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. **Caderno de Resumos**: experiências e pesquisas, Juiz de Fora, 2015.

JEUDI, Henri Pierre. **Memórias do social.** Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JUNIOR, José do Nascimento. Museu – Lugar de encontro, espaço público, campo de construção. **Política Nacional de Museus**: Relatório de gestão 2003 -2010. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus, 2010.

KERSTEN, Márcia Scholz; BONIN, Anamaria Aimoré. Para pensar os museus, ou quem deve controlar a representação dos outros? **Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 3, 2007.

KONARÉ, Alpha Oumar. Des écomusées pour le Sahel: un programme. *Museum***,** n. 148, vol. XXXVII, n. 4, 1985, pp.230-236.

LAVINAS, Laís Villela. **Um animal político na cultura brasileira:** Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982) / Laís Villela Lavinas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LAYUNO, María Ángeles, Museo más allá de sus límites. Procesos de musealización en el marco urbano y territorial. **Oppidum**, nº 3. Universidad SEK. Segovia, 2007.

LEITE, Pedro Pereira. "Olhar o outro: narrativas museológica sobre a diversidade na época da globalização" in **Revista de Museologia Universidade Complutense de Madrid**, 2014.

LEITE, Pedro Pereira. **A museologia Social e os movimentos sociais no Brasil**, Universidade de Coimbra, 2014.

_____. Olhar o outro: narrativas museológica sobre a diversidade na época da globalização. In: **Revista de Museologia.** Universidade Complutense de Madrid, 2014.

LERSCH, Teresa Morales; O CAMPO, Cuauhtemoc Camarena. Ponencia *"El derecho del sujeito en la valoracion del patrimonio intangible*: reflexiones desde la propuesta de museos comunitarios". **Coloquio sobre patrimonio intangible y museos.** Icom, México, 18 de mayo de 2004.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização:** ambiência de comunhão**.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2012, vol.7, n.1, pp.31-50. ISSN 1981-8122. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100004>. Acesso em fevereiro 2019.

LIMA, H.C. & GUEDES-BRUNI, R.R. 1997. Diversidade de plantas vasculares na Reserva Ecológica de Macaé de Cima. In **Serra de Macaé de Cima:** diversidade florística e conservação em Mata Atlântica (H.C. Lima & R.R. Guedes-Bruni, orgs.). Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 346p.

LIMA, Manuel; PORTO, Nunes. **Coleções étnicas e museologia compartilhada**. Goiânia, Editora da Imprensa Universitária, 2019.

LUGO, Raúl Andrés Méndez. ***Mapa situacional de los Museos Comunitarios de México***. 2008. Disponível em: < www.minommex.galeon.com/2207746.html> . Acesso em 25/08/2013

MACIEL, Alba Costa. CARDOSO, Neuseli. Organizadores. **Cura, Sabor e Magia nos quintais da Ilha Grande.** Editora EDUERJ. Rio de Janeiro. 2003.

MARQUES, Dimas. **Uma Tradição Ameaçada**. Editora Horizonte. Disponível em: <http://horizontegeografico.com.br/exibirMateria/547/uma-tradicao-ameacada>. Acessado em 18 set. 2013.

MATTOS, Yára. **Currículo Lattes** – Plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: http://lattes.cnpq.br/3935542510544813. Acesso em: 17 fev. 2017.

MAYRAND, Pierre. **Manual del proceder del Ecomuseo**. El Libreto Del Promotor, 2009.

MAGGI, Maurizio.Ecomuseu no Mundo: Rotas convergentes entre obstáculos similares. In: **Communication and Exploration**. Guyang, China – 2005. Ecomusei del Trentino. Documenti di Lavoro p. 37-42.

MENESCAL, Vanessa. **Museu do Homem do Nordeste**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=186&Itemid=57>. Acesso em: 12 nov. 2018.

MORO Fernanda Camargo. **Ecomuseu de Itaipu**, Livro Texto, s.d. [1988/1989].

_____, Fernanda de Camargo Almeida; NOVAES, Lourdes. ICOM e Brasil: um diálogo – lembranças (1946-1993). 1996. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro**: Documentos Selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado / Secretaria de Estado de Cultura / Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, vol.1, p.31-81, 2010.

MOURÃO, Rui. **A Nova Realidade do Museu, Museu da Inconfidência**, Ouro Preto, 1994.

MOUTINHO, Mário. Sobre o Conceito de Museologia Social. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 1, 1993.

_____. Definição evolutiva de Sociomuseologia. **XII Atelier Internacional do MINOM** - Universidade Lusófona, Lisboa, Museus e Museologia, n. 3, 2007.

NASCIMENTO Junior, José do. De João a Luiz: **200 anos de Política Museal no Brasil**. UNIRIO/MAST. 2019. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. 252 f. Orientador: Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel.

NOGARA, Paulo apud MACIEL, Alba Costa; SOUZA, Hilda Maria de; CARDOSO, Neuseli. **Onde deixei meu coração:** a história dos últimos caiçaras da Ilha Grande**.** Angra dos Reis/Ilha Grande: Eco Editora Ilha Grande, 2011, p. 63.

OLIVEIRA, Patrícia Maria Berg Trindade de**. Apropriações e invenções:** a experiência dos museus comunitários do México (1958/1993), 2015.187

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2006.

PADIGLIONE, V. Efeito marco – as mediações do patrimônio e a competência antropológica. In.: **Ilha**, v.14, n.1, p.57-81, 2012. Tradução: Dagoberto Bordin, Jeana Santos e Rafael O. Rodrigues.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores**. A imaginação a serviço do Brasil – Programa de Políticas Públicas de Cultura.** Brasil, 2002.

PEREIRA, Herique. 2009**. A geologia da ilha grande**.Rio de Janeiro, 346p.

PRADO, Rosane M. **As espécies exóticas somos nós:** reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande**.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ano 09, nº20. P.205-224. 2003

PRADO, Rosane Manhães. Organizadora. **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Coleção Ilha Grande. Editora UERJ. Vol. 02. 2006.

_____ Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 03. Nº01. 2003. Acessado em 12 de setembro de 2013. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/pesquisa/publicacoes/PEIG/docs/3AB.pdf>. Acesso em 07 de fevereiro de 2020.

_____ Para nos mostrarem quem são. In: MACIEL, Alba Costa; CARDOSO, Neuseli (orgs). **Cura, Sabor e Magia nos Quintais da Ilha Grande. Coleção Ilha Grande**, n. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 11.

PRIOSTI, Odalice Miranda e PRIOSTI, Walter Vieira. Os Ecomuseus e o Patrimonio da Liberdade de ação comunitária. **IV EIEMC**, Rio de Janeiro, 2012.

_____, Odalice Miranda. **Memória, comunidade e hibridação:** museologia da libertação e estratégias de resistência. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2010.

_____, Odalice Miranda. Museologia da Libertação e a construção democrática do patrimônio do futuro. In: **Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM**, Rio de Janeiro, 2004. (CDROM)

_____, Odalice Miranda; MATTOS, Yàra. Caminhos e percursos da museologia comunitária. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: ULHT, v. 28, n.28, p. 61-80, 2007

_____. A vocação política dos processos museológicos comunitários- Origens e processos- Mesa Redonda no **XI Atelier Internacional do MINOM**, Molinos II, Espanha, 2005.

_____. Carta aberta aos membros da Lista Interactions – Online, In: Disponível em <www.interactions-online.com>, Acesso em fevereiro de 2007.

_____. **Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro:** território de memória e instrumento da comunidade. Dissertação de Mestrado em Memória Social, UNIRIO- Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2000.

_____. Ecomuseu urbano e iniciativas comunitárias: autonomia, liberdade e cidadania. In: **Atas do II Encontro Internacional de Ecomuseus- Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: NOPH- Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, 2000. (CDROM).

PROJETO HISTORIANDO. Educação para o patrimônio, direito a memória e políticas públicas patrimoniais. **Wordpress**, 30 jun. 2010

RANGEL, M. F. Museus, Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental: breve relato sobre um tema estratégico para o mundo contemporâneo. In: Mario Chagas, Denise Studart e Cláudia Storino. (Org.). **Museus, Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental.** 1ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, 2014, v. 1, p. 8-215.

RANGEL, Márcio Ferreira; JÚNIOR, José do Nascimento. A trajetória da Política Nacional de Museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro. In: GRANATO, Marcus. (Org.). **A trajetória da Política Nacional de Museus:** impactos sobre o campo museológico brasileiro**.** Rio de Janeiro: MAST, 2015. Disponível em: Acesso em: 29 abr. 2017.

RIBEIRO, Emanuela Souza. Museus em Universidades Públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**. Vol. II, nº 4, maio/junho de 2013. p. 88-102.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

RIVIÈRE, Georges Henri. Definición evolutiva del ecomuseo. **Museum.** Imágenes del ecomuseo, Paris, UNESCO, v. XXXVII, n. 148, p.3, 1985.

RIVIÈRE, Georges Henri. L'Écomusée, un modèle évolutif. In: WASSERMAN, F. (Ed.) **Vagues:** une anthologie de la nouvelle muséologie. v. 1 M.N.E.S., 1992, p. 440-445.

RODRÍGUEZ ACHUTEGUI Maribel. **El turista cultural y las ciudades históricas, Boletín del IAPH**. n. 128, Andalucía, 2002.

SANTIAGO, A. M. de A.; GUIMARÃES, C.; NOGUEIRA, I.; SANTOS, M. S. dos e SANT'ANNA, T. História da Ilha Grande e patrimônio cultural material e imaterial. In: O **Ambiente da Ilha Grande.** Orgs: BASTOS, B. e CALLADO,C. H. UERJ/CEADS, R. de Janeiro – RJ, 2009. p. 299-370.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernity, identity and border culture. Tempo Social; **Rev. Sociol**. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (edited in nov. 1994)

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____Espaço e sociedade (ensaios). Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1982;

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os Porões da República. **A barbárie nas prisões da Ilha Grande:** 1894-1945**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005.Dsponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000400020>. Acesso em dezembro de 2019.

SANTOS, Paula Assunção. **Revista Museum** 1973 vol II. A mesa de Santiago para pensar o futuro. Brasília: IBRAM/MinC; Programa Ibermuseos, 2012.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil:** estudo exploratório de possibilidades museológicas / Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa Interunidades em Museologia, 2017.

SCHEINER, T.C. (2012) Repensando o museu integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 7, n. 1.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos, memória e cultura. **Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 14-34, 1994.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas.** Museu: gênese, ideia e representações na cultura ocidental. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SCIFONI, Simone. In: FERREIRA, Larina Vianna; JANKOWSKY, Laura. **Cozinha caiçara:** encontro de histórias e ambientes. Editora Terceiro Nome, 2009.

SOARES, B. C. B. (2015) A invenção do Ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **MANA 21**(2): 267-295

_____ **Quando o museu abre portas e janelas**: o reencontro com o humano no museu contemporâneo / Bruno C. Brulon Soares, 2008. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2008.

_____, B. C.; SCHEINER, T. C. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. p.2469-2489. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) **E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.** A responsabilidade social da ciência da Informação. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009.

_____, B. C.; SCHEINER, T. C. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa. p.2469-2489. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) **E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.** A responsabilidade social da ciência da Informação. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009.

_____, Bruno César Brulon, A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental, in: **Revista Mana**, 21(2), 2015, p.267-295.

_____, Bruno César Brulon, SCHEINER, Tereza Cristina M., CAMPOS, Márcio D'Olne. Sobre comunidades e museus: do gueto ao grupo social musealizado. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** – Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010.

_____, Bruno César Brulon. **Máscaras guardadas**: musealização e descolonização. – 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas. **A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SONG, Xiangguang. How the theory and practice of ecomuseums enrich general museology. In: **Communication and Exploration**. Guyang, China – 2005. Ecomusei del Trentino. Documenti di Lavoro p. 37-42.

SOTO, M.C. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma conceção museal à serviço da transformação social. In.: *Cadernos de Sociomuseologia*, v.48, n.4, p.57-81, 2014.

SOUSA, Jefferson Lindberght de; VERARDI, Cláudia Albuquerque. *Museu do Homem do Nordeste*: entre o tradicional e o contemporâneo. **Pesquisa Escolar Online,** Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>. Acesso em: 30/03/2020.

TEIXEIRA, David José Varela. **O Ecomuseu de Barroso.** A nova museologia ao serviço do desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado em Patrimônio e Turismo, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: Miranda, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1. ed. São Paulo: EdUSP, 1995a. p. 231-352

V ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS, 2015, Juiz de Fora. **Caderno de Resumos**: experiências e pesquisas, 2015.

VALENÇA, Vivianne Ribeiro. **Qual o museu que nós queremos?: a relação indivíduo-museu no processo participativo do Museu da Abolição (2005-2013).** Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE, Recife, 2014.

VALLEJO. Luiz Renato. **Conflitos territoriais nos parques estaduais do desengano, da Serra da Tiririca e da Ilha Grande, RJ**. Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2005.

VARINE, Hugues de. A respeito da mesa-redonda de Santiago. ARAUJO, Marcelo Mattos e BRUNO, Maria Cristina Oliveira (orgs.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo:** Documentos e Depoimentos. Comitê brasileiro do ICOM, 1995.

_____, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.** Porto Alegre: Medianiz, 2013.

_____, Hugues de. Le musée au service de l"homme et du développement. In: WASSERMAN, Françoise ; DE BARY, Marie-Odile (Ed.) **Vagues:** une anthologie de la nouvelle muséologie. v. 1. Mâcon: Éditions W. M.N.E.S., 1992, p. 49-68.

_____, Hugues de; MATTOS, Yara. La Contribution des Ecomusées à l'Education à l'Environnement: le cas de l'Ecomusée de la Serra de Ouro Preto, Brésil. In**: l'Education Relative à l'Environnement.** Vol.15-1/2019. Disponível em : <http://journals.openedition.org/ere/4667>. Acesso em 25 de março de 2020.

_____, Hugues. L'écomusé. In: WASSERMAN, F. (Ed.) **Vagues:** une anthologie de la nouvelle muséologie. v. 1. M.N.E.S., 1992, p. 446-487.

_____, El Ecomuseo Singular y Plural. **Un testimonio de cincuenta anõs de museologia comunitaria em el mundo**. ICOM, 2020.

VEIGA, Juliana Leite Tavares. **A experiência da rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2017

VERARDI, Cláudia Albuquerque. *Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)*: uma "Casa" de Pesquisa, Educação e Cultura. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em:<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>. Acesso em:30/03/2020.

XAVIER, T.F. **Do território do cárcere ao território da proteção da natureza:** Conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ). Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro. 2009.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTIC

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

ECOMUSEU ILHA GRANDE:

(RE)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado

Volume II

Vivianne Ribeiro Valença

Rio de Janeiro, Junho de 2021

ECOMUSEU ILHA GRANDE:

(RE)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado

Volume II

por

Vivianne Ribeiro Valença

Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha De Pesquisa 01 – Museu e Museologia

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Teresa Cristina Moletta Scheiner

PPG-PMUS, UNIRIO/MAST - RJ, Junho de 2021

SUMÁRIO

VOLUME I..... **Pág.**

INTRODUÇÃO..... 01

1. ECOMUSEU: CONCEITOS, SIGNIFICADOS E USOS 17

1.1 - Das Origens do Ecomuseu 18
1.2 - Ecomuseu: Termos e conceitos, diferentes interpretações 29
1.3 - Para além da França: breve apontamento sobre experiências de ecomuseus no mundo 55
1.3.1 - Portugal 56
1.3.2 - Partilhando o campo: entre Portugal (Ecomuseu de Ribeira de Pena) e Brasil (Ecomuseu Ilha Grande) 72
1.3.3 - Espanha 83
1.3.4 - Itália 86
1.3.5 - Canadá 94
1.3.6 - Japão 96
1.3.7 - China 98
1.3.8 - África 102
1.3.9 - América Latina - México 105
1.4 - Caracterização Geral dos Ecomuseus 107

2. DA IDEIA À AÇÃO: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS ECOMUSEUS NO BRASIL 116

2.1 - Encontros Internacionais de Ecomuseus no Brasil 117
2.1.1 - I Encontro Internacional de Ecomuseus – Rio de Janeiro - 1992 118
2.1.2 - II Encontro Internacional de Ecomuseus – Rio de Janeiro - 2000 132
2.1.3 - III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – 2004 142
2.1.4 - IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – 2012 148
2.1.5 - V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – 2015 155
2.1.6 - Considerações sobre os Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários..... 161
2.2 - A Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários 165
2.3 - O Processo de Formação de Ecomuseus no Brasil..... 182
2.3.1 - 1ª - Análise Quantitativa por Região 186
2.3.2 - 2ª- Análise do ano de criação e Categorias dos Ecomuseus Brasileiros..... 193
2.3.3 - Anos 2000 – expansão e consolidação 202
2.3.4 - A Politica Nacional de Museus e a criação de Ecomuseus 226
2.3.5 - Motivações principais da utilização do termo Ecomuseu..... 234
2.3.6 - Influências para a concepção de um Ecomuseu..... 235
2.4 - Redes de Museologia Social – REMUS..... 237
2.5 - Pós-Graduação sobre Ecomuseus no Brasil..... 247
2.5.1 - Mestrado de Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí – UFPI 248
2.5.2 - Curso de Especialização Museus, Identidade e comunidades da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ 256
2.5.3 - Breve apontamentos sobre o MUHNE 256
2.5.4 - Seminários de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários – a FUNDAJ e o Laboratório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários 266
2.5.5 O Curso de Especialização em Museus, Identidade e Comunidades..... 273
2.6 - Uma teoria brasileira sobre ecomuseus..... 277

3. **O ECOMUSEU ILHA GRANDE: TERRITÓRIO E COMUNIDADE** 295

3.1 - Caracterizando o território da Ilha Grande 296
3.1.1 - A história da Ilha Grande – Ocupação humana..... 309
3.1.2 - Certos Modos de Ser Caiçara 311
3.1.3 - As prisões na Ilha Grande 322
3.1.4 - Reorganizando social após a desativação do presídio..... 329
3.2 - Da teoria à prática: o processo de formação e musealização do Ecomuseu Ilha Grande..... 334
3.2.1 - A chegada da UERJ/CEADS/ECOMIG 334
3.2.2 - Núcleos do Ecomuseu Ilha Grande 349
3.2.3 - Homem, Espaço, Território: A importância do Ecomuseu..... 380
3.3 - As Comunidades da Ilha Grande 388
3.4 - Dois Rios em três tempos: o tempo do presídio, o tempo do vazio, o tempo do museu..... 399
3.4.1 - Vila Dois Rios – O tempo do presídio 399
3.4.2 - O tempo do vazio..... 403
3.4.3 - O tempo do Museu..... 407
As ações do Ecomuseu Ilha Grande junto às comunidades 407

4. **O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO ECOMUSEU ILHA GRANDE** 436

4.1 - Caracterização da Comunidade da Vila Dois Rios 437
4.2 - Tensões e conflitos entre as forças que atuam na Vila Dois Rios 452
4.3 - Ecomuseu Ilha Grande e a Comunidade da Vila Dois Rios..... 462
4.4 - Dois Rios: Laboratório Experimental 473
4.5 - Sistema do Ecomuseu Ilha Grande – SECOMIG..... 500
4.6 - Ecomusealizando Experiências: Museólogas em uma Ilha..... 515

CONSIDERAÇÕES FINAIS 526

REFERÊNCIAS 544

VOLUME II 557

APÊNDICES..... 558

Apêndice I - Compartilhando o Campo: Vivências e Experiências no Ecomuseu Ilha Grande..... 559
Apêndice II - Metodologia do Observatório dos Ecomuseus e Museus Comunitários. 570
Apêndice III - Ecomuseu Portugueses Pesquisados..... 578
Apêndice IV - Fichas Sobre os Ecomuseus no Brasil..... 591
Apêndice V - Vilas da Ilha Grande Pesquisadas..... 685
Apêncide VI - Fichas de Inventário do SECOMIG..... 702
Apêndice VII – Roteiros das Entrevistas..... 721

APÊNDICES

Apêndice I

Compartilhando o Campo: Vivências e Experiências no Ecomuseu Ilha Grande

A seguir a autora desta tese apresenta algumas observações sobre a sua experiência desde a sua chegada ao Ecomuseu Ilha Grande, atividades desenvolvidas e momentos marcantes que levaram a mesma a se interesssar em desenvolver esta pesquisa.

A relação com o Ecomuseu Ilha Grande inicia-se em 2015, quando a mesma foi aprovada no concurso de museólogo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ para atuar no ECOMIG. Nessa época, estava trabalhando como professora substituta da graduação em Museologia da UFPE, onde tinha feito parte da primeira turma deste curso no Estado de Pernambuco e teve a honra de ser a primeira ex-aluna a lecionar no mesmo.

Quando a autora viu o edital para a vaga de museólogo do Ecomuseu Ilha Grande não tinha noção de como seria, o que representava, nem dos desafios que iria enfrentar. Fez algumas pesquisas, leu artigos e estudou alguns projetos e atividades que eram desenvolvidas pela instituição, e quando viu o trabalho que era realizado junto as comunidades da Ilha Grande a partir do projeto “Museólogas de Família” seus olhos brilharam, e sentiu, que era o que acreditava e sonhava, trabalhar com o museu e a museologia transformando a vida das pessoas, um museu não apenas de contemplação mais que pudesse de alguma forma ser um, início, meio e fim.

Início, porque o museu é ou pode ser o início de um novo ciclo que se começa para um grupo, comunidade, ou sociedade, novos conhecimentos, aprendizados e início de transformação do olhar, ou que impacta na vida das pessoas como foi o caso da saída do presídio e a criação do museu numa ressignificação do lugar, e na potencialidade de transformar a história e memória local em valorização, renda e emprego.

Meio, pois, o museu é e pode ser a transição, o lugar de debates de discussão da melhoria, dos caminhos a serem seguidos pela comunidade, meio de resistência e de luta, de mediação, onde acontece os processos, as negociações, a ferramenta de empoderamento de determinados grupos, e meio de transmissão da memória para as futuras gerações.

Fim, já que o museu também pode ser o término, no sentido de conclusão de um estudo, pesquisa, luta, como o fim de um ciclo, como finalidade, como o desfecho de algumas representações e/ou simbologias, como último elemento de polissemia e disseminação. Poder ser o desenlace de histórias e memórias ou ainda a conclusão de uma comunidade.

Ao receber a notícia da aprovação em primeiro lugar no concurso da UERJ, foi uma emoção muito grande, mas também não tinha a dimensão o que todas essas mudanças e desafios causariam. Quando assinou o termo de posse, era um dia radiante

muito feliz, a realização de um grande sonho, e de um emprego público a estabilidade tão sonhada.

Figura 355 – Dia da Posse de Museóloga da UERJ



Fonte: Acervo pessoal da autora

Nas primeiras semanas a autora observou a dinâmica do trabalho, conheceu os profissionais que estavam desenvolvendo suas atividades, uma equipe pequena, mas muita ativa. Encontramos um historiador, uma bolsista, e administrativo e tínhamos suporte de alguns profissionais do Departamento Cultural, de um programador visual e um artista plástico. Ficávamos em uma salinha pequena dentro do DECULT. Posteriormente, conhecemos os coordenadores dos núcleos do ECOMIG e suas atividades.

Lembramos que no primeiro dia uma pessoa da equipe na época quando a recebeu disse, “Como vai aquela terrinha? quando olhamos para o primeiro lugar do concurso de museólogo e vimos que era de Recife, não acreditamos, achamos que iria passar alguém da UNIRIO, jamais pensamos que alguém de Recife iria passar em primeiro lugar e querer vim morar aqui no Rio”. A autora lembra que embora tenha se surpreendido com o comentário preconceituoso, o recebeu como um desafio. Na mesma semana, convidamos toda a equipe para uma reunião, queriam ter conhecimento de como estava a instituição, atividades, projetos, porém achava que seriam apenas os três profissionais que trabalhavam na sala, lembra que ficou surpresa, quando viu todos os coordenadores presentes, respirou fundo e apresentou a pauta da reunião, apresentando a proposta inicial de planejamento de atividades e para conhecermos melhor as iniciativas e os membros da equipe. Vimos a surpresa no rosto de cada um, pela ousadia de pedir uma reunião e propor ideias iniciais em tão pouco tempo, mas foi ali que mostrou a que veio, era o início de um novo ciclo profissional e pessoal.

A primeira ida para Ilha Grande foi uma surpresa a cada instante dando indício dos desafios que a mesma passaria. Saímos as 6h da manhã da garagem da UERJ, fazendo o percurso de viagem de duas horas e meia até Conceição de Jacareí e lá

pegamos um flexboat. O mar estava agitado e o primeiro impacto foi pensar como conseguiríamos encarar tudo aquilo por anos. Naquele momento, embora estivéssemos com muito medo, pois não sabia nadar e vendo toda a equipe animada, tentamos se contagiar e levar aquela travessia como uma aventura. Quando chegamos no Abraão, nos sentirmos em uma vila turística cheia de pousadas, muita gente de diferentes países circulando e muito curiosos para explorar e conhecermos tudo aquilo.

Pegamos o ônibus da UERJ e atravessamos uma trilha toda esburacada sem fim, até chegar na Vila Dois Rios. A primeira impressão foi de uma cidade fantasma de filme, não se via quase ninguém, aos poucos foram aparecendo algumas pessoas da comunidade e o famoso Museu do Cárcere parecia “apagado” em meio aquele lugar. Almoçamos no CEADS, e pudemos conhecer algumas pessoas da comunidade que trabalhavam como cozinheiras, a comida era caseira e muito gostosa. Além, do administrador do CEADS que na época parecia um delegado no lugar, fala grossa, mandava em tudo e todos quase que “pediam a benção” para ele.

A equipe estava trabalhando a todo vapor para a inauguração do Museu do Meio Ambiente e o Parque Botânico. Entramos num momento extremamente importante de montagem de exposição, organização do acervo, contato e proximidade com a comunidade da Vila Dois Rios e todo o preparativo para a abertura dos dois núcleos a visitação. Lembramos que nossa apresentação era feita a cada momento que encontrávamos alguém da comunidade, mas tomou maior proporção a noite no bar da Teresa, onde a maioria das pessoas se reunia para conversar, beber, ou comprar algum mantimento. “Essa é a museóloga da UERJ oficial nossa agora, ela veio de Recife, sua conterrânea Teresa, ela vai ficar com vocês agora aqui, cuidem dela”, e todos presentes nos receberam com muita atenção e carinho.

No início foi assustador, afinal estavamos numa comunidade “prisional” de ex-preso, ex-guardas, ex-policiais que viveram e/ou “produziram” violência. Muitos que estavam ali foram disciplinadores de presos, capitão do mato, que tinha suas diferenças dentro e fora do presídio, e ao mesmo tempo sabiam se respeitar dentro da comunidade. Um dia estavámos conversando com um dos ex-diretores do presídio em uma mesa de um lado e em outra um ex-preso, não sentavam no mesmo lugar, mas havia uma cordialidade e admiração entre eles. Inicialmente, tivemos medo, pois, ficávamos sozinhas no alojamento da SR3, numa casa antiga, mas com estrutura para permanecermos enquanto trabalhamos, com banheiro, sala, cozinha e quartos. Aos poucos, fomos nos aproximando de algumas pessoas da comunidade como a D. Marilda nossa parceira e artesã do ECOMIG, a Teresa do bar, da Marilene e sua família do sr. Júlio, Michele e das crianças.

Um momento marcante inicial para a autora desta tese, foi quando uma das crianças, Vitória, nos chamou para dar aula de reforço na Biblioteca Comunitária da vila, que fica na sede do ECOMIG, antiga escola na época do presídio e quando terminamos o expediente e iamos saindo do museu percebemos uma movimentação diferente, eram as crianças saindo das suas casas todas com livros e mochilas, arrumados como se estivessem indo para uma festa, e se encaminhavam alguns correndo, outros de bicicleta para a direção da sede. Quando chegamos na sede para encontrar a Vitória todas as crianças estavam esperando a tia Vivi para ajudar nas atividades da escola, crianças e adolescentes, além, de um aluno, adulto, de necessidades especiais que se tornou um grande admirador do nosso trabalho junto às crianças, nos esperavam toda semana quando chegava para falar “professora 2 + 2 =4 e 4+4=8 já posso ter férias?” Foi uma surpresa vermos aquela quantidade de crianças, querendo estudar, interessadas nas atividades e ali vimos uma enorme carência das crianças de estudo, de alguém que pudesse dar um suporte, e também pudemos ver o potencial educativo que o ECOMIG poderia representar e atuar na vila. Vendo a quantidade de crianças e apenas nós para dar conta de todos, a enfermeira Luana quis ajudar e a partir desse momento iniciou uma grande amizade, na parceria dos enfrentamentos de problemas, dos desafios, adversidades de trabalhar numa ilha e na parceria de projetos de saúde para as comunidades da Ilha Grande.

Figura 356 – Atividade com as Crianças na Biblioteca Comunitária



Fonte: Acervo pessoal da autora

Com o tempo foram surgindo outras funcionárias que moravam fora da Ilha e trabalhavam em Dois Rios, e diante de tantas adversidades que passávamos, falta de luz, internet, telefone, enfrentar medos, bichos etc.; fizemos um grupo no WhatsApp chamado “Ilha Grande no Limite”, inspirado no programa da Rede Globo no qual os participantes passavam situações fora do comum para sobreviver, no nosso caso para trabalhar. Embora tivéssemos feito algumas amizades, a sensação era que estávamos profissionalmente sozinhas, a ponto do ex-coordenador geral da época dizer que era

“euquipe” pois tínhamos que darmos contar das atividades junto às comunidades e dos 4 núcleos do ECOMIG, de todas as atividades, mediação, cuidar do acervo, exposições, ações educativas, relação e articulação com a comunidade, um mundo de ações e atividades sem fim. Em vários momentos nos sentimos isoladas, longe da família, cidade, amigos, e profissionalmente solitária. Até que uma bolsista experiente passou a frequentar a ilha e entrar na escala de trabalho do museu, trabalhamos juntas por algumas semanas, e ajudamos uma à outra, de fato nossa convivência ajudou muito nesta fase inicial, mas durou apenas por um tempo, pois deveria ter alguém toda semana e ficamos intercalando.

Em alguns momentos nos sentíamos desesperadas, longe de tudo e de todos, um lugar isolado, sem suporte médico, apenas quando as enfermeiras estavam, sem poder ter o direito de ir e vir quando quiséssemos por causa dos horários do transporte, sem luz, internet, telefone, sem farmácia, dias muito frios que nenhum cobertor e roupa dava conta, bichos que apareciam e davam medo, alguns insetos que davam alergia, medo da travessia, do mar, enjoo muitas vezes, enfrentar trilhas e obstáculos sem ter perfil aventureiro, além do medo pelo histórico do lugar, pessoas que não sabíamos se poderiam fazer algum mal pelo histórico prisional do lugar e das relações de violência. Mulher sozinha em uma casa, um dos piores dias foi passarmos pela primeira vez o Natal longe da nossa família, ficamos sozinhas na casa pois, tínhamos que trabalhar para receber os turistas. Marilene e sua família ficaram comovidos com está situação e nos chamaram para passar o Natal com eles. Um aperto no coração, por muitas vezes o medo e desespero nos consumia.

Como se não bastasse essas dificuldades, ainda tínhamos que encarar os conflitos entre o CEADS, sua logística e o ECOMIG, pois todo transporte, alimentação, alojamento em alguns casos são de responsabilidade do CEADS. E a relação entre eles era muito delicada e desgastante ao ponto de não termos o direito de irmos trabalhar por não ter vaga no carro para equipe do ECOMIG, foram muitas humilhações e tensões. Até que com a troca de gestão melhorou um pouco essas relações, tornando-os parceiros em muitas situações e ao mesmo tempo uma espécie de competição de quem produz mais ou se destaca na UERJ, na Ilha Grande, com o reitor etc. Algo esquizofrênico, algumas vezes desgastante, podendo unir forças em prol da UERJ, da comunidade e da Ilha Grande.

Em uma das idas para a ilha, aconteceu um episódio delicado. Foi fretado um barco pequeno, para levar alguns equipamentos de manutenção e mobília para a casa, móveis, estrutura para a exposição, malas, eram muitas coisas que não cabiam no transporte que utilizávamos de costume. E devido à inauguração do Museu do Meio Ambiente e o Parque Botânico, toda a equipe do Maracanã também foi para participar

do mutirão e auxiliar nos preparativos da abertura dos novos núcleos e com isso o barco ficou no limite da sua capacidade. No caminho, o barco quebrou no meio do mar, o marinheiro tentou consertar e não pegava, mandávamos sinal e nada, de repente o mar ficou muito agitado, e estava ameaçando de virar, não tinha colete neste dia, todos tensos, tentamos nos segurar no que podíamos e ali nos virmos morrendo, pois muitos não sabiam nadar e tinham pânico de cair no mar, ficamos à deriva por quase três horas. A partir do ocorrido, ficamos emocionalmente abalados, e a travessia para chegar ao trabalho virou sofrimento atacando a nossa saúde física e mental. Foi muito difícil retomarmos o trabalho na Ilha, mas apesar de todas as dificuldades o sonho de uma museologia transformadora foi maior e os obstáculos foram sendo enfrentados a cada dia.

Dentro deste processo de readaptação ao ambiente de trabalho contamos com a ajuda do coordenador geral do ECOMIG, que nos auxiliou muito, indo em algumas travessias e disponibilizando uma bolsista para ajudar no trabalho. A compreensão, companheirismo e força do coordenador geral nos fizeram irmos aos poucos superando algumas barreiras, o cuidado, a atenção, nossa aproximação e dedicação no trabalho em equipe, fizeram o ECOMIG ainda mais forte e deslanchar rapidamente na sua organização, projetos e ações.

Assim, ao superarmos os obstáculos e aceitarmos os novos desafios, o ECOMIG foi crescendo, ampliando sua equipe e ganhando visibilidade dentro da universidade. Tivemos que nos mudar para um ambiente maior, nos alocamos em duas salas administrativas e uma das coordenações, onde pudermos desenvolver melhor nossas reuniões e projetos.

Com o passar do tempo fomos superando algumas barreiras que até hoje são difíceis, mas que nunca desistirmos de lutar pelo o que acreditamos, pela museologia, pela liberdade tão sonhada por aquela comunidade, pela transformação a partir do museu. Fomos criando reuniões, vendo o potencial de cada funcionário e bolsista otimizando para o trabalho do ECOMIG, criando projetos, integrando as comunidades, discutindo conceitos com a própria equipe e a comunidade da Vila Dois Rios, fazendo cursos de formação, incentivando a melhoria da qualidade de vida e sabendo cada vez mais ouvir.

Em nosso primeiro seminário de apresentação geral com os novos coordenadores na Ilha grande lideramos parte da reunião apresentando um planejamento anual, propondo uma participação e elaboração em conjunto do plano museológico do ECOMIG, dividindo tarefas, assim como sugere o Estatuto de museus, porém para uma professora as ideias dos técnicos não eram bem vindas por achar que “técnico não manda em professor” e indiretamente percebemos uma “guerra fria” para

termos o direito enquanto museóloga de exercermos nossa profissão, tarefas e funções que o cargo implica, que para alguns poderia ser considerado demais.

Aos poucos, fomos mostrando nosso trabalho, ganhando o respeito de toda equipe e da comunidade da Vila Dois Rios. Devido ao descompasso entre as necessidades do ECOMIG identificadas pelo Coordenador Geral e parte da coordenação, foi realizada uma mudança de gestão e por reconhecimento e mérito do trabalho, fomos convidadas a assumir a coordenação do Museu do Cárcere que para nós foi um desafio, por não ter muita simpatia pela temática e ser um tema difícil de trabalhar, mas por outro lado identificamos uma grande oportunidade de discutir e refletir sobre essa temática prisional e colocar em evidência a rica memória daquela comunidade.

Depois de quase um ano, uma das funcionárias nos apresentou documentos da época do presídio que relatavam momentos de violência com os presos, funcionários e de algumas explorações físicas, psicológicas e mercadológica, onde muitos dos nomes que apareciam nestes relatos permaneciam na comunidade e acharam melhor não nos dizer para não termos medo e tirarmos nossas próprias conclusões e percepções. Neste sentido, foi importante pois, não fomos com nenhum juízo de valor ou opinião formada. E sim pudemos ter a oportunidade de experienciar e tirar nossas próprias conclusões.

Uma das pessoas que mais nos marcou na comunidade foi sr. Júlio de Almeida, conhecido pela mídia como o último ex-preso da Ilha grande, o contato com o mesmo nos permitiu conhecer de perto a história e memória daquele lugar, quebrar alguns estereótipos e preconceitos. E o principal de podermos conhecer um outro lado do sr. Júlio, de artesão, celebridade em sua comunidade, pai de família, artista, contador de história e experiência de vida. De podermos contribuir de alguma forma com suas obras, conversas tanto que fizemos uma homenagem sobre a sua história de superação criando a exposição “Sr. Júlio e assim sucessivamente” uma das mais bonitas e significativas do MUCA e do ECOMIG para a comunidade da Vila Dois Rios e a família do sr. Júlio, sendo inaugurada em comemoração aos 10 anos do Museu do Cárcere.]

Fig 357 - Sr.Júlio de Almeida – Foto principal da exposição e a minha preferida



Fonte: Acervo do Ecomuseu Ilha Grande

Outro momento que marcou a história do ECOMIG e a nossa, foi o Seminário dos 10 anos da instituição, criado na maior crise da história da UERJ e do Estado do Rio de Janeiro, com seis meses sem salário, suspensão de contratos dos terceirizados, manutenção, limpeza, corte de recursos para manutenção dos espaços, dos projetos de pesquisa e bolsas, que realizamos com muita coragem e amor. Foi um dos dias mais marcante que vivemos no ECOMIG, nos dedicamos a cada detalhe, seja na organização, programação, convidados, exposição, material de divulgação e o principal trazer a comunidade da Vila Dois Rios para conhecer a UERJ, dois museus no Rio de Janeiro e a participação na mesa da comunidade, na qual puderam falar das suas experiências comunitárias e a relação com o ECOMIG, essa mesa foi marcada pela apresentação da música criada por Jesiel e Jéssica “Somos UERJ”. Ao mesmo tempo foi um momento muito delicado para equipe, pois perdemos no mesmo dia Marcel, funcionário do ECOMIG e tivemos que decidir se continuávamos o evento ou não, e em uma consulta conjunta decidimos seguir e fazer uma homenagem a ele. Foi uma situação delicada, num momento de realização e superação de dificuldades. E três dias depois perdemos Michele, irmã de Marcel, funcionária muito querida.

Outro importante momento foi o intercâmbio profissional realizado entre os gestores do Ecomuseu Ilha Grande e o Ecomuseu Ribeira de Pena em Portugal, quando tivemos a oportunidade de conhecer as primeiras iniciativas de referências sobre ecomuseus, como o Ecomuseu do Creusot e o Ecomuseu do Seixal - além de apresentar esta pesquisa no mestrado de museologia da Universidade do Porto, com o apoio da Coordenadora, Profa.Paula Menino Homem, que nos recebeu com muito carinho e atenção. E o marcante e emocionante encontro com Hugues de Varine em sua residência para a realização da entrevista desta tese. Pudermos conversar sobre os ecomuseus e trazer questões, foi sem dúvida um sonho realizado.

Fig 358, 359 - Encontro e entrevista com Hugues de Varine em sua residência (Paris)





Fonte: Acervo pessoal da autora

Assim, quando assumimos a coordenação do Museu do Cárcere, somada as atribuições que já tínhamos com os outros três núcleos, foi um desafio e uma experiência incrível, podermos viver também a experiência da gestão. As novas coordenações oxigenaram o ECOMIG, trazendo novos olhares e projetos, o que fez a instituição se desenvolver ainda mais.

A partir das discussões sobre o conceito de ecomuseu com a equipe, percebemos que não entendiam direito o que significava e assim, iniciamos um curso de capacitação para discutimos com a equipe e a comunidade da Vila Dois Rios o conceito de ecomuseu, patrimônio, comunidade, foi uma oportunidade muito rica de compartilhar suas histórias e memórias, suas percepções seja dos mais velhos aos mais novos, fortalecendo a missão do ECOMIG dando início ao que chamamos nesta tese de Laboratório Experimental, por construímos juntos desde o conceito até a musealização do território e dos patrimônios por eles selecionados. Foi um momento importante para entendermos o que somos, para quem e onde queremos chegar e ser ali naquele território.

Assim, diante dessas discussões sobre ecomuseu percebemos que quando questionava sobre o porquê dá denominação de ecomuseu vinculado a universidade, qual era a história desta instituição, como era a relação da comunidade, as atividades desenvolvidas, a equipe não sabia responder com profundidade e cada vez mais nos interessava a busca dessas informações e desvendar a história e memórias do Ecomuseu Ilha Grande. Então, a autora resolveu realizar o que já sonhava fazer o doutorado em museologia, escreveu um projeto sobre o ECOMIG pela riqueza da sua história e trabalho realizado, pela complexidade do conceito, da sua aplicação, e do seu verdadeiro sentido. Assim, o Ecomuseu Ilha Grande tornou-se o nosso objeto de estudo e a autora desta tese foi fazer o doutorado deste Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS onde já tinha tido a oportunidade de cursar algumas disciplinas no mestrado em 2013, a partir da mobilidade discente entre UFPE e UNIRIO/MAST e conhecer excelentes professores e aprender mais sobre a museologia e o patrimônio.

Em pouco tempo o ecomuseu se transformou numa potência ecomuseal brasileira, inauguramos o Muma, PaB, reestruturamos o Museu do Cárcere, com a exposição do sr. Júlio, a complementação da exposição dos 10 anos, da melhora da padaria, da criação de projetos de turismo de base comunitária – pizzaria do Julinho, de saúde na comunidade, da escadaria dos direitos, espaço personalidades, restauração do carro Gurgel, a carroça de alimentos, a manutenção e mutirões, a conquista e recuperação do centro de convivência para o ECOMIG e a comunidade, prêmio Ibermuseus, curso de capacitação internacional, projeto conhecendo a nossa ilha, o

Sistema do Ecomuseu Ilha Grande - SECOMIG, espaço liberdade, atividades educativas e culturais como festas e shows para e da própria comunidade ou de outras da ilha Grande, criação de parcerias nacionais e internacionais, Lives, etc. Demostrando que o profissional museólogo é essencial para os museus e suas relações humanas, vale ressaltar o perfil deste quando os museus são comunitários pois faz toda a diferença nas relações comunitárias e necessidades do museu. E claro, isso tudo só seria possível com o perfil do gestor e coordenador geral grande profissional e líder que nos permite propor ideias e executá-las discutindo coletivamente e recebendo diretamente o seu apoio e parceria.

Poderíamos dizer que enquanto museóloga do Ecomuseu Ilha Grande tivemos que ir além dos meus ofícios, ir além dos limites físicos, emocionais e pessoais. Apesar de todas as dificuldades, aprendemos a trabalhar na resiliência, sermos mais forte, corajosa, enfrentar medos, superar dificuldades, limites, ser ousada, dinâmica, profissional, psicóloga, coordenadora entre outras. São inúmeras facetas que uma museóloga de um ecomuseu tem, desafios profundos que ultrapassam limites e atividades profissionais do ofício de museólogo, pois, vai além das atribuições clássicas da cadeia operatória, existe o ser, e estar na relação, em conflito e mediação, trabalhando não contando histórias, mas com a vida que pulsa em movimento, em constante transformação que acontece no aqui, agora, presente, passado e futuro estão interligados e isso é a magia do ecomuseu e o museólogo que tem o privilégio de vivenciar isso é lição não apenas profissional, mas de vida.

Cada museóloga que passou pelo Ecomuseu Ilha Grande através do seu trabalho foi contribuindo e construindo essa base forte que constitui hoje o ECOMIG. Para uma grande ilha só poderia haver grandes museólogas, que desbravaram o mar, a mata, acessaram memórias ocultas, produziram relações e sem dúvida, fizeram história na Ilha Grande. E por mais que possamos tentar falar sobre essas experiências ainda assim é pouco para expressarmos tamanhos desafios que são encarados todos os dias. A constante falta de luz nos faz virar águias em meio à escuridão, a dificuldade de acesso e transporte nos tornam grandes especialistas em estradas, o isolamento nos faz repensar sobre o que temos, o envolvimento com as comunidades nos faz um pouco antropólogas, psicólogas, professoras – mas também aprendizes. Simplesmente nos tornam pessoas melhores, aprendemos a valorizar e identificar o que de fato é importante para nós e para o “outro” e entendemos a nossa verdadeira missão como profissionais. Somos, sim, guerreiras - e instrumentos de transformação.

Ser museóloga do Ecomuseu Ilha Grande foi e é um processo transformador, um meio de descobertas, uma ponte para que o outro e/ou a comunidade possa estar em evidência, é se preocupar com a alteridade, a empatia, com a dor, sonhos, desejos

de alguém ou de uma coletividade, ajudar e auxiliar o outro a potencializar seu patrimônio, história, memória, vida no desenvolvimento das suas atividades, ações, projetos e melhoria da qualidade de vida.

O Ecomuseu Ilha Grande significa um grande aprendizado de vida, profissional e pessoal, me fez vê-la com outros olhos, aprendi demais com cada um que tive a oportunidade de conhecer e construir uma amizade. Com certeza, posso afirmar que realizei o sonho de vivenciar uma museologia transformadora, sou feliz por fazer parte desta família que ajudei a criar e desenvolver. O Ecomuseu Ilha Grande não é para os fracos - é para os fortes! É acreditarmos que apesar de todas as nossas dificuldades ainda há esperança, há vidas, memórias e patrimônios ressignificando a cada dia. Isso é Ecomuseu, isso é Museologia!

Apêndice II

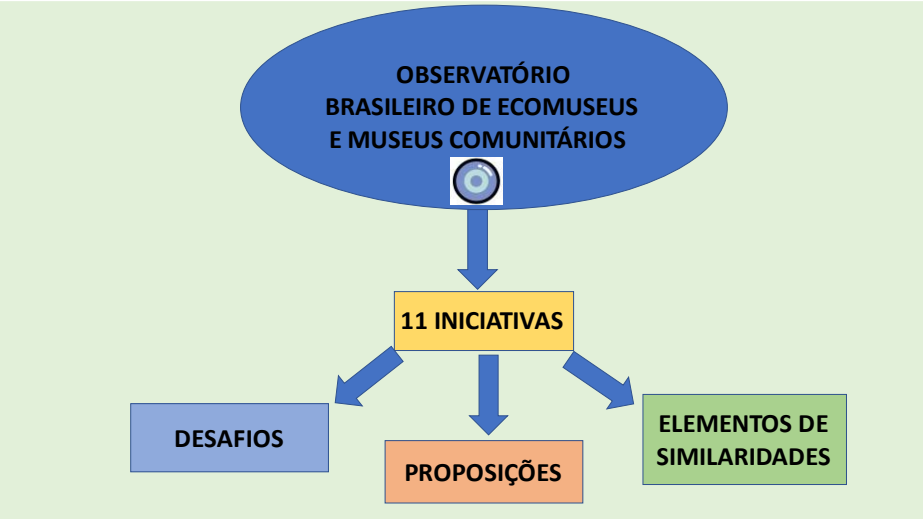
Metodologia do Observatório dos Ecomuseus e Museus Comunitários

A metodologia do Observatório do Ecomuseus e Museus comunitários é baseada em diagnóstico preliminar para conhecer o cenário em que se inserem as iniciativas da museologia comunitária em cada uma das regiões e nos diferentes contextos regionais brasileiros, bem como no desenvolvimento de ferramentas de conhecimento das próprias instituições e processos museais e seus públicos. Parte-se dos seguintes procedimentos metodológicos: 1ª Etapa – Chegança; 2ª Etapa – Devolutiva; e 3ª Etapa – Autoconhecimento. Vejamos cada uma:

1ª Etapa: Chegança – Roda de apresentação e coleta de dados relativos à atuação dos ecomuseus e museus comunitários filiados a ABREMC (cronograma).

2ª Etapa: Devolutiva – Conjunto de observações com base na avaliação das informações colhidas na etapa anterior, consolidadas consensualmente a partir do exame de apontamentos e do diálogo entre os membros observadores, com a finalidade de oferecer como devolutiva aos ecomuseus e museus comunitários participantes da Chegança. As análises das devolutivas foram organizadas em: Desafios, Proposições e os Elementos de Similaridades das 11 iniciativas participantes como segue abaixo:

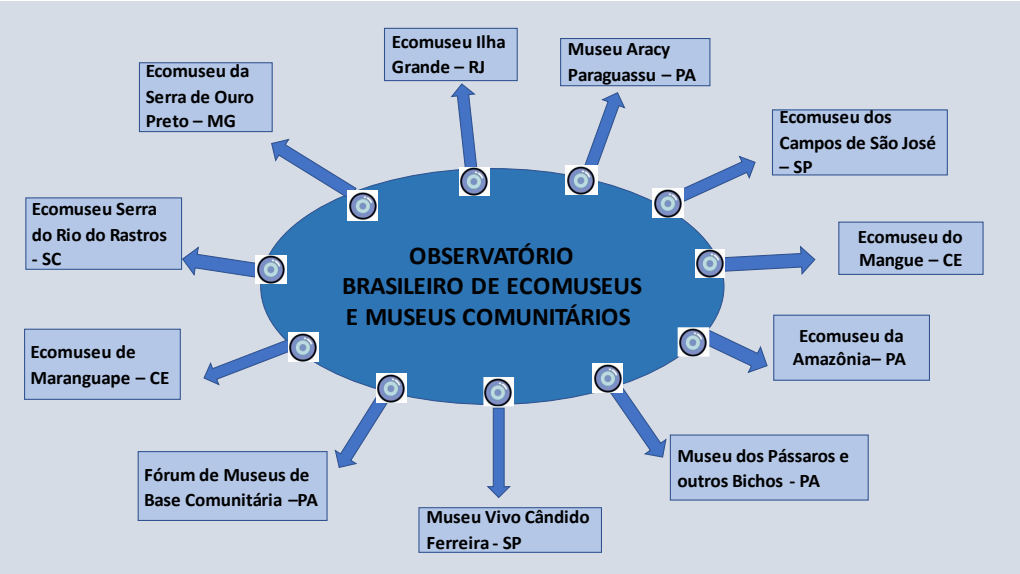
Figura 360 – Análise das Devoluitvas



Fonte: Elaborado pela autora

Apresentamos a seguir um quadro dos 11 Ecomuseus e Museus Comunitários participantes do OBREMC:

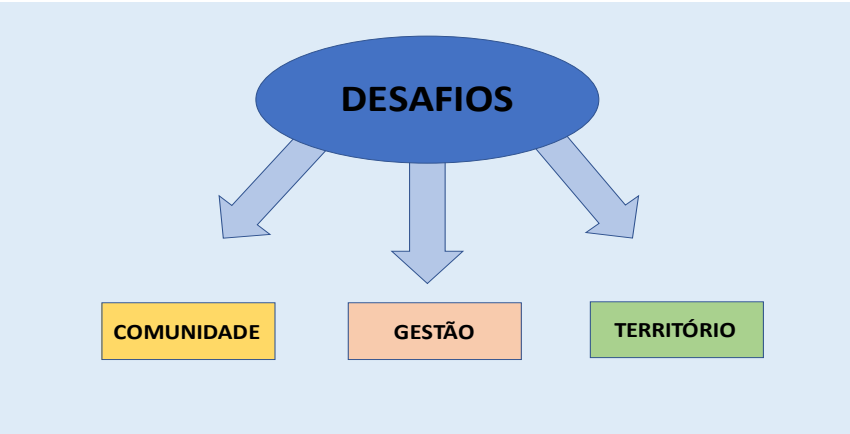
Figura 361 – Iniciativas Participantes Observadas



Fonte: Elaborado pela autora

Essas iniciativas foram e são muito importantes para o conhecimento, reflexão e entendimento sobre a diversidade brasileira de ecomuseus e museus comunitários: a aproximação e troca de experiências incentiva a construção coletiva e a cooperação entre os participantes, ajudando a superar problemas em comum e fortalecer as iniciativas. Quanto mais as conhecemos, mais entendemos como se dão os processos museológicos em sua práxis, e assim é possível fazer uma análise mais aprofundada, identificando pontos de similaridade, desafios e apontando proposições a partir de uma análise participativa, na qual os chamados “observadores” acompanham estes museus em suas ações e ao mesmo tempo em que observam são observados, criando uma rede de coparticipação e colaboração mútua. As imagens abaixo são autoexplicativas e ilustram os principais desafios, proposições e similaridades das inicitivas participantes.

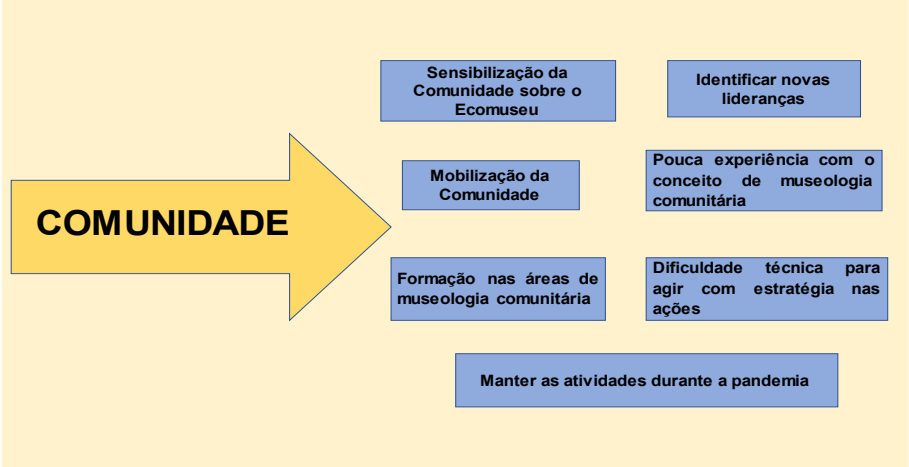
Figura 362– Principais desafios destacados pelas iniciativas



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere à comunidade foram destacados:

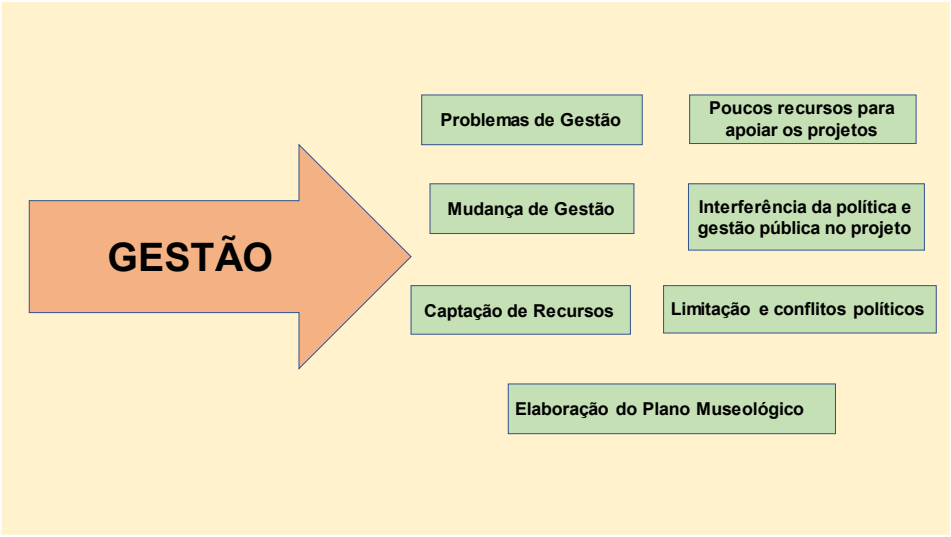
Figura 363 – 1º Desafio destacado pelas Iniciativas



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere à gestão, destacou-se:

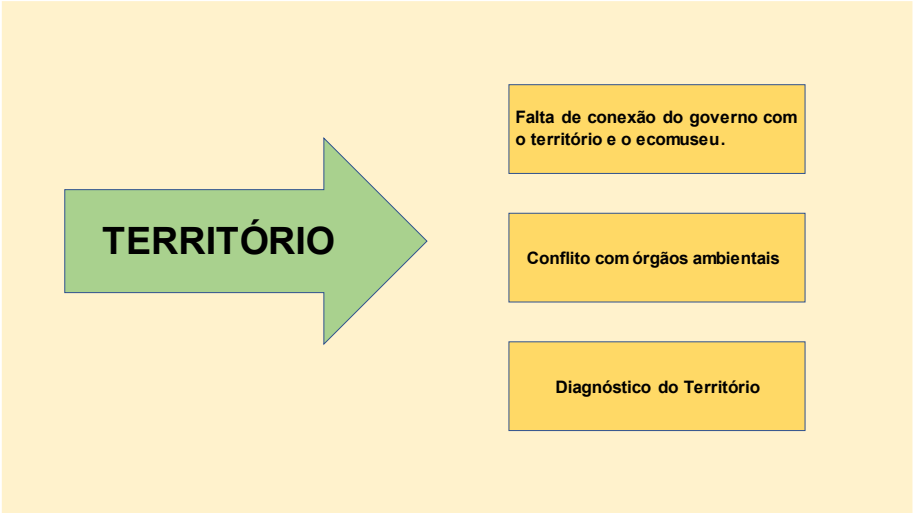
Figura 364 – 2º Desafio destacado pelas Iniciativas



Fonte: Elaborado pela autora

Sobre a gestão do território observamos três principais desafios:

Figura 365 – 3º Desafio destacado pelas Iniciativas



Fonte: Elaborado pela autora

A partir dos quadros apresentados acima, podemos afirmar que as iniciativas museológicas de base comunitária observadas, no que se refere aos desafios, estão relacionadas em sua maioria à comunidade, à gestão e ao território como os principais elementos citados entre as iniciativas participantes. Percebemos que estes desafios estão ligados à prática cotidiana e às relações entre as comunidades na sensibilização e mobilização da valorização do seu patrimônio. Isto inclui ter conhecimento sobre museologia comunitária com técnicas e estratégias de ações e manutenção das atividades, além do desafio da gestão, na administração e organização da inciativa, na dificuldade de captação de recursos e interesses políticos. Ao mesmo tempo a maior parte desses desafios passa pelas questões relacionadas ao território, ao direito da sua permanência e às articulações políticas e mediação de conflitos. Dentre as principais proposições, foram destacados.

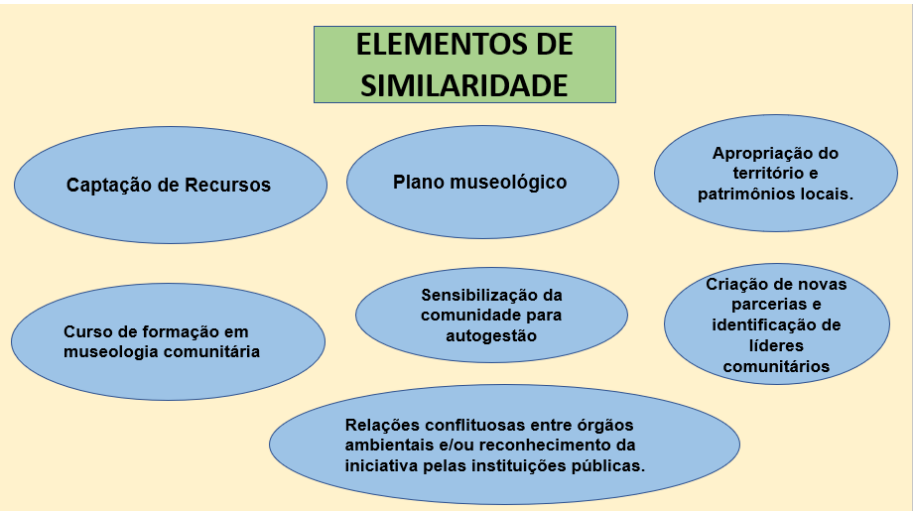
Figura 366 – Principais Proposições

PROPOSIÇÕES		
Estreitar parcerias com organizações sociais da comunidade. (Projetos potencialmente parceiros)	Fortalecer a relação da comunidade com a Escola e o Ecomuseu.	Contatos com instituições que apoiem a causa do território.
Fortalecer relações com Escolas Públicas e privadas, Universidades e outras comunidades semelhantes;	Procurar cursos, oficinas e matérias sobre captação de recursos para organizações comunitárias.	Conhecer a teoria e prática
Identificar e reconhecer lideranças políticas na comunidade fortalecendo a gestão do ecomuseu;	Fortalecer parcerias como organizações museais internacionais, universidades e pesquisadores.	
Estreitar parcerias com organizações sociais e ambientais de outras comunidades.	Criar o Plano Museológico	Realização de oficinas, inventários e Planos; (Equipe interna)
Participar ativamente de conselhos e espaços de diálogo com governos das três esferas.	Definir limites e conversar com iniciativas similares com o mesmo problema.	Criar um Plano de Captação de recursos, i dentificando as potencialidades empreendedoras, culturais, artesanatos, pequenos produtores, feiras agroecológicas, festivais etc.

Fonte: Elaborado pela autora

Estas proposições são frutos da análise dos desafios e pontos destacados em cada iniciativa apresentada. Foram sugeridas pelo grupo de observadores de acordo com as demandas e dificuldades identificadas – relacionando-se, em sua maior parte, com o fortalecimento de parcerias, captação de recursos e organização da instituição. Destacam-se, entre os principais elementos de similaridade:

Figura 367 – Principais Elementos de Similaridade



Fonte: Elaborado pela autora

As similaridades demonstram o quanto as 11 iniciativas museológicas comunitárias tem em comum, na identificação dos principais desafios e de caminhos e

possibilidades de resoluções dos mesmos. Em sua maior parte, relacionam-se com a sensibilização comunitária, a gestão e a valorização do patrimônio e do território e ainda com a formação e o entendimento sobre museologia e sua aplicabilidade nos processos museológicos comunitários; e na dificuldade de captação de recursos e problemas de planejamento e gestão.

Todos esses pontos apresentados são de fundamental importância para compreendermos os processos museológicos comunitários brasileiros. Esta experiência ajuda os participantes a se conhecerem, e a reconhecer suas áreas de trabalho como ecomuseu e/ou museu comunitário, tendo a consciência e noção dos principais desafios e das soluções possíveis e viáveis de execução.

3ª Etapa: Autoconhecimento – Avaliação dos integrantes das instituições e processos museais com base nas observações propostas pelo Observatório ABREMC.

Como instrumento de diagnóstico das instituições e processos de museologia comunitária, o Observatório coletará informações referente a três eixos:

1. **Gestão e governança** – A iniciativa informará: qual a sua missão? Qual estrutura de governança? há uma diretoria constituída? Há um conselho ou instância deliberativa de caráter coletivo? Há algum tipo de institucionalização da iniciativa? quais as práticas de ética e transparência adotadas pela gestão? A iniciativa dispõe de uma sede ou local de reunião? Quem e quantos são os colaboradores diretos que atuam como voluntários? há colaboradores profissionalizados que atuam na iniciativa? Os colaboradores recebem algum tipo de acolhimento (capacitação/qualificação)?

2. **Comunidade** – A iniciativa informará sobre o engajamento com as questões de saúde, educação e identidade, serviçoes básicos e infraestrutura, oportunidades de geração de renda, vida cultural e litígios territorias;

3. **Meio ambiente** – informará as demandas da comunidade: há atividades de Educação ambiental desenvolvidas pela comunidade? Há demandas relativas à gestão de recursos naturais e/ou a materiais de reciclagem? Há demandas de politicas públicas relativas ao Meio Ambiente? [255]

Após a etapa do autoconhecimento, o observatório incentivará a identificação de demandas por projetos de capacitação/ formação dos diferentes públicos da comunidade, visando o desenvolvimento local sustentável: Cultura do bem-viver, jovens em vulnerabilidade social, empreendorismo social e renda, educação para os direitos humanos, prevenção de doenças e auto-cuidado, educação ambiental, economia solidária, cultura do voluntariado, memória e patrimônio, luta e resistência. Neste

[255] Fonte: reuniões e apresentações semanais realizadas pelos membros do Grupo de Trabalho do Observatório de Ecomuseus e Museus comunitários. 1ºSemestre de 2021.

sentido, é assinalada a importância de produzir indicadores de impacto social, dentre os quais: dados demográficos, geográficos, socioeconômicos, ambientais e dados qualitativos do impacto social resultantes das atividades protagonizadas pelos ecomuseus e museus comunitários.

Esta 3ª Etapa de Autoconhecimento está em processo de construção junto às 11 iniciativas participantes.

Apêndice III

Ecomuseus Portugueses Pesquisados

O **Ecomuseu de Aboim da Nóbrega**
O **Ecomuseu de Aboim da Nóbrega** está instalado numa casa de aldeia restaurada, este museu foi criado com o objetivo de manter vivas as tradições e culturas da região, nomeadamente os famosos Lenços de Namorados. Neste espaço é possível observar artesãs a fazerem os bordados genuínos de Aboim da Nóbrega, como toalhas, cortinas, camisas, lençóis e lenços de namorados. O Ecomuseu integra o território do Concelho e realiza periodicamente um percurso de visitação à pé, que tem início na sede do Ecomuseu (Cabo), Capela Sra. do Amparo, Antigo Castro, Aglomerado de Moinho, Cruz do Calvário, Antiga Câmara e Cadeia, Pelourinho, Igreja Matriz, Antiga Casa do Juiz, Casa de D. João de Aboim.

Fonte: *Serviço Cartográfico do Exército, folhas 28 e 42, escala original de 1:25000. In: http://aboimdanobrega.org/index.php/turismo/percursos-pedestres/ecomuseu*
Referências: http://aboimdanobrega.org/index.php/turismo/percursos-pedestres/ecomuseu **.** Acesso em novembro de 2019. https://lifecooler.com/artigo/atividades/ecomuseu-de-aboim-da-nobrega/333642 . Acesso em novembro de 2019.

Ecomuseu Terra de Miranda
Localizado em Miranda do Douro, Bragança, o **Ecomuseu Terra de Miranda** centra-se nos quatro elementos primordiais – a água, a terra, o fogo e o ar – propondo atividades de dinamização e de valorização relacionadas com estes elementos e com as práticas tradicionais desenvolvidas na região.

Fonte: http://www.rotaterrafria.com/frontoffice/pages/226?geo_article_id=6923
Referências: http://www.rotaterrafria.com/pages/226/?geo_article_id=6923. Acesso em novembro de 2019. http://www.frauga.pt/?pID=62 .Acesso em novembro de 2019.

Ecomuseu Das Salinas de Rio Maior

O **Ecomuseu das Salinas de Rio Maior** foi criado pela Câmara Municipal de Rio Maior e situa-se a cerca de 3 km do centro da cidade, no vale no sopé da Serra dos Candeeiros, em pleno Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Classificadas como Imóvel de Interesse Público desde dezembro de 1997, estas salinas são as únicas Salinas de interior existentes em Portugal. A primeira referência à sua existência data de 1177, mas pensa-se que o aproveitamento do sal-gema já seria feito desde a Pré-história. Rodeadas de vinhas e terras de cultivo são consideradas uma maravilha da natureza, uma vez que o mar fica a 30 km. O sal é vestígio da presença do mar em épocas remotas. A água, cerca de sete vezes mais salgada que a água do mar, provém de um poço, após passar por uma jazida de sal-gema. O desafio consiste na adaptação a uma economia competitiva e na conservação simultânea que distingue este patrimônio, que a todo o custo importa preservar. Nesse sentido foi criada em 1979 a Cooperativa dos Produtores de Sal de Rio Maior, para responder às necessidades de aumento de produção e melhorias na sua comercialização. Este Sal puramente biológico é exportado para a Alemanha, dada a sua elevada qualidade, que se deve à referida ausência de quaisquer aditivos ou tratamentos químicos.

O Ecomuseu disponibiliza vários serviços: atendimento; visitas guiadas; serviços educativos e, mais recentemente, um conjunto de painéis que permitem fazer a interpretação do meio natural e cultural, no tempo e no espaço. Estes são fruto do projeto Ecosal Atlantis e contribuem, decididamente, para reforçar a identidade cultural da própria comunidade, propondo uma ação museológica participativa, interagindo com a comunidade local e ao mesmo tempo trabalhando com a noção de património e preservação in situ. Neste caso, o território abrange todo o vale diapírico da Fonte da Bica e não deve ser dissociado da área protegida em que se integra: o Parque Natural das Serras d´Aire e Candeeiros.

Reconhecendo o valor das salinas como elemento do patrimônio cultural e natural, várias universidades, centros de investigação, autarquias e museus do Reino Unido, França, Espanha e Portugal, lançaram um projeto europeu designado Ecosal Atlantis, enquadrado no programa europeu INTERREG IVB, cuja ideia central é desenvolver uma rota turística pelas salinas tradicionais do Atlântico.

> *(…) O Ecomuseu das Salinas iniciou a sua atividade, sem nos darmos conta, no momento em que se começou a trabalhar com as instituições locais e com as pessoas, no momento em que ali se inaugurou um posto de turismo com o intuito de receber melhor quem nos visita.(…)*
> Presidente da Câmara, Dra. Isaura Morais, durante a Cerimónia de entrega do prémio Geoconservação 2012.



Referências:

http://ecosal-atlantis.ua.pt/index.php?q=pt-pt/content/ecomuseu-salinas-de-rio-maior-recebeu-pr%C3%A9mio-geoconserva%C3%A7%C3%A3o-2012.
https://www.allaboutportugal.pt/pt/rio-maior/cultura/ecomuseu-salinas-de-rio-maior

Ecomuseu De Martinchel
O **Ecomuseu de Martinchel**, localizado em Abrantes, Santarém, administrado pela Câmara Municipal, é definido por um espaço geográfico amplo, onde se destaca uma importante paisagem natural, rodeada pela represa de Castelo de Bode. Funciona como posto de informação e dinamização do turismo local. Tem também um espaço permanente para venda de artesanato e um espaço para exposições temáticas temporárias.

Referências: https://www.allaboutportugal.pt/pt/abrantes/cultura/ecomuseu-de-martinchel. Acesso em novembro de 2019. https://lifecooler.com/artigo/atividades/ecomuseu-de-martinchel/393647 . Acesso em novembro de 2019.

Ecomuseu De Vila Chã de Sá

O **Ecomuseu de Vila Chã de Sá** ou Museu Etnográfico de Vila Chã de Sá (que em alguns lugares aparece com o nome de Ecomuseu de Vildemoinhos), tem como sede uma estrutura construída pedra a pedra por artesãos e mão de obra locais, à entrada de Vila Chã de Sá. No espaço, há representações de uma memória ligada à produção de bens coletivos que geravam riqueza e eram a base da economia local: o moinho de água, o lagar de azeite e de vinho, o forno comunitário, as plantações de árvores de fruto, o vinhedo, o poço de água com a cegonha, a cozinha beirã ou os instrumentos agrícolas. O projeto foi inaugurado no dia 29 de julho de 2007 - no local de uma antiga lixeira - pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas e o Prof. José Ernesto, e só foi possível ser feito graças à colaboração da Câmara Municipal ("Programa Requalvis") e da população local. Trata-se de um espaço onde foram restauradas algumas construções em pedra e nela depositadas, com o espólio da Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá e variadíssimas ofertas de habitantes locais, largas dezenas de peças e engenhos que permitem uma viagem no tempo à ruralidade de toda a região.

O Ecomuseu nasceu de uma ação pessoal de José Ernesto Pereira da Silva, professor e presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Sá, que afirma ter importado da França a ideia do ecomuseu, iniciando o projeto em 2004:

> O terreno era uma lixeira, mas isso não foi impeditivo. Pelo contrário, tornou-se até estimulante e um desafio transformar aquele espaço em algo positivo para a comunidade, muito especialmente para as escolas, que podem promover visitas de estudo, ensinando às crianças como se fazia o pão, o azeite ou o vinho[256]

A ideia do professor era "poupar dinheiro". Assim, muito do trabalho foi feito por administração direta, conforme sublinha:

> O pessoal da junta de freguesia empenhou-se e a obra ficou mais barata. Se a tivéssemos adjudicado a uma empresa de construção civil, tinha ficado muito mais onerosa para os cofres da junta. E tenho também a certeza que não seria tão bem construída, nem ficaria tão genuína.

No espaço, há representações de uma memória ligada à produção de bens coletivos que geravam riqueza e faziam a economia se movimentar como o moinho de água, o lagar de azeite e de vinho, o forno comunitário, as plantações de árvores de fruto, o vinhedo, o poço de água com a cegonha, a cozinha beirã ou os instrumentos agrícolas.







Referências:

Para mais informações, consultar: http://baroesdaseviseu.blogspot.com/2007_06_01_archive.html. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

http://grupo-cantorias.blogspot.com/2007/06/inaugurao-do-ecomuseu-de-vila-ch-de-s.html Acesso em fevereiro de 2020.

Ecomuseu Do Zêzere
O **Ecomuseu do Zêzere** é vinculado à Câmara Municipal de Belmonte e destina-se a dar a conhecer ao visitante a história do Rio Zêzere, instalado na antiga Tulha dos Cabrais. Historicamente os Cabrais foram a mais importante família de Belmonte, grandes proprietários construíram este celeiro em frente ao seu solar tendo ficado a edificação para sempre conhecida como Tulha dos Cabrais. Mais tarde, essa família passou a vender grandes quantidades de sabonete e pauzinhos para esfoliação corporal. Diretamente assente sobre um afloramento de granítico é uma sólida e sóbria construção de data desconhecida, que sofreu, no entanto, algumas remodelações, a mais evidente das quais ocorreu com a abertura da estrada fronteira à entrada - que obrigou a construção das rampas de acesso.

Referências: Fonte: https://cm-belmonte.com/q_node/88/. Acesso em fevereiro de 2020. https://aldeiashistoricasdeportugal.com/local/ecomuseu-do-zezere. Acesso em novembro de 2019**.**

Ecomuseu Marinha da Trocalhada
O **Ecomuseu Marinha da Troncalhada** é um dos museus da cidade de Aveiro. Mostra aos visitantes os métodos de produção artesanal do sal, explora a paisagem, fauna e flora características, bem como mantém vivas as vivências e tradições ligadas a esta atividade secular. Caracterizando-se por ser um núcleo museológico ao ar livre, aberto permanentemente, o visitante poderá realizar a visita de forma independente, consultando os diversos painéis interpretativos que a marinha dispõe. Para um aprofundamento, recomenda-se o agendamento da visita.

Referências: http://mca.cm-aveiro.pt/rede-de-museus/ecomuseu-marinha-da-troncalhada/.Acesso em novembro de 2019. https://lifecooler.com/artigo/atividades/ecomuseu-marinha-da-troncalhada/394352/.Acesso em novembro de 2019.

Ecomuseu De Torredeita
O **Ecomuseu de Torredeita** pertence à Fundação Joaquim dos Santos, sendo um museu privado, localizado na freguesia de Torredeita, na cidade de Viseu. Propõe-se explicar, através da ecologia, da etnografia e da vida tradicional das populações o modo de ser e, principalmente, o modo de viver da terra e das gentes, da sua transformação infatigável, na qual muita coisa desaparece e muitas outras surgem numa fusão entre o tradicional e o nascente. É um meio pedagógico, lúdico e didático de riquíssimo valor e intraduzível interesse para a realização de visitas de estudo, para a vivência de novas experiências e para a aquisição de novos saberes em contato direto com o valioso espólio do Ecomuseu. Conta com exposições permanentes, inúmeras oficinas e coleções de grande valor e rara beleza. Desenvolvem-se percursos educativos de grande interesse pedagógico na Quinta Solar Morgado da Torre e dinamizam-se atividades eco-pedagógicas. Conta ainda com o Lagar de Azeite da Cepeda e a gastronomia regional. O Rancho Folclórico de Torredeita são desenvolvidas atividades com trajes, danças e cantares do período medieval bem como rendas de bilros características desta região e estradas e pontes romanas, sepulturas rupestres e património religioso.

Referências: http://fjs.pt/ecomuseu/index.php?option=com_content&view=article&id=46:apresentacao&catid=34:conteudos&Itemid=27

Ecomuseu Serra da Lousã
O **Ecomuseu Serra da Lousã** está vinculado à Câmara Municipal de Lousã. É integrado pelo Museu Etnográfico Louzã Henriques (MELH), inaugurado em 1990, fechado para reformas e reaberto em setembro de 2020; e pelo Museu Municipal Prof. Álvaro Viana de Lemos, que reabriu em março de 2013 no reabilitado edifício, como núcleo-sede do Ecomuseu da Serra da Lousã. Engloba duas salas de exposição permanente e uma de exposição temporária. A Sala de Pintura guarda uma coleção que se estende dos séculos XVI ao XIX, bem como um núcleo de pintura Naif. As áreas de espaço público incluem acolhimento, recepção, cafeteria, sanitários, exposições e apoio ao empreendedorismo. Para os seus responsáveis, o conceito de ecomuseu permite-nos conhecer melhor as origens e os modos de viver num determinado "habitat". O Ecomuseu da Serra da Lousã dá-nos a conhecer como os habitantes desta cidade antigamente trabalhavam e viviam, numa mostra muito direcionada para os aspectos etnográficos das comunidades da serra da Lousã.[257]

Referências: Para mais informações sobre o Ecomuseu Serra da Lousã, consultar: Fonte: https://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1260/ecomuseu-serra-lousa.html https://lifecooler.com/artigo/atividades/museu-municipal-prof-alvaro-viana-de-lemos-ecomuseu-da-lousa/327541/

[257] Para mais informações sobre o Ecomuseu Serra da Lousã, consultar: Fonte: https://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1260/ecomuseu-serra-lousa.html

Ecomuseu de Redondo

O **Ecomuseu de Redondo** é um espaço a céu aberto, vivo e ativo, que permite um reconhecimento direto do patrimônio arqueológico e ambiental, funcionando como um espelho onde se pode observar o território e a vivência humana desde tempos imemoriais até à atualidade, constituindo-se como que um laboratório de emoções, de vivências e de troca de experiências. Localiza-se na zona Nordeste do Conselho de Redondo (junto ao Freixo) numa área de cerca de 6000, o Ecomuseu localiza-se num território geograficamente privilegiado cujos recursos naturais foram, durante séculos, objeto de fruição das populações que por ali passaram. Por outro lado, apresenta um património histórico e arqueológico de rara densidade, particularmente no que diz respeito aos monumentos megalíticos funerários – as antas, de que se conhecem várias dezenas, sendo duas delas Património Nacional.

Neste sentido, foram implementados dois percursos pedestres em torno da aldeia do Freixo, onde se pretende assinalar a estrita interação do Homem com o Meio Ambiente que o envolve, desde tempos imemoriais. O Centro de Acolhimento, implementado na antiga Escola Rural de São Bento do Zambujal, é um espaço ativo e dinâmico, especialmente voltado para ações de sensibilização e divulgação da riqueza patrimonial, cultural e ambiental do território do conselho.





Referências:
http://arquivo.cm-redondo.pt/pt/conteudos/munic%C3%ADpio/Equipamentos/Ecomuseu.htm . Acesso em 2019.
https://www.cm-redondo.pt/locais/ecomuseu/ . Acesso em novembro de 2019.

Apêndice IV

Fichas Sobre os Ecomuseus no Brasil

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu de Itaipu

2. Localização: Av. Tancredo Neves, 6001 - Jardim Itaipu, Foz do Iguaçu – PR - CEP: 85867-315

3. Data de Criação: 16 de Outubro de 1987

4. Origem (Local de Criação): Foz do Iguaçu – PR

5. Objetivo: Preservar e apresentar a memória e a história da construção da Itaipu Binacional, sua influência e responsabilidade social no território

6. Comunidade: Território da bacia do Paraná 3 (BP3), composta por 29 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu

7. Liderança local e/ou responsável pelo Ecomuseu:
Gerente da Divisão de Educação Ambiental - Leila de Fatima Severgnini Alberton

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

O conceito surge em forma de contestação do caráter fechado da museologia tradicional, trata-se da proposta do primeiro Ecomuseu da América Latina, com base em um modelo de interação entre a comunidade, o território e o patrimônio. Assim o Ecomuseu de Itaipu se situa como um processo de acompanhamento social, educativo e cultural das mudanças trazidas pela barragem ao território, à paisagem, ao padrão de vida, às atividades econômicas da população impactada pelas mudanças. A Itaipu Binacional busca associar através do Ecomuseu, pensando como um instrumento, a capacidade de gerar desenvolvimento e preservação, de forma a abranger espacial e temporalmente o território de influência da Hidrelétrica.

9. Histórico / Processo de musealização:

O **Ecomuseu de Itaipu** é um museu criado para conservar a história da usina e da região em que foi construída a hidrelétrica. Dividido em módulos, o Ecomuseu - Integrante do Complexo de Itaipu (CTI) - mostra desde a ocupação da região da usina na margem brasileira até os projetos de conservação ambiental da Itaipu.

Dentro desse roteiro, estão atrações como os espaços temáticos de água e energia, cenários históricos, maquetes, itens de acervo, totens eletrônicos, além de uma réplica do eixo de uma turbina em atividade, com direito aos ruídos característicos do coração da usina. Um painel de fotos 3X4, Memorial do trabalhador, também homenageia as mais de 120 mil pessoas que trabalharam na construção da hidrelétrica, além de espaços temporários com exposições das mais diversas.

A atuação socioambiental de Itaipu foi iniciada junto com suas atividades de construção, sendo uma das primeiras hidrelétricas no Brasil a desenvolver um programa amplo de mitigação de impactos socioambientais. Essa política ambiental também indicava a necessidade de criação de um museu para salvaguarda e exposição do acervo resultante desses estudos, pesquisas e inventários, que focavam temas como arqueologia, flora, fauna, hidrologia e história regional, entre outros. Portanto, em 1987, o Ecomuseu de Itaipu foi criado pela Itaipu Binacional como parte do seu Plano Diretor da Área do Reservatório, voltado ao meio ambiente social. De 1987 até início dos anos 2000, o Ecomuseu desenvolveu um conjunto amplo de ações que tinham a educação ambiental como escopo pedagógico principal de atuação social. O Ecomuseu de Itaipu, mesmo antes do grande marco da educação ambiental no Brasil e no mundo, a Rio 92, já desenvolvia processos educativos de modo a fomentar um novo modo de se relacionar e viver com respeito e integração ao meio ambiente. Suas ações eram múltiplas, como palestras, exposições educativas, eventos culturais, jogos, cursos, entre outros. A partir do ano de 2003, a Itaipu Binacional passou por um processo de revisão de sua missão, que até então estava voltada à questão da geração de energia a partir do aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná. Em contraposição a esta visão anterior, sua missão foi ampliada para a geração de energia de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, de modo a impulsionar o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai.

10. Projetos e Atividades:

Já realizadas:

- Simpósio “Museu face ao impacto ambiental”, 1988: abordagem da importância da efetivação da função social e atuação comunitária do museu;
- Verão 90, 1990: trabalho da equipe do Ecomuseu nas praias do reservatório de Itaipu com conceitos patrimoniais e de museologia comunitária;Museu vai à escola, 1991: trabalho de aproximação do museu com as escolas municipais de Foz do Iguaçu destacando a importância do museu no enriquecimento de conteúdos de sala de aula e da preservação da memória;
- Primeiro encontro de museus da área do reservatório de Itaipu, 1994;

- Oficinas técnicas de Museologia, 1996: abordagem de temas como conservação, manutenção, documentação, exposição e dinamização cultural em museus;
- "Olho da terra: panorama das manifestações artísticas e culturais da área do reservatório de Itaipu", 1996;
- Feira de Ciências com alunos de primeiro e segundo graus de escolas públicas;
- Oficinas de criatividade com realização mensal;
- Práticas educacionais interativas com alunos da rede de ensino, com objetivo de divulgar as práticas experimentais de laboratório como instrumento pedagógico;
- Curso "Descubra o Ecomuseu como instrumento didático": curso mensal realizado com professores da rede de ensino da área do reservatório de Itaipu;
- Projeto Eureka: Voltado para alunos do ensino fundamental, estimulou o resgate e a preservação da memória socioambiental, por meio da exploração do circuito museográfico;
- Projeto Varanda: Dirigido para famílias que vivem no entorno do Ecomuseu, desenvolveu atividades nos finais de semana, com a finalidade de promover a integração regional e fortalecer a imagem institucional, por meio da valorização da memória e da educação ambiental;
- Grupo Comunidade Crescer: Realizado com moradores de vilas da região, promove o desenvolvimento psicológico e intelectual dos visitantes, sensibilizando-os para as questões ambientais e contribuindo na formação de futuros multiplicadores de ações educativas;
- Ação Cidadã: Realizada com crianças matriculadas em creches, prima pela prática de atividades lúdicas para promover o resgate da cidadania e a valorização humana. Trabalha aspectos relevantes para o desenvolvimento da criança, como a importância da amizade e do afeto nas relações interpessoais. Também por meio da ação cidadã, o Ecomuseu oferece uma programação específica para atender portadores de necessidades especiais que participam de atividades lúdicas para explorar suas possibilidades;
- Cultivando Água Boa: O Cultivando Água Boa (CAB) é uma metodologia fundamentada em documentos nacionais e planetários que contempla diversas ações socioambientais relacionadas com a segurança hídrica da região em que Itaipu está inserida, com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, e com a promoção da qualidade de vida nas comunidades na área de influência da Itaipu Binacional.

Em andamento - Exposições itinerantes e temporárias.

- Espaço Educativo: Promove ações relacionadas à consciência ecológica para a comunidade e visitantes;
- Rede Regional de Cultura e Patrimônio da BP3: grupo atuante enquanto instrumento de gestão patrimonial comunitária da região na área de influência da Itaipu Binacional;
- Correnteza Cultural: Projeto de valorização das produções culturais regionais que também atua na difusão das mesmas;
- Museu em ação: Oferece diversas oficinas e atividades com intuito de promover a diversidade e o acesso cultural visando uma aproximação da comunidade local com o museu.

11. Aberto à visitação :

Sim (X), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

12. Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____

( ) ONG Qual?_____

( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual?_____

(x) EMPRESA PARAESTATAL Qual? **ITAIPU BINACIONAL**

13. Informações adicionais:

Telefone: (45) 3576-7000
Horário de funcionamento: Terça a domingo das 10h às 18h
E-mail: ecomuseu@itaipu.gov.br

14. Imagens:





15.Data de preenchimento: 20/08/17

16. Responsável pelo preenchimento: Thamiris Amancio

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Fazenda Boa Vista

2. Localização: São Paulo - SP

3. Data de Criação: 1988

4. Origem (Local de Criação):

O primitivo engenho de açúcar e aguardente na segunda metade do século XVIII transformou-se em fazenda produtora de café no século XIX, tendo pertencido à tradicionais famílias de Guaratinguetá e Roseira (Galvão de França, Guimarães e Monteiro dos Santos). Na primeira década do século XX, entrou em decadência acompanhando a crise demográfica e econômica que assolou o Vale do Paraíba, tendo sido comprada pela família Trannin, com a finalidade de iniciar a cultura do arroz nas várzeas e a criação de gado para a produção de leite nos morros erodidos pelo café. Da casa-grande construída em 1858 e demolida em 1955, restaram as senzalas, tulhas para armazenar café e algumas dependências domésticas, com as paredes externas gradeadas, o telhado coberto com telhas de mão e madeira de lei originária das matas da própria fazenda. O acervo é constituído por móveis, porcelanas, objetos diversos, pinturas, esculturas do patrimônio da Fazenda Boa Vista e das famílias Trannin, Pasin e Paula Santos.

5. Objetivo: Preservar a memória local e do engenho

6. Comunidade: Comunidade do município de Roseira do entorno

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Municipal

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

Ligada a proposta de céu aberto, relacionaou com a idéia de ecomuseu

9. Histórico / Processo de musealização:

O Ecomuseu Fazenda Boa Vista foi criado em 1973 (com outra denominação) e compreende-se como um "museu a céu aberto" a partir de uma iniciativa municipal e os proprietário do engenho. Realiza atividades e ações relacionados a história e cultura local. O local foi reconhecido pela UNESCO como um posto avançado de reserva da biosfera da Mata Atlântica.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

( ) Sim. Qual? Não ( )

11. Projetos e Atividades:

Promove atividades relacionadas com a temática do ecomuseu, criação de exposições, publicações e visita mediada. Além, de arquivo e biblioteca disponível ao público

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

(X) COMUNIDADE LOCAL Qual?

(X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:

Parceria administrativa da Faculdade de Roseira – FARO.

E-mail: rita.cassia@ceavap.com.br

Endereço: Fazenda Boa Vista Rodovia Dutra Km 77 (SP-Rio) Roseira Velha Roseira – SP

Telefone: (12) 3646-2071
Horário de funcionamento: agendamento
Fonte: https://www.guiadasartes.com.br/sao-paulo/roseira/ecomuseu-da-fazenda-boa-vista

Site:

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 03/05/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

FICHA - ECOMUSEUS NO BRASIL

Nome: Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz (de acordo com a lei Nº 2354 DE 01 de setembro de 1995.

2. Localização:

Os sete núcleos são distribuídos nos endereços: Rua Afonso Cavalcanti, 455 – sala 209, Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20211-110 – Sede administrativa, arquivo e biblioteca.

Núcleo Quarteirão Cultural do Matadouro, Rua das Palmeiras Imperiais, s/n.º - Santa Cruz

Núcleo Residência de Santa Cruz - Praça Ruão, s/nº - Santa Cruz

Núcleo Agrícola - Estrada do Cortume, s/n.º - Santa Cruz

Núcleo base aérea - Rua do Império, s/n.º - Santa Cruz

Núcleo comunidades - Praça Dom Romualdo, s/n.º - Santa Cruz

Núcleo comercial e Industrial - Av. Átila Temporal, s/n.º - Santa Cruz

3. Data de Criação: 1º de setembro de 1995

4. Origem (Local de Criação): Santa Cruz – Rio de Janeiro

5. Objetivo:

Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz tem por missão a valorização, preservação, pesquisa, documentação e comunicação do patrimônio do bairro de Santa Cruz. Este museu fomenta a participação comunitária nos processos de musealização e a gestão compartilhada do patrimônio com finalidade de promover o desenvolvimento sustentável dos grupos culturais envolvidos no processo. Traduz o conceito de patrimônio a partir da pluralidade e integralidade das relações humanas com o real, respeitando a não-hierarquização e a diversidade das referências culturais.

6. Comunidade: De Santa Cruz

7. Liderança local e/ou responsável pelo Ecomuseu:

Heloisa Helena Queiroz -Gerente de Museus da Secretaria Municipal de Cultura

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

Relacionado ao contato com o conceito de ecomuseu no I Encontro Internacional de Ecomuseus no Brasil. A partir dos membros da comunidade de Santa Cruz.

9. Histórico / Processo de musealização

10. Projetos e atividades: Projeto Ecomuseu nas Escolas (quinta-feira) e Encontros Culturais

11. Aberto à visitação

Sim (X),a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

12.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____

( ) ONG Qual?_____

( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

(x) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual? Câmara Municipal.

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

13. Informações adicionais:

Entre 1992 e 1995 têm lugar as discussões e trâmites burocráticos para a criação do museu e, em 1º de setembro de 1995, é sancionada a Lei Municipal n.º 2.354, criando definitivamente o primeiro ecomuseu carioca, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, com o nome de Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz. O museu passa a estender-se por todo o bairro, perfazendo uma área total de cerca de 125 km² e estruturando-se a partir de sete núcleos. A partir deste momento, o Ecomuseu de Santa Cruz, como passou a ser mais conhecido, se estrutura plenamente, desenvolvendo diversas atividades relacionadas ao bairro e sua população e tendo como sede administrativa quatro salas do andar superior do Centro Cultural Municipal de Santa Cruz Dr. Antônio Nicolau Jorge. Em 2010, com a transferência de gestão deste centro cultural para a Secretaria Municipal de Educação, a sede administrativa do Ecomuseu de Santa Cruz foi transferida para as dependências da Secretaria Municipal de Cultura.

O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz – Santa Cruz – RJ é um Museu de Território que engloba todo o bairro de Santa Cruz, no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro, perfazendo uma área de 125 km². Este museu, criado em 1995 e inserido na estrutura da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, tem por missão primordial a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural do bairro.Desenvolve diversas atividades educativas, de comunicação, preservação, documentação e pesquisa relacionadas à área descrita, sua história, seu território, seus habitantes e seu ecossistema. O Ecomuseu de Santa Cruz prima pela participação da comunidade local em sua gestão que se pretende compartilhada entre poder público e os diversos atores locais. Como fruto de suas ações, espera fomentar o desenvolvimento cultural e humano dos moradores do território, com foco na sustentabilidade do bairro e de sua população.

Está organizado em sete núcleos territoriais: núcleo gerador, onde está a sede administrativa, arquivo e biblioteca. O núcleo Quarteirão Cultural do Matadouro, núcleo residência da Fazenda de Santa Cruz, núcleo Agrícola, núcleo base aérea, núcleo comunidades, núcleo comercial e Industrial.

Tel.: + 55 21 2976-2548 ou 2976.1245

E-mail:ecomuseusantacruz.cultura@gmail.com

Facebook: http://facebook.com/ecomuseusc /

Horário de Funcionamento: de segunda à sexta das 10:00 às 18:00

Fonte: http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/ecomuseu_de_santa_cruz

14. Imagens





15.Data de preenchimento: 12/09/2019

16. Responsável pelo preenchimento: Alexandre Valadão Rios (museólogo – Corem 373-I 2R

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu do Ribeirão da Ilha		
2. Localização: Florianópolis – SC		
3. Data de Criação: 1971		
4. Origem (Local de Criação): O Ecomuseu do Ribeirão da Ilha está inserido numa comunidade (os primeiros europeus (espanhóis) a se fixarem na ilha datam de 1515), a mais antiga dentro da Ilha de Santa Catarina, e vem funcionando desde 1971 tendo por escopo preservar uma propriedade rural segundo o desenho do colonizador açoriano que foi trazido para cá pela Coroa Portuguesa com a finalidade de dar apoio na expansão de seus domínios além meridiano sul – 380 léguas ao oeste das Ilhas do Cabo Verde – conhecido como Meridiano de Tordesilhas. Com isso asseguraria com base no tratado do *uti posideti* – 1680-, para si as terras até a Bacia do Rio da Prata onde já havia iniciado a Colônia do Santíssimo Sacramento e construído a Fortaleza do Santo Espírito. Para lá já levara, a partir de 1680, alguns açorianos, e, talvez por isso, foram lembrados e trazidos para Santa Catarina, a partir de 1747.		
5. Objetivo: É objetivo básico do Ecomuseu do Ribeirão da Ilha armazenar a memória da cultura açoriana, de conformidade como ela foi ajustada às realidades ambientais da Ilha de Santa Catarina, e tendo sido essa cultura o fundamento e a pedra angular da cultura litorânea catarinense.Especificamente procura conservar uma propriedade rural – casa de morada – 1793 – com terreno, chácara, quintal, área de produção junto às edificações. O Engenho de Farinha de Mandioca próximo a residência e, demais recursos produtivos.		
6. Comunidade: Comunidade vinculada a propriedade rural da Ilha Santa Catarina		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Professor Nereu do Vale Pereira		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por relacionar as questões ambientais e cultural local		
9. Histórico / Processo de musealização: Nos primeiros anos de vida o Museu foi mantido pela Sociedade dos Amigos Pró-desenvolvimento do Ribeirão da Ilha – SAPDRI, com o auxílio da Prefeitura Municipal de Florianópolis e cobrança de ingressos. Denominava-se Museu Etnológico do Ribeirão da Ilha. Em 1973 a SAPDRI foi extinta e o Museu cerrou suas portas. No ano de 1974 o Prof. Nereu do Vale Pereira tomou a iniciativa de reorganizar o Museu como sua propriedade e, através de um convênio assinado com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Prefeito Espiridião Amim, restaurou-se uma casa antiga, modelo do Século XVIII, que estava edificada no respectivo terreno. Pronta a restauração da casa, a Prefeitura auxiliou na compra de um Engenho de Farinha de Mandioca que instalado no local, deu ao Museu um estilo original de uma propriedade rural como a concebera o colonizador açoriano, marco da cultura de Santa Catarina. Destarte o Museu passou a ser um símbolo do que foi a atividade rural do açoriano e passou a receber uma visitação expressiva. Visitas importantes como de professores da Universidade dos Açores e dos Governos daquelas ilhas portuguesas, além de inúmeros outros professores de universidades estrangeiras, afirmam a importância cultural do Museu. O Ecomuseu conserva lembranças do tempo em que os primeiros imigrantes portugueses aterraram em Florianópolis entre 1748 e 1756. A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha é uma das localidades que mais guarda características da vila açoriana, seja pela gastronomia ou pela arquitetura. No ano de 1760, dentro do processo de colonização açoriana, o Ribeirão recebeu 60 famílias vindas do Arquipélago dos Açores, mais especificamente da Ilha Terceira. A Vila do Ribeirão da Ilha então tornou-se produtora agrícola, pesqueira, pecuária e extrativista (lenha e madeira).		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Realização de eventos, exposições, visitas mediadas e atendimento ao público, participação em eventos de museus, festivais relacionados a temática do ecomuseu. Além, de parceria com pesquisadores que desenvolve estudos sobre a cultura luso-açoriana, entre outros.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual?

( ) ONG Qual? (x) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_UFSC_

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico? ( ) Sim ( ) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone: +55 48 9953-8327

E-mail: ecomuseuribeirao@gmail.com

Endereço: Rodovia Baldicero Filomeno, 10106 – Ribeirão da Ilha - Florianópolis – SC – CEP: 88064-002

Horário de funcionamento: Com agendamento

Site:https://ecomuseuribeirao.wordpress.com

17. Imagens





18.Data de preenchimento: 12/04/18

19. Responsável pelo preenchimento: Jaqueline/ Vivianne Valença

Referências:

ECOMUSEU do Ribeirão da Ilha. Disponível em: https://ecomuseuribeirao.wordpress.com/. Acesso em abril de 2018.

MUSEUS Br: Plataforma criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Ecomuseu do Ribeirão da Ilha. **Museus Br**: no ar desde 2015. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/9100/. Acesso em: janeiro de 2018

POPULAÇÃO Ribeirão de Ilha – Florianópolis. Disponível em: http://populacao.net.br/populacao-ribeirao-dailha_florianopolis_sc.html. Acesso em abril de 2018.

AMORIM, Luiz Carlos. **O Ecomuseu e a História de Florianópolis.** Publicado em 4 dez. 2011. Disponível em: http://luizcarlosamorim.blogspot.com.br/2011/12/o-ecomuseu-e-historia-de-florianopolis.html**.** Acesso em abril de 2018.

ECOMUSEU do Ribeirão da Ilha. Facebook: fanpage. Disponível https://www.facebook.com/ecomuseudoribeirao/?fref=ts. Acesso em: 22 fev. 2017.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental		
2. Localização: Santa Catarina - SC		
3. Data de Criação: 1997		
4. Origem (Local de Criação): A proposta de criação do Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental está relacionada a preservação ambiental de Chapecó		
5. Objetivo: Entre alguns dos objetivos está a o desenvolvimento de um Programa de Educação ambiental em parceria com entidades locais e ligados a questão ambiental, e na orientação da preservação do meio ambiente. Envolvendo escolas, universidades, no desenvolvimento de projetos relacionados ao ecossistema e biodiversidade, entre outros.		
6. Comunidade		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Prefeitura Municipal de Chapecó – Departamento do Meio Ambiente		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado a questões de preservação ambiental		
9. Histórico / Processo de musealização: Iniciativa municipal de Chapecó a partir do Departamento do Meio ambiente, na proposta de ser uma ferramenta de educação ambiental para a comunidade do entorno		
10. Projetos e Atividades: Desenvolvimento de projetos e atividades, relacionadas a educação ambiental, como palestras, oficinas, atividades educativas, trilhas ecológicas, entre outros		
11. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
12.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____ ( ) ONG Qual?_____ ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ (x) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual? Município de Chapecó ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
13. Informações adicionais: Telefone: Tel.: (49) 323-0247. E-mail: prefeitura@chapeco.sc.gov.br Endereço: Rua Hipólito José da Costa, 314 E, Jardim América, CEP 89803-650, Chapecó/SC. Horário de funcionamento: Agendamento Site:www.chapeco.sc.gov.br		
14. Imagens		



15.Data de preenchimento: 02/05/2018

16. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença.

Referências:

FGV-EAESP-CEAPG. **6943 Ecomuseu Laboratório de Interpretação Ambiental**. São Paulo: Fundação Getulio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo / Centro de Estudos em Administração Pública e Governo, [2015]. Disponível em: http://ceapg.fgv.br/programa/ecomuseulaboratoriointerpretacaoambiental janeiro de 2018.

MUSEUS Br: Plataforma criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. **Ecomuseu Laboratório Interativo de Educação Ambiental. Museus Br**: no ar desde 2015. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/7267/. Acesso em: janeiro de 2018

FICHA – ECOMUSEU NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu do Cerrado

2. Localização: Goiás - GO

3. Data de Criação:1988

4. Origem (Local de Criação):

Em 1997 foi criado o Ecomuseu do Cerrado, localizado no Estado de Goiás. A ideia surgiu em 1989 a partir da Coordenação de Museus da Secretaria de Cultura do distrito Federal em Brasília, que tinha como propósito a preservação do vale localizado em Samambaia, Taguatinga e Ceilândia - uma área onde as características originais do ecossistema ainda eram marcantes e encontrava-se vegetação abundante e diversificada, fauna significativa e veredas. Nessa região, foram encontrados sítios arqueológicos e foi a partir daí que surgiu a proposta de se criar um museu arqueológico no local. Assim, em 1997, por meio de uma organização não governamental, o Instituto Huah, reuniram-se alguns profissionais envolvidos para dar início ao projeto original, criando o Ecomuseu do Cerrado. Este tem como objetivo geral construir, por meio da união dos municípios que o constituem, todo o seu território espacial, ações que visem a conservação e preservação da natureza, o uso sustentável de seus recursos naturais e a distribuição, de forma justa, das riquezas geradas pela sociedade.

5. Objetivo:

O Ecomuseu do Cerrado é um museu aberto, descentralizado, que oferece aos seus visitantes a possibilidade de vivenciar a história de seu povo, como também resgatar suas experiências, propõe roteiros ecológicos e culturais oportunizando conhecer o cerrado do Planalto Central, mostrando suas características. Atua nos municípios de Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Cocalzinho, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia e Alexânia, todos fazendo parte do estado de Goiás e do entorno do Distrito Federal.

6. Comunidade: Comunidade do entorno do Vale localizado em Samambaia, Taguatinga e Ceilândia**.**

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu:

Coordenação de Museus da Secretaria de Cultura do Distrito Federal em Brasília

8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Está relacionada a questão da preservação ambiental

9. Histórico / Processo de musealização:

O Ecomuseu do Cerrado é um museu a céu aberto que tem como proposta incentivar a questão da preservação ambiental dessa região, com base na questão ambiental

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

( ) Sim. Qual?_____Não ( )

11. Projetos e Atividades: Atividades ligadas a educação ambiental e preservação do território

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____

( ) ONG Qual?_____

( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

(x) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim ( ) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone:

E-mail: antoniofelipejr@gmail.com

Endereço:

Horário de funcionamento: agendamento

Site:

17. Imagens



18.Data de preenchimento: abril de 2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença**.**

Referência:

COSTA, Alcidea Coelho. O Ecomuseu do Cerrado: um instrumento para o ecoturismo no Brasil Central, Brasília, 2004.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Rural (Instituto de Imagem e Cidadania)		
2. Localização: Santo Antonio, Distrito de Barra Alegre, Bom Jardim		
3. Data de Criação:2009		
4. Origem (Local de Criação): Santo Antonio, Distrito de Barra Alegre, Bom Jardim		
5. Objetivo: Contribuir para a preservação da cultura presente nos territórios rurais		
6. Comunidade: Comunidade Rural Santo Antônio		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Marjorie Botelho		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Porque queríamos agregar o ecológico, a ecologia humana, ao comunitário, fazer junto e de forma orgânica		
9. Histórico / Processo de musealização: O Ecomuseu Rural integra o equipamento cultural sobrado cultural rural localizado na comunidade rural de santo antonio, no município de bom jardim, interior do estado do rio de janeiro. Ao longo destes anos desenvolvemos ações de preservação e de difusão da memória do cotidiano de quem vive em áreas rurais do interior do Estado do Rio Janeiro, em especial, da região serrana. As ações estão voltadas para preservar modos típicos de quem vive nestas localidades. Temos um banco de imagens com fotografias e um acervo em áudio com relatos de histórias de vidas de pessoas que mantém viva formas artesanais de produção, que preservam manifestações culturais como o mineiro pau, folias de reis, entre outros e que compartilham suas experiências e vivências do campo. Soma-se a esse esforço publicações de livros e atividades de fomento a produção de conteúdo, como: oficinas de fotografia, laboratório P&B e de vídeo.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? (x) Sim.Qual? Conversamos com muitos parceiros e parceiras da rede de museologia social do estado do rio de janeiro Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Nossas ações são voltadas para valorizar a cultura presente nos territórios rurais, para tal, realizamos oficinas de educação patrimonial através das artes visuais e da cultura popular; produzimos exposições, livros e documentários sobre os saberes e fazeres presentes no campo; desenvolvemos roteiros de visitação a casa de mestres populares, famílias agrícolas, e fazendas antigas; entre outros		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____ ( ) ONG Qual? () ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (x) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim (x) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: 22 999261322 E-mail: ecomuseurural@gmail.com Endereço: sítio córrego de santo antonio sn Horário de funcionamento: terça a domingo (com horário agendado) Site: facebook – ecomuseu rural – ponto de cultura rural		
17. Imagens		



18.Data de preenchimento: 09/2020

19. Responsável pelo preenchimento: Marjorie de Almeida Botelho

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Ilha da Pólvora		
2. Localização: Rio Grande do Sul - RS		
3. Data de Criação: 1999		
4. Origem (Local de Criação): O Ecomuseu da Ilha da Pólvora foi inaugurado em 22 de abril de 1999. Conta com o apoio do Exército Brasileiro que conjuntamente com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, viabilizaram a sua criação. Possui sua exposição e os serviços de apoio aos visitantes instalados numa casa em estilo neocolonial, construída na ilha em 1856, para abrigar o paiol do exército, agora totalmente recuperado. Através deste museu, que dista 400m do Museu Oceanográfico, está consolidada uma ação ambiental no sentido de uma proteção mais eficaz do patrimônio natural e cultural da região. A Ilha da Pólvora é uma das ilhas do estuário da Lagoa dos Patos, possuindo 42 hectares de marismas (áreas periodicamente alagadas pela maré) que servem de habitat para várias espécies de aves, roedores, larvas e juvenis de peixes, moluscos e crustáceos. As marismas da Ilha da Pólvora estão bem preservadas e por isso são utilizadas com propósitos educacionais e científicos.		
5. Objetivo: No Ecomuseu são desenvolvidos diversos trabalhos científicos de graduação e pós-graduação, dentre os quais, se destacam estudos sobre a vegetação, os crustáceos, as aves e os roedores. Além disso, o CEFAM (Centro de Educação e Formação Ambiental Marinha) utiliza a área da Ilha da Pólvora para realizar, periodicamente, atividades práticas de educação ambiental. O translado até a ilha é realizado por embarcação, com saída do píer do Museu Oceanográfico		
6. Comunidade: Comunidade do exército e público universitário		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Exército Brasileiro conjuntamente com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Relacionado a questão ambiental		
9. Histórico / Processo de musealização: O local era um deposito de munição do exército e de alguns civis no século XIX. Hoje possui material para ensinar sobre a lagoa dos Patos e a ligação com o mar, explicando o efeito das marés e tudo mais. Existem dois mirantes (um estava interditado) onde é possível ver São José do Norte, Rio Grande e a Ilha dos Marinheiros. O local foi recuperado e começou a se desenvolver um ecomuseu.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Atividades educativas voltadas ao questões ambientais e preservação da Ilha		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? (X) ÓRGÃO FEDERAL Qual? Fundação Universidade Federal do Rio Grande ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não		

16. Informações adicionais:
Telefone: (53) 3232.9107 / (53) 3231.3496
E-mail: agendamentomuseu@furg.br
Endereço: Rua Capitão Heitor Perdigão, 10 CEP 96200-190 – Rio Grande do Sul
Horário de funcionamento: Terça a Domingo, no horário de 14h ás 18hrs (não funciona nos feriados
Site: https://museu.furg.br/museus/eco-museu-da-ilha-da-polvora]

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referência:
https://museu.furg.br/museus/eco-museu-da-ilha-da-polvora. Acessado em abril de 2018.
http://mapas.cultura.gov.br/espaco/7905/ . Acesso em abril de 2018.

FICHA - ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Associação de Amigos do Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba - ASADOECOMUNAM

2. Localização: Sabiaguaba – Fortaleza – Ceará

3. Data de Criação: Como projeto (2001) – formalização como ONG (2011)

4. Origem (Local de Criação): Sabiaguaba – Fortaleza - Ceará

5. Objetivo:

Missão de apoiar e desenvolver ações voltadas à persecução do EcoMuNaM, e que tenham por desígnio a defesa, a elevação e a manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental.

6. Comunidade: Sabiaguaba

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Representante legal: Rusty de Castro Sá Barreto

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

Por se tratar de museu que tem por missão cuidar dos manguezais e da comunidade

9. Histórico / Processo de musealização:

A Associação de Amigos do Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba – ASADOECOMUNAM, é associação que representa juridicamente e oficialmente os trabalhos do Ecomuseu Natural do

Mangue, carinhosamente chamado de “Museu do Mangue.

Essa associação foi fundada em 08/08/2011, inscrita no CPNJ sob o número 14.674.130/0001-14, cujo atividade principal é atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares.

Durante sua ainda breve existência, essa associação tem desenvolvido atividades dentro e fora da comunidade, sempre buscando as melhorias para a vida local e o ecossistema manguezal, o qual tem como missão principal sua proteção.

Entre nossas funções está a participação desde o ano de 2013 no CGS (Conselho Gestor da Sabiaguaba), perante a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) de Fortaleza, onde por diversas vezes fomos voto contra as propostas de alterações na área de Sabiaguaba, como por exemplo a construção de ponte.

Já na última semana devido à recente cobertura de palhas sobre as dunas da Sabiaguaba (sem o devido conhecimento do conselho ou da população) já entramos com oficio parente o CGS cobrando explicações para a partir desta ajudarmos na tomada de providências.

A ASADOECOMUNAM também é inscrita como parte das redes nacional e cearense de museus e museus comunitários. Atua em eventos, palestras e exposições voltadas as questões museais, sociais e principalmente ambientais, e está sempre de portas abertas para receber a comunidade, seja ela a geográfica, a de interesse ou a ecossistêmica.

Através desta já fomos contemplados pelo MEC, com o título de escola de inovação e criatividade na educação infantil, certificados pelo Instituto Banco do Brasil, fizemos em 2014 5 meses de parceria com a Brasil Fundacion (que resultou no ganho de 12 caiaques, usados constantemente nas atividades de canoagem ambiental e cidadã), e recentemente fechamos termo de cooperação técnica de trabalho com escolas junto a SEUMA (sem ônus financeiro de/para ambas as partes). E seguimos na busca de melhorias, de novos amigos associados e parcerias que venham a fortalecer nosso trabalho.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

( ) Sim. Qual? Não (x)

11. Projetos e Atividades

- Aulas de campo voltados a educação ambiental;
- Reflorestamento de áreas de mangues;
- Museu Itinerante (exposições);
- Canoagem ambiental.

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
( ) COMUNIDADE LOCAL Qual?
( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (x) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? ( ) Sim . (x) Não

16. Informações adicionais:
Telefone: 85.987495286 ou 991126779
E-mail: museunaturaldomangue@hotmail.com
Endereço: Rua Professor Valdivino, 48 - Sabiaguaba
Horário de funcionamento: 09 as 17h
Site: https://ecomuseunaturaldomangue.com.br/

17. Imagens





18.Data de preenchimento:12.05.2020

19. Responsável pelo preenchimento: Fabiana Pinho

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Picada		
2. Localização: Rio grande do Sul		
3. Data de Criação: 1995/2002		
4. Origem (Local de Criação): A Fazenda Picada passou a ser o Ecomuseu da Picada em junho de 1995, quando o etnógrafo da Faculdade dos Açores, professor Rui de Sousa Martins, visitou a instituição e disse que a proprietária estava descaracterizando as coisas, e que ela deveria valorizar quem ali morou e construiu. Sugeriu assim, que ali se criasse um espaço de memória da cultura açoriana, nomeando Ecomuseu da Picada		
5. Objetivo: O objetivo principal é oferecer ao público diversas atividades em torno de todo ecomuseu. O local possuí várias trilhas ecológicas e também serve para grande fonte de pesquisa histórica e arqueológica para estudantes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para fins de estudo, conservação, educação, turismo e cultura, os testemunhos representativos do homem na sua história local, sua cultura e biodiversidade e preservação ambiental.		
6. Comunidade: Comunidade do entorno da localidade da fazenda		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Dulce Helena dos Santos museóloga e dona do local, ao qual se localiza o ecomuseu.		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionada a questão ambiental		
9. Histórico / Processo de musealização: O Ecomuseu está instalado em uma propriedade rural do município de Rio Grande, e a proposta do ecomuseu surgia partir da preservação do lugar, da fazenda e da memória local.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? (x) Sim.Qual? Dulce Helena Mendonça dos Santos Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Ação educativas relacionadas a memória da fazendo, cultural local e preservação ambiental		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (53) 503.2417 / (53) 3233.5878 E-mail: ecomuseudapicada@riogrande-rs.com.br Endereço: Arraial - BR 392 km 35 Rg 165 n* 3/196 CEP: 96224000 Rio Grande (Rio Grande do Sul) Horário de funcionamento: Terça a Domingo de 8h ás 20hrs Site: http://ecomuseudapicada2.blogspot.com/		
17. Imagens		



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

http://ecomuseudapicada2.blogspot.com/. Acessado em abril de 2018.

ECOMUSEU DA PICADA. ***Facebook****:* *Fanpage.*Disponível https://www.facebook.com/ecomuseudapicada/?fref=ts. Acesso em: abril de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Atrativos Turísticos** – Eco-Museu da Picada. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+18389,,eco-museu-da-picada.html. Acesso em: abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Univali – Universidade do Vale de Itajaí		
2. Localização: Santa Catarina – SC		
3. Data de Criação: 2004		
4. Origem (Local de Criação) Ecomuseu Univali é um espaço cultural que atua no resgate e na valorização dos costumes, dos hábitos e da história das comunidades litorâneas de Santa Catarina. Suas exposições, de longa ou de curta duração, oferecem oportunidades de divulgação e de preservação do patrimônio natural e cultural da região. É um atrativo diferenciado que reforça os vínculos, entre as pessoas e o ambiente através da integração de atividades educacionais e turísticas. Conhecer a biodiversidades de vida e a história de desenvolvimento da mesma no Ecomuseu Univali na Ilha de Porto Belo.		
5. Objetivo: Um dos objetivos do Ecomuseu Univali é um espaço cultural que atua no resgate e na valorização dos costumes, dos hábitos e da história das comunidades litorâneas de Santa Catarina. Incentivar a integração ser humano e meio ambiente, além da preservação e patrimônio e cultura local		
6. Comunidade: Comunidade do litoral de Santa Catarina e estudantes e professores universitários.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Coordenador e Curador: Jules M. R. Soto Email: soto@univali.br		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Ligado a questão ambiental e comunidades do litoral de Santa Catarina		
9. Histórico / Processo de musealização: Surgi a partir da iniciativa da Univali em investir na questão da preservação ambiental e comunidades do litoral de Santa Catarina, vendo um museu como espaço de educação e preservação da região.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? (x) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Realização de exposições, ações educativas relacionados a questões ambientais e a história sobre a Ilha de Porto Belo e região da enseada de Porto Belo. Além, de projetos e parcerias		
12. Aberto à visitação		
Sim (X), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ (x) EMPRESA PRIVADA Qual? Universidade do vale do Itajaí		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (47) 3261 1287 E-mail:ecomuseu@univali.br Endereço: Porto Belo – SC – Caixa Postal 360 CEP: 88302-202 Horário de funcionamento: O Ecomuseu Univali funciona das 9h até as 18h, todos os dias da semana de dezembro a março. Entrada Gratuita Site: www.univali.br **Fonte:**https://www.univali.br/institucional/museu-oceanografico-univali/conhecendo-o-ecomuseu-univali		

17. Imagens





18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências

ECOMUSEU UNIVALI. ***Facebook**: Fanpage*. Disponível em: https://www.facebook.com/EcomuseuUnivali/. Acesso em: abril de 2018..

CASA DO TURISTA. Ilha de Porto Belo: um paraíso privado aberto à visitação. 29 set. 2016. https://casadoturista.com.br/ilha-de-porto-belo-um-paraiso-privado-aberto-visitacao/. Acesso em abril de 2018.

UNIVALI. **Ecomuseu Univali.** Disponível em: http://www.univali.br/institucional/ecomuseuunivali/Paginas/default.aspx. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu do Carste ou Mocambeiro		
2. Localização: Minas Gerais, Distrito de Mocambeiro a 6km da sede do município de Matozinhos		
3. Data de Criação: 2003		
4. Origem (Local de Criação): A região faz parte de um conjunto ambiental, protegido pela aérea de proteção do Carste de lagoa santa		
5. Objetivo: O objetivo desse ambiente é explorar as riquezas naturais, do conjunto paisagístico que são denominados por três núcleos: sitio arqueológico Cerca Grande, conjunto arqueológico e paisagístico de poções e conjunto histórico e paisagístico da fazenda da Jaguara (parte da colonização portuguesa e bandeirante).		
6. Comunidade: Em Mocambeiro a comunidade local, rica em tradições de origem afro descendente e cercada de paisagem de grande efeito cênico, organiza-se para a preservação e o estudo do seu território em torno de uma associação comunitária, que fez instituir em 2003 o Ecomuseu Mocambeiro através de lei municipal		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Associação de Desenvolvimento Artes e Ofícios (ADAO)		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Relacionada com a preservação ambiental e a comunidade local		
9. Histórico / Processo de musealização: A história remete aos registros no local que comprovam ainda que os habitantes mantiveram contato com os primeiros europeus que chegaram à região, além disso, no final do século XVIII, Mocambeiro serviu de refúgio para escravos fugidos da Fazenda da Jaguara. Grande importância para Antropologia mundial, sendo assim com uma grande riqueza esse sítio vem sendo alvo de pesquisas para muitos cientistas e acabou se fixando como uma grande fonte de reservas naturais formando esse ecomuseu		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Atividades educativas ambientais e patrimoniais, palestras, oficinas. Além de visitas mediadas, e ações juntos a comunidade local		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim( ) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (31) 9647-3173 E-mail: contato@matozinhos.mg.gov.br, ecomuseudocarste@gmail.com Endereço: Rua Domingos Gomes Ferreira, 130, Mocambeiro, Matozinhos/MG Horário de funcionamento: agendamento Site: http://www.forumpatrimonio.com.br/		

17. Imagens



18.Data de preenchimento:abril/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

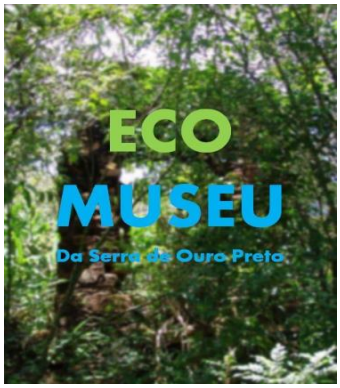
REFERÊNCIAS:

MOTTA, Frederico Patto Sá. **Ecomuseu do Carste de Minas Gerais**: design e sustentabilidade na sinalização museal. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://anapaulanasta.com/wpcontent/uploads/2016/03/dissertac%CC%A7a%CC%83o-Frederico-Patto.pdf. Acesso em abril de 2018. http://www.forumpatrimonio.com.br/ . Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu da Serra de Ouro Preto (MG)		
2. Localização: Parque Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada e bairros circunvizinhos às ruínas do “Morro da Queimada”: Morros da Queimada, de Santana, São João, São Sebastião e Piedade.		
3. Data de Criação: 2005		
4. Origem (Local de Criação): O Ecomuseu da Serra de Ouro Preto é um programa de extensão universitária/PROEX/UFOP que visa implementar o desenvolvimento de um processo museológico comunitário nos bairros circunvizinhos às ruínas do “Morro da Queimada”, antigo arraial minerador do século XVIII conhecido como “Arraial do Pascoal”, palco, em 1720, do episódio “Sedição de Vila Rica”: Morros da Queimada, de Santana, São João, São Sebastião e Piedade. O Programa busca a participação de diferentes representações sociais, por meio de ações de curto, médio e longo prazos relacionadas com a Museologia e suas interfaces com a História, a Arqueologia, a Educação e o Turismo.		
5. Objetivo: Com a finalidade de construir um “plano estratégico” para o território em questão, trabalhamos com o conceito de “cultura viva”, patrimônio vivenciado no seu cotidiano pelas comunidades, seus saberes, seus sabores, suas relações de afeto e de poder, seus conflitos. Nossa meta é a instalação de “núcleos culturais”, de acordo com as especificidades, necessidades e demandas das populações que habitam cada bairro.		
6. Comunidade: Comunidade local e docentes e estudantes universitários.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: UFOP – Profa. Yara Mattos		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado ao conceito de Ecomuseu criado na década de 1970, na junção da comunidade local de Ouro preto e a universidade.		
9. Histórico / Processo de musealização: Durante audiência pública realizada em fevereiro de 2005, no Morro de Santana, foram colocados em discussão, temas referentes às questões de preservação e criação do Parque da Cachoeira das Andorinhas, transformando o local em área de proteção ambiental, e do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. Nessa ocasião, surgiu a oportunidade de lançamento das primeiras ideias, recebidas com um misto de curiosidade e desconhecimento do conceito ecomuseu/museu comunitário. Posteriormente, iniciou-se a fase de sensibilização de lideranças locais e, nessa ocasião, o Ecomuseu fez contatos e parcerias, dentre elas, com a equipe do Ecomuseu do Quarteirão Cultural de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Projetos que integram o referido programa: A Museologia Comunitária Aplicada aos Bairros da Serra de Ouro Preto, o projeto VER de FOTO e o Inventário Participativo do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto: capital social e turismo comunitário.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? (X) ÓRGÃO FEDERAL Qual? Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não		

16. Informações adicionais:
Telefone: Telefax: (31) 3551-7717
E-mail: ymattos15@gmail.com
Endereço: Escola de Minas, sala 25, Rua Padre Rolim, s/n° ,Centro - Ouro Preto/ MG. Cep: 35.400-000
Horário de funcionamento: De acordo com a programação horários podem variar
Site:: http://www.ecomuseuserraop.ufop.br/
Fonte: www.museusouropreto.ufop.br/

17. Imagens





18.Data de preenchimento:04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Comunitário Graciliano Ramos é uma Graça		
2. Localização: Maceió - AL		
3. Data de Criação: 2005		
4. Origem (Local de Criação) Este ecomuseu tem a particularidade de ser um museu a céu aberto, que foi construído dentro do conjunto, e é constituído por ilhas literárias, distribuídas nas ruas do bairro.		
5. Objetivo: O objetivo principal é desenvolver ações culturais de arte, esportes entre outros. Além disso, apresentar o público as obras de Graciliano Ramos e sua compreensão político social da sua vida e contribuir com a melhoria da qualidade de vida da comunidade locais		
6. Comunidade: A comunidade Local faz parte da estrutura desse projeto, pois com iniciativa dos próprios moradores que o ecomuseu nasceu, o acervo é composto até mesmo por parte dos moradores. Os jovens da comunidade já fizeram 6 esculturas em cimento, as quais se encontram afixadas em fachadas de casas da região, que gentilmente foram cedidas pelos moradores		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Diretora: Marilene Adelino da Silva Ferreira		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Relação estreita com a comunidade local e sua cultura		
9. Histórico / Processo de musealização: Importância da história local e de Graciliano Ramos.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Em 2007 ganhou o prêmio Escola Viva por causa da sua grande iniciativa para explorar o contexto educacional nas praças e ruas no bairro. Além, do projeto " Ecomuseu comunitário Graciliano é Uma Graça" e projetos relacionados ao turismo local.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?__ ONG Graciliano é uma Graça (Prograça) ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim ( ) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais:. Telefone: (82) 3372-3228(82) 8829-3715 (Marilene) E-mail: mari.adelino@hotmail.com/ gracilianoeumagraca@hotmail.com Endereço: Avenida Principal, 1195, Tabuleiro dos MartinsEm frente ao Terminal de Ônibus do Graciliano RamosMaceió – AL - CEP : 57073-340 Horário de funcionamento: Segunda a sexta, das 14hrs as 17hrs Site:www.gracilianoeumagraca.al.org.br		
17. Imagens		



18.Data de preenchimento:04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências

Fonte: https://www.praiasdemaceio.com/ecomuseu-comunitario-graciliano-e-uma-graca/ . Acessado em abril de 2018.

https://www.facebook.com/Progra%C3%A7a-ONG-Graciliano-%C3%A9-umaGra%C3%A7a-1394089737499863/ . Acessado em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL
1. Nome: Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão
2. Localização: Sobradinho/DF – Brasília
3. Data de Criação: 2006
4. Origem (Local de Criação): O local cresceu como uma iniciativa de produção para ações educacionais, culturais e políticas**.** Inicialmente a organização ecológica começou do vale da contagem, onde vivem mais de duzentas mil pessoas em volta de quatro parques ecológicos**:** Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, Parque Vivencial Ecológico de Sobradinho/Horto Florestal, Parque Ecológico Jequitibás e Parque Vivencial Sobradinho.
5. Objetivo: Dentre os objetivos deste ecomuseu é a valorização e preservação do patrimônio da região, ser uma ferramenta de produção da cultura e história da comunidade local, além de acervos, facilitador do movimento artístico e contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população no incentivo ao desenvolvimento local
6. Comunidade: O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão enquanto manifestação da comunidade da cidade de Sobradinho/DF expressa toda a dinâmica populacional tanto nos valores políticos, sociais e culturais, quanto nos recursos naturais, considerados todos esses como peças-chave aos bens patrimoniais da cidade. Os encontros com moradores da região, vinculados ao movimento artístico da cidade e ao Ecomuseu, oportunizaram o aprofundamento do conhecimento político-social e da produção cultural da cidade.
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Núcleo gestor constituído por: moradores, professores, artistas e outros profissionais que atuam na região.
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Está relacionada a manifestações da comunidade de Sobradinho e os parques ecológicos
9. Histórico / Processo de musealização O ecomuseu surgi do resgate histórico, com a ética sertaneja. Acredita-se que nesse trabalho esteja representado na vida dos moradores e que traz, por meio de obras artísticas, o estímulo na construção de uma simbologia e de um imaginário. São fotógrafos, artistas plásticos, músicos, ativistas e moradores tradicionais que conduzem as informações às novas gerações e incitação para o reconhecimento de uma nova cidade. Mostra-se em processo de desenvolvimento político, cultural e socioambiental. O Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão é uma entidade que ainda não foi instituída como um ecomuseu como pessoa jurídica e em cartório, o que não deixa de legitimar suas reuniões e práticas, que são periódicas, conforme o tema que se queira discutir, e em locais que permitem a viabilidade desse processo. (...) As pessoas que participam das reuniões do Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão não são somente as que estão engajadas ao movimento, são também outras que contribuem para o desenrolar das reivindicações. Essas assembleias são registradas em um livro de ata, no qual são anotados as questões e os encaminhamentos determinados. (...) Os participantes mais frequentes são em torno de quinze pessoas, que comparecem conforme a temática e a pauta a ser discutida em reuniões previamente agendadas. As atividades profissionais são diversas entre o grupo, participam profissionais de educação, líderes comunitários, artistas plásticos, escritor, poeta, turismólogo, entre outros. (...) escrevo-o como um grupo de pessoas que estão preocupadas com as questões ambientais, culturais, sociais e políticas, sensíveis aos problemas da região como: poluição do ar, poluição dos mananciais, desmatamento de áreas verdes e da paisagem que compõem o cenário da cidade, a construção de áreas de lazer e de cultura, a saúde, a educação e a alimentação, como também um elemento que visualize a prática turística. É um instrumento que desenvolve poder para uma população na fabricação e na exploração de seus saberes, de suas competências, que visa a propor ações concretas numa luta de organização espacial urbana mais humanizada, menos agressora e mais democrática. Possibilita formar cidadãos conscientes do papel de conquistador do espaço de decisão e do espaço convencional de vivência coletiva e individual. (COELHO, 2017)

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?
( ) Sim. Qual? Não ( )

11. Projetos e Atividades
Atividades artísticas com a população, participação em eventos, realização de exposições, ações educativas, entre outros.

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual?
(X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone:
E-mail: joseivacysouza@yahoo.com.br
Endereço: Sobradinho – DF
Horário de funcionamento: aberto ao público
Site:

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências

www.ihgdf.com.br/por-uma-politica-de-cidadania-um-estudo-de-caso-sobre-o-ecomuseu-dos-caminhamentos-do-sertao. Acesso em abril de 2018.

COSTA, Alcidea coelho; BARROS, Sulivan Charles. Por uma Política de Cidadania: o Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão. **Museologia & Interdisciplinaridade**, vol. IV, nº8, p. 199-212, dez. 2015. Disponível em:

http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15823. Acesso em abril de 2018.

MANZATTI, Marcelo. **Seminário:** Ecomuseu dos Caminhamentos do Sertão. Brasília/DF. 8 jun. 2006. Disponível em: http://www.famalia.com.br/?p=222. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Maranguape		
2. Localização: Ceará – CE		
3. Data de Criação: 2006		
4. Origem (Local de Criação) Uma velha fazenda de um português, construída por escravos em meados século 19, foi comprada na década de 70 por um grupo de agricultores que até hoje dividem os 300 hectares. Não é pública, nem privada: é uma terra coletiva. Desde os anos 90, influenciados por movimentos ambientalistas e pela Eco 92 – Conferência Mundial sobre o meio ambiente realizada no Rio de Janeiro -, começou a ser engendrada a ideia de um centro cultural comunitário, que funcionaria no lugar do antigo casarão colonial, de sua capela e seu açude, que já haviam servido de moradia, locação para filmes e estavam, por fim, quase tombados – pelo tempo, não pela Unesco.		
5. Objetivo: O Ecomuseu remonta a questão do movimento da nova museologia, que muda o referencial em relação ao museu tradicional que tem a centralidade no objeto. Já na nova museologia, o centro é o sujeito, a comunidade, o território e o patrimônio cultural. Todos eles a serviço do desenvolvimento local. Além disso, também existem oficinas de patrimônio cultural, artesanato, permacultura e cultivo de alimentos orgânicos, que corresponde a uma das principais atividades econômicas do município.		
6. Comunidade: A comunidade tem uma participação significativa na constituição do ecomuseu, ao qual a mesma contribui para os objetos do acervo, principalmente com pesquisas escolares.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu Nadia Helena, da coordenação dos projetos de educação do Ecomuseu.		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionada a relação da comunidade local com seus patrimônio e território e se identificar com a proposta de Ecomuseu criada na década de 1970.		
9. Histórico / Processo de musealização A proposta surge nos anos 90, influenciados pelas questões ambientalistas e pela Eco 92 – Conferência Mundial sobre o meio ambiente realizada no Rio de Janeiro, e também o processo mais aprofundado do ecomuseu no país. Assim, foi proposto a criação de um centro cultural comunitário. Ecomuseu de Maranguape visa uma Museologia de Práxis comunitária, destacando a educação patrimonial, difusão científica, luta pela memória e emancipação social.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? (x) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades Desenvolve várias atividades relacionadas a educação patrimonial, museologia comunitária, ações educativas, participação em eventos nacional e internacional como “Distantes mas unidos – Brasil e Itália”, Jornada de formação em museologia comunitária, oficinas, palestras, realização de exposições, entre outros.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

(X) COMUNIDADE LOCAL Qual? Fundação do Trabalho Educacional com Recursos Renováveis e Arte (Fundação Terra), Centro Comunitário de Cachoeira, Comitê Agrícola de Cachoeira.

(X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone: (85) 33740039

E-mail: ongterra@gmail.com

Endereço: Rua João Ramalho Cordeiro Maranguape/CE – CEP 61973-000,

Horário de funcionamento: 8h às 17h, agendamento para grupos maiores e escolas.

Site: www.ecomuseudemaranguape.org.br

17. Imagens

ECOMUSEU DE MARANGUAPE



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referência:

https://www.facebook.com/media/set/?vanity=ecomuseudemaranguape&set=a.822879897749298. Acessado em abril de 2018.

https://cidadeseducadoras.org.br/experiencias/ecomuseu-de-maranguape/ . Acessado em abril de 2018.

https://ecomuseudemaranguape.org/ . Acessado em abril de 2018.

ECOMUSEU DE MARANGUAPE – Reportagem. **Youtube**, 19 mai. 2009. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=jfpv-9L5Pi8. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Sítio do Físico		
2. Localização: São Luís – Maranhão		
3. Data de Criação: 24.06.2006		
4. Origem (Local de Criação): Sítio do Físico, São Luís - Maranhão		
5. Objetivo: Da valorização e pesquisas históricas, sociológicas, culturais, hidrológica, biológicas. Além, da conservação e preservação através da educação patrimonial.		
6. Comunidade: Polo Coroadinho		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Foi a forma mais apropriada que encontramos para fazer a preservação, conservação e fruição das ruínas do Sítio do Físico, tombado pelo IPHAN desde 1.980 e abandonado.		
9. Histórico / Processo de musealização: Em 2003, meu marido (Fernando) e eu compramos o imóvel onde estão as ruínas do Sítio Santo Antonio das Alegrias, hoje, Sítio do Físico. Ficamos sensibilizados pela situação do lugar, buscamos informações documentais sobre o sítio, tais como: documento de tombamento, cadeia dominial, mapas, história do seu primeiro proprietário, o Físico-Mor da Província do Maranhão, documentação sobre escravos, etc. e relação do proprietário anterior com a comunidade devido a observação do grande fluxo de pessoas no lugar. Laura Brandão, arqueóloga pelo MAE-USP, na época estudante de história ajudou nessa tarefa. Aos finais de semana, levávamos amigos e pessoas da comunidade para conversar. Assim, iam, historiadores, psicólogos, educadores, produtores culturais e artistas e sempre lideranças e pessoas da recém conhecida comunidade do Polo Coroadinho (complexo de ocupações irregulares (favelas)). Dessas conversas foram surgindo ações, parcerias e muitas ideias apontando caminhos e entre eles a do Ecomuseu. Pesquisamos, estudamos e discutimos com diversos grupos. Em 2006, foi realizado uma pesquisa num sambaqui no sítio por Arkley Bandeira, mestrando em arqueologia do MAE-USP, que trouxe um grupo grande de pesquisadores entre os quais a profa. Dra. Marcia Angelina Alves, MAE - USP, Rhônides UFRG e outros. Essa equipe foi chamada a opinar e endossaram a ideia do Ecomuseu. Ampliamos a discussão com a comunidade e constituímos uma Associação dos Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico, depois Instituto Ecomuseu Sítio do Físico.		
10. Projetos e Atividades: Pesquisas históricas, sociológicas, culturais, hidrológica, biológicas, etc. Conservação e preservação através da educação patrimonial realizada por meio de exposições, oficinas, palestras, visitas, etc. Projeto Coroado de Natal que trabalha com mais de 20 organizações comunitárias do Polo Coroadinho e articulas o primeiro e segundo setor para discutir, capacitar e promover o desenvolvimento sustentável do território. Atividades na Rede de Educadores em Museus no Maranhão. Participação em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Participação em conselhos, comitês, etc.. Articulação com a Academia e outros para realização de atividades diversas; como pesquisa, capacitação e etc. Pesquisas acadêmicas diversas destacando: mestrado e doutorado em arqueologia de Arkley M Bandeira, mestrado em arqueologia de Laura N M Brandão, ambos no MAE-USP, PIBIC história UFMA de Laura, Pós em Gestão Cultural de Maria de Lourdes N.M. de Sousa, atual estudante de Museologia pela Claretiano – Batatais – SP, documental/histórica sobre o Físico Antonio José Pereira da Silva (Fernando e Nery Mendonça com a colaboração de Joana Vieira da Silva)		
11. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

12.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____

(x) ONG Qual? Associação dos Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico

( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

13. Tem Plano Museológico?( ) Sim ( ) Não (X) Em construção

14. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim ( ) Não (X) Estudante

15. Informações adicionais:

O Sítio fica dentro do Parque Estadual do Bacanga

Telefone: 99.98819.8299

E-mail: nerymendonca@gmail.com

Endereço: Sítio do Físico – Parque Estadual do Bacanga/ Coroadinho – São Luis-MA

Horário de funcionamento: 3ª. a domingo das 08:00 as 17:00 hs

Site:

16. Imagens



Vista aérea das Ruínas



Formação de Terapeutas Comunitários



Oficina em escola do Polo Coroadinho



Reunião com lideranças Comunitária



Premiação Ponto de Cultura Campanha



Exposição Fotográfica das Ações da Semana Nac. Museus



Reunião com Governador p demandas da Comunidade



Saúde Bucal -



Pintando no Sítio Bacanga



Crianças visitam outros museus



Mantendo tradições



Fórum Territorial Bacia do

17.Data de preenchimento: 13.05.2020

18. Responsável pelo preenchimento: Ma. De Lourdes Nery M. de Sousa

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Casa da Cultura Miguel Reale		
2. Localização: São Bento do Sapucaí – SP		
3. Data de Criação: 2006		
4. Origem (Local de Criação) A Casa da Cultura Miguel Reale, está localizada em um belo e antigo casarão do século XIX, onde nasceu e foi residência do filho ilustre de São Bento do Sapucaí-SP o jurista Miguel Reale. A instituição está destinada também a promover a cultura da cidade, estimulando sempre o espírito de cooperação e de solidariedade da comunidade.		
5. Objetivo O objetivo principal é a realização de projetos para o desenvolvimento da educação de crianças e jovens, trabalha para a preservação e divulgação da cultura local, promovendo Exposições, Cursos, Oficinas, Atividades e Eventos voltados para o lazer, turismo, bem-estar e preservação do meio ambiente. A "Casa da Cultura Miguel Reale" é um projeto desenvolvido e administrado pela Associação de Moradores e Amigos de São Bento do Sapucaí (AMASAOBENTO), Associação que tem por missão a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e a preservação de seu patrimônio cultural e natural.		
6. Comunidade: Comunidade local de São Bento do Sapucaí-SP		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu Associação de Moradores e Amigos de São Bento do Sapucaí – AMASÃOBENTO.		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar ligada a preservação da cultura local e homenagem a Miguel Reale.		
9. Histórico / Processo de musealização Criado com o objetivo de promover a cultura da cidade, recuperar e preservar o passado local considerado a cultura, meio ambiente e histórico do lugar, além de incentivar o turismo da cidade e as práticas artísticas para população local.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual?Não ( )		
11. Projetos e Atividades Realiza exposições, Cursos, Oficinas, Atividades e Eventos voltados para o lazer, turismo, bem-estar e preservação do meio ambiente.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (12) 3971-1665 E-mail: casadaculturasbs@bol.com.br Endereço: Rua Sargento José Lourenço, 105, São Bento do Sapucaí – SP CEP:12490-000 Horário de funcionamento: Site: https://casadaculturasbs.wixsite.com/casadaculturasbs		

Fonte: https://casadaculturasbs.wixsite.com/casadaculturasbs

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

https://casadaculturasbs.wixsite.com/casadaculturasbs . Acessado em abril de 2018.

CASA DA CULTURA MIGUEL REALE. Disponível em: http://casadaculturasbs.wixsite.com/casadaculturasbs. Acesso em abril de 2018.

Facebook: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/Casa-da-Cultura-Miguel-Reale297245133621554/. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes		
2. Localização: Blumenau – SC		
3. Data de Criação: 2009		
4. Origem (Local de Criação): O Ecomuseu Dr Agobar Fagundes foi criado para dar continuidade ao trabalho do Dr. Agobar Fagundes (1943-2001), que participava ativamente dos movimentos de conservação e preservação na região rural da Nova Rússia, em Blumenau Santa Catarina desde 1987. A residência do médico alberga um acervo constituído de instrumentos e objetos utilizados pelo homem do campo, e um auditório que propicia aos pesquisadores e educadores da região, um lugar para o desenvolvimento de suas pesquisas direcionadas para os setores social, econômico, ambiental e cultural da região. A instituição foi criada em março de 2007, mas a participação do proprietário e de sua família nos trabalhos de preservação e conservação vem desde 1980. A preservação do patrimônio natural da região é nosso objeto matriz, a partir dela, estendem-se as possibilidades de crescimento e valorização da vida para além dos territórios. Promover e executar serviços, ações e projetos que contribuam de forma direta ou indireta no resgate, conservação, preservação e difusão da Cultura, Comunicação, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Memória Social e Turismo Rural contribuindo para o desenvolvimento cultural da região Mina da Prata e da sociedade como um todo.		
5. Objetivo: Tem por objetivo proporcionar à comunidade participação nas atividades do Ecomuseu, mediante atuação de seus Conselhos, contribuindo para a consolidação do espaço na preservação, investigação e comunicação da história da região e município.		
6. Comunidade: Fundado em 2007 o Ecomuseu Dr Agobar Fagundes - EDAF é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado de fins não econômicos. Utiliza seu território e a riqueza natural nele existente como ferramenta de Educação Ambiental e Pesquisas em áreas afins.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Valda de Oliveira Fagundes - Diretora do EDAF Prof. Drª em Linguistica, idealizadora do Ecomuseu Dr. Agobar Fagundes - EDAF		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por relacionar a preservação ambiental e do território.		
9. Histórico / Processo de musealização: Nesta casa, desde os anos 80, se reunia a família do Dr. Agobar Fagundes nos seus dias de descanso. Testemunho das experiências aqui vivenciadas mantém as características primeiras da edificação e dos objetos e utensílios, que hoje compõem a coleção do Ecomuseu. Modificada pela ausência do seu idealizador, é resinificada albergando nova (s) história (s). História esta que enfrenta o desafio de instituir no espaço novas narrativas e significados.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Ações educativas, exposições, participação em eventos relacionados a temática do ecomuseu e educação ambiental.		
12. Aberto a visitação		
Sim (x), à todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas a comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual?
(X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone: (47) 3322-3099
E-mail: ecomuseu.agobarfagundes@gmail.com
Endereço: Estrada Mina da Prata, 1154 - Bairro Progresso - Blumenau/SC - CEP 89027-386
Horário de funcionamento:
Site: www.ecomuseuagobarfagundes.com.br
Fonte: https://www.ecomuseuagobarfagundes.com.br

17. Imagens

ECOMUSEU
Dr. Agobar Fagundes



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Ilha Grande

2. Localização: Sede Vila Dois Rios, Ilha Grande, Angra dos Reis RJ

3. Data de Criação: 20/12/2007

4. Origem (Local de Criação): Vila Dois Rios, Ilha Grande

5. Objetivo:

Objetivo Geral

O Ecomuseu Ilha Grande tem como objetivo geral desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios arquitetônico, histórico, natural e cultural, visando à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos de Ilha Grande, a partir da valorização da memória coletiva, sem desvincular as dimensões ambiental, social, educativa, cultural, política e econômica. Deve ainda proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- a) Preservação da história, da cultura e do meio-ambiente da região;
- b) Atendimento da população através de educação formal e não-formal;
- c) Promoção da sustentabilidade da região;

d) Desenvolvimento de parcerias com moradores, associações comunitárias e demais entidades interessadas realizando ações integradas voltadas para a inclusão social e econômica da população local.

6. Comunidade:

Todas as 15 comunidades das vilas da Ilha Grande, com envolvimento maior de Vila Dois Rios, onde estão localizadas a sede e os núcleos.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu

Gelsom Rozentino de Almeida

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

O Termo de Cessão da antiga área do presídio para a UERJ previa um museu que preservasse a memória prisional. A UERJ, a partir da iniciativa da professora Myriam Sepúlveda Santos, optou pelo modelo de Ecomuseu, que tem uma visão integral do território, possibilitando a abordagem de diferentes temáticas através de núcleos, desenvolvendo ações voltadas para a preservação, investigação, valorização e divulgação do meio ambiente, da história e do patrimônio locais, a partir das relações socioculturais dos moradores da ilha

9. Histórico / Processo de musealização

O primeiro projeto do Ecomuseu Ilha Grande, formulado pela professora Myrian Sepúlveda dos Santos, foi apresentado aos membros do conselho executivo do Centro de Estudos do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CEADS), centro de pesquisa da UERJ na Ilha Grande, em 1999. O projeto foi aprovado, com a recomendação de que fosse apresentado às diversas áreas envolvidas da universidade. Em 2001, nova versão foi apresentada pela referida docente e aprovada. Sob sua coordenação, teve início o debate interno e com diversos setores da sociedade.

O passo seguinte foi a apresentação do projeto às Associações de Moradores de Vila Dois Rios e da Vila do Abraão, a diretores e membros participantes do Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG), e, ainda, às diretorias do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). Outras instituições, como Jardim Botânico, Museu da Vida, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foram procuradas pela coordenação do Ecomuseu Ilha Grande para que contribuíssem com sugestões e possíveis parcerias.

O projeto adquiriu maior divulgação quando a UERJ comprometeu-se com a instalação e administração do Ecomuseu Ilha Grande e com a preservação dos ecossistemas da Ilha Grande, firmando o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), acordo com o Ministério do Meio Ambiente, envolvendo a participação de diversos órgãos governamentais de âmbito federal, estadual e municipal. Os objetivos

básicos do projeto foram apresentados em uma série de fóruns ampliados, como Agenda 21, Semana do Meio Ambiente e audiências públicas, das quais participaram amplos setores da sociedade civil.

A partir desse processo participativo, que teve por objetivo a preservação do meio ambiente e do patrimônio artístico, histórico e cultural da Ilha Grande, foram feitos alguns ajustes importantes e delineados quatro módulos.

O Ecomuseu Ilha Grande foi criado em 20 de dezembro de 2007. Seu território é a própria ilha, ainda que os principais núcleos do museu e a sua sede estejam instalados no *campus* da UERJ em Vila Dois Rios. A denominada "comunidade do museu" é constituída pelos moradores da vila, pela população das demais vilas da ilha e pelos acadêmicos, professores e alunos que a visitam e que ali desenvolvem atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Em outubro de 2009, substituindo a professora Myrian Sepúlveda Santos, assumiu a coordenação geral do Ecomuseu Ilha Grande o professor Ricardo Gomes Lima. E a partir de maio de 2015 até o presente, assumiu o professor Gelsom Rozentino de Almeida (que até então coordenava o Museu do Cárcere desde o início de 2010).

A primeira unidade, o Museu do Cárcere, foi inaugurada em 05 de junho de 2009 e teve a inauguração da recuperação total dos prédios em 13 de dezembro de 2012. O Museu do Cárcere ocupa a portaria de entrada principal (prédio da guarda) e a antiga padaria do Instituto Penal Cândido Mendes não demolidas com a implosão de 1994. O tratamento adequado das ruínas da Penitenciária Cândido Mendes tem por objetivo servir como importante fonte de reflexão sobre a violência presente nos sistemas carcerários brasileiros ao longo de um século de práticas carcerárias.

Em novembro de 2014 foi inaugurada a sede do Ecomuseu Ilha Grande, com a Sala do Artesão, Biblioteca Comunitária, Administração e outras salas para oficinas.

Em novembro de 2015 foram inaugurados o Parque Botânico e o Museu do Meio Ambiente.

Em 2018, o Centro de Convivência, local de shows, festas, oficinas, palestras, reuniões e outros eventos da comunidade.

O Ecomuseu Ilha Grande funciona de terça à domingo, de 10h às 16h, com entrada franca. Os Núcleos do Ecomuseu Ilha Grande – UERJ são:

- **Museu do Cárcere**, coordenado por Vivianne Ribeiro Valença, está instalado em prédios da padaria e da guarda do antigo Instituto Penal Cândido Mendes. Tem como proposta servir como importante fonte de reflexão sobre as políticas carcerárias e seus reflexos na sociedade brasileira, a partir da história das sucessivas unidades penitenciárias da Ilha Grande. Encontra-se aberto à visitação.
- **Museu do Meio Ambiente**, coordenado por Luís Felipe Skinner, tem por objetivo divulgar as pesquisas científicas desenvolvidas sobre a Ilha Grande, abordando questões relativas à biodiversidade e ao uso sustentável do meio ambiente. Está localizado no prédio da antiga fazenda, posteriormente da Colônia Correcional de Dois Rios, passando por uma grande recuperação e ampliação de suas instalações, a serem concluídas este ano. Encontra-se aberto à visitação.
- **Centro Multimídia**, coordenado por Cynthia Cavalcante, tem como objetivo contribuir para a pesquisa, registro, divulgação e memória da Ilha Grande em termos de patrimônio, história e cultura, por meio de mídias digitais e acesso virtual. Possui em funcionamento a Ecovila Digital, seus arquivos encontram-se no *Campus Maracanã* e em breve se instalará em uma edificação a ser recuperada em Vila Dois Rios.

Parque Botânico, coordenado por Cátia Henriques Callado, visa identificar, organizar e catalogar espécies vegetais a fim de implantar um acervo de plantas vivas originárias da Ilha Grande. Essa coleção ocupa a área do pátio interno do antigo Instituto Penal Cândido Mendes, que receberá tratamento paisagístico e técnico-científico para o cultivo de espécies da flora que sejam testemunhos da história local. Encontra-se aberto à visitação

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

(X) Sim. Qual? Mário Chagas / Vivianne Vermelinger Não ( )

11. Projetos e Atividades

Principais Projetos:

- ▶ Ecomuseu Recicla
- ▶ Cultura Caiçara na Ilha Grande
- ▶ Território, relações de poder e comunidade na Ilha Grande
- ▶ História e Memória do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro
- ▶ Museu do Cárcere, Cultura e Liberdade

- Ilha Grande e Saúde Comunitária
- A Ilha Grande sob investigação científica multidisciplinar: subsídios à conservação e sustentabilidade da biodiversidade marinha e terrestre da região costeira sul fluminense
- Parque Botânico da Ilha Grande: registro histórico, conservação e sustentabilidade da diversidade vegetal
- Jogos Educativos - Parte I - Ecomuseu Ilha Grande
- Jogos Educativos - Parte II - Museu do Meio Ambiente - Ecomuseu Ilha Grande
- Museu do Meio Ambiente da Ilha Grande/UERJ Restauração, projetos, pesquisas e desenvolvimento de metodologias ambientalmente sustentáveis
- Uso racional da água: o uso de telhados verdes para captação de água de chuva e posterior utilização para fins não potáveis Aplicação ao Ecomuseu da Ilha Grande
- Museu do Meio Ambiente Ações para o saneamento ambiental
- Normatização do Acervo Digital do Ecomuseu Ilha Grande da UERJ
- Ecologia de saberes: gestão museal e comunidade local
- Ecomuseu Ilha Grande: (re)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado
- Levantamento e Conservação de Germoplasma de Plantas Ameaçadas na Ilha Grande
- Novas Tecnologias em Museus.

Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de Base Comunitária

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual?

( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

(X) ÓRGÃO ESTADUAL Qual? UERJ

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?(X) Sim (..) Não *em processo

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone: 21 2334-1047

E-mail: ecomuseu@uerj.br / rozentino@gmail.com

Endereço: Vila Dois Rios

Horário de funcionamento: 10h às 16h (exceto segundas)

Site: http://www.ecomuseuilhagrande.uerj.br/

17. Imagens





<table>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td colspan="2">18.Data de preenchimento: 31/07/2019</td></tr>
<tr><td colspan="2">19. Responsável pelo preenchimento: Gelsom Rozentino de Almeida</td></tr>
</table>

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Amazônia		
2. Localização: Belém – PA		
3. Data de Criação: 2007		
4. Origem (Local de Criação) Foi criado com a proposta de um museu aberto que vivencia o dia a dia das comunidades locais e, está inserido no território amazônico, onde mostra o acervo natural e cultural de uma região. A área de atuação começa no Distrito de Icoaraci – Bairro do Paracuri e a Orla, estendendo-se até as regiões das ilhas, que compreende a Ilha de Cotijuba, Ilha do Mosqueiro e Ilha de Caratateua.		
5. Objetivo: Desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios naturais e culturais na Amazônia, visando a emancipação, autossustentação e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades envolvidas,a partir da gestão participativa e da valorização da memória coletiva		
6. Comunidade: As comunidades que compõe este ecomuseu são 13, localizadas no Distrito de Icoaraci; Ilha de Caratateua; Ilha de Cotijuba; Ilha de Mosqueiro.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Coordenado pela professora Maria Terezinha Resende Martins. Prefeitura Municipal de Belém - Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) – integrado ao Centro de Referência em Educação Ambiental / Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira (FUNBOSQUE).		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionada a preservação ambiental, sustentável da região e as comunidades locais, na inspiração da proposta do Ecomuseu criado na década de 1970, por George Rivière e Hugues de Varine.		
9. Histórico / Processo de musealização: O Ecomuseu, foi criado por uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, que é vinculada a Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, foi idealizado pela professora Lais Aderne da Universidade de Brasília – UnB. Com o intuito do eco-desenvolvimento. Numa perspectiva de educação e desenvolvimento sustentável de preservação ambiental na região, assim como a integração do homem ao seu meio ambiente. Este ecomuseu, apresenta-se como um museu de territórios plurais e um museu aberto, na formação profissional e desenvolvimento local e sustentável. A metodologia utilizada está baseada nos princípios da museologia social, planejamento e gestão biorregional, sustentabilidade e museu como agente de desenvolvimento, considerando as demandas e necessidades das comunidades locais.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? (x) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades Programas de capacitação profissional, ações educativas, participação em evento nacionais e internacionais, palestras, oficinas, realização de exposições, Wokshop, pesquisa e registro do patrimônio material e imaterial das comunidades locais, organização de eventos, como o IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. Entre outros.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone:

E-mail: ecomuseuamazonia@gmail.com

Endereço: Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/n, São João do Outeiro, Ilha de Caratateua, CEP: 66840-450, Belém/PA

Horário de funcionamento: De segunda à sexta – 9h às 17h

Site:

Fonte: http://ecomuseuamazonia.blogspot.com/

17. Imagens

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA
Belém - Pará - Brasil



18.Data de preenchimento: 4/2018**.**

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA**.** ***Facebook****: Fanpage*. Disponível em https://www.facebook.com/ecomuseuamazonia?fref=ts. Acesso em abril de 2018.

FUNDAÇÃO TERRA. **IV Jornada de Formação em Museologia Comunitária**. Programação. Disponível em: http://ongterra.org/programa/. Acesso em abril de 2018.

III JORNADA de Formação em Museologia Comunitária prossegue nesta terça-feira (5). **CECP** – Centro de Estudos de Cultura Popular, 5 ago. 2014. Disponível em: http://cecpdesaojose.blogspot.com.br/2014/08/iii-jornada-deformacao-em-museologia.html. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Manguinhos		
2. Localização: Rio de Janeiro - RJ		
3. Data de Criação: 2007		
4. Origem (Local de Criação) Na comunidade de Manguinhos, o local que nasce o projeto, apresenta a ideia de promover uma visão além da favela, uma ideia de ampliar o conhecimento e a cultura a partir de um local que não é investido pelo governo. O local é de forma simbólica para os moradores por conta da resistência que apresenta, e que a favela fornece cultura.		
5. Objetivo: O objetivo principal do Ecomuseu veio para lidar com dois aspectos: reconstruir uma narrativa histórica sob a perspectiva dos moradores e ressignificar o universo simbólico que deriva da expressão "Complexo de Manguinhos".		
6. Comunidade: Comunidade local de Manguinhos		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático, Integrado e Sustentável (REDECCAP)		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado a mobilização da comunidade local e a preservação do território.		
9. Histórico / Processo de musealização: A proposta da criação deste ecomuseu partiu do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) Manguinhos, a partir das discussões de moradores de Manguinhos e Jacaré sobre a identidade local.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? (x) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Ações educativas, participação e organização de eventos, realização de exposições, atividades que visão a valorização da cultura local.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: E-mail: ecomuseu.narrativasliterarias@gmail.com Endereço: Manguinhos – RJ Horário de funcionamento: Site:: https://www.facebook.com/ecomuseu.demanguinhos		
17. Imagens		



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

ECOMUSEU DE MANGUINHOS. **Facebook**: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/ecomuseu.demanguinhos. Acesso em abril de 2018.

MELO, Renata. Manguinhos e o Ecomuseu. Blogspot, 18 jul. 2012. Disponível em: http://museu2009.blogspot.com.br/2012/07/manguinhos-e-o-ecomuseu.html. Acesso em abril de 2018.

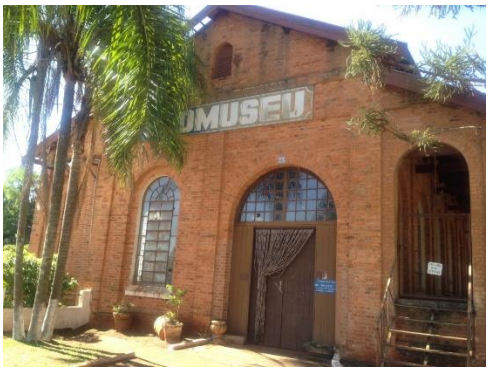
http://redeccap.org.br/?page_id=49 . Acessado em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu cachoeira das Emas		
2. Localização: São Paulo – SP		
3. Data de Criação: 2007		
4. Origem (Local de Criação): Mantido pela prefeitura, o Ecomuseu está instalado em um antigo prédio onde funcionava a usina hidrelétrica. O prédio conserva todas as características originais, em Cachoeira de Emas, e é o primeiro museu de peixes de água doce do Brasil. Abriga um conjunto de aquários com espécies do ecossistema dos rios Mogi-Guaçu, Rio Pardo e Rio Grande, além de amplo acervo sobre a região, povoamento, animais, lendas indígenas e muito mais.		
5. Objetivo: O objetivo principal é apresentar um acervo biológico, voltado para a preservação de peixes de água doce, sem contar com a preservação ambiental, esse ecomuseu apresenta uma riqueza ao qual de certa forma contribui para preservação.		
6. Comunidade: Comunidade de Cachoeira das Emas		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Prefeitura de Pirassununga		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado as questões e preservação ambiental.		
9. Histórico / Processo de musealização: O início das pesquisas com peixes e o rio, em Cachoeira de Emas, deveu-se, inicialmente, ao biólogo e zoologista Rodolpho von ilhering, responsável pela instalação de uma Estação Experimental de Biologia e Pisicultura no Distrito, nos anos 30, bem como ao trabalho e à persistência do Professor Doutor Manuel Pereira de Godoy. Dentre os diversos trabalhos do Dr. Manuel, um dos mais notórios foi, justamente, o desenvolvimento de dispositivos junto às barragens (escadas de subida) dos diversos rios brasileiros com o intuito de diminuir ao máximo o impacto na vida aquática, permitindo passagens dos peixes para a reprodução e manutenção dessas espécies.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Desenvolvimento de atividades educativas, realização de exposições e participação em eventos relacionados a temática do ecomuseu**.**		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ (x) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_ Prefeitura de Pirassununga _____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (19) 3565-3280 / (19) 3565-3770 E-mail: cultura@pirassununga.sp.gov.br Endereço: Rodovia Prefeito Euberto Nemésio Pereira de Godoy s/n, Distrito de Cachoeira das Emas - Jardim Cachoeira, 13641-001, Pirassununga/SP		

Horário de funcionamento:

Site: http://cachoeiradeemas.com.br/?tag=ecomuseu

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

http://cachoeiradeemas.com.br/?tag=ecomuseu. Acessado em abril de 2018.

CACHOEIRA DAS EMAS. 25 nov. 2014. Disponível em: http://cachoeiradeemas.com.br/?page_id=52. Acessado em abril de 2018.

MUSEUS Br: Plataforma criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Ecomuseu Municipal de Cachoeira das Emas. **Museus Br**: no ar desde 2015. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/6380/. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Osasco		
2. Localização: São Paulo – SP		
3. Data de Criação: 2008		
4. Origem (Local de Criação): É composta por um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), um lago com algumas espécies de peixes e tartarugas, uma quadra de esportes, aparelhos para ginástica ao ar livre, um playground, sanitários (limpeza merecendo uma melhor atenção da administração, no dia da visita) e pistas de caminhada. É um ótimo parque para correr em Osasco, pois têm pequenos desafios com aclives e declives, dentro do NEA tem o Ecomuseu.		
5. Objetivo: Objetivo deste ecomuseu é resgatar, valorizar, divulgar a riqueza cultural e biológica e o desenvolvimento tecnológico.		
6. Comunidade: Comunidade de Osasco		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Prefeitura de Osasco - Núcleo de Educação Ambiental (NEA) Padre Angelo Mazarotto, mantido pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA).		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado a preservação ambiental e a valorização da biodiversidade.		
9. Histórico / Processo de musealização: Em 1887 comprou uma gleba de terra no Km 16 da Estrada de Ferro Sorocabana. Por volta de 1890, resolveu ampliar sua olaria e convidou para sócio o Barão Dimitri Sensaud de Lavaud. A pequena fábrica, que produzia tijolos e telhas, passou a fazer também tubos e cerâmicas, dando origem à primeira indústria da cidade, a Companhia Cerâmica Industrial de Vila Osasco.Após outras iniciativas, em 1895, Agù construiu a Estação Ferroviária, erguendo várias casas nos arredores para abrigar os operários que chegavam para atuar na obra. Os dirigentes da Estrada de Ferro quiseram batizar a estação com o nome do principal empreendedor da região, mas Antonio Agù pediu que a homenagem não fosse dada a ele e sim à sua cidade natal na Itália: Osasco Neste sentido, foi criado o Ecomuseu de Osasco que uma das salas do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) Padre Angelo Mazarotto, localizado no Parque Dionísio Álvares Mateos.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Realização de exposições, ações educativas, participação em eventos relacionados a temática do ecomuseu, palestras, oficinas.		
12. Aberto a visitação		
Sim (x), à todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas a comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ (X) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim ( ) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim . ( ) Não		

16. Informações adicionais:

Telefone: (11) 3684-0749

E-mail: sema@osasco.sp.gov.br

Endereço: Rua Georgina, 64, no Jardim das Flores.

Horário de funcionamento: Diariamente de 8h ás 17h

Site:

17. Imagens





18.Data de preenchimento:04/2018

Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referência:

MUSEUS Br: Plataforma criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Ecomuseu de Osasco. **Museus Br**: no ar desde 2015. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/9004/#tab=tab-mais. Acesso em abril de 2018.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE OSASCO. **Programas**. Disponível em: http://www.osasco.sp.gov.br/(Programas). Acesso em: 06 mai. 2015.

ECOMUSEU de Osasco mostra a importância dos córregos da cidade e do rio Tietê na Semana Nacional de Museus.

Rosi Cheque (jornalista e radialista), 25 mai. 2016. Disponível em: https://rosicheque.wordpress.com/2016/05/25/ecomuseu-de-osasco-mostra-a-importancia-dos-corregos-da-cidade-edo-rio-tiete-na-semana-nacional-de-museus/. Acesso em abril de 2018.

ECOMUSEU de Osasco terá atividades diferenciadas na Semana dos Museus. **Partido Verde** - Bacia 6 Osasco, 11 mai. 2016. Disponível em: http://pvosasco.org.br/site/?p=7749. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL
1. Nome: Ecomuseu Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima
2. Localização: Divino - MG
3. Data de Criação: 2008
4. Origem (Local de Criação): Um Senhor negro por nome de Pedro Malaquias teria ocupado a região denominada na atualidade São Pedro de Cima aproximadamente no ano 1730, dando origem ao povoado. No inconsciente popular a região e conhecida São Pedro dos Crioulos atualmente existe dois sobrenomes que permanecem na comunidade os Pereiras e Malaquias. Os Pereiras casam entre si e conservam seus traços genéticos e costumes. A família Malaquias foi se misturando com outras famílias da região e hoje seus descendentes tem aspectos físicos bem miscigenados e conservam alguns costumes como alguns dialetos, hábitos alimentares e danças, zona rural. A Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima é uma das comunidades que fazem parte do Projeto "Ecomuseu de Comunidades Negras da Zona da Mata Mineira", desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e também onde foi criado um Laboratório autointitulado Kizomba Namata.
5. Objetivo: A comunidade quilombola de São Pedro de Cima constitui uma realidade sócio-cultural, no intuito de contribuir para o reconhecimento e valorização da comunidade quilombola, sua cultura e o ambiente rural onde residem; além de Propiciar trocas de saberes populares e científico, entre agricultores e estudantes, assim formatando o amálgama da formação da sociedade brasileira.
6. Comunidade: Há cinquenta famílias residindo no quilombo, totalizando aproximadamente cento e cinquenta moradores. Nenhum morador possui qualquer documento que se refere ao título de propriedade.
7. Liderança local ou responsável pelo ecomuseu: Docentes do Programa de Extensão Universitária da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
8. Denominação de Ecomuseu: Relação da comunidade quilombola de São Pedro de Cima com seu território, patrimônio e questão ambiental.
9. Histórico / Processo de musealização: A comunidade quilombola de São Pedro de Cima constitui uma realidade sócio-cultural-geográfica extremamente rica, ao mesmo tempo em que accessível ao trabalho de extensão. Adequou-se aos preceitos da ciência geográfica, ao entendimento da construção do espaço e território mediados pelas interações de fluxos e diferentes realidades sociais, bem como exemplifica a interação social dada pelas diferenças entre urbano e rural, entre cidade e campo, entre popular e intelectual, entre agricultores e estudantes, assim formatando o amálgama da formação da sociedade brasileira, ao possibilitar através de uma prática político pedagógica, a troca de saberes e conhecimento entre comunidade e universidade a geração de subsídios às políticas públicas culturais e a geração de produtos culturais locais**.**
10. Aberto a visitação

Sim (x), à todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas a comunidade local

11.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____

( ) ONG Qual?_____

(x) ÓRGÃO FEDERAL Qual? UFJ

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

12. Informações adicionais:
Telefone:
Email: lab.tur@ufjf.edu.br

13. Imagens



13.Data de preenchimento: 20/08/17

14. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referência:

KIZOMBA NAMATA. **Facebook**: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/kizombanamata/. Acesso em abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF. **Apresentação do projeto Ecomuseu Kizomba Namata**. 8 abr. 2015. Disponível em: http://www.ufjf.br/arquitetura/2015/04/08/apresentacao-do-projeto-ecomuseu-kizombanamata/. Acesso em abril de 2018.

MENEZES, Maria Lucia Pires Menezes; CARNEIRO, Leonardo de Oliveira; LEOPOLDO, Dayana Francisco; MONTEIRO, Gabriel Lima; SILVA, Ricardo Antônio Santos da; SILVA, Régis Francisco Rafael. **Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima**: Diagnósticos dos Saberes Necessários para uma Educação Ambiental e Patrimonial. Disponível em: http://www.ufjf.br/latur/files/2008/08/PROJETO-de-extens%C3%A3o-qui-f1.pdf. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu da Colônia Z3 ou Lagoa dos Patos		
2. Localização: Lago dos Patos - Pelotas - Rio Grande do Sul		
3. Data de Criação: 2009		
4. Origem (Local de Criação): Lago dos Patos		
5. Objetivo: O Ecomuseu da Colônia Z3 tem como objetivo de estimular as memórias, preservar os patrimônios culturais e ecológico, e promover o desenvolvimento do turismo local. Este é um museu do espaço e mostra elementos como técnicas tradicionais de produção, entre tantos objetos presentes no 2° Distrito de Pelotas. É gerido por moradores com o apoio de várias instituições.		
6. Comunidade: Colônia de Pescadores Z3		
7. Liderança local: Comunidade da colônia Z3		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Relação da comunidade com seu território e patrimônio local.		
9. Histórico / Processo de musealização: O Projeto de criação do Ecomuseu da Colônia de pescadores Z3 foi criado em 2009, localizada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul Brasil. A proposta é um museu do espaço, museu do ambiente, museu natural e vivo que conta a história e projeta o futuro desta comunidade. Aqui você encontra informações sobre música, artesanato, gastronomia, história, entre outras. Contamos com seu apoio, através de comentários para engrandecer nossa proposta.		
10. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
11.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (x) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____ ( ) ONG Qual?_____ ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
12. Informações adicionais: Telefone: (53) 81284272 Horário de funcionamento: E-mail: ecomuseudacoloniaz3@hotmail.com		
13. Imagens		
		
13.Data de preenchimento:04/2018		

14. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Nega Vilma

2. Localização: Rio de Janeiro - RJ

3. Data de Criação: 2009

4. Origem (Local de Criação):
O Ecomuseu Nega Vilma está localizado no alto da comunidade Santa Marta, no quintal de Vilma (1943-2006), filha de Geralda, figura marcante do alto da comunidade Santa Marta por ajudar as pessoas com seus banhos de ervas e poções recolhidas da natureza local.

5. Objetivo:
É um projeto que possibilita uma mudança do auto percepção e do olhar externo sobre a vida na favela. É um espaço memorial para realização de eventos culturais e oficinas regulares de música, artes plásticas com material reciclável, cultura popular e memória local, teatro, fotografia, multimídia, bem como a realização de palestras, cursos e de atividades ecológicas através da preservação da biodiversidade e aproveitamento das riquezas existentes e disponíveis na comunidade e fora dela. Espaço vivo e participativo, onde se procura resgatar a memória imaterial do morro, oferecer serviços e oportunidades para a comunidade, realizar exposições, apresentações, palestras, atividades artístico-culturais e ecológicas.

6. Comunidade
A comunidade que compõe esse ecomuseu, participa de todas as atividades dentro do espaço do ecomuseu em si, ao qual também contribui para diversas produções artísticas.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Coordenação – Kadão da Costa

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:
A denominação do ecomuseu, foi desenvolvimento, primeiramente, pela a história local e os vestígios de memória ali presente devido ao valor da comunidade local. A comunidade ali residente construiu uma espécie de patrimônio da memória, com diversas contribuições artistas e vestígios passados para enriquecer o ecomuseu, além disso a fauna e flora do local contribuíram para construção de ecomuseu.

9. Histórico / Processo de musealização
A proposta do ecomuseu surgiu a partir da iniciativa do produtor cultural Kadão Costa na preservação da memória e importância do papel da sua Avó Geralda e a tia Nega Vilma, para a comunidade local.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?
(X) Sim. Qual? Não ( )

11. Projetos e Atividades:
Realização de exposições, participação e organização de eventos, ações comunitárias, entre outros.

12. Aberto a visitação

Sim (x), à todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas a comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual?
(X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone:
E-mail: ecomuseunegavilmasantamartarj@gmail.com

Endereço: Rua da Tranquilidade, número 3, casa 02, Alto da comunidade do morro Santa Marta
Horário de funcionamento: agendamento
Fonte:http://ecomuseu-negavilma.blogspot.com.br/p/sobre-o-ecomuseu.html
http://ecomuseunegavilma.wix.com/santamartarj#!ecomuseu/c123z

17. Imagens





18.Data de preenchimento:julho de 2017

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

http://ecomuseu-negavilma.blogspot.com.br/p/sobre-o-ecomuseu.html,
http://ecomuseunegavilma.wix.com/santamartarj#!ecomuseu/c123z . Acessado em abril de 2018.
https://www.facebook.com/ecomuseu.negavilma . Acessado em abril de 2018.
ECOMUSEU NEGA VILMA. Disponível em: http://ecomuseunegavilma.wix.com/santamartarj#!ecomuseu/c123z. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu do Mangue

2. Localização: Curuçá - PA

3. Data de Criação: 2009

4. Origem (Local de Criação)
Foi criado em Curuçá no Estado do Pará no intuito de incentivar a preservação ambiental e cultural da região.

5. Objetivo:
Este ecomuseu tem como objetivo de valorizar as manifestações histórico-culturais do município, resgate a memória local, desenvolvimento de pesquisa científica relacionadas ao mangue da região e temas relacionados ao ecomuseu, contribuir com a educação ambiental e incentivar o turismo e geração de renda.

6. Comunidade: Comunidade da região de Curuçá.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Instituto Peabiru e Museu Paraense Emílio Goeldi

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:
Por estar relacionado ao incentivo da educação ambiental, preservação cultural da comunidade local.

9. Histórico / Processo de musealização:
A proposta do ecomuseu surge a partir da iniciativa entre o Instituto Peabiru e o Museu Paraense Emílio Goeldi no intuito de contribuir para a preservação e valorização do mangue e suas comunidades do entorno.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?
( ) Sim. Qual?_____Não ( )

11. Projetos e Atividades:
Realização de ações educativas relacionadas a educação ambiental e patrimonial da região.

12. Aberto a visitação

Sim (x), à todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas a comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____
( ) ONG Qual?_____
( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim ( ) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone:
E-mail: cquadros@museu-goeldi.br
Endereço: Curuçá - PA
Horário de funcionamento:
Site:

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

MUSEU 'sem paredes' começa a ser construído em Curuçá, no Pará. **Globo.com**, 18 nov. 2009. Disponível em: http://imirante.com/sao-luis/noticias/2009/11/18/museu-sem-paredes-comeca-a-ser-construido-em-curuca-nopara.shtml. Acesso em abril de 2018.

MOURA, Camila de Fátima Simão de. Pesquisa "Identificação e Levantamento Histórico-Cultural do Município de Curuçá, PA, Por Meio da Memória dos Atores Sociais Envolvidos no Manguezal". **Blogspot**, 13 jun. 2010. Disponível em: http://cfsmoura.blogspot.com.br/2010/06/pesquisa-identificacao-e-levantamento.html. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Sertão Carioca		
2. Localização: Pedra Branca - Rio de Janeiro – RJ		
3. Data de Criação: 2009		
4. Origem (Local de Criação) Museu Nacional Magalhães Corrêa registrou o estilo de vida e o cotidiano da região no entorno da Pedra Branca, a qual batizou de Sertão Carioca, mesmo nome do livro que lançou, com o passar do tempo um grupo de moradores de Jacarepaguá e Vargem Grande se apoia nessa referência histórica para valorizar a essência rural desses bairros, dividindo-se entre o resgate de expressões culturais tradicionais, pesquisa de acervo e luta pela preservação ambiental.		
5. Objetivo: O projeto Sertão Carioca foi criado em 2009 e pretende reencontrar a verdadeira identidade da região, resgatar a história de seus habitantes mais antigos, a memória dos seus ancestrais, o modo de viver de um Rio caboclo e caiçara que (quase) não existe mais.		
6. Comunidade: No Sertão Carioca ainda vive uma gente diferente do restante da cidade: agricultores tradicionais, artesãos, pescadores, tropeiros, descendentes de quilombolas, caboclos urbanos, alguns vivendo sem luz elétrica e a quilômetros de qualquer vestígio de civilização, frutos de uma cultura única, igualmente passível de desaparecer.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Rosa Bernardes		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado a questão da história da região e de sua comunidade, além da preocupação ambiental.		
9. Histórico / Processo de musealização: O Ecomuseu do Sertão Carioca nasceu em 2009, quando a historiadora e fotógrafa Rosa Bernardes começou a pesquisar registros antigos da região onde mora.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Ações educativas e palestras relacionadas a temática do ecomuseu.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), à todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas a comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (X) COMUNIDADE LOCAL Qual? (X) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: E-mail: filmesdosertao@gmail.com Endereço: Pedra Branca - Zona Rural do Rio de Janeiro – RJ – Horário de funcionamento: Site: https://ecomuseusertaocarioca.blogspot.com/		
17. Imagens		



18.Data de preenchimento: 04/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

ECOMUSEU DO SERTÃO CARIOCA. **Facebook**: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/SertaoCarioca/?fref=ts. Acesso em abril de 2018.

O SERTÃO CARIOCA. **Blogspot**. Disponível em: http://ecomuseusertaocarioca.blogspot.com.br/p/o-projeto.html. Acesso em abril de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu da Cultura do Vinho		
2. Localização: Bento Gonçalves – RS		
3. Data de Criação: 2010		
4. Origem (Local de Criação) A Enoteca, localizada em um antigo forno da olaria, conservado e restaurado, guarda os vinhos produzidos pela empresa da família desde sua fundação em 1974. Contém ainda uma réplica do primeiro vinhedo construído pelos imigrantes, todo de madeira e sem fios de arame.		
5. Objetivo: Este ecomuseu tem como objetivo, salvaguardar a memória local e a produção da vinícola. O acervo conta com centenas de utensílios e ferramentas utilizados na elaboração e consumo do vinho, fotos, documentos e uma coleção com mais de 200 garrafas nacionais e estrangeiras provenientes dos 5 continentes, dentre elas a garrafa de vinho mais antiga do Brasil, datada de 1937 e ânforas italianas originais.		
6. Comunidade: Família da vinícola		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Vinícola Dal Pizzol		
8. Denominação de Ecomuseu: Por está relacionado ao território da vinícola e a família Dal Pizzol		
9. Histórico / Processo de musealização O Ecomuseu da Cultura do Vinho, surge no interior do Parque Dal Pizzol, e se apresenta como espaço cultural. Seu território possuí 80 mil metros quadrados que compreende lagos e áreas verdes, além da coleção de vinhos aberto à visitação da família de Rinaldo Dal Pizzol.		
10. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
11.Iniciativa para a criação do Ecomuseu ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? _____ ( ) ONG Qual?_____ ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ (x) EMPRESA PRIVADA Qual? __ Vinícola Dal Pizzol ____		
12. Informações adicionais: Endereço: Rodovia RS 431, s/n, Km 5, Distrito de Farias Lemos, CEP 95700-000, Bento Gonçalves/RS Telefone: (54) 3449-2234 / (54) 9982-2257 Email: ecomuseudovinho@gmail.com/instituto@dalppizol.com.br		
13. Imagens		
		
13.Data de preenchimento: 20/08/17		
14. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença		

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu de Sepetiba

2. Localização: Rio de Janeiro

3. Data de Criação: 25 de outubro de 2009

4. Origem (Local de Criação): Sepetiba, Rio de janeiro, RJ (centro comunitário Santo Expedito e São Vicente de Paulo)

5. Objetivo

Este Ecomuseu através de um processo lento e gradual de construção progressiva baseada em uma análise participativa da situação da comunidade e do território e do papel desta comunidade - real e potencial - do **patrimônio vivo** deste território como matéria prima para o desenvolvimento busca criar uma consciência coletiva da sua própria capacidade criadora. Uma das atividades mais importantes realizadas por este Ecomuseu é o inventário participativo*,* o reconhecimento pela comunidade dos elementos que pertencem à comunidade e que a comunidade considera como seu patrimônio, feito através da escuta e debate em nossas oficinas, escolas locais, dos passeios de REconhecimento, enquetes e postagens em nossa página no *Facebook.com*, dentre outros eventos em que a comunidade encontra-se reunida.

O Ecomuseu de Sepetiba também atua como projeto de desenvolvimento comunitário sustentável buscando transformar a realidade local de exclusão social e principalmente econômica, atuando nas áreas de cultura, meio ambiente, pesquisa e educação através de diversas atividades em educação patrimonial envolvendo a comunidade. A missão deste ecomuseu compreende pesquisar, manter, documentar, decifrar, valorizar e disseminar testemunhos do ser humano e do meio, objetivando colaborar para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para um desenvolvimento local sustentável e integral.

6. Comunidade: De Sepetiba

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Bianca Wild

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

A criação de um Ecomuseu em Sepetiba encaixou-se perfeitamente nas necessidades da comunidade e do meio ambiente da região, o Ecomuseu vai além da ecologia, seu conceito é muito mais complexo, o termo está ligado a numerosos outros conceitos como o de território, espaço como objeto de interpretação, sistema museográfico, instituição administrativa, reserva ambiental dentre outros, lugar de memória viva. Caracteriza-se como Ecomuseu comunitário porque surgiu como uma iniciativa de membros da comunidade local, preocupada com o destino dos seus patrimônios, dos seus bens simbólicos e com a preservação de sua história, memória, cultura viva, diante do processo de degradação ambiental imposto a região da baía de Sepetiba ao longo de mais de 40 anos que transformou drasticamente as vidas dos moradores e moradoras deste território. Trata-se de uma iniciativa endógena, constituído a partir dos interesses coletivos, com o objetivo de preservar seu meio ambiente a sua cultura viva, construir memória para desenvolver este território.

9. Histórico/ Processo de musealização:

O Ecomuseu de Sepetiba surgiu enquanto movimento no ano de 2008, formado por um coletivo de moradores apaixonados por história e memória que buscaram a partir do "desvendamento" da história e memória local a valorização do bairro de Sepetiba, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de janeiro. A primeira ação realizada por este coletivo foi a comemoração pelos 441 anos do bairro, após pesquisas seus fundadores realizaram exposição de fotos e documentos acerca da história do bairro, bem como realizaram uma pequena ação de educação patrimonial com as crianças presentes neste evento.

Neste primeiro momento ainda não saberiam que estavam "fazendo museologia", somente "deram nome" às suas ações após a realização de uma roda de lembranças em outubro do ano de 2009, incluída na programação da I Jornada de Formação em Museologia Comunitária realizada pela ABREMC (Associação Brasileira de Ecomuseus e museus comunitários) por Odalice Priosti em Santa Cruz, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de janeiro. Neste momento ao conhecerem Hugues de Varine, e contarem suas ações e experiências descobriram que estavam adentrando no mundo dos Ecomuseus, "fazendo museologia comunitária", e desde então se reconheceram enquanto processo ecomuseológico.

No ano de 2010 os membros deste coletivo iniciaram os passeios de REconhecimento, passeios estes destinados inicialmente aos moradores do bairro e adjacências, pois possui como escopo principal reconhecer e redescobrir o que lhes dá identidade, objetiva o reconhecimento por parte destes, busca atingir o morador e assim desencadear um processo contínuo de reconhecença, enaltecimento e desenvolvimento local a partir da valorização dos patrimônios existentes no território que abarca. Vale ressaltar que estes passeios, a princípio foram guiados pelo senhor Jorge Salviano, um dos moradores mais antigos e atuantes

do bairro, militante das causas ambientais. Neste mesmo ano recebemos a visita da museóloga e grande incentivadora Odalice Priosti, chamada por nós carinhosamente de “Doula”, que nos brindou com uma oficina intitulada “O que são ecomuseus e museus comunitários” tendo como escopo principal levar até os moradores e moradoras locais a ideia de Ecomuseu.

Neste processo, o Ecomuseu vem desenvolvendo um trabalho de educação patrimonial, seja através de sua atuação nas escolas locais através de visitas, exposições, palestras, ou mesmo por meio dos passeios pelo roteiro do caminho do antigo molhe imperial realizados com as escolas, seja pela realização de oficinas e atividades de sensibilização e conscientização realizadas pelos membros do Ecomuseu e abertas ao público.

Entre estas atividades estão as oficinas de conscientização ambiental a partir do reaproveitamento de resíduos, oficinas de artesanato com reaproveitamento de material, oficina de danças tradicionais, oficina de confecção de instrumentos musicais através do reaproveitamento de resíduos, confecção de bonecas com material reutilizável, oficinas de história local e oral, rodas de lembranças, ações de limpeza e conscientização da praia e caminho do antigo molhe imperial, dentre outras atividades que podem ser conferidas em nossa página na rede social *Facebook.com.* O Ecomuseu de Sepetiba vem realizando ações de educação patrimonial junto às escolas locais, como o CIEP Ministro Marcos Freire, O Centro Educacional Ordonez, Colégio Oliveira Mallet, Escola municipal Nair da Fonseca, entre outros desde o ano de 2014.

Entendemos enquanto educação patrimonial um processo gradual, constante de trabalho educacional orientado e centralizado nos patrimônios, sejam eles históricos, culturais, naturais, materiais ou imateriais, são uma ponte para o reconhecimento de si, de sua identidade, conhecimento de sua realidade, sua história, para revigorar a autoestima dentre outros benefícios. O trabalho realizado pelo Ecomuseu de Sepetiba, seja nas escolas locais, seja através das atividades que realiza, tem como objetivo principal compartilhar com os moradores e moradoras, adultos, jovens, idosos ou crianças a importância da construção do conhecimento do território, apropriação deste, possibilitando um processo de valorização, deste modo levando-os à responsabilização para com os patrimônios existentes neste território, agindo de forma consciente, difundindo, disseminando seus conhecimentos bem como produzindo novos saberes.

O Ecomuseu ao labutar em favor do desenvolvimento da comunidade deve levar em conta os problemas e questões colocadas em seu âmago tratando-os de maneira crítica analítica e estimulando o processo de conscientização, mobilização e a criatividade da população, a apropriação consciente pela população local do seu patrimônio é de suma importância no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial pode ser compreendida como uma ferramenta que permite ao indivíduo fazer a leitura do mundo, à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Este Ecomuseu através de um processo lento e gradual de construção progressiva baseada em uma análise participativa da situação da comunidade e do território e do papel desta comunidade - real e potencial - do patrimônio vivo deste território como matéria prima para o desenvolvimento busca criar uma consciência coletiva da sua própria capacidade criadora. Uma das atividades mais importantes realizadas por este Ecomuseu é o inventário participativo*,* o reconhecimento pela comunidade dos elementos que pertencem à comunidade e que a comunidade considera como seu patrimônio, feito através da escuta e debate em nossas oficinas, escolas locais, dos passeios de REconhecimento, enquetes e postagens em nossa página no *Facebook.com*, dentre outros eventos em que a comunidade encontra-se reunida.

O Ecomuseu de Sepetiba também atua como projeto de desenvolvimento comunitário sustentável buscando transformar a realidade local de exclusão social e principalmente econômica, atuando nas áreas de cultura, meio ambiente, pesquisa e educação através de diversas atividades em educação patrimonial envolvendo a comunidade. A missão deste ecomuseu compreende pesquisar, manter, documentar, decifrar, valorizar e disseminar testemunhos do ser humano e do meio, objetivando colaborar para a construção e a transmissão das memórias coletivas e para um desenvolvimento local sustentável e integral.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?
(X) Sim. Qual? Odalice Miranda Priosti Não ( )

11. Projetos e Atividades
Passeios chamados de “Passeios de Reconhecimento” cujo objetivo é reconhecer e redescobrir o que nos dá identidade, oficinas de conscientização ambiental a partir do reaproveitamento de resíduos, oficinas de artesanato com reaproveitamento de material, oficina de danças tradicionais, oficina de confecção de instrumentos musicais através do reaproveitamento de resíduos, confecção de bonecas com material reutilizável, oficinas de história local e oral, rodas de lembranças, ações de limpeza e conscientização da praia e caminho do antigo molhe imperial, dentre outras atividades que podem ser conferidas em nossa página na rede social *Facebook.com.*

12. Aberto à visitação		
Sim (X), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual? Moradores dos bairro de Sepetiba
( ) ONG Qual?_____
( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico?(X) Sim ( ) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim (X) Não

16. Informações adicionais:
Telefone: (21) 99265 - 8520
E-mail: ecomuseudesepetiba@gmail.com / ecomuseuatitudesepetiba@gmail.com
Endereço: Rua Antonio Gomes de Oliveira, 95, Sepetiba
Horário de funcionamento: sem horário
Site: http:www.ecomuseudesepetiba.blogspot.com

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 2 de Setembro de 2019

19. Responsável pelo preenchimento: Bianca Wild

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Amigos do Rio Joana

2. Localização: Andaraí – Rio de Janeiro

3. Data de Criação: 2012

4. Origem (Local de Criação):

O Ecomuseu Amigos do Rio Joana, está localizado na cidade do Rio de Janeiro. A história do bairro do Andaraí, como narra o próprio Ecomuseu, começa desde a habitação dos índios Tamoios na região. O nome "Andirá-y" significa 'Rio dos Morcegos' em tupi, e como Rosangela conta, até hoje se podem ouvir os morcegos indo beber água no Rio Joana ao anoitecer. No século XIX, lá pelos anos 1890 passou a ser um bairro operário, tendo a instalação da Fábrica São Pedro de Alcântara de Tecidos de Algodão. Muitas vilas operárias ainda se encontram de pé, o que faz do Andaraí hoje um bairro residencial.

5. Objetivo:

Este ecomuseu tem como objetivo, o trabalho do Ecomuseu em recuperar a memória do local e de conscientização da preservação do rio fez com que a comunidade se mobilizasse na realização de melhorias do bairro.

6. Comunidade: Comunidade de andaraí

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Moradores do bairro

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

9. Histórico / Processo de musealização:

A iniciativa teve início com Rosangela Tertuliano, moradora do bairro de Andaraí, que a partir do problema ambiental do lixo no rio de sua comunidade iniciou pesquisas sobre a localidade em que morava, pensando numa melhoria do rio por meio da mobilização comunitária local. Assim, iniciou um trabalho junto com seu esposo Luiz Paulo de conscientização dos moradores sobre a preservação do rio, criando o Ecomuseu Amigos do Rio Joana.

O Ecomuseu passou a buscar lugares esquecidos e abandonados da comunidade para praticar suas ações em busca de melhorias do bairro de Andaraí. Além de fazer denúncia nas redes sociais sobre a situação que se encontra o Rio Joana naquele bairro, repercutindo na mobilização da prefeitura na instalação na comunidade, em 2014 o programa Guardiões do Rio - programa da prefeitura que capacitava agentes comunitários para atuar na limpeza e conservação de rios e canais e posteriormente foi suspenso por falta de verba. Deste modo, a fundação do Ecomuseu amigos do Rio Joana se deve a um problema comum à maioria das comunidades da cidade - o lixo, e vem buscar e resgatar toda essa história perdida no Andaraí. Mesmo ainda não tendo sede própria, desenvolve várias ações em conjunto com seus moradores.

Então, isso é muito importante: a gente saber que o morador aqui ele fez, né, ele teve a sua história. Então, o Ecomuseu, ele mexe com isso. Ele mexe com o sentimento. Porque, pra gente hoje, ele tá ali conversando, mas daqui a vinte anos ele não vai tá mais aqui. (Rosangela Tertuliano

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

(x) Sim. Qual?__Prof.mário Chagas e alunos formados pela UNIRIO Não ( )

11. Projetos e Atividades: Realização de exposições, rodas de conversas, ações educativas, visitas mediadas, participação de eventos relacionados a temática do ecomuseu.

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu

(x) COMUNIDADE LOCAL :

( ) ONG:

( ) ÓRGÃO FEDERAL:

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim ( ) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?( ) Sim ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone:

E-mail: rosangelatertuliano2017@gmail.com

Endereço: Andaraí – Rio de Janeiro - RJ

Horário de funcionamento: agendamento

Site: https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana

17. Imagens:

Logo do ecomuseu. Fonte: https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana



Faixa na entrada da comunidade. Foto de Luisa Calixto, gerente de mídias sociais.

18.Data de preenchimento:20/08/2017

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

ECOMUSEU AMIGOS DO RIO JOANA**.** **Facebook**: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/EcomuseuAmigosDoRioJoana/. Acesso em agosto de 2017.

Informações cedidas por Nathália Ladorsa – Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, a partir do mapeamento das iniciativas de museologia social do Rio de Janeiro.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu do Cipó

2. Localização: Jaboticatubas - MG

3. Data de Criação:
Espaço Cultural Nhá Rita 05/02/2005 Reconhecimento como Ecomuseu 16/06/2012

4. Origem (Local de Criação): Fazenda do Cipó – Serra do Cipó – Jaboticatubas – Minas Gerais - Brasil

5. Objetivo:
Desenvolver programas de preservação e recuperação dos patrimônios naturais, históricos e culturais da Serra do Cipó para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, a partir da gestão comunitária participativa e da valorização da memória coletiva.

6. Comunidade: Comunidades do entorno da Fazenda do Cipó – MG.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Maria Stela Ferreira, Sílvia Lima e Marcelo Marques

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:
Por acreditar no patrimônio vivenciado no cotidiano pela comunidade, com os seus saberes, suas relações de afeto, de poder e de luta. Mantendo as ações do Ecomuseu pautadas exclusivamente com e para as comunidades da Serra do Cipó.

9. Histórico / Processo de musealização:
A Serra do Cipó, ano após ano e principalmente, com o crescimento do "vetor norte" (criação da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais e as ampliações no Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves) vem se expandindo com especulações imobiliárias, comércio e atrativos turísticos. Justificando por si só, ações de salvaguarda de culturas e preservação de tradições seculares.

A Fazenda do Cipó – sede do projeto, antigo rancho dos Bandeirantes, foi à primeira fazenda da região e ainda hoje é freqüentada pelos moradores para a celebração de missas e comemorações tradicionais, justificando seu tombamento no nível municipal em 1996. Possui senzalas, capelas, casas coloniais, antigos maquinários, natureza preservada e o Rio Cipó nas suas margens. O Ecomuseu recebe, diariamente, visitantes e grupos fechados, procurando conhecer as edificações históricas e o Espaço Cultural Nhá Rita. Nos finais de semana e em feriados, além de turistas do Estado, muitos desses são de todo o Brasil e também do exterior. Suas ações já foram premiadas na Secretaria Estadual de Cultura pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais e no Ministério da Cultura com o Fundo Nacional de Cultura. Na Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais foram três aprovações, captadas com a Austen Processos Metalúrgicos e Petrobras. Após quatro anos iniciais de trabalhos com as comunidades da Serra do Cipó, ficou evidenciada a importância de dar continuidade ao Ecomuseu do Cipó. Foi preciso ampliar os objetivos e dar maior ênfase a educação patrimonial, contribuindo para o registro das tradições e saberes de forma lúdica através da oralidade, dos documentos e dos fatos importantes ocorridos nestas comunidades, tendo em vista a relevância histórica do local. Fácil de ser percebida com o reconhecimento do Espaço Cultural Nhá Rita como um museu pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Em um primeiro levantamento foram catalogados, aproximadamente, 2.019 bens culturais, além de rica documentação oriunda do século XVIII referentes a historia de Minas Gerais.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? Processo se dá continuamente, no dia a dia do Ecomuseu do Cipó.
(X) Sim. Qual? Fátima Caires, Thelma Palha, entre outros.Não ( )

11. Projetos e Atividades:
Dividimos as atividades do Ecomuseu em frentes: Refazenda Cultural, Espaço Cultural Nhá Rita, Pesquisa Rota do Ouro e dos Diamantes, Cipó Fazenda Café, Memória Viva - Inventário Comunitário, Visitas Mediadas e o Música na Serra
Algumas das ações realizadas pelo Ecomuseu do Cipó, que demonstram a relevância desse local para a sociedade mineira e também brasileira:
- Ação Revitalização do Espaço Cultural Nhá Rita – Fundo Estadual de Cultura – 2017|2018
- Ação Música na Serra aprovado na LEIC-MG com patrocínio Austen Processes Metalúrgicos – 2018.
- Ação Música na Serra aprovada na LEIC – MG com patrocínio Petrobras de 10/2015 a 10/2016.
- Lançamento do DVD "Inventário Comunitário - Patrimônio Imaterial Serra do Cipó" em Outubro/2016.
- Lançamento do Livro "Inventa-Rio Cipó" em Outubro/2016.
- Lançamento do Centro da Memória Viva no site institucional com mais de 1000 bens materiais e imateriais inventariados.

- Ação Música na Serra aprovado na LEIC-MG com patrocínio Austen Processes Metalúrgicos de 02/2012 a 02/2013.
- Prêmio “Agente Jovem de Cultura” pelo Fundo Nacional de Cultura - MinC (2012).
- Ação “Refazenda Cultural” premiado no Fundo Estadual de Cultura - MG (2013).
- Ação Casa da Glória aprovada na LEIC-MG (2012).
- Ação Música na Serra e Inventário aprovada na Lei Federal de Incentivo à Cultura - Rouanet (2014).

12. Aberto à visitação

Sim (X), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual? Fazenda do Cipó – Serra do Cipó
(X) ONG Qual? Bai – Educação, Cultura e Ambiente
( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim No momento atuam como amigos do Ecomuseu, sem vinculo empregatício. ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone: 31 99741 1065
E-mail: ecomuseudocipo@gmail.com
Endereço: Fazenda do Cipó - Serra do Cipó | Rodovia MG10, Km 94 | Distrito de São José do Almeida | 35.835-000 | Jaboticatubas, MG
Horário de funcionamento:
Ecomuseu online: Segunda a Sábado (9h às 17h) | Espaço Cultural Nhá Rita: Segunda a Sexta (9h às 11h) | Sábado e Domingo (9h às 17h)
Site: www.ecomuseudocipo.com

17. Imagens





18.Data de preenchimento: 14/09/2019

19. Responsável pelo preenchimento: Sílvia Lima

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Valério

2.Localização: Cachoeiras de Macacu -RJ

3. Data de Criação: 2013

4 Origem (Local de Criação): Este ecomuseu está localizado no bairro do Valério está na região serrana do município de Cachoeiras de Macacu.

5. Objetivo:
Um dos objetivos centrais deste jovem Ecomuseu é promover o acesso às expressões plásticas da cidade (desde as esculturas rudimentares de Dona Carmem até a pintura realista de Jorge, passando pelo urbanismo experimental dos pintores de poste), bem como a aspectos da Memória local. Na preservação do meio natural e cultural

6. Comunidade: Comunidade de Cachoeira de Macacu – RJ

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Membros da comunidade local do bairro.

8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por está relacionado a preservação da memória local, sua comunidade e território.

9. Histórico / Processo de musealização:
O Ecomuseu se constituiu da combinação de uma equipe especializada e com a criatividade da população local. No bairro do Valério e sobre seu trabalho comunitário e cultural, no propósito de organização do Ecomuseu. A comunidade local se especializa em compor parte da memória local e a construção de atividades artísticas. Constitui-se não somente na infra-estrutura ao qual a sua administração funciona, como se nos esparge diferentes bens naturais e culturais de território comunitário. Simultaneamente, se expressa nos cidadãos que relatam, interpretam e transformam a vida local.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?
(X) Sim. Qual? Não ( )

11. Projetos e Atividades

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

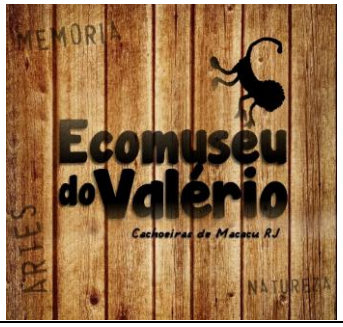
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual?
( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ? ( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone:
E-mail: ecomuseudovalerio@gmail.com
Endereço: Cachoeira de Macacu – Rio de Janeiro – RJ
Horário de funcionamento:
Site:
Fonte: https://ecomuseudovalerio.wordpress.com/

17. Imagens





18.Data de preenchimento: 20/08/2017
19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença
Referências: ECOMUSEU DO VALÉRIO. **Ecomuseu**. Disponível em: https://ecomuseudovalerio.wordpress.com/sobre/. Acesso em 20 de agosto de 2017. ECOMUSEU DO VALÉRIO - Cachoeiras de Macacu RJ. **Facebook**: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/ecomuseudovalerio/. Acesso em 20 de agosto de 2017.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome Ecomuseu Caceribú Nº SNIIC: SP-15039

2. Localização: Tanguá – RJ

3. Data de Criação: Ainda não institucionalizado

4. Origem (Local de Criação): Porção oriental da região hidrográfica da Baía de Guanabara

5. Objetivo: O objetivo fundamental do Ecomuseu Caceribú é a preservação e a valorização do meio ambiente natural e cultural e o incentivo ao desenvolvimento econômico e humano da Bacia do Rio Caceribú, a partir do interesse e da ação da Comunidade.

6. Comunidade:

O Ecomuseu tem como uma de suas metas ser um fator de ligação entre o rio Caceribú e o passado industrial da cidade e região. Constituído e desenvolvido, poderá receber visitas organizadas de cidadãos de outros estados e mesmo outros países, numa proposta cultural, ambiental e turística ampla e criativa. Sobre seu trabalho comunitário e cultural, existe o propósito de aquisição do prédio onde funcionava a balança de pesagem de cana de açúcar para sede do Ecomuseu. Verdadeiro museu da arquitetura industrial dos últimos cem anos, o complexo da Extinta Usina Tanguá de Açúcar e Companhia Brasileira de Antibióticos - CIBRAN cria o espaço de vários mobiliários em um lugar de memória e um Centro de Interpretação Ambiental a ser cuidado e desenvolvido pela população.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Rodrigo Rangel - Nº SNIIC: AG-64404

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

O Ecomuseu se dá através da combinação de uma equipe especializada e com a criatividade da população local. Constituise não somente na infra estrutura aonde a sua administração funciona, como se esparge nos diferentes bens naturais e culturais do território comunitário. Simultaneamente, expressa-se nos cidadãos que relatam, interpretam e transformam a vida local.

9. Histórico / Processo de musealização:

A ideia de transformar o antigo prédio que servia como escritório e balança da Usina de Açúcar de Tanguá no Ecomuseu Caceribú foi de Rodrigo Rangel, agente cultural e morador de Tanguá, após participar de reuniões da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, em finais de 2013. A partir daí Rodrigo Rangel, que já havia mobilizado iniciativas de memória e patrimônio na região, foi "reconhecendo na comunidade, na minha cidade, na minha região, alguns elementos silenciados da história, de alguns patrimônios, como nesse que nós estamos agora, que vai se destinar a nossa iniciativa (...). E nesse espaço a gente pretende mobilizar a comunidade pra que possa fazer daqui um espaço de trocas, um espaço de construção de memórias coletivas, de reconhecimento de sua própria memória, através de projetos, sobretudo no campo audiovisual, pra que exista a possibilidade de capacitar jovens na prática do audiovisual (...). Principalmente e, sobretudo, pessoas comuns, pessoas da comunidade que tem suas memórias, seus saberes, seus fazeres... Pra que possa, a partir daí construir um acervo (...). Um acervo que possa dar conta de uma narrativa histórica local, que sempre privilegiou os mais poderosos" (Rodrigo Rangel).

Fonte: SÃO PAULO. BRASIL. **Mapas Culturais - MuseusBR**. 2013. Rede Nacional de Identificação de Museus. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/15039/. Acesso em: 17 abr. 2020.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

(X) Sim. Qual? Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro Não ( )

11. Projetos e Atividades:

Em maio de 2015 se realizou pela primeira vez no município programação alusiva à 13ª Semana Nacional de Museus - Museus para uma sociedade Sustentável-, em parceria com o Fórum da Agenda 21 Tanguá e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. O objetivo foi reforçar os aspectos históricos e culturais do município e mostrar os projetos e ações que estão sendo feitas para reconhecer o território do município como um Ecomuseu e instalação do Centro de Memória, tendo como sede parte da antiga usina de açúcar, requisitada devido à importância histórica do local para o município. A foi o local escolhido para receber autoridades municipais e alunos do Ensino Médio das Escolas Estaduais Antônio Francisco Leal e João Baptista Cáffaro. Lucienne Figueiredo (Assessora-chefe do Sistema Estadual de Museus) explicou o conceito dos Ecomuseus e o importante papel que os espaços de memória exercem no fomento da sustentabilidade,

sendo responsáveis por guardar a história e o patrimônio da cidade, promover atividades de conscientização sobre a responsabilidade individual para a construção da coletividade e da participação comunitária.

Fonte: **Tanguá realiza primeira Semana de Museus**. O Povo, Rio de Janeiro. Ano IV, Nº 275. 20 maio 2015

12. Aberto à visitação

Sim ( ), a todos os públicos	Não (X)	Sim ( ),apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

(X) COMUNIDADE LOCAL C. E. Antônio Francisco Leal e CIEP João Bapstista Cáffaro

(X) ONG Qual? Fórum da Agenda 21 Tanguá / Associação Missionária do Coração de Maria - AMCM

( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

(X) ÓRGÃO ESTADUAL Qual? Sistema Estadual de Museus

(X) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual? Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Câmara Municipal de Tanguá (X) EMPRESA PRIVADA Qual? Selling Corretagem Imobiliária

14. Tem Plano Museológico ? ( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? ( ) Sim (X) Não

16. Informações Adicionais:

Locais da recordação são fragmentos irrompidos da explosão de circunstâncias de vida perdidas ou destruídas. Pois, mesmo com o abandono e a destruição de um local, sua história ainda não acabou; eles retêm objetos materiais remanescentes que se tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural. Esses locais, porém, são carentes de explicações; seus significados precisam ser assegurados completamente por meio de tradições orais.

A continuidade que tenha sido destruída pela conquista, pela perda e pelo esquecimento não pode ser reconstruída em um momento posterior, mas pode se reestabelecer o acesso a ela no médium da recordação (ASSMANN, 2011, p. 328-329) Com a noção de “locais da recordação”, Assmann incorpora e amplia aos lugares o sentido de mediadores na renovação da memória cultural. Não são os lugares em si, mas o que neles está contido e como eles são acessados pelos indivíduos e grupos sociais que deles se apropriam, sempre no presente, que os pode fazer seguir existindo, por vezes determinando-os sob nova significação e sentido.

Essas ideias iniciais visam ampliar nosso entendimento do que são os lugares, espaços e locais, em especial quando associados ou implicados diretamente à questão patrimonial, o que pode ocorrer de modo oficial, quando o Estado age na patrimonialização de bens culturais, ou de forma não-oficial, quando a sociedade civil realiza, sem a formalidade e a legalidade do Estado, os processos patrimoniais.

Fonte: MARTINS, Aterlane. **OS "LUGARES" E SUA DIMENSÃO MATERIAL: Formação de Mediadores de Educação para o Patrimônio**. Ceará: Fundação Demócrito Rocha/Universidade Aberta do Nordeste, n. 7, abr 2020.

Telefone: (21) 994621415

E-mail: ecomuseucaceribu@gmail.com

Endereço: Rua Manuel João de Abreu, s/n Ampliação – Tanguá/RJ

Horário de funcionamento: Fechado sem previsão de abertura Site: fb.me/ecomuseucaceribu

17. Imagens



Imagem aérea do edifício histórico do Escritório e Balança da Usina Tanguá de Açúcar de 1920 e o bairro Ampliação, tendo a Serra do Barbosão ao fundo. Foto: Internet



Festa de término de safra da Usina Tanguá de Açúcar. Dez, 1963. Foto: Sebastião Perdigon – Álbum da Associação Missionária do Coração de Maria – AMCM

18.Data de preenchimento: 17/04/2020

19. Responsável pelo preenchimento: Rodrigo Rangel

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne

2. Localização: No Cerrado que encontra-se nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos encraves no Amapá, Roraima e Amazonas

3. Data de Criação: 10 de setembro de 2014

4. Origem (Local de Criação): Distrito Federal

5. Objetivo:

Os objetivos do Eco-museu são:

- Resgatar a história das cidades e a eco-história do Cerrado, tendo como foco a educação ambiental e ecologia humana, incentivando a visão sistêmica sobre as interrelações entre sociedade, cultura e natureza.
- Contribuir para preservar, conservar e resgatar o Bioma Cerrado e a sua identidade cultural dentro do DF e o entorno, com base no planejamento biorregional e por meio de ações planejadas cooperativamente, voltadas para a conservação do Cerrado e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Preparar os professores para assumirem os novos paradigmas da Educação que pressupõe a integração entre o Fazer, o Pensar e o Sentir para interagir com as comunidades locais.
- Promover a preservação patrimonial – natural, material e imaterial – a partir de acervos bibliográficos, videográficos, fonográficos e monográficos
- Divulgar pesquisas sobre o Cerrado do ponto de vista histórico, social, cultural, ambiental, geográfico, biológico, arqueológico e geológico.
- Resgatar a memória pessoal, social e ambiental e a identidade das cidades através do diálogo de saberes e a manutenção e valorização de seus fazeres, saberes e tecnologias, atentos ao envolvimento, inclusão e interação das diversidades.
- Partilha e troca de sementes, receitas, remédios e conhecimentos entre as cidades.
- Verificar as vocações profissionais para formar recursos humanos e estimular a produção local para o eco-turismo.
- Sensibilizar as comunidades quanto ao ambiente em que moram e mostrar que o que produzem tem valor socioambiental para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações locais.
- Gerar conhecimento transdisciplinar através de atividades e pesquisa nas áreas de cultura, educação, sociedade e natureza, tecnologias tradicionais e contemporâneas para criar multiplicadores para uma ecologia ambiental, humana, social e planetária.
- Construir uma rede de especialistas de diferentes áreas do conhecimento; não somente doutores, mas também grandes mestres com outros níveis de conhecimento não acadêmico.

6. Comunidade

7. Liderança local e/ou Responsável pela instituição: Curadora do Museu do Cerrado: Rosângela Azevedo Corrêa

8. Porque a Denominação de Ecomuseu:

O EcoMuseu do Cerrado Laís Aderne é uma nova abordagem da museologia, é um desafio conceitual voltado para a tríade território, patrimônio e comunidade. É um museu vivo de pessoas que mostram a sua cara, a sua cultura e a natureza aonde estão inseridas que é o Cerrado.

“Um ecomuseu é um espelho no qual a população olha para si mesma para se reconhecer. Um espelho que essa mesma população estende a seus hóspedes, para se fazer melhor entender no seu trabalho, seus comportamentos, sua intimidade. É um museu vivo do homem, de sua cultura e da natureza onde está inserido. Não se trata de um simples museu ao ar livre. Trata-se de um museu descentralizado, dinâmico, constituindo-se em uma rede diversificada ligada à história social, às realizações e aos anseios dos seus habitantes” (Instituto Huah do Planalto Central s/d).

9. Histórico/Processo de musealização:

Em 1997, a Profa Laís Aderne da Universidade de Brasília criou o Ecomuseu do Cerrado - museu itinerante a céu aberto no DF – através do Instituto Huah do Planalto Central da qual foi sua presidente e da Diretoria de Ecossistemas do Ibama, agregando educadores, ecologistas e organizações governamentais e não governamentais, inspirado em similares existentes na Europa, no Canadá e nos Estados Unidos. Sete municípios do Entorno do DF integraram o Ecomuseu: Abadiânia, Águas Lindas, Alexânia, Corumbá de Goiás, Cocalzinho, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto numa área de cerca de 8.000 quilômetros quadrados. Por meio de parcerias com as prefeituras do entorno e com o apoio das políticas culturais do DF, o EcoMuseu do Cerrado era uma forma de resistência à descaracterização cultural e violenta degradação ambiental que atingiu os municípios do entorno do Distrito Federal, com a construção de Brasília.

Com o falecimento da professora Laís Aderne em 2007, o Ecomuseu do Cerrado morre junto com ela mas no dia 10 de setembro de 2014 um grupo de pessoas no Distrito Federal decidiram fundar o EcoMuseu do Cerrado em sua homenagem. Decidimos que a melhor estrutura para o Eco-Museu seria através de uma rede como um sistema aberto em permanente construção tanto individual como coletiva. A rede é um conjunto de relações que já existe dentro de cada grupo/instituição que são fontes de reconhecimento, de sentimento, de identidade, de pertencimento, de competência e de ação; essas relações internas passarão a conectar-se física e virtualmente com os outros grupos que fazem parte do EcoMuseu. As redes sociais são constituídas por relações ou elos entre as pessoas para que seja uma fonte direta ou indireta de ajuda mútua e solidariedade. Desta maneira cada grupo/instituição mantêm sua autogestão e teremos uma horizontalização de responsabilidades e compromisso entre todos os membros do EcoMuseu.

O Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne é um museu vivo de pessoas que mostram a sua cara, a sua cultura e a natureza aonde estão inseridos que é o Cerrado. Trata-se de um museu descentralizado, dinâmico, constituindo-se em uma rede diversificada que promoverá a história local, as realizações e os anseios dos seus habitantes, atingindo diversos públicos das áreas de educação, turismo, cultura, ecologia humana, etc, trabalhando no resgate dos fazeres culturais para o desenvolvimento auto-sustentável. Atuará também no apoio e realização de pesquisas, publicações, produções, planejamento, implantação e administração de projetos socioambientais, transculturais, transdisciplinares, multidimensional e multidirecional e de solidariedade e intercâmbio entre os seres.
O Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne é uma nova abordagem da museologia. É um desafio conceitual voltado para a tríade território, patrimônio e comunidade, onde os recursos naturais e culturais são valorizados e assegurados através de um ambiente equilibrado, da identidade cultural e autoestima da população. A natureza e a cultura devem ser trabalhados como fatores de identidade comum para o Cerrado e também devem ser encarados como mananciais de recursos que contribuirão para a sobrevivência e melhoria da qualidade de vida desta e de futuras gerações.
Nosso museu não terá um único prédio senão que sem paredes, ele ficou hospedado inicialmente no site do Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília e hoje encontra-se no Museu do Cerrado: www.museucerrado.com.br que tem como curadora a Profa Dra Rosângela Corrêa da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

10. Projetos e Atividades:

O que nos une hoje é o nossso amor ao Cerrado. Sendo assim, o EcoMuseu do Cerrado Laís Aderne é um espaço de preservação cultural e ambiental do Cerrado e a sua sociobiodiversidade que se expande na medida que mais pessoas entram com os seus projetos/ações, individuais, coletivas ou institucionais. Sem paredes nem portas, a ideia do EcoMuseu do Cerrado Laìs Aderne é que cada parque, casa, praça, rua, rio, reserva, escola de cada cidade, no campo e na cidade, faça parte do museu através das ações positivas dos seus habitantes. Para isso, cada membro fará parte de um roteiro socio-cultural para promover uma leitura sobre o cerrado, estabelecendo calendários culturais, trilhas, atrações, oficinas educativas, piqueniques, recreação, seminários, feiras e experiências pedagógicas e gastronômicas para que as pessoas possam visitar os diferentes locais do Ecomuseu, além da divulgação de conhecimentos sobre a sociobiodiversidade do cerrado. Cada pessoa/instituição/lugar que desenvolva um projeto/ação sociocultural e ambiental poderá fazer parte do Eco-museu.

11. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos Cada membro terá uma galeria para mostrar a sua cara e quem quiser visitá-los poderá entrar	Não (x)	Sim ( ), apenas à comunidade local

em contato para conhecer in loco, assim o EcoMuseu estará em cada lugar em que as pessoas estiverem desenvolvendo ações em favor do Cerrado.		

12.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

(x) COMUNIDADE LOCAL Qual? Chácara Rebendoleng; RPPN Reserva Chakra Grisu; Aldeia Altiplano, Sitio das Neves, Sitio Geranium, RPPN Linda Serra dos Topázios.

(x) ONG Qual? Associação dos Amigos da Floresta, Instituto PanAmericano do Ambiente e Sustentabilidade (IPAN), Instituto Caliandra, Centro de Referência em Educação Integral e Ambiental (CREIA), OnG Eco Cerrado, Projeto Agrofloresta do Assentamento Rural Três Conquistas Paranoá DF, Instituto Jurumi, Movimento Pró-EcoMuseu de Sobradinho, ONG Mão na Terra, Rede de Sementes do Cerrado, DOC Cerrado; 7 Saberes; Instituto Jurumi.

(x) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_Faculdade de Educação-UnB, Embrapa Cerrados, Projeto Educação Ambiental no Parque Sucupira-Planaltina DF- Universidade de Brasília; Parque Nacional de Brasília

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual? Núcleo de Educação Ambiental do Batalhão da Polícia Militar Ambiental do DF; Escola da Natureza; Centro de Ensino Especial 01 de Brasília

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

PARCEIROS: IBRAM – Brasília Sustentável; Conselho de Cultura de Alexânia e Secretaria de Educação, Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Alexânia GO; Associação Comunitária do Desenvolvimento Sustentável de Olhos d'Água; Associação dos Artesãos de Olhos d'Água; Clube da Semente. Emater Goiás – Unidade Regional Planalto; Faculdade de Educação – UnB.

13. Informações adicionais:

Matéria sobre a concepção do museu: https://www.youtube.com/watch?v=VTt7f6hvUik

HOMENAGEM A LAÏS ADERNE NO MEMORIAL DOS CERRATENSES:

https://www.facebook.com/ecomuseudocerrado/videos/927395120767487/

Sobre o Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne https://www.youtube.com/watch?v=xYvjrAUeL2o

Depoimento de pessoas que conviveram com a arte educadora Laís Aderne. Produção: Mauro Nogueira e Sarah Fontes Setembro 2014https://www.youtube.com/watch?time_continue=58&v=Mmeak56KB3M

Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne está hospedado no Museu do Cerrado: https://museucerrado.com.br/ecomuseu-do-cerrado-lais-aderne/

Facebook : https://www.facebook.com/ecomuseudocerrado/

Horário de Visitação: Necessário agendamento prévio

14. Imagens



15.Data de preenchimento: 29/8/2019

16. Responsável pelo preenchimento: Rosângela Azevedo Corrêa

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Doutor Zé Humberto		
2. Localização: Rio de Janeiro - RJ		
3. Data de Criação: 2014		
4. Origem (Local de Criação): Este ecomuseu está sediado no Sítio Paraíso Verde – Ilha de Guaratiba – Rio de Janeiro		
5. Objetivo: O objetivo deste ecomuseu é homenagear o artista do sítio Paraíso Verde Diogo Cardoso e na valorização da memória local relacionando a questão ambiental e história.		
6. Comunidade: Comunidade do entorno do Sítio Paraíso Verde		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu:		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por relacionar a história e memória ambiental e cultural local.		
9. Histórico / Processo de musealização: O Ecomuseu, recebeu o nome do principal autor e artista do Sítio, escolhido pelo gestor local do turismo, Diogo Cardoso, tem como objetivo enfatizar a memória explorada e disseminada por todo o complexo ecológico, histórico e científico que o compõe.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades		
Realiza exposições, ações educativas e também possui um arquivo e uma biblioteca ao público.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu (x) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ? ( ) Sim ( ) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo? ( ) Sim ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (21) 2410-1384 / (21) 2542-3563 E-mail: jresen99@hotmail.com / ecomunitario.rj@gmail.com **Endereço:** Rua Professor Castro Rebello, 452, Ilha de Guaratiba, Guaratiba, 23020-090, Rio de Janeiro, RJ Horário de funcionamento: **Site:**		
17. Imagens		
		

18.Data de preenchimento: 20/08/2017.

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

MUSEUS Br: Plataforma criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Ecomuseu Doutor José Humberto. **Museus Br**: no ar desde 2015. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/7530/. Acesso em 20 agosto de 2017.

ROLE NA BARRA. **Museu Zé Humberto Resende**. Disponível em: http://www.rolenabarra.com.br/guaratiba/para-odia/museu-ze-humberto-resende/. Acesso em 20 de agosto de 2017.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Pedra Fundamental de Brasília

2. Localização: Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Itapoã – DF

3. Data de Criação: No decorrer do ano de 2015

4. Origem (Local de Criação):

Na Escola Classe Córrego do Meio e no Campus da Universidade de Brasília em Planaltina DF

5. Objetivo:

Criar um espaço para preservar e valorizar o rico acervo cultural que existe nos arredores do monumento inaugurado em 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência do Brasil

6. Comunidade:

Comunidade escolar que reside nas imediações do monumento, entidades não governamentais e o público em geral.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu:

Irineu Tamaio (Prof. UnB), Lívia Amorim (Diretora da Escola Classe Córrego do Meio e Robson Eleutério, coordenador do Porta Cerratense.

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

O conceito do Ecomuseu Pedra Fundamental foi criado pelo professor Irineu Tamaio, coautor do projeto, tendo como base a realidade local com o objetivo de criar um espaço, que compreende a APA da Bacia do São Bartolomeu, destinado ao desenvolvimento de novas práticas pedagógicas:

> "Os ecomuseus traz em sua concepção a ideia de aliar homem, natureza e cultura e ao mesmo tempo propõe a valorização do território onde essas relações se desenvolvem. Em sua dinâmica, permitem que a comunidade se sinta representada culturalmente e o ambiente natural onde essa cultura se desenvolveu possa ser preservado. Para a criação do ecomuseus a própria comunidade contribui na definição do território e se compromete a preservá-lo em suas características físico-ambientais e culturais. A partir dessa concepção a história da comunidade e seu patrimônio deixam de ser parte de coleções formalmente instaladas em espaços fechados (prédios) para ganhar uma dimensão pública, onde o acervo são as experiências vivenciadas no tempo e no espaço, em sua dinâmica".

9. Histórico / Processo de musealização:

Não temos um processo estruturado de musealização. O projeto é caracterizado por um movimento de professores, lideranças populares locais, historiadores regionais que lutam pela conservação da biodiversidade do Cerrado e do Patrimônio material e imaterial de Planaltina/DF. Possui uma estrutura horizontal com recursos e parcerias de escolas, igrejas, centros de cultura, governo do distrito federal, associação dos carros de boi, movimentos das festas religiosas, produtores culturais, ciclistas, associação de produtores rurais, academia de letras, grupos de caminhadas, etc. Identificamos e categorizamos os bens naturais e históricos e estamos lutando para transformar a Pedra Fundamental em patrimônio histórico nacional, como um dos primeiros símbolos de ocupação do sertão goiano pela visão dominante litorânea.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

( ) Sim. Qual?_____Não (X)

11. Projetos e Atividades:

-Atividade de valorização do patrimônio material, imaterial e natural que se encontra no espaço do Ecomuseu Pedra Fundamental que compreende a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu no Distrito Federal;

-Criação de Trilhas interligando Parques Ecológicos ao monumento;

-Debate em escolas sobre o Ecomuseu;

-Atividade culturais, no espaço em que se encontra o monumento;

- Realização de Seminários, anualmente, envolvendo a comunidade do DF;

-Criação do projeto Caminhamentos Missão Cruls com o objetivo de realizar um inventário remanescente dos primórdios do Brasil República;

-Elaboração da Revista Ecomuseu Pedra Fundamental, resultado de uma produção coletiva.

12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

( ) COMUNIDADE LOCAL : Membros da Escola Classe Córrego do Meio

( ) ONG: Instituto Cerratense

( ) ÓRGÃO FEDERAL: FUP, Campus da Universidade de Brasília por iniciativa dos professores Irineu Tamaio e Regina Coelly

( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ? ( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? ( ) Sim (X) Não

16. Informações adicionais:

Telefone: Irineu Tamaio (061. 981377139), Lívia Amorim (061 .....) e Robson Eleutério (061-99126 8447)

E-mail:

Endereço:

Horário de funcionamento:

Site: Portal Cerratense www.cerratense.com.br

17. Imagens: entrar no link: http://cerratense.com.br/ecomuseuirineu.html

Área da abrangência do Ecomuseu Pedra Fundamental



18.Data de preenchimento: 10/09/2019 Eleutério

19. Responsável pelo preenchimento: Irineu Tamaio e Robson

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu dos Campos de São José

2. Localização: São José dos Campos

3. Data de Criação 10/03/2015

4. Origem (Local de Criação): Centro de Estudos da Cultura Popular

5. Objetivo: Desenvolver a localidade a partir do reconhecimento patrimonial

6. Comunidade: Moradores dos bairros campos de são josé, jardim americano e jardim diamante

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu:
MARIA ANGELA P. SAVASTANO;
MARIA SIQUEIRA SANTOS;

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:
Pelo diálogo estabelecido muito tempo antes com as iniciativas brasileiras que se denominavam ecomuseu. Também para marcar uma nova ação do centro de estudos complementar ao museu do folclore**.**

9. Histórico / Processo de musealização:
Pontualmente, no início da década de 2000, profissionais ligados ao museu do folclore de são josé dos campos conheceram o movimento que acontecia em santa cruz, no rio de janeiro, e se aproximaram, participando dos encontros internacionais e jornadas de formação. Percebeu-se que o trabalho do museu do folclore dialogava com as propostas, mas surgiu a necessidade de avançar nas relações com as comunidades. Assim, iniciou-se um processo de aproximação com o bairro campos de são josé, com pesquisas de campo para mapeamento cultural. Não havia recurso e essas ações foram bastante tímidas. Desde 2011 o centro de estudos passou a buscar recursos para a implantação do ecomuseu. Esses recursos só foram conquistados em 2015, com a aprovação do projeto em edital do programa petrobras socioambiental.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

(X) Sim. Qual? Nívea Lopes de Oliveira, porém, se ausentou do processo devido à mudança de moradia, na ocasião foi viver fora do Brasil. Não ( )

11. Projetos e Atividades

São muitas atividades! A princípio, foi pensado o mapeamento cultural para se conhecer qualitativamente a comunidade. Ao mesmo tempo, foram realizadas rodas de conversa, mostrar de artesanato, seminários temáticos. Com o passar do tempo, ganhou força a questão ambiental, pois ali havia um rio degradado que foi mapeado como patrimônio local. Além disso, moradores se mostraram interessados em recuperar a área e, no mesmo embalo, produzir alimentos. Iniciou-se, então, as ações de plantio e manutenção de hortas comunitárias. Atualmente essa atividade é fundamental, tendo bastante empenho da população local, que mantem as atividades mesmo quando o ecomuseu, enquanto projeto institucional, fica sem recursos.

12. Aberto à visitação

Sim (X), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:
( ) COMUNIDADE LOCAL Qual?
(X) ONG Qual? (Centro de Estudos da Cultura Popular) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual? _____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ? ( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim ( ) Não
Trata-se da museóloga que também presta serviços para o museu do folclore, porém, o foco dela não recai sobre o ecomuseu... Tem um diálogo, vamos dizer assim.

16. Tem acervo documentado? ( ) Sim (X) Não
*** Se sim, utiliza algum sistema de documentação?** Sim ( ) Não ( ) Qual ?_____

17. Informações adicionais:
Telefone: (12) 982645960
E-mail: ECOMUSEUSJC@GMAIL.COM; CENTRODEESTUDOSCP@GMAIL.COM
Endereço: Campos de São José – ruas de referência: rua José Gonçalves de Oliveira, Avenida Antônio da Costa Nunes e rua Isabel Nunes dos Santos Guimarães.
Horário de funcionamento: Sempre aberto, desde que os moradores porta-vozes estejam em casa.
Site: https://www.facebook.com/ecomuseusjc/
https://ecomuseusjc.blogspot.com/
Fonte:https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/ecomuseu-patrimonio-como-instrumento-de-desenvolvimento-local

18. Imagens









19.Data de preenchimento: 08/07/2020

20. Responsável pelo preenchimento: MARIA SIQUEIRA SANTOS

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Seringal Vila Paraíso

2. Localização: Iguarapé São João -Manaus

.3 Data de Criação: 2002

4. Origem (Local de Criação): O espaço reproduz um seringal do final do século XIX e início do século XX, época do ciclo da borracha e período de grande ascensão econômica do Amazonas.

5. Objetivo:
Este ecomuseu preservar a memória local do ciclo da borracha e refletir sobre as condições de trabalho do seringueiro, além de valorização do território e sua história.

6. Comunidade: Comunidade de Seringal Vila Paraíso

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Secretaria de Estado de Cultura da Amazônia (SEC-AM)

8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar relacionado a questão histórica e ambiental da região**.**

9. Histórico / Processo de musealização:

O Museu do Seringal Vila Paraíso, localizado no Igarapé São João, na área rural de Manaus, foi inaugurado no dia 16 de agosto de 2002. O Ecomuseu é organizado por um roteiro que passa pelo processo de produção da borracha até a diferença latente entre o modo de vida do seringueiro. E faz uma reflexão sobre as condições de trabalho do seringueiro e a sua exploração de mão de obra. Outro momento que faz parte da história deste ecomuseu foi a As instalações originalmente foram usadas como locações para as filmagens do longa metragem “A Selva”, do diretor português Leonel Vieira, que adaptou o livro de mesmo nome do escritor português Ferreira Castro. Como contrapartida do apoio dado pelo Governo do Estado do Amazonas à produção do filme, o cenário foi doado para a Secretaria de Cultura, que o transformou no Museu do Seringal Vila Paraíso.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?
( ) Sim. Qual? Não ( )

11. Projetos e Atividades: Realiza atividades educativas, visita mediada, exposições e eventos.

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual?

(x) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

(x) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:
Telefone: (92) 3631-6047
E-mail: museudoseringal@cultura.am.gov.br
Endereço: Igarapé São João – Afluente do Igarapé Tarumã Mirim (Zona Rural) s/n, Manaus/AM.
Horário de funcionamento: De terça a domingo, das 9h às 16h, sendo a última visita com início às 15h
Site: http://www.culturamazonas.am.gov.br

17. Imagens



18.Data de preenchimento: 20/08/2018.

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

ARRUDA, Rita. **Museus do Amazonas** - Museu do Seringal Vila Paraíso. **Blogspot**, 10 mai. 2011. Disponível em:http://museusdoamazonas.blogspot.com.br/2011/05/museu-do-seringal-vila-paraiso.html#!/2011/05/museu-doseringal-vila-paraiso.html. Acesso em agosto de 2017..

MUSEUS Br: Plataforma criada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Museu do Seringal - Villa Paraíso. **Museus Br**: no ar desde 2015. Disponível em: http://museus.cultura.gov.br/espaco/7448/. Acesso em agosto de 2017.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu de Pacoti

2. Localização: Ceará - CE

3. Data de Criação: 2015

4 Origem (Local de Criação)

O Ecomuseu foi criado na região de Pacoti, no estado do Ceará por professores da região a partir do projeto "Jovem Explorador".

5. Objetivo:

Este ecomuseu tem por objetivos a valorização dos patrimônios locais da região, a pesquisa relacionando as disciplinas escolares; produzir conhecimento sobre a história, a memória e a natureza locais; também pretende promover a participação comunitária na construção de sua identidade; atuar como um espaço educativo de educação ambiental. Além, de discutir coletivamente sobre o desenvolvimento da comunidade nos sentidos cultural e econômico e divulgar a metodologia de educação integral e transdisciplinar.

6. Comunidade: Comunidade da região de Pacoti, no Ceará, alunos e professores de escolas públicas, privadas e universidades.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu:

Alunos e Professores envolvidos no Projeto "Jovem Explorador

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:

Por relacionar e incentivar a preservação da memória, patrimônios ambientais e culturais e por incentivar a educação integral.

9. Histórico / Processo de musealização

Este ecomuseu foi implantado pelo projeto "Jovem Explorador" em parceria com a comunidade que busca incentivar a iniciação científica entre estudantes de ensino médio da rede pública estadual, é um espaço de exposições e palestras sobre o patrimônio cultural e natural de Pacoti e região serrana. Na perspectiva da nova museologia, um ecomuseu não se restringe a um edifício e coleção, mas considera todo um território e o patrimônio que nele existe e resiste. Portanto, a sede física do ecomuseu, o primeiro construído com plástico reciclável do país, é apenas um ponto de partida para explorações históricas e ecológicas.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?

( ) Sim. Qual? Não ( )

11. Projetos e Atividades:

Ações educativas de educação ambiental e patrimonial, realização de exposições, participação e organização de eventos relacionados a temática do ecomuseu.

12. Aberto à visitação

Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu:

( ) COMUNIDADE LOCAL Qual?

( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____

(X) ÓRGÃO ESTADUAL Qual? Universidade Estadual do Ceara (UECE)

( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____

( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____

14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim ( ) Não

15. O Ecomuseu possui museólogo? ( ) Sim . ( ) Não

16. Informações adicionais:

Telefone: (85) 8725 - 4437

E-mail: ecomuseupacoti@gmail.com

Site: http://jovemexplorador-ecomuseu.blogspot.com.br/

Endereço: Rua Divino Salvador, 25, Centro, Campus de Educação Ambiental da UECE, CEP 62770-000, Pacoti/CE.

Horário de funcionamento:

Site: http://destinoserra.com.br/credenciado/ecomuseu-de-pacoti/

17. Imagens

ECOMUSEU DE PACOTI



18.Data de preenchimento: 20/08/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

https://www.facebook.com/ecomuseudepacoti/ . Acesso em 20 de agosto de 2017.

http://destinoserra.com.br/credenciado/ecomuseu-de-pacoti/ Acesso em 20 de agosto de 2017.

http://museus.cultura.gov.br/espaco/8541/#/tab=sobre . Acesso em 20 de agosto de 2017.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Manguaratiba		
2. Localização: Manguaratiba		
3. Data de Criação: 2015		
4. Origem (Local de Criação): Este ecomuseu está localizado em Mangaratiba, que é um município da Microrregião de Itaguaí, contíguo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil.		
5. Objetivo: O Ecomuseu de Mangaratiba vem com o objetivo básico de unir forças na preservação de ecossistemas naturais dentro do município é mais do que mais do que uma participação do público, é uma cooperação dos habitantes. Interação com a comunidade.		
6. Comunidade: Moradores de Mangaratiba		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Comunidade de Mangaratiba. Presidente - Anselmo Castellar		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu: Por estar preocupado com a preservação ambiental da região e a história da comunidade local.		
9. Histórico / Processo de musealização: Este ecomuseu surgi a partir do processo de resgate da história local e da preservação ambiental da região que passa por ameaças imobiliárias.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Ações educativas e palestra relacionados a educação ambiental e turismo ordenado. Como trilhas beneficentes.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu		
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ (x) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo? (X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: E-mail: Site: https://www.facebook.com/ecomuseudemangaratiba/about/ Endereço: Mangaratiba – Rio de Janeiro – RJ Horário de funcionamento: Site: https://www.facebook.com/ecomuseudemangaratiba/?tn-str=k*F		
17. Imagens		

ECO MUSEU DE MANGARATIBA



18.Data de preenchimento: 15/08/2018

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

https://www.facebook.com/ecomuseudemangaratiba/about/ . Acesso em agosto de 2018.

http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/buscar?busca=&pag=129 . Acesso em agosto de 2018.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL		
1. Nome: Ecomuseu Serra do Rio do Rastro		
2. Localização: Laure muller – SC		
3. Data de Criação: 2016		
4. Origem (Local de Criação) Este ecomuseu foi criado no município Lauro Müller que pertence ao estado de Santa Catarina		
5. Objetivo: Este ecomuseu tem como objetivos segundo (LAURO MÜLLER, 2013): Valorizar e preservar o patrimônio ambiental, cultural e as manifestações culturais locais; preservar, estudar, pesquisar, educar, contemplar e promover o turismo; valorizar o saber fazer e a dignidade humana dos moradores locais; garantir o acesso universal, respeitando o meio ambiente e valorizando a diversidade cultural; promover intercâmbios institucionais; e contribuir com o desenvolvimento cultural e socioeconômico e a participação das comunidades.		
6. Comunidade: Comunidade do município de Lauro Müller – SC.		
7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu: Prefeitura do Município de Lauro Müller - Secretaria de Agricultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico		
8. Por que a Denominação de Ecomuseu:		
9. Histórico / Processo de musealização: O Ecomuseu Serra do Rio do Rastro, foi criado por lei municipal em maio de 2013. E é constituído por 3 unidades são elas: Unidade Ambiental, Unidade Geológica e Unidade Histórica e uma área de abrangência ambiental com a dimensão de 6.200 hectares.		
10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu? ( ) Sim. Qual? Não ( )		
11. Projetos e Atividades: Ações de educação ambiental, trilhas ecológicas, participação e organização de eventos relacionados a temática do ecomuseu.		
12. Aberto à visitação		
Sim (x), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local
13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu: ( ) COMUNIDADE LOCAL Qual? ( ) ONG Qual? ( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual?_____ ( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____ (x) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_ Prefeitura do Município de Lauro Müller _____ ( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____		
14. Tem Plano Museológico ?( ) Sim (X) Não		
15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim . ( ) Não		
16. Informações adicionais: Telefone: (48) 3464-3430 E-mail: ecomuseulauromuller@hotmail.com Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas, Centro, Lauro Müller/ Santa Catarina - SC. Horário de funcionamento: Site: https://www.facebook.com/ecomuseuserradoriodorastro/		
17. Imagens		







18.Data de preenchimento: 20/08/2017.

19. Responsável pelo preenchimento: Vivianne Valença

Referências:

ECOMUSEU Serra do Rio do Rastro, Lauro Müller - SC. **Facebook**: Fanpage. Disponível em: https://www.facebook.com/ecomuseuserradoriodorastro/. Acesso em agosto de 2017.

LAURO MÜLLER (Município). **Lei nº1759/2013, de 16 de maio de 2013**. Dispõe sobre a Criação do Eco Museu Municipal Serra do Rio do Rastro e dá outras providências. Disponível em: http://www.lauromuller.sc.gov.br/uploads/264/arquivos/548298_0.080899001369231660_1759.pdf. Acesso em: 19 mar. 2017.

FICHA – ECOMUSEUS NO BRASIL

1. Nome: Ecomuseu Delta do Parnaíba (ECOMUDE)

2. Localização: Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba | APA Delta do Parnaíba

3. Data de Criação: 1º de junho de 2018

4. **Origem (Local de Criação):** Bairro Coqueiro da Praia, Luís Correia, Piauí

5. Objetivo:
Desenvolver programas, ações e projetos de conservação, salvaguarda, documentação, pesquisa, educação, comunicação etc., da paisagem cultural, o que inclui os patrimônios natural e cultural de um dado território, neste caso, a APA Delta do Parnaíba

6. Comunidade:
No território vivem comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas, detentoras de um rico e complexo patrimônio cultural, trata-se, igualmente de um território que abriga espécies marinhas em extinção e rica biodiversidade, a exemplo, os manguezais.

7. Liderança local ou responsável pelo Ecomuseu:
Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Delta do Parnaíba e Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia.

8. Por que a Denominação de Ecomuseu:
A missão e vocação de um museu, nesse caso de um Ecomuseu, é desenvolver programas, ações e projetos de preservação, salvaguarda, documentação, pesquisas, educação, comunicação etc., da paisagem cultural, o que inclui os patrimônios natural e cultural de um dado território, neste caso a APA Delta do Parnaíba, para conhecimento, reconhecimento e valorização, promovendo atribuição de sentidos e significados às histórias e memórias pelas comunidades, com estímulo às reflexões sobre formas de garantir a sustentabilidade (social, ambiental e econômica), com o envolvimento das populações residentes na constituição do Ecomuseu; uma natureza de museu que necessariamente deve servir como instrumento de informação e educação às populações, para que possam vir a participar ativamente da gestão de seus patrimônios; a entenderem e valorizarem o espaço modificado cotidianamente em suas relações como o meio ambiente. Acreditamos em uma gestão dos patrimônios próxima de seus criadores e detentores, é o que justifica a nossa opção pela museologia de inovação social, que valoriza as ações socioeducativas dos museus, entendidos como espaços de educação ao longo da vida, de ações culturais e de comunicação, geradores de conhecimento, reconhecimento individual e coletivo, de valorização de culturas e identidades, de estímulo à consciência crítica.

9. Histórico/ Processo de musealização:
Desde 2008, uma equipe de professores e alunos, da graduação e pós-graduação, da UFPI, com as comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas da APA Delta do Parnaíba, iniciou, sob a coordenação das professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura, processos de inventário do patrimônio cultural imaterial das artes de pesca e construção de embarcações. São inúmeros os projetos de natureza ação, estudos e intervenção, nas comunidades, dentre eles a criação de um Mestrado Profissional em Museologia para formação de gestores dos patrimônios. Em 2018, foi criado o primeiro Pólo do ECOMUDE, o Museu da Vila, no Bairro Coqueiro da Praia. Um dos projetos do Mestrado foi a criação de um projeto arquitetônico de reabilitação para novo uso social do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto. Revitalizar com o propósito de instalar o Museu da Vila e o Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí, no antigo edifício localizado na esquina da rua Antonieta Reis Veloso com a Rua José Quirino, no bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí, um dos dez municípios que integram a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba. O Museu da Vila é uma concepção e coordenação do Programa de Pós-Graduação, que desde junho de 2018 funciona no antigo prédio, sem uso há mais de sete anos, o que o tornava suscetível a depredações e degradações. Estamos a requalificar a edificação para uso socioeducativo e cultural do espaço, que possui uma localização geográfica privilegiada – a entrada principal do bairro, há 100 metros da orla da praia. O imóvel é de propriedade do Governo do Estado do Piauí e foi cedido pela Lei Estadual n° 7.178, de 9 de janeiro de 2019, para o Mestrado em Museologia da Universidade Federal do Piauí, hoje, Universidade Federal do Delta. No Projeto Arquitetônico consideramos além das marcas de identidade e memórias da antiga escola, de valor inestimável para os moradores, um plano de necessidades de uma sede de museu de território: uma sala de exposições, um núcleo de pesquisa, documentação e memória, uma sala multiuso, um espaço multiuso, um café, um depósito e dois banheiros PCD; bem como, a readequações nas fachadas e paisagismo para exposição de uma embarcação que fora usada na pesca artesanal do Bairro. O Projeto Arquitetônico segue as normatizações da ABNT NBR 6492/1994, NBR 9050/2015, NBR 16636-1/2017 e os condicionantes legais municipais, estaduais e federais. Elegemos como públicos privilegiados os moradores do bairro Coqueiro, vez que será um equipamento cultural em um lugar carente dessa natureza de serviços. O Museu da Vila, igualmente, oferece a pesquisadores, usuários e visitantes a possibilidade de desfrutarem dos ambientes, partilharem estudos e pesquisas multidisciplinares sobre o território.

É um espaço de ações e intervenções educativas e culturais, com foco nas pessoas, nos patrimônios e meio ambiente, associados, dentre muitas marcas de identidade, à pesca artesanal, construção de embarcações, artesanato de fibras de palmeiras locais, linha, madeira, argila, gastronomia e turismo de base comunitária.

10. Algum museólogo participou do processo de constituição do Ecomuseu?:
(X) Sim. Qual? Áurea da Paz Pinheiro **|** Rita de Cássia Moura Carvalho Fenando António Baptista Pereira

11. Projetos e Atividades:
Inventários do Patrimônio Cultural Imaterial da APA Delta do Parnaíba; requalificação para novo uso social de espaços públicos, aproximação com a Associação de Moradores, co-gestora do Museu da Vila, primeiro Pólo do ECOMUDE; estudos para criação de um estaleiro escola e escolinha da biodiversidade. Já em funcionamento no Museu da Vila, aulas do Mestrado Profissional em Museologia e um Ateliê Escola; Exposições e Mediação Cultural, sensibilização do público-escolar etc. Conferir os projeto-ação, trabalhos de final do mestrado, disponíveis em http://www.posgraduacao.ufpi.br//museologia

12. Aberto à visitação

Sim (X), a todos os públicos	Não ( )	Sim ( ), apenas à comunidade local

13.Iniciativa para a criação do Ecomuseu
(X) COMUNIDADE LOCAL Qual? Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia, Luís Correia, um dos 10 municípios que integram a APA Delta do Parnaíba
( ) ONG Qual?_____
( ) ÓRGÃO FEDERAL Qual? Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal do Delta do Parnaíba
( ) ÓRGÃO ESTADUAL Qual?_____
( ) ÓRGÃO MUNICIPAL Qual?_____
( ) EMPRESA PRIVADA Qual? _____ ___

14. Tem Plano Museológico? ( ) Sim ( ) Não Desde 2019, estamos a construir com alunos, professores do Programa de Pós-graduação e com as comunidades, setores públicos, privados e sociais o Plano Museológico

15. O Ecomuseu possui museólogo?(X) Sim ( ) Não

16. Informações adicionais:
Estamos nas redes sociais | Instagram e facebook
Telefone: 86 33235416 | WhatsApp 86 99900-1219
E-mail: mapm@ufpi.edu.br
Endereço: Rua José Quirino – Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto
Horário de funcionamento: 3ª a domingo, horário de funcionamento das mediações, seja no Museu da Vila, seja Bairro, território que estamos a construir as mediações, o que inclui: Museu da Vila, orla da praia, abrigo de pesca, igreja, praça etc.
Site: museologiapiaui.com | http://www.posgraduacao.ufpi.br//museologia

17. Imagens





18.Data de preenchimento: 22 de maio de 2020

19. Responsável pelo preenchimento: Áurea Pinheiro

Apêndice V

Vilas da Ilha Grande Pesquisadas

Vila do Abraão



Características Gerais

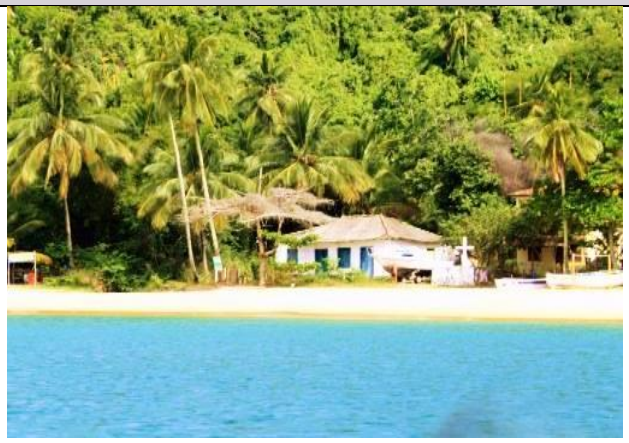
A Vila do Abraão é a maior das comunidades de toda a Ilha Grande e a principal porta de entrada do turismo. É considerada pelos moradores como a “capital” da Ilha Grande. A enseada possui entorno bastante recortado, sendo constituída de 14 praias e 5 ilhotas. O relevo das montanhas é o ponto marcante, apresentado picos de grande inclinação e altitude, com belas formas, sendo o Pico do Papagaio a mais curiosa. Possui vários cursos de água que descem das montanhas e deságuam nas praias. A maior praia é a do Abraão, no fundo da enseada, onde estão a vila de moradores, centro comercial, pontos de embarque e desembarque, com intenso movimento de barcos que realizam passeios e a ligação com o continente. A vila possui vários restaurantes, atividade noturna, bares, sendo por isso muito frequentada por jovens.

A maioria dos habitantes tem sua renda baseada na atividade turística; embora muitas famílias tenham suas atividades voltadas para a pesca, possuem emprego público municipal e estadual ou trabalham na construção civil. Em Abraão, localizam-se as sedes da subprefeitura, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, o Posto Médico e os órgãos do Meio Ambiente.

Ações Prioritárias

- Regularização fundiária e urbanística
- ampliação e melhoria na rede de coleta e tratamento de esgoto
- Adequação da rede elétrica existente e incentivo à utilização de fontes energéticas alternativas
- Controle e fiscalização de obras irregulares
- revitalização das ruinas do Lazareto
- tratamento de resíduos sólidos (compostagem, coleta seletiva, reciclagem, transporte)
- paisagismo e melhoria das áreas verdes
- melhoria das embarcações e do transporte em geral
- controle do número de visitantes segundo a capacidade de carga
- desenvolvimento de cooperativas de produtores e artesãos
- educação ambiental na escola – o saber nas trilhas da ilha grande
- Apoio à pesca artesanal/ subsistência
- Projetos de incentivo ao esporte e cultura para os jovens
- projeto antidrogas
- Educação integral para crianças de 0-5 anos

Enseada de Palmas



Características Gerais

A Enseada de Palmas, além de muitos coqueiros, tem um ambiente paradisíaco recheado de curiosidades históricas. Nela existiam fazendas que utilizavam mão de obra escrava no cultivo da cana de açúcar e do café, além do importante posto de pesca e agricultura. Batalhas navais entre piratas e naus do império português também foram travadas por ali. Palmas foi um dos locais mais habitados da Ilha Grande no século XIX e foi uma colônia de pescadores até os anos noventa. Nos últimos 20 anos apresentou um crescimento desenfreado, atualmente é um dos núcleos menos habitados, com população estimada em 200 pessoas. As praias que compõem a Enseada de Palmas são: Brava, Grande de Palmas, Mangues, Pouso, Itaóca, Itaoquinha, Aroeira e Recifes.

Palmas não possui energia elétrica, telefone, celular ou internet. O declínio da atividade pesca e da agricultura levou a população nativa a buscar alternativas econômicas. Com o fechamento do presídio e o aumento do fluxo de visitantes iniciou-se a exploração turística do local pelos próprios moradores, principalmente com a instalação de campings, hospedarias, bares e pequenos comércios.

Diante da demanda e da organização dos moradores, o Ecomuseu Ilha Grande instalou a sua primeira biblioteca de praia, a Biblioteca Comunitária da Enseada de Palmas, com recursos da FAPERJ e apoio da UERJ, do PEIG e da Prefeitura de Angra dos Reis. Com esta ação, o museu contribuiu para a melhoria da qualidade de vida e da educação de jovens e adultos, indo além do acervo de livros, promovendo ações de cidadania. Entretanto, dois anos após a inauguração da biblioteca, tiveram início alguns conflitos entre moradores a respeito da sua localização, tendo em vista interesses particulares. Foi realizado um mutirão da comunidade com participação do ECOMIG e a biblioteca foi instalada em novo local. Essa mudança desagradou a um morador, que a desmontou e confrontou a comunidade, gerando um impasse. A direção do ECOMIG negociou com as duas associações de moradores a superação desse impasse, de forma pacífica.

Ações Prioritárias
- Fornecimento de energia elétrica, ou alternativa; - Aperfeiçoamento do sistema de saneamento básico; - Melhoria no transporte, barcos regulares e transporte público; - Posto de saúde.

Enseada do Bananal



Características Gerais

A Enseada do Bananal é o terceiro ponto turístico mais importante da Ilha Grande. Tem esse nome devido à plantação de bananas que existia em uma antiga fazenda. Sua população caracteriza-se como uma comunidade de pescadores com forte influência japonesa - que tem sua economia baseada no turismo, transporte marítimo, pesca e serviço público municipal. São notáveis os traços deixados pelas antigas fábricas de pescados, montadas por japoneses, que ali existiam e que agora funcionam como pousadas. A comunidade do Bananal, composta por diferentes culturas, conta cerca de 370 pessoas.

A Enseada do Bananal é composta por cinco praias: Bananal (principal), Bananal Pequeno, Praia da Baleia, Praia do Matariz e Jaconema. A região possui trilhas para caminhada, passeios de escuna ou barco e mergulho autônomo.

Existe um pequeno posto de saúde na praia do Matariz, que atende os moradores de toda a enseada do Bananal. Neste posto é prestado atendimento por médico clínico geral, duas vezes por semana. A escola Municipal Brasil dos Reis, na Praia do Matariz, oferece ensino fundamental até a 4ª série, e atende toda a Enseada do Bananal.

As principais atividades econômicas locais são o turismo e a maricultura. Até a década de 1980, o beneficiamento de pescado era a principal atividade econômica. Com o declínio da pesca e o encerramento das atividades do presídio de Ilha Grande os proprietários das antigas fábricas que funcionavam na Praia do Bananal adaptaram os imensos galpões das fábricas, transformando-as em pousadas e restaurantes. Atualmente Bananal é um importante polo turístico da Ilha Grande.

A praia de Matariz possui 268 habitantes (IBGE, 2006), sendo a sua população formada por pescadores que convivem em uma pequena comunidade. Nessa praia até alguns anos atrás funcionou a última fábrica de pescados enlatados da Ilha Grande.

Ações Prioritárias
- Projeto para melhoria na infraestrutura de comunicação (telefone fixo e público) - Urbanização e paisagismo da orla da Praia do Bananal - Coleta seletiva do lixo, reciclagem, compostagem - Apoio aos pescadores (informação, licença e capacitação, defeso) - Posto de Saúde - Capacitação profissional para valorização da mão-de-obra local. - Saneamento básico eficiente (formas alternativas) - Melhoria no transporte (diário)

Enseada das Estrelas



Características Gerais

A chamada Enseada das Estrelas porque no fundo do mar desta enseada a população de estrelas do mar é maior do que nas outras localidades da Ilha Grande. É composta por seis praias, destacando-se o Saco do Céu. Suas praias, semi-desertas e com águas transparentes, são ótimas para o banho de mar, podendo ser acessadas também por trilha. A Enseada das Estrelas possui um contorno sinuoso de montanhas onde se forma a entrada do Saco do Céu, uma enorme e calma enseada abrigada; importante para a fauna marinha, suas águas calmas abrigam uma grande quantidade de manguezais, um berçário natural para espécies marinhas. Na Praia do Perequê, também chamada de Praia da Fazenda, encontra-se uma antiga casa de fazenda do tempo colonial, ao lado e em frente da foz do rio Perequê – o mais volumoso da Ilha Grande. Na parte alta, próximo às praias da Feiticeira e Iguaçú, está o acesso para a cachoeira da Feiticeira, a mais famosa e visitada da Ilha Grande.

Em toda a enseada das Estrelas vivem cerca de 550 pessoas, sendo a maior concentração de moradores na Praia de Fora e no Saco do Céu. A enseada era o lugar de maior concentração populacional no início do século XX. A comunidade é essencialmente composta por pescadores e por pessoas que trabalham em serviços relacionados ao turismo. O Saco do Céu conta com energia elétrica, a mesma rede que segue para a Enseada do Abraão, posto de saúde e escola municipal de ensino fundamental. A economia apresenta características peculiares: grande parte da riqueza gerada localmente é fruto do turismo, no entanto esta atividade não se originou na comunidade local. Os estabelecimentos de maior porte são, na maioria, de propriedade de pessoas de fora da ilha e estão localizados ao longo da Enseada, com pouca relação econômica ou social com as comunidades locais, formando pequenos enclaves econômicos

Ações Prioritárias
– Melhoria na comunicação (telefone fixo, público e celular) – Projeto de sistema biológico de tratamento de esgoto – Licença para construção para a população nativa – Apoio para o pescador artesanal – Melhoria na energia elétrica – Retorno da brigada Mirim – Melhoria nas trilhas (conservação, iluminação) – Escolas de 2º segmento (5ª a 8ª série) e 2º grau.

Enseada Araçatiba



Características Gerais

A Vila de Araçatiba é a terceira em população e a segunda mais importante comunidade da Ilha Grande em atividade turística, ponto de partida para passeios de barco e ótimas caminhadas ecológicas. O ponto alto é a transparência das águas calmas e verdes na maioria do tempo, o que torna a localidade excelente para a prática mergulho de flutuação (*snorkel*) e mergulho autônomo, além de remo em canoa ou caiaque. É comum observar peixes diversos, tartarugas, arraias e, com sorte, golfinhos. Há um grande número de pousadas e restaurantes.

A Enseada de Araçatiba abrange uma extensa área da costa e é composta por 6 praias: Praia Grande de Araçatiba (principal), Araçatibinha, Praia do Viana, Praia da Cachoeira, Praia Vermelha e Praia de Itaguaçú. Todas comunicam-se por trilhas. Nela vivem aproximadamente 1.000 pessoas, que tiram o seu sustento principalmente da atividade pesqueira e do turismo.

A água consumida em Araçatiba é natural das nascentes nas montanhas. É captada, armazenada e distribuída por canos e mangueiras até as residências e pousadas. Não há uma estação de tratamento de água. A energia elétrica é fornecida pela Enel, vinda do continente por meio de cabo submarino que corre alimentando toda a costa noroeste desde Freguesia de Santana até a Vila de Provetá. As moradias nas proximidades dos córregos e barras descarregam diretamente nesses cursos fluviais.

Existe um pequeno posto de saúde em Araçatiba, onde um clínico geral presta atendimento diário, em regime de plantão. As emergências serão atendidas pela Defesa Civil de Angra dos Reis que desloca uma lancha rápida. Não há Unidade local do CBMERJ e o atendimento é prestado pelo 10º Grupamento marítimo, baseado em Abraão. Uma unidade da PMERJ está presente. Questões ambientais são atendidas pela corporação da Polícia Florestal instalada na Vila do Abraão. A escola Municipal General Silvestre Travassos oferece ensino fundamental até a 8ª serie, atendendo também, além de toda a enseada de Araçatiba, estudantes da praia da Longa e da praia Vermelha.

Araçatiba é um importante polo turístico da Ilha Grande e praticamente todos os empreendimentos locais dependem de forma direta ou indireta desta atividade. Existem opções de hospedagem variadas e a praia tem uma logística privilegiada. É um ponto de partida para passeios de barcos e caminhadas para a região oceânica da ilha. A

maricultura é uma outra importante atividade local. A Enseada de Araçatiba é o principal polo produtor da Ilha Grande e realiza anualmente o Festival do Mexilhão.

Ações Prioritárias

- Melhoria na comunicação (telefone fixo, público e celular)
- Projeto de sistema biológico de tratamento de esgoto
- Licença para construção para a população nativa
- Apoio para o pescador artesanal
- Melhoria na energia elétrica

Enseada do Sítio Forte



Características Gerais

Toda a Enseada de Sítio Forte apresenta praias muito convidativas com águas esverdeadas, transparentes, mornas e tranquilas. É marcante o imponente rochedo que inspirou o nome ao local. As várias praias abrigam pequenas colônias de pescadores, dedicados à atividade da pesca e turismo, sendo importante o cultivo de ostras e mexilhões - atividade econômica alternativa para os pescadores, desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis.

Durante o período colonial, predominavam na área fazendas que utilizavam o trabalho escravo nas lavouras de banana e cana de açúcar. As ruinas dos antigos casarões ainda são visíveis aos caminhantes. Nos anos 1960 e 1970 a enseada destacava-se na indústria de pescados.

A Enseada de Sítio Forte conta com aproximadamente 500 habitantes que vivem distribuídos em extensa área, nas principais praias que formam a Enseada: Ubatubinha, Tapera, Sítio Forte, Marinheiro, Maguariquessaba e Passaterra. As praias são sempre bem frequentadas nos finais de semana, feriados e mais ainda no verão, por lanchas e veleiros diversos que utilizam restaurantes e bares à beira mar.

Ações Prioritárias

- Melhoria no sistema público de saúde
- Saneamento básico
- Resíduos sólidos (coleta, transporte, armazenamento)
- Melhoria no fornecimento de energia elétrica
- Transporte regular
- Fiscalização e combate às construções irregulares.

Praia da Longa



Características Gerais

A Praia da Longa tem aproximadamente 200m de extensão e está situada em uma pequena baía de águas calmas e límpidas, tendo sua costa cercada por pequenos montes cobertos de vegetação. Abriga uma comunidade de aproximadamente 150 moradores, que têm na pesca e no cultivo de mexilhões suas atividades principais. É um local exótico, que preserva muito da cultura e dos costumes antigos, ainda não dominado pela modernidade. Os moradores, pescadores, jovens e idosos tem seu ponto de encontro e descanso na cobertura ao lado da pequena Igreja de São Pedro, em frente ao cais, onde penduram suas redes de balanço. Atrás da igreja está a Escola Municipal da Longa – ensino fundamental até a 4ª série. A atividade turística é pouco expressiva. Na praia de aproximadamente 350 metros de comprimento e águas calmas e claras deságua um riacho proveniente da montanha e próximo da praia forma a Cachoeira da Longa, que constitui o mais expressivo atrativo natural da praia.

Na Longa não há rede de telefonia fixa, apenas celular funciona devido à posição de frente para Angra dos Reis. O comércio limita-se a pequenos bares, mercado e uma pequena pensão. Ao lado do cais funciona o maior estaleiro naval da Ilha Grande, que realiza reparos e manutenção em embarcações de pequeno e médio porte, atendendo os barqueiros desde Araçatiba até Bananal e também os barcos dos moradores da praia do Aventureiro. Em épocas passadas – décadas de 70 e 80 – auge da indústria pesqueira na Ilha Grande, a população contava um número bem maior de habitantes devido à atividade de uma fábrica de pescados (sardinha em lata), da qual existem hoje apenas as ruínas.

Ações Prioritárias

- Barco da Prefeitura para fazer o transporte até Angra
- Cooperativa de artesanato
- Realização de eventos culturais e turísticos (festival de lula)
- Transformar a antiga fábrica de sardinha em local turístico
- Instalação de posto de saúde
- Limpeza das trilhas
- Transformar a cachoeira numa área de visitação turística sustentável
- Apoio ao pescador nativo (licença)
- Apoio à maricultura de mexilhão

Praia Vermelha



Características Gerais

Possui uma acolhedora comunidade com aproximadamente 150 habitantes, composta basicamente por pescadores. Oferece dois atracadouros e um pequeno comércio com um mercado e dois bares. A atividade turística é pequena, com algumas pousadas e três bares/restaurantes. Conta uma lenda que o nome “Vermelha” foi dado por nativos há mais de 500 anos porque quando faziam fogueiras na praia, constatavam que a areia adquiria a cor vermelha no local da fogueira.

A comunidade é marcada por suas belezas naturais, pela tranquilidade e segurança, fatores que, na opinião dos moradores locais, são o que o lugar tem de melhor. Além do turismo, a pesca de subsistência também é uma atividade importante e recentemente vem se desenvolvendo a maricultura. Atrações submersas (embarcações naufragadas e a gruta do Acaiá) associadas às águas com boa visibilidade atraem um número considerável de mergulhadores. De acordo com atores locais os principais benefícios gerados pelo turismo são o aumento de oportunidade de emprego e de renda. Mesmo assim, a falta de emprego é o principal problema na Praia Vermelha

Ações Prioritárias

- Projetos para geração de trabalho e renda (cooperativas, reciclagem, artesanato)
- Transporte regular e com preço acessível
- Melhoria no saneamento básico
- Melhoria no posto de saúde
- Melhoria no sistema de coleta e destinação do lixo
- Melhoria na rede de energia elétrica
- Combate às construções irregulares

Vila do Aventureiro



Características Gerais

A praia do Aventureiro é uma das mais belas da Ilha. Está situada dentro da Reserva Biológica da praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, áreas de preservação ambiental com mais de 3.600 hectares e que têm uma série de restrições quanto ao seu uso. Por seu isolamento, a comunidade preservou grande parte da cultura caiçara e é considerada a mais tradicional dentre os remanescentes deste grupo na Ilha Grande. Ali se localiza a sede administrativa da Reserva Biológica da Praia de Sul (RBPS) e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. A comunidade local vive em um conflito legislativo no que se refere a áreas de proteção ambiental.

Na pequena vila de Aventureiro moram pouco mais de 100 pessoas, povo simples e acolhedor que vive da pesca artesanal, da pequena lavoura de subsistência e da atividade turística voltada para campings rústicos que acolhem os surfistas e fornecem refeições simples para os visitantes. Como exemplo da cultura local caiçara, tem-se a produção de farinha da roça, atividade corrente entre os moradores em suas casas de farinha. Tradicionalmente, a economia do Aventureiro girava em torno da pesca em pequena escala e da agricultura de subsistência. O declínio da pesca e a ampliação do fluxo turístico após o encerramento das atividades do presídio de Ilha Grande marcaram a transição do trabalho de pesca para o turismo. Os pescadores locais passaram a alugar seus terrenos para os visitantes montarem suas barracas e o que era uma renda complementar virou atividade principal para muitos moradores, que hoje vivem dos seus campings. Atualmente, a atividade está mais controlada e organizada. Em dezembro de 2006 foi assinado um termo de implantação do plano de carga do aventureiro, pelo qual fica limitada a presença de 560 turistas por dia. Este controle é fundamental para a redução dos impactos da visitação sobre o meio ambiente local.

Na praia do Aventureiro há uma pequena igreja e uma escola de Ensino Fundamental, multiseriada. Para cursar o ensino médio, os jovens deslocam-se diariamente para a Vila de Provetá, utilizando um barco fretado pela Prefeitura de Angra. Não existe comércio em Aventureiro, não há energia elétrica, nem sinal de celular e internet. Os barcos dos moradores não têm dia certo da semana para a viagem a Angra

dos Reis, pois dependem muito das condições do mar, que tem trechos muito perigosos nessa travessia.
Ações Prioritárias
- Fornecimento de Energia Elétrica (não existe) - Posto de saúde - Projeto para fomentar a geração de emprego e renda (cooperativas, artesanato) - Legalização das residências existentes (certificado de posse) - Melhorias no cais local - Instalação de telefone e internet pública - Rede de esgoto e caixa de gordura - Legalização dos campings

Provetá



Características Gerais

Provetá está situada na porção oceânica da Ilha, sendo uma comunidade de difícil acesso, principalmente nos períodos em que o mar fica agitado. A Vila do Provetá abriga a segunda maior comunidade da Ilha Grande, com aproximadamente 2.000 habitantes (alguns estimam até 3.000); é também a segunda em movimento econômico. É habitada basicamente por pescadores e a atividade pesqueira profissional ainda é bastante ativa, porém o turismo vem se desenvolvendo na região a cada ano. Estão baseadas em Provetá 300 embarcações de pequeno, médio e grande porte - os maiores barcos pesqueiros de alto mar da região, que descarregam na cidade de Angra dos Reis. Também a pesca manual com linha e rede é muito praticada. O declínio da pesca comercial afetou a renda da população local, mas não desencadeou por enquanto, como em outras comunidades, um processo de exploração do turismo, embora já existam algumas iniciativas.

Há alguns anos quase a totalidade da população era evangélica. A vida de todos era regida pelo pastor e os mandamentos da Bíblia, de acordo com as interpretações da igreja Assembleia de Deus. A vida de toda a comunidade era organizada a partir da igreja. A comunidade ficou famosa com reportagens a respeito de sua cultura e costumes em meio a um cenário litorâneo, como por exemplo, tomarem banho de mar com roupas e não verem turistas e visitantes em geral com bons olhos. Hoje em dia, embora ainda predominem, a porcentagem de evangélicos diminuiu consideravelmente, abrindo recentemente novas portas para o turismo, ainda pequeno. A igreja principal é ainda a Assembleia de Deus, situada no centro da vila e se destaca facilmente das demais construções. As casas à beira mar são construídas em sua maioria de costas para a praia, com a intenção de ficarem de frente para a rua principal e voltadas para a Assembleia de Deus, algo que torna a arquitetura da vila bem diferente.

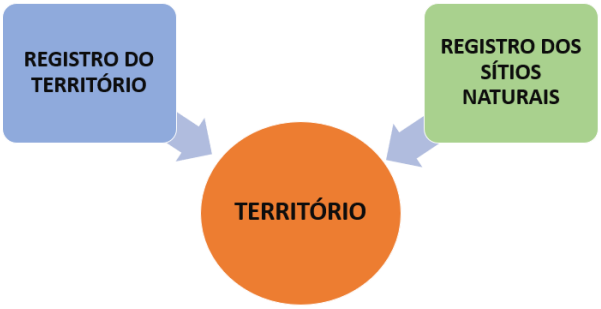
Ações Prioritárias
– Melhorias do transporte (regularidade, preço acessível), o que é um problema recorrente para quase todas as vilas – Posto de saúde com atendimento 24h – Cooperativas de artesanato e reciclagem – Melhoria nas vielas, caminhos e trilhas – Projeto para melhoria no saneamento básico – Oportunidade de serviços para as mulheres – Aulas de pintura/ música/ dança/ – Educação ambiental – Abertura da comunidade para um turismo mais democrático, com menos restrições.

Apêndice VI

Fichas de Inventário do SECOMIG

Ficha do Território

Para a caracterização do conjunto do território da Ilha Grande.



Fonte: Elaborado pela autora

Nome: Nome do território da Ilha grande

Imagem: Foto do território da Ilha Grande

Mapa e outras referências de localização: Mapas de localização e /ou Georreferenciamento

História (ocupação humana, organização política, administrativa, econômica e social):

Dados Socioeconômicos: Dados relacionados ao território**.**

Biodiversidade (Fauna e Flora): Características gerais e principais da fauna e flora da Ilha Grande.

Geologia (composição do solo): Característica gerais principais do solo da Ilha Grande.

Geografia (paisagens naturais, plano de manejo, clima, relevo, hidrografia)

Informações adicionais: Informações complementares sobre o território.

Referências Bibliográficas (para cada item e subitem)
Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha de identificação, obedecendo às normas de citação bibliográfica. Indicar, se possível, a bibliografia existente sobre o sítio, produzido pelas instituições de pesquisa e/ou preservação.

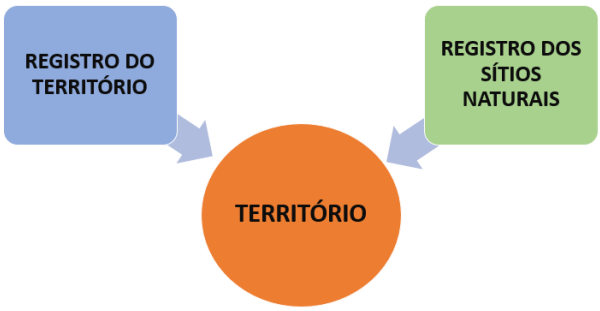
Fichamento
Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.

Levantamento:_____-Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro de SÍTIOS NATURAIS

Informações sobre localização, acesso, propriedade, características, atividades do sítio enquanto patrimônio e paisagem natural.

Figura – Fichas de Inventário - SECOMIG



Fonte: Elaborado pela autora

Localização
Campo reservado aos dados de localização do sítio (geológico, arqueológico, etc), em coordenadas geográficas e/ou UTM, com a utilização do aparelho GPS. Exemplo: Coordenadas geográficas: s 13 24 57.9 n 048 56 34.8.

Carta Topográfica
Campo reservado à referência da carta topográfica - nome e número - utilizada para a plotagem do sítio.

Acesso
Campo reservado às informações referentes ao acesso ao sítio, indicando principais estradas, pontos de referência e condições de acesso.

Propriedade
Campo reservado ao nome do proprietário do imóvel e/ou espólio, na área onde se localiza o sítio natural. Indicar o proprietário ou especificar o direito de propriedade. Exemplos: Propriedade pública; Propriedade privada; Propriedade eclesiástica.

Responsável
Campo reservado ao nome do responsável pela área onde se encontra o sítio natural.

Subcategoria(s)
Campo reservado à indicação da subcategoria do sítio natural. A categoria de sítios naturais pode constituir-se de paisagens urbanas ou não, agenciadas ou não agenciadas pelo homem. Exemplos: Sítio destruído; Gruta; Abrigo; Abismo; Gruta com abismos e espeleotemas; Gruta com abismo; Gruta com espeleotemas; nascente; Abismo com espeleotemas; Parques; pântano; lagoas; cachoeiras; córregos; serra; vale; vereda; conjunto florestal; árvore; conjunto de pedras; nascentes; outros.

Descrição
Campo reservado à caracterização do sítio.
• Situação do sítio na paisagem - análise do contexto natural e cultural, onde o sítio encontra-se inserido. Informar se paisagem contemplativa, paisagem integrada em área rural ou urbana;
• Informar sobre intervenções do homem na paisagem e as transformações ao longo do tempo;
• No caso de gruta ou abrigos, indicar a exposição do mesmo através de bússola.

Uso
Campo reservado à indicação de usos e atividades no sítio. Informar:
• Uso indireto com restrições à visitação pública;
• Uso direto sem restrições à visitação pública
• Sem uso.

Aspectos físicos
Campo reservado à caracterização do sítio. Indicar informações sobre os aspectos geomorfológicos, hidrográficos, vegetação, solo, dentre outros,
• Unidade geomorfológica:
Altitude: m (com relação ao nível do mar)
Clima:
• Vegetação: Cerrado; caatinga; campo; Mata Atlântica; outra:
• Hidrografia: Bacia: Rio(s): Nascente(s): Curso d'água mais próximo: Distância: m
Grau de Integridade
Campo reservado à avaliação do grau de integridade do sítio. A análise deverá se restringir aos vestígios evidentes no momento da vistoria e/ou cadastro.

Análise do grau de integridade/fatores de degradação
Campo reservado à análise do grau de integridade do sítio natural, indicando fatores de degradação e riscos potenciais – inundação, erosão, incêndio interno, incêndio no entorno, soterramento, desmatamento, cultivo, vandalismo, indústrias, outros. Indicar, se possível, a autoria das descaracterizações.

Medidas de Conservação
Campo reservado às informações sobre fatores de degradação e impactos, usos do sítio e seu entorno, medidas mitigadoras, etc , visando a conservação da integridade do sítio.

Referências Bibliográficas
Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha de identificação, obedecendo às normas de citação bibliográfica. Indicar, se possível, a bibliografia existente sobre o sítio, produzido pelas instituições de pesquisa e/ou preservação.

Informações Complementares
Campo reservado a toda e qualquer informação complementar não específicos dos outros campos, mas de alguma forma relacionados com o bem cultural.

Documentação Fotográfica
Campo reservado às informações para arquivamento das fotografias que integram o inventário, indicando as informações específicas de cada foto: Registrar os números do filme e negativos data e fotógrafo (ou acervo de origem da foto). Fotógrafo: Data: Filme: No do negativo:

Fichamento
Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.

Levantamento:_____Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro das Comunidades

Para registro da História (ocupação humana, organização política, administrativa, econômica e social), População, Atividade Econômica, Serviços Públicos, Arquitetura, Patrimônio.



Fonte: Elaborado pela autora

Nome: Nome da comunidade da Ilha Grande

Imagem: Foto da comunidade

Mapa e outras referências de localização: Imagem e/ou georreferenciamento

História (ocupação humana, organização política, administrativa, econômica e social)

População: Quantidade de habitantes

Atividade Econômica: Atividade predominante da comunidade

Serviços Públicos: Serviços públicos disponibilizados na comunidade

Arquitetura: Arquitetura característica da comunidade

Patrimônio (bens materiais e imateriais da comunidade): Patrimônios materiais e imateriais indicados pela comunidade local.

Inventário Humano: pessoas que são reconhecidas como patrimônio pela comunidade:

Informações adicionais: Informações complementares

Referências Bibliográficas (para cada item e subitem)
Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha de identificação, obedecendo às normas de citação bibliográfica. Indicar, se possível, a bibliografia existente sobre o sítio, produzido pelas instituições de pesquisa e/ou preservação.

Fichamento
Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____ Data: __/__/__ Rubrica _____

Fichas de Registro dos Patrimônios material, imaterial e humano:



Ficha de Registro do Patrimônio Humano
Sobre as lideranças ou personalidades locais, reconhecidas pela comunidade, com informações pessoais, como nome, atividade profissional, outras atividades e trajetória de vida.
Nome: Nome do patrimônio humano de referência da comunidade
Conhecido como: Nome conhecido na comunidade que pertence.
Imagem: Foto do patrimônio humano
Atividade Reconhecida: Ofício desempenhado pelo patrimônio humano
Local e Data de Nascimento: Local e data onde nasceu
Localidade, Endereço e Telefone: Está localizado o patrimônio humano, seu endereço e contato.
História: trajetória individual e a sua importância para a comunidade
Fichamento Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____-Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro dos Objetos – Bens Materiais
Para informações sobre os objetos, como são chamados, descrição, características, significados, pessoas envolvidas, materiais e técnicas de fabricação.
Nome: Nome do bem material a ser registrado
Imagem: fotos e vídeos do bem material
Descrição: descrever o objeto, os preparativos, as pessoas envolvidas, quanto tempo, etc)
Período: período importante associado ao objeto
Localização: onde está localizado o bem material
História: sobre as origens e transformação do objeto ao longo do tempo
Significados: informar quais os significados para a comunidade, para diferentes grupos religiosos.
Pessoas envolvidas com o objeto: quem fabricou, que é proprietário, quem tem a guarda.
Materiais de fabricação do Objeto: materiais utilizados na fabricação do objeto.
Modo de Fazer ou Técnica: modo ou técnica utilizada para fazer o bem material
Medidas: dimensões do bem material
Manutenção do Objeto: quem é responsável (eis).
Conservação: informar o estado do objeto.
Atividades Relacionadas ao Objeto: Atividade ou ações relacionadas com o bem material.
Responsável: pessoa responsável pelo bem material
Informações adicionais: Campo reservado a toda e qualquer informação complementar não específicos dos outros campos, mas de alguma forma relacionados com o bem cultural.
Referências Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha de identificação, obedecendo às normas de citação bibliográfica. Indicar, se possível, a bibliografia existente sobre o sítio, produzido pelas instituições de pesquisa e/ou preservação.
Fichamento Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____-Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro dos Saberes – Bens Imateriais
Para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
Nome: Nome do saber
Imagem: Fotos e vídeos do saber
Descrição: descrever o evento, os preparativos, as pessoas envolvidas, quanto tempo, etc:
Período: período aproximado do saber na comunidade e quando acontece o saber na comunidade.
Localização: lugar onde acontece os saberes
História: sobre as origens e formas de manifestação ao longo do tempo
Significados: informar quais os significados para a comunidade
Pessoas envolvidas: quem organiza, participa, seus papeis, quem assiste:
Comidas e Bebidas: alimentos e bebidas que fazem parte da iniciativa
Roupas e Acessórios: informar se há roupas e acessórios especiais para o Saber, descrever e dizer quais as funções:
Expressões Corporais: informar se há dança ou encenação relacionados ao saber e descrever:
Expressões Orais: se há uma fala específica dos participantes:
Expressões Musicais: se há músicas específicas para o saber e quais:
Objetos e Materiais: Importantes instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos e outros:
Modos de Fazer ou Técnica: Modo e ou técnica utilizada no saber
Transmissão do Saber: informar como se aprende e se ensina esse saber
Estrutura, organização e recursos necessários: utensílios, estrutura, organização, recursos utilizados para a realização do saber.
Responsável: Pessoa responsável pela informação e saber
Informações adicionais: Informações complementares sobre o saber
Referências Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha de identificação, obedecendo às normas de citação bibliográfica. Indicar, se possível, a bibliografia existente sobre os saberes, produzido pelas instituições de pesquisa e/ou preservação.
Fichamento Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____-Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro das Celebrações – Bens Imateriais
Para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
Nome: Nome da celebração
Imagem: Foto da celebração
Descrição: Descrever o evento, os preparativos, as pessoas envolvidas, quanto tempo, etc):
Período: período que acontece a celebração
Localização: Local onde acontece a celebração.
História: Sobre as origens e formas de manifestação ao longo do tempo
Significados: informar quais os significados para a comunidade, para diferentes grupos religiosos.
Pessoas envolvidas: quem organiza, participa, seus papeis, quem assiste
Comidas e Bebidas: alimentos e bebidas que fazem parte da celebração
Roupas e Acessórios: informar se há roupas e acessórios especiais para a celebração, descrever e dizer quais as funções.
Expressões Corporais: informar se há dança ou encenação relacionados a celebração e descrever:
Expressões Orais: se há uma fala específica dos participantes.
Expressões Musicais: se há músicas específicas para a celebração e quais
Objetos Importantes: instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos e outros.
Estrutura, organização e recursos necessários: utensílios, estrutura, organização, recursos utilizados para a realização do saber.
Informações adicionais: Informações complementares sobre a celebração.
Responsável: pelas informações e organização da celebração.
Referências: livros, artigos, sites consultados
Pessoas consultadas: Pessoas consultadas que participam ou entendem sobre a celebração.
Fichamento Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____-Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro das Expressões – Bens Imateriais
Para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas
Nome: Nome da manifestação
Imagem: Fotos e vídeos das expressões
Descrição: descrever o evento, os preparativos, as pessoas envolvidas, quanto tempo, etc.
Período: Período da manifestação
Localização: Onde é localizado a manifestação
História: sobre as origens e formas de manifestação ao longo do tempo.
Significados: informar quais os significados para a comunidade, para diferentes grupos religiosos.
Pessoas envolvidas: quem organiza, participa, seus papeis, quem assiste
Comidas e Bebidas: alimentos e bebidas utilizadas ou que fazem parte da manifestação.
Roupas e Acessórios: informar se há roupas e acessórios especiais para a expressão, descrever e dizer quais as funções
Expressões Corporais: informar se há dança ou encenação relacionados a celebração e descrever.
Expressões Orais: se há uma fala específica dos participantes
Expressões Musicais: se há músicas específicas para a celebração e quais
Objetos e Materiais Importantes: instrumentos musicais, objetos rituais, elementos cênicos e outros.
Estrutura, organização e recursos necessários: utensílios, estrutura, organização, recursos utilizados para a realização da expressão.
Responsável: pelas informações e organização da manifestação
Informações adicionais: Informações complementares sobre a expressão
Referências: livros, artigos, sites consultados etc
Fichamento Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____-Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha de Registro dos Lugares – Bens Imateriais
Destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.
Nome: Nome do lugar a ser registrado
Imagem: fotos e imagens do lugar
Descrição: descrever o lugar
Período: Período do espaço onde reproduzem práticas culturais
Localização: Localidade do espaço **História:** sobre as origens e formas de ocupação ao longo do tempo
Significados: informar quais os significados para a comunidade, para diferentes grupos religiosos
Elementos Naturais: elementos naturais que fazem parte do espaço
Elementos Construídos: informar se há elementos construídos no território
Vestígios: pesquisar e informar se há registro de ocupação anterior no local
Técnicas e Modos de Fazer do Lugar: técnicas utilizadas e modo de fazer do lugar que acontece as práticas culturais
Medidas aproximadas: área ocupada, altura, cumprimento
Atividades que acontecem no lugar: Atividades que são realizadas no lugar
Responsável (eis) pela manutenção do lugar: pessoa, comunidade, grupo, associação, prefeitura, etc.
Conservação: estado do lugar, se está bem cuidado.
Celebrações e Expressões e Saberes realizadas no lugar: celebrações, expressões e saberes realizados no espaço a ser registrado.
Responsável: pelas informações e organização da manifestação
Informações Adicionais Campo reservado a toda e qualquer informação complementar não específicos dos outros campos, mas de alguma forma relacionados com o bem cultural.
Referências Bibliográficas Campo reservado às fontes bibliográficas e arquivísticas pesquisadas e/ou utilizadas na elaboração da ficha de identificação, obedecendo às normas de citação bibliográfica. Indicar, se possível, a bibliografia existente sobre o sítio, produzido pelas instituições de pesquisa e/ou preservação.
Documentação Fotográfica Campo reservado às informações para arquivamento das fotografias que integram o inventário, indicando as informações específicas de cada foto: • Registrar os números do filme e negativos data e fotógrafo (ou acervo de origem da foto). Fotógrafo: Data: Filme: No do negativo:
Fichamento Campo reservado para a indicação da equipe envolvida no fichamento.
Levantamento:_____Data: __/__/__ Rubrica _____

Ficha do Pesquisador e Projetos

Refere-se aos dados dos pesquisadores que estudam diferentes aspectos da Ilha Grande, seus projetos e publicações.

1. Dados Gerais

Título do projeto:
Resumo:
Palavras-chave: (de três a seis palavras)
Principais Objetivos:
Área de conhecimento do projeto: (CNPq)
Vinculação institucional do projeto:
Situação: ( ) desativado ( ) concluído ( ) em andamento
Vigência: Mês/Ano (início): Mês /Ano(término):

Natureza: ( ) Desenvolvimento; ( )Extensão, ( ) Pesquisa; ( ) Inovação, ( )outra

Número de alunos envolvidos no projeto:

Graduação: Especialização: Mestrado: Doutorado:

Local:

Coordenadas geográficas:

Site:

Links de bancos de dados da pesquisa:

Número de Autorização de Pesquisa:

2. Financiamento/cooperação

Instituição: (finep; cnpq; faperj; Petrobras, outra)
Natureza: (apoio financeiro; bolsa; remuneração; cooperação, outra)

3. Equipe:

Coordenador:
Telefone: e-mail:
Pesquisadores:

4. Orientações:

Citar o nome dos alunos de graduação e pós-graduação envolvidos no projeto

5. Produções

Citar as produções científicas e tecnológicas diretamente associadas ao projeto, quando for o caso. Incluir links e DOI.

6. Informações complementares:

Incluir as observações que achar pertinente para cadastramento. Marque as áreas de seu interesse para o estabelecimento de possíveis redes de conhecimento: áreas do CNPQ

Ficha dos acervos museológicos dos quatros núcleos que constituem o Ecomuseu Ilha Grande com suas especificidades, considerando o registro do estudo da flora, mídias, tridimensionais.

Figura - Ficha de inventário – SECOMIG
Registro dos acervos museológicos do Ecomuseu Ilha Grande



Fonte: Elaborado pela autora

FICHA DE INVENTÁRIO DE ACERVO/ EIG.MUCA

1. Número de Registro	**2. Coleção**	**3. Fotografia do objeto**
EIG.MUCA.0001		
4. Classe / Subclasse		
5. Denominação do objeto / Título		
6. Origem (Local de criação / Fabricação)		
7. Procedência (Local de Coleta)		
8. Coletado de (Proprietário)		
9. Data de criação / Fabricação	**10. Data de Aquisição**	**11. Valor**
12. Modo de Aquisição		
( ) Compra	( ) Doação	( ) Permuta ( ) Achado
Obs.:		
13. Material / Técnica / Suporte		
14. Dimensões		
Altura:	Largura:	Profundidade:
Diâmetro:		
15. Descrição do objeto para identificação posterior		
16. Inscrições		
17. Estado de conservação		
( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim
Obs.:		
18. Utilização / Função		
19. Nome do autor		
20. Natural de	**21. Data de Nascimento**	**22. Data de morte**
23. Observações (informações adicionais)		
24. Localização		
25. Catalogador		**26. Rubrica**
27. Data de preenchimento		

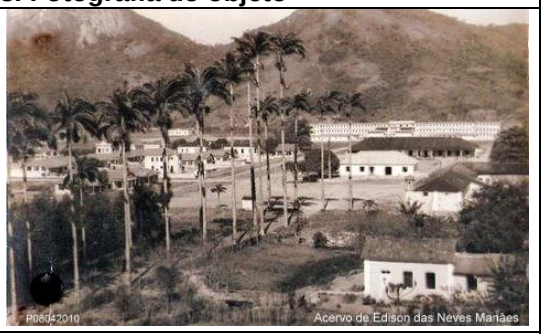
FICHA DE INVENTÁRIO DE ACERVO / EIG.MUMA

1. Número de Registro	2. Coleção	3. Fotografia do objeto
EIG.MUMA.0001		
4. Classe / Subclasse		
5. Denominação do objeto / Título		
6. Origem (Local de criação / Fabricação)		
7. Procedência (Local de Coleta)		
8. Coletado de (Proprietário)		
9. Data de criação / Fabricação	**10. Data de Aquisição**	**11. Valor**
12. Modo de Aquisição		
( ) Compra	( ) Doação	( ) Permuta ( ) Achado
Obs.:		
13. Material / Técnica / Suporte		
14. Dimensões		
Altura:	Largura:	Profundidade:
Diâmetro:		
15. Descrição do objeto para identificação posterior		
16. Inscrições		
17. Estado de conservação		
( ) Bom	( ) Regular	( ) Ruim
Obs.:		
18. Utilização / Função		
19. Nome do autor		
20. Natural de	**21. Data de Nascimento**	**22. Data de morte**
23. Observações (informações adicionais)		
24. Localização		
25. Catalogador		**26. Rubrica**
27. Data de preenchimento		

FICHA DE INVENTÁRIO / EIG. PaB. 0001

1. Número de Registro	**2. Coleção**	**3. Fotografia**
		
4. Família		
5. Espécie		
6. Procedência (Local de Coleta)		
8. Coletor(es)/nºcoletor		
9. Data da Coleta	**10. Código de Barras**	**11. Localização no PaB**
11. Localização no Herbário		
12. Modo de Aquisição		
( ) Coleta de ramo	( ) Coleta no chão	( ) Doação (de quem)
13. Descrição		
15. Informações Adicionais		
25. Determinador		**26. Rubrica**
27. Data de preenchimento		

FICHA DE INVENTÁRIO DE ACERVO/ EIG.CEMU

1. Número de Registro	**2. Coleção**	**3. Fotografia do objeto**
EIG.CEMU.0001		
4. Denominação do objeto / Título		
5. Origem (Local de criação / Fabricação)		
7. Procedência (Local de Coleta)		
8. Nome do Autor		
9. Data de criação / Fabricação	**10. Data de Aquisição**	**11. Valor**
12. Modo de Aquisição		
( ) Compra	( ) Doação	( ) Permuta ( ) Achado
Obs.:		
13. Material / Técnica		
14. Suporte (Documento)		
( ) Iconográfico ( ) Textual ( ) Cartográfico ( ) Filmográfico ( ) Sonoro		
15. Tipo de Documento		
( ) Documento Original ( ) Cópia ( ) Arquivo digital		
16. Cromia		
( ) Preto e Branco ( ) Cor		
17. Extensão do Arquivo		
Documento Iconográfico/ textual/ cartográfico		
( ) JPEG ( ) GIF ( ) PNG ( ) Bitmap ( ) TIFF ( ) RAW ( ) SVG ( ) WebP		
Documento Filmográfico		
( ) AVI ( ) MKV ( ) OGG ( ) OGM ( ) MKV ( ) OGG ( ) OGM ( ) MP4 ( ) MPG ( ) MPEG ( ) VOB ( ) BVCD ( ) BSVCD ( ) Div-X ( ) Matroska ( )MPEG ( ) KVCD ( ) KSVCD ( ) KDVD ( ) Super VCD ( ) VCD ( ) XviD ( ) Outros _____		
Documento Sonoro		
( ) MP3 ( ) WMA ( ) WAV ( ) Ogg ( ) AAC ( ) AIFF ( ) PCM ( ) FLAC ( ) Outros _____		
18. Resolução (largura x altura em pixels)		
Altura em pixels:	Largura:	Diâmetro:
19. Descrição		
20. Tipo de Mídia		

( ) **Formato do original - película:** ( ) 8mm ( ) 16mm ( ) 35mm ( ) 70mm ( ) Super-8
( ) **Digital:** ( ) XDCAM ( ) Blue Ray ( ) HDVD ( ) BETA DIGITAL ( ) DVCPRO ( ) BETACAM ( ) DVCAM MINIDV ( ) SUPER VHS ( ) Hi8 ( ) VHS ( ) Hi8 Digital ( ) Video 8 ( ) DVD ( ) MiniDVD ( ) Outros ____
21. Duração
22. Inscrições
23. Estado de conservação
( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim
Obs.:
24. Observações (informações adicionais)
25. Localização
26. Palavras-chave

27. Catalogador	**29. Rubrica**
28. Data de preenchimento	

Apêndice VII

Roteiros das Entrevistas

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: Ecomuseu Ilha Grande: (re)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste estudo é analisar o processo de constituição do Ecomuseu Ilha Grande, problematizar sua conceituação, estruturação, agentes envolvidos, a fim de possibilitar maior reflexão sobre as dinâmicas de formação de museus deste modelo conceitual no Brasil.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para a pesquisa da tese de doutorado em Museologia e Patrimônio. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista em grupo e/ou de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as entrevistas serão gravadas em áudio. As fitas serão ouvidas por mim e por uma entrevistadora experiente e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. As fitas serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará ao conhecimento sobre a comunidade da Vila Dois rios e o Ecomuseu Ilha Grande, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas fitas de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada na Ilha Grande. Possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio sendo a doutoranda Vivianne Ribeiro Valença a pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Teresa Scheiner. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contacte Vivianne Valença no telefone xxxxx, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone xxxxx ou e-mail cep.unirio09@gmail. Você terá uma via deste consentimento para guardar com

você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura:_____

Data: _____

Endereço_____

Telefone de contato _____

Assinatura
(Pesquisador):_____

Nome:_____

Data: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Hugues de Varine-Bohan

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Qual o seu nome completo e formação?
2) Como teve inicio a sua relação com a museologia?
3) Como avalia a sua atuação à frente do ICOM - no passado, como Diretor e agora, como Membro Honorário recém eleito?
4) O que faz atualmente?
5) O senhor já deve estar cansado de falar sobre a origem do Ecomuseu, mas o que destacaria no processo de desenvolvimento do conceito?
6) Como se deu a relação com Georges-Henri Rivière?
7) Ecomuseus na Europa – poderia apresentar uma visão geral da criação de ecomuseus no mundo? Por que em alguns países o modelo se desenvolveu e em outros não?
8) Outro tema certamente muito visitado é a criação do Ecomuseu do Creusot. O senhor poderia falar um pouco desta experiência?
9) O senhor teve uma importante participação na criação de outros ecomuseus, notadamente em Portugal e no Brasil. Como foi a sua participação junto aos ecomuseus brasileiros?
10) O que pode dizer sobre o Ecomuseu de Itaipu? Houve efetivamente participação da comunidade?
11) O senhor participou do primeiro Encontro Internacional de Ecomuseus no Brasil. Como foi? Como foi o seu envolvimento com o Ecomuseu de Santa Cruz? O que destacaria naquele processo?
12) Que outros ecomuseus o senhor contribuiu para criar?
13) Quais tem acompanhado no Brasil? Como iniciou a relação do senhor com a ABREMC?
14) O senhor cita muito Paulo Freire em alguns textos. Poderia falar um pouco das ideias que mais gosta das suas obras e suas possibilidades de uso?
15) O que identifica como a sua maior contribuição para a museologia?
16) O senhor fala em alguns textos que não gosta ou não utiliza o termo ecomuseu e sim museu comunitário. Por que? E como define cada um?

17) Como o senhor vê o futuro dos ecomuseus? E o ecomuseu em pleno século XXI?

18) Dentre as várias relações acadêmicas construídas ao longo dos anos, considera ter influenciado algum teórico para a criação da proposta do Ecomuseu?

19) Como se dá a dinâmica do Ecomuseu? Percebemos hoje que cada Ecomuseu tem sua especificidade, mas o que os identifica como ecomuseu de fato? Suas dinâmicas e práticas?

20) No Brasil as pessoas insistem no uso do termo Ecomuseu: o que o senhor acha disso? E por que será que preferem utilizar este nome? E por que para o senhor, de acordo com o que afirma em alguns textos, seria ultrapassado?

21) Qual o texto de sua autoria que considera a mais importante?

22) O senhor ganhou o reconhecimento do Icom por sua contribuição para a museologia. Poderia falar um pouco deste prêmio?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistada: Myrian Sepúlveda dos Santos

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas**:**

1) Perguntas:
2) Como se deu o processo de concepção e implantação do Ecomuseu Ilha Grande?
3) Você já conhecia a Ilha Grande? Em caso afirmativo, desde quando, como era esse contato?
4) Como foi elaborado o projeto original? O projeto foi apresentado a alguns órgãos da Ilha Grande, Unirio, instituições museológicas e a Associação de moradores ? Como se deu essa apresentação? Teve encontros? Seminários? Você tem registros desse processo?
5) Você poderia falar sobre como foi pensada a estrutura do Ecomig? (Por ser 4 núcleos? – Centro de informação o que seria?, MUCA, MUMA, Centro Multimídia)
6) Quais os maiores desafios enfrentados?
7) A comunidade foi consultada sobre a criação do Ecomig?
8) No termo de Cessão de uso para a Uerj tinha a proposta de criar um museu. Por que a opção de ser um Ecomuseu? E Por que essa denominação?
9) Você poderia comentar sobre a ambiguidade do Ecomig ser um Museu universitário e ser um Ecomuseu?
10) Como se deu esse processo de criação dentro das instâncias internas da UERJ?
11) Na sua opinião, qual a função do Ecomig para a comunidade e para a UERJ?
12) Como era a relação da comunidade da Vila Dois Rios e o Ecomig? Como foi o primeiro contato?
13) Você ouviu falar sobre a reivindicação da comunidade de criar um museu onde havia o presídio?
14) Qual foi o impacto das ações do ECOMIG no dia a dia da população local?
15) Quais foram os projetos mais relevantes para a comunidade?
16) Como foi a inauguração do Museu do Cárcere? Como pensou esse núcleo? Suas exposições? Poderia falar um pouco sobre isso?
17) Algumas pessoas da comunidade trabalharam no ecomuseu, como foi essa aproximação? Quais as pessoas que trabalharam inicialmente ou durante sua gestão?
18) Você percebia conflitos nas relações entre Comunidade e a UERJ? No caso, Comunidade e o Ecomig? E o Ecomig e o Ceads?

19) Qual foi a participação do prof. Mário Chagas no processo de criação do Ecomig?
20) Qual o período esteve à frente do Ecomig? O que foi mais marcante em sua gestão? Como avaliaria?
21) Como se deu a mudança do Ecomig de uma instância de pesquisa (Sr2) para uma instância de cultura e extensão a (Sr3)?
22) Atualmente o ECOMIG difere um pouco do projeto inicial. Várias ações previstas não foram concretizadas, ou foram efetivadas de forma distinta. Como você avalia essas mudanças?
23) Na sua opinião, de que forma o ECOMIG contribui ou pode vir a contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento e a vida sociocultural da Ilha Grande?
24) De acordo com Hugues de Varine, muitos modelos de Ecomuseus passaram por processos de esgotamento. Isso se dar pelo fato de não se considerar a participação da comunidade. Você acha que o Ecomig corre riscos? Gostaria de saber entre os pesquisadores o que definem como Ecomuseu. Para você o que é um Ecomuseu?
25) Além do Ecomuseu Ilha Grande, você participou ou contribuiu com outras iniciativas de Ecomuseus?
26) Você sempre foi muito ativa na área da Museologia, como se deu esse interesse e aproximação?
27) O que o Ecomuseu Ilha Grande representa ou significa para você?
28) Você acabou de lançar o livro “Memórias das prisões da Ilha Grande- 1940- 1970 / Quatro histórias duas colônias uma Ilha. (Você vai falar das experiências de diferentes pessoas que viveram esse período como sr. Polaco, Lupércio, Satã e seu Júlio de Almeida. Você poderia falar sobre sr. Júlio de Almeida, enquanto pesquisadora e como amiga?
29) Como pesquisadora sobre questões prisionais, como você ver a relação da comunidade da Vila Dois Rios com a memória prisional?
30) Para finalizar poderia dizer uma palavra que você acha que representa o Ecomuseu Ilha Grande/ e outra a comunidade da Vila Dois Rios?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistada: Eliana Furtado de Mendonça

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Você participou da criação de uma proposta de museu para Ilha Grande? Poderia contar como foi essa experiência? E em que ano?
2) Você chegou a visitar a Ilha Grande? Ou já conhecia? Como iniciou a sua relação com a Ilha ? Como foi a visita e contato com as comunidades?
3) Você sabe dizer se a proposta inicial foi de criar um ecomuseu? Ou um museu mais tradicional? Por que a escolha de um ecomuseu?
4) Como você descreve esse projeto original?
5) Como foi realizada a solicitação de uma proposta de museu para Ilha Grande? Qual era seu cargo? Por que escolheram a senhora para fazer essa articulação de um museu para a Ilha Grande?
6) Como foi a sua participação no I Encontro Internacional de Ecomuseu, realizado em 1992? Participou de mais algum?
7) A senhora participou da implantação ou criação de mais algum ecomuseu? Ex: Ecomuseu de Santa Cruz.
8) O que é um Ecomuseu?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistada: Rita de Cássia de Mattos

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Você participou sobre uma proposta de museu para Ilha Grande? Poderia contar como foi essa experiência?
2) Você chegou a visitar a Ilha Grande? Ou já conhecia? Como foi essa visita e contato com as comunidades?
3) Você sabe dizer se a proposta inicial foi de criar um ecomuseu?
4) Como você descreve esse projeto original?
5) Como foi realizada a solicitação de uma proposta de museu para Ilha Grande ?
6) Você conheceu a o chamado Ecomuseu proposto pela doutora Eliana Furtado de Mendonça do arquivo do estado do RJ em 1993-1994 solicitado a prof.Teresa Scheiner da Unirio? Por que o projeto não foi a enfrente ?
7) Na posição de museóloga e como presidente do Cofem, você acha que os museólogos que trabalham em um ecomuseu as atividades são diferentes? Ou tem outros desafios?
8) A partir das sua experiência como presidente do Cofem como você avalia a especificidade do trabalho do museólogo em um ecomuseu?
9) O que é um Ecomuseu?
10) Você acha que existe um pensamento ou teoria sobre a ecomuseologia brasielira?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistada: Membros da Comunidade da Vila Dois Rios

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Onde você nasceu? Quando veio para Dois Rios?
2) Qual era a sua profissão ou ocupação na época do presídio? Qual a sua lembrança do presídio? Como era a vida nessa época em Dois Rios?
3) Você viveu na época do presídio? Se sim, qual a memória que você tem desse período?
4) Você acompanhou a implosão?
5) Você lembra de alguma reinvidicação de criar um museu? Teve algum pedido da comunidade?
6) Você lembra ou participou do processo de criação do ECOMIG?
7) Na sua opinião, com a criação do ECOMIG mudou alguma coisa ou teve algum impacto na comunidade da Vila Dois Rios?
8) Para você, em sua memória desde quando existe o ECOMIG? O que achou de ter sido criado um museu? (e não um resort, hotel etc) Você tem alguma lembrança?
9) Esteve na inauguração? Que atores ou pessoas foram importantes para sua criação e consolidação?
10) Você acha que o Ecomuseu é importante para a comunidade?
11) Em algum momento você pensou ou soube de alguém que tivesse a ideia do museu ser gerido pela própria comunidade?
12) Você acha que o Ecomig ajuda a comunidade em algo?
13) Como você ver a relação da comunidade com o Ecomig? O que o Ecomig poderia melhorar em relação a comunidade?
14) O que representa ou significa o Ecomuseu Ilha Grande para você?
15) Você sabe o que é um Ecomuseu? Acha que tem diferença em relação a outros museus?
16) Você sabe o que é patrimônio? Qual o patrimônio da comunidade da Vila Dois Rios? Você acha que a comunidade preserva esses patrimônios? E o que falta para que as pessoas preservem ?
17) Para você o que é comunidade ?
18) Como você define a comunidade da Vila dos Dois Rios ? Poderia dizer suas características, seus anseios e necessidades? Pontos positivos e negativos da comunidade.

19) Você ajuda a contribuir com a melhoria da comunidade da Vila Dois Rios? Qual seu papel na comunidade? Você ver alguma liderança? Quem? Por que?
20) Em sua opinião, de que forma o Ecomuseu contribui ou pode vir a contribuir efetivamente para o desenvolvimento da comunidade da Vila Dois Rios e da Ilha Grande?
21) Você acha que a UERJ é importante para Vila Dois Rios ? Comente sobre o papel da universidade para a comunidade.
22) Você percebe algum conflito entre a comunidade é a UERJ? E com relação ao Ecomuseu?
23) Você acha que o Ecomig não fosse da UERJ teria realizado as coisas que fez?
24) Para finalizar poderia dizer uma palavra que você acha que representa o Ecomuseu Ilha grande e a comunidade da Vila Dois Rios

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Gelsom Rozentino de Almeida

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Como começou seu contato e/ ou história com o Ecomuseu Ilha Grande?
2) Você já conhecia a Ilha Grande? Em caso afirmativo, desde quando, como era esse contato?
3) Como se deu o processo de concepção e implantação do Ecomuseu Ilha Grande?
4) Quais os maiores desafios enfrentados?
5) Como foi elaborado o projeto original? O projeto foi apresentado a alguns órgãos da Ilha Grande, Unirio, instituições museológicas e a Associação de moradores. Como se deu essa apresentação? Teve encontros? Seminários?Você participou de algum encontro ou reunião dessas?
6) Como você avalia a sua gestão? Primeiro no Museu do Cárcere e depois no Ecomuseu Ilha Grande. Poderia comentar de cada experiência de gestão de coordenador de um núcleo e depois de coordenador geral?
7) Você pode descrever como foi o processo de implantação do Ecomig junto à população local? A comunidade foi consultada? E posteriormente, como foi ou é essa relação?
8) Qual foi o impacto das ações do ECOMIG no dia a dia da população local?
9) Você pode descrever como foi o processo de implantação do ECOMIG junto à reitoria e as instâncias internas da UERJ? E posteriormente, como foi ou é essa relação?
10) Atualmente o Ecomig difere um pouco do projeto inicial. Várias ações previstas não foram concretizadas, ou foram efetivadas de forma distinta. Como você avalia essas mudanças?
11) Na sua opinião, de que forma o Ecomig contribui ou pode vir a contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento e para a vida sociocultural da Ilha Grande?
12) Quais foram ou são os projetos mais relevantes para você e a comunidade na sua concepção?
13) Quantos funcionários e prédios tem hoje ?
14) Você poderia comentar sobre o Ecomig em relação a outros ecomuseus no Brasil? Levando em consideração suas especificidades e diferenças.
15) Nestes anos de gestão no Ecomig qual o momento que considera mais marcante?
16) Em 2017, a UERJ passou uma das maiores crises da sua história poderia falar um pouco sobre a experiência do Ecomig, comunidade e equipe nesse período?

17) O Ecomig teve oito museólogas, como você avalia a atuação e a importância deste profissional para a instituição. Comente.
18) Na sua opinião, qual a função do ECOMIG para a comunidade e para a UERJ?
19) Você percebia conflitos nas relações entre Comunidade e a UERJ? No caso, Comunidade e o ECOMIG? E o ECOMIG e o Ceads?
20) Pesquiso sobre a formação de Ecomuseus no Brasil. E gostaria de saber entre os pesquisadores o que definem como Ecomuseu? Para você o que é um Ecomuseu?
21) Além do Ecomuseu Ilha Grande, você participou ou contribuiu com outras iniciativas de Ecomuseus?
22) O que o Ecomuseu Ilha Grande representa ou significa para você?
23) Enquanto pesquisador e especialista em sistema prisional como você ver a relação da comunidade da Vila Dois Rios com a memória prisional e o ECOMIG? Destacaria algo que ache importante dessa história?
24) Estamos em um período muito delicado de pandemia, como você avalia o papel do Ecomig neste momento e junto as comunidades da Ilha Grande?
25) O Ecomig está desenvolvendo um projeto e pesquisa sobre o inventário do patrimônio histórico, cultura e natural da ilha Grande. Como está sendo na prática esse processo de pesquisa e de musealização do território da Ilha Grande?
26) Poderia falar sobre esse processo e o SECOMIG? O que é e como está organizado?
27) Qual foi o papel do Ecomig e/ou contribuição para o titulo de Patrimonio Mundial da Unesco? Como foi essa visita da unesco e o que aconteceu após esse título?
28) Poderia comentar sobre a participação e atuação do Ecomig, internacionalmente, como IBERMUSEUS, ABREMC, Itália, Chile...etc
29) Você acredita que existe um ecomuseu do século XXI? E um pensamento ecomuseológico brasileiro?
30) Para finalizar poderia dizer uma palavra que você acha que representa o Ecomuseu Ilha Grande/ e outra a comunidade da Vila Dois Rios?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Ricardo Gomes de Lima

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Como começou seu contato e/ ou história com o Ecomuseu Ilha Grande?
2) Você já conhecia a Ilha Grande? Em caso afirmativo, desde quando, como era esse contato?
3) Como se deu o processo de concepção e implantação do Ecomuseu Ilha Grande?
4) Quais os maiores desafios enfrentados?
5) Qual o período esteve à frente do Ecomig? O que foi mais marcante em sua gestão? Como avaliaria?
6) Você pode descrever como foi o processo de implantação do Ecomig junto à população local? A comunidade foi consultada? E nas instâncias internas da UERJ?
7) Qual foi o impacto das ações do ECOMIG no dia a dia da população local?
8) Como se deu a mudança do Ecomig de uma instância de pesquisa (Sr2) para uma instância de extensão e cultura (Sr3)?
9) Atualmente o ECOMIG difere um pouco do projeto inicial. Várias ações previstas não foram concretizadas, ou foram efetivadas de forma distinta. Como você avalia essas mudanças? E como foi pensou o organograma e a concretização dos núcleos do ecomuseu?
10) Como se deu a escolha dos coordenadores dos núcleos?
11) Na sua opinião, de que forma o ECOMIG contribui ou pode vir a contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento e para a vida sociocultural da Ilha Grande?
12) Quais foram ou são os projetos mais relevantes para você e a comunidade na sua concepção?
13) Nestes anos de gestão no Ecomig qual o momento que considera mais marcante?
14) O Ecomig teve oito museólogas, como você avalia a atuação e a importância deste profissional para a instituição. Comente.
15) Na sua opinião, qual a função do ECOMIG para a comunidade e para a UERJ?
16) Você percebia conflitos nas relações entre Comunidade e a UERJ? No caso, Comunidade e o ECOMIG? E o ECOMIG e o Ceads?
17) Na sua opinião, de que forma o ECOMIG contribui ou pode vir a contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento e a vida sociocultural da Ilha Grande?

18) Pesquiso sobre a formação de Ecomuseus no Brasil. E gostaria de saber entre os pesquisadores o que definem como Ecomuseu? Para você o que é um Ecomuseu?
19) Além do Ecomuseu Ilha Grande, você participou ou contribuiu com outras iniciativas de Ecomuseus?
20) O que o Ecomuseu Ilha Grande representa ou significa para você?
21) Você poderia comentar sobre a ambiguidade do Ecomig ser um Museu universitário e ser um Ecomuseu?
22) Você ouviu falar sobre um projeto ou proposta de criação de museu na Ilha Grande anterior ao projeto formulado pela profa.Myrian Sepúlveda dos Santos?
23) Além do Ecomuseu Ilha Grande, você participou ou contribuiu com outras iniciativas de Ecomuseus?
24) Você sempre foi muito ativo na área dos museus. Como se deu esse interesse e aproximação com a museologia?
25) O que o Ecomuseu Ilha Grande representa ou significa para você?
26) Enquanto pesquisador e antropólogo como você ver a relação da comunidade da Vila Dois Rios com a memória prisional e o ECOMIG?
27) Para finalizar poderia dizer uma palavra que você acha que representa o Ecomuseu Ilha Grande/ e outra a comunidade da Vila Dois Rios?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistadas: Museólogas que trabalharam no Ecomuseu Ilha Grande

Qualificação do Entrevistado:

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Como conheceu o Ecomuseu Ilha Grande? O que te levou a trabalhar nele?
2) Qual o período em que trabalhou?
3) Como era o seu trabalho?
4) Como era a relação com a comunidade?
5) Como era a relação institucional UERJ-COMUNIDADE, CEADS-ECOMIG?
6) O que mais marcou no período em que esteve no Ecomig?
7) O que é ser uma museóloga no Ecomuseu Ilha Grande?
8) O que o Ecomuseu representa ou representou para você? E a comunidade?
9) Quais os maiores desafios de trabalhar em um Ecomuseu?
10) Como profissional, você acha que tem diferença o trabalho desenvolvido pelo museólogo no Museu tradicional e no Ecomuseu?
11) Para você, o que é um Ecomuseu?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Inês Cordeiro Gouveia

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Como foi o processo de criação da Rede de Museologia Social?
2) Quais as formas de atuação da Rede de Museologia Social?
3) Quais seus objetivos?
4) Como a Rede de Museologia Social está organizada?
5) Quantos membros tem atualmente?
6) Quantos Ecomuseus tem cadastrados?
7) Como faz para se associar a rede?
8) Qual sua atuação junto a Rede de Museologia Social?
9) Como a rede define o que é Museologia Social?
10) Qual sua percepção sobre a criação de Ecomuseus no Brasil?
11) Como a rede define Ecomuseu?
12) A Rede desenvolveu um diagnóstico sobre a quantidade e ações de Ecomuseus e museus comunitário no Rio de Janeiro. Quais foram os objetivos e resultados desta pesquisa?
13) A rede tem relação com a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitário - Abremc? Como é está relação?
14) A rede participou dos Encontros Internacionais de Ecomuseus e Museus Comunitários? Poderia apontar quais as principais questões debatidas? E quais principais resultados que identifica?
15) A Odalice Priosti teve alguma participação ou contribuição com a Rede de Museologia Social? Poderia comentar sobre sua atuação?
16) Poderia falar da sua experiência no Programa pontos de memória do Ibram?
17) Qual a sua avaliação sobre a política dos governos para os museus e em especial para os pontos de memória do IBRAM?
18) Qual o impacto dessas ações junto as comunidades?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Henrique de Vasconcelos Cruz

Qualificação do Entrevistado

Nome:
Data de nascimento:
Idade:
Nacionalidade:
Natural:
Área de formação:

Perguntas:

1) Como o conceito de Ecomuseu aparece nas iniciativas da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ?
2) Quais as iniciativas e/ou projetos anteriores desenvolvidas pela FUNDAJ que trabalham com ecomuseus, museus comunitários ou Museologia Social?
3) Você é Chefe da Divisão de Estudos Museais e Ações Comunitárias – qual é o objetivo desta divisão? E o Pq de ações comunitárias?
4) Como surgiu a ideia dos Seminários de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários – FUNDAJ? Quando foram realizados? E Por que a escolha de discutir este conceito, tendo em vista que o Museu do Homem do Nordeste é considerado um museu tradicional.
5) Quais foram os objetivos dos Seminários de Pesquisa em Ecomuseus e Museus Comunitários – FUNDAJ?
6) Quais foram as principais questões discutidas? / O que destacaria de relevante em cada seminário?
7) Você poderia citar os nomes dos convidados para os seminários?
8) Como foi o processo de criação do Observatório Brasileiro de Estudos e Processos Museológicos Comunitários?
9) Qual o objetivo do Observatório? Ele ainda está em funcionamento? Em caso afirmativo, quais as atividades que estão sendo desenvolvidas? Se não, quais as razões?
10) Você participou da criação do Curso de Especialização em Museu, Identidade e comunidade. Como surgiu a proposta do Curso de Especialização? Qual é o objetivo do curso? Tem ligação com os seminários e o Observatório?
11) Como está organizada a especialização? E as áreas que atuam?
12) Como é composto o corpo docente? Quais as áreas de atuação dos professores? E quantos pesquisam ou atuam em Ecomuseu?
13) Quais projetos na especialização que estão trabalhando com o modelo conceitual de Ecomuseu? e quantos?
14) Como você define Ecomuseu?
15) Como define museologia Social ?
16) Como você analisa a formação de Ecomuseus no Brasil?
17) Participou de algum Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus comunitário? Se sim, quais as principais questões que destacaria?
    18) Quais autores ou teóricos que pesquisam sobre Ecomuseus que você destacaria que contribui ou contribuiu para uma teoria brasileria sobre ecomuseu?
19) Você acha que existe um pensamento ecomuseológico brasileiro?